ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil — Imprensa Nacional

SEÇÃO 1

Ano CXLIV Nº 47

Brasília - DF, sexta-feira, 9 de março de 2007

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 2
Atos do Poder Executivo 5
Presidência da República 8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 9
Ministério da Ciência e Tecnologia 11
Ministério da Cultura 11
Ministério da Defesa 14
Ministério da Educação 15
Ministério da Fazenda 21
Ministério da Integração Nacional 33
Ministério da Justiça 33
Ministério da Previdência Social 40
Ministério da Saúde 45
Ministério das Cidades 50
Ministério das Comunicações 53
Ministério das Relações Exteriores 56
Ministério de Minas e Energia 57
Ministério do Desenvolvimento Agrário 68
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 68
Ministério do Meio Ambiente 70
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 70
Ministério do Trabalho e Emprego 71
Ministério dos Transportes 71
Ministério Público da União 72
Tribunal de Contas da União 72
Poder Legislativo 135
Poder Judiciário 135
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 137

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.885-5 (1)
PROCED. : SERGIPE
RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANAMATRA
ADV.(A/S) : ANA FRAZÃO E OUTRO(A/S)
REQDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

Decisão: Preliminarmente, o Tribunal, por unanimidade, reconheceu a legitimidade da requerente. Votou o Presidente. Em seguida, após o voto da Senhora Ministra Ellen Gracie, Relatora, no que foi acompanhada pelos votos dos Senhores Ministros Eros Grau, Carlos Britto e Celso de Mello, julgando procedente a ação, e dos votos dos Senhores Ministros Marco Aurélio, Joaquim Barbosa, Cezar Peluso, Gilmar Mendes e Presidente (Ministro Nelson Jobim), julgando-a improcedente, o julgamento foi suspenso para colher os votos dos Senhores Ministros Sepúlveda Pertence e Carlos Velloso, ausentes justificadamente, necessários para a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade do ato impugnado. Falou pela requerente o Dr. Alberto Pavie Ribeiro. Plenário, 17.02.2005.

Decisão: Prosseguindo no julgamento, o Tribunal, por maioria, julgou procedente a ação direta, nos termos do voto da Relatora, Ministra Ellen Gracie (Presidente), vencidos os Senhores Ministros Marco Aurélio, Joaquim Barbosa, Cezar Peluso, Gilmar Mendes e Nelson Jobim. Não votou a Senhora Ministra Cármen Lúcia por suceder ao Senhor Ministro Nelson Jobim que proferira voto anteriormente. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Plenário, 18.10.2006.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PROVIMENTO Nº 8, DE 25.09.01, DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO. SENTENÇA ANULADA PELO TRT. NOVA DECISÃO *A QUO* QUE REPRODUZ OS MESMOS FUNDAMENTOS QUE MOTIVARAM A ANULAÇÃO DA SENTENÇA ANTERIOR. ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DO TRIBUNAL. MATÉRIA RELATIVA AOS DEVERES FUNCIONAIS DO JUIZ. ESTATUTO DA MAGISTRATURA. ART. 93, *CAPUT* DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL.

1. A decisão do Tribunal que dá provimento ao recurso para anular a decisão impugnada não substitui o ato recorrido, mas se restringe a cassá-lo, por ilegalidade, após reconhecer a existência de vício de atividade ou *error in procedendo.*

2. Se, por um lado, o magistrado é livre para reapreciar o mérito da causa, podendo, até mesmo, chegar a veredicto coincidente àquele emitido anteriormente (momento em que se estará dando plena aplicabilidade ao princípio da independência do magistrado na apreciação da lide), por outro, de acordo com sistemática processual vigente, a ele é vedado alterar, modificar ou anular decisões tomadas pelo órgão superior por lhe faltar competência funcional para tanto. A ele cabe cumprir a decisão da Corte *ad quem*, sob pena de ofensa à sistemática constitucional da repartição de competência dos órgãos do Poder Judiciário. Fenômeno da preclusão consumativa *pro iudicato*.

3. Longe de configurar uma mera explicitação ou uma recomendação reforçativa da obrigação do magistrado de obediência às disposições legais, recortou o ato impugnado determinada conduta do universo das ações que traduzem violação àquele dever, atribuindo a esta autônoma infração grave e exclusiva valoração negativa que se destaca do comando genérico do dever de respeito à lei, dirigido a todos os juízes.

4. Ao criar, mediante Provimento, infração nova e destacada, com conseqüências obviamente disciplinares, incorreu a Corte requerida em inconstitucionalidade formal, tendo em vista o disposto no art. 93, *caput* da Carta Magna.

5. Ação direta cujo pedido se julga procedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.105-8 (2)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA ORIGINÁRIA : MIN. ELLEN GRACIE
RELATOR PARA O ACÓRDÃO : MIN. CEZAR PELUSO
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CONAMP
ADV.(A/S) : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)
REQDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou as preliminares. Votou o Presidente. Em seguida, após os votos da Senhora Ministra Ellen Gracie, Relatora, e Carlos Britto, que julgavam procedente a ação e declaravam a inconstitucionalidade do artigo 4º, *caput*, parágrafo único, incisos I e II, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e do voto do Senhor Ministro Joaquim Barbosa, que a julgava improcedente, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Cezar Peluso. Falaram, pelas requerentes, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público-CONAMP, o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga e pela Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR, o Dr. Artur de Castilho Neto; pelas amici curiae, Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social-FENAFISP; Sindicato dos Policiais Civis de Londrina e Região-SINDIPOL; Associação Nacional dos Advogados da União e dos Advogados das Entidades Federais-ANAJUR; Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior-ANDES; Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social-ANFIP; Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União-FENAJUFE; Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal-UNAFISCO SINDICAL; Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal-SINDJUS-DF, os Drs. Mauro Menezes e José Luiz Wagner; pela Advocacia-Geral da União, o Dr. Álvaro Ribeiro Costa e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Cláudio Lemos Fonteles, Procurador-Geral da República. Presidência, em exercício, do Senhor Ministro Nelson Jobim, Vice-Presidente. Plenário, 26.05.2004.

Decisão: Renovado o pedido de vista do Senhor Ministro Cezar Peluso, justificadamente, nos termos do § 1º do artigo 1º da Resolução nº 278, de 15 de dezembro de 2003. Presidência do Senhor Ministro Nelson Jobim. Plenário, 23.6.2004.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente a ação em relação ao *caput* do artigo 4º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, vencidos a Senhora Ministra Ellen Gracie, Relatora, e os Senhores Ministros Carlos Britto, Marco Aurélio e Celso de Mello. Por unanimidade, o Tribunal julgou inconstitucionais as expressões "cinqüenta por cento do" e "sessenta por cento do", contidas, respectivamente, nos incisos I e II do parágrafo único do artigo 4º da Emenda Constitucional nº 41/2003, pelo que aplica-se, então, à hipótese do artigo 4º da EC nº 41/2003 o § 18 do artigo 40 do texto permanente da Constituição, introduzido pela mesma emenda constitucional. Votou o Presidente, o Senhor Ministro Nelson Jobim. Redigirá o acórdão o Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 18.08.2004.

EMENTAS: **1. Inconstitucionalidade. Seguridade social. Servidor público. Vencimentos. Proventos de aposentadoria e pensões. Sujeição à incidência de contribuição previdenciária. Ofensa a direito adquirido no ato de aposentadoria. Não ocorrência. Contribuição social. Exigência patrimonial de natureza tributária. Inexistência de norma de imunidade tributária absoluta. Emenda Constitucional nº 41/2003 (art. 4º, *caput*). Regra não retroativa. Incidência sobre fatos geradores ocorridos depois do início de sua vigência. Precedentes da Corte. Inteligência dos arts. 5º, XXXVI, 146, III, 149, 150, I e III, 194, 195, *caput*, II e § 6º, da CF, e art. 4º, *caput*, da EC nº 41/2003**. No ordenamento jurídico vigente, não há norma, expressa nem sistemática, que atribua à condição jurídico-sub-

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,30	R$ 3,60
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 3,80
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 4,40
de 160 a 250	R$ 1,90	R$ 5,20
de 254 a 500	R$ 3,50	R$ 6,80
de 504 a 824	R$ 6,20	R$ 9,50

- Acima de 824 páginas = preço tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0093

ATENÇÃO!!!
Encontra-se à venda o Suplemento ao nº 28, contendo a Lei nº 11.451 e seus anexos.
Esta lei fixa a receita e a despesa da União para o exercício de 2007.

jetiva da aposentadoria de servidor público o efeito de lhe gerar direito subjetivo como poder de subtrair *ad aeternum* a percepção dos respectivos proventos e pensões à incidência de lei tributária que, anterior ou ulterior, os submeta à incidência de contribuição previdencial. Noutras palavras, não há, em nosso ordenamento, nenhuma norma jurídica válida que, como efeito específico do fato jurídico da aposentadoria, lhe imunize os proventos e as pensões, de modo absoluto, à tributação de ordem constitucional, qualquer que seja a modalidade do tributo eleito, donde não haver, a respeito, direito adquirido com o aposentamento.

2. **Inconstitucionalidade. Ação direta. Seguridade social. Servidor público. Vencimentos. Proventos de aposentadoria e pensões. Sujeição à incidência de contribuição previdenciária, por força de Emenda Constitucional. Ofensa a outros direitos e garantias individuais. Não ocorrência. Contribuição social. Exigência patrimonial de natureza tributária. Inexistência de norma de imunidade tributária absoluta. Regra não retroativa. Instrumento de atuação do Estado na área da previdência social. Obediência aos princípios da solidariedade e do equilíbrio financeiro e atuarial, bem como aos objetivos constitucionais de universalidade, equidade na forma de participação no custeio e diversidade da base de financiamento**. **Ação julgada improcedente em relação ao art. 4º, *caput*, da EC nº 41/2003. Votos vencidos. Aplicação dos arts. 149, *caput*, 150, I e III, 194, 195, *caput*, II e § 6º, e 201, *caput*, da CF**. Não é inconstitucional o art. 4º, *caput*, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, que instituiu contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadoria e as pensões dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações.

3. **Inconstitucionalidade. Ação direta. Emenda Constitucional (EC nº 41/2003, art. 4º, § únic, I e II). Servidor público. Vencimentos. Proventos de aposentadoria e pensões. Sujeição à incidência de contribuição previdenciária. Bases de cálculo diferenciadas. Arbitrariedade. Tratamento discriminatório entre servidores e pensionistas da União, de um lado, e servidores e pensionistas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de outro. Ofensa ao princípio constitucional da isonomia tributária, que é particularização do princípio fundamental da igualdade. Ação julgada procedente para declarar inconstitucionais as expressões "*cinquenta por cento do*" e "*sessenta por cento do*", constante do art. 4º, § único, I e II, da EC nº 41/2003. Aplicação dos arts. 145, § 1º, e 150, II, cc. art. 5º, *caput* e § 1º, e 60, § 4º, IV, da CF, com restabelecimento do caráter geral da regra do art. 40, § 18**. São inconstitucionais as expressões "*cinqüenta por cento do*" e "*sessenta por cento do*", constantes do § único, incisos I e II, do art. 4º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e tal pronúncia restabelece o caráter geral da regra do art. 40, § 18, da Constituição da República, com a redação dada por essa mesma Emenda.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.401-4 (3)
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - ELIVAL DA SILVA RAMOS
REQDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a ação direta por inconstitucionalidade formal, nos termos do voto do Relator. Votou o Presidente, Ministro Sepúlveda Pertence (art. 37, I do RISTF). Ausentes, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie (Vice-Presidente) e o Senhor Ministro Celso de Mello. Falou pelo requerente o Dr. Juan Francisco Carpenter. Plenário, 26.04.2006.

EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Resolução editada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que alterou os percentuais de destinação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registros (Resolução nº 196/2005). 3. Ato administrativo com caráter genérico e abstrato. Possibilidade de controle concentrado de constitucionalidade. Precedentes. 4. Supressão de parcela destinada ao Poder Executivo, que passaria a ser destinada ao Poder Judiciário. 5. Não configurada violação ao art. 98, § 2º da Constituição Federal (com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004), uma vez que o referido dispositivo constitucional inclui tanto as custas e emolumentos oriundos de atividade notarial e de registro (art. 236, § 2º, CF/88), quanto os emolumentos judiciais propriamente ditos. 6. Caracterizada a violação dos arts. 167, VI, e 168 da Constituição Federal, pois a norma impugnada autoriza o remanejamento do Poder Executivo para o Poder Judiciário sem prévia autorização legislativa. Inconstitucionalidade formal. 7. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

Secretaria Judiciária
ANA LUIZA M. VERAS
Secretária

DECISÕES
Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

AG.REG.NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 103-0
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE
AGTE.(S) : LUIZ DE MATOS PINTO
ADV.(A/S) : LUIZ DE MATOS PINTO
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Votou o Presidente. Ausente, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie (Presidente). Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Gilmar Mendes (Vice-Presidente). Plenário, 02.02.2007.

EMENTA: Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental: ilegitimidade ativa (CF, art. 103; L. 9.882/99, art. 2º): indeferimento da inicial (L. 9.882/99, art. 4º).

Secretaria Judiciária
ANA LUIZA M. VERAS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 11.455, DE 8 DE MARÇO DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 70.000.000,00, para os fins que especifica.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 331, de 2006, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 8 de março de 2007; 186º da Independência e 119º da República

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO — CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
1029		**RESPOSTA AOS DESASTRES**							**70.000.000**
		ATIVIDADES							
06 182	**1029 4564**	**SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES**							**45.000.000**
06 182	1029 4564 0101	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	F	3	2	90	0	300	45.000.000
									45.000.000
06 182	**1029 4570**	**RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES**							**25.000.000**
06 182	1029 4570 0103	RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	F	4	2	90	0	300	25.000.000
									25.000.000
		TOTAL - FISCAL							70.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							70.000.000

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

DILMA VANA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

ERENICE ALVES GUERRA
Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ANA CRISTINA MARQUES BATISTA
REG. DF01253JP
Coordenadora de Editoração
e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
Coordenador de Produção

http://www.in.gov.br e-mail: ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900

LEI Nº 11.456, DE 8 DE MARÇO DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R$ 9.746.438.066,00, para os fins que especifica.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 332, de 2006, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R$ 9.746.438.066,00 (nove bilhões, setecentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, sessenta e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1° decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2005, no valor de R$ 8.868.842.934,00 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro reais);

II - excesso de arrecadação, no valor de R$ 158.993.990,00 (cento e cinqüenta e oito milhões, novecentos e noventa e três mil, novecentos e noventa reais), sendo:

a) R$ 30.427.228,00 (trinta milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, duzentos e vinte e oito reais) de Recursos Ordinários; e

b) R$ 128.566.762,00 (cento e vinte e oito milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, setecentos e sessenta e dois reais) de Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa; e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 718.601.142,00 (setecentos e dezoito milhões, seiscentos e um mil, cento e quarenta e dois reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 8 de março de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33904 - FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

ANEXO I — CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0083 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA									**7.109.927.077**
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 271	**0083 001O**	**PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA RURAL**							**2.779.274.822**
09 271	0083 001O 0101	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA RURAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	90	0	354	2.779.274.822
09 271	**0083 001P**	**PAGAMENTO DE AUXILIO-DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO-DOENCA ACIDENTARIO E AUXILIO-RECLUSAO - AREA RURAL**							**109.160.698**
09 271	0083 001P 0101	PAGAMENTO DE AUXILIO-DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO-DOENCA ACIDENTARIO E AUXILIO-RECLUSAO - AREA RURAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	90	0	354	109.160.698
09 271	**0083 001Q**	**PAGAMENTO DE PENSOES - AREA RURAL**							**552.117.749**
09 271	0083 001Q 0101	PAGAMENTO DE PENSOES - AREA RURAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	90	0	154	206.601.142
			S	3	1	90	0	351	34.438.743
			S	3	1	90	0	354	311.077.864
09 271	**0083 001R**	**PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA RURAL**							**340.396.344**
09 271	0083 001R 0101	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA RURAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	90	0	354	340.396.344
09 271	**0083 0134**	**PAGAMENTO DE PENSOES - AREA URBANA**							**741.659.056**
09 271	0083 0134 0101	PAGAMENTO DE PENSOES - AREA URBANA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	90	0	351	741.659.056
09 271	**0083 0136**	**PAGAMENTO DE AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO DOENCA ACIDENTARIO E AUXILIO RECLUSAO - AREA URBANA**							**2.521.335.295**
09 271	0083 0136 0101	PAGAMENTO DE AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO DOENCA ACIDENTARIO E AUXILIO RECLUSAO - AREA URBANA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.521.335.295
			S	3	1	90	0	153	454.000.000
			S	3	1	90	0	351	1.728.833
			S	3	1	90	0	353	1.788.488.074
			S	3	1	90	0	354	277.118.388
09 271	**0083 0141**	**PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA URBANA**							**65.983.113**
09 271	0083 0141 0101	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA URBANA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	90	0	351	65.983.113
0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS									**58.000.000**
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 846	**0901 0486**	**CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) ORIUNDA DA JUSTICA COMUM ESTADUAL**							**58.000.000**
28 846	0901 0486 0101	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) ORIUNDA DA JUSTICA COMUM ESTADUAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	90	0	153	58.000.000
		TOTAL - FISCAL							0
		TOTAL - SEGURIDADE							7.167.927.077
		TOTAL - GERAL							7.167.927.077

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO I — CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									**158.993.990**
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 846	**0909 0643**	**COMPLEMENTO DA ATUALIZACAO MONETARIA DOS RECURSOS DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS (LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 2001)**							**158.993.990**
28 846	0909 0643 0101	COMPLEMENTO DA ATUALIZACAO MONETARIA DOS RECURSOS DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS (LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 2001) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	90	0	100	30.427.228
			S	3	1	90	0	184	128.566.762
		TOTAL - FISCAL							0
		TOTAL - SEGURIDADE							158.993.990
		TOTAL - GERAL							158.993.990

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO I — CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0099 INTEGRACAO DAS POLITICAS PUBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA									**1.488.317.496**
		OPERACOES ESPECIAIS							
11 331	**0099 0217**	**BOLSA DE QUALIFICACAO PROFISSIONAL PARA TRABALHADOR COM CONTRATO DE TRABALHO SUSPENSO**							**3.599.256**
11 331	0099 0217 0101	BOLSA DE QUALIFICACAO PROFISSIONAL PARA TRABALHADOR COM CONTRATO DE TRABALHO SUSPENSO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.599.256
		TRABALHADOR BENEFICIADO (UNIDADE) 2561	S	3	1	90	0	340	3.599.256
11 331	**0099 0581**	**PAGAMENTO DO BENEFICIO ABONO SALARIAL**							**565.868.027**
11 331	0099 0581 0101	PAGAMENTO DO BENEFICIO ABONO SALARIAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							565.868.027
		TRABALHADOR BENEFICIADO (UNIDADE) 1270276	S	3	1	90	0	340	565.868.027
11 331	**0099 0583**	**PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO**							**918.435.363**
11 331	0099 0583 0101	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							918.435.363
		TRABALHADOR BENEFICIADO (UNIDADE) 275302	S	3	1	90	0	340	808.690.371
			S	3	1	90	0	380	109.744.992
11 331	**0099 0653**	**PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR DOMESTICO**							**414.850**
11 331	0099 0653 0101	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR DOMESTICO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							414.850
		TRABALHADOR DOMESTICO BENEFICIADO (UNIDADE) 672	S	3	1	90	0	340	414.850
0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTAVEIS									**92.804.024**
		OPERACOES ESPECIAIS							
11 331	**0104 0585**	**PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO PESCADOR ARTESANAL**							**92.804.024**
11 331	0104 0585 0101	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO PESCADOR ARTESANAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							92.804.024
		PESCADOR BENEFICIADO (UNIDADE) 78516	S	3	1	90	0	340	54.872.496
			S	3	1	90	0	380	37.931.528
0107 ERRADICACAO DO TRABALHO ESCRAVO									**2.162.684**
		OPERACOES ESPECIAIS							
11 331	**0107 0686**	**PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR RESGATADO DE CONDICAO ANALOGA A DE ESCRAVO**							**2.162.684**
11 331	0107 0686 0101	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR RESGATADO DE CONDICAO ANALOGA A DE ESCRAVO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.162.684
		TRABALHADOR BENEFICIADO (UNIDADE) 1748	S	3	1	90	0	380	2.162.684
		TOTAL - FISCAL							0
		TOTAL - SEGURIDADE							1.583.284.204
		TOTAL - GERAL							1.583.284.204

ORGAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO I — CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
1384 PROTECAO SOCIAL BASICA									**836.232.795**
		OPERACOES ESPECIAIS							
08 241	**1384 0561**	**RENDA MENSAL VITALICIA POR IDADE**							**18.744.189**
08 241	1384 0561 0101	RENDA MENSAL VITALICIA POR IDADE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							18.744.189
			S	3	1	90	0	351	18.744.189
08 242	**1384 0565**	**RENDA MENSAL VITALICIA POR INVALIDEZ**							**746.187**
08 242	1384 0565 0101	RENDA MENSAL VITALICIA POR INVALIDEZ - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							746.187
			S	3	1	90	0	351	746.187
08 241	**1384 0573**	**BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA - LOAS**							**393.902.841**
08 241	1384 0573 0101	BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA - LOAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							393.902.841
			S	3	1	90	0	351	393.902.841
08 242	**1384 0575**	**BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA COM DEFICIENCIA - LOAS**							**422.839.578**
08 242	1384 0575 0101	BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA COM DEFICIENCIA - LOAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							422.839.578
			S	3	1	90	0	351	422.839.578
		TOTAL - FISCAL							0
		TOTAL - SEGURIDADE							836.232.795
		TOTAL - GERAL							836.232.795

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33904 - FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

ANEXO II — CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0083 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA									**206.601.142**
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 271	**0083 0117**	**PAGAMENTO DE SALARIO-FAMILIA**							**10.640.336**
09 271	0083 0117 0001	PAGAMENTO DE SALARIO-FAMILIA - NACIONAL							10.640.336
			S	3	1	90	0	154	10.640.336
09 271	**0083 0132**	**PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA URBANA**							**117.114.846**
09 271	0083 0132 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA URBANA - NACIONAL							117.114.846
			S	3	1	90	0	154	117.114.846
09 271	**0083 0133**	**PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS ESPECIAIS**							**72.998.680**
09 271	0083 0133 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS ESPECIAIS - NACIONAL							72.998.680
			S	3	1	90	0	154	72.998.680

09 271	**0083 0137**	**PAGAMENTO DE ABONO DE PERMANENCIA EM SERVICO**								**5.847.280**
09 271	0083 0137 0001	PAGAMENTO DE ABONO DE PERMANENCIA EM SERVICO - NACIONAL								5.847.280
			S	3	1	90	0	154		5.847.280
0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS										**512.000.000**
		OPERACOES ESPECIAIS								
28 846	**0901 0005**	**CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS**								**45.000.000**
28 846	0901 0005 0001	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL								45.000.000
			S	3	1	90	0	153		45.000.000
28 846	**0901 0482**	**CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR ORIUNDA DA JUSTICA COMUM ESTADUAL**								**6.000.000**
28 846	0901 0482 0001	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR ORIUNDA DA JUSTICA COMUM ESTADUAL - NACIONAL								6.000.000
			S	3	1	90	0	153		6.000.000
28 846	**0901 0625**	**CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS**								**461.000.000**
28 846	0901 0625 0001	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL								461.000.000
			S	3	1	90	0	153		461.000.000
		TOTAL - FISCAL								0
		TOTAL - SEGURIDADE								718.601.142
		TOTAL - GERAL								718.601.142

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 6.058, DE 8 DE MARÇO DE 2007

Promulga o Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 11 de novembro de 2002.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa celebraram, em Lisboa, em 11 de novembro de 2002, um Acordo sobre Serviços Aéreos;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o referido Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 477, de 22 de novembro de 2006;

Considerando que o Acordo entrou em vigor internacional em 3 de janeiro de 2007, nos termos de seu art. 24;

D E C R E T A :

Art. 1º O Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 11 de novembro de 2002, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de março de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Celso Luiz Nunes Amorim

ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA PORTUGUESA

A República Federativa do Brasil
e
A República Portuguesa
(doravante designadas "Partes Contratantes"),

Sendo Partes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta à assinatura em Chicago aos sete dias de dezembro de 1944;

Desejando desenvolver a cooperação na área do transporte aéreo e estabelecer as bases necessárias para a operação aéreos regulares;

Acordaram o seguinte:

ARTIGO 1
Definições

1.Para efeitos do presente Acordo, salvo se o texto o indicar de outro modo:

a) a expressão "autoridades aeronáuticas" significa, no caso da República Federativa do Brasil, o Ministro da Aeronáutica e, no caso da República Portuguesa, o Instituto Nacional de Aviação Civil ou, em ambos os casos, qualquer pessoa ou organismo autorizado a desempenhar as funções normalmente exercidas pelas referidas autoridades;

b) a expressão "Convenção" significa a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta à assinatura em Chicago aos sete dias de dezembro de 1944, e inclui qualquer anexo adotado ao abrigo do Artigo 90º da referida Convenção e qualquer emendada aos Anexos ou à Convenção, ao abrigo dos seus Artigos 90º e 94º, na medida em que esses anexos e emendas tenham sido adotados por ambas as Partes Contratantes;

c) a expressão "empresa designada" significa uma empresa de transporte aéreo que tenha sido designada e autorizada em conformidade com o Artigo 3 do presente Acordo;

d) a expressão "território", quando referida a um Estado, significa as regiões terrestres e as águas territoriais a elas adjacentes sob a soberania desse Estado;

e) as expressões "serviço aéreo", "serviço aéreo internacional", "empresa de transporte aéreo" e "escala para fins não comerciais", têm os significados que lhes são atribuídos no Artigo 96º da Convenção;

f) a expressão "tarifa" significa os preços cobrados por uma empresa de transporte aéreo pelo transporte de passageiros, bagagem e carga e as condições em que se aplicam, assim como os preços e condições referentes aos serviços de agência e outros serviços auxiliares, com exclusão, todavia, das remunerações ou condições relativas ao transporte de correio; e

g) a expressão "Anexo" significa o Quadro de Rotas apenso ao presente Acordo e quaisquer cláusulas ou notas constantes desse Anexo.

2.O Anexo ao presente Acordo é considerado uma parte inseparável do mesmo.

ARTIGO 2
Concessão de Direitos

1.Cada Parte Contratante concede à outra Parte Contratante os seguintes direitos para a exploração de serviços aéreos internacionais pela empresa designada pela outra Parte Contratante.

a) o direito de sobrevoar o território da outra Parte Contratante;

b) o direito de fazer escalas, no referido território, para fins não comerciais;

c) o direito de embarcar e desembarcar no seu território, passageiros, bagagens, carga e correio, separadamente ou em combinação, destinados a ou originados em pontos no território da outra Parte Contratante;

d) o direito de embarcar e desembarcar nos territórios de terceiros países, nos pontos especificados, passageiros, bagagens, carga e correio, separadamente ou em combinação, destinados a ou originados em pontos no território da outra Parte Contratante, sujeito às provisões contidas no Anexo, quanto aos direitos de tráfego acessório aí concedidos.

2.Nenhum dispositivo do parágrafo 1 deste Artigo será considerado como concessão a uma empresa designada de uma Parte Contratante do direito de embarcar, no território da outra Parte Contratante, passageiros, bagagens, carga e correio, transportados mediante pagamento ou retribuição e destinados a outro ponto no território daquela Parte Contratante.

ARTIGO 3
Designação das Empresas

1.Cada Parte Contratante terá o direito de designar até duas empresas de transporte aéreo para explorar os serviços acordados nas rotas especificadas. A notificação de tal designação deverá ser feita, por escrito, por troca de Notas diplomáticas, pelas autoridades aeronáuticas da Parte Contratante que tiver designado a empresa às autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante.

2.Uma vez recebida esta notificação, as autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante deverão, sob reserva das disposições dos parágrafos 3 e 4 deste Artigo, conceder, sem demora, a competente autorização de exploração às empresas designadas.

3.As autoridades aeronáuticas de uma Parte Contratante poderão exigir que as empresas designadas pela outra Parte Contratante demonstrem estar em condições de satisfazer os requisitos estabelecidos nas leis e regulamentos normal e razoavelmente aplicados por essas autoridades à exploração de serviços aéreos internacionais, em conformidade com as disposições da Convenção.

4.Cada Parte Contratante terá o direito de recusar conceder a autorização de exploração referida no parágrafo 2 deste Artigo, ou de a sujeitar às condições que julgar necessárias para o exercício, pelas empresas designadas, dos direitos especificados no Artigo 2 do presente Acordo, sempre que a referida Parte Contratante tenha razões para crer que uma parte substancial da propriedade e o controle efetivo dessa empresa não pertencem à Parte Contratante que a designou ou a nacionais seus.

5.As empresas de transporte aéreo assim designadas e autorizadas poderão iniciar, a qualquer momento, a exploração dos serviços acordados, desde que tenham sido aprovados os programas de exploração relativos a esses serviços e as respectivas tarifas estejam em vigor, de acordo com o disposto, respectivamente, nos Artigos 13 e 17 do presente Acordo.

6.Cada Parte Contratante terá o direito de retirar, através de notificação escrita, à outra Parte Contratante, a designação das suas empresas e de as substituir pela designação de outras empresas.

ARTIGO 4
Revogação, Suspensão e Limitação de Direitos

1.As autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante terão o direito de revogar uma autorização de exploração ou de suspender o exercício, pelas empresas designadas pela outra Parte Contratante, dos direitos especificados no Artigo 2 do presente Acordo, ou de sujeitar o exercício desses direitos às condições que julgar necessárias:

a) sempre que não tenha sido demonstrado que uma parte substancial da propriedade e o controle efetivo dessa empresa pertence à Parte Contratante que a designou ou a nacionais seus, ou

b) no caso de a empresa deixar de cumprir as leis ou regulamentos da Parte Contratante que concedeu esses direitos, ou

c) no caso de a empresa deixar de observar, na exploração dos serviços acordados, as condições estabelecidas no presente Acordo.

2.Salvo se a imediata revogação, suspensão ou imposição das condições mencionadas no parágrafo 1 deste Artigo forem necessárias para evitar novas infrações às leis, ou regulamentos, tal direito apenas será exercido após a realização de consultas com a outra Parte Contratante. Tais consultas deverão efetuar-se no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da proposta para a sua realização, salvo se acordado de outro modo.

ARTIGO 5
Leis e Regulamentos de Entradas e Saída

1.As leis, regulamentos e procedimentos de uma Parte Contratante relativos à entrada, permanência ou saída do seu território de aeronaves utilizadas na navegação aérea internacional, ou relativos à exploração e navegação de tais aeronaves no seu território, aplicar-se-ão às aeronaves de ambas as Partes Contratantes, tanto à chegada como à partida ou enquanto permanecerem no território dessa Parte Contratante.

2.As leis, regulamentos e procedimentos de uma Parte Contratante relativos à entrada, permanência ou saída do seu território de passageiros, tripulações, bagagem, carga e correio transportados a bordo de uma aeronave, tais como as formalidades de entrada, saída, imigração, passaportes, alfândegas e controle sanitário serão cumpridos por ou em nome desses passageiros, tripulações, bagagem, carga e correio à entrada, à saída ou enquanto permanecerem no território dessa Parte Contratante.

3.Nenhuma Parte Contratante poderá conceder qualquer preferência às suas próprias empresas relativamente às empresas da outra Parte Contratante na aplicação das leis e regulamentos referidos neste Artigo.

ARTIGO 6
Direitos Aduaneiros e Outros Encargos

1.Cada Parte Contratante, salvaguardando o princípio da reciprocidade, isentará as empresas designadas da outra Parte Contratante de direitos aduaneiros, emolumentos de inspeção e outros direitos ou impostos sobre aeronaves, combustíveis, lubrificantes, consumíveis técnicos, partes sobressalentes, motores, equipamento normal de bordo e de segurança dessas aeronaves, provisões de bordo, inclusive bebidas, tabaco e outros produtos destinados à venda a passageiros, em quantidade limitada durante o vôo, como outros bens destinados a uso exclusivo na operação ou manutenção das aeronaves, bem como bilhetes, cartas de porte, material impresso com o símbolo das empresas aéreas e material publicitário comum distribuído gratuitamente.

2.As isenções previstas neste Artigo serão concedidas aos bens referidos no parágrafo 1, quer sejam ou não usados ou consumidos totalmente no território da outra Parte Contratante que concedeu a isenção, quando:

a) introduzidos no território de uma Parte Contratante sob a responsabilidade das empresas designadas pela outra Parte Contratante;

b) mantidos a bordo das aeronaves das empresas designadas de uma Parte Contratante à chegada ou à saída do território da outra Parte Contratante;

c) embarcados nas aeronaves das empresas designadas de uma Parte Contratante no território da outra Parte Contratante e com o objetivo de serem consumidos na operação dos serviços acordados.

3.Os bens mencionados no parágrafo 1, aos quais foi concedida a isenção, não poderão ser alienados ou vendidos no território da mencionada Parte Contratante.

4.O equipamento normal de bordo, bem como os produtos e provisões existentes a bordo das aeronaves das empresas designadas de uma Parte Contratante, só poderão ser descarregados no território da outra Parte Contratante com autorização das suas autoridades aduaneiras. Nesse caso, poderão ser colocados sob a vigilância das referidas autoridades até que sejam reexportados ou de lhes ser dado outro destino, em conformidade com os regulamentos aduaneiros.

5.As Partes Contratantes permitirão o empréstimo, entre empresas aéreas, de equipamentos de aeronave, de equipamento de segurança, bem como de peças sobressalentes, com isenção de direitos alfandegários, quando utilizados na prestação de serviços aéreos internacionais regulares, ficando o seu controle limitado às formalidades necessárias para garantir que a devolução dos referidos equipamentos ou peças sobressalentes consista na sua restituição, qualitativa e tecnicamente idênticos, e que em nenhum caso a transação tenha caráter lucrativo.

6.Os passageiros, bagagem e carga em trânsito direto através do território de qualquer das Partes Contratantes e que não abandonem a área do aeroporto reservada a esse fim, serão apenas sujeitos, com exceção do que diz respeito a medidas de segurança contra a violência e pirataria aérea, a um controle simplificado. A bagagem e a carga em trânsito direto deverão ficar isentas de direitos aduaneiros e de outros impostos similares.

ARTIGO 7
Taxas de Utilização

As taxas pela utilização dos aeroportos, instalações e serviços de navegação aérea impostas por uma Parte Contratante às empresas designadas da outra Parte Contratante não deverão ser mais elevadas que as taxas a serem pagas pelas empresas nacionais de transporte aéreo, que explorem serviços regulares internacionais semelhantes. Essas taxas deverão ser adequadas e razoáveis e deverão ser baseadas em princípios econômicos sãos.

ARTIGO 8
Reconhecimento de Certificados e Licenças

1.Os certificados de aeronavegabilidade, certificados de aptidão e licenças emitidos ou validados por uma das Partes Contratantes, e dentro do seu prazo de validade, serão reconhecidos como válidos pela outra Parte Contratante para efeitos de exploração dos serviços acordados nas rotas especificadas, desde que tais certificados ou licenças tenham sido emitidos ou validados em conformidade com os padrões estabelecidos na Convenção.

2.Cada Parte Contratante reserva-se, porém o direito de não reconhecer, no que respeita a vôos sobre o seu próprio território, os certificados de aptidão e as licenças concedidas aos seus nacionais pela outra Parte Contratante.

ARTIGO 9
Segurança da Aviação Civil

1.Em conformidade com os direitos e obrigações que lhes são conferidos pela lei internacional, as Partes Contratantes reafirmam que o seu mútuo compromisso de protegerem a segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita constitui parte integrante do presente Acordo. Sem limitar a generalidade dos seus direitos e obrigações de acordo com a lei internacional, as Partes Contratantes deverão, em particular, atuar em conformidade com o disposto na Convenção Relativa às Infrações e a Certos Outros Atos Praticados a Bordo de Aeronaves, assinada em Tóquio, em 14 de setembro de 1963, na Convenção para Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves, assinada em Haia, em 16 de dezembro de 1970 e na Convenção para a Repressão aos Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal, em 23 de setembro de 1971 e no seu Protocolo Suplementar para Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos que prestem serviço à Aviação Civil Internacional, assinada em Montreal, em 24 de fevereiro de 1988, e qualquer acordo relativo à segurança da aviação a que ambas as Partes Contratantes venham a vincular-se.

2.As Partes Contratantes prestar-se-ão mutuamente, sempre que solicitado, toda a assistência necessária com vista a impedir atos de captura ilícita de aeronaves civis e outros atos ilícitos contra a segurança de tais aeronaves, seus passageiros e tripulações, aeroportos e serviços de navegação aérea, bem como qualquer outra ameaça à segurança da aviação civil.

3.Nas suas relações mútuas, as Partes Contratantes atuarão em conformidade com as disposições sobre segurança da aviação estabelecidas pela Organização da Aviação Civil Internacional e que se denominam Anexos à Convenção sobre Aviação Civil Internacional, na medida em que sejam aplicáveis às Partes Contratantes; estas exigirão que os operadores de aeronaves matriculadas no seu território ou operadores de aeronaves que nele tenham o seu principal local de negócios ou tenham a sua sede e os operadores de aeroportos situados no seu território atuem em conformidade com as referidas disposições sobre segurança da aviação.

4.Cada Parte Contratante aceita que tais operadores de aeronaves fiquem obrigados a observar as disposições sobre segurança da aviação referidas no parágrafo 3 exigidas pela outra Parte Contratante para a entrada, saída ou permanência no território dessa outra Parte Contratante. Cada Parte Contratante assegurará a aplicação efetiva, dentro do seu território, de medidas adequadas para proteger as aeronaves e inspecionar passageiros, tripulações, bagagem de mão, bagagem, carga e provisões de bordo, antes ou durante o embarque ou carregamento. Cada Parte Contratante considerará também favoravelmente qualquer pedido da outra Parte Contratante relativo à adoção de adequadas medidas especiais de segurança para fazer face a uma ameaça determinada.

5.Em caso de incidente ou ameaça de incidente de captura ilícita de aeronaves civis ou de outros atos ilícitos contra a segurança de tais aeronaves, seus passageiros e tripulações, aeroportos ou instalações de navegação aérea, as Partes Contratantes ajudar-se-ão mutuamente através da facilitação de comunicações e da adoção de outras medidas apropriadas com vista a pôr termo, de forma rápida e segura, a tal incidente ou ameaça de incidente.

ARTIGO 10
Representação e Atividades Comerciais

1.As empresas designadas de cada Parte Contratante poderão:

a) estabelecer no território da outra Parte Contratante representações destinadas à promoção do transporte aéreo e venda de bilhetes, bem como outras facilidades inerentes à exploração do transporte aéreo;

b) estabelecer e manter no território da outra Parte Contratante - em conformidade com as leis e regulamentos dessa outra Parte Contratante, relativos à entrada, residência e emprego - pessoal executivo, comercial, técnico e operacional e outro pessoal especializado necessário à exploração do transporte aéreo; e

c) proceder, no território da outra Parte Contratante, à venda direta do transporte aéreo e, se as empresas assim o desejarem, através dos seus agentes.

2.Cada empresa designada poderá proceder à venda desse transporte, na moeda daquele território ou em moedas livremente conversíveis de outros países, em conformidade com os regulamentos de câmbio em vigor, sendo, na mesma medida, qualquer pessoa livre para adquirir esse transporte.

3.No exercício das atividades comerciais, os mesmos princípios deverão ser aplicados às empresas designadas de ambas as Partes Contratantes. As autoridades competentes de cada Parte Contratante tomarão todas as medidas necessárias para assegurar que a representação das empresas designadas da outra Parte Contratante possam exercer as suas atividades de forma regular.

ARTIGO 11
Conversão e Transferência de Lucros

1.A empresa aérea designada de uma Parte Contratante terá o direito de converter e remeter para o exterior, a pedido, as receitas locais excedentes às somas aí desembolsadas.

2.A conversão e a remessa de tais receitas serão permitidas em conformidade com a legislação vigente, e não estarão sujeitas a quaisquer encargos administrativos ou cambiais, exceto os normalmente cobrados pelos bancos para sua execução.

3.O disposto neste artigo não desobriga as empresas aéreas designadas do pagamento dos impostos, taxas e contribuições a que estejam sujeitas, exceto:

a) no caso da República Federativa do Brasil, quanto ao Imposto Federal sobre a Renda e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, e, no caso da República Portuguesa, quanto ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS e ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC, conforme estabelecido na Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, celebrada em 16 de maio de 2000, em Brasília;

b) no caso da República Federativa do Brasil e observada a reciprocidade de tratamento em relação a qualquer ônus tributário de natureza similar, quanto à contribuição para o Programa de Integração Social-PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, conforme previsto no inciso V e no parágrafo 1 do artigo 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

4.No caso da existência de débitos de responsabilidade de empresas aéreas designadas relativos às contribuições mencionadas no parágrafo 3, "b", acima e à Contribuição Social para o Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, a República Federativa do Brasil, tendo em vista o disposto no artigo 4 e parágrafos da Medida Provisória nº 67, de 4 de setembro de 2002, e no artigo 38 e parágrafos da Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, e observada a reciprocidade de tratamento no tocante à remissão de eventuais débitos ou à não incidência de impostos, taxas ou qualquer outro ônus tributário abrangendo igual período, concede a remissão de tais débitos, constituídos ou não, inscritos ou não na Dívida Ativa, relativamente aos fatos geradores ocorridos até a data anterior àquela em que iniciados os efeitos da isenção concedida por meio do inciso V e do parágrafo 1 do artigo 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

5.O disposto no parágrafo 4 acima não implica a restituição de valores pagos até a data da entrada em vigor do presente Acordo.

ARTIGO 12
Capacidade

1.As empresas designadas de ambas as Partes Contratantes terão justa e igual oportunidade de exploração dos serviços acordados nas rotas a operar entre os seus respectivos territórios.

2.Na exploração dos serviços acordados, as empresas designadas de cada Parte Contratante deverão ter em consideração os interesses das empresas designadas da outra Parte Contratante, de forma a não afetar indevidamente os serviços prestados por estas últimas na totalidade ou parte das mesmas rotas.

3.Os serviços acordados oferecidos pelas empresas designadas das Partes Contratantes deverão manter uma estreita relação com a procura de transporte nas rotas especificadas e ter como objetivo principal a oferta, com uma taxa de ocupação razoável, de capacidade adequada às necessidades reais e razoavelmente previsíveis, incluindo as variações sazonais, do transporte de passageiros, bagagem, carga e correio, embarcados ou desembarcados em pontos nas rotas especificadas no território da Parte Contratante que tenha designado as empresas.

4.A exploração do transporte de passageiros, bagagem, carga e correio embarcados e desembarcados em pontos especificados, nos territórios de outros Estados que não aquele que designou as empresas, será efetuada de acordo com os princípios gerais aos quais a capacidade se deve adequar:

a) exigências de tráfego para e à partida do território da Parte Contratante que designou as empresas;

b) exigências de tráfego da área que o serviço acordado atravessa, tidos em conta com outros serviços de transporte aéreo estabelecidos por empresas dos Estados compreendidos nessa área, e

c) exigências de uma exploração econômica dos serviços considerados.

5.A capacidade a ser proporcionada nas rotas a operar pelas empresas designadas das duas Partes Contratantes será a que for determinada, de tempos em tempos, conjuntamente por ambas as Partes Contratantes.

6.Se, ao procederem à revisão da capacidade, as Partes Contratantes não chegarem a acordo sobre a capacidade a oferecer nos serviços acordados, a capacidade que poderá ser oferecida pelas empresas designadas de qualquer das Partes Contratantes não deverá exceder o total da capacidade, previamente acordada, incluindo a resultante de vôos adicionais previamente autorizados.

ARTIGO 13
Aprovação das Condições de Exploração

1.Os programas de exploração dos serviços acordados e, de uma forma geral, as condições da sua operação deverão ser submetidos, pela empresa designada de uma Parte Contratante, à aprovação das autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante pelo menos 30 (trinta) dias antes da data prevista para a sua entrada em vigor. Qualquer alteração significativa a esses programas ou às condições da sua operação será igualmente submetida, para aprovação, às autoridades aeronáuticas. O prazo acima indicado poderá, em casos especiais, ser reduzido mediante acordo das referidas autoridades.

2.Para alterações menores "ad hoc" ou em caso de vôos suplementares "ad hoc", a empresa designada de uma Parte Contratante deverá pedir prévia autorização às autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante, pelo menos quatro dias úteis antes da operação programada. Em casos especiais, este prazo limite poderá ser reduzido mediante acordo das referidas autoridades.

ARTIGO 14
Segurança Aérea

1.Cada Parte Contratante pode, a qualquer momento, solicitar consultas sobre a adoção, pela outra Parte Contratante, dos padrões de segurança em quaisquer áreas relacionadas com a tripulação, com a aeronave ou com as condições da sua operação. Tais consultas realizar-se-ão no prazo de 30 (trinta) dias após o referido pedido.

2.Se, na seqüência de tais consultas, uma Parte Contratante considerar que a outra Parte Contratante não mantém nem aplica efetivamente padrões de segurança, pelo menos iguais aos padrões mínimos estabelecidos de acordo com a Convenção, em qualquer destas áreas, a primeira Parte Contratante notificará a outra Parte Contratante dessas conclusões e das ações consideradas necessárias à adequação aos padrões mínimos mencionados, devendo a outra Parte Contratante tomar as necessárias medidas corretivas.

A não aplicação pela outra Parte Contratante das medidas adequadas, no prazo de 15 (quinze) dias ou num período superior se este for acordado, constitui fundamento para aplicação do Artigo 4 do presente Acordo.

3.Sem prejuízo das obrigações mencionadas no Artigo 33 da Convenção, é acordado que qualquer aeronave da empresa designada de uma Parte Contratante que opere serviços de ou para o território da outra Parte Contratante pode, enquanto permanecer no território da outra Parte Contratante, ser objeto de uma inspeção realizada por representantes autorizados da outra Parte Contratante, a bordo e no exterior da aeronave a fim de verificar não só a validade dos documentos da aeronave e da sua tripulação, bem como o estado aparente da aeronave e do seu equipamento (neste Artigo mencionado como "inspeções de placa"), desde que tal não implique atrasos desnecessários.

4.Se, na seqüência desta inspeção de placa ou de uma série de inspeções de placa surgirem:

a) sérias suspeitas de que uma aeronave ou de que as condições de operações de uma aeronave não cumprem os padrões mínimos estabelecidos pela Convenção; ou

b) sérias suspeitas sobre falhas de manutenção e sobre a aplicação efetivas dos padrões de segurança estabelecidos pela Convenção;

a Parte Contratante que efetuou a inspeção é livre de concluir, para os efeitos do Artigo 33 da Convenção, que os requisitos, certificados ou as licenças emitidas ou validadas para aeronave em questão ou para a sua tripulação, ou que os requisitos da operação da aeronave não são iguais ou superiores aos padrões mínimos estabelecidos pela Convenção.

5.Nos casos em que, para efeitos de uma inspeção de placa a uma aeronave, operada pela empresa designada por uma Parte Contratante, nos termos do parágrafo 3 acima mencionado, o acesso for negado pelos representantes dessa empresa designada, a outra Parte Contratante é livre para inferir que existem sérias suspeitas do tipo mencionado no parágrafo 4 supra e de obter as conclusões referidas nesse parágrafo.

6.Cada Parte Contratante reserva-se o direito de suspender ou alterar, imediatamente, a autorização de exploração da empresa designada pela outra Parte Contratante, caso a primeira Parte Contratante conclua, na seqüência de uma inspeção de placa, ou de uma série de inspeções de placa, ou de recusa no acesso para efetuar uma inspeção de placa, ou ainda na seqüência de consultas, que uma ação imediata é essencial à segurança da operação da empresa designada.

7.Qualquer ação tomada por uma Parte Contratante, de acordo com os parágrafos 2 ou 6 acima mencionados, será interrompida assim que o fundamento para essa ação deixe de existir.

ARTIGO 15
Sistemas Informatizados de Reserva

Cada Parte Contratante aplicará, no seu território, o Código de Conduta para a Regulamentação e a Operação dos Sistemas Informatizados de Reserva da OACI, de acordo com outras normas e obrigações aplicáveis relativas a sistemas informatizados de reserva.

ARTIGO 16
Fornecimento de Estatísticas

As autoridades aeronáuticas de uma Parte Contratante deverão fornecer às autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante, a pedido destas, as estatísticas que possam ser razoavelmente exigidas com objetivo de rever a capacidade oferecida nos serviços acordados.

ARTIGO 17
Tarifas

1.As tarifas a aplicar pela empresa designada de uma Parte Contratante para o transporte com destino ao ou à partida do território da outra Parte Contratante serão fixados a níveis razoáveis, tendo em devida conta todos os fatores relevantes, incluindo o custo de exploração, um lucro razoável e as tarifas das outras empresas que operem no todo ou em parte da mesma rota.

2.As tarifas a que se refere o parágrafo 1 deste Artigo serão, na medida do possível, acordadas entre as empresas designadas das duas Partes Contratantes, após consulta, se necessário, com outras empresas que explorem todas ou parte da rota, devendo tal acordo ser realizado, sempre que possível, mediante recurso aos procedimentos da associação do Transporte Aéreo Internacional, para fixação de tarifas.

3.As tarifas assim acordadas serão submetidas, para aprovação, às autoridades aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias antes da data proposta para a sua entrada em vigor. Em casos especiais, este prazo poderá ser reduzido sob reserva da concordância das referidas autoridades.

4.Esta aprovação será dada expressamente. Se nenhuma das autoridades aeronáuticas tiver manifestado o seu desacordo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da apresentação das tarifas nos termos do parágrafo 3 deste Artigo, estas serão consideradas aprovadas. No caso de redução do prazo para apresentação das tarifas, como previsto no parágrafo 3 deste Artigo, as autoridades aeronáuticas poderão acordar num prazo inferior a 30 (trinta) dias para notificação de qualquer desaprovação.

5.Se não for possível chegar a acordo sobre uma tarifa nos termos do parágrafo 2 deste Artigo ou se, durante o prazo aplicável nos termos do parágrafo 4 deste Artigo, uma das autoridades aeronáuticas notificar a outra autoridade aeronáutica da sua desaprovação de uma tarifa acordada em conformidade com as disposições do parágrafo 2, as autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes deverão esforçar-se por fixar a tarifa de comum acordo.

6.Se as autoridades aeronáuticas não puderem chegar a acordo sobre a aprovação de qualquer tarifa que lhes tenha sido submetida nos termos do parágrafo 3 deste Artigo, ou sobre a fixação de qualquer tarifa nos termos do parágrafo 5 deste Artigo, o diferendo deverá ser solucionado de harmonia com as disposições do Artigo 21 do presente Acordo, relativas a resolução de diferendos.

7.Qualquer tarifa fixada em conformidade com as disposições deste Artigo continuará em vigor até que uma nova tarifa seja fixada. A validade de uma tarifa não poderá, todavia, ser prorrogada, por força deste parágrafo, por um período superior a 12 (doze) meses a contar da data em que deveria ter expirado.

ARTIGO 18
Consultas

1.Em espírito de estreita cooperação, as autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes consultar-se-ão, sempre que o julgarem necessário, com objetivo de assegurar a implementação e o cumprimento satisfatório das provisões deste Acordo, ou para discutir qualquer problema relacionado com este.

2.Tais consultas deverão ter início no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do pedido apresentado, por escrito, por uma Parte Contratante, a menos que de outro modo seja acordado por ambas as Partes Contratantes.

ARTIGO 19
Modificação do Acordo

1.Se qualquer das Partes Contratantes considerar conveniente modificar qualquer disposição do presente Acordo, poderá, a todo o momento, solicitar uma consulta à outra Parte Contratante. Tal consulta deverá ter início no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do pedido, a menos que de outro modo seja acordado.

2.Qualquer alteração ou modificação do presente Acordo será acordada entre as Partes Contratantes, em conformidade com as suas próprias disposições constitucionais, e entrará em vigor na data da segunda Nota em que uma Parte Contratante informar a outra do cumprimento de suas disposições constitucionais.

3.As alterações ao Anexo poderão ter lugar por entendimento direto entre as autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes e entrarão em vigor mediante troca de Notas diplomáticas entre as Partes Contratantes.

ARTIGO 20
Conformidade com Convenções Multilaterais

O presente Acordo e o seu Anexo serão automaticamente considerados alterados na medida necessária à sua conformidade com qualquer Convenção multilateral ou Acordo que venha a vincular ambas as Partes Contratantes.

ARTIGO 21
Resolução de Diferendos

1.Se surgir algum diferendo entre as Partes Contratantes relativos à interpretação ou aplicação do presente Acordo, as Partes Contratantes deverão, em primeiro lugar, procurar solucioná-lo através de negociações diretas.

2.Se as Partes Contratantes não chegarem a uma solução pela via da negociação, poderão acordar em submeter o diferendo à decisão de uma pessoa ou organismo ou, tal diferendo poderá, a pedido de qualquer uma das Partes Contratantes, ser submetido à decisão de um tribunal arbitral composto por três árbitros, sendo nomeado um por cada Parte Contratante e o terceiro designado pelos dois assim nomeados. Cada uma das Partes Contratantes deverá nomear um árbitro dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da recepção por qualquer das Partes Contratantes de uma notificação da outra Parte Contratante, feita por via diplomática, solicitando a arbitragem do diferendo, e o terceiro árbitro será designado dentro de um novo período de 60 (sessenta) dias. Se qualquer das Partes Contratantes não nomear um árbitro dentro do período especificado ou se o terceiro árbitro não tiver sido designado, o Presidente do Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional poderá, a pedido de qualquer das Partes Contratantes, designar um árbitro ou árbitros conforme for necessário. Nessa circunstância, o terceiro árbitro deverá ser nacional de um terceiro Estado e assumirá as funções de presidente do tribunal arbitral.

3.No processo de arbitragem, deverá ter-se em conta as legislações vigentes de cada Parte Contratante.

4.As Partes Contratantes comprometem-se a aceitar qualquer decisão ao abrigo do parágrafo 2 deste Artigo.

5.Cada uma das Partes Contratantes pagará as despesas do árbitro por si nomeado. As restantes despesas do tribunal arbitral deverão ser repartidas em partes iguais pelas Partes Contratantes.

ARTIGO 22
Denúncia

1.Qualquer das Partes Contratantes poderá, a todo o momento, notificar a outra Parte Contratante, por escrito, através de canais diplomáticos, da sua decisão de denunciar o presente Acordo; tal notificação será simultaneamente comunicada à Organização da Aviação Civil Internacional. Neste caso o Acordo terminará 12 (doze) meses após a data da recepção da notificação pela outra Parte Contratante, salvo se a notificação da denúncia for retirada por mútuo acordo antes de expirar aquele prazo. Caso a outra Parte Contratante não acuse a recepção da notificação, esta será considerada como tendo sido recebida 14 (catorze) dias após a sua recepção pela Organização da Aviação Civil Internacional.

2.No caso em que qualquer das empresas designadas esteja a operar os serviços acordados, a validade do Acordo prorrogar-se-á até o fim do período do programa de horários aprovado.

ARTIGO 23
Registro na OACI

Este Acordo e qualquer alteração ao mesmo serão registrados junto da Organização da Aviação Civil Internacional.

ARTIGO 24
Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor trinta dias após a data da recepção da segunda Nota diplomática em que uma das Partes Contratantes informar a outra do cumprimento dos procedimentos internos necessários à sua aprovação. Quando entrar em vigor, este Acordo revogará o Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares celebrado em Brasília no dia 7 de maio de 1991.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinam o presente Acordo.

Feito em Lisboa, em 11 de novembro de 2002, em dois exemplares originais, no idioma português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Celso Lafer
Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA PORTUGUESA
António Martins da Cruz
Ministro dos Negócios Estrangeiros

ANEXO

Quadro de Rotas

Seção 1:

Rotas a operar em ambas as direções pelas empresas designadas pela República Portuguesa:

Pontos em Portugal - Pontos intermédios - Pontos no Brasil - Pontos além

Seção 2:

Rotas a operar em ambas as direções pelas empresas designadas pela República Federativa do Brasil:

Pontos no Brasil - Pontos intermédios - Pontos em Portugal - Pontos além

Direitos ao Tráfego Acessórios:

1.Portugal concede ao Brasil, na operação das suas empresas designadas, direitos de tráfego de quinta liberdade de e para os seguintes pontos:

Londres, Roma, Amsterdã, Viena e Moscou. Os direitos de quinta liberdade referentes a Londres ficam inicialmente restritos a duas freqüências semanais.

2.Brasil concede a Portugal, na operação das suas empresas designadas, direitos de tráfego de quinta liberdade de e para os seguintes pontos:

Sal (Cabo Verde), Buenos Aires, Santiago do Chile, Montevidéu e Assunção.

Notas:

1.As empresas designadas de ambas as Partes Contratantes podem operar as escalas das suas rotas especificadas, em um ou em todos os vôos, na ordem que desejarem.

2.As empresas designadas de cada Parte Contratante podem, em todos ou alguns vôos, omitir escalas em pontos intermediários e/ou além acima mencionados, desde que os serviços acordados nessa rota comecem ou terminem no território da Parte Contratante que designou a empresa.

3.Na operação dos serviços acordados, as empresas designadas de cada Parte Contratante podem incluir escalas em terceiros países, desde que essas escalas sejam operadas sem direitos de tráfego em relação à outra Parte Contratante.

DECRETO Nº 6.059, DE 8 DE MARÇO DE 2007

Dispõe sobre o saldo remanescente das autorizações para admissão de pessoal, constantes do Anexo V da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006 - Lei Orçamentária Anual de 2006.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 92 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006,

D E C R E T A :

Art. 1º O saldo remanescente das autorizações para admissão de pessoal, constantes do anexo V da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006 - Lei Orçamentária Anual de 2006 - no âmbito do Poder Executivo Federal, é o constante do Anexo a este Decreto.

Art. 2º O saldo remanescente de que trata o art. 1º poderá ser utilizado no exercício de 2007, observada a disponibilidade orçamentária.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de março de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Paulo Bernardo Silva

ANEXO

Saldo remanescente das admissões de pessoal, constantes do Anexo V da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006 - Lei Orçamentária Anual de 2006.

Área	**Saldo remanescente**
Auditoria e Fiscalização	67
Gestão e Diplomacia	0
Jurídica	102
Defesa e Segurança Pública	283
Cultura, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia	172
Seguridade Social, Educação e Esportes	0
Regulação do Mercado, dos Serviços Públicos e do Sistema Financeiro	298
Indústria, Comércio, Infra-estrutura, Agricultura e Reforma Agrária	0
Total	922

DECRETO DE 8 DE MARÇO DE 2007

Retifica o art. 1º do Decreto de 4 de janeiro de 2006, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que menciona, na parte relativa ao inciso II - "Fazenda Santa Maria", no Município de Presidente Kennedy, Estado do Espírito Santo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 2º da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica retificado o inciso II do art. 1º do Decreto de 4 de janeiro de 2006, publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte, Seção 1, página 2, a fim de consignar que a área da "Fazenda Santa Maria" é de mil, trezentos e quarenta e três hectares, sessenta e três ares e oitenta e seis centiares, situado no Município de Presidente Kennedy, objeto dos Registros nºs R-1-8.281, Ficha 81, Livro 2-AQ; R-4-174, Ficha 174, Livro 2; R-1-175, Ficha 175, Livro 2; R-2-7.559, Ficha 159, Livro 2-AM; R-1-7.323, Ficha 123, Livro 2-AL; R-1-7.188, Ficha 188, Livro 2-AK; R-3-577, Ficha 177, Livro 2-B; R-1-6.767, Ficha 167, Livro 2-AI; R-3-4.940, Ficha 140, Livro 2-Z; R-1-4.939, Ficha 139, Livro 2-Z; R-2-4.938, Ficha 138, Livro 2-Z; R-1-4.133, Ficha 133, Livro 2-U; R-1-1.533, Ficha 133, Livro 2-G; R-1-1.534, Ficha 134, Livro 2-G; R-1-1.535, Ficha 135, Livro 2-G; R-1-1.536, Ficha 136, Livro 2-G; R-1-1.389, Ficha 189, Livro 2-F; R-1-1, Ficha 01, Livro 2; Matrículas nºs 10.167, Ficha 167, Livro 2-AZ; 10.168, Ficha 168, Livro 2-AZ; 10.169, Ficha 169, Livro 2-AZ; 10.170, Ficha 170, Livro 2-AZ; 10.171, Ficha 171, Livro 2-AZ; 10.172, Ficha 172, Livro 2-AZ; 10.173, Ficha 173, Livro 2-AZ; 10.174, Ficha 174, Livro 2-AZ; 10.175, Ficha 175, Livro 2-AZ; 10.176, Ficha 176, Livro 2-AZ; 10.177, Ficha 177, Livro 2-AZ; 10.178, Ficha 178, Livro 2-AZ; 10.179, Ficha 179, Livro 2-AZ; 10.180, Ficha 180, Livro 2-AZ; 10.181, Ficha 181, Livro 2-AZ; 10.182, Ficha 182, Livro 2-AZ; e 10.183, Ficha 183, Livro 2-AZ, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Kennedy, Estado do Espírito Santo (Processo INCRA/SR-20/nº 54340.000321/2005-03), e não como constou daquele ato.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de março de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guilherme Cassel

DECRETO DE 8 DE MARÇO DE 2007

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Tauá", situado no Município de Japaratinga, Estado de Alagoas, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 2º da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Tauá", com área de setenta e três hectares, oitenta e um ares e noventa e um centiares, situado no Município de Japaratinga, objeto do Registro nº R-1-2.598, fls. 01, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Maragogi, Estado de Alagoas (Processo INCRA/SR-22/nº 54360.000481/2006-97).

Art. 2º Este Decreto, independentemente de discriminação ou arrecadação, não outorga efeitos indenizatórios a particular, relativamente a áreas de domínio público constituído por lei ou registro e a áreas de domínio privado colhido por nulidade, prescrição, comisso ou ineficácia operada exclusivamente a benefício de qualquer pessoa jurídica de direito público, excetuadas as benfeitorias de boa-fé nelas existentes anteriormente à ciência do início do procedimento administrativo, excluindo-se ainda dos seus efeitos os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas e qualquer benfeitoria introduzida por quem venha a ser beneficiado com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, atestada a legitimidade dominial privada da mencionada matrícula, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e a manter as áreas de Reserva Legal e preservação permanente previstas na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de março de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guilherme Cassel

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 123, de 8 de março de 2007. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 26.390.

Nº 124, de 8 de março de 2007. Proposta ao Congresso Nacional para que seja autorizada a aquisição de imóvel situado no Estado de Goiás, com área de 142,4 hectares, por cidadãos estrangeiros de nacionalidade norte-americana.

Nº 125, de 8 de março de 2007. Encaminhamento ao Congresso Nacional, do ato constante do Decreto de 13 de dezembro de 2006, que "Renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Platinense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná".

Nº 126, de 8 de março de 2007. Encaminhamento ao Congresso Nacional, do ato constante da Portaria nº 407, de 28 de agosto de 2006, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação Amigos de Ielmo Marinho a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte.

Nº 127, de 8 de março de 2007. Encaminhamento ao Congresso Nacional, do ato constante do Decreto de 13 de dezembro de 2006, que "Renova a concessão outorgada à Rádio Videira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Videira, Estado de Santa Catarina".

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Exposição de Motivos

Nº 98, de 22 de março de 2006. Processo nº 53000.002923/2005-85. Transferência indireta do controle societário da Rádio Progresso de Russas Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Russas, Estado do Ceará. Autorizo. Em 8 de março de 2007.

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 1º DE MARÇO DE 2007

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, conforme o deliberado em reunião realizada no dia 1º de março de 2007, com fundamento no inciso XIV do art 2° do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e tendo em vista o disposto nas Decisões nºs 68/00, 21/02, 31/03 e 38/05, do Conselho do Mercado Comum, do MERCOSUL, e na Resolução CAMEX n° 43, de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1° Na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum, de que trata o Anexo II da Resolução CAMEX n° 43, de 22 de dezembro de 2006:

a) ficam excluídos os seguintes códigos, cujas alíquotas do Anexo I da citada Resolução deixam de ser assinaladas com o sinal gráfico "#":

NCM	Descrição
2926.10.00	-Acrilonitrila
7302.10.10	De aço, de peso linear superior ou igual a 44,5kg/m
8502.31.00	--De energia eólica
9018.90.40	Rins artificiais

b) ficam incluídos os seguintes códigos, cujas alíquotas do Anexo I da citada Resolução passam a ser assinaladas com o sinal gráfico "#":

NCM	Descrição	Alíquota (%)
2836.20.10	Anidro	0
2934.20.90	Outros	14
	Ex 001 - Qualquer produto classificado no código 2934.20.90, exceto 1,2-Benzisotiazolin-3-ona	2
3004.90.78	Tacrolimus	2
	Ex 001 - Amprenavir; aprepitanto; delavirdina ou seu mesilato; efavirenz; emtricitabina; etopósido; fosamprenavir cálcico; fosfato de fludarabina; gencitabina ou seu cloridrato; raltitrexida; ritonavir; tenipósido	0
3903.30.20	Sem carga	2

c) a alíquota do código NCM 2926.90.91 passa a ser de 2%, limitada a uma quota de 40.000 toneladas para importação em um prazo de até 12 meses, contado a partir da data de publicação desta Resolução, resguardadas as possibilidades de modificação da referida Lista, conforme a Decisão CMC nº 38/05;

d) ficam incluídos os seguintes "Ex" em códigos que já integram a referida Lista:

NCM	Descrição	Alíquota (%)
3004.90.39	Ex 010 - Contendo lumiracoxib	0
3004.90.69	Ex 032 - Contendo rivastigmina	0
	Ex 033 - Contendo deferasirox	0
	Ex 034 - Contendo oxcarbazepina	0
3004.90.79	Ex 020 - Contendo everolimus	0
	Ex 021 - Contendo adefovir	0
	Ex 022 - Contendo entecavir	0

e) fica excluído o Ex 018 da NCM 3004.90.79, em razão de o produto ter sido reclassificado para a NCM 3004.90.78.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO FURLAN
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 1º DE MARÇO DE 2007

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, conforme o deliberado em reunião do dia 1º de março de 2007, com fundamento no inciso XIV do art. 2º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e considerando a Decisão nº 40/05 do Conselho do Mercado Comum (CMC), resolve:

Art. 1º Fica alterada para 0% (zero por cento), até 31 de dezembro de 2008, na condição de Ex-tarifário especial, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação incidente sobre o seguinte Bem de Capital:

NCM	DESCRIÇÃO
9018.90.40	Ex 001 - Rins artificiais com controle transmembrana, detector de sangue, controle volumétrico de ultrafiltração, módulos de ultrafiltração de função única e de sódio variável

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO FURLAN

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 36, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o que consta dos Processos nº 21000.005624/2004-25 e nº 21000.003126/2005-29, resolve:

Art. 1º Instituir a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura - CDSA, com o objetivo de orientar as atividades e projetos desenvolvidos no âmbito dos órgãos e colegiados nacionais e internacionais em que o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA tem assento, e assegurar os posicionamentos dos seus representantes nos citados colegiados conforme sua competência institucional, no que pertine às áreas de meio ambiente, mudança climática, extrativismo, manejo de florestas, áreas de proteção ambiental, biodiversidade, recursos genéticos, propriedade intelectual e biotecnologia.

IX - CTNBio -Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
X - CNBS - Conselho Nacional de Biossegurança.
XI - PNAP - Comissão Coordenadora do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
XII - COMISSÃO DA LEI DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS
XIII - CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos

§ 1º A CDSA articulará a formação do posicionamento institucional, mediante discussão dos temas com os representantes do MAPA nos órgãos e colegiados indicados, com observância dos pareceres técnicos sobre os respectivos temas.

§ 2º Os representantes do MAPA nos órgãos e colegiados deverão observar o posicionamento institucional e relatar, periodicamente, à CDSA, as discussões e resultados alcançados.

Art. 2º A CDSA será constituída por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos do MAPA e entidades vinculadas:

I - Gabinete do Ministro:
a) Assessoria Parlamentar - ASPAR;
b) Assessoria de Comunicação Social - ACS; e
c) Consultoria Jurídica - CONJUR;
II - Secretaria-Executiva - SE;
III - Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA;
IV - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC:
a) Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária - DEPTA; e
b) Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade - DEPROS;
V - Secretaria de Política Agrícola - SPA;
VI - Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE;
VII - Secretaria de Relações Internacionais e Agronegócio - SRI;
VIII - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;
IX - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;
X - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC; e
XI - Instituto Nacional de Meteorologia - INMET.

§ 1º A CDSA será coordenada pelo Secretário-Executivo do MAPA.

§ 2º Caberá aos titulares dos órgãos do MAPA e das entidades vinculadas citados neste artigo indicar os respectivos representantes, titulares e suplentes, para comporem a CDSA, cujo ato de designação será do Secretário-Executivo.

§ 3º Fica facultado à CDSA solicitar a participação de especialistas para assessorá-la em temas específicos, no âmbito de sua atuação, bem como propor audiências ou reuniões com outras áreas de governo e com representantes do agronegócio e da sociedade civil organizada.

Art. 3º A CDSA será secretariada por servidor indicado pelo Secretário-Executivo, a ser designado em ato próprio, com as seguintes atribuições:

I - organizar e submeter ao Coordenador da CDSA a pauta dos assuntos das reuniões;
II - convocar os membros da CDSA para as reuniões;
III - convidar representantes de órgãos e entidades públicas e privadas para participar de reuniões da CDSA, ou de trabalhos por ela desenvolvidos, na forma da orientação do Coordenador;
IV - interagir com órgãos e entidades públicas e privadas nos assuntos relacionadas à CDSA, na forma da orientação do Coordenador;
V - requerer dos representantes do MAPA nos órgãos e colegiados que tratam de assuntos do âmbito de atuação da CDSA relatórios das discussões e resultados alcançados;
VI - solicitar aos órgãos que a compõem, sempre que julgar necessário, apoio operacional para consecução dos seus objetivos;
VII - substituir o Coordenador da Comissão em seus impedimentos legais;
VIII - organizar cadastro e arquivo relativos à CDSA;
IX - secretariar e elaborar as atas das reuniões; e
X - praticar demais atos que lhe forem atribuídos pelo Coordenador da CDSA.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva proporcionará as condições necessárias ao funcionamento da CDSA.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as Portarias Ministeriais nº 203, de 2 de agosto de 2004, nº 280, de 2 de junho de 2005, e a Portaria SE nº 129, de 24 de agosto de 2005.

LUÍS CARLOS GUEDES PINTO

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 31, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2007

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, anexo I, do Decreto n° 5351, de 21 de janeiro de 2005 e tendo em vista o que consta do Processo nº 21053.000027/2006-51, resolve:

Art. 1º Conceder extensão de escopo de credenciamento para o Laboratório de Resíduos de Pesticidas e Análises Cromatográficas da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - ESALQ, CNPJ nº 63.025.530/0025-81, situado na Av. Pádua Dias 11, Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia Agrícola, Piracicaba-SP, para realizar análises de resíduos químicos em mel, conforme lista de substâncias e técnicas analíticas constantes do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GABRIEL ALVES MACIEL

ANEXO I

1. Lista de substâncias objeto da extensão de escopo a que se refere esta portaria.

Grupo Químico	**Analito/Substância**	**Método/Técnica**	**Matriz / Espécie**
Compostos Halogenados (organoclorados, dicarboximidas e clorodifenilsulfonas)	Iprodiona	GC-MS	MEL
	Tetradifona		
	Vinclozolina		
	Captana		
	4,4 DDE		
	Lindano		
Organofosforados	Dimetoato		
	Dissulfoton		
Piretróides	Fenpropatrina		

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 9, DE 7 DE MARÇO DE 2007

Resumos dos pedidos de Registro Especial Temporário atendendo aos dispositivos legais do artigo 27 do Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei 7.082,de 11 de julho de 1989.

1.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: AE 01727747 02 SC52 A1
Grupo Químico: Tricetona
Ingrediente Ativo: Tembotrione
Nome do Requerente: Bayer Cropscience Ltda
Número do Processo: 21000.001466/2007-87; Data do protocolo: 1 de Março de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de milho.

2.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: BCS 2004
Grupo Químico: Alkylazine+Triazolinona
Ingrediente Ativo: AE 1170437 e Amicarbazone
Nome do Requerente: Bayer Cropscience Ltda
Número do Processo: 21000.001468/2007-76; Data do protocolo: 1 de Março de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de cana-de-açúcar,arroz,citros,café,banana,abacaxi,videira,batata,berinjela,pimentão,
alogodão,acerola,pinus,eucalipto,álamo,macieira,pesseguei-ro,mamoeiro,mamaoneira,dendê,coco,
pupunha,mangueira,pinhão manso,gramado,figueira,seringueira.

3.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: BCS 2003
Grupo Químico: Alkylazine
Ingrediente Ativo: AE 1170437
Nome do Requerente: Bayer Cropscience Ltda
Número do Processo: 21000.001467/2007-21; Data do protocolo: 1 de Março de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de cana-de-açúcar,arroz,citros,café,banana,abacaxi,videira,batata,berinjela,pimentão,
alogodão,acerola,pinus,eucalipto,álamo,macieira,pesseguei-ro,mamoeiro,mamaoneira,dendê,coco,
pupunha,mangueira,pinhão manso,gramado,figueira,seringueira.

4.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: BCS 2001
Grupo Químico: Alkylazine+Triazolinona
Ingrediente Ativo: AE 1170437 e Metribuzin
Nome do Requerente: Bayer Cropscience Ltda
Número do Processo: 21000.001469/2007-11; Data do protocolo: 1 de Março de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de cana-de-açúcar,arroz,citros,café,banana,abacaxi,videira,batata,berinjela,pimentão,
alogodão,acerola,pinus,eucalipto,álamo,macieira,pesseguei-ro,mamoeiro,mamaoneira,dendê,coco,
pupunha,mangueira,pinhão manso,gramado,figueira,seringueira.

5.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: BCS 2008
Grupo Químico: Alkylazine+Triazolinona
Ingrediente Ativo: AE 1170437 e Lodosulfuron
Nome do Requerente: Bayer Cropscience Ltda
Número do Processo: 21000.001471/2007-90; Data do protocolo: 1de Março de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de cana-de-açúcar,arroz,citros,café,banana,abacaxi,videira,batata,berinjela,pimentão,
alogodão,acerola,pinus,eucalipto,álamo,macieira,pesseguei-ro,mamoeiro,mamaoneira,dendê,coco,
pupunha,mangueira,pinhão manso,gramado,figueira,seringueira.

6.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: BCS 2005
Grupo Químico: Alkylazine+Triazolona
Ingrediente Ativo: AE 1170437 e Sulfentrazone
Nome do Requerente: Bayer Cropscience Ltda
Número do Processo: 21000.001472/2007-34; Data do protocolo: 1 de Março de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de cana-de-açúcar,arroz,citros,café,banana,abacaxi,videira,batata,berinjela,pimentão,
algodão, acerola,pinus,eucalipto,álamo,macieira,pesseguei-ro,mamoeiro,mamaoneira,dendê,coco,
pupunha,mangueira,pinhão manso,gramado,figueira,seringueira.

7.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: BCS 2007
Grupo Químico: Alkylazine+Grupo homoalanina substituída
Ingrediente Ativo: AE 1170437 e Glufosinato-Amônio
Nome do Requerente: Bayer Cropscience Ltda
Número do Processo: 21000.001470/2007-45; Data do protocolo: 1 de Março de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de cana-de-açúcar,arroz,citros,café,banana,abacaxi,videira,batata,berinjela,pimentão,
algodão, acerola,pinus,eucalipto,álamo,macieira,pesseguei-ro,mamoeiro,mamaoneira,dendê,coco,
pupunha,mangueira,pinhão manso,gramado,figueira,serin-gueira.
8.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: SIP 987
Grupo Químico: Sulfoniluréia
Ingrediente Ativo: Nicossulfuron
Nome do Requerente: Sipcam Agro S/A
Número do Processo: 21000.001370/2007-19; Data do protocolo: 28 de Fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de milho.
9.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: SIP 970-85%
Grupo Químico: Neonicotinóide
Ingrediente Ativo: Imidacloprid
Nome do Requerente: Sipcam Agro S/A
Número do Processo: 21000.001368/2007-40; Data do protocolo: 28 de Fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de abacaxi,abobrinha,algodão,alho,batata,cana-de-açúcar,citros,crisântemo,eucalipto,
Feijão,fumo,melancia,melão,pepino,pimentão,pinus,repo-lho,tomate.
10.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: SIP 981-20%
Grupo Químico: Metilcarbamato de Benzofuranila
Ingrediente Ativo: Carbosulfan
Nome do Requerente: Sipcam Agro S/A
Número do Processo: 21000.001359/2007-59; Data do protocolo: 28 de Fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de algodão,citros.
11.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: SIP 975
Grupo Químico: Triazinona
Ingrediente Ativo: Metribuzin
Nome do Requerente: Sipcam Agro S/A
Número do Processo: 21000.001361/2007-28; Data do protocolo: 28 de Fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de batata,café,cana-de-açúcar,mandioca,soja,trigo.
12.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: SIP 973
Grupo Químico: Metilcarbamato de Oxima
Ingrediente Ativo: Metomil
Nome do Requerente: Sipcam Agro S/A
Número do Processo: 21000.001360/2007-83; Data do protocolo: 28 de Fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de algodão,batata,brócolis,couve,milho,repolho,soja,tomate,trigo.
13.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: SIP 971
Grupo Químico: Neonicotinóide
Ingrediente Ativo: Imidacloprid
Nome do Requerente: Sipcam Agro S/A
Número do Processo: 21000.001369/2007-94; Data do protocolo: 28 de Fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de algodão,amendoim,arroz,aveia,cevada,feijão,milho,soja,trigo.
14.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: SIP 961
Grupo Químico: Avermectinas
Ingrediente Ativo: Abamectin
Nome do Requerente: Sipcam Agro S/A
Número do Processo: 21000.001355/2007-71; Data do protocolo: 28 de Fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de algodão,batata,café,citros,coco,crisântemo,ervilha,feijão,feijão-vagem,figo,mamão,
manga,maçã,melancia,melão,morango,pepino,pimentão,pêra,pêssego,rosa,tomate,uva.
15.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: SIP 979
Grupo Químico: Éter Difenílico
Ingrediente Ativo: Lactofem
Nome do Requerente: Sipcam Agro S/A
Número do Processo: 21000001353/2007-81; Data do protocolo: 28 de Fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de Soja
16.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: SIP 983
Grupo Químico: Isoxazol
Ingrediente Ativo: Isoxaflutole WG
Nome do Requerente: Sipcam Agro S/A
Número do Processo: 21000.001356/2007-15; Data do protocolo: 28 de Fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de cana-de-açúcar,milho,mandioca.
17.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: SIP 985
Grupo Químico: Benzoiluréia
Ingrediente Ativo: Triflumuron
Nome do Requerente: Sipcam Agro S/A
Número do Processo: 21000.001354/2007-26; Data do protocolo: 28 de Fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de algodão,citros,milho,soja,tomate,trigo.
18.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: SIP 970-70%
Grupo Químico: neonicotinóide
Ingrediente Ativo: Imidacloprid
Nome do Requerente: Sipcam Agro S/A
Número do Processo: 21000.001371/2007-63; Data do protocolo: 28 de Fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de abacaxi,abobrinha,alface,algodão,alho,batata,cana-de-açúcar,cebola,citros, crisântemo,eucalipto,feijão,fumo,melancia,melão,pepino,pimentão,pinus,repolho,tomate.
19.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: SIP 963
Grupo Químico: Estrobilurina+Triazol
Ingrediente Ativo: Azoxistrobin+Tetraconazole
Nome do Requerente: Sipcam Agro S/A
Número do Processo: 21000.001352/2007-37; Data do protocolo: 28 de Fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de algodão,amendoim,arroz,banana,café,cevada,feijão,milho,soja,trigo,uva.
20.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: SIP 999
Grupo Químico: Fenilpiridinilamina
Ingrediente Ativo: Fluazinam
Nome do Requerente: Sipcam Agro S/A
Número do Processo: 21000.001362/2007-72; Data do protocolo: 28 de Fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de batata,feijão,maçã,morango,pêssego,tomate.
21.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: SIP 965
Grupo Químico: Piretróide
Ingrediente Ativo: Cypermethrin
Nome do Requerente: Sipcam Agro S/A
Número do Processo: 21000.001363/2007-17; Data do protocolo: 28 de fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de alho,algodão,arroz,batata,café,cebola,mamão,milho,soja,tomate,trigo.
22.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: SIP 981-40%
Grupo Químico: Metilcarbamato de Benzofuranila
Ingrediente Ativo: Carbosulfan
Nome do Requerente: Sipcam Agro S/A
Número do Processo: 21000.001364/2007-61; Data do protocolo: 28 de Fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de algodão,citros,coco,feijão.
23.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: SIP 977
Grupo Químico: Triazinona
Ingrediente Ativo: Hexazinona
Nome do Requerente: Sipcam Agro S/A
Número do Processo: 21000.001365/2007-14; Data do protocolo: 28 de Fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de cana-de-açúcar.
24.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: SIP 968
Grupo Químico: Pirazol
Ingrediente Ativo: Fipronil 80%
Nome do Requerente: Sipcam Agro S/A
Número do Processo: 21000.001366/2007-51; Data do protocolo: 28 de Fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de algodão,batata,cana-de-açúcar,milho,soja.
25.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: SIP 967
Grupo Químico: Pirazol
Ingrediente Ativo: Fipronil
Nome do Requerente: Sipcam Agro S/A
Número do Processo: 21000.001358/2007-12; Data do protocolo: 28 de Fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de algodão,arroz,feijão,milho,soja,trigo.
26.Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário
Marca/Código: Ferocitrus Minador
Grupo Químico: Aldeídos Alifáticos
Ingrediente Ativo: Não Consta
Nome do Requerente: Cesis-Consultoria em Regulamentação e Registro de Produtos em Agronegócios Ltda
Número do Processo: 21000.000731/2007-18; Data do protocolo: 2 de Fevereiro de 2007
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de citros.

1-De acordo com o artigo 22§ 2°inciso 1°, do decreto 4074 de 04 de Janeiro de 2004, foi aprovada a Transferência de Titularidade dos Registros Especiais Temporários: BIOAG (050,051,052,053,054,055,056)-registro nº34205; BIOAG (057,058,059,060,061,062, 063,064,065,066,067,068)-registro nº32505 da empresa Bioagri laboratórios Ltda, com sede à Rodovia SP 127, Km 24, Caixa Postal 573, Bairro Guaminum, Piracicaba/SP, para a Empresa Pilarquim BR Comercial Ltda, com sede estabelecida à Alameda Rio Negro, n°. 585-Sala 145-Alphaville-Barueri/SP.

2-De acordo com o artigo 22§ 2°inciso 1°, do decreto 4074 de 04 de Janeiro de 2004, foi aprovada a Transferência de Titularidade dos Registros Especiais Temporários: PT5001-registro n°45504; P5001-registro n°05405; PT5002-registro n°31705; P5002-registro nº19005; PT5003-registro n°40804; P5003-registro n°14405; PT5004-registro nº27105 P5004-registro n°15506; PT5005-registro n°32305; P5005-Processo no MAPA nº (21000.000149/2005-81); PT5006-registro nº27005; P5006-registro n°16206; PT5007-registro n°27205; P5007-registro nº47105; Dispersolt OE 605-registro nº36405; Dispersolt OM 305-registro n°36505 da empresa Vigna Brasil-Assessoria em Agronegócios Ltda, pessoa jurídica de direito privado com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr.,110-Cjs. 51/52-Bairro Itaim Bibi - CEP 04542-000, para a empresa Poland Química Ltda, Rua Capitão Guynemer, 1080-Distrito Industrial de Xerém-Duque de Caxias-CEP 25241-390-Rio de Janeiro.

LUIS EDUARDO PACÍFICI RANGEL
Coordenador Geral



Ministério da Ciência e Tecnologia

GABINETE DO MINISTRO

PORTRIA Nº 131, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.542, de 20 de setembro de 2005, resolve:

Art. 1º Credenciar a solução de informática constituída de unidade de processamento digital de pequena capacidade, baseada em microprocessador, de programas de computador (software) nela instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento, para fins do Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos, instituído pelo Decreto nº 5.542, de 20 de setembro de 2005, nos termos do disposto nas Portarias MCT nºs 624 e 625, de 04 de outubro de 2005, tendo em vista as declarações de atendimento dos requisitos estabelecidos nos Anexos I, II e III à Portaria MCT nº 624, de 2005, conforme o processo MCT nº 01200.007181/2006-13, de 20 de dezembro de 2006, de interesse da empresa The Best III Soluction Serviços de Informática Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 01.184.409/0001-78, não habilitada à fruição de incentivos fiscais nos termos das Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991 ou 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

§ 1º Os modelos da unidade de processamento digital de pequena capacidade, baseada em microprocessadores, que integram a solução são os seguintes, constantes do processo referido no caput deste artigo:

- TBS Presence Solution, TBS Desktop Solution, TBS Family Solution, TBS Gamer Solution, TBS Home Solution e TBS Multimedia Solution, integrados por unidade de saída por vídeo (monitor de vídeo).

- TBS Presence Solution, TBS Desktop Solution, TBS Family Solution, TBS Gamer Solution, TBS Home Solution e TBS Multimedia Solution, não integrados por unidade de saída por vídeo (monitor de vídeo).

§ 2º São considerados parte da solução de informática as unidades de entrada classificadas nos códigos 8471.60.52 (teclado), 8471.60.53 (exclusivamente dispositivo apontador - mouse), a unidade de saída por vídeo (monitor de vídeo) classificada no código 8471.60.72, todos da Tabela de Incidência do IPI - TIPI, bem como os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, e os cabos para interconexão e de alimentação, quando comercializados em conjunto com a unidade de processamento digital.

Art. 2º As notas fiscais relativas à comercialização dos modelos da unidade de processamento digital de pequena capacidade, baseada em microprocessador, integrante da solução de informática relacionado no § 1º do art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 3º A empresa deverá implementar o mecanismo de identificação da solução de informática e dos produtos que a integram, conforme o disposto na Portaria MCT nº 724, de 22 de novembro de 2005.

Art. 4º A empresa referida no art. 1º é a responsável pela assistência técnica ao equipamento e pelo suporte ao pacote de programas de computador que compõe a solução de informática, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de emissão da Nota Fiscal, de acordo com as normas do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) e do Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos, instituído pelo Decreto nº 5.542, de 2005, nos termos do disposto nas Portarias MCT nºs 624 e 625, de 2005.

Art. 5º Será descredenciada a solução de informática caso o fabricante ou fornecedor deixe de atender aos requisitos estabelecidos no Decreto nº 5.542, de 2005, ou nas Portarias MCT nºs 624, 625 e 724, todas de 2005.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MACHADO REZENDE

PORTARIA Nº 134, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e o item 39 da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Prorrogar a autorização concedida pela Portaria MCT nº 163, de 15 de março de 2006 a representante da contraparte brasileira, Dra. REGINA CÉLIA DE MENEZES SUCCI, da Universidade Federal de São Paulo (USP), para, no âmbito do Processo RMX 008/04, intitulado “Estudo de Observações Prospectivas de Mulheres Grávidas Infectadas pelo HIV e seus bebês em Unidades Clínicas dos Países da América Latina e do Caribe”, para dar continuidade ao envio de amostras de células mononucleares sangüíneas periféricas (PBMCs) e de plasma de sangue humano, para a Dra. LYNNE MERYL MOFENSON, do National Institute of Child Health and Human Development, Estados Unidos, por mais um ano, contado a partir da data da publicação dessa Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MACHADO REZENDE

PORTARIA Nº 135, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, resolve:

Art. 1º. Conceder autorização ao representante da contraparte brasileira, Dr. MIGUEL TREFAUT RODRIGUES, da Universidade de São Paulo (USP), para realizar Pesquisa Científica no âmbito do Projeto intitulado "Diversidade e Evolução de Anuros da Região Leste da Guiana" (Processo EXC 035/06 - CR), a ser executada no Estado do Amapá, em parceria com a University of Cantebury - New Zealand, representada pelo Dr. NEIL GEMELL, contraparte estrangeira, pelo prazo de um ano, contado a partir da data de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 2º. Conceder autorização ao estrangeiro Dr. ANTOINE FOUQUET, para, sob a responsabilidade do representante da contraparte brasileira, participar do projeto de pesquisa de que trata o artigo anterior.

Art. 3º. A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria/MCT nº 55, de 14 de março de 1990.

Art. 4º. A remessa de material ao exterior deverá ser realizada de conformidade com as disposições constantes do art. 19 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MACHADO REZENDE

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS
ÁREA FINANCEIRA E DE CAPTAÇÃO

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 8 de março de 2007

Comprometimento orçamentário do fndct nº 017/2007

O Superintendente da Área Financeira e de Captação, no uso de suas atribuições conferidas pela RES/DIR/0084/00, resolve: comprometer o orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, na forma abaixo:

BENEFICIÁRIO	NUMERO CONVENIO	NUMERO EMPENHO PTRES	VALOR EMPENHO	VIGENCIA CONVENIO
União Brasileira de Educação e Assistência	2318/06 574590	2007ne000159 7744	1.349.750,00	04/12/2009
Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais	3362/05 5540017	2007ne000150 7744	119.169,15	14/02/2008
Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais	3362/05 5540017	2007ne000149 7744	95.830,85	14/02/2008
Fundação Parque de Alta Tecnologia da Região de Iperó e Adjacências	3447/05 534602	2007ne000549 4904	53.950,00	21/12/2008
Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas	2150/04 513525	2007ne000548 4899	30.600,00	06/10/2007

A eficácia do presente despacho fica condicionada a sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIA CRISTINA ZAGARI KOELER LIRA

Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 120, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no § 6º do artigo 19 da Lei n.º 8313, de 23 de dezembro de 1991, RESOLVE:

Art. 1.o - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.o - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTE CÊNICAS - (ART.18, §1º)
06 10364 - Dicotomias - Fragmentos Skizofrê
Ana Maria Amaral
CNPJ/CPF: 661.496.818-15
Processo: 01400.012565/06-93
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 281.155,77
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/07/2007
Resumo do Projeto:
Dicotomias, Fragmentos Skisofrê, é um espetáculo de teatro visual de animação. A partir dele, O Casulo oferece 32 oficinas para atores, arte educadores ou jovens interessados na área do teatro de animação.

06 10605 - Artista Brasileiro (Um)
Bruno Dourado Freire
CNPJ/CPF: 599.022.131-20
Processo: 01400.013085/06-40
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 340.188,84
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Montagem e turnê do espetáculo de dança e música Um Artista Brasileiro, resgatando a cultura popular brasileira através de danças regionais coreografadas especialmente para as música regionais de artistas com acentuada excelência musical de diferentes regiões do país.

06 9546 - Afrocontos Afrocanos
Denise Bendiner
CNPJ/CPF: 261.989.288-02
Processo: 01400.010696/06-36
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 102.894,00
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Circulação de espetáculo teatral pelas escolas públicas de Florianópolis/SC, com o ator e contador de histórias da tradição africana, Toni Edson.

06 8706 - Mammy Vai à Lua
Gaya Produções Teatrais e Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 01.905.745/0001-62
Processo: 01400.009353/06-29
SP - Embu
Valor do Apoio R$: 604.123,92
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Produzir, montar e executar o espetáculo teatral Mammy Vai à Lua, de autoria de Mira Haar, sendo interpretado pela própria autora, com direção de Elias Andreato em São Paulo.

06 9102 - Concurso Público: Uma Comédia Útil
Frederico de Paula Braga
CNPJ/CPF: 605.951.241-00
Processo: 01400.010048/06-80
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 223.656,40
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Montagem do espetáculo teatral "Concurso Público: Uma Comédia Útil", texto de Waldir Santos, composto por doze cenas que contam a história de dez personagens, com estréia prevista em Brasília, e seguindo temporada no Rio de Janeiro e São Paulo.

06 9635 - Cidadãos dançante 2007
Escola de Reeducação do Movimento Ivaldo Bertazzo S/C Ltda.
CNPJ/CPF: 61.181.558/0001-05
Processo: 01400.011019/06-35
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 597.105,81
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 30/09/2007
Resumo do Projeto:
Montagem de um espetáculo de arte cênicas, com elenco formado por 150 cidadãos dançantes - pessoas provenientes das mais diferentes atividades profissionais que se reúnem em torno de uma atividade comum procurando novas possibilidades de expressão artística contribuindo para expansão de entendimento do universo cultural e social brasileiro.

06 11252 - S.A.R.A.H
Idear Produções Artísticas S/C Ltda.
CNPJ/CPF: 04.826.571/0001-30
Processo: 01400.015085/06-84
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 179.817,00
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 30/08/2007
Resumo do Projeto:
Promover espetáculo teatral SARAH, que é assim grafado por representar um acróstico confeccionado pela personagem-título, na cidade de São Paulo. Trata-se de uma reflexão, discussão e investigação acerca de como o excesso de informações e conceitos atingem o mundo moderno.

07 0472 - De Cabral à Nossa Miscigenação
Teatro Equipe de Brasília
CNPJ/CPF: 00.476.705/0001-80
Processo: 01400.000651/07-34
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 322.684,00
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Montagem do espetáculo "De Cabral à Nossa Miscigenção" de Luiz Alberto Negrão, inicialmente no Rio de Janeiro, com um fim de semana em Brasília.

06 7696 - Grupo Galpão - programação 2007
Associação Galpão
CNPJ/CPF: 16.741.480/0001-81
Processo: 01400.007612/06-87
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 2.457.664,00
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Realizar diversos espetáculos: em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro, São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais.

06 9121 - Coração de Vidro - Circulação Nacional
Yuri Simon da Silveira
CNPJ/CPF: 445.975.091-00
Processo: 01400.010004/06-50
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 281.208,04
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Circulação do espetáculo teatral "Coração de Vidro", inspirado no romance de José Mauro de Vasconcelos, com apresentações nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, totalizando 48 apresentações.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
06 11091 - Carambola DVD
Its Magic Produções e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 04.996.026/0001-92
Processo: 01400.014815/06-20
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 313.189,78
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Tem como objetivo a produção de dois DVDs dos shows de artistas variados, nacionais e estrangeiros de música instrumental e eletrônica.

06 9412 - Festival Úmbria Jazz/Brasil
Federação Nacional das Associações do Pessoal da CEF
CNPJ/CPF: 34.267.237/0001-55
Processo: 01400.012003/06-40
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 1.930.562,61
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Realizar festival de música instrumental, em parceria com o Úmbria Jazz, em 03 capitais brasileiras, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Na programação estão Stefano Bollani Quintet, The Jazz at Lincoln Center Orchestra, Erico Rava e Grupo, Pat Metheny + Brad Mehldau, e convidados especiais.

06 9591 - Música em Pauta na APM
Associação Paulista de Medicina
CNPJ/CPF: 60.993.482/0001-50
Processo: 01400.010890/06-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 49.819,00
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Dar continuidade à programação de música erudita no Auditório Nobre da Associação Paulista de Medicina, com o objetivo de proporcionar o resgate e a valorização da cultura.

06 9657 - Música nos Hospitais
Associação Paulista de Medicina
CNPJ/CPF: 60.993.482/0001-50
Processo: 01400.010813/06-61
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 120.307,00
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Realização de concertos gratuitos pela Orquestra do Limiar, regida pelo maestro Samir Rahme, formada por 12 jovens instrumentistas, em hospitais públicos e privados de São Paulo.

06 7615 - Circuito Minas Cultural 2006-2007
Coro e Orquestra de Câmara de São Brás
CNPJ/CPF: 17.393.323/0001-95
Processo: 01400.007620/06-23
MG - São Brás do Suacui
Valor do Apoio R$: 175.675,00
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Este projeto visa dar a continuidade do Circuito Minas Cultural, com concertos para Coro e Orquestra e Concertos para grandes solistas, gratuitamente, na Escola de Música de São Brás.

06 6769 - Nenê Trio: a música instrumental brasileira no século XXI
Terezinha Maria Miranda Espíndola
CNPJ/CPF: 55.431.852/0001-25
Processo: 01400.006672/06-82
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 577.747,06
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 30/08/2007
Resumo do Projeto:
Objetiva a execução de apresentações musicais em 12 capitais brasileiras e workshops do Nenê Trio (grupo baterista/multinstrumentista Nenê) com distribuição gratuita de ingressos.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
06 9778 - Instalação de Exposição de Longa Duração do Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Gro
Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura
CNPJ/CPF: 15.513.690/0001-50
Processo: 01400.011494/06-10
MS - Campo Grande
Valor do Apoio R$: 150.000,00
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Instalar exposição de longa duração do acervo arqueológico depositado atualmente no Laboratório de Pesquisas Arqueológicas da UFMS, que é proveniente dos trabalhos de pesquisa e de resgate arqueológico realizados nos últimos 20 anos pela Universidade do Mato Grosso do Sul. A UFMS reuniu acervo de conhecimento e de cultura material, relativo à ocupação do território ao longo período pré-histórico, configurando um importante quadro de vestígios e fontes sobre as matrizes sócios-culturais das sociedades indígenas regionais.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
06 7474 - Ciribaí - A Maravilhosa Ilhabela
Antonio Wuo
CNPJ/CPF: 506.284.968-34
Processo: 01400.007412/06-24
SP - Mogi das Cruzes
Valor do Apoio R$: 189.170,00
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
O objetivo do projeto é a produção de um livro, sobre a Ilhabela, a maior ilha marítima da costa brasileira. Mostrar, através de um livro bilíngüe.

06 9820 - Rede Arquitetura Cultural - Reflexão, Disseminação e Produção de Conhecimento para o Invest. Cult.
Instituto Artecidadania
CNPJ/CPF: 08.310.056/0001-54
Processo: 01400.012614/06-98
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 728.941,48
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Produção de 02 livros dedicados à reflexão sobre as práticas de investimento cultural privado no Brasil e a disseminação de uma nova metodologia de trabalho nesse campo, intitulada Arquitetura Cultura. Também será desenvolvido um site, realizados 05 seminários regionais e 01 nacional.

06 8327 - Séries Perfis
Fabiana Schimitz
CNPJ/CPF: 045.289.116-71
Processo: 01400.009012/06-53
MG - Ipatinga
Valor do Apoio R$: 60.400,00
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 30/11/2007
Resumo do Projeto:
Edição e publicação de um livro com o objetivo de documentar a história, a cultura, o social, a economia e a política da região do Vale do Aço, através de depoimentos de pessoas que participaram do processo de construção da região.

06 0333 - Memórias
Associação Nacional de Transporte de Cargas e Logística - NTC
CNPJ/CPF: 60.677.358/0001-85
Processo: 01400.012884/05-18
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 283.593,20
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
O projeto tem por objetivo resgatar e remontar a história do desenvolvimento do transporte no país, visando formar um acervo histórico sobre o setor de transporte de cargas no Brasil e sua importância para o desenvolvimento do país. Para isso, será realizada pesquisa documental e iconográfica além de entrevistas com veteranos do transporte que a partir da narrativa de suas vivências trarão subsídios para a escrita dessa história.

06 11242 - Livro História do Cinema Brasileiro
VB Oficina de Projetos Ltda.
CNPJ/CPF: 06.540.036/0001-44
Processo: 01400.014477/06-26
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 67.230,00
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 30/09/2007
Resumo do Projeto:
Atualização da história do cinema brasileiro e a conseqüente reedição do livro História do Cinema Brasileiro. O livro é estruturado em módulos, cada qual correspondente a um período significativo da história.

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
06 9944 - Programação Anual Teatro Bom Jesus Blumenau
Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus
CNPJ/CPF: 76.497.338/0008-39
Processo: 01400.011358/06-11
SC - Blumenau
Valor do Apoio R$: 1.212.350,00
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Transformar o Teatro Bom Jesus de Blumenau em um Centro Cultural, criando um centro gerador de cultura e entretenimento, e promover temporadas de espetáculos, festivais e mostras.

06 9423 - Livro-Exposição Beleza à Mostra
Arte & Atitude Projetos Sócio-Culturais, Comunicação Integrada e Eventos
CNPJ/CPF: 07.904.377/0001-14
Processo: 01400.010478/06-00
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 440.699,10
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Produzir um livro de fotografias que ressalta o padrão estético que associa a beleza física à qualidade de vida, a partir de uma alimentação saudável, atividade física, empenho e disciplina, e provocar a discussão sobre esse conceito de beleza padronizada.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
06 9545 - Tributo ao Racional Tim Maia - Black Sonora
Elisa Marta de Sena
CNPJ/CPF: 056.326.626-08
Processo: 01400.010673/06-21
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 237.488,40
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Promover a circulação nacional do Show Tributo ao Racional Tim Maia, com a Banda Black Sonora, difundindo a composição musical de Tim Maia em sua "Fase Racional" através de um espetáculo nas cidades de Salvador, Florianópolis, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro.

06 8672 - Água dos Matos (A) - Amazonas
Terezinha Maria Miranda Espíndola
CNPJ/CPF: 55.431.852/0001-25
Processo: 01400.009961/06-33
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.053.629,00
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Apresentação de shows de Tetê Espíndola, a bordo de uma barca regional, dando continuidade ao trabalho de expedição, promovendo a circulação e integração cultural nas cidades e povoações ribeirinhas do Rio Amazonas, entre Manaus e Parintis, com artistas convidados, entre eles, o grupo Intrépida Trupe.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 26)
06 10654 - Educação Patrimonial em Rio Pardo: Resgatando a Mémória e Constituindo a Cidadania
Centro Regional de Cultura Rio Pardo
CNPJ/CPF: 07.692.495/0001-06
Processo: 01400.013238/06-59
RS - Rio Pardo
Valor do Apoio R$: 84.410,00
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Fomentar o desenvolvimento turístico e cultural do município de Rio Pardo (RS), através da estruturação, implantação e desenvolvimento de atividades que levam à identificação, valorização e divulgação de seu Patrimônio Cultural.

06 9707 - Mobiliário para o Museu Iberê Camargo
Fundação Iberê Camargo
CNPJ/CPF: 01.204.099/0001-06
Processo: 01400.011036/06-72
RS - Porto Alegre

Valor do Apoio R$: 1.464.362,14
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/10/2007
Resumo do Projeto:
Aquisição de mobília de qualidade perfeitamente adequada ao ambiente e que atenda às necessidades estipuladas no projeto arquitetônico do Museu Iberê Camargo.

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
06 9807 - Atividades culturais da apm - Artes integradas
Associação Paulista de Medicina
CNPJ/CPF: 60.993.482/0001-50
Processo: 01400.011180/06-17
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 162.475,50
Prazo de Captação: 09/03/2007 a 31/12/2007
Resumo do Projeto:
Continuidade das seguintes atividades culturais já implantadas, da Associação Paulista de Medicina de São Paulo: Chá com Cinema; Projeto Férias; Cine Debate; Clube do Jazz e Música Popular Brasileira na APM, com o objetivo de incentivar, promover e apresentar novos talentos nas áreas da música, artes plásticas e literatura em geral; divulgar e incentivar a arte cinematográfica entre outras.

PORTARIA Nº 121, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no § 6º do artigo 19 da Lei n.º 8313, de 23 de dezembro de 1991, resolve:

Art.1.o - Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTE CÊNICAS - (ART.18, §1º)
06 0834 - Púcaro búlgaro (O)
Casa de Teatro Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 06.335.768/0001-00
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

06 1276 - Teatro poeira - 2006
Casa de Teatro Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 06.335.768/0001-00
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

06 2192 - Quantos atores cabem num fusca?
Angel Custódio Jesus Palomero
CNPJ/CPF: 282.604.220-34
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

05 8606 - Via Sacra do Anjo da Guarda
Grupo Independente de Teatro Amador - GRITA
CNPJ/CPF: 05.278.692/0001-58
MA - São Luís
Período de captação: 01/03/2007 a 30/04/2007

06 8589 - Caravana ecológica - 6ª edição
Dilene Aparecida Antonucci
CNPJ/CPF: 066.083.998-98
PR - Londrina
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

06 6922 - Continente Negro (O)
Gabriel Fontes Paiva Produções - ME
CNPJ/CPF: 07.847.918/0001-10
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

06 8027 - Nosso Mundo
MP Brasil Projetos e Eventos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 03.985.762/0001-82
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

05 9381 - Melodrama
Cia de Arte Persona Ltda
CNPJ/CPF: 02.026.229/0001-20
RJ - Campos dos Goitacazes
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

04 0509 - Expobento - Bento é Show
Fundação Parque de Eventos e de Desenvolvimento de Bento Gonçalves FUNDAPARQUE
CNPJ/CPF: 01.096.109/0001-37
RS - Bento Gonçalves
Período de captação: 01/01/2007 a 30/04/2007

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
05 1527 - Música Brasileira para Voz e Violão
Adélia Sayeg Issa
CNPJ/CPF: 763.087.238-00
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2007 a 25/07/2007

05 5632 - Marina Brandão: São Paulo e Seus Compositores
Carlos Hamilton Martins Feltrin
CNPJ/CPF: 01.472.044/0001-87
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2007 a 31/07/2007

06 1005 - Samba de roda - Bahia de todos os sambas
Tecnodados Projetos e Pesquisa Ltda.
CNPJ/CPF: 03.688.568/0001-35
BA - Salvador
Período de captação: 01/01/2007 a 31/10/2007

06 0964 - Primeiro encontro de sanfoneiros do sertão de serrinha
Tecnodados Projetos e Pesquisa Ltda.
CNPJ/CPF: 03.688.568/0001-35
BA - Salvador
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

06 9878 - Plano Anual de Atividades Fundação OSESP - 2007
Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo
CNPJ/CPF: 07.495.643/0001-00
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

05 9951 - Maurício Horn - Gaita botoneira
Lume Assessoria, Comunicação e Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 03.754.500/0001-07
RS - Encantado
Período de captação: 01/01/2007 a 30/06/2007

05 0263 - Projeto de Reativação da Corporação Musical Santa Cecilia
Corporação Musical Santa Cecilia
CNPJ/CPF: 51.325.835/0001-52
SP - Rio das Pedras
Período de captação: 01/01/2007 a 31/08/2007

ÁREA: 4 ARTES PLÁSTICAS - (ART. 18)
05 0976 - Armory 2005
Nara Helena da Costa Lima Roesler
CNPJ/CPF: 168.980.794-68
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

05 0987 - Maco 2005
Nara Helena da Costa Lima Roesler
CNPJ/CPF: 168.980.794-68
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

05 0995 - Art Basel 2005
Nara Helena da Costa Lima Roesler
CNPJ/CPF: 168.980.794-68
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
04 5464 - Museu Casa Guimarães Rosa - Projetos Culturais 2005
Associação dos Amigos do Museu Casa Guimarães Rosa
CNPJ/CPF: 00.431.915/0001-51
MG - Cordisburgo
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

05 8299 - Fonoteca
Fundação CSN para o Desenvolvimento Social e a Construção da Cidadania.
CNPJ/CPF: 19.690.999/0001-76
RJ - Volta Redonda
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

04 7096 - Novo Museu Botânico
ACMA - Associação de Cultura e Meio Ambiente
CNPJ/CPF: 05.977.454/0001-30
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

06 4237 - Restauração e Adaptação para o Centro Tom Jobim
ACMA - Associação de Cultura e Meio Ambiente
CNPJ/CPF: 05.977.454/0001-30
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

05 4704 - Memorial Serra da Mesa
Fundação de Desenvolvimento da Serra da Mesa
CNPJ/CPF: 05.656.983/0001-32
GO - Uruacu
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

05 7361 - Restauração da Igreja da Imperial de Nossa Senhora do Outeiro da Glória
Imperial Irmandade Nossa Senhora da Glória do Outeiro
CNPJ/CPF: 27.003.102/0001-17
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
06 5126 - Crônicas de Vitória
Pro Texto Comunicação e Cultural Ltda.
CNPJ/CPF: 36.300.499/0001-08
ES - Vitória
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

03 1056 - Grandes Nomes do Espírito Santo - II Parte
Pro Texto Comunicação e Cultural Ltda.
CNPJ/CPF: 36.300.499/0001-08
ES - Vitória
Período de captação: 10/02/2007 a 31/12/2007

06 3903 - Mário - 2ª Edição
Gilberto Moreira Carvalho
CNPJ/CPF: 124.802.900-34
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

05 4532 - Meu Tempo É Quando
Ideco - Instituto de Desenvolvimento Educacional e Comunitário
CNPJ/CPF: 01.294.114/0001-54
MG - Nova Lima
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

05 5808 - História do Sicontiba
Sindicato dos Contabilistas de Curitiba
CNPJ/CPF: 76.686.963/0001-52
PR - Curitiba
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

06 0342 - Guia Unibanco São Paulo
BEI - Comunicação Ltda.
CNPJ/CPF: 01.764.496/0001-32
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
05 9838 - Noitada de samba - Foco de resistência
Getulina Céli Leal Silva
CNPJ/CPF: 109.881.305-72
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

06 6794 - Exposição: História Cultural do Vinho - Fenavinho Brasil/2007
Fundação Parque de Eventos e de Desenvolvimento de Bento Gonçalves FUNDAPARQUE
CNPJ/CPF: 01.096.109/0001-37
RS - Bento Gonçalves
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
05 3748 - Viola Urbana - Turnê de divulgação
João de Araújo Ferreira
CNPJ/CPF: 510.276.156-00
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2007 a 17/08/2007

04 3181 - KANDAGAWA
Kay Lyra
CNPJ/CPF: 014.496.517-80
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2007 a 28/09/2007

06 1293 - Bem Brasuca - Turnê Ala Sul
Mário Henrique Schmitt Coutinho
CNPJ/CPF: 919.242.000-15
SC - Florianópolis
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

05 1459 - Oi Novos Urbanos
Dream Factory Comunicação e Eventos S/A
CNPJ/CPF: 04.458.217/0001-09
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2007 a 13/06/2007

04 2204 - Dois Maior de Grande
Vila Pirutinga Cultura e Turismo Ltda.
CNPJ/CPF: 03.220.336/0001-58
SP - Guaratingueta
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

ÁREA: 4 ARTES PLÁSTICAS - (ART. 26)
05 9654 - Catalogo Raisome Tarsìla do Amaral Modulo I
Base Sete Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 05.155.740/0001-10
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26)
05 9982 - Ecoteca 2006
BEI - Comunicação Ltda.
CNPJ/CPF: 01.764.496/0001-32
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2007 a 31/12/2007

PORTARIA Nº 122, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no artigo 27, inciso I, do Decreto n.º 1494, de 17 de maio de 1995, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração do nome dos projetos abaixo relacionados:

PRONAC: 05-9327 - "Dança em trânsito 2006", portaria de aprovação n.º 0550/05 de 19 de dezembro de 2005 e publicado no D.O.U. n. 243 do dia 20 de dezembro de 2006 para "4 movimentos Rio".

PRONAC: 06-10100 - "Brasília em Movimentos", portaria de aprovação n.º 0676/06 de 28 de dezembro de 2006 e publicado no D.O.U. n. 249 do dia 29 de dezembro de 2006, Seção 1, pagina 187 para "4 movimentos Brasília".

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

RETIFICAÇÕES

No valor aprovado na portaria de aprovação n. 0165/05 de 22 de abril de 2005, publicada no D.O.U. nº 77 de 25 de abril de 2005, Seção 1, pagina 06, referente ao Processo: 01400.009376/03-91, Projeto "Vozes do Brasil 2" - Pronac: 03- 6867 nos seguintes termos: I) - Onde se lê: "Valor do Apoio: R$ 189.256,02", II) - Leia-se: "Valor do Apoio: R$ 201.706,20".

No valor aprovado na portaria de redução n. 0115/07 de 06 de março de 2007, publicada no D.O.U. nº 45 de 07 de março de 2007, Seção 1, pagina 20, referente ao Processo: 01400.000620/06-01, Projeto "Púcaro búlgaro (O)" - Pronac: 06-0834 nos seguintes termos: I) - Onde se lê: "Valor reduzido em: R$ 222.970,00", II) - Leia-se: "Valor reduzido em: R$ 22.970,00".

No prazo de captação na portaria de aprovação n. 0673/06 de 27 de dezembro de 2006, publicada no D.O.U. n. 248 de 28 de dezembro de 2006, Seção 1, pagina 43, referente ao Processo: 01400.012971/2006-56, Projeto "Implantação de Rede de Distribuição Subterrânea na Cidade De Cachoeira/BA" - Pronac: 06-10639 nos seguintes termos: I) - Onde se lê: "Prazo de Captação: a ", II) - Leia-se: "Prazo de Captação: 28/12/2006 a 31/12/2006".

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 57, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2006, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº. 10.454, de 13 de maio de 2002, e Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de Certificados de Investimento nos termos do Art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, e mediante doações ou patrocínios na forma prevista nos Arts. 25 e 26 da Lei nº 8.313/91.

06-0383 - Cativas
Processo: 01580.043487/2006-06
Proponente: Sambaqui Cultural Cine Vídeo Ltda.
Cidade / UF: Curitiba / PR
CNPJ: 00.508.766/0001-81
Valor total do orçamento aprovado: R$ 911.502,35
Valor aprovado no Artigo 1º da Lei nº 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- Agência: 3100-3 - Conta Corrente: 5.764-9
Valor aprovado no Artigo 25 da Lei nº 8.313/91: R$ 320.000,00
Banco: 001- Agência: 3100-3 - Conta Corrente: 5.765-7
Período de captação: até 31/12/2007.

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 215, realizada em 27/02/2007.

Art. 2º - Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante doações ou patrocínios na forma prevista nos Arts. 25 e 26 da Lei nº 8.313/91.

07-0030 - Sertanistas
Processo: 01580.004841/2007-50
Proponente: Diálogo Comunicação Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 68.696.756/0001-50
Valor total do orçamento aprovado: R$ 600.000,00
Valor aprovado no Art.25 da Lei nº 8.313/91: R$ 600.000,00
Banco: 001- Agência : 3100-3 - Conta Corrente: 5.763-0
Período de captação: até 31/12/2007.

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 215, realizada em 27/02/2007.

Art. 3º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 58, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº.72 de 25 de agosto de 2006 e em cumprimento ao disposto na Lei nº.8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº.8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº.2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454, de 13 de maio de 2002, e Decreto nº.4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante doações ou patrocínios, na forma prevista nos Arts. 25 e 26 da Lei nº.8.313/91.

060073- Jogo de Cena
Processo: 01580.010575/2006-13
Proponente: Matizar Produções Artísticas Ltda
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.939.205/0001-98
Prazo de captação: de 01/01/2007até 31/12/2007.

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de Certificados de Investimento e da formalização de contratos de co-produção nos termos dos Arts. 1º e 3º da Lei nº.8.685/93.

050239- Trair e Coçar é Só Começar
Processo: 01580.032901/2005-62
Proponente: Diler & Associados Ltda
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 00.291.470/0001-51
Prazo de captação: de 01/01/2007até 31/12/2007.
050429- Sexo, Crochê e Bicicleta
Processo: 01580.049932/2005-52
Proponente: Cineluz Produções Cinematográficas Ltda
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 40.447.906/0001-73
Prazo de captação: de 01/01/2007até 31/12/2007.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de Certificados de Investimento nos termos do Art. 1º da Lei nº.8.685/93.

040006- A Montanha
Processo: 01580.000047/2004-94
Proponente: Três Mundos Cine Y Vídeo Ltda
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 01.713.311/0001-60
Prazo de captação: de 01/01/2007até 31/12/2007.
040236- Didi o Caçador do Tesouros
Processo: 01580.010133/2004-13
Proponente: Diler & Associados Ltda
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 00.291.470/0001-51
Prazo de captação: de 01/01/2007até 31/12/2007.

Art. 4º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO NOEL DE SOUZA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E NATURAL

PORTARIA Nº 76, DE 7 DE MARÇO 2007

Dispõe sobre a renovação de permissão para realizar os trabalhos de pesquisa no sítio arqueológico "Sambaqui Itaipava II", Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

O GERENTE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E NATURAL DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, nos termos da Portaria IPHAN nº 207, de 13.09.04, publicada no D.O.U., Seção 2, de 15.09.04 e de acordo com o disposto no Anexo I, do Decreto nº 5.040, de 07.04.04, na Lei nº 3.924, de 26.07.61, na Portaria SPHAN nº 7, de 01.12.88, e ainda do que consta do processo administrativo nº 01510.000035/2003-11, resolve;

I -Expedir a presente RENOVAÇÃO DE PERMISSÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, ao arqueólogo Darlan Pereira Cordeiro para, com o apoio institucional do Museu Histórico e Arquivo Público de Itajaí da Fundação Genésio Miranda Lins, realizar as atividades do projeto de pesquisa do sítio arqueológico Sambaqui Itaipava II, Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

II -Reconhecer como coordenador dos trabalhos de que trata o item anterior o arqueólogo detentor da presente renovação de permissão, cujo projeto se intitula "Projeto Arqueológico Itajaí: Uma reconstituição da pré-história local - 1ª fase: Sambaqui Itaipava II - Itajaí/SC".

III -Reconhecer o arqueólogo designado coordenador dos trabalhos como fiel depositário, durante a realização das etapas de campo, do eventual material arqueológico recolhido ou de estudo que lhe tenha sido confiado.

IV -Determinar à 11ª Superintendência Regional do IPHAN, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

V -Condicionar a eficácia da presente renovação de permissão, à apresentação, por parte do arqueólogo coordenador, de relatórios semestrais e final ao término do prazo fixado nesta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN nº 7, de 01.12.88.

VI -Fixar o prazo de validade da presente renovação de permissão em 24 (vinte e quatro) meses, observada a disposição do item anterior.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO JOSÉ DIAS

PORTARIA Nº 77, DE 7 DE MARÇO DE 2007

Dispõe sobre a permissão para realizar o projeto de prospecção, preservação e resgate, na rede de abastecimento de água do Sítio Histórico Kalunga, Município de Monte Alegre de Goiás, no Estado de Goiás.

O GERENTE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E NATURAL DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, nos termos da Portaria IPHAN nº 207, de 13.09.04, publicada no D.O.U., Seção 2, de 15.09.04 e de acordo com o disposto no Anexo I, do Decreto nº 5.040, de 07.04.04, na Lei nº 3.924, de 26.07.61, na Portaria SPHAN nº 7, de 01.12.88, e ainda do que consta do processo administrativo nº 01516.000037/2007-75, resolve;

I -Expedir a presente PERMISSÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, ao arqueólogo Márcio Antônio Telles para, com o apoio institucional do Instituto Homem Brasileiro, realizar as atividades do projeto de prospecção, preservação e resgate do patrimônio arqueológico, histórico e cultural, na rede de abastecimento de água do Sítio histórico Kalunga, localizado no Município de Monte Alegre de Goiás, no Estado de Goiás.

II -Reconhecer como coordenador dos trabalhos de que trata o item anterior o arqueólogo detentor da presente permissão, cujo projeto se intitula "Projeto de Prospecção, Preservação e Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural - Rede de abastecimento de água Sitio Histórico Kalunga - Monte Alegre de Goiás - GO".

III -Reconhecer o arqueólogo designado coordenador dos trabalhos como fiel depositário, durante a realização das etapas de campo, do eventual material arqueológico recolhido ou de estudo que lhe tenha sido confiado.

IV -Determinar à 14ª Superintendência Regional do IPHAN, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

V -Condicionar a eficácia da presente permissão, à apresentação, por parte do arqueólogo coordenador, de relatório final ao término do prazo fixado nesta Portaria, contendo todas as informações previstas no artigo 12 da Portaria SPHAN nº 7, de 01.12.88.

VI -Fixar o prazo de validade da presente permissão em 06 (seis) meses, observada a disposição do item anterior.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO JOSÉ DIAS

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 139/GC3, DE 8 DE MARÇO DE 2007

Aprova a reedição da ICA 39-20 "Instrução Reguladora do Quadro de Cabos".(*)

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 5.196, de 26 de agosto de 2004, tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 2º do Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica,

aprovado pelo Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, e considerando o que consta do Processo nº 67400.000434/2007-52, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 39-20 "Instrução Reguladora do Quadro de Cabos", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 567/GC3, de 24 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União nº 99, de 25 de maio de 2006, Seção 1, página 12.

TEN BRIG AR JUNITI SAITO

(*) A Instrução de que trata a presente Portaria será publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

PORTARIA DEPENS Nº 66-T/DE-2, DE 1º DE MARÇO DE 2007

Aprova as Instruções Específicas para o Exame de Admissão (Modalidade "B") ao Curso de Formação de Sargentos da Aeronáutica - Turma 1/2008 (IE/EA CFS-B 1/2008).

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 2º das Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º mar. 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para o Exame de Admissão (Modalidade "B") ao Curso de Formação de Sargentos da Aeronáutica - Turma 1/2008.

Art. 2 Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as Portarias DEPENS nº 63/DE-2 e nº 64-T/DE-2, ambas de 30 de março de 2006, e demais disposições em contrário.

Ten Brig Ar PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No anexo da Portaria MEC nº 74, de 24 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2007, seção 1, página 7,

onde se lê:

Para:	Instituição cedente:
26247 UFSM	**26243 UFRN** Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nº. de vagas: 1 Código de Vaga: 0711142

Leia-se:

Para:	Instituição cedente:
26247 UFSM	**26243 UFRN** Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nº. de vagas: 1 Código de Vaga: 0271945

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ATO Nº 372, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no exercício da Reitoria, usando de suas atribuições legais e, considerando o Edital nº. 1/2007-CAFS, publicado no D.O.U de 12.02.2007; o Processo nº. 23111.015912/06-93, Resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo para Professor Substituto, em regime de Tempo Parcial, com 20 (vinte) horas semanais - TP-20, na área de Informática, do Campus "Amílcar Ferreira Sobral"- Floriano/PI, habilitando os candidatos LIANNA MARA CASTRO DUARTE, ALDIR RODRIGUES DE SOUSA, WILAMIS KLEITON NUNES DA SILVA e LEVI DE SOUSA SOARES, primeiro, segundo, terceiro e quarto colocados, respectivamente, e classificando para contratação os 02 (dois) primeiros habilitados.

ORDÔNIO MOITA FILHO

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n.º 24 de 07 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 08 de março, retificar o nome da especialidade da área educacional - onde se lê: Programa Educacional Ventura Alternativo, leia-se: Programa de Educação Alternativa.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 7, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e:

Considerando os dispostos nas Leis nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 e nº 11.451, de 07 de fevereiro de 2007;

Considerando os dispostos no art. 12 da IN nº 01, de 15 de dezembro de 1997 e na Súmula da Coordenação Geral de Normas, Avaliação e Execução de Despesa - CONED nº 04/2004, ambas da Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, resolve:

Art. 1º Descentralizar, por destaque, os créditos orçamentários de 2007, no valor de R$ 142.885,00 (cento e quarenta e dois mil, oitocentos oitenta e cinco reais) para a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO, CNPJ 624280730001-36, com vistas à realização de Pesquisa sobre as Condições de Trabalho e Saúde dos Professores da Educação Básica, de acordo com a seguinte classificação orçamentária:

I. Funcional Programática 12.128.1072.6333.0001 - Fortalecimento da Política Nacional para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

II. Fonte: 011291519

III. PTRES: 001729

IV. Elementos de Despesas:

Valor R$		
3.3.90.14	Diárias	3.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	20.985,00
3.3.90.36	Serviços de Terceiros Pessoa Física	10.080,00
3.3.90.39	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	107.500,00
3.3.91.47	Contribuições	1.320,00
Total		142.885,00

Art. 2º A descentralização de crédito orçamentário será repassado em parcela única e a transferência financeira será mensal e condicionada à liquidação dos empenhos emitidos à conta do Crédito descentralizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007.

Parágrafo Único - O monitoramento das transferências orçamentárias referentes à Pesquisa sobre as Condições de Trabalho e Saúde dos Professores da Educação Básica será efetuada pelo Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino, via relatório de execução das atividades.

Art. 3º - A prestação de contas do destaque dos recursos financeiros deverá ser incluída na prestação de contas anual da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO.

Art. 4º - Os casos omissos serão decididos pela Secretaria de Educação Básica.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 232, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 191/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.002833/2006-12, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, em caráter experimental, nos termos do art.10, § 3º, e no art. 44, inciso III, do referido Decreto, com base no art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmetologia, com cento e vinte vagas totais anuais, nos turnos matutino e noturno, ofertado pelo Centro Universitário Augusto Motta, estabelecido à Avenida Paris, nº 72, Bairro Bonsucesso, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, mantido pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 208, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 166/2006, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.007302/2005-27, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, constante do agrupamento das áreas profissionais de Comércio e Gestão, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, com quarenta vagas totais anuais, turno noturno, ofertado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, estabelecido à Rua A, quadra especial, lote especial, Bairro Cidade Nova, na cidade de Parauapebas, Estado do Pará, mantido pela União.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 209, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 167/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.008849/2005-40, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, constante do agrupamento das áreas profissionais de Meio Ambiente e Tecnologia da Saúde, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, com oitenta vagas totais anuais, turno noturno, ministrado pela Universidade Metodista de São Paulo, estabelecida à Rua Dom Jaime de Barros Câmara, 1000, Bairro Planalto, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Metodista de Ensino Superior.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 210, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 168/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.012510/2005-48, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Marketing de Varejo, com duzentas vagas totais anuais, no período noturno, ministrado pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia, localizada na Av. Jaçanã, nº 648, Bairro Jaçanã, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo, mantida pela Sociedade Civil de Educação Santa Rita de Cássia.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Marketing, constante do agrupamento das áreas profissionais de Comércio e Gestão, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 211, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 169/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.018645/2005-17, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, §3º do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, constante do agrupamento das áreas profissionais de Meio Ambiente e Tecnologia da Saúde, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, com trezentas vagas totais anuais, nos períodos diurno e noturno, ofertado pela Universidade de Mogi das Cruzes, estabelecida à Avenida Imperatriz Leopoldina, 550, Campus Villa Lobos, Vila Leopoldina, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pela Organização Mogiana de Educação e Cultura S/S Ltda.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do citado Decreto nº 5.773/2006, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 212, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 170/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução processual respectiva e o pedido da instituição formulado no expediente PROT/MEC nº 004087.2007-79, de 23/01/2007, conforme consta do Processo nº 23000.019279/2005-13, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, para fins exclusivos de emissão e registro dos diplomas dos alunos anteriormente matriculados, nos termos do art. 44, inciso IV, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Interpretação Cênica, ofertado pela Universidade Estácio de Sá, estabelecida à Avenida Prefeito Dulcídio Cardoso, nº 2.900, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá.

Parágrafo Único - Encerra-se a oferta do curso a novos alunos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 213, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 171/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.001608/2006-51, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo e Hotelaria, com cem vagas totais anuais, no período noturno, ofertado pela Universidade de Mogi das Cruzes, estabelecida à Avenida Doutor Cândido Xavier de Almeida Souza, 200, Centro Cívico, Campus I, na cidade de Moji das Cruzes, Estado de São Paulo, mantida pela Organização Mogiana de Educação e Cultura S/S Ltda.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do citado Decreto nº 5.773/2006, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria, constante do agrupamento das áreas profissionais de Lazer e Desenvolvimento Social, Turismo e Hospitalidade, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 214, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 172/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.002383/2006-50, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Informação, com oitenta vagas totais anuais, no período noturno, ministrado pela Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, estabelecida à Rua Desembargador Alonso Starling, 111, na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, mantida pelo Centro Superior de Estudos de Manhuaçu Ltda.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, constante do agrupamento das áreas profissionais de Informática e Telecomunicação, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 215, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 173/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.006457/2006-27, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações, constante do agrupamento das áreas profissionais de Informática e Telecomunicação, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, com setenta e duas vagas totais anuais, no período noturno, ofertado pela Faculdade de Tecnologia Senai Florianópolis, estabelecida à Rodovia SC 401, n°3730, Saco Grande, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- Senai- Departamento Regional de Santa Catarina.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do citado Decreto nº 5.773/2006, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 216, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 174/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.007576/2006-05, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Qualidade, constante do grupo das áreas profissionais de Comércio e Gestão, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, com cento e vinte vagas totais anuais, turno noturno, ministrado pela Universidade Guarulhos, estabelecida à Praça Tereza Cristina, 1, Centro, na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, mantida pela Associação Paulista de Educação e Cultura.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 217, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 175/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.012476/2006-92, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art. 10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Marketing, com cinqüenta vagas totais anuais, no período noturno, ofertado pelo Centro Universitário de Belo Horizonte, estabelecido à Avenida Profº. Mário Werneck, nº 1.685, Estoril, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, mantido pela Fundação Cultural de Belo Horizonte.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Marketing, constante do agrupamento das áreas profissionais de Comércio e Gestão, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 218, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 176/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução processual respectiva e o pedido da instituição formulado no expediente PROT/MEC nº 009677.2007-98, de 22/02/2007, conforme consta do Processo nº 23000.012490/2006-96, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, para fins exclusivos de emissão e registro dos diplomas dos alunos anteriormente matriculados, nos termos do art. 44, inciso IV, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial, ofertado pelo Centro Universitário de Belo Horizonte, estabelecido à Avenida Profº. Mário Werneck, nº 1.685, Estoril, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, mantido pela Fundação Cultural de Belo Horizonte.

Parágrafo Único - Encerra-se a oferta do curso a novos alunos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 219, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 177/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.012498/2006-52, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Pequenas e Médias Empresas, com cem vagas totais anuais, no período noturno, ofertado pelo Centro Universitário de Belo Horizonte, estabelecido à Avenida Prof. Mário Werneck, nº 1.685, Bloco B1, Estoril, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, mantido pela Fundação Cultural de Belo Horizonte.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto citado, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, constante do agrupamento das áreas profissionais de Comércio e Gestão, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 220, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 178/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.012951/2006-21, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art. 10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Informação, com cento e cinqüenta vagas totais anuais, nos períodos matutino e noturno, ofertado pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru, estabelecida à Rua Azevedo Coutinho, s/nº, Térreo, Petrópolis, na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco, mantida pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, constante do agrupamento das áreas profissionais de Informática e Telecomunicação, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 221, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 179/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.013353/2006-79, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, §3º do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação, autorizado pela Portaria nº 1.976 de 06/07/04, com publicação no D.O.U de 07/07/04, aditada pela Portaria nº 124, de 06/09/2006 (D.O.U. 09/11/2006, Seção 1, Página 16/17), constante do agrupamento das áreas profissionais de Informática e Telecomunicação, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, com cem vagas totais anuais, no período noturno, ministrado pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque, estabelecida à Rua Padre Marçal, 30, Centro, na cidade de São Roque, Estado de São Paulo, mantida pela Associação de Ensino Superior de São Roque.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º do citado Decreto nº 5.773/2006, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 222, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 180/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.018574/2006-33, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Logística, com cem vagas totais anuais, no período noturno, ofertado pela Faculdade Tecnologia Tupy Curitiba, estabelecida à Avenida Senador Salgado Filho, 1476, Guabirotuba, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, mantida pela Sociedade Educacional de Santa Catarina.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º do citado Decreto nº 5.773/2006, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Logística, constante do agrupamento das áreas profissionais de Comércio e Gestão, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 223, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 181/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.018577/2006-77, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Plásticos e Moldes, com cem vagas totais anuais, no período noturno, ofertado pela Faculdade Tecnologia Tupy Curitiba, estabelecida à Avenida Senador Salgado Filho, 1476, Guabirotuba, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, mantida pela Sociedade Educacional de Santa Catarina.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do citado Decreto nº 5.773/2006, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Polímeros, constante do agrupamento das áreas profissionais de Indústria, Química e Mineração, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 224, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 182/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.018624/2006-82, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, constante do agrupamento das áreas profissionais de Informática e Telecomunicação, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, com cinqüenta vagas totais anuais, no período noturno, ofertado pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo, estabelecido à Estrada de Itapecirica, 5859, jardim IAE, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, mantido pelo Instituto Adventista de Ensino.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do citado Decreto nº 5.773/2006, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 225, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 184/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.002982/2006-73, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, em caráter experimental, nos termos do art. 44, inciso III, do mesmo Decreto, com base no art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Curso Superior de Tecnologia em Mecanização Agrícola, com cento e sessenta vagas totais anuais, no período noturno, ofertado pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, estabelecida à Avenida Vergílio Favetti, n° 1.200, Vila Alta, na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, mantida pelo Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídicos.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 226, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 185/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.002419/2005-14, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Marketing de Varejo, com oitenta vagas totais anuais, no período noturno, ministrada pelo Centro Universitário Nilton Lins, estabelecido à Avenida Santa Cruz Machado, nº 700 Japiim, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, mantida pelo Centro de Ensino Superior Nilton Lins.

2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Marketing, constante do agrupamento das áreas profissionais de Comércio e Gestão, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 227, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 186/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.002421/2005-93, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria e Gestão Sustentável do Turismo, com cinqüenta vagas totais anuais, no período noturno, ministrada pelo Centro Universitário Nilton Lins, estabelecido à Avenida Santa Cruz Machado, nº 700 Japiim, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, mantida pelo Centro de Ensino Superior Nilton Lins.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria, constante do agrupamento das áreas profissionais de Lazer e Desenvolvimento Social, Turismo e Hospitalidade, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 228, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 187/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.002207/2006-18, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores, constante do grupo das áreas profissionais de Artes, Comunicação e Design, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, com cem vagas totais anuais, turno matutino, ministrado pela Universidade Veiga de Almeida, estabelecida à Avenida General Felicíssimo Cardoso, 500, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Associação Educacional Veiga de Almeida.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 230, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 189, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.011724/2006-88, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Negócios em Serviços Terceirizáveis, com cento e dez vagas totais anuais, no período noturno, ministrado pelo Centro Universitário Newton Paiva, estabelecido à Rua Goitacazes, n° 1762, Bairro Barro Preto, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, mantido pelo Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do citado Decreto nº 5.773/2006, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, constante do agrupamento das áreas profissionais de Comércio e Gestão, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 231, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 190/2006, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, referente ao Processo nº 23000.011474/2006-86, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, para fins exclusivos de emissão e registro de diploma dos alunos anteriormente matriculados, nos termos do art. 44, inciso IV, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Naturologia, ofertado pelo Centro Universitário Monte Serrat, estabelecido à Avenida Rangel Pestana, n° 99, Bairro Vila Mathias, na cidade de Santos, no Estado de São Paulo, mantido pela Associação Educacional do Litoral Paulista.

Parágrafo Único - Encerra-se a oferta do curso a novos alunos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 233, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 192/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.011603/2006-36, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia, constante do agrupamento das áreas profissionais de Lazer e Desenvolvimento Social e Turismo e Hospitalidade, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, com cinqüenta vagas totais anuais, no período noturno, ofertado pela Universidade do Sagrado Coração, estabelecida à Rua Irmã Arminda, nº 10-50, Jardim Brasil, na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 234, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 193/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.011606/2006-70, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Secretariado Executivo, com cinqüenta vagas totais anuais, no período noturno, ofertado pela Universidade do Sagrado Coração, estabelecida à Rua Irmã Arminda, nº 10-50, Jardim Brasil, na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Secretariado, constante do agrupamento das áreas profissionais de Comércio e Gestão, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 235, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 194/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.006566/2006-44, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Produção Multimídia, autorizado pela Portaria nº 2.091, de 09/07/04, com publicação no D.O.U. de 13/07/04, aditada pela Portaria nº 79, de 03/10/2006, com publicação no D.O.U de 05/10/2006, constante do agrupamento das áreas profissionais de Artes, Comunicação e Design, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, com cento e dez vagas totais anuais, no período noturno, ofertado pelo Instituto de Ensino Superior de Dourados, estabelecido à Avenida Presidente Vargas, nº 1775, Vila Progresso, na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, mantido pela Sociedade de Ensino Superior do Ceará.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 236, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 195/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.007076/2006-65, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, constante do agrupamento das áreas profissionais de Comércio e Gestão, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, com cem vagas totais anuais, no período noturno, ofertado pelo Instituto Educacional de Castro, estabelecido à Praça Sant'ana do Iapó, nº 15, Centro, na cidade de Castro, Estado do Paraná, mantido pelo Centro Educacional de Castro - CEDUC S/C Ltda.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 237, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 196/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.013942/2005-76, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Pessoas, com cento e noventa e cinco vagas totais anuais, nos períodos diurno e noturno, ofertado pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília, estabelecido à Avenida Higyno Muzzy Filho, nº 529, Campus Universitário, na cidade de Marília, Estado de São Paulo, mantido pela Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, constante do agrupamento das áreas profissionais de Comércio e Gestão, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 238, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 197/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.007217/2006-40, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Rural, com quarenta vagas totais anuais, turno noturno, ministrado pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, estabelecida à RS 344, Km 39, na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, constante do grupo das áreas profissionais de Agropecuária e Recursos Pesqueiros, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 240, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 199/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.018647/2005-14, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo e Hotelaria, com duzentas e quarenta vagas totais anuais, no períodos matutino e noturno, ofertado pela Universidade de Mogi das Cruzes, Campus Villa Lobos, estabelecida à Avenida Imperatriz Leopoldina, nº 550, Vila Leopoldina, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pela Organização Mogiana de Educação e Cultura S/S Ltda.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do citado Decreto nº 5.773/2006, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, constante do agrupamento das áreas profissionais de Lazer e Desenvolvimento Social, Turismo e Hospitalidade, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 241, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 200/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.014448/2005-29, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção, com cento e cinqüenta vagas totais anuais, nos períodos diurno e noturno, ofertado pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília, estabelecido à Avenida Higyno Muzzy Filho, nº 529, Campus Universitário, na cidade de Marília, Estado de São Paulo, mantido pela Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial, constante do agrupamento das áreas profissionais de Indústria, Química e Mineração, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 242, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 201/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.001016/2006-39, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento Web, com cento e vinte vagas totais anuais, nos períodos diurno e noturno, ofertado pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília, estabelecido à Avenida Higyno Muzzy Filho, nº 529, Campus Universitário, na cidade de Marília, Estado de São Paulo, mantido pela Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, constante do agrupamento das áreas profissionais de Informática e Telecomunicação, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 243, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 203/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.014450/2005-06, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Negócios, com cento e noventa e cinco vagas totais anuais, nos períodos diurno e noturno, ofertado pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília, estabelecido à Avenida Higyno Muzzy Filho, nº 529, Campus Universitário, na cidade de Marília, Estado de São Paulo, mantido pela Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, constante do agrupamento das áreas profissionais de Comércio e Gestão, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 244, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 204/2006, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.015284/2005-57, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Web, com cinqüenta vagas totais anuais, turnos diurno e noturno, ofertado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, estabelecido à Rua Zulmira Canavarros, n° 95, Centro, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, mantido pela União.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, constante do agrupamento das áreas profissionais de Informática e Telecomunicação, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 245, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 205/2006, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.017070/2005-15, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º. do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Controle Tecnológico de Obras, com cinqüenta vagas totais anuais, turnos diurno e noturno, ofertado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, estabelecido à Rua Zulmira Canavarros, n° 95, Centro, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, mantida pela União.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Controle de Obras, constante do agrupamento das áreas profissionais de Construção Civil, Geomática e Transportes, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 246, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 206/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.002455/2005-88, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Gerência da Comunicação Organizacional e Relações Públicas, com cem vagas totais anuais, no período noturno, ministrado pelo Centro Universitário Nilton Lins, estabelecido à Avenida Santa Cruz Machado, nº 700, Japim, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, mantido pelo Centro de Ensino Superior Nilton Lins.

2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Comunicação Institucional, constante do agrupamento das áreas profissionais de Artes, Comunicação e Design, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 247, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 207/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.02420/2005-49, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Logística de Armazenamento e Distribuição, com oitenta vagas totais anuais, no período noturno, ministrado pelo Centro Universitário Nilton Lins, estabelecido à Avenida Santa Cruz Machado, nº 700 Japim, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, mantido pelo Centro de Ensino Superior Nilton Lins.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Logística, constante do agrupamento das áreas profissionais de Comércio e Gestão, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 248, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 208/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.019957/2005-48, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Marketing, autorizado pela PORTARIA Nº 273, de 20/01/2004, com publicação no D.O.U. de 22/01/2004, aditada pela PORTARIA Nº 270, de 15/12/2006, com publicação no D.O.U. de 19/12/2006, constante do agrupamento das áreas profissionais de Comércio e Gestão, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, com cem vagas totais anuais, nos períodos diurno e noturno, ofertado pela Faculdade de Tecnologia SENAC do Rio Grande do Sul, estabelecida à Rua Coronel Genuíno, nº 130, Cidade Baixa, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional do Rio Grande do Sul.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 249, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 209/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.006478/2006-42, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, autorizado pela PORTARIA Nº 269, de 20/01/2004, com publicação no D.O.U. de 22/01/2004, aditada pela PORTARIA Nº 270, de 15/12/2006, com publicação no D.O.U. de 19/12/2006, constante do agrupamento das áreas profissionais de Informática e Telecomunicação, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, com trezentas vagas totais anuais, nos períodos diurno e noturno, ofertado pela Faculdade de Tecnologia SENAC do Rio Grande do Sul, estabelecida à Rua Coronel Genuíno, nº 130, Cidade Baixa, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional do Rio Grande do Sul.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

PORTARIA Nº 250, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 210/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo nº 23000.017741/2005-48, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° - Reconhecer, nos termos do art.10, § 3º, do referido Decreto, o Curso Superior de Tecnologia em Multimídia Computacional, com oitenta vagas totais anuais, sendo quarenta vagas totais no turno vespertino e quarenta vagas totais no turno noturno, ofertado pela Universidade Metodista de Piracicaba, estabelecida à Rodovia do Açúcar, Km 156, s/n, bairro Taquaral, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, mantida pela Instituto Educacional Piracicabano.

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do referido Decreto, o reconhecimento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subseqüente a este ato, referente à avaliação dos cursos de graduação, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º - Nos termos da Portaria Normativa nº 10, de 28 de julho de 2006, e da Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, fica autorizada a alteração da denominação do curso para Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, constante do grupo das áreas profissionais de Informática e Telecomunicação, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 203, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O Secretário de Educação Superior, Substituto, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e tendo em vista o Despacho nº 429/2007, do Departamento de Supervisão do Ensino Superior, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento dos cursos superiores de graduação, ministrados pela instituição de ensino superior no endereço a seguir discriminado, com o número de vagas e turnos referidos, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Processos Nº SIDOC e Registros SAPIEnS	Instituição		Curso, Modalidade, Habilitação	Vagas e Turno	Endereço de funcionamento do curso
	Mantenedora	Mantida			
23000.012900/2002-75 705818	Fundação Educacional Lucas Machado	Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais	Fisioterapia, bacharelado	40 anuais noturno	Alameda Ezequiel Dias, n° 275, Centro, Belo Horizonte - MG
23000.012904/2002-53 705826	Fundação Educacional Lucas Machado	Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais	Terapia Ocupacional, bacharelado	25 anuais noturno	Alameda Ezequiel Dias, nº 275, Centro, Belo Horizonte - MG

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANUEL FERNANDO PALÁCIOS DA CUNHA MELO

PORTARIA Nº 205, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O Secretário de Educação Superior, Substituto, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista o disposto na Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, e o Despacho nº 219/2007, do Departamento de Supervisão do Ensino Superior, conforme consta do Processo nº 23000.001089/2005-40, Registro SAPIEnS nº 20041003915, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Pedagogia, licenciatura, habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Gestão Educacional, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade Internacional de Curitiba, no âmbito do instituto superior de educação, na Rua do Rosário, nº 147, Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, mantida pelo Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia S/S Ltda., com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANUEL FERNANDO PALÁCIOS DA CUNHA MELO

PORTARIA Nº 206, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O Secretário de Educação Superior, Substituto, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista o disposto na Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 e o Despacho nº 315/2007, do Departamento de Supervisão do Ensino Superior, conforme consta do Processo nº 23000.004168/2006-93 e Registro SAPIEnS nº 20060000237, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Pedagogia, licenciatura, com 100 (cem) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pelo Instituto Superior de Educação Elvira Dayrell, na Rodovia de ligação da BR 120 à BR 259, Trevo Correntino, Virginópolis, Estado de Minas Gerais, mantido pela Sociedade de Ensino Elvira Dayrell, com sede na cidade de Virginópolis, Estado de Minas Gerais, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANUEL FERNANDO PALÁCIOS DA CUNHA MELO

PORTARIA Nº 207, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O Secretário de Educação Superior, Substituto, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e tendo em vista o Despacho nº 319/2007, do Departamento de Supervisão do Ensino Superior, conforme consta dos Processos nºs 23000.007200/2006-92 e 23000.007201/2006-37, Registros SAPIEnS nºs 20060001746 e 20060001748, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer, para fins de expedição e registro de diplomas dos alunos ingressantes até o ano de 2006, o curso Normal Superior, licenciatura, habilitações em Magistério para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e em Magistério da Educação Infantil, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pelo Instituto Japi de Ensino Superior, no âmbito do instituto superior de educação, na Rua Lobo de Rezende, nº 100, bairro Vila Arens, na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, mantido pela Instituição Educacional Terra da Uva S/C Ltda., com sede na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo.

Parágrafo Único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço mencionado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANUEL FERNANDO PALÁCIOS DA CUNHA MELO

PORTARIA Nº 208, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O Secretário de Educação Superior, Substituto, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e tendo em vista o Despacho nº 418/2007, do Departamento de Supervisão do Ensino Superior, conforme consta do Processo nº 23000.002262/2005-27, Registro SAPIEnS nº 20050000591, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, em turmas de, no máximo, 50 (cinqüenta) alunos, a ser ministrado pela Faculdade Arnaldo Horácio Ferreira, na Rua Pará, Quadra 3, Lote 8/B, Mimoso do Oeste, na cidade de Luís Eduardo Magalhães, Estado da Bahia, mantida pela Sociedade Educacional Arnaldo Horácio Ferreira S/C Ltda., com sede na cidade de Luís Eduardo Magalhães, Estado da Bahia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANUEL FERNANDO PALÁCIOS DA CUNHA MELO

PORTARIA Nº 209, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SUBSTITUTO, usando da competência que lhe foi delegada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19/12/2006, publicada no D.O.U. de 20/12/2006, resolve,

Art. 1º Recomendar o aditamento do Regimento das instituições de ensino superior discriminadas na planilha abaixo.

PROCESSO	INSTITUIÇÃO	LIMITE DE ATUAÇÃO	MANTENEDORA E SEDE	RELATÓRIO SESu/CGLNES
23000.016074/2006-67	Faculdade Integrada do Recife	Recife - PE.	Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco Ltda. - Recife - PE.	036/2007
23000.022054/2006-25	Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora	Juiz de Fora - MG.	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá - Rio de Janeiro - RJ.	037/2007

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANUEL FERNANDO PALÁCIOS DA CUNHA E MELO

PORTARIA Nº 210, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SUBSTITUTO, usando da competência que lhe foi delegada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19/12/2006, publicada no D.O.U. de 20/12/2006, resolve,

Art. 1º Recomendar o aditamento do Regimento das instituições de ensino superior discriminadas na planilha abaixo.

PROCESSO	INSTITUIÇÃO	LIMITE DE ATUAÇÃO	MANTENEDORA E SEDE	RELATÓRIO SESu/CGLNES
23000.017246/2006-10	Instituto de Ensino Superior do Amapá	Macapá - AP.	Moderno - Centro de Ensino, Educação e Cultura - Macapá/AP.	038/2007
23000.010703/2006-45	Faculdade Integrada do Ceará	Fortaleza /CE.	Sociedade de Ensino Superior do Ceará Ltda. Fortaleza - CE.	039/2007

23000.020017/2006-82	Faculdade Mercúrio	Rio de Janeiro - RJ.	Associação Educacional e Social Nossa Senhora de Fátima - Rio de Janeiro - RJ.	040/2007
23000.013733/2006-11	Faculdade Missioneira do Paraná	Cascavel - PR.	Centro Diocesano de Teologia de Cascavel - Cascavel - PR.	041/2007
23000.014652/2006-21	Faculdade do Pará	Belém - PA.	Sociedade de Ensino Superior do Pará - Belém - PA.	042/2007

Art. 2º Os regimentos aprovados pela presente portaria prevêem, como unidade acadêmica específica das IES, o Instituto Superior de Educação.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANUEL FERNANDO PALÁCIOS DA CUNHA E MELO

PORTARIA Nº 211, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SUBSTITUTO, nomeado pela Portaria nº 2.008, de 20 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2006, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: o art. 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, a Lei nº 11.381, de 1º de dezembro de 2006, a Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, a Lei nº 11.451, de 07 de fevereiro de 2007, o Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, o art. 12 da IN nº 01 da Secretaria do Tesouro Nacional /STN/MF, de 15 de janeiro de 1997 e a Súmula da Coordenação Geral de Normas, Avaliação e Execução de Despesa - CONED n° 04/2004/ STN/MF, resolve:
Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 8551 - Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, para fins de apoio às Instituições abaixo relacionadas, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:
I - Funcional Programática: 12.364.1073.8551.0001 - Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior - Nacional
Fonte: 0112915004
PTRES: 001753
Art. 2º - A descentralização de crédito orçamentário e financeiro observará as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007.
Parágrafo Único - o saldo dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, deverá ser devolvido a Secretaria de Educação Superior, no exercício financeiro de 2007.
Art. 3º - O monitoramento da execução, referente à ação supracitada, será realizado pelo Departamento de Desenvolvimento de Educação Superior - DEDES.
Art. 4º - Os créditos descentralizados por destaque integrarão as prestações de contas anuais das Instituições Federais de Ensino Superior, a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo nos termos da legislação vigente.
Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

MANUEL F. PALÁCIOS DA CUNHA MELO

ANEXO I

Processo nº	Instituição Beneficiada	Objeto	Nota de Crédito	Valor R$
23000.001112/2007-68	Universidade Federal de Uberlândia	Apoio financeiro destinado ao projeto de gestão de informação usando o SIE - Sistema de Informação para Ensino.	NC00185	R$ 200.000,00
23000.001007/2007-29	Universidade Federal do Amazonas	Apoio financeiro destinado a Modernização das salas de aula do Campus Setor Norte.	NC00187	R$520.000,00
23000.001008/2007-73	Universidade Federal do Piauí	Apoio financeiro destinado à construção das instalações físicas do Departamento de Farmácia da Universidade.	NC00186	R$1.121.363,43

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CONSELHO DE CURADORES

RESOLUÇÃO N° 87/CC, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2006

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE CURADORES, da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Resolução n.o. 089/CC/2002, Portaria n°. 0307/GR/2002 e parecer n°. 30/TIC/2006, constante do Processo n°. 23080.039035/2006-95, resolve:
Aprovar a doação do Ônibus Mercedes Benz/ OF 1113, Ano/Mod. 1982, Diplomata Placa LZS 1988, Chassi 34405811587403 RENAVAN 540449415 para a Federação Catarinense de Atletismo - FCA, de Santa Catarina.

MILTON LUIZ HORN VIEIRA

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 167, DE 8 DE MARÇO DE 2007

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo n° 23080.057201/2006-35 resolve:
Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Metodologia de Ensino - MEN/CED, instituído pelo Edital n° 008/DDPP/2007, de 26 de fevereiro de 2007.

Campo de Conhecimento: Metodologia e Prática do Ensino de Geografia
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Média Final
1.Paulo César da Fonseca Neves	8,75

CARLA CRISTINA DUTRA BURIGO

RETIFICAÇÃO

T Na Portaria nº 163/DDPP/2007, de 07 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União nº 46, de 08 de março de 2007, Seção1, onde se lê "...: Campo de Conhecimento:Métodos de Reprsentação" "leia-se... "...: Campo de Conhecimento: Mecanização Agrícola".

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

PORTARIA Nº 50.677, DE 6 DE MARÇO DE 2007

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com a Delegação de Competência concedida mediante a Portaria n. 48.447, de 27.12.2005, e tendo em vista o que consta do Processo n. 23081.001924/2007-51, resolve:
PRORROGAR por 01 (um) ano, a validade do Concurso Público para Docente, na seguinte classe, regime e área:
PROFESSOR ASSISTENTE - 40 HORAS SEMANAIS
Área: Pediatria, a partir de 17/04/2007.

FELIPE MARTINS MULLER,

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 47, DE 7 DE MARÇO DE 2006

Fixa o limite global anual das importações destinadas à pesquisa científica e tecnológica nos termos da Lei nº 8.010, de 1990.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, resolve:
Art. 1º Fixar em US$ 250.000.000,00 (duzentos e cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) o valor do limite global anual, para o exercício de 2007, relativo à importação de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, para fins de aplicação do disposto no art. 1º da Lei nº 8.010, de 1990.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA Nº 221, DE 6 DE MARÇO DE 2007

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso de suas atribuições legais, e considerando os itens 2.2 e 2.3 do Edital ESAF n° 80, de 1º de dezembro de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 02 de dezembro de 2005, retificado pelo Edital ESAF nº 89, de 08 de dezembro de 2005, publicado no Diário Oficial da União do dia 12 de dezembro de 2005, referente ao concurso público para provimento dos cargos de Procurador da Fazenda Nacional, da respectiva Carreira da Advocacia-Geral da União, homologado pela Portaria Conjunta n° 23 AGU/MF, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2006, resolve:
Art. 1° Deferir os pedidos dos candidatos relacionados em anexo que, aprovados no referido concurso público de Procurador da Fazenda Nacional de 2ª Categoria, integrantes da respectiva Carreira da Advocacia-Geral da União, solicitaram a sua colocação no final da relação dos aprovados no referido concurso (Processo nº 10951.000074/2007-35).
Parágrafo Único. A inserção dos nomes obedecerá à ordem do anexo, conforme a classificação final dos candidatos no certame.

LUIS INÁCIO LUCENA ADAMS

ANEXO

N°. ORDEM	CLASSIFICAÇÃO NO CONCURSO	INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE PEDIDO
1	1	7087845	MARCELO KOKKE GOMES	12/9/2006
2	7	7086245	MARINA SELOS FERREIRA	11/9/2006
3	8	7068999	JEFFERSON SIQUEIRA DE BRITO ALVARES	11/9/2006
4	8 - A	7071760	FABRICIO SANTOS DIAS	14/9/2006
5	9	7106025	DAIANE NOGUEIRA DE LIRA	11/9/2006
6	12	7018770	EDSON ROBERTO CELLEGHIM	12/9/2006
7	14	7001347	THAIS SAMPAIO DA SILVA	11/9/2006
8	16	7112866	ADALBERTO DO REGO MACIEL NETO	11/9/2006
9	18	7058632	JULIO DE MELO RIBEIRO	12/9/2006
10	19	7014163	FELIPE DE VASCONCELOS PEDROSA	12/9/2006
11	20	7095481	MARCELLE DE OLIVEIRA ALENCAR	11/9/2006

12	21	7028245	GUSTAVO DE MENDONÇA GOMES	14/9/2006
13	22	7096496	MARIA FERNANDA DE MOURA E SOUZA	18/8/2006
14	26	7005024	RICARDO RODRIGUES AL-ALAM	12/9/2006
15	27	7073020	LUIZ CLAUDIO LIMA VIANA	12/9/2006
16	31	7055030	RENATO RODRIGUES VIEIRA	12/9/2006
17	32	7033400	DANIEL OSTI COSCRATO	12/9/2006
18	33 - A	7042698	LEONARDO ALBUQUERQUE MARQUES	12/9/2006
19	41	7108087	LEANDRO MARTINS MENDONÇA	14/9/2006
20	42	7004079	FILÔGONIO MOREIRA JUNIOR	11/9/2006
21	44	7064144	WALTENBERG LIMA DE SÁ	13/9/2006
22	48	7089619	MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS	13/9/2006
23	55	7040148	ROMULO DE CASTRO SOUZA LIMA	14/9/2006
24	57	7036965	MARCELO RISSI	13/9/2006
25	60	7006454	GUSTAVO MOULIM RIBEIRO	14/9/2006
26	63	7099096	MICHELE MIRANDA PEREZ	14/9/2006
27	66	7095465	RICARDO MATHIAS SOARES PONTES	15/9/2006
28	69	7045093	THIAGO BEZERRA LEAL	13/9/2006
29	70	7072481	SUZANA DE BARROS BARRETO	14/9/2006
30	71	7049668	MARCELA PAES BARRETO DE CASTRO LIMA	14/9/2006
31	72	7049668	VICTOR VALENÇA CARNEIRO DE ALBUQUERQUE	14/9/2006
32	73	7027460	ALAN RAFAEL ZORTEA DA SILVA	14/9/2006
33	75	7047827	DANIELA BERTOLINI ROSA SILVA	14/9/2006
34	79	7002955	RICARDO JOSÉ BRITO BASTOS AGUIAR ARRUDA	14/9/2006
35	79 - A	7031491	LUCAS FIGUEIREDO ALVES DA SILVA	14/9/2006
36	84	7024584	SOCORRO JANAINA MAXIMIANO LEONARDO	13/9/2006
37	85	7103719	CARLOS ANDRÉ STUDART PEREIRA	18/9/2006
38	86	7003277	JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS	14/9/2006
39	87	7063121	RAFAEL BARRETO DA SILVA	19/9/2006
40	88	7069944	PRISCILA COELHO DE BARROS ALMEIDA	18/9/2006
41	92	7066686	GUSTAVO BASSO KLIEMANN	19/9/2006
42	93	7007604	KAROLINE BUSATTO	19/9/2006
43	94	7072449	GABRIELA BARBOSA PEIXOTO	18/9/2006
44	95	7037244	JACKSON PAULO FACHINELLO	19/9/2006
45	96	7088582	ANDRE DOUMID BORGES	15/9/2006
46	97	7040610	FELIPE HESSMANN DUTRA	14/9/2006
47	98	7007272	ANA CAROLINA RUIZ	20/9/2006
48	101	7032455	MARCOS BUENO BRANDAO DA PENHA	25/9/2006
49	102	7024240	FELIPE PEGORARO FEIJO	13/10/2006
50	106	7054726	FREDERICO GARCIA PINHEIRO	28/8/2006
51	107	7121636	DIEGO FAJARDO MARANHA LEAO DE SOUZA	14/9/2006
52	108	7074700	GUSTAVO GERALDO PEREIRA MACHADO	27/9/2006
53	111	7041306	JULIA CAVALCANTE SILVA BARBOSA	20/10/2006
54	112	7016514	THIAGO GALVAO SANTOS PIOLA	9/10/2006
55	114	7009283	PAULA GISELE DARGELIO DA ROSA	16/10/2006
56	116	7065604	SERGIO DE NOROES MILFONT JUNIOR	13/10/2006
57	118	7031718	LEO CARLOS DE MATTOS GRISI	19/10/2006
58	119	7069880	MONICA ANTAO XAVIER	16/10/2006
59	122	7044402	MARCOS JOSE DE JESUS	16/10/2006
60	123 - A	7110880	CESAR ZUCATTI PRITSCH	19/10/2006
61	124	7045433	LUCAS HAYNE DANTAS BARRETO	16/10/2006
62	125	7005571	MARCOS LISANDRO PUCHEVITCH	18/10/2006
63	126	7109121	RAQUEL BEZERRA MUNIZ DE ANDRADE	16/10/2006
64	130	7008872	ANDRE JACKSON DE HOLANDA MAURICIO JUNIOR	3/11/2006
65	131	7053371	EBER ZOEHLER SANTA HELENA	3/11/2006
66	134	7013833	RAFAEL LIMA DAUDT D OLIVEIRA	6/11/2006
67	137	7074085	RODRIGO CRELIER ZAMBAO DA SILVA	27/10/2006
68	143	7020511	CIRO JOSE DE ANDRADE ARAPIRACA	18/10/2006
69	144	7014465	ROSALIA TEIXEIRA BEZERRA ADAO	3/10/2006
70	148	7021917	MICHELE MENEZES DA CUNHA	25/10/2006
71	149	7053185	MARCELO ZENNI TRAVASSOS	25/10/2006
72	151	7005148	FERNANDA RIBEIRO GANEM	30/10/2006
73	152	7065566	REGINA ANDRADE DE SOUZA BARRETO	26/10/2006
74	153-A	7105380	VICTOR SANTOS RUFINO	3/11/2006
75	154	7025386	ADRIANA CORREIA LIMA CARIRY CESAR	3/11/2006
76	155	7057296	MARCELO MOURA DA CONCEICAO	22/9/2006
77	156	7004133	NARA LEVY	3/11/2006
78	157	7011261	LUIZ BISPO DA SILVA NETO	3/11/2006
79	158	7093020	ROBERTO ANDERSSON CHEMALE	3/11/2006
80	160	7040024	ERICO ZEPPONE NAKAGOMI	1/11/2006
81	161	7047673	TERESA CRISTINA DE SOUZA	9/11/2006
82	166	7047550	EDUARDO MONTEIRO DE CASTRO CASASSANTA	3/11/2006
83	167	7113650	HUGO MENDES PLUTARCO	6/11/2006
84	168	7112645	MARIA PAULA AMORIM DE BARROS LIMA	3/11/2006
85	169	7006675	GUSTAVO DE RESENDE RAPOSO	3/11/2006
86	172	7045530	RUY DE AVILA CAETANO LEAL	3/11/2006
87	176	7015151	MARCELO ROBERTO DE OLIVEIRA	10/10/2006
88	178	7002181	VICTOR ROBERTO CORREA DE SOUZA	20/10/2006
89	185	7022581	ATILA NEDI LEAES SONEGO	12/12/2006
90	187	7003536	MATEUS MIRANDA DE MORAES	23/10/2006
91	188	7060807	FELIPE GONCALVES PINTO	12/12/2006
92	189	7095252	RODRIGO DE MACEDO E BURGOS	12/12/2006
93	189-A	7058969	CAROLINA CICCO DO NASCIMENTO	1/11/2006
94	193	7057105	RODRIGO LANZER	12/12/2006
95	194	7093780	BERNARDO ALVES DA SILVA JUNIOR	13/12/2006
96	196	7011768	JOAO PAULO CURSINO PINTO DOS SANTOS	15/12/2006
97	198	7017448	GABRIEL PIRES DE CAMPOS SORMANI	21/8/2006
98	199	7097808	BRIVALDO PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR	12/12/2006
99	200	7088868	TIAGO TANURE COSTA	14/12/2006
100	201	7098278	FLAVIA VIANNA PERO MASCIA	30/11/2006
101	204	7071442	VIVIANE TERESA HAFFNER GASPAR ANTONIO	

RETIFICAÇÃO

Nos Despachos do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, publicado no Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2006, Seção I, página 23, onde se lê ... Em 14 de setembro de 2004, leia-se... Em 14 de setembro de 2006.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 7 DE MARÇO DE 2007

Habilita a empresa que menciona ao procedimento simplificado de internação.

A INSPETORA DA ALFÂNDEGA DO PORTO DE MANAUS, no uso da competência estabelecida no artigo 250, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 30, de 25 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 04 de março de 2005, c/c Instrução Normativa SRF nº 568, de 08 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, declara:

I - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Empresa PHITRONICS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICA E INFORMATICA LTDA, CNPJ 07.200.194/0001-18, Processo 10283.000733/2007-53, nos termos do artigo 13 da Instrução Normativa SRF nº 242, de 06/11/2002.

II - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §2º do art. 6º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ELIZIA ALVES DE ANDRADE

3ª REGIÃO FISCAL

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 11, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2007

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
EMENTA: LUCRO REAL. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. Incentivos dados por Estados-membros a empresas instaladas na região, mediante regime especial de pagamento de ICMS, consistente em dilação de prazo de recolhimento e concessão de desconto sob condição suspensiva, não configuram subvenções para investimento, sequer subvenções correntes para custeio, posto que, no sentido técnico-contábil, as vantagens advindas não têm natureza de receitas ou de resultados.Tais vantagensconfiguram meras reduções de custos ou despesas.
DISPOSITIVOS LEGAIS: Arts. 392, inciso I, e 443, inciso I, do Decreto nº 3.000, de 1999, RIR, de 1999; Parecer Normativo CST nº 112, de 1978.

SANDRA MARIA SOARES PONTES
Superintendente
Substituta

SOLUÇÕES DE CONSULTA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2007

Nº 12 - ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins
EMENTA: BASE DE CÁLCULO. CRÉDITOS. INSUMOS.O sujeito passivo poderá, no cálculo da Contribuição para a Cofins, descontar créditos calculados sobre valores correspondentes a insumos, assim entendidos os bens ou serviçosaplicados ou consumidos diretamente na produção ou fabricação de bens e na prestação de serviços.Despesas realizadas com o fornecimento de vale-transporte, vale-refeição e fardamento a seus empregados, mesmo que referidos empregados estejam vinculados à prestação dos serviços, não geram direito a créditos a serem descontados da Cofins, por não se enquadrarem no conceito de insumos aplicados ou consumidos diretamente na prestação de serviços.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 2º e 3º; IN SRF nº 404, de 2004, arts. 4º, 7º e 8º.
ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep
EMENTA: BASE DE CÁLCULO. CRÉDITOS. INSUMOS.O sujeito passivo poderá, no cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, descontar créditos calculados sobre valores correspondentes a insumos, assim entendidos os bens ou serviços aplicados ou consumidos diretamente na produção ou fabricação de bens e na prestação de serviços.Despesas realizadas com o fornecimento de vale-transporte, vale-refeição e fardamento a seus empregados, mesmo que referidos empregados estejam vinculados à prestação dos serviços, não geram direito a créditos a serem descontados da Contribuição para o PIS/Pasep, por não se enquadrarem no conceito de insumos aplicados ou consumidos diretamente na prestação de serviços.
DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, arts. 2º e 3º; IN SRF nº 247, de 2002, e nº 358, de 2003.

Nº 13 - ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins
EMENTA: BASE DE CÁLCULO. CRÉDITOS. INSUMOS.O sujeito passivo poderá, no cálculo da Contribuição para a Cofins, descontar créditos calculados sobre valores correspondentes a insumos, assim entendidos os bens ou serviçosaplicados ou consumidos diretamente na produção ou fabricação de bens e na prestação de serviços.Despesas realizadas com o fornecimento de vale-transporte, vale-refeição e fardamento a seus empregados, mesmo que referidos empregados estejam vinculados à prestação dos serviços, não geram direito a créditos a serem descontados da Cofins, por não se enquadrarem no conceito de insumos aplicados ou consumidos diretamente na prestação de serviços.
DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 2º e 3º; IN SRF nº 404, de 2004, arts. 4º, 7º e 8º.
ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep
EMENTA: BASE DE CÁLCULO. CRÉDITOS. INSUMOS.O sujeito passivo poderá, no cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, descontar créditos calculados sobre valores correspondentes a insumos, assim entendidos os bens ou serviços aplicados ou consumidos diretamente na produção ou fabricação de bens e na prestação de serviços.Despesas realizadas com o fornecimento de vale-transporte, vale-refeição e fardamento a seus empregados, mesmo que referidos empregados estejam vinculados à prestação dos serviços, não geram direito a créditos a serem descontados da Contribuição para o PIS/Pasep, por não se enquadrarem no conceito de insumos aplicados ou consumidos diretamente na prestação de serviços.
DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, arts. 2º e 3º; IN SRF nº 247, de 2002, e nº 358, de 2003.

Nº 14 - ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins
EMENTA: BASE DE CÁLCULO. CRÉDITOS. INSUMOS.O sujeito passivo poderá, no cálculo da Contribuição para a Cofins, descontar créditos calculados sobre valores correspondentes a insumos, assim entendidos os bens ou serviçosaplicados ou consumidos diretamente na produção ou fabricação de bens e na prestação de serviços.Despesas realizadas com o fornecimento de vale-transporte, vale-refeição e fardamento a seus empregados, mesmo que referidos empregados estejam vinculados à prestação dos serviços, não geram direito a créditos a serem descontados da Cofins, por não se enquadrarem no conceito de insumos aplicados ou consumidos diretamente na prestação de serviços.
DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 2º e 3º; IN SRF nº 404, de 2004, arts. 4º, 7º e 8º.
ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep
EMENTA: BASE DE CÁLCULO. CRÉDITOS. INSUMOS.O sujeito passivo poderá, no cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, descontar créditos calculados sobre valores correspondentes a insumos, assim entendidos os bens ou serviços aplicados ou consumidos diretamente na produção ou fabricação de bens e na prestação de serviços.Despesas realizadas com o fornecimento de vale-transporte, vale-refeição e fardamento a seus empregados, mesmo que referidos empregados estejam vinculados à prestação dos serviços, não geram direito a créditos a serem descontados da Contribuição para o PIS/Pasep, por não se enquadrarem no conceito de insumos aplicados ou consumidos diretamente na prestação de serviços.
DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, arts. 2º e 3º; IN SRF nº 247, de 2002, e nº 358, de 2003.

SANDRA MARIA SOARES PONTES
Superintendente
Substituta

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM IMPERATRIZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 7 DE MARÇO DE 2007

Declara anulada de ofício, por haver sido atribuído mais de um número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM IMPERATRIZ - MA no uso das atribuições que lhe confere o art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 030 de 25 de fevereiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 4 de março de 2005, e de acordo com o disposto no art. 30, da Instrução Normativa SRF nº 568, de 08 de setembro de 2005, considerando ainda o processo administrativo nº 11621.000022/2007-63, declara:

ANULADA, de ofício, a inscrição de nº 00.970.057/0001-13 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, por haver sido atribuído mais de um numero de inscrição para a empresa I R SANTOS FUCUTA, permanecendo esta com o CNPJ nº 02.709.633/0001-07.

SEBASTIÃO LEONTSINIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 7 DE MARÇO DE 2007

Declara anulada de ofício, por haver sido atribuído mais de um número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM IMPERATRIZ - MA no uso das atribuições que lhe confere o art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 030 de 25 de fevereiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 4 de março de 2005, e de acordo com o disposto no art. 30, da Instrução Normativa SRF nº 568, de 08 de setembro de 2005, considerando ainda o processo administrativo nº 10830.005333/2006-18, declara:

ANULADA, de ofício, a inscrição de nº 02.330.630/0001-50 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, por haver sido atribuído mais de um numero de inscrição para a empresa F L BARROSO ELOI, permanecendo esta com o CNPJ nº 02.330.501/0001-61.

SEBASTIÃO LEONTSINIS

5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM FEIRA DE SANTANA

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 8 DE MARÇO DE 2007

Cancelam, de ofício, no Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR, a inscrição dos imóveis que mencionam.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL EM FEIRA DE SANTANA - BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 30, de 25 de fevereiro de 2005, com fundamento no art. 12 e seu parágrafo único, da Instrução Normativa SRF nº 272, de 30 de dezembro de 2002, declara:

Nº 13 - Art. 1º - Fica cancelada de ofício, no Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR, a inscrição NIRF 1.507.417-0, vinculada ao imóvel denominado "Fazenda Linha", com área total de 268,5 hectares, situado no município de Ibotirama, Estado da Bahia, por motivo de duplicidade de inscrição com o NIRF 6.955.005-0, com fundamento no inciso III do art. 12, da Instrução Normativa SRF nº 272, de 30 de dezembro de 2002, observado o que ficou decidido no processo administrativo nº 10580.011038/2005-09.

Art. 2º - O cancelamento da inscrição retroage a 1º de agosto de 2002.

Nº 14 - Art. 1º - Fica cancelada de ofício, no Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR, a inscrição NIRF 1.507.418-8, vinculada ao imóvel denominado "Fazenda Linha", com área total de 122,9 hectares, situado no município de Ibotirama, Estado da Bahia, por motivo de duplicidade de inscrição com o NIRF 6.955.005-0, com fundamento no inciso III do art. 12, da Instrução Normativa SRF nº 272, de 30 de dezembro de 2002, observado o que ficou decidido no processo administrativo nº 10580.011039/2005-45.

Art. 2º - O cancelamento da inscrição retroage a 1º de agosto de 2002.

Nº 15 - Art. 1º - Fica cancelada de ofício, no Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR, a inscrição NIRF 0.150.213-1, vinculada ao imóvel denominado "Fazenda Linha", com área total de 122,9 hectares, situado no município de Ibotirama, Estado da Bahia, por motivo de duplicidade de inscrição com o NIRF 6.955.005-0, com fundamento no inciso III do art. 12, da Instrução Normativa SRF nº 272, de 30 de dezembro de 2002, observado o que ficou decidido no processo administrativo nº 10580.010594/2005-50.

Art. 2º - O cancelamento da inscrição retroage a 1º de agosto de 2002.

Nº 16 - Art. 1º - Fica cancelada de ofício, no Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR, a inscrição NIRF 1.507.416-1, vinculada ao imóvel denominado "Fazenda Linha", com área total de 122,9 hectares, situado no município de Ibotirama, Estado da Bahia, por motivo de duplicidade de inscrição com o NIRF 6.955.005-0, com fundamento no inciso III do art. 12, da Instrução Normativa SRF nº 272, de 30 de dezembro de 2002, observado o que ficou decidido no processo administrativo nº 10580.011036/2005-10.
Art. 2º - O cancelamento da inscrição retroage a 1º de agosto de 2002.

Nº 17 - Art. 1º - Fica cancelada de ofício, no Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR, a inscrição NIRF 1.507.420-0, vinculada ao imóvel denominado "Fazenda Linha", com área total de 122,9 hectares, situado no município de Ibotirama, Estado da Bahia, por motivo de duplicidade de inscrição com o NIRF 6.955.005-0, com fundamento no inciso III do art. 12, da Instrução Normativa SRF nº 272, de 30 de dezembro de 2002, observado o que ficou decidido no processo administrativo nº 10580.011041/2005-14.
Art. 2º - O cancelamento da inscrição retroage a 1º de agosto de 2002.

MAURÍCIO SOUZA ARGOLLO

8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 5 DE MARÇO DE 2007

O SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da delegação de competência estabelecida pelo inciso II do art. 25 da Portaria SRF nº 969, de 22/09/2006, e considerando o que consta do processo nº 11128.004472/2006-15, declara:

1. Ficam alfandegados, a título permanente, até 21/08/2016, os silos identificados pelos números de 1 a 14, localizados na área contígua ao Porto Organizado de Santos, localizados à Rua Xavier da Silveira, 94 - Bairro do Paquetá - Santos/SP, administrados por BUNGE ALIMENTOS S/A, inscrita no CNPJ sob nº 84.046.101/0379-41, destinados ao armazenamento e movimentação de trigo e outros cereais, a granel na importação.

2. Os referidos silos estão sob jurisdição da Alfândega do Porto de Santos, que baixará as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal.

3. Cumprirá à autorizada ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto-lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, de acordo com o caput do art. 4º do Decreto nº 1.912, de 21 de maio de 1996, adotando-se, para esse fim, a sistemática estabelecida na Instrução Normativa SRF nº 48, de 23 de agosto de 1996.

4. Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado.

5. Este alfandegamento não dispensa o seu beneficiário do cumprimento do disposto no art. 34 da Portaria SRF nº 969, de 22 de setembro de 2006, e não impede a SRF de revê-lo para adequá-lo às normas.

6. Permanece atribuído o código 8.93.22.13-4 aos silos ora alfandegados, consoante determinação da Instrução Normativa SRF nº 15, de 22 de fevereiro de 1991.

7. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogando o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 70, de 11/08/2006 (D.O.U. de 21/08/2006), sem interrupção de sua força normativa.

PAULO JAKSON DA SILVA LUCAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 6 DE MARÇO DE 2007

O SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006, e à vista do que consta do processo nº 10880.001383/2007-11, declara:

1. Fica a empresa WAIVER SHOWS E EVENTOS LTDA., com sede em São Paulo - Capital, na Rua Alfredo Pujol, 285 - 1º andar - conjuntos 13/14 - Bairro de Santana, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.002.531/0001-01, autorizada a utilizar os formulários de que tratam os artigos 4º e 31 da Instrução Normativa SRF nº 611/2006, para o despacho aduaneiro de admissão temporária e de reexportação dos bens destinados ao evento "REVESTIR - FEIRA INTERNACIONAL DE REVESTIMENTO", a ser realizado no período de 13 a 16 de março de 2007, nas instalações do TRANSAMÉRICA EXPO CENTER, na cidade de São Paulo - SP.

2. A operação de que trata o item 1 fica condicionada à liberação, por outros órgão da Administração Pública, quando se tratar de mercadoria sujeita a seu controle.

3. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO JAKSON DA SILVA LUCAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 6 DE MARÇO DE 2007

O SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006, e considerando o que consta do processo nº 10880.001384/2007-58, declara:

1. Fica autorizada a utilização, pela empresa WAIVER SHOWS E EVENTOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.002.531/0001-01, dos formulários de que tratam os artigos 4º e 31 da Instrução Normativa SRF nº 611/2006, para o despacho aduaneiro de admissão temporária e de reexportação dos bens destinados ao evento denominado "FEICON BATIMAT 2007 - 15ª FEIRA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO", a realizar-se no período de 13 a 17 de março de 2007, no Centro de Exposições Anhembi, na cidade de São Paulo/SP.

2. A operação de que trata o item 1 ficará condicionada à liberação, por outros órgão da Administração Pública, quando se tratar de mercadoria sujeita a seu controle.

3. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO JAKSON DA SILVA LUCAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM CAMPINAS

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 2 DE MARÇO DE 2007

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL EM CAMPINAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n° 30, de 25 de fevereiro de 2005, e tendo em vista o que consta do processo administrativo específico formalizado pela interessada, declara:

Nº 10 - Art. 1° - Cancelado o Registro Especial de que trata o inciso II, do §1º, do art.1º, da Instrução Normativa SRF nº 71/2001, com as alterações promovidas pela Instrução Normativa SRF nº 101/2001, relativamente ao contribuinte abaixo citado:
Nome Empresarial: ROSEMEIRE DINIZ RIBEIRO CAMPINAS - ME
CNPJ: 04.829.089/0001-54
Processo: 10830.009705/2002-43
Endereço: Rua Laranjal Paulista, 906, Vila Pompéia, Campinas - SP
Atividade: USUARIO (UP)
Número do Registro Especial: UP-08104/204

Nº 11 - Art.1º - Cancelado o Registro Especial de que trata o inciso V, do §1º, do art.1º, da Instrução Normativa SRF nº 71/2001, com as alterações promovidas pela Instrução Normativa SRF nº 101/2001, relativamente ao contribuinte abaixo citado:
Nome Empresarial: ROSEMEIRE DINIZ RIBEIRO CAMPINAS - ME
CNPJ: 04.829.089/0001-54
Processo: 10830.009705/2002-43
Endereço: Rua Laranjal Paulista, 906, Vila Pompéia, Campinas - SP
Atividade: GRAFICA (GP)
Número do Registro Especial: GP-08104/201

WALMIR MARTINEZ THOMAZ

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 8 DE MARÇO DE 2007

Cancela inscrição de contribuinte no Registro Especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM GUARULHOS/SP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 250, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal - SRF, aprovado pela Portaria MF nº 030, de 25/02/2005, publicada no D.O.U. de 04/03/2005, e considerando o disposto no artigo 7º, caput, da Instrução Normativa SRF nº 71, de 24/08/2001, republicada no D.O.U. de 13/09/2001, alterada pela Instrução Normativa SRF nº 101, de 21/12/2001, publicada no D.O.U. de 26/12/2001, declara:

Artigo 1º Cancelada a inscrição no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob os nºs UP-08111/048, GP - 08111/050 e IP-08111/049, da empresa GBC EDITORA GRÁFICA LTDA, CNPJ Nº 04.430.330/0001-78, conforme consta do processo nº 13894.000674/2001-28.

Artigo 2º Ficam revogados os Atos Declaratórios Executivos nºs: 45,46 e 47 de 29 de abril de 2002, expedido pela Delegacia da Receita Federal em Guarulhos.

FABIO KIRZNER EJCHEL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM RIBEIRÃO PRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 7 DE MARÇO DE 2007

Declara a inidoneidade dos RECIBOS de prestação de serviços de emissão de ROSEMARY GOMES-CPF N.° 122.450.458-72

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM RIBEIRÃO PRETO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 30, de 25 de fevereiro de 2005,publicada no DOU de 04 de março de 2005, declara:

Art. 1º INIDÔNEOS, para todos os efeitos tributários, os RECIBOS de prestação de serviços referentes tratamentos fisioterápicos emitidos por ROSEMARY GOMES - CPF N.° 122.450.458-72,a partir de 01.01.2001 até 31.12.2005, haja vista serem ideologicamente falsos e, portanto, imprestáveis e ineficazes para dedução da base de cálculo do imposto de renda pessoa física a quaisquer usuários dos mesmos, tendo em vista o contido na Súmula Administrativa de Documentação Tributariamente Ineficaz - processo administrativo n.° 15956.000061/2007-30.

Art. 2º Ficam ressalvados os casos em que o usuário comprove a efetividade da prestação de serviço e do desembolso dos valores declarados pelos demais meios de prova admitidos em direito.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GLAUCO PETER ALVAREZ GUIMARÃES

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 7 DE MARÇO DE 2007

A CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da delegação de competência estabelecida pelo art. 1º, inciso XII, da Portaria SRRF08 nº 12, de 07 de fevereiro de 2000 (D.O.U. de 16/02/2000), e tendo em vista o que consta do processo nº 13839.000546/2007-34, declara:

1. A empresa ERVAS FINAS HORTICULTURA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.003.324/0001-83, situada na Estrada Municipal Aksel Ernts, nº 4.015 - Bairro Campo Verde - Campo Limpo Paulista/SP, fica habilitada a utilizar os procedimentos simplificados de concessão e de controle do regime aduaneiro especial de Exportação Temporária previstos na Instrução Normativa SRF nº 115, de 31 de dezembro de 2001, relativamente a:

a) caixa de madeira montada sobre pálete, medindo 1,20 x 1,00 x 1,00m, NCM 4415.20.00, quantidade máxima 400 unidades, preço unitário R$ 30,00.

2. O despacho aduaneiro dos bens em questão será processado na DRF/Uberlândia.

3. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SANDRA IVETE RAU VITALI

9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/Foz nº 110, de 6 de novembro de 2006, publicado no Diário Oficial da União nº 215, de 9 de novembro de 2006, seção 1, página 21:

Onde se lê: "INAPTA, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ nº 02.661.384/0001-19, concedida a BETEL COMÉRCIO DE MANUFATURADOS LTDA...";

Leia-se: "INAPTA, a partir de 6 de fevereiro de 2004, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ nº 02.661.384/0001-19, concedida a BETEL COMÉRCIO DE MANUFATURADOS LTDA...";

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.344 , DE 7 DE MARÇO DE 2007

Altera o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 7 de março de 2007, com base nos artigos 9º, 10, VII, e 11, III, da Lei n° 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos artigos 5º e 7º da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, e no parágrafo 2º do art. 65 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, na Resolução n° 3.447, de 5 de março de 2007, e tendo em vista o art. 2° da Circular n° 3.280, de 9 de março de 2005, decidiu:

Art. 1º O título 3 do Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), divulgado pela Circular n° 3.280, de 9 de março de 2005, passa a vigorar acrescido do capítulo 4 - Capital em moeda nacional - Lei nº 11.371/2006, nos termos desta Circular.

Art. 2° O índice e o capítulo 1 do titulo 3 do Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), divulgado pela Circular nº 3.280, de 2005, passam a vigorar com a redação contida nas folhas anexas à presente Circular.

Art. 3º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VIEIRA DA CUNHA
Diretor

PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO
Diretor

ANEXO

REGULAMENTO DO MERCADO DE CÂMBIO E CAPITAIS INTERNACIONAIS
TÍTULO: 3 - Capitais Estrangeiros no País
Índice do Título

Formato Global

CAPÍTULO	NÚMERO
Disposições Gerais	1 (NR)
Recebimento Antecipado de Exportação	2
Garantias Prestadas por Organismos Internacionais	3
Capital em moeda nacional - Lei nº 11.371/2006	4 (NR)

REGULAMENTO DO MERCADO DE CÂMBIO E CAPITAIS INTERNACIONAIS
TÍTULO: 3 - Capitais Estrangeiros no País
CAPÍTULO: 1 - Disposições Gerais

Os capitais estrangeiros no Brasil, aí incluídas as operações de crédito, de financiamento e de investimentos externos, independentemente do tipo, meio e forma utilizados para sua realização, devem, à exceção do disposto nos capítulos 2, 3 e 4 deste título, observar o estabelecido em regulamentação específica, que se encontra disponível na página do Banco Central do Brasil na internet (www.bcb.gov.br). (NR)

REGULAMENTO DO MERCADO DE CÂMBIO E CAPITAIS INTERNACIONAIS
TÍTULO: 3 - Capitais Estrangeiros no País
CAPÍTULO: 4 - Capital em moeda nacional - Lei nº 11.371/2006 (NR)

---

1. Deve ser registrado, a partir de 19 de março de 2007, em moeda nacional, no Sistema de informações Banco Central - Sisbacen, Registro Declaratório Eletrônico - Módulo Investimento Externo Direto - RDE-IED, o capital estrangeiro de que trata o art. 5º da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, desde que conste regularmente dos registros contábeis da empresa brasileira receptora do capital estrangeiro, observado o seguinte:

a) nos casos de participações complementares a investimento estrangeiro na mesma receptora e já detentor de Registro Declaratório Eletrônico (RDE-IED), o registro da participação de que se trata deve ser efetuado sob o mesmo número de registro;

b) nos casos de novos registros, devem ser observados os procedimentos de cadastramento prévio, previstos nos § 2° do art. 1° e art. 2° do Regulamento Anexo à Circular nº 2.997, de 15 de agosto de 2000;

c) independentemente da data da integralização da participação estrangeira no capital da empresa brasileira receptora do investimento, a participação a ser registrada deve ser aquela constante dos registros contábeis da empresa, na forma da regulamentação em vigor, para a qual haja comprovação documental da titularidade do capital externo.

2. O registro de que trata o item anterior deve ser efetuado mediante utilização da transação PRDE 600 do Sisbacen, nos seguintes prazos:

a) até 30 de junho de 2007, o capital existente em 31 de dezembro de 2005;

b) até o último dia útil do ano-calendário subseqüente ao do balanço anual no qual a pessoa jurídica estiver obrigada a registrar o capital, o capital contabilizado a partir do ano de 2006, inclusive.

3. As instruções para o declarante efetuar o registro no sistema estão consignadas no tópico Capital em moeda nacional - Lei nº 11.371/2006, disponível na página do Banco Central do Brasil na internet (www.bcb.gov.br), Câmbio e capitais estrangeiros - Manuais - Manuais do registro Declaratório Eletrônico - RDE-IED Manual do declarante.

4. No caso de investimento em instituição financeira, em outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e em sociedade administradora de consórcios, o registro deve ser precedido de manifestação do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf) quanto à regularidade da participação societária.

5. Aplicam-se às operações de que trata este capítulo, no que couber, as demais disposições e procedimentos constantes do Regulamento Anexo à Circular nº 2.997, de 2000.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 9.192, DE 08 DE MARÇO DE 2007

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM N° 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM N° 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir desta data, e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nos 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica

MÜLLER AUDITORES INDEPENDENTES S/S - BLUMENAU

Blumenau - SC

ANTÔNIO CARLOS DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO Nº 9.193, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 28/02/2007, com a nova denominação social e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nos 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica

Nova Denominação Social

CONFIDOR CCM AUDITORES S/S

Curitiba - PR

Anterior Denominação Social

CONFIDOR CCM AUDITORES S/C

Curitiba - PR

ANTÔNIO CARLOS DE SANTANA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
6ª CÂMARA

ATA DA 2.003ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de dois mil e sete, às nove horas, na sala das Sessões do Primeiro Conselho de Contribuintes, de número quatrocentos e cinco, localizada no quarto andar do Edifício Alvorada, Quadra 1, Bloco "J", no Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Sexta Câmara deste Conselho, para julgamento dos recursos em pauta, sob a Presidência do Conselheiro José Ribamar Barros Penha, sendo Secretário o Senhor Afonso Antônio da Silva. Estiveram ainda presentes à sessão os seguintes Conselheiros: Sueli Efigênia Mendes de Britto, José Carlos da Matta Rivitti, Luiz Antonio de Paula, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti, Ana Neyle Olímpio Holanda, Isabel Aparecida Stuani (Suplente convocada) e Gonçalo Bonet Allage. Havendo quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão. A seguir, solicitou ao Secretário que procedesse à leitura das atas das sessões de números 1.997ª a 2.002ª, as quais, colocadas em discussão, foram aprovadas por unanimidade. Logo após, procedeu-se ao sorteio dos relatores para os seguintes recursos.

Conselheira: SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO

01 - Recurso nº: 131.959 - Processo nº: 13808.000716/96-24 - Recorrente: LUIZ PAULINO VINHAS VALENTE - Recorrida: DRJ - SÃO PAULO/SP - IRPF - Ex(s): 1993.

Conselheira: ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA

01 - Recurso nº: 152.142 - Processo nº: 10166.003606/2005-81 - Recorrente: TELECOOP - COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE TELEMÁTICA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ - BRASÍLIA/DF - IRF - Ano(s): 2000.

02 - Recurso nº: 152.143 - Processo nº: 10166.003608/2005-70 - Recorrente: TELECOOP - COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE TELEMÁTICA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ - BRASÍLIA/DF - IRF - Ano (s): 2002.

03 - Recurso nº: 152.144 - Processo nº: 10166.003607/2005-25 - Recorrente: TELECOOP - COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE TELEMÁTICA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ - BRASÍLIA/DF - IRF - Ano (s): 2001.

04 - Recurso nº: 152.145 - Processo nº: 10166.003605/2005-36 - Recorrente: TELECOOP - COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE TELEMÁTICA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ - BRASÍLIA/DF - IRF - Ano (s): 2003.

Conselheiro: JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA

01 - Recurso nº: 148.727 - Processo nº: 10980.004735/2005-92 - Recorrente: JUSSARA BRANDINA BARBOSA MARTINEZ (ESPÓLIO) - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ - CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 2001 a 2003.

Terminado o Sorteio foi iniciado o julgamento, havendo sido decidido:

Relatora: Conselheira SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO

01 - Recurso nº: 143.413 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Processo nº: 10166.011026/00-81 - Embargante: ALAOR MENDES RIBEIRO - Embargada: SEXTA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - IRPF - Ex(s): 1996 a 1999. Decisão: Por unanimidade de votos, ACOLHERAM os Embargos de Declaração para RERRATIFICAREM o Acórdão nº 106-15.269, de 26.01.2006, sem alteração de resultado. Acórdão nº 106-16.060.

02 - Recurso nº: 144.340 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Processo nº: 10280.004757/2003-88 - Embargante: MARTA FÁTIMA SORIA GALVARRO KURY - Embargada: SEXTA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - IRPF - Ex(s): 1999. Vista ao Conselheiro Gonçalo Bonet Allage.

Relator: Conselheiro JOSÉ CARLOS DA MATTA RIVITTI

03 - Recurso nº: 148.452 - Processo nº: 13706.002456/00-28 - Recorrente: PAULO DIAS PIZÃO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ II - IRPF - Ex(s): 1999. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.061.

Relator: Conselheiro LUIZ ANTONIO DE PAULA

04 - Recurso nº: 148.388 - Processo nº: 10245.002461/2004-30 - Recorrente: RITA DE CÁSSIA MORAES TOMÉ - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ - BELÉM/PA - IRPF - Ex(s): 2000 a 2003. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento PARCIAL ao recurso para excluir do lançamento os créditos relativos aos anos-calendário de 1999 e 2000, e reduzir a multa para 75%. Acórdão nº 106-16.062.

05 - Recurso nº: 150.498 - Processo nº: 14120.000314/2005-73 - Recorrente: JESUS FRANCISCO DE ALMEIDA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ - CAMPO GRANDE/MS - IRPF - Ex(s): 2001 a 2003. Decisão: Por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.063.

Relatora: Conselheira ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

06 - Recurso nº: 153.016 - Processo nº: 19515.003427/2004-20 - Recorrente: CARTÓRIO DO PRIMEIRO TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL - SP - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ - SÃO PAULO/SP I - IRF - Ano(s): 2002. Vista ao Conselheiro Luiz Antonio de Paula.

Relatora: Conselheira ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA

07 - Recurso nº: 149.269 - Processo nº: 10845.004198/2002-92 - Recorrente: ALEXANDRE ULISSES MARCELLO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ - SANTA MARIA/RS - IRPF - Ex(s): 1998. Decisão: Por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.064.

08 - Recurso nº: 149.279 - Processo nº: 14041.000146/2005-04 - Recorrente: LÁZARA MARIA ALVES - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ - BRASÍLIA/DF - IRPF - Ex(s): 2003. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento PARCIAL ao recurso para excluir a multa isolada. Acórdão nº 106-16.065.

Relator: Conselheiro GONÇALO BONET ALLAGE

09 - Recurso nº: 148.040 - Processo nº: 13811.000926/98-71 - Recorrente: SANTISTA ALIMENTOS S.A. (INC. POR BUNGE ALIMENTOS S.A.) - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ - FLORIANÓPOLIS/SC - IRF - Ano(s): 1995 e 1996. Decisão: Por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.066.

10 - Recurso nº: 152.089 - Processo nº: 10935.001434/2006-33 - Recorrente: STEVO TUACEK FILHO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ - CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 2004. Vista à Conselheira Sueli Efigênia Mendes de Britto.

Relator: Conselheiro JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA

11 - Recurso nº: 138.998 - Processo nº: 13656.000201/2001-33 - Recorrente: HÉLIO DE GODOY TAVARES (ESPÓLIO) - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ - JUIZ DE FORA/MG - IRPF - Ex(s): 1997. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento PARCIAL ao recurso para excluir do lançamento a importância de R$xxxxxxxxx. Acórdão nº 106-16.067.

12 - Recurso nº: 148.314 - Processo nº: 11065.001476/2001-19 - Recorrente: ABICALÇADOS -ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ - PORTO ALEGRE/RS - IRF - Ano(s): 2000. Vista ao Conselheiro Luiz Antonio de Paula.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, e para constar, lavrei a presente ata que subscrevo e vai assinada pelo Presidente depois de lida.

AFONSO ANTÔNIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA
Presidente da Sexta Câmara

ATA DA 2.004ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de dois mil e sete, às quatorze horas, na sala das Sessões do Primeiro Conselho de Contribuintes, de número quatrocentos e cinco, localizada no quarto andar do Edifício Alvorada, Quadra 1, Bloco "J", no Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Sexta Câmara deste Conselho, para julgamento dos recursos em pauta, sob a Presidência do Conselheiro José Ribamar Barros Penha sendo Secretário o Senhor Afonso Antônio da Silva. Estiveram ainda presentes à sessão os seguintes Conselheiros: Sueli Efigênia Mendes de Britto, José Carlos da Matta Rivitti, Luiz Antonio de Paula, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti, Ana Neyle Olímpio Holanda, Isabel Aparecida Stuani (Suplente convocada) e Gonçalo Bonet Allage. Havendo quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão, passando-se à ordem do dia para julgamento dos seguintes recursos:

Relatora: Conselheira SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO

13 - Recurso nº: 136.646 - Processo nº: 10746.000360/2003-01 - Recorrente: JOSÉ MESSIAS ALVES DE ARAÚJO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ - BRASÍLIA/DF - IRPF - Ex(s): 2001. Decisão: Por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.068.

14 - Recurso nº: 149.422 - Processo nº: 11065.002526/2005-17 - Recorrente: COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SÃO PAULO - CELSP - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ - PORTO ALEGRE/RS - IRF - Ano(s): 2004. Decisão: Por maioria de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros José Carlos da Matta Rivitti, Gonçalo Bonet Allage, que apresentarão Declaração de votos, e José Ribamar Barros Penha. Fez sustentação oral pela Recorrente o Sr. Aires Gonçalves OAB/MS nº 1.342. Acórdão nº 106-16.069.

15 - Recurso nº: 149.576 - Processo nº: 10670.001944/2002-35 - Recorrente: LICINIANO MONTEIRO DOS SANTOS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ - JUIZ DE FORA/MG - IRPF - Ex(s): 1999,2001 e 2002. Decisão: Por unanimidade de votos, NÃO CONHECERAM do recurso por perempto. Acórdão nº 106-16.070.

16 - Recurso nº: 150.143 - Processo nº: 13808.005907/2001-19 - Recorrente: J.P.O. EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ - SÃO PAULO/SP I - IRF - Ano(s): 1997. Decisão: Por maioria de votos, DERAM provimento ao recurso. Vencido o Conselheiro José Ribamar Barros Penha. Acórdão nº 106-16.071.

Relator: Conselheiro JOSÉ CARLOS DA MATTA RIVITTI

17 - Recurso nº: 150.601 - Processo nº: 18471.002016/2004-16 - Recorrente: MARLI NORONHA CORREIA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ II - IRPF - Ex(s): 2000 a 2003. Decisão: Por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.072.

Relator: Conselheiro LUIZ ANTONIO DE PAULA

18 - Recurso nº: 144.573 - Processo nº: 10768.006469/2004-76 - Recorrente: RÔMULO GONÇALVES - Recorrida: DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ I - IRPF - Ex(s): 1999 a 2003. Decisão: Por unanimidade de votos, CONVERTERAM o julgamento em diligência nos termos do voto do Relator. Resolução nº 106-01.413.

19 - Recurso nº: 144.683 - Processo nº: 15374.000858/2004-35 - Recorrente: SOUZA CRUZ S.A. - Recorrida: 9ª TURMA/DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ I - IRF - Ano(s): 1995 a 1999. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.073.

20 - Recurso nº: 147.631 - Processo nº: 11065.004850/2004-81 - Recorrente: COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SÃO PAULO - CELSP - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ - PORTO ALEGRE/RS - IRF - Ano(s): 1999 a 2003. Vista ao Conselheiro Gonçalo Bonet Allage.

21 - Recurso nº: 154.414 - Processo nº: 13808.000918/2002-85 - Recorrente: ROSÁLIA COSTA MONTEIRO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ - FORTALEZA/CE - IRPF - Ex(s): 1999. Decisão: Por maioria de votos, REJEITARAM a preliminar de irretroatividade da Lei nº 10.174, de 2001. Vencidos os Conselheiros José Carlos da Matta Rivitti, Roberta Azeredo Ferreira Pagetti e Gonçalo Bonet Allage. E, no mérito, por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.074.

Relatora: Conselheira ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

22 - Recurso nº: 153.011 - Processo nº: 11516.002996/2005-17 - Recorrente: PAULO VOLNI BROERING FILHO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ - FLORIANÓPOLIS/SC - IRPF - Ex(s): 2002. Adiado o julgamento por solicitação da recorrente, nos termos do art. 21, § 12, do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes.

23 - Recurso nº: 153.294 - Processo nº: 10120.003485/2005-01 - Recorrente: JOÃO CLAÚDIO RAMPELOTTI - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ - BRASÍLIA/DF - IRPF - Ex(s): 2000 a 2002. Vista ao Conselheiro Luiz Antonio de Paula.

Relatora: Conselheira ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA

24 - Recurso nº: 151.098 - Processo nº: 10660.002901/2005-39 - Recorrente: GILSON GEREMIAS BORGES - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ - JUIZ DE FORA/MG - IRPF - Ex(s): 2001 e 2002. Decisão: Por maioria de votos, DERAM provimento PARCIAL ao recurso para excluir da base de cálculo do lançamento as importâncias de R$xxxxxxxx, ano-calendário de 2000, e R$xxxxxxxx, ano-calendário 2001. Vencida a Conselheira Sueli Efigênia Mendes de Britto e, por unanimidade de votos, REDUZIR a multa de ofício ao percentual de 75%. Acórdão nº 106-16.075.

25 - Recurso nº: 151.931 - EX OFFICIO - Processo nº: 18471.000525/2004-04 - Recorrente: 2ª TURMA/DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ I - Interessada: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS - IRF - Ano(s): 1999. Vista ao Conselheiro Luiz Antonio de Paula. Houve sustentação oral pelos representantes da Recorrente.

26 - Recurso nº: 152.304 - Processo nº: 10980.014457/2005-81 - Recorrente: WILSON FERRO DE LARA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ - CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 2001. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento PARCIAL ao recurso para acolher a preliminar de decadência quanto à omissão de ganho de capital; e, pelo voto de qualidade, REJEITARAM a preliminar de decadência mensal. Vencidos os Conselheiros Sueli Efigênia Mendes de Britto, José Carlos da Matta Rivitti, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Gonçalo Bonet Allage que a acolheram até novembro de 2005. Fez sustentação oral pelo Recorrente o Sr. Arnaldo Conceição Júnior OAB/PR nº 15.471. Acórdão nº 106-16.076.

Relator: Conselheiro GONÇALO BONET ALLAGE

27 - Recurso nº: 150.854 - Processo nº: 10825.001878/2004-54 - Recorrente: PAULO MIGUEL MARTINS - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ - SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 2000 a 2004. Decisão: Por maioria de votos, DERAM provimento PARCIAL ao recurso para restabelecer as despesas médicas nas importâncias de R$xxxxxxxx, R$xxxxxxxx, R$xxxxxxxxx, R$xxxxxxxxx e R$xxxxxxxxx, respectivamente, aos anos-calendário de 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003. Acórdão nº 106-16.077. Vencido o Conselheiro José Ribamar Barros Penha.

28 - Recurso nº: 150.856 - EX OFFICIO - Processo nº: 10845.000306/2002-58 - Recorrente: 3ª TURMA/DRJ - SÃO PAULO/SP I - Interessado: ULTRAFERTIL. S.A. - IRF - Ano(s): 1997. Decisão: Por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso de ofício. Acórdão nº 106-16.078.

29 - Recurso nº: 150.890 - Processo nº: 10730.002380/2005-49 - Recorrente: I.C. SUPPLY ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ I - IRF - Ano(s): 2000 a 2003. Decisão: Por maioria de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros José Carlos da Matta Rivitti e Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti. Acórdão nº 106-16.079.

Relator: Conselheiro JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA

30 - Recurso nº: 148.629 - Processo nº: 10680.003056/2001-57 - Recorrente: JOSÉ ATHIE CAMPOS CRUZ - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ - BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 1998, 1999. Decisão: Por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.080.

31 - Recurso nº: 150.047 - Processo nº: 10680.003132/2001-24 - Recorrente: GILBERTO TADEU RIBEIRO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ - BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 1998,1999. Decisão: Por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.081.

32 - Recurso nº: 150.230 - Processo nº: 10680.003055/2001-11 - Recorrente: MANOEL FRANCISCO DE CARVALHO FILHO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ - BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 1998, 1999. Decisão: Por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.082.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, e para constar, lavrei a presente ata que subscrevo e vai assinada pelo Presidente depois de lida.

AFONSO ANTÔNIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA
Presidente da Sexta Câmara

ATA DA 2.005ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e sete, às oito horas e trinta minutos, na sala das Sessões do Primeiro Conselho de Contribuintes, de número quatrocentos e cinco, localizada no quarto andar do Edifício Alvorada, Quadra 1, Bloco "J", no Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Sexta Câmara deste Conselho, para julgamento dos recursos em pauta, sob a Presidência do Conselheiro José Ribamar Barros Penha sendo Secretário o Senhor Afonso Antônio da Silva. Estiveram ainda presentes à sessão os seguintes Conselheiros: Sueli Efigênia Mendes de Britto, José Carlos da Matta Rivitti, Luiz Antonio de Paula, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti, Ana Neyle Olímpio Holanda, Isabel Aparecida Stuani (Suplente convocada) e Gonçalo Bonet Allage. Havendo quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão, passando-se à ordem do dia para julgamento dos seguintes recursos:

Relatora: Conselheira SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO

33 - Recurso nº: 147.727 - Processo nº: 10120.005934/2003-86 - Recorrente: JOÃO BOSCO LUZ DE MORAIS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ - BRASÍLIA/DF - IRPF - Ex(s): 1999, 2001 e 2002. Decisão: Por maioria de votos, REJEITARAM a preliminar de irretroatividade da Lei nº 10.174, de 2001. Vencidos os Conselheiros José Carlos da Matta Rivitti, Roberta Azeredo Ferreira Pagetti e Gonçalo Bonet Allage; e, pelo voto de qualidade, REJEITARAM a preliminar de decadência mensal. Vencidos os Conselheiros Sueli Efigênia Mendes de Britto (Relatora), José Carlos da Matta Rivitti, Roberta Azeredo Ferreira Pagetti e Gonçalo Bonet Allage. E, no mérito, por unanimidade de votos, DERAM provimento PARCIAL ao recurso para excluir da base de cálculo a importância de R$xxxxxxx, ano-calendário 2000. Designado para redigir o voto vencedor quanto a decadência mensal o Conselheiro Luiz Antonio de Paula. Acórdão nº 106-16.083.

34 - Recurso nº: 150.572 - Processo nº: 10980.014031/2005-28 - Recorrente: SOLANGE SLOMPO VIANA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ - CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 2000 a 2004. Decisão: Por unanimidade de votos, CONVERTERAM o julgamento em diligência nos termos do voto da Relatora. Resolução nº 106-01.414.

35 - Recurso nº: 152.798 - Processo nº: 10380.009162/2004-71 - Recorrente: FRANCISCO ROBÉRIO RODRIGUES ROMERO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ - FORTALEZA/CE - IRPF - Ex(s): 2000 e 2001. Decisão: Por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.084.

36 - Recurso nº: 153.851 - Processo nº: 10909.002198/2005-17 - Recorrente: PAULO ANDRIANI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ - FLORIANÓPOLIS/SC - IRPF - Ex(s): 2002. Decisão: Por maioria de votos, REJEITARAM a preliminar de irregularidade no acesso às informações bancárias. Vencidos os Conselheiros José Carlos da Matta Rivitti, Roberta Azeredo Ferreira Pagetti e Gonçalo Bonet Allage, e, no mérito; por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.085.

Relator: Conselheiro JOSÉ CARLOS DA MATTA RIVITTI

37 - Recurso nº: 152.394 - Processo nº: 10920.004217/2005-83 - Recorrente: NATANIEL VIRMOND - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ - FLORIANÓPOLIS/SC - IRPF - Ex(s): 2001. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento PARCIAL ao recurso para excluir da base de cálculo a importância de R$xxxxxxxx, referente a aluguel. Acórdão nº 106-16.086.

Relator: Conselheiro LUIZ ANTONIO DE PAULA

38 - Recurso nº: 149.398 - Processo nº: 13839.003164/2002-58 - Recorrente: VANER VITOR VERSONI - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ - FORTALEZA/CE - IRPF - Ex(s): 1999. Decisão: Por maioria de votos, REJEITARAM a preliminar de irretroatividade da Lei nº 10.174, de 2001. Vencidos os Conselheiros José Carlos da Matta Rivitti, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Gonçalo Bonet Allage e, no mérito, por unanimidade de votos, DERAM provimento PARCIAL ao recurso para excluir do lançamento a importância R$xxxxxxxx. Fez sustentação oral pelo Recorrente o Sr. Henrique Rocha OAB/SP nº 205.889. Acórdão nº 106-16.087.

39 - Recurso nº: 150.388 - EX OFFICIO e VOLUNTÁRIO - Processo nº: 19740.000303/2004-29 - Recorrentes: 2ª TURMA/DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ I e FAPES -FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES - IRF - Ano(s): 1999. Decisão: Por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso de ofício e DERAM provimento ao recurso voluntário. A Conselheira Ana Neyle Olímpio Holanda votou por não conhecer do recurso por falta de objeto. Acórdão nº 106-16.088.

40 - Recurso nº: 154.368 - Processo nº: 10380.000042/2003-28 - Recorrente: JAIME DE MORAIS VERAS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ - FORTALEZA/CE - IRPF - Ex(s): 2000. Decisão: Por unanimidade de votos, CONVERTERAM o julgamento em diligência nos termos do voto do Relator. Resolução nº 106-01.415.

Relatora: Conselheira ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

41 - Recurso nº: 150.595 - Processo nº: 13971.000218/2004-61 - Recorrente: CELSO GARCIA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ - FLORIANÓPOLIS/SC - IRPF - Ex(s): 1999. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.089.

42 - Recurso nº: 152.282 - EX OFFICIO - Processo nº: 19679.010446/2003-59 - Recorrente: 4ª TURMA/DRJ - SÃO PAULO/SP I - Interessado: BANDEIRANTE ENERGIA S.A. - IRF - Ano(s): 1998. Decisão: Por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso de ofício. Acórdão nº 106-16.090.

43 - Recurso nº: 152.983 - EX OFFICIO - Processo nº: 10380.009684/2003-92 - Recorrente: 4ª TURMA/DRJ - FORTALEZA/CE - Interessado: ARIALDO DE MELLO PINHO - IRPF - Ex(s): 1999. Decisão: Por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso de ofício. Acórdão nº 106-16.091.

Relatora: Conselheira ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA

44 - Recurso nº: 141.553 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Processo nº: 10950.003600/2003-03 - Embargante: DRF - LONDRINA/PR - Embargada: SEXTA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - Interessada: ALCIONE DE OLIVEIRA - IRPF - Ex(s): 1999. Decisão: Por unanimidade de votos, ACOLHERAM os Embargos de Declaração para RERRATIFICAREM o Acórdão nº 106-14.689, de 15.6.2005, para excluir a multa isolada tão-somente na parte exigida sobre a mesma base de cálculo da multa de ofício do lançamento. Acórdão nº 106-16.092.

45 - Recurso nº: 142.603 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Processo nº: 11065.005250/2003-59 - Embargante: CRISTIANO KROEFF - Embargada: SEXTA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - IRPF - Ex(s): 1999. Decisão: Por unanimidade de votos, ACOLHERAM os Embargos de Declaração para RERRATIFICAREM o Acórdão nº 106-14.475, de 16.3.2005, sem alteração de resultado. Acórdão nº 106-16.093.

46 - Recurso nº: 143.803 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Processo nº: 11516.000702/2004-31 - Embargante: DRF - FLORIANÓPOLIS/SC - Embargada: SEXTA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - Interessado: JOÃO OLIMPIO AMADO DUTRA - - IRPF - Ex(s): 2000 a 2002. Decisão: Por unanimidade de votos, ACOLHERAM os Embargos de Declaração para RERRATIFICAREM o Acórdão nº 106-15.006, de 20.10.2005, sem alteração de resultado. Acórdão nº 106-16.094.

47 - Recurso nº: 145.733 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Processo nº: 10166.000446/2004-37 - Embargante: JOSÉ DOS SANTOS FREIRE JÚNIOR - Embargada: SEXTA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - IRPF - Ex(s): 1999. Decisão: Por unanimidade de votos, ACOLHERAM os Embargos de Declaração para RERRATIFICAREM o Acórdão nº 106-14.923, de 12.09.2005, sem alteração de resultado. Acórdão nº 106-16.095.

Relator: Conselheiro GONÇALO BONET ALLAGE

48 - Recurso nº: 146.461 - Processo nº: 10850.000251/99-22 - Recorrente: TÂNIA MARIA DE SOUZA JESUS - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ - SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 1996 e 1997. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento PARCIAL ao recurso para excluir a multa isolada na parte concomitante com a multa de ofício exigida sobre o imposto lançado. Acórdão nº 106-16.096.

49 - Recurso nº: 149.543 - Processo nº: 10865.001285/2002-50 - Recorrente: ENGEP ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ - RIBEIRÃO PRETO/SP - IRF/ILL - Ano(s): 1990 a 1993. Decisão: Por unanimidade de votos, AFASTARAM a decadência do direito de pedir do recorrente e DETERMINARAM a remessa dos autos à DRJ de origem para exame das demais questões de mérito. Acórdão nº 106-16.097.

Relator: Conselheiro JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA

50 - Recurso nº: 146.844 - Processo nº: 13855.002053/2004-98 - Recorrente: JOSÉ ROBERTO CRUZ ALMEIDA - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ - SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 2000 a 2003. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento PARCIAL ao recurso para reduzir a multa de ofício a 75%. Acórdão nº 106-16.098.

51 - Recurso nº: 148.455 - Processo nº: 10935.004354/2004-78 - Recorrente: EDI SILIPRANDI - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ - CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 2000. Decisão: Pelo voto de qualidade, REJEITARAM a preliminar de decadência mensal relativa à omissão de depósitos bancários. Vencidos os Conselheiros Sueli Efigênia Mendes de Britto, José Carlos da Matta Rivitti, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Gonçalo Bonet Allage; e, por maioria de votos, REDUZIRAM a multa relativa a omissão sobre rendimentos da atividade rural para 75%. Vencido o Conselheiro José Ribamar Barros Penha (Relator) que a desagravou tão-somente. E, no mérito, por unanimidade de votos, DERAM provimento PARCIAL ao recurso para excluir da base de cálculo relativo a depósito bancário a importância de R$xxxxxxx. Designada como redatora do voto vencedor com relação à multa, a Conselheira Sueli Efigênia Mendes de Britto. Acórdão nº 106-16.099.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, e para constar, lavrei a presente ata que subscrevo e vai assinada pelo Presidente depois de lida.

AFONSO ANTÔNIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA
Presidente da Sexta Câmara

ATA DA 2.006ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e sete, às quatorze horas, na sala das Sessões do Primeiro Conselho de Contribuintes, de número quatrocentos e cinco, localizada no quarto andar do Edifício Alvorada, Quadra 1, Bloco "J", no Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Sexta Câmara deste Conselho, para julgamento dos recursos em pauta, sob a Presidência do Conselheiro José Ribamar Barros Penha sendo Secretário o Senhor Afonso Antônio da Silva. Estiveram ainda presentes à sessão os seguintes Conselheiros: Sueli Efigênia Mendes de Britto, José Carlos da Matta Rivitti, Luiz Antonio de Paula, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti, Ana Neyle Olímpio Holanda, Isabel Aparecida Stuani (Suplente convocada) e Gonçalo Bonet Allage. Havendo quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão, passando-se à ordem do dia para julgamento dos seguintes recursos:

Relatora: Conselheira SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO

52 - Recurso nº: 146.833 - Processo nº: 10540.000580/2003-32 - Recorrente: PAULO DE TARSO MAGALHÃES DAVID - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ - SALVADOR/BA - IRPF - Ex(s): 1999. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.100.

53 - Recurso nº: 148.934 - Processo nº: 14041.000270/2004-81 - Recorrente: LYGIA MIRANDA DE SIQUEIRA LIMA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ - BRASÍLIA/DF - IRPF - Ex(s): 2002. Decisão: Por unanimidade de votos, ANULARAM a decisão de Primeira Instância. Acórdão nº 106-16.101.

54 - Recurso nº: 149.580 - Processo nº: 13660.000307/2003-30 - Recorrente: LUIZ CARLOS DE MELLO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ - JUIZ DE FORA/MG - IRPF - Ex(s): 1999. Decisão: Pelo voto de qualidade, REJEITARAM a preliminar de decadência mensal. Vencidos os Conselheiros Sueli Efigênia Mendes de Britto (Relatora), José Carlos da Matta Rivitti, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Gonçalo Bonet Allage; e, no mérito, por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Designado como redator do voto vencedor quanto a decadência mensal o Conselheiro Luiz Antonio de Paula. Acórdão nº 106-16.102.

Relator: Conselheiro JOSÉ CARLOS DA MATTA RIVITTI

55 - Recurso nº: 151.172 - Processo nº: 13851.000581/2005-23 - Recorrente: DIVALDO DE CAMARGO PEREIRA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ - SÃO PAULO/SP I - IRPF - Ex(s): 2000 a 2004. Decisão: Por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.103.

56 - Recurso nº: 151.914 - Processo nº: 10073.000002/2003-50 - Recorrente: SOBEU - SOCIEDADE BARRAMANSENSE DE ENSINO SUPERIOR - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ I - IRF - Ano(s): 1997. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento PARCIAL ao recurso para acolher a decadência do lançamento quanto ao período de março a novembro de 1997. Acórdão nº 106-16.104.

Relator: Conselheiro LUIZ ANTONIO DE PAULA

57 - Recurso nº: 132.872 - Processo nº: 10380.011333/2001-80 - Recorrente: TOMAZ LIMA DE CARVALHO ROCHA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ - FORTALEZA/CE - IRPF - Ex(s): 1997 a 1999. Decisão: Por maioria de votos, DERAM provimento PARCIAL ao recurso para excluir a multa de ofício. Vencidos os Conselheiros Luiz Antonio de Paula (Relator), Sueli Efigênia Mendes de Britto e José Ribamar Barros Penha. Designado como redator do voto vencedor o Conselheiro José Carlos da Matta Rivitti. Acórdão nº 106-16.105.

58 - Recurso nº: 144.179 - Processo nº: 10805.001182/2004-66 - Recorrente: EXPRESSO GUARARÁ LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ - CAMPINAS/SP - IRF - Ano(s): 1999 e 2000. Vista à Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

59 - Recurso nº: 150.139 - Processo nº: 13855.001641/2005-95 - Recorrente: SÉRGIO CATUNDA DE ANDRADE E SILVA - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ - SÃO PAULO/SP I - IRPF - Ex(s): 2001, 2003, 2004. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento PARCIAL ao recurso para restabelecer as despesas médicas nos valores de R$xxxxxxxx e R$xxxxxxxx0, respectivamente, aos anos-calendário de 2000 e 2001. Acórdão nº 106-16.106.

Relatora: Conselheira ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

60 - Recurso nº: 148.909 - Processo nº: 10218.000744/2003-93 - Recorrente: JOSÉ APARECIDO ALVES CUNHA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ - BELÉM/PA - IRPF - Ex(s): 1999. Vista à Conselheira Ana Neyle Olímpio Holanda.

61 - Recurso nº: 153.005 - Processo nº: 10835.001669/2005-72 - Recorrente: CELSO JOSÉ REGODANSO - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ - SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 2001 a 2004. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento PARCIAL ao recurso para reduzir a multa a 75% e excluir a multa isolada lançada sobre a mesma base de cálculo do imposto exigido. Acórdão nº 106-16.107.

Relatora: Conselheira ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA

62 - Recurso nº: 153.372 - Processo nº: 10980.003335/2006-41 - Recorrente: THOMAS BONETTI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ - CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 2001. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento ao recurso. Declarou-se impedido o Conselheiro Gonçalo Bonet Allage nos termos do art. 15, inciso II, do Regimento dos Conselhos de Contribuintes. Acórdão nº 106-16.108.

63 - Recurso nº: 153.655 - Processo nº: 10580.010999/2003-26 - Recorrente: EDUARDO CAMPOS AZEVEDO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ - SALVADOR/BA - IRPF - Ex(s): 1999. Decisão: Por maioria de votos, REJEITARAM a preliminar de irretroatividade da Lei nº 10.174, de 2001. Vencidos os Conselheiros José Carlos da Matta Rivitti, Roberta Azeredo Ferreira Pagetti e Gonçalo Bonet Allage. E, no mérito, por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.109.

Relator: Conselheiro GONÇALO BONET ALLAGE

64 - Recurso nº: 154.384 - Processo nº: 10183.004157/2003-18 - Recorrente: JOSÉ LUIZ DE DEUS - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ - CAMPO GRANDE/MS - IRPF - Ex(s): 2003. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.110.

Relator: Conselheiro JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA

65 - Recurso nº: 153.066 - Processo nº: 10425.001562/2005-56 - Recorrente: VICENTE DE PAULO CAVALCANTE DOS SANTOS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ - RECIFE/PE - IRPF - Ex(s): 2001 a 2004. Decisão: Por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.111.

66 - Recurso nº: 153.301 - Processo nº: 11070.002697/2005-69 - Recorrente: FLÁVIO ANTONIO BEZ - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ - SANTA MARIA/RS - IRPF - Ex(s): 2001 e 2002. Decisão: Pelo voto de qualidade, AFASTARAM a decadência mensal. Vencidos os Conselheiros Sueli Efigênia Mendes de Britto, José Carlos da Matta Rivitti, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Gonçalo Bonet Allage e, no mérito, por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.112.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, e para constar, lavrei a presente ata que subscrevo e vai assinada pelo Presidente depois de lida.

AFONSO ANTÔNIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA
Presidente da Sexta Câmara

ATA DA 2.007ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de dois mil e sete, às oito horas e trinta minutos, na sala das Sessões do Primeiro Conselho de Contribuintes, de número quatrocentos e cinco, localizada no quarto andar do Edifício Alvorada, Quadra 1, Bloco "J", no Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Sexta Câmara deste Conselho, para julgamento dos recursos em pauta, sob a Presidência do Conselheiro José Ribamar Barros Penha sendo Secretário o Senhor Afonso Antônio da Silva. Estiveram ainda presentes à sessão os seguintes Conselheiros: Sueli Efigênia Mendes de Britto, José Carlos da Matta Rivitti, Luiz Antonio de Paula, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti, Ana Neyle Olímpio Holanda, Isabel Aparecida Stuani (Suplente convocada) e Gonçalo Bonet Allage. Havendo quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão, passando-se à ordem do dia para julgamento dos seguintes recursos:

Relatora: Conselheira SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO

67 - Recurso nº: 149.577 - Processo nº: 16707.004010/2003-58 - Recorrente: JOSÉ FREIRE SOBRINHO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ - RECIFE/PE - IRPF - Ex(s): 2002. Decisão: Por unanimidade de votos, CONVERTERAM o julgamento em diligência nos termos do voto da Relatora. Resolução nº 106-01.416.

68 - Recurso nº: 149.804 - Processo nº: 10680.018725/2003-57 - Recorrente: ANTÔNIO PÁDUA DE MELO - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ - BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 1993. Decisão: Por unanimidade de votos, NEGARAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.113.

Relator: Conselheiro LUIZ ANTONIO DE PAULA

69 - Recurso nº: 149.033 - Processo nº: 19647.008167/2004-83 - Recorrente: ROSILDA SILVA MOURA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ - RECIFE/PE - IRPF - Ex(s): 2005. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.114.

Relatora: Conselheira ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA

70 - Recurso nº: 154.261 - Processo nº: 19679.015965/2003-11 - Recorrente: NELSON BOAVENTURA PACÍFICO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ - SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 1984. Decisão: Por unanimidade de votos, AFASTARAM a decadência do direito de pedir do recorrente e DETERMINARAM a remessa dos autos à DRJ de origem para exame das demais questões de mérito. Acórdão nº 106-16.115.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, e para constar, lavrei a presente ata que subscrevo e vai assinada pelo Presidente depois de lida.

AFONSO ANTÔNIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA
Presidente da Sexta Câmara

ATA DA 2.008ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de dois mil e sete, às doze horas, na sala das Sessões do Primeiro Conselho de Contribuintes, de número quatrocentos e cinco, localizada no quarto andar do Edifício Alvorada, Quadra 1, Bloco "J", no Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Sexta Câmara deste Conselho, para julgamento dos recursos em pauta, sob a Presidência do Conselheiro José Ribamar Barros Penha sendo Secretário o Senhor Afonso Antônio da Silva. Estiveram ainda presentes à sessão os seguintes Conselheiros: Sueli Efigênia Mendes de Britto, José Carlos da Matta Rivitti, Luiz Antonio de Paula, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti, Ana Neyle Olímpio Holanda e Gonçalo Bonet Allage. Havendo quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão, passando-se à ordem do dia para julgamento dos seguintes recursos:

Relatora: Conselheira SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO

71 - Recurso nº: 149.570 - Processo nº: 11618.002027/2005-18 - Recorrente: JOANICE MARIA CARLOS DE PONTES FARIAS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ - RECIFE/PE - IRPF - Ex(s): 2000. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.116.

72 - Recurso nº: 149.572 - Processo nº: 11618.002570/2005-15 - Recorrente: JOANICE MARIA CARLOS DE PONTES FARIAS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ - RECIFE/PE - IRPF - Ex(s): 2001. Decisão: Por unanimidade de votos, DERAM provimento ao recurso. Acórdão nº 106-16.117.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, e para constar, lavrei a presente ata que subscrevo e vai assinada pelo Presidente depois de lida.

AFONSO ANTÔNIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA
Presidente da Sexta Câmara

EMENTÁRIO DOS ACÓRDÃOS FORMALIZADOS NO MÊS DE JANEIRO DE 2007

Processo nº:16707.009984/99-90
Recurso nº:142.197
Matéria:IRF - Ano(s): 1995 a 1998
Recorrente:COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - RECIFE/PE
Sessão de:22 DE FEVEREIRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.324

IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO - Reconhecido o direito ao indébito tributário, não cabe à repartição fiscal a retenção de valor correspondente a crédito tributário objeto de execução fiscal, onde foram opostos embargos à execução mediante nomeação de bens à penhora, sob o argumento de garantia do seu pagamento.

Recurso provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso para reconhecer o direito de compensar o valor de R$xxxxxxxx.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA- RELATORA

Processo nº:11543.000761/2001-30
Recurso nº:140.264
Matéria:IRF - Ano(s): 1995
Recorrente:TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR
Recorrida:8ª TURMA/DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ I
Sessão de:23 DE FEVEREIRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.357

IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - RESTITUIÇÃO - PRAZO DECADENCIAL - O prazo para pleitear a restituição de valores pagos indevidamente, quando se tratar de tributos lançados por homologação, extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos contados da data da extinção do crédito tributário, que é a data do pagamento do tributo.

Recurso negado.

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA- RELATORA

Processo nº:13116.000133/2003-81
Recurso nº:139.466
Matéria:IRPF - Ex(s): 1999
Recorrente:JORGE NUNES DE BARROS
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - BRASÍLIA/DF
Sessão de:23 DE FEVEREIRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.376

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - MANDADO DE PROCEDIMENTO FISCAL - O MPF, primordialmente, presta-se como um instrumento de controle criado pela Administração Tributária para dar segurança e transparência à relação fisco-contribuinte, que objetiva assegurar ao sujeito passivo que seu nome foi selecionado segundo critérios objetivos e impessoais, e que o agente fiscal nele indicado recebeu do fisco a incumbência para executar aquela ação fiscal. Ocorrendo problemas com o MPF, não seriam invalidados os trabalhos de fiscalização desenvolvidos, nem dados por imprestáveis os documentos obtidos para respaldar o lançamento de créditos tributários apurados, vez que a atividade de lançamento é obrigatória e vinculada, e, detectada a ocorrência da situação descrita na lei como necessária e suficiente para ensejar o fato gerador da obrigação tributária, não poderia o agente fiscal deixar de efetuar o lançamento, sob pena de responsabilidade funcional.

IRPF - LANÇAMENTO COM BASE EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS. PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RENDIMENTOS - Para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 1997, o art. 42 da Lei nº 9.430, de 1996, autoriza a presunção legal de omissão de rendimentos com base em depósitos bancários de origem não comprovada pelo sujeito passivo.

DEPÓSITOS BANCÁRIOS - ÔNUS DA PROVA - Se o ônus da prova, por presunção legal, é do contribuinte, cabe a ele a prova da origem dos recursos utilizados para acobertar seus depósitos bancários, que não pode ser substituída por meras alegações.

Recurso negado.

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA- RELATORA

Processo nº:15374.003338/2001-31
Recurso nº:142.154
Matéria:IRPF - Ex(s): 1993
Recorrente:BRUNO BASSO JUNIOR
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ II
Sessão de:24 DE FEVEREIRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.385

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - IMPUGNAÇÃO VÁLIDA - A impugnação é a fase do processo administrativo fiscal em que o sujeito passivo manifesta sua inconformação com a exigência que lhe foi feita, e, tratando-se de impugnação válida, instaura a fase litigiosa do procedimento, onde o poder de Estado é invocado para dirimir a controvérsia surgida com a exigência fiscal. Na espécie, tratando-se de espólio, embora não tendo sido a inconformidade assinada pela inventariante, a genitora do falecido, que à época, já estava nomeada, por se tratar de pessoa idosa e doente, quem o fez foi o irmão do "de cujus", o que, pelo princípio da razoabilidade, não prejudica o fim a que se propõe. A inconformação apresentada é válida e instaurou a fase litigiosa do procedimento.

Preliminar acolhida.

Recurso provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA- RELATORA

Processo nº:13851.000638/2003-22
Recurso nº:140.432
Matéria:IRPF - Ex(s): 1998 a 2001
Recorrente:JORGE LUIZ FERNANDES
Recorrida:4ª TURMA/DRJ - SÃO PAULO/SP II
Sessão de:24 DE FEVEREIRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.386

IRPF - DECADÊNCIA - Nos casos de lançamento por homologação, o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário expira após cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador. O fato gerador do IRPF se perfaz em 31 de dezembro de cada ano-calendário. Não ocorrendo a homologação expressa, o crédito tributário é atingido pela decadência após cinco anos da ocorrência do fato gerador (art. 150, § 4º do CTN).

GLOSA DE DESPESAS MÉDICAS - Tendo o contribuinte colacionado aos autos recibos que observam os requisitos legais, com declaração expressa dos profissionais afirmando a prestação dos serviços, não deve ser mantida a glosa perpetrada.

LIVRO CAIXA - DEDUÇÕES - REMUNERAÇÃO PAGA A TERCEIROS POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DESPESAS DE CUSTEIO - INDEDUTIBILIDADE DE APLICAÇÕES DE CAPITAL EM BENS DO ATIVO PERMANENTE - Somente poderão ser deduzidos da base de cálculo do imposto, os valores pagos a título de remuneração paga a terceiros, desde que com vínculo empregatício, e os encargos trabalhistas e previdenciários, as despesas de custeio, necessárias à percepção da receita e à manutenção da fonte produtora. Entretanto, não constituem despesas de custeio, não sendo, portanto, dedutíveis, as aquisições consideradas como ativo permanente ou aplicações de capital, tais como aquisição de móveis e utensílios e equipamentos eletrônicos.

Recurso parcialmente provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para reconhecer a decadência quanto ao ano-calendário de 1997.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA- RELATORA
Processo nº:13706.002101/97-25
Recurso nº:146.245
Matéria:IRPF - Ex(s): 1992 a 1997
Recorrente:ANNA CHRISTINA ARP COIMBRA BUENO
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - SALVADOR/BA
Sessão de:26 DE ABRIL DE 2006
Acórdão nº:106-15.467

IRPF - RETIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - O declarante, pessoa física, obrigado à apresentação da declaração de rendimentos prevista no artigo 7º da Lei nº 9.250, de 1995, poderá retificar a declaração anteriormente entregue mediante apresentação de nova declaração, independentemente de autorização pela autoridade administrativa. Segundo o Ato Declaratório SRF nº 10, de 2000, as disposições constantes da IN SRF nº 165, de 1999, alcançam, inclusive, as solicitações de retificação de declarações apresentadas até 14 de dezembro de 1999 e ainda não apreciadas pelas Delegacias e Inspetorias da Receita Federal quando da edição dos referidos atos. As declarações retificadoras, portanto, têm os mesmos efeitos da declaração original, não necessitando de homologação expressa do órgão jurisdicionante, e, somente quando rejeitadas, dentro dos procedimentos normais de fiscalização e revisão é que se emitirá notificação da sua não aceitação.

Recurso não conhecido.

Por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso por ausência de matéria litigiosa.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA- RELATORA
Processo nº:13607.000485/2001-43
Recurso nº:146.374
Matéria:IRF/LL - Ex(s): 1989 a 1992
Recorrente:CERÂMICA BRAÚNAS LTDA.
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - BELO HORIZONTE/MG
Sessão de:26 DE ABRIL DE 2006
Acórdão nº:106-15.468

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE DIREITO CREDITÓRIO SOBRE RECOLHIMENTOS EFETUADOS - JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA - INOVAÇÃO - INAPLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - Somente com a apresentação da impugnação tempestiva, o sujeito passivo formaliza a existência da lide tributária no âmbito administrativo e transmuda o procedimento administrativo preparatório do ato de lançamento em processo administrativo de julgamento da lide fiscal, passando a assistir ao contribuinte as garantias constitucionais e legais do devido processo legal.

IMPOSTO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - ILL - RESTITUIÇÃO DE VALORES REFERENTES AO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - PRAZO DECADENCIAL - Quando o indébito se exterioriza a partir do reconhecimento da administração tributária deve-se tomar a data da publicação da norma que veiculou ser indevida a exação como o "dies a quo" para a contagem do prazo a que estava submetido o contribuinte para pleitear a restituição do indébito gerado com o entendimento veiculado por ela. Assim, em se tratando de sociedades por quotas de responsabilidade limitada, para que não seja atingido pela decadência, o pedido de reconhecimento do direito creditório deve ter sido apresentado até cinco anos contados da data da publicação da IN SRF nº 63, de 25/07/1997.

SOCIEDADES POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - Estando demarcado no contrato social a previsão da disponibilidade, econômica ou jurídica, imediata ao sócio cotista, do lucro líquido apurado, na data do encerramento do período base de apuração, devido o recolhimento do ILL.

Recurso negado.

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA- RELATORA
Processo nº:11516.002735/2002-54
Recurso nº:140.482
Matéria:IRF - Ano(s): 1997 a 1999
Recorrente:FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - FLORIANÓPOLIS/SC
Sessão de:27 DE ABRIL DE 2006
Acórdão nº:106-15.494

IRF - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA - FALTA DE RETENÇÃO - Deixando o sujeito passivo de recolher o tributo devido, é passível de exigência de ofício o valor do tributo decorrente de infração constatada pelo fisco, ainda que o fato gerador tenha ocorrido no período abrangido pelo REFIS, se o sujeito passivo não o confessou quando da opção.

MULTA ISOLADA - PREVISÃO LEGAL - Somente com a edição da MP nº 16, de 27/12/2001, publicada no DOU de 28/12/2001, convertida na Lei nº. 10.426, de 24/04/2002, é que passou a existir previsão legal para a cobrança de multa isolada da fonte pagadora pela falta de retenção de imposto de renda sob a sua responsabilidade, quando a constatação da falta ocorre após o encerramento do período de apuração no qual o beneficiário deve oferecer os rendimentos à tributação.

JUROS ISOLADOS - Ocorrendo a hipótese de não retenção, quando devida, surge para a Fazenda Nacional o direito de exigir os juros compensatórios, nos exatos termos do art. 43 da Lei nº. 9.430, de 1996.

Recurso parcialmente provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para exclusão da multa isolada.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA- RELATORA
Processo nº:13657.000227/2003-33
Recurso nº:145.850
Matéria:IRPF - Ex(s): 2001
Recorrente:KÁTIA RODRIGUES RIVELLI
Recorrida:4ª TURMA/DRJ - JUIZ DE FORA/MG
Sessão de:28 DE ABRIL DE 2006
Acórdão nº:106-15.522

OMISSÃO DE RENDIMENTOS - Correta a imposição, quando, das provas dos autos resulta a apuração de omissão de rendimentos, averiguada pelo cotejamento entre os documentos fornecidos pelas fontes pagadoras e os valores declarados pelo sujeito passivo.

Recurso negado.

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA- RELATORA
Processo nº:19515.000489/2002-18
Recurso nº:144.994
Matéria:IRPF - Ex(s): 1998 e 1999
Recorrente:MARIA CICÍLIA PASSARELI
Recorrida:5ª TURMA/DRJ - SÃO PAULO/SP I
Sessão de:24 DE MAIO DE 2006
Acórdão nº:106-15.544

IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS - AUXÍLIO GABINETE - Não sendo comprovada a efetiva utilização de verba recebida a título de "auxílio-gabinete" para o fim a que se propõe, deve a mesma ser tomada como rendimento tributável.

IRPF - MULTA - EXCLUSÃO - Deve ser excluída do lançamento a multa de ofício quando o contribuinte agiu de acordo com orientação emitida pela fonte pagadora, um ente estatal que qualificara de forma equivocada os rendimentos por ele recebidos.

APLICAÇÃO DA TAXA SELIC - Não cabe ao julgador administrativo julgar a constitucionalidade ou legalidade da lei tributária, cabendo-lhe somente a aplicação desta. Legalidade da utilização da taxa Selic para correção de débitos tributários em atraso.

Recurso parcialmente provido.

Por maioria de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para excluir a multa de ofício. Vencidos os Conselheiros Gonçalo Bonet Allage, José Carlos da Matta Rivitti e Wilfrido Augusto Marques que deram provimento integral e José Ribamar Barros Penha que negou provimento.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA
Processo nº:10245.000831/2001-51
Recurso nº:145.367
Matéria:IRPF - Ex(s): 1997 a 2000
Recorrente:URZENI DA ROCHA FREITAS FILHO
Recorrida:2ª TURMA/DRJ - BELÉM/PA
Sessão de:25 DE MAIO DE 2006
Acórdão nº:106-15.577

IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS - AUXÍLIO GABINETE - Não sendo comprovada a efetiva utilização de verba recebida a título de "auxílio-gabinete" para o fim a que se propõe, deve a mesma ser tomada como rendimento tributável.

IRPF - MULTA - EXCLUSÃO - Deve ser excluída do lançamento a multa de ofício quando o contribuinte agiu de acordo com orientação emitida pela fonte pagadora, um ente estatal que qualificara de forma equivocada os rendimentos por ele recebidos.

APLICAÇÃO DA TAXA SELIC - Não cabe ao julgador administrativo julgar a constitucionalidade ou legalidade da lei tributária, cabendo-lhe somente a aplicação desta. Legalidade da utilização da taxa Selic para correção de débitos tributários em atraso.

Recurso parcialmente provido.

Por maioria de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para excluir a multa de ofício. Vencidos os Conselheiros Gonçalo Bonet Allage, José Carlos da Matta Rivitti e Wilfrido Augusto Marques que deram provimento integral e José Ribamar Barros Penha que negou provimento.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA
Processo nº:10120.001248/2003-36
Recurso nº:145.890
Matéria:IRPF - Ex(s): 1998, 1999, 2001
Recorrente:RUBENS MIRANDA DA SILVA
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - BRASÍLIA/DF
Sessão de:17 DE AGOSTO DE 2006
Acórdão nº:106-15.781

IRPF - DECADÊNCIA - No imposto de renda da pessoa física, por se tratar de um tributo sujeito ao lançamento por homologação, o prazo decadencial inicia-se a partir da data da ocorrência do fato gerador, que se consolida no dia 31.12 do ano-calendário, e termina depois de transcorrido o prazo de cinco anos, conforme prevê o § 4º, do art. 150, do Código Tributário Nacional.

Recurso parcialmente provido.

Por maioria de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para excluir do lançamento o fato gerador de 1997, por reconhecida decadência, nos termos do voto do Relator. Vencido o Conselheiro Arnaud da Silva (Suplente convocado).

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
JOSÉ CARLOS DA MATTA RIVITTI- RELATOR
Processo nº:14120.000123/2005-10
Recurso nº:150.134
Matéria:IRPF - Ex(s): 1999 a 2002
Recorrente:IVETE FÁTIMA FERREIRA
Recorrida:2ª TURMA/DRJ - CAMPO GRANDE/MS
Sessão de:21 DE SETEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.834

DEDUÇÕES. DESPESAS COM INSTRUÇÃO. DESPESAS MÉDICAS - Todas as deduções pleiteadas na declaração de ajuste anual estão sujeitas a comprovação, a juízo da autoridade lançadora. Na falta de comprovação dos pagamentos, mantém-se a glosa das deduções pleiteadas como despesas com instrução e médica.

MULTA QUALIFICADA - Comprovado o intuito de fraude, definidos nos artigos 71, 72, e 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, mantém-se a multa qualificada.

LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. DECADÊNCIA - Após o advento do Decreto - lei nº 1.968/1982 (art. 7º), que estabelece o pagamento do tributo sem o prévio exame da autoridade administrativa, o lançamento do imposto sobre a renda das pessoas físicas passou a ser do tipo estatuído no artigo 150 do CTN. Nos termos do art. 43 do CTN o fato gerador do imposto sobre a renda é a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica. O termo de início para contagem do prazo de cinco anos para o lançamento é a ocorrência do fato gerador, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação. De ofício se reconhece a extinção do crédito tributário pertinente ao ano-calendário de 1999, por decadência.

Recurso parcialmente provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para reconhecer decaído o valor da base de cálculo de R$xxxxxxxx.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO- RELATORA
Processo nº:14120.000403/2005-10
Recurso nº:149.799
Matéria:IRPF - Ex(s): 2002, 2003
Recorrente:MARIA ANETE BARROS
Recorrida:2ª TURMA/DRJ - CAMPO GRANDE/MS
Sessão de:18 DE OUTUBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.886

IRPF - GLOSA DE DESPESAS MÉDICAS - Não podem prevalecer as glosas efetuadas sobre despesas médicas quando a contribuinte traz, além dos recibos médicos, as fichas do tratamento a que esteve submetida. Critérios subjetivos não podem se sobrepor às provas concretas trazidas aos autos.

Recurso provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA
Processo nº:14041.000685/2005-35
Recurso nº:150.321
Matéria:IRPF - Ex(s): 2000, 2002
Recorrente:ROBERTO FRANÇA DOMINGUES FILHO
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - BRASÍLIA/DF
Sessão de:18 DE OUTUBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.893

LEGISLAÇÃO QUE AMPLIA OS MEIOS DE FISCALIZAÇÃO - INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE - Incabível falar-se em irretroatividade da lei que amplia os meios de fiscalização, pois esse princípio atinge somente os aspectos materiais do lançamento.

DECADÊNCIA DO DIREITO DE LANÇAR - No caso do Imposto de Renda, o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos contados do encerramento do ano-calendário.

DECADÊNCIA. LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OMISSÃO DE RENDIMENTOS. DEPÓSITO BANCÁRIO - O lançamento do imposto sobre a renda das pessoas físicas submete-se ao regime do artigo 150 do C.T.N. Na hipótese de omissão de rendimentos apurada na forma autorizada pelo art. 42 da Lei n 9.430 de 1996, o termo de início para a contagem do prazo de cinco anos a fim de a Fazenda Pública efetuar o lançamento será o mês da ocorrência do fato gerador, uma vez que o legislador, no § 4º do citado artigo, determinou que a tributação dos rendimentos omitidos será no mês em que forem considerados recebidos e com base na tabela progressiva vigente à época em que tenha sido efetuado o crédito pela instituição financeira. Ultrapassado esse prazo decai o direito do fisco, e os valores de imposto pertinente aos períodos atingidos são excluídos do lançamento.

Preliminar rejeitada.

Recurso parcialmente provido.

Por maioria de votos, REJEITAR a preliminar de irretroatividade da Lei nº 10.174, de 2001, vencidos os Conselheiros José Carlos da Matta Rivitti (Relator), Gonçalo Bonet Allage, e Roberta Azeredo Ferreira Pagetti; e, no mérito, por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para reconhecer a decadência no ano-calendário de 1999. Designado para redigir o voto vencedor quanto a preliminar de irretroatividade o Conselheiro Luiz Antonio de Paula.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE

LUIZ ANTONIO DE PAULA- REDATOR DESIGNADO

Processo nº:10730.001850/2001-23
Recurso nº:145.749
Matéria:IRPF - Ex(s): 1997 e 1998
Recorrente:ANTÔNIO VIEIRA GOMES FILHO
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ I
Sessão de:18 DE OUTUBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.895

IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS - PROVA - Na falta de outras provas, toma-se o valor constante de laudo pericial judicial como base para o lançamento do IRPF em razão da omissão de rendimentos recebidos por pessoa jurídica.

IRPF - DEPÓSITO JUDICIAL - EFEITOS - O depósito judicial do tributo questionado não impede o seu lançamento pela autoridade competente, mas implica tão-somente na suspensão de sua exigibilidade.

CONCOMITÂNCIA ENTRE PROCESSO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL - Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial. (Súmula 1º CC nº 01).

IRPF - ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO - Meras alegações desacompanhadas dos documentos que a amparem não podem ser acolhidas.

MULTA ISOLADA - CARNÊ-LEÃO - ART. 138 DO CTN - O fato de o contribuinte incluir os rendimentos competentes na Declaração de Ajuste Anual não implica na denúncia espontânea prevista no art. 138 do CTN.

MULTA ISOLADA - CARNÊ-LEÃO - MEDIDA PROVISÓRIA 303/06 - RETROATIVIDADE BENIGNA - Lei nº 9.430/96, artigo 44, § 1º, inciso II, revogado pela MP nº 303/2006 - Aplica-se a fato pretérito a legislação que deixa de considerar o fato como infração, consoante dispõe o artigo 106, inciso II, "a", do Código Tributário Nacional.

Recurso parcialmente provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para reduzir a multa isolada.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE

ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA

Processo nº:10580.012721/2004-74
Recurso nº:149.465 - EX OFFICIO
Matéria:IRPF - Ex(s): 2001 a 2003
Recorrente:3ª TURMA/DRJ - SALVADOR/BA
Interessado:GERVÁSIO MENESES DE OLIVEIRA
Sessão de:18 DE OUTUBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.897

MULTA QUALIFICADA - EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE - Somente é justificável a exigência da multa qualificada prevista no artigo 44, II, da Lei n 9.430, de 1996, quando o contribuinte tenha procedido com evidente intuito de fraude, nos casos definidos nos artigos 71, 72 e 73 da Lei nº. 4.502/64.

IRPF - GANHO DE CAPITAL - TITULOS PRO SOLUTO - DECADÊNCIA - Na venda a prazo efetuada com notas promissórias recebidas pro soluto, considera-se, para fins de apuração de ganho de capital, ocorrido o fato gerador na data da alienação do imóvel, já que o pagamento "pro soluto" é aquele que se dá quitação da dívida a que se refere, sem depender de qualquer evento posterior.

Recurso de ofício negado.

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de ofício.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE

ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA

Processo nº:10950.003865/2005-65
Recurso nº:151.678
Matéria:IRPF - Ex(s): 2001 a 2004
Recorrente:JOSÉ RUBENS DA SILVA
Recorrida:2ª TURMA/DRJ - CURITIBA/PR
Sessão de:19 DE OUTUBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.902

TRIBUTAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - Invocando presunção legal de omissão de rendimentos, a autoridade lançadora exime-se de provar no caso concreto a sua ocorrência, transferindo o ônus da prova ao contribuinte. Somente a apresentação de provas hábeis e idôneas pode refutar a presunção legal regularmente estabelecida.

ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO - Constitui rendimento bruto sujeito ao imposto de renda, o valor do acréscimo patrimonial não justificado pelos rendimentos tributáveis, não tributáveis ou tributáveis exclusivamente na fonte. A tributação de acréscimo patrimonial a descoberto só pode ser elidida mediante prova em contrário.

OMISSÃO DE RENDIMENTOS. DEPÓSITOS BANCÁRIOS - Caracterizam omissão de rendimentos os valores creditados em conta de depósito mantida junto à instituição financeira, quando o titular regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea a origem dos recursos utilizados nessas operações.

Recurso negado.

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE

SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO- RELATORA

Processo nº:10240.001396/2003-94
Recurso nº:151.843
Matéria:IRPF - Ex(s): 1999, 2000
Recorrente:FRANCISCO SILVA CAVALCANTE
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - BELÉM/PA
Sessão de:19 DE OUTUBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.903

NULIDADE DO LANÇAMENTO. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA - Estando presente os requisitos do artigo 10 do Decreto nº 70.235, de 1972, não há o que se falar em nulidade do lançamento. A garantia constitucional de ampla defesa, no processo administrativo fiscal, está assegurada pelo direito de o contribuinte ter direito a vista dos autos, interpor recursos administrativos, apresentar novas provas e solicitar diligência ou perícia. Constando nos anexos, parte integrante do auto de infração e dos quais o contribuinte teve ciência, todos os elementos necessários para a elaboração de impugnação e recurso voluntário, incabível o argumento de nulidade do lançamento por cerceamento do direito.

QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO - Iniciado o procedimento de fiscalização, a autoridade fiscal pode, por expressa autorização legal, solicitar informações e documentos relativos a operações realizadas pelo contribuinte em instituições financeiras.

PERÍCIA. PROVA EMPRESTADA - Rejeita-se o pedido de perícia contábil por não ser o instrumento hábil para provar a origem dos recursos depositados.

LANÇAMENTO DE OFÍCIO - A lei autoriza o lançamento de ofício, entre outras, nas hipóteses de falta de declaração de ajuste anual, declaração inexata e falta ou pagamento a menor de imposto. Na hipótese de declaração inexata, cabe ao Fisco apurar a base de cálculo do imposto de acordo com as normas específicas para o lançamento de ofício.

MOMENTO DE INCIDÊNCIA DO IMPOSTO - Excetuadas as hipóteses expressamente definidas em lei como de fato gerador anual, a regra de tributação dos rendimentos percebidos pelas pessoas físicas é no momento da percepção do rendimento. De acordo com o § 4º do art.42 da Lei nº 9.430, na hipótese de presunção de omissão de rendimentos, caracterizada pela existência de depósitos em instituições financeiras sem comprovação da origem, o imposto incide no mês e tem por base a tabela progressiva vigente à época em que tenha sido efetuado o crédito pela instituição financeira.

LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. DECADÊNCIA - Após o advento do Decreto - lei nº 1.968/1982 (art. 7º), que estabelece o pagamento do tributo sem o prévio exame da autoridade administrativa, o lançamento do imposto sobre a renda das pessoas físicas passou a ser do tipo estatuído no artigo 150 do CTN. Nos termos do art. 43 do CTN o fato gerador do imposto sobre a renda é a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica. Fixada pela norma legal a tributação mensal, o termo de início para contagem do prazo de cinco anos para o lançamento é a ocorrência do fato gerador, ou seja, o mês em que o imposto incide. Reconhece-se a decadência do crédito tributário para os meses de janeiro a novembro de 1998.

OMISSÃO DE RENDIMENTOS. DEPÓSITOS BANCÁRIOS - Caracteriza omissão de rendimentos os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto à instituição financeira, quando o titular regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea a origem dos recursos utilizados nessas operações.

INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - Invocando uma presunção legal de omissão de rendimentos, a autoridade lançadora exime-se de provar no caso concreto a sua ocorrência, transferindo o ônus da prova ao contribuinte. Somente a apresentação de provas hábeis e idôneas pode refutar a presunção legal regularmente estabelecida.

MULTA - Comprovada a inexatidão das informações prestadas ao Fisco e o pagamento a menor do imposto, justifica a aplicação da multa sob o percentual de 75%.

JUROS DE MORA. TAXA SELIC - Inexistência de ilegalidade na aplicação da taxa SELIC, porquanto o Código Tributário Nacional outorga à lei a faculdade de estipular os juros de mora incidentes sobre os créditos não integralmente pagos no vencimento e autoriza a utilização de percentual diverso de 1 %, desde que previsto em lei.

Preliminares rejeitadas.

Recurso parcialmente provido.

Por maioria de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para acolher a decadência do lançamento nos meses de janeiro a novembro de 1998. Vencidos os Conselheiros Luiz Antonio de Paula, Ana Neyle Olímpio Holanda e José Ribamar Barros Penha.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE

SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO- RELATORA

Processo nº:11020.003973/2002-59
Recurso nº:148.671 - EX OFFICIO
Matéria:IRF - Ano(s): 2000
Recorrente:5ª TURMA/DRJ - PORTO ALEGRE/RS
Interessada:VINHOS SALTON S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Sessão de:19 DE OUTUBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.913

IRRF - LANÇAMENTO DE OFÍCIO - COMPENSAÇÃO INDEVIDA - O disposto no § 8º do art. 74 da Lei nº 9.430/96 não constitui uma vedação ao lançamento - que é atividade obrigatória e vinculada. Pelo mesmo motivo, a posterior declaração de nulidade de decisão que sugeriu o lançamento de ofício de débito indevidamente compensado, não implica na nulidade deste lançamento, desde que o mesmo tenha sido efetuado de acordo com a lei.

Recurso de ofício provido.

Por maioria de votos, DAR provimento ao recurso ao Recurso de Ofício. Vencidos os Conselheiros José Carlos da Matta Rivitti e Antônio Augusto Silva Pereira de Carvalho (Suplente convocado).

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE

ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA

Processo nº:10660.001803/2004-01
Recurso nº:149.822
Matéria:IRPF - Ex(s): 2002, 2003
Recorrente:ANTÔNIO PENHA FILHO
Recorrida:4ª TURMA/DRJ - JUIZ DE FORA/MG
Sessão de:19 DE OUTUBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.914

PRELIMINAR - CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA - Não há que se falar em cerceamento do direito de defesa quando ainda não instaurada a fase litigiosa do processo administrativo.

IRPF - GLOSA - DESPESAS MÉDICAS - Mantém-se a glosa da dedução com despesas médicas quando não for comprovada, pelo contribuinte, a efetividade de tais despesas.

MULTA QUALIFICADA - Comprovado, através de declaração prestada pelo profissional signatário, que nenhum serviço foi prestado, fica caracterizada a fraude necessária à qualificação da multa.

TAXA SELIC - Em atenção à Súmula nº 04 deste Primeiro Conselho, é aplicável a variação da taxa Selic como juros moratórios incidentes sobre créditos tributários.

Recurso negado.

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE

ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA

Processo nº:16327.000792/2003-21
Recurso nº:152.151 - EX OFFICIO e VOLUNTÁRIO
Matéria:IRF - Ano(s): 2001
Recorrentes:4ª TURMA/DRJ - JUIZ DE FORA/MG e BANCO BMC S.A.
Sessão de:19 DE OUTUBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.915

IRRF - LANÇAMENTO - TRIBUTO COM EXIBILIDADE SUSPENSA - A suspensão da exigibilidade de um determinado tributo impede apenas a sua exigência (cobrança) pela autoridade administrativa; porém, não veda o seu lançamento. Ao contrário, este deve ser obrigatoriamente efetuado, sob pena de decair o direito da Fazenda Nacional de exigir o tributo após o fim da causa que der motivo à suspensão.

TAXA SELIC - Em atenção à Súmula nº 04 deste Primeiro Conselho, é aplicável a variação da taxa Selic como juros moratórios incidentes sobre créditos tributários.

IRRF - COMPENSAÇÃO - MULTA DE OFÍCIO - Nos termos do art. 18 da Lei nº 10.833/03, é correta a exclusão da multa de ofício de 75% sobre o débito tributário exigido em razão de compensação indevida, salvo as hipóteses lá especificadas.

Recursos de ofício e voluntário negados.

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento aos recursos de ofício e voluntário.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE

ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA

Processo nº:10580.004468/2002-13
Recurso nº:147.168
Matéria:IRPF - Ex(s): 1996
Recorrente:JORGE LUÍS DE OLIVEIRA
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - SALVADOR/BA
Sessão de:19 DE OUTUBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.931

IRPF - PDV - TAXA SELIC - Por se tratar de caso de não-incidência do imposto, e não de antecipação do imposto devido ao final do ano-calendário, a retenção do IRPF sobre verbas relativas a PDV gera para o contribuinte o direito de pleitear a repetição do indébito. Por isso, os juros de mora devem incidir sobre o crédito a partir da retenção indevida.

Recurso provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE

ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA

Processo nº:10860.001668/00-53
Recurso nº:148.416
Matéria:IRPF - Ex(s): 1997 e 1998
Recorrente:CLARICE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA FEVERSTEIN
Recorrida:7ª TURMA/DRJ - SÃO PAULO/SP II
Sessão de:19 DE OUTUBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.932

IRPF - GANHO DE CAPITAL - No confronto entre documento particular e documento público devidamente registrado em Cartório, deve este último ser privilegiado. O documento público emitido pelo competente Cartório de Registro de Imóveis, é hábil para a comprovação do efetivo valor decorrente de operação imobiliária, devendo se sobrepor às informações constantes em instrumento particular que somente produz efeitos entre as partes.

Recurso negado.

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE

ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA

Processo nº:10235.000967/2002-61
Recurso nº:148.427
Matéria:IRPF - Ex(s): 1997 e 1998
Recorrente:JOSUÉ SOUZA ROCHA
Recorrida:2ª TURMA/DRJ - BELÉM/PA
Sessão de:08 DE NOVEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.941

IRPF. DEDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO. PENSÃO ALIMENTÍCIA - Comprovado o pagamento com pensão alimentícia se restabelece o valor pleiteado pelo contribuinte como dedução dos rendimentos tributáveis na declaração de ajuste anual, ano-calendário 1996.

Recurso provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO- RELATORA
Processo nº:10835.001765/2002-78
Recurso nº:152.621
Matéria:IRPF - Ex(s): 1999
Recorrente:ALCEU MELLOTTI
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - BRASÍLIA/DF
Sessão de:08 DE NOVEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.942

IRPF - GANHO DE CAPITAL - DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA - A desapropriação é ato coativo do Estado, que, na satisfação do interesse público, retira a propriedade de bem integrante do patrimônio do particular, mediante justa e prévia indenização. Nos termos do art. 5º, XXIV da CF, o valor recebido tem natureza indenizatória, portanto, não se sujeita a incidência de imposto de renda e conseqüentemente apuração de ganho de capital.

Recurso provido.

Por maioria de votos, DAR provimento ao recurso. Vencido o Conselheiro Luiz Antonio de Paula.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO- RELATORA
Processo nº:10805.002418/2002-10
Recurso nº:148.852
Matéria:IRF - Ano(s): 1997
Recorrente:APETECE SISTEMAS DE ALIMENTAÇÃO LTDA.
Recorrida:2ª TURMA/DRJ - CAMPINAS/SP
Sessão de:08 DE NOVEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.958

IRF - PAGAMENTO SEM CAUSA OU POR OPERAÇÃO NÃO COMPROVADA - LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - DECADÊNCIA - A regra de incidência de cada tributo é que define a sistemática de seu lançamento. Tratando-se de IRF incidente sobre pagamentos sem causa ou por operação não comprovada, a tributação é exclusiva de fonte configurando o lançamento à modalidade por homologação, ocorrendo o fato gerador na data em que ocorrer a disponibilidade econômica ou jurídica do valor, razão pela qual tem característica de tributo cuja legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa e amolda-se à sistemática de lançamento denominado por homologação, onde a contagem do prazo decadencial desloca-se da regra geral do artigo 173 do Código Tributário Nacional, para encontrar respaldo no § 4º do artigo 150, do mesmo Código, hipótese em que a decadência do direito de a Fazenda Pública efetuar ocorre em contados da data da ocorrência do fato gerador.

PAGAMENTO SEM CAUSA OU POR OPERAÇÃO NÃO COMPROVADA - Comprovada a transferência bancária em que está determinada a agência da conta-corrente que a empresa figura como titular, cujo débito originou a operação, sem que o sujeito passivo tenha apresentado a sua causa, está o fato enquadrado na hipótese do disposto no artigo 61, § 1º da Lei nº 8.981, de 1995.

MULTA DE OFÍCIO - PERCENTUAL - A inadimplência da obrigação tributária principal, na medida em que implica descumprimento da norma tributária definidora dos prazos de vencimento, tem natureza de infração fiscal, e, em havendo infração, cabível a inflingência de penalidade, desde que sua imposição se dê nos limites legalmente previstos. Incabível a redução do percentual da multa de ofício, sem previsão legal para tal, vez que o lançamento tributário deve ser estritamente balizado pelos ditames legais, devendo a Administração Pública cingir-se às determinações da lei para efetuá-lo ou alterá-lo.

JUROS DE MORA - O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas em lei tributária (art. 161, CTN).

TAXA SELIC - Legítima a aplicação da taxa SELIC, para a cobrança dos juros de mora, a partir de partir de 1º de abril de 1995 (art. 13, Lei nº 9.065, de 1995).

Recurso parcialmente provido.

Por maioria de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso, para acolher a decadência dos fatos geradores de julho e setembro de 1997. Vencidos os Conselheiros José Carlos da Matta Rivitti, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Gonçalo Bonet Allage que deram provimento integral.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA- RELATORA
Processo nº:14120.000144/2005-27
Recurso nº:150.640
Matéria:IRPF - Ex(s): 2000 a 2003
Recorrente:ARNALDO DRIENDL DE CARVALHO
Recorrida:2ª TURMA/DRJ - CAMPO GRANDE/MS
Sessão de:08 DE NOVEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.959

IRPF - DEDUÇÃO COM DEPENDENTES - O RIR/99 elenca, em seu art. 77, § 1º as pessoas que podem ser deduzidas como dependentes na Declaração de Ajuste Anual. Tais hipóteses são taxativas e não prevêem a dedução de companheira com a qual o contribuinte viva há menos de cinco anos e não tenha filhos em comum.

IRPF - GLOSA - DESPESAS MÉDICAS - Não sendo comprovada a efetividade dos serviços médicos prestados, cuja dedução o contribuinte pleiteava, deve ser mantida a glosa das referidas despesas.

MULTA QUALIFICADA - Aplica-se a multa qualificada de 150% ao lançamento nas hipóteses previstas no art. 44, II, da Lei nº 9.430/96. Caracterizado o intuito de fraude, a multa deve ser mantida.

Recurso negado.

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA
Processo nº:13560.000351/2002-97
Recurso nº:146.832
Matéria:IRPF - Ex(s): 2001
Recorrente:JOSÉ ORLANDO MORAIS DA HORA
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - SALVADOR/BA
Sessão de:06 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.991

NULIDADE DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA - Válida é a decisão de primeira instância formalizada de acordo com os requisitos definidos pelo art. 31 do Decreto nº 70.235/1972 e com a garantia constitucional de ampla defesa.

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS. FATO GERADOR - O imposto sobre a renda tem como fato gerador à aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda e de proventos de qualquer natureza. São tributáveis os rendimentos relativos a devolução de aluguel e juros, fixados em acordo homologado judicialmente, por não estarem contemplados nas hipóteses de isenção definidas em lei.

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - A responsabilidade da fonte pagadora pela retenção na fonte do recolhimento do tributo não exclui a responsabilidade do beneficiário do respectivo rendimento de sujeita-lo a tributação nua declaração de ajuste anual.

Recurso negado.

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO- RELATORA
Processo nº:10070.000271/2001-84
Recurso nº:148.510
Matéria:IRPF - Ex(s): 1999
Recorrente:FRANCISCO MANOEL DE MELLO FRANCO
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ II
Sessão de:06 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.992

LANÇAMENTO DE OFÌCIO. DECLARAÇÃO EM SEPARADO - Tendo o contribuinte optado pela tributação em separado dos rendimentos comuns, cabe a autoridade lançadora glosar o valor indevidamente pleiteado como dependente, relativo a esposa, e não submeter novamente a tributação os rendimentos inseridos em declaração de ajuste anual tempestivamente apresentada em nome desta.

Recurso provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO- RELATORA
Processo nº:13706.001457/93-54
Recurso nº:150.961 - EX OFFICIO
Matéria:IRPF - Ex(s): 1992
Recorrente:DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ I
Interessada:MARIA WOLFRING
Sessão de:06 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.993

PAF - Não se conhece de recurso de ofício de decisão que cancele crédito tributário inferior ao limite de R$ xxxxxxxxxx.

Recurso de ofício não conhecido.

Por maioria de votos, NÃO CONHECER do Recurso de Ofício por estar abaixo do limite de alçada. Vencidos os Conselheiros Luiz Antonio de Paula, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e José Ribamar Barros Penha que negaram provimento.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO- RELATORA
Processo nº:14120.000358/2005-01
Recurso nº:150.135
Matéria:IRPF - Ex(s): 2000, 2001, 2002, 2003
Recorrente:CELSO MARAN
Recorrida:2ª TURMA/DRJ - CAMPO GRANDE/MS
Sessão de:06 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.994

DEDUÇÃO. DEPENDENTE - Deve ser admitida a dedução, como dependente, daquela que o Contribuinte comprovar a dependência, através de documentos hábeis.

DEDUÇÃO. DESPESAS MÉDICAS - A legislação reguladora do imposto sobre a Renda das pessoas físicas, contém autorização para a dedução por despesas médicas, restrita àquelas atinentes ao tratamento da própria pessoa declarante ou de seus dependentes.

DEDUÇÃO. CONTRIBUIÇÕES À PREVIDÊNCIA PRIVADA. FALTA DE COMPROVAÇÃO. LIMITE LEGAL - Mantém-se a glosa do valor da contribuição à Previdência Privada não comprovada pelo contribuinte, e considera-se indevida a utilização da parcela comprovada que excede ao limite legal de 12% dos rendimentos declarados.

MULTA DE OFÍCIO. QUALIFICAÇÃO. PREVISÃO LEGAL - A multa de ofício é prevista em disposição legal específica e tem como suporte fático a revisão de lançamento, pela autoridade administrativa competente, que implique imposto ou diferença de imposto a pagar. Configurada a existência da fraude, impõe-se ao infrator a aplicação da multa qualificada, prevista na legislação de regência.

Recurso parcialmente provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para restabelecer a dedução com dependente nos anos-calendário de 2000, 2001 e 2002.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
LUIZ ANTONIO DE PAULA- RELATOR
Processo nº:14041.000202/2005-01
Recurso nº:154.321
Matéria:IRPF - Ex(s): 2003
Recorrente:MARCELO LEMOS DA FONSECA RAMOS
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - BRASÍLIA/DF
Sessão de:06 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-15.997

IRPF - RECURSO PEREMPTO - Nos termos do art. 33 do Decreto nº 70.235/72, é de 30 dias o prazo para a interposição de Recurso Voluntário, contados a partir da ciência da decisão de primeira instância. Protocolado o recurso após este prazo, há que se reconhecer a sua perempção.

Recurso não conhecido.

Por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso por perempto.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA
Processo nº:10660.001967/2005-10
Recurso nº:153.860
Matéria:IRPF - Ex(s): 2003
Recorrente:FRANCISCO CALDAS DA SILVEIRA NETO
Recorrida:4ª TURMA/DRJ - JUIZ DE FORA/MG
Sessão de:06 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.004

IR FONTE - RESTITUIÇÃO - MOLÉSTIA GRAVE - MILITAR EM RESERVA REMUNERADA - A reserva remunerada equivale a condição de inatividade, situação contemplada no art. 6º, inciso XIV da Lei nº 7.713/88, de modo que os proventos ou rendimentos recebidos pelo militar nesta condição não estão sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte (CSRF/04-00.181).

Recurso provido.

Por maioria de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para reconhecer a isenção a partir de março de 2002. Vencidos os Conselheiros Luiz Antonio de Paula e José Ribamar Barros Penha.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO- RELATORA
Processo nº:10166.005641/98-71
Recurso nº:131.850
Matéria:IRPF - Ex(s): 1993 e 1994
Recorrente:ROGÉRIO ALVES BARBOSA
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - BRASÍLIA/DF
Sessão de:06 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.007

PEDIDO DE PERÍCIA. INDEFERIMENTO - Estando presentes nos autos todos os elementos de convicção necessários à adequada solução da lide, indefere-se, por prescindível, o pedido de realização de perícia, mormente quando o ônus da prova é do contribuinte.

EQUIPARAÇÃO DA PESSOA FÍSICA À JURÍDICA - A equiparação de pessoa física a pessoa jurídica para fins de tributação só é possível quando houver comprovação documental de atendimento aos requisitos legais

ATIVIDADE RURAL. ARBITRAMENTO - A inexistência de documentos comprobatórios das receitas e dispêndios da atividade rural implica no arbitramento do lucro, à razão de 20% da receita bruta.

OMISSÃO DE RENDIMENTOS - DEPÓSITO BANCÁRIOS - Depósitos bancários, por si só, não constituem fato gerador do imposto de renda, por não caracterizarem disponibilidade econômica de renda e proventos. Tal lançamento somente será possível quando comprovado de forma inequívoca pelo fisco, o nexo causal entre cada depósito e o fato que represente omissão de rendimentos.

DECISÕES JUDICIAIS. EFEITOS - As sentenças judiciais só produzem efeitos para as partes entre as quais são dadas, não beneficiando nem prejudicando terceiros.

DECISÕES ADMINISTRATIVAS. EFEITOS - As decisões administrativas proferidas pelos órgãos colegiados não se constituem em normas gerais, posto que inexiste lei que lhes atribua eficácia normativa, razão pela qual seus julgados não se aproveitam em relação a qualquer outra ocorrência, senão àquela objeto da decisão.

Recurso parcialmente provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para excluir do lançamento a infração relativa ao acréscimo patrimonial a descoberto por sinais exteriores de riqueza. Declarou-se impedido o Presidente, nos termos art. 15, inciso II, do Regimento dos Conselhos de Contribuintes. Assumiu a presidência dos trabalhos, o vice-presidente, Conselheiro Gonçalo Bonet Allage.

GONÇALO BONET ALLAGE- PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
LUIZ ANTONIO DE PAULA- RELATOR
Processo nº:16045.000099/2005-86
Recurso nº:151.642
Matéria:IRPF - Ex(s): 2001 e 2002

Recorrente:ROSANA VILLELA CHAGAS
Recorrida:6ª TURMA/DRJ - SÃO PAULO/SP II
Sessão de:06 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.008

MULTA ISOLADA CUMULADA COM MULTA DE OFÍCIO - Pacífica a jurisprudência deste Primeiro Conselho de Contribuintes no sentido de que não é cabível a aplicação concomitante da multa isolada prevista no artigo 44, §1º, inciso III da Lei nº 9.430, de 1996, com multa de ofício, tendo em vista dupla penalização sobre a mesma base de incidência.

MULTA ISOLADA E MULTA DE OFÍCIO - CONCOMITÂNCIA - MESMA BASE DE CÁLCULO - A aplicação concomitante da multa isolada e da multa de oficio não é legítima quando incide sobre uma mesma base de cálculo (Acórdão CSRF nº 01-04.987 de 15/06/2004).

Recurso provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
LUIZ ANTONIO DE PAULA- RELATOR
Processo nº:11080.004533/2005-57
Recurso nº:150.703
Matéria:IRF - Ano(s): 2000 a 2002
Recorrente:ROMÂNTICA CORTINAS E DECORAÇÕES LTDA.
Recorrida:5ª TURMA/DRJ - PORTO ALEGRE/RS
Sessão de:06 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.010

DEPÓSITO RECURSAL - INCONSTITUCIONALIDE - Em atenção à Súmula nº 02 deste Primeiro Conselho, não é ele competente para apreciar a argüição de inconstitucionalidade de lei tributária.

IRRF - IMPOSTO RETIDO E NÃO RECOLHIDO - Não havendo comprovação de que o imposto retido do beneficiário foi devidamente recolhido aos cofres públicos, é de se manter o lançamento.

TAXA SELIC - Em atenção à Súmula nº 04 deste Primeiro Conselho, é aplicável a variação da taxa Selic como juros moratórios incidentes sobre débitos tributários.

MULTA DE OFÍCIO - REDUÇÃO - Não existe previsão legal para que se reduza a multa de ofício a patamares inferiores a 75%.

Recurso negado.

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA
Processo nº:10925.001868/2003-18
Recurso nº:146.878 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Matéria:IRF - Ano(s): 1999
Embargante:Conselheira ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA
Embargada:SEXTA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Interessada:SAJO - SERVIÇOS DE ANESTESIOLOGIA JOAÇABA S/C
Sessão de:06 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.011

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO ACÓRDÃO Nº 106-15.605.

NORMAS PROCESSUAIS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PROCEDÊNCIA - RERRATIFICAÇÃO DE ACÓRDÃO - Confirmada a omissão do acórdão, outro deve ser proferido na devida forma, para sanar a omissão.

IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - FALTA DE RETENÇÃO - MULTA ISOLADA - PREVISÃO LEGAL - Somente com a edição da MP nº 16, de 27/12/2001, publicada no DOU de 28/12/2001, convertida na Lei nº. 10.426, de 24/04/2002, é que passou a existir previsão legal para a cobrança de multa isolada da fonte pagadora pela falta de retenção de imposto de renda sob a sua responsabilidade, quando a constatação da falta ocorre após o encerramento do período de apuração no qual o beneficiário deve oferecer os rendimentos à tributação.

IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - FALTA DE RETENÇÃO - JUROS ISOLADOS - Ocorrendo a hipótese de não retenção, quando devida, surge para a Fazenda Nacional o direito de exigir os juros compensatórios, nos exatos termos do art. 43 da Lei nº. 9.430, de 1996.

Embargos acolhidos.

Por unanimidade de votos, ACOLHER os Embargos de Declaração para RERRATIFICAR o Acórdão nº 106-15.605, de 21.06.2006, e DAR provimento PARCIAL ao recurso no sentido de excluir a multa isolada.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA- RELATORA
Processo nº:10530.001022/2003-11
Recurso nº:142.910
Matéria:IRPF - Ex(s): 1999
Recorrente:WALDECK AQUINO NASCIMENTO SOUZA
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - SALVADOR/BA
Sessão de:07 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.019

NULIDADE DO LANÇAMENTO.SIGILO BANCÁRIO - A troca de informações e o fornecimento de documentos apenas transferem a responsabilidade do sigilo à autoridade tributária, não configurando quebra de sigilo bancário ou fiscal.

PAF - Comprovado que a base de cálculo do imposto lançada em nome do contribuinte é pertinente a 50% dos recursos constatados na conta conjunta com sua esposa, não há o que se falar em duplicidade de tributação.

OMISSÃO DE RENDIMENTOS. DEPÓSITOS BANCÁRIOS - Caracteriza omissão de rendimentos os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto à instituição financeira, quando o titular regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea a origem dos recursos utilizados nessas operações.

INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - Invocando uma presunção legal de omissão de rendimentos, a autoridade lançadora exime-se de provar no caso concreto a sua ocorrência, transferindo o ônus da prova ao contribuinte. Somente a apresentação de provas hábeis e idôneas pode refutar a presunção legal regularmente estabelecida.

LANÇAMENTO DE OFÍCIO - A lei autoriza o lançamento de ofício, entre outras, nas hipóteses de falta de declaração de ajuste anual, declaração inexata e falta ou pagamento a menor de imposto. Na hipótese de declaração inexata, cabe ao Fisco apurar a base de cálculo do imposto de acordo com as normas específicas para o lançamento de ofício.

MOMENTO DE INCIDÊNCIA DO IMPOSTO - Excetuadas as hipóteses expressamente definidas em lei como de fato gerador anual, a regra de tributação dos rendimentos percebidos pelas pessoas físicas é no momento da percepção do rendimento. De acordo com o § 4º do art.42 da Lei nº 9.430, na hipótese de presunção de omissão de rendimentos, caracterizada pela existência de depósitos em instituições financeiras sem comprovação da origem, o imposto incide no mês e tem por base a tabela progressiva vigente à época em que tenha sido efetuado o crédito pela instituição financeira.

LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. DECADÊNCIA - Após o advento do Decreto - lei nº 1.968/1982 (art. 7º), que estabelece o pagamento do tributo sem o prévio exame da autoridade administrativa, o lançamento do imposto sobre a renda das pessoas físicas passou a ser do tipo estatuído no artigo 150 do CTN. Nos termos do art. 43 do CTN o fato gerador do imposto sobre a renda é a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica. Fixada pela norma legal a tributação mensal, o termo de início para contagem do prazo de cinco anos para o lançamento é a ocorrência do fato gerador, ou seja, o mês em que o imposto incide. Extintos os créditos tributários relativos a janeiro a maio de 1998, por decadência.

MULTA DE OFÍCIO - A lei autoriza o lançamento de ofício, entre outras, nas hipóteses de falta de declaração de ajuste anual, declaração inexata e falta ou pagamento a menor de imposto.

JUROS DE MORA. TAXA SELIC - Inexistência de ilegalidade na aplicação da taxa SELIC, porquanto o Código Tributário Nacional outorga à lei a faculdade de estipular os juros de mora incidentes sobre os créditos não integralmente pagos no vencimento e autoriza a utilização de percentual diverso de 1%, desde que previsto em lei.

Preliminares rejeitadas.

Recurso parcialmente provido.

Por maioria de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso quanto à decadência do direito de lançar relativo aos valores apurados nos meses de janeiro a maio de 1998. Vencidos os Conselheiros Luiz Antonio de Paula, Ana Neyle Olímpio Holanda e José Ribamar Barros Penha que negaram provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO- RELATORA
Processo nº:10640.000964/2002-46
Recurso nº:148.255
Matéria:IRF - Ano(s): 1997
Recorrente:MRS LOGÍSTICA S.A.
Recorrida:1ª TURMA/DRJ - JUIZ DE FORA/MG
Sessão de:07 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.020

PAF. LANÇAMENTO - Na falta de comprovação de erro na indicação do CNPJ registrado em DARF, ou da duplicidade de recolhimento do tributo, mantém-se o lançamento das diferenças entre os pagamentos efetuados e os débitos declarados.

Recurso negado.

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO- RELATORA

Processo nº:10680.003895/2002-56
Recurso nº:151.672
Matéria:IRPF - Ex(s): 1999
Recorrente:MOACIR GERALDO PENIDO DE OLIVEIRA
Recorrida:5ª TURMA/DRJ - BELO HORIZONTE/MG
Sessão de:07 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.023

NULIDADES. AUTO DE INFRAÇÃO - Somente ensejam a nulidade os atos e termos lavrados por pessoa incompetente e os despachos e decisões proferidas por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.

LEGISLAÇÃO QUE AMPLIA OS MEIOS DE FISCALIZAÇÃO. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE - É incabível falar-se em irretroatividade da lei que amplia os meios de fiscalização, pois, esse princípio atinge somente os aspectos materiais do lançamento.

DEPÓSITOS BANCÁRIOS. OMISSÃO DE RENDIMENTOS - Caracterizam omissão de rendimentos os valores creditados em conta de depósito mantida junto à instituição financeira, quando o contribuinte, regularmente intimado, não comprova, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

PRESUNÇÕES LEGAIS RELATIVAS. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA - As presunções legais relativas obrigam a autoridade fiscal a comprovar, tão-somente, a ocorrência das hipóteses sobre as quais se sustentam às referidas presunções, atribuindo ao contribuinte o ônus de provar que os fatos concretos não ocorreram na forma como presumidos pela lei.

EFEITOS DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS - As decisões administrativas e judiciais só produzem efeitos para as partes entre as quais são dadas, não beneficiando nem prejudicando terceiros. Por não serem dotadas de eficácia normativa, requisito imposto pelo art. 100, inciso II, do Código Tributário Nacional, não são de observância obrigatória por parte das autoridades julgadoras.

Preliminar rejeitada.

Recurso negado.

Por maioria de votos, REJEITAR a preliminar de irretroatividade da Lei nº 10.174, de 2001. Vencidos os Conselheiros José Carlos da Matta Rivitti, Roberta Azeredo Ferreira Pagetti e Gonçalo Bonet Allage e, no mérito, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
LUIZ ANTONIO DE PAULA- RELATOR
Processo nº:10930.000490/2006-09
Recurso nº:152.882
Matéria:IRPF - Ex(s): 2001 a 2004
Recorrente:ISRAEL DA SILVA LEITE
Recorrida:4ª TURMA/DRJ - CURITIBA/PR
Sessão de:07 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.025

IRPF - GLOSA - DESPESAS MÉDICAS - Não sendo comprovada a efetividade dos serviços médicos prestados, cuja dedução o contribuinte pleiteava, deve ser mantida a glosa das referidas despesas.

MULTA QUALIFICADA - Comprovado, através de intimações dirigidas às pessoas jurídicas supostamente beneficiárias dos pagamentos, que nenhum serviço foi prestado, fica caracterizada a fraude necessária à qualificação da multa.

IRPF - DECADÊNCIA - Mantida a qualificação da multa, a contagem do prazo decadência desloca-se para o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, a teor do art. 173, I do CTN.

Recurso negado.

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA
Processo nº:13603.000019/2002-89
Recurso nº:152.999 - EX OFFICIO
Matéria:IRF - Ano(s): 1997
Recorrente:3ª TURMA/DRJ - BELO HORIZONTE/MG
Interessada:FIAT AUTOMÓVEIS S.A.
Sessão de:07 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.026

RECURSO DE OFÍCIO - LANÇAMENTO PARA EXIGÊNCIA DE VALORES INDEVIDAMENTE RESTITUÍDOS - DESCABIMENTO - É incabível o lançamento para exigência de valores anteriormente restituídos ao contribuinte após análise efetuada pela autoridade administrativa competente, quando a Autora lançadora não traz quaisquer razões que o justifiquem.

Recurso de ofício negado.

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de ofício.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA
Processo nº:10073.001460/2002-25
Recurso nº:141.646 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Matéria:IRPF - Ex(s): 1999
Embargante:RONALDO SOUZA BARBOSA
Embargada:SEXTA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Sessão de:07 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.027

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO ACÓRDÃO No 106-14.946.

NORMAS PROCESSUAIS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PROCEDÊNCIA - RERRATIFICAÇÃO DE ACÓRDÃO - Confirmada a omissão do acórdão, outro deve ser proferido na devida forma, para sanar a omissão.

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - EXISTÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL TRATANDO DE MATÉRIA IDÊNTICA ÀQUELA DISCUTIDA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO - A submissão da matéria ao crivo do Poder Judiciário, prévia ou posteriormente ao ato administrativo de lançamento, inibe o pronunciamento da autoridade julgadora administrativa sobre questão idêntica àquela oposta na instância judicial.

MANDADO DE PROCEDIMENTO FISCAL - O MPF, primordialmente, presta-se como um instrumento de controle criado pela Administração Tributária para dar segurança e transparência à relação fisco-contribuinte, que objetiva assegurar ao sujeito passivo que seu nome foi selecionado segundo critérios objetivos e impessoais, e que o agente fiscal nele indicado recebeu do fisco a incumbência para executar aquela ação fiscal. Ocorrendo problemas com o MPF, não seriam invalidados os trabalhos de fiscalização desenvolvidos, nem dados por imprestáveis os documentos obtidos para respaldar o lançamento de créditos tributários apurados, vez que a atividade de lançamento é obrigatória e vinculada, e, detectada a ocorrência da

situação descrita na lei como necessária e suficiente para ensejar o fato gerador da obrigação tributária, não poderia o agente fiscal deixar de efetuar o lançamento, sob pena de responsabilidade funcional.

IRPF - LANÇAMENTO COM BASE EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS - TRIBUTAÇÃO PRESUMIDA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA - O procedimento da autoridade fiscal encontra-se em conformidade com o que preceitua o art. 42 da Lei nº 9.430, de 1996, em que se presume como omissão de rendimentos os valores creditados em conta de depósito ou de investimento, mantidos em instituição financeira, cuja origem dos recursos utilizados nestas operações, em relação aos quais o titular pessoa física ou jurídica, regularmente intimado, não comprova, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

ÔNUS DA PROVA - Se o ônus da prova, por presunção legal, é do contribuinte, cabe a ele a prova da origem dos recursos utilizados para acobertar seus depósitos bancários, que não pode ser substituída por meras alegações ou por declarações sem o respaldo documental.

Embargos acolhidos.

Por unanimidade de votos, ACOLHER os Embargos de Declaração para RERRATIFICAR o Acórdão nº 106-14.946, de 13.09.2005, sem alteração de resultado de julgamento.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA- RELATORA
Processo nº:11618.001153/2002-11
Recurso nº:148.959
Matéria:IRPF - Ex(s): 2000
Recorrente:MARIA DA NATIVIDADE SARAIVA MAIA
Recorrida:1ª TURMA/DRJ - RECIFE/PE
Sessão de:07 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.032

PAF - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - Impossibilidade de sua declaração, estando em curso processo administrativo, uma vez que está suspensa a exigibilidade do crédito tributário. Aplicação do art. 151, III, do Código Tributário Nacional.

IRPF.DEDUÇÃO DO IMPOSTO. DESPESAS MÉDICAS - Comprovada a relação de dependência de filho incapacitado física e mentalmente, se restabelece a despesa médica efetuada com o mesmo.

CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES - A partir de 1º de janeiro de 1996, são dedutíveis do imposto sobre a renda de pessoa física as contribuições feitas aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Por falta de amparo legal os valores doados diretamente as instituições de caridade não podem ser utilizados como dedução do imposto na declaração de ajuste anual.

Recurso parcialmente provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para restabelecer despesa médica no valor de R$xxxxxx.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO- RELATORA
Processo nº:10940.000216/2005-21
Recurso nº:148.064
Matéria:IRPF - Ex(s): 2001 a 2004
Recorrente:ALCI PEDROSO DE OLIVEIRA
Recorrida:4ª TURMA/DRJ - CURITIBA/PR
Sessão de:07 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.034

PRELIMINAR. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL ADEQUADA. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE - Não há que se falar em nulidade por preterição ao direito de defesa quando o lançamento está devidamente fundamentado na legislação tributária apropriada e, ainda, quando a descrição dos fatos, confrontada com a impugnação e o recurso, revelar a plena compreensão, pelo contribuinte, das imputações impostas contra si.

IRPF. ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO - Sujeita-se à tributação a variação patrimonial apurada,não justificada por rendimentos declarados/comprovados, por caracterizar omissão de rendimentos. Somente a apresentação de provas inequívocas é capaz de elidir uma presunção legal de omissão de rendimentos invocada pela autoridade lançadora

DEPÓSITOS BANCÁRIOS. OMISSÃO DE RENDIMENTOS - Caracterizam omissão de rendimentos os valores creditados em conta de depósito mantida junto à instituição financeira, quando o contribuinte, regularmente intimado, não comprova, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

PRESUNÇÕES LEGAIS RELATIVAS. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA - As presunções legais relativas obrigam a autoridade fiscal a comprovar, tão-somente, a ocorrência das hipóteses sobre as quais se sustentam às referidas presunções, atribuindo ao contribuinte o ônus de provar que os fatos concretos não ocorreram na forma como presumidos pela lei.

Recurso parcialmente provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para excluir da base de cálculo do lançamento a importância de R$xxxxxxx, ano-calendário de 2001.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
LUIZ ANTONIO DE PAULA- RELATOR
Processo nº:11060.001467/2003-30
Recurso nº:152.488
Matéria:IRPF - Ex(s): 2001
Recorrente:JOSÉ CARLOS MARTINS LEMOS
Recorrida:2ª TURMA/DRJ - SANTA MARIA/RS
Sessão de:07 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.036

RECURSO VOLUNTÁRIO. ARROLAMENTO DE BENS E DIREITOS. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE - O artigo 33, § 2°, do Decreto n° 70.235/72 exige, como um dos requisitos de admissibilidade do recurso voluntário, que o contribuinte promova o arrolamento de bens e direitos de valor equivalente a 30% da exigência fiscal definida na decisão de primeira instância. Condição não cumprida.

Recurso não conhecido.

Por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do Recurso Voluntário por ausência de arrolamento.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
LUIZ ANTONIO DE PAULA- RELATOR
Processo nº:10675.001868/2003-07
Recurso nº:143.310 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Matéria:IRPF - Ex(s): 1999
Embargante:VALDETE FERREIRA DAMASCENO
Embargada:SEXTA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Sessão de:07 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.037

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO - Constatada a ocorrência de omissão em acórdão proferido por esta Câmara, merecem ser conhecidos os embargos, sanando-se a referida omissão.

IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS CARCATERIZADA POR DEPÓSITOS BANCÁRIO DE ORIGEM NÃO COMPROVADA - DECADÊNCIA - O fato gerador do IRPF nos casos de lançamento fundado na omissão de rendimentos caracterizada pela existência de depósitos bancários de origem não comprovada é mensal, e deve ser computado no mês do crédito em conta.

Embargos acolhidos.

Por unanimidade de votos, ACOLHER os Embargos de Declaração para RERRATIFICAR o Acórdão nº 106-15.079, de 10.11.2005 e, por maioria de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso quanto a decadência do direito de lançar relativo aos valores apurados nos meses de janeiro a maio de 1998. Vencidos os Conselheiros Luiz Antonio de Paula, Ana Neyle Olímpio Holanda e José Ribamar Barros Penha que negaram provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA
Processo nº:10280.003787/2002-96
Recurso nº:146.737
Matéria:IRPF - Ex(s): 2000
Recorrente:NOEMI MARCOS QUINAN
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - BELÉM/PA
Sessão de:08 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.041

PAF. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - Extingue o crédito tributário o pagamento do imposto indevidamente considerado como não recolhido por lançamento de ofício.

SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - Cabe ao órgão preparador e julgador de primeira instância o exame de pedido de restituição pleiteada via declaração de rendimentos retificadora desconsiderada na elaboração do lançamento.

Recurso provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO- RELATORA
Processo nº:13839.002607/2002-93
Recurso nº:148.457
Matéria:IRF/ILL - Ano(s): 1989 a 1991
Recorrente:BOLLHOFF NEUMAYER INDUSTRIAL LTDA.
Recorrida:4ª TURMA/DRJ - CAMPINAS/SP
Sessão de:08 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.042

PAF. RECURSO PEREMPTO - É definitiva a decisão de primeira instância quando não interposto recurso voluntário no prazo legal.

Recurso não conhecido.

Por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso por perempto.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO- RELATORA
Processo nº:10640.000906/2005-65
Recurso nº:150.499
Matéria:IRPF - Ex(s): 2002
Recorrente:ODILAR VALVIQUE DIAS
Recorrida:4ª TURMA/DRJ - JUIZ DE FORA/MG
Sessão de:08 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.044

IRPF. DEDUÇÃO. DESPESAS MÉDICAS - A legislação reguladora do imposto sobre a renda das pessoas físicas, contém autorização para a dedução por despesas com saúde, restrita àquelas atinentes ao tratamento da própria pessoa declarante ou de seus dependentes.

Recurso negado.

Por maioria de votos, NEGAR provimento ao recurso. Vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
LUIZ ANTONIO DE PAULA- RELATOR
Processo nº:11040.001396/00-16
Recurso nº:144.151
Matéria:IRPF - Ex(s): 1998
Recorrente:JAIRTON KRUGER RUSSO
Recorrida:4ª TURMA/DRJ - PORTO ALEGRE/RS
Sessão de:08 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.045

IRPF - DEDUÇÃO DE DESPESAS COM INSTRUÇÃO - Quando não comprovada a efetividade das despesas incorridas, não pode o contribuinte deduzir os valores pretendidos em sede de Ajuste Anual.

IRPF - DEDUÇÃO DE DESPESAS COM DEPENDENTES - POSSIBILIDADE - Comprovada a relação de dependência entre o Recorrente, sua esposa e seus três filhos, é de se permitir que o mesmo possa efetuar a dedução dos mesmos como seus dependentes para fins de apuração do IRPF na Declaração de Ajuste Anual.

Recurso parcialmente provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para restabelecer a dedução com dependentes nos termos do voto da Relatora.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA
Processo nº:10845.000826/2001-80
Recurso nº:148.447
Matéria:IRPF - Ex(s): 1998
Recorrente:NELSON GONZALEZ RUAS
Recorrida:2ª TURMA/DRJ - SANTA MARIA/RS
Sessão de:08 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.046

IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS - DENÚNCIA ESPONTÂNEA - O art. 138, § único do CTN exclui expressamente a espontaneidade do contribuinte quando o recolhimento do tributo for efetuado após o início de "qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização" relacionados à infração. No caso em exame, o Recorrente apresentou Declaração Retificadora após ciência do Auto de Infração, não podendo, por isso mesmo, se beneficiar do disposto no caput do referido artigo.

Recurso negado.

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA
Processo nº:13707.002584/2001-31
Recurso nº:146.603
Matéria:ILL - Ex(s): 1991, 1993 e 1994
Recorrente:CROMOS S.A. TINTAS GRÁFICAS
Recorrida:1ª TURMA/DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ I
Sessão de:08 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.051

DECADÊNCIA.RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. NORMA SUSPENSA POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - Nos casos de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, ocorre a decadência do direito à repetição do indébito depois de cinco anos da data de trânsito em julgado da decisão proferida em ação direta ou da publicação da Resolução do Senado Federal que suspendeu a lei com base em decisão proferida no controle difuso de constitucionalidade - Resolução 82/96.

Decadência afastada.

Decisão: Por unanimidade de votos, AFASTAR a decadência do direito de pedir da Recorrente e DETERMINAR a remessa dos autos à DRJ de origem para exame das demais questões de mérito.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO- RELATORA
Processo nº:13851.001341/2004-65
Recurso nº:148.601
Matéria:IRPF - Ex(s): 2001
Recorrente:SUELI AMARO SILVA LOSSILA
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - SÃO PAULO/SP II
Sessão de:08 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.052

MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - Não confirmada a participação da contribuinte como titular, por inexistência da pessoa jurídica, a exigência de multa por atraso na entrega da declaração de ajuste anual do imposto de renda deve ser cancelada.

Recurso provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO- RELATORA
Processo nº:10830.006377/2001-42
Recurso nº:154.025
Matéria:IRPF - Ex(s): 1993
Recorrente:PAULINO TONHASOLO FILHO
Recorrida:6ª TURMA/DRJ - SÃO PAULO/SP II
Sessão de:08 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.053

IRPF. RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA. DECADÊNCIA - O prazo para pleitear a restituição de tributo retido e recolhido indevidamente é de cinco anos, contados da decisão judicial ou do ato normativo que reconheceu a impertinência do mesmo.

Decadência afastada.

Decisão: Por unanimidade de votos, AFASTAR a decadência do direito de pedir da Recorrente e DETERMINAR a remessa dos autos à DRJ de origem para exame das demais questões de mérito.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE
SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO- RELATORA
Processo nº:10830.004259/2002-81
Recurso nº:151.903
Matéria:IRPF - Ex(s): 1999
Recorrente:JOSÉ CARLOS RIBEIRO
Recorrida:3ª TURMA/DRJ - SÃO PAULO/SP II
Sessão de:08 DE DEZEMBRO DE 2006
Acórdão nº:106-16.054

PDV - PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO POR APOSENTADORIA INCENTIVADA - RESTITUIÇÃO PELA RETENÇÃO INDEVIDA - DECADÊNCIA TRIBUTÁRIA INAPLICÁVEL - O início da contagem do prazo de decadência do direito de pleitear a restituição dos valores pagos, a título de imposto de renda sobre o montante recebido como incentivo pela adesão a Programa de Desligamento Voluntário - PDV, deve fluir a partir da data em que o contribuinte viu reconhecido, pela administração tributária, o seu direito ao benefício fiscal.

Decadência afastada.

Decisão: Por unanimidade de votos, AFASTAR a decadência do direito de pedir da Recorrente e DETERMINAR a remessa dos autos à DRJ de origem para exame das demais questões de mérito.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE

LUIZ ANTONIO DE PAULA- RELATOR

Processo nº:16004.000070/2006-61

Recurso nº:153.244

Matéria:IRF - Ano(s): 2002

Recorrente:HOPASE PATRIANI CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

Recorrida:3ª TURMA/DRJ - RIBEIRÃO PRETO/SP

Sessão de:08 DE DEZEMBRO DE 2006

Acórdão nº:106-16.055

IRPF - RECURSO PEREMPTO - Nos termos do art. 33 do Decreto nº 70.235/72, é de 30 dias o prazo para a interposição de Recurso Voluntário, contados a partir da ciência da decisão de primeira instância. Protocolado o recurso após este prazo, há que se reconhecer a sua perempção.

Recurso não conhecido.

Por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso por intempestivo.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE

ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI- RELATORA

Processo nº:10380.010545/2003-10

Recurso nº:149.443

Matéria:IRPF - Ex(s): 2003

Recorrente:RAIMUNDO NONATO DINIZ

Recorrida:1ª TURMA/DRJ - FORTALEZA/CE

Sessão de:08 DE DEZEMBRO DE 2006

Acórdão nº:106-16.057

IRPF - MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - BASE DE CÁLCULO - Conforme disposto no art. 1º, I, da IN SRF nº 290, de 30/01/2003, a percepção de rendimentos tributáveis em valor superior a R$xxxxxxxx enquadra o recorrente entre as pessoas obrigadas à entrega da declaração de rendimentos, no exercício 2003, ano-calendário 2002, no prazo determinado. E, descumprida a obrigação, cabível a imposição da penalidade que incidirá sobre o imposto de renda devido, ainda que integralmente pago.

Recurso negado.

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA- PRESIDENTE

ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA- RELATORA

AFONSO ANTÔNIO DA SILVA

Chefe da Secretaria

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 127, DE 1º DE MARÇO DE 2007

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o art. 7º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 50.993.866 (cinqüenta milhões, novecentos e noventa e três mil, oitocentos e sessenta e seis) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E, Subsérie 1 - CFT-E1, no valor de R$ 97.279.213,38 (noventa e sete milhões, duzentos e setenta e nove mil, duzentos e treze reais e trinta e oito centavos), a serem colocados em favor do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, observadas as seguintes condições:

I - data de emissão: 1º de janeiro de 2006;

II - data-base: 1º de julho de 2000;

III - data de vencimento: 1º de janeiro de 2036;

IV - forma de colocação: direta, em favor do interessado;

V - modalidade: nominativa;

VI - valor nominal na data-base: R$ 1,00;

VII - valor em 1º de março de 2007: R$ 1,907665;

VIII - taxa de juros: não há;

IX - atualização do valor nominal: mensalmente, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV;

X - resgate do principal: em parcela única, na data do seu vencimento, sem prejuízo de resgate antecipado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 2.616, DE 5 DE MARÇO DE 2007

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n° 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 74 do Decreto-Lei Nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos SUSEP nºs 15414.003105/2006-20 e 15414.000063/2007-56,Resolve:

Art.1° Conceder à UASEG SEGUROS S.A., com sede na cidade de São Paulo - SP, autorização para operar com seguros de danos e de pessoas em todo o Território Nacional.

Art.2° Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas da UASEG SEGUROS S.A. na Assembléia Geral de Extraordinária, realizada no dia 20 de dezembro de 2006, e na Assembléia Geral de Constituição, realizada em 7 de julho de 2006.

Art.3° Ratificar que o capital social da UASEG SEGUROS S.A. é de R$ 14.400.000,00, dividido em 14.400.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Art.4° Ratificar que o controle acionário da UASEG SEGUROS S.A. é exercido pela UNIBANCO AIG SEGUROS S.A., CNPJ n° 33.166.158/0001-95.

Art.5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO MARCELO M. R. DOS SANTOS

PORTARIA Nº 2.618, DE 6 DE MARÇO DE 2007

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria N° 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei Nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos SUSEP nºs 15414.100553/2006-71, 15414.100823/2006-43, 15414.100554/2006-15, 15414.100555/2006-60 e 15414.003781/2006-01, resolve:

Art.1° Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas da ITAÚ SEGUROS CORPORATIVOS S.A., CNPJ n° 07.256.532/0001-33, e da XL INSURANCE (BRAZIL) SEGURADORA S.A., CNPJ n° 01.549.013/0001-87, ambas com sede social na cidade de São Paulo, que, nas Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 21 de agosto de 2006 e 31 de agosto de 2006, aprovaram, em especial:

I A Incorporação, pela ITAÚ SEGUROS CORPORATIVOS S.A., da totalidade do patrimônio da XL INSURANCE (BRAZIL) SEGURADORA S.A., que lhe sucede para todos os fins e efeitos de direito e assume todos seus bens, direitos, obrigações e responsabilidades, na forma do instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação datado de 31 de agosto de 2006;

II A alteração da denominação social da ITAÚ SEGUROS CORPORATIVOS S.A. para ITAÚ XL SEGUROS CORPORATIVOS S.A.;

III O aumento do capital social da ITAÚ SEGUROS CORPORATIVOS S.A. em R$ 85.000.000,00, elevando-o de R$ 85.000.000,00 para R$ 170.000.000,00, dividido em 127.520.923 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

IV Alteração dos artigos 1° e 3° do Estatuto Social da ITAÚ SEGUROS CORPORATIVOS S.A.

Art.2° Ratificar que o controle acionário direto da ITAÚ SEGUROS CORPORATIVOS S.A. será exercido de forma compartilhada pela ITAÚ SEGUROS S.A., CNPJ n° 61.557.039/0001-07, e pela XL SWISS HOLDINGS LTD., sociedade constituída sob as leis da Suíça.

Art.3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO MARCELO M. R. DOS SANTOS

DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO

PORTARIA Nº 646, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O CHEFE SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO - DECON, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria n° 848, de 1º de junho de 2000, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos processos SUSEP n° 15414.004652/2005-41, 15414.000337/2002-01, 15414.004147/2002-54, 15414.005745/2002-41, 15414.002400/2003-16, 15414.200128/2004-19, 15414.001752/2002-73, 15414.200196/2003-05, 15414.001689/2003-56, 15414.200091/2004-29 e 15414.200256/2003-81, resolve:

Art.1° Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas da APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ n° 88.076.302/0001-94, com sede social na cidade de Porto Alegre - RS, que, nas Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 28 de dezembro de 2001, 7 de agosto de 2002, 31 de outubro de 2002, 30 de maio de 2003, 29 de agosto de 2003, 28 de novembro de 2003, 31 de maio de 2004 e 7 de novembro de 2005, e nas Assembléias Gerais Ordinárias realizadas em 28 de março de 2002, 31 de março de 2003 e 31 de março de 2004, aprovaram, em especial:

I - O aumento do capital social em R$ 2.706.665,54, elevando-o de R$ 7.350.000,00 para R$ 10.056.665,54, dividido em 1.824.151 ações nominativas, com valor nominal de R$ 5,51, das quais 1.527.475 ordinárias e 296.676 preferenciais; e

II - A alteração do artigo 5° do Estatuto Social.

Art.2° Ratificar que a APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A. está autorizada a operar com títulos de capitalização na 1ª(primeira), 2ª(segunda), 7ª(sétima) e 8ª(oitava) regiões do território nacional.

Art.3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL JOSÉ DA SILVA NETO

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 515, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição, e tendo em vista as disposições contidas nos Decretos nº 4.984 e 4.985, de 12 de fevereiro de 2004, e no art. 7º do Anexo I ao Decreto nº 5.847, de 14 de julho de 2006, considerando a necessidade de se aperfeiçoar os procedimentos de emissão do Certificado de Empreendimento Implantado (CEI) e o cancelamento dos projetos beneficiários dos Fundos de Investimentos da Amazônia - FINAM e do Nordeste - FINOR, bem como em ser delegada competência ao Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos viabilizando a sua operacionalização em relação às atividades desenvolvidas, resolve:

Art. 1º Ficam atribuídas ao Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos as seguintes competências:

I - emitir o Certificado de Empreendimento Implantado (CEI) para projetos beneficiários dos Fundos de Investimentos da Amazônia - FINAM e do Nordeste - FINOR, considerados concluídos, na conformidade da legislação vigente;

II - promover o cancelamento de projetos enquadrados nas condições previstas nos §§ 1º e 4º do art. 12 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 318, de 8 de fevereiro de 2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO BRITO

PORTARIA Nº 519, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto n.º 5.847, de 14 de julho de 2006, resolve:

Retificar o Anexo II da Portaria nº 436, de 28 de fevereiro de 2007, publicada no DOU nº 41, de 1º de março de 2007, Seção 1, páginas 69/83, no Capítulo III, Seção XVIII, Art. 72. onde se lê: "...Apoiar tecnicamente a Gerência Regional...", leia-se "...Compete às Subgerências apoiar tecnicamente a Gerência Regional..."; No Capítulo IV, Seção II, no Título, onde se lê: "...Dos Diretores e Coordenadores-Gerais..." leia-se "...Dos Diretores, Coordenadores-Gerais e Gerentes Regionais..."; No Capítulo IV, Seção II, Art. 77, onde se lê: "...Aos Coordenadores-Gerais incumbe..." leia-se "...Aos Coordenadores-Gerais e Gerentes Regionais incumbe...".

PEDRO BRITO

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 516, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 71ª Sessão - Plenário, realizada no dia 03 de agosto de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.03768, resolve:

Dar provimento parcial ao recurso interposto por ANTENOR PEREIRA DOS SANTOS, declarando-o anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 04, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 443,41 (quatrocentos e quarenta e três reais e quarenta e um centavos), com efeitos financeiros retroativos de 03.08.2006 a 05.10.1988, totalizando 213 (duzentos e três) meses e 29 (vinte e

nove) dias, perfazendo um total de R$ 102.781,74 (cento e dois mil, setecentos e oitenta e um reais e setenta e quatro centavos), e a contagem do tempo, para todos os efeitos, do período compreendido entre 10.12.1987 e 30.11.1992, em que esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais na ECT, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 517, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 72ª Sessão realizada no dia 09 de agosto de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.13903, resolve:

Declarar JOÃO RUARO FILHO anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única no valor correspondente a 210 (duzentos e dez) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 73.500,00 (setenta e três mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c.c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 518, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 119ª Sessão realizada no dia 05 de dezembro de 2006, no Requerimento de Anistia n.º 2002.01.14083, resolve:

Indeferir o recurso interposto por CHRISTIANO LEAL DE MORAES, declarando-o anistiado político e concedendo-lhe a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.971,51 (um mil, novecentos e setenta e um reais e cinqüenta e um centavos), em substituição à aposentadoria excepcional de anistiado político, proveniente do beneficio do INSS nº 58/082.927.606-8, sendo que, os efeitos financeiros retroativos incidirão somente na diferença entre o valor concedido e o valor liquido de R$ 1.758,79 (hum mil, setecentos e cinqüenta e oito reais e setenta e nove centavos), que já percebe. Assim, referida diferença equivale a R$ 212,72 (duzentos e doze reais e setenta e dois centavos), com efeitos retroativos da data do julgamento em 05.12.2006 a 05.10.1988, perfazendo um total indenizável de R$ 50.237,37 (cinqüenta mil, duzentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos), conforme decisão proferida pela Segunda Câmara da Comissão de Anistia na sessão realizada no dia 25 de outubro de 2005, nos termos do art. 1º, incisos I e II c.c art. 19 da Lei nº 10.559, de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 519, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 123ª Sessão realizada no dia 13 de dezembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09883, resolve:

Declarar CLAUDIONOR FRÓES COUTO anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), bem como a contagem, para todos os efeitos, do tempo em que foi compelido ao afastamento de suas atividades laborais, em virtude de perseguição política no período de 28.08.1970 a 28.08.1979, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III c.c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 520, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pelo Plenário da Comissão de Anistia na sessão realizada no dia 26 de outubro de 2005, no Requerimento de Anistia n° 2002.01.07142, resolve:

Dar provimento ao recurso interposto por JOSEILSON D'ALBUQUERQUE SILVEIRA anistiado político, e complementar a Portaria nº 1833, de 24 de novembro de 2003, adicionando aos direitos financeiros retroativos, a quantia de R$ 155.079,44 (cento e cinquenta e cinco mil, setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), nos termos do artigo 1°, inciso II, e artigo 6º, § 6º, da Lei nº 10.559, de 14 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 521, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 121ª Sessão realizada no dia 11 de dezembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53919, resolve:

Declarar IZOLDA COSTA FERNANDES anistiada política, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c.c artigo 4º, § 1º e § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 522, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia na 81ª Sessão realizada no dia 30 de agosto de 2006, no Requerimento de Anistia n° 2006.01.54124, resolve:

Declarar ALUIZIO PEREIRA DA SILVA anistiado político, reconhecendo o direito as promoções à graduação de Suboficial com os proventos do posto de Segundo-Tenente e as respectivas vantagens, concedendo-lhe reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada no valor de R$ 5.289,00 (cinco mil, duzentos e oitenta e nove reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 30.08.2005 a 19.05.2001, totalizando 63 (sessenta e três) meses e 11 (onze) dias, perfazendo um total indenizável de R$ 362.913,55 (trezentos e sessenta e dois mil, novecentos e treze reais e cinqüenta e cinco centavos), e conceder acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela Marinha do Brasil, em conformidade com o art. 14 da supracitada lei, bem como a isenção de Imposto de Renda, nos termos do artigo 1°, incisos I e II, e artigo 9°, Parágrafo Único da Lei nº 10.559 de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 523, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 122ª Sessão realizada no dia 12 de dezembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.33136, resolve:

Declarar HENRIQUE MENDES LEÃO anistiado político "post-mortem", concedendo em favor de LAURINDA PINHEIRO LEÃO, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c.c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 524, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 82ª Sessão realizada no dia 04 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.23053, resolve:

Retificar a Portaria nº. 2389 de 21 de dezembro de 2006, publicada no D.O.U. de 22 de subsequente, concedendo a JORGE BARBOSA NETO anistiado político, a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada no valor de R$ 4.150,72 (quatro mil, cento e cinquenta reais e setenta e dois centavos), referente a diferença salarial, com as respectivas vantagens, do cargo de Técnico de Manutenção II, nível 251 e os valores que percebe pela PETROS e INSS. Autorizar adicional referente à Participação nos Lucros e/ou Resultados-PLR, cuja quantia será informada pela Petrobrás e duodecimada para pagamento no ano subseqüente. Conceder efeitos financeiros retroativos de 04/09/2006 a 05/10/1988. Reconhecer ao Requerente o direito à diferença líquida de R$ 1.013.694,02 (um milhão, treze mil, seiscentos e noventa e quatro reais e dois centavos), nos termos do art. 1º, incisos I e II c.c art. 19 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 525, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 82ª Sessão realizada no dia 04 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.23117, resolve:

Retificar a Portaria nº. 2411 de 21 de dezembro de 2006, publicada no D.O.U. de 22 de subsequente, concedendo a EDEVALDO ANTÔNIO VOSGRAU anistiado político, a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada no valor de R$ 4.840,59 (quatro mil, oitocentos e quarenta reais e cinqüenta e nove centavos), referente a diferença salarial, com as respectivas vantagens, do cargo de Técnico de Suprimento, nível 258 e os valores que percebe pela PETROS e INSS. Autorizar adicional referente à Participação nos Lucros e/ou Resultados-PLR, cuja quantia será informada pela Petrobrás e duodecimada para pagamento no ano subseqüente. Conceder efeitos financeiros retroativos de 04/09/2006 a 05/10/1988. Reconhecer ao Requerente o direito à diferença líquida de R$ 1.171.757,62 (um milhão, cento e setenta e um mil, setecentos e cinqüenta e sete reais e sessenta e dois centavos), nos termos do art. 1º, incisos I e II c.c art. 19 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 526, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 1ª Sessão realizada no dia 07 de fevereiro de 2007, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06708, resolve:

Declarar EDEMAR MEIMES anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única no valor correspondente a 210 (duzentos e dez) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 73.500,00 (setenta e três mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c.c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 527, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 123ª Sessão realizada no dia 13 de dezembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.24284, resolve:

Declarar ELY DE OLIVEIRA ALVES anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c.c artigo 4º, § 1º e § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 528, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 123ª Sessão realizada no dia 13 de dezembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.24624, resolve:

Declarar RICARDO GOMES DE OLIVEIRA anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 02, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 410,86 (quatrocentos e dez reais e oitenta e seis centavos), com efeitos financeiros retroativos de 13.12.2006 a 05.10.1988, totalizando 218 (duzentos e dezoito) meses e 8 (oito) dias, perfazendo um total de R$ 97.141,26 (noventa e sete mil, cento e quarenta e um reais e vinte e seis centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 529, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 123ª Sessão realizada no dia 13 de dezembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2004.09.40611, resolve:

Declarar MARISE BÔA NOVA DE ARAÚJO anistiada política, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 04, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 451,70 (quatrocentos e cinqüenta e um reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos de 13.12.2006 a 28.04.1989, totalizando 211 (duzentos e onze) meses e 15 (quinze) dias, perfazendo um total de R$ 103.476,64 (cento e três mil, quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado a Anistiada acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 530, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 82ª Sessão realizada no dia 04 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09935, resolve:

Declarar IVANILSOM CAMPOS DE OLIVEIRA anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 4, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R4 472,43 (quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e três centavos), com efeitos financeiros retroativos de 04.09.2006 a 05.10.1988, totalizando 214 (duzentos e quatorze) meses e 30 (trinta) dias, perfazendo um total de R$ 110.036,35 (cento e dez mil, trinta e seis reais e trinta e cinco centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 531, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 118ª Sessão realizada no dia 04 de dezembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.10400, resolve:

Declarar JOÃO BATISTA FILHO anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c.c artigo 4º, § 1º e § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 532, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 98ª Sessão realizada no dia 17 de outubro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.08205, resolve:

Declarar OZANI CANDIDA DE MELO anistiada política, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 01, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 371,91 (trezentos e setenta e um reais e noventa e um centavos), com efeitos financeiros retroativos de 17.10.2006 a 05.10.1988, totalizando 216 (duzentos e dezesseis) meses e 12 (doze) dias, perfazendo um total de R$ 87.175,42 (oitenta e sete mil, cento e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 533, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 70ª Sessão realizada no dia 02 de agosto de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.07868, resolve:

Reconhecer a condição de anistiado político de ADILSON PINHEIRO PIMENTEL, concedendo-lhe a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 8.687,49 (oito mil, seiscentos e oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos), em substituição a Aposentadoria Excepcional de Anistiado, que recebe no valor de R$ 6.701,78 (seis mil, setecentos e um reais e setenta e oito centavos), referente ao benefício do INSS nº 58/082.410.465-0, o que perfaz a diferença de R$ 1.985,71 (um mil, novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e um centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.08.2006 a 05.10.1988, totalizando 213 (duzentos e treze) meses e 28 (vinte e oito) dias, perfazendo um total líquido de R$ 460.221,99 (quatrocentos e sessenta mil, duzentos e vinte e um reais e noventa e nove centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei nº 10.559, de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 534, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 82ª Sessão realizada no dia 04 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06413, resolve:

Declarar MARCOS LUÍS PEREIRA anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 03, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 436,23 (quatrocentos e trinta e seis reais e vinte e três centavos), com efeitos financeiros retroativos de 04.09.2006 a 05.10.1988, totalizando 214 (duzentos e quatorze) meses e 30 (trinta) dias, perfazendo um total de R$ 101.604,25 (cento e um mil, seiscentos e quatro reais e vinte e cinco centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 535, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 82ª Sessão realizada no dia 04 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06360, resolve:

Declarar PAULO ROBERTO GONÇALVES DA SILVA anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 02, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 394,12 (trezentos e noventa e quatro reais e doze centavos), com efeitos financeiros retroativos de 04.09.2006 a 05.10.1988, totalizando 214 (duzentos e quatorze) meses e 30 (trinta) dias, perfazendo um total de R$ 91.797,12 (noventa e um mil, setecentos e noventa e sete reais e doze centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 536, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 98ª Sessão realizada no dia 17 de outubro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.04185, resolve:

Reconhecer a condição de anistiada política de MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES, concedendo-lhe a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 3.970,01 (três mil, novecentos e setenta reais e um centavo), em substituição a Aposentadoria Excepcional de Anistiada, que recebe no valor de R$ 723,33 (setecentos e vinte e três reais e trinta e três centavos), referente ao benefício do INSS nº 58/025.006.851-6, o que perfaz a diferença de R$ 3.246,68 (três mil, duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 17.10.2006 a 05.10.1988, totalizando 216 (duzentos e dezesseis) meses e 12 (doze) dias, perfazendo um total líquido de R$ 761.021,79 (setecentos e sessenta e um mil, vinte e um reais e setenta e nove centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei nº 10.559, de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 537, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia na 119ª Sessão - Plenário - realizada no dia 05 de dezembro de 2006, no Requerimento de Anistia n° 2004.01.44247, resolve:

Dar provimento ao recurso interposto por MANOEL MESSIAS CORREIA, declarando-o anistiado político, reconhecendo o direito às promoções ao posto de Capitão-Tenente com os proventos do posto de Capitão-de-Corveta, concedendo-lhe a reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 8.685,75 (oito mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos). Os efeitos financeiros retroativos somente incidirão sobre a diferença de proventos desse posto e os do posto de Segundo-Tenente, que o anistiando já percebe no valor de R$ 5.196,75 (cinco mil, cento e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos), o que perfaz a diferença de R$ 3.489,00 (três mil, quatrocentos e oitenta e nove reais), com efeitos retroativos da data do julgamento em 05.12.2006 a 05.10.1988, completando 218 (duzentos e dezoito) meses, totalizando o valor líquido de R$ 823.985,50 (oitocentos e vinte e três mil, novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos), e conceder acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela Marinha do Brasil, em conformidade com o art. 14 da supracitada lei, bem como a isenção de Imposto de Renda, nos termos do artigo 1°, incisos I e II, e artigo 9°, Parágrafo Único da Lei nº 10.559 de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 538, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 102ª Sessão realizada no dia 24 de outubro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.45516, resolve:

Declarar JACY FREIRE anistiado político "post-mortem", concedendo em favor de JURACY DA SILVA FREIRE, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 210 (duzentos e dez) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 73.500,00 (setenta e três mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c.c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 539, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 99ª Sessão realizada no dia 18 de outubro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53106, resolve:

Declarar MARIA ROSA DAS PALMEIRAS anistiada política, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, correspondente ao cargo de Diretora de Ensino de 1º Grau com Nível Superior, no valor de R$ 1.070,00 (um mil e setenta reais), com base na certidão da Prelazia de São Félix do Araguaia, com efeitos retroativos da data do julgamento em 18.10.2006 a 16.12.2000, perfazendo um total retroativo de R$ 81.213,00 (oitenta e um mil, duzentos e treze reais), e a contagem do tempo, para todos os efeitos, do período compreendido entre 22.05.1972 e 28.08.1979, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei nº 10.559, de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 540, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 114ª Sessão realizada no dia 23 de novembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.15318, resolve:

Declarar NILSON LINO RODRIGUES anistiado político "post-mortem", concedendo em favor de DINA NASCIMENTO RODRIGUES, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 270 (duzentos e setenta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c.c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 541, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 108ª Sessão realizada no dia 09 de novembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.16575, resolve:

Declarar JOSÉ ANDRADE DO NASCIMENTO anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c.c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 542, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 82ª Sessão realizada no dia 04 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.22193, resolve:

Declarar FILADELFIO FERREIRA DOS SANTOS anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), bem como a contagem, para todos os efeitos, do tempo em que foi compelido ao afastamento de suas atividades laborais, em virtude de perseguição política no período de 29.05.1972 a 09.06.1972, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III c.c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 543, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 117ª Sessão realizada no dia 30 de novembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.16783, resolve:

Declarar ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), a contagem do tempo, para todos os efeitos, do período compreendido entre 01.10.1968 e 10.10.1979, perfazendo um total de 11 (onze) anos e 9 (nove) dias, e conceder-lhe ainda o direito ao retorno no curso de Ciências Sociais, da Universidade de São Paulo - USP, nos termos do artigo 1º, incisos I, II, III e IV c.c artigo 4º, § 1º e § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 544, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão realizada no dia 20 de março de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.05967, resolve:

Declarar CANTÍDIO ALVES DE SOUZA anistiado político "post-mortem", concedendo em favor de LOURDES MATTOS DE SOUZA, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 180 (cento e oitenta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c.c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 545, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 113ª Sessão realizada no dia 22 de novembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06632, resolve:

Indeferir o recurso interposto por AGENOR MORAES, declarando-o anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única no valor correspondente a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 52.500,00 (cinqüenta e dois mil e quinhentos reais), conforme decisão da Primeira Câmara da Comissão de Anistia em sessão realizada em 19/10/2005, nos termos do artigo 1º, incisos I e II c.c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 546, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 31ª Sessão - Plenário, realizada no dia 24 de abril de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.02858, resolve:

Dar provimento parcial ao recurso interposto por JOÃO RIBEIRO PIMENTEL, declarando-o anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 02, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 394,12 (trezentos e noventa e quatro reais e doze centavos), com efeitos financeiros retroativos de 24.04.2006 a 05.10.1988, totalizando 210 (duzentos e dez) meses e 19 (dezenove) dias, perfazendo um total de R$ 89.944,76 (oitenta e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta e seis centavos), e a contagem do tempo, para todos os efeitos, do período compreendido entre 09.12.1987 e 01.12.1992, em que esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais na ECT, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 547, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento da Comissão de Anistia, na 119ª Sessão - Plenário - realizada no dia 05 de dezembro de 2006, no Requerimento de Anistia n.º 2001.02.00429, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria do Ministro de Estado da Justiça n.º 1400, de 22 de setembro de 2003, publicada no D. O. U de 23 de setembro de 2003 , declarando FALIDE MALAVASI anistiado político "post mortem", com direito a reparação econômica no valor de R$ 91.280,00 (noventa e um mil, duzentos e oitenta reais), equivalentes aos valores retroativos, a contar de 22.07.1993 até 30.03.2003, data do seu falecimento, nos termos do artigo 1°, incisos I e II da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 548, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 109ª Sessão realizada no dia 14 de novembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.14472, resolve:

Declarar ADAIR ANANIAS FERREIRA anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 37, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 2.493,11 (dois mil, quatrocentos e noventa e três reais e onze centavos), com efeitos financeiros retroativos de 14.11.2006 a 18.11.1997, totalizando 107 (cento e sete) meses e 27 (vinte e sete) dias, perfazendo um total de R$ 291.444,85 (duzentos e noventa e um mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 549, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 73ª Sessão realizada no dia 10 de agosto de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.14469, resolve:

Declarar BEATRIZ PEDROSO DE OLIVEIRA anistiada política, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 06, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 480,97 (quatrocentos e oitenta reais e noventa e sete centavos), com efeitos financeiros retroativos de 10.08.2006 a 19.01.1989, totalizando 210 (duzentos e dez) meses e 22 (vinte e dois) dias, perfazendo um total de R$ 109.813,65 (cento e nove mil, oitocentos e treze reais e sessenta e cinco centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 550, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão realizada no dia 14 de março de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09427, resolve:

Declarar MARIA REGINA JACOB PILLA anistiada política, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única no valor correspondente a 270 (duzentos e setenta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c.c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 551, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 75ª Sessão realizada no dia 15 de agosto de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.15441, resolve:

Declarar ELIZABETE MENDES DE OLIVEIRA anistiada política, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, correspondente ao cargo de Atriz, no valor de R$ 12.297,83 (doze mil, duzentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos), com efeitos retroativos da data do julgamento em 15.08.2006 a 06.12.1997, perfazendo um total retroativo de R$ 1.389.244,86 (um milhão, trezentos e oitenta e nove mil, duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), a contagem do tempo, para todos os efeitos, do período compreendido entre 29.09.1970 e 01.09.1972, bem como conceder o direito à conclusão do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, a partir do período interrompido, em qualquer universidade pública, com a condição de que a requerente comprove, as autoridades competentes, e preencha os requisitos da determinação legal, nos termos do artigo 1º, incisos I, II, III e IV da Lei nº 10.559, de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 552, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 114ª Sessão realizada no dia 23 de novembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.52182, resolve:

Declarar UBIRAJARA PEREIRA DE BRITO anistiado político, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 553, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia na 81ª Sessão realizada no dia 30 de agosto de 2006, no Requerimento de Anistia n° 2006.01.52574, resolve:

Declarar FRANCISCO DE ASSIS COSTA anistiado político, reconhecendo o direito às promoções ao posto de Capitão-Tenente com os proventos do posto de Capitão-de-Corveta, concedendo-lhe a reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 8.732,70 (oito mil, setecentos e trinta e dois reais e setenta centavos). Os efeitos financeiros retroativos somente incidirão sobre a diferença de proventos desse posto e os da graduação de Suboficial, que o anistiando já percebe no valor de R$ 4.313,61 (quatro mil, trezentos e três reais e sessenta e um centavos), o que perfaz a diferença de R$ 4.419,09 (quatro mil, quatrocentos e dezenove reais e nove centavos), com efeitos retroativos da data do julgamento em 30.08.2006 a 05.10.1988, completando 214 (duzentos e quatorze) meses e 25 (vinte e cinco) dias, totalizando o valor líquido de R$ 1.028.543,20 (um milhão, vinte e oito mil, quinhentos e quarenta e três reais e vinte centavos), e conceder acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela Marinha do Brasil, em conformidade com o art. 14 da supracitada lei, bem como a isenção de Imposto de Renda, nos termos do artigo 1°, incisos I e II, e artigo 9°, Parágrafo Único da Lei nº 10.559 de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 554, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia na 81ª Sessão realizada no dia 30 de agosto de 2006, no Requerimento de Anistia n° 2005.01.51955, resolve:

Declarar MANOEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE anistiado político, reconhecendo o direito às promoções ao posto de Capitão-Tenente com os proventos do posto de Capitão-de-Corveta, concedendo-lhe a reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 8.685,75 (oito mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos). Os efeitos financeiros retroativos somente incidirão sobre a diferença de proventos desse posto e os da graduação de Suboficial, que o anistiando já percebe no valor de R$ 4.262,11 (quatro mil, duzentos e sessenta e dois reais e onze centavos), o que perfaz a diferença de R$ 4.423,64 (quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e quatro centavos), com efeitos retroativos da data do julgamento em 30.08.2006 a 05.10.1988, completando 214 (duzentos e quatorze) meses e 25 (vinte e cinco) dias, totalizando o valor líquido de R$ 1.029.602,21 (um milhão, vinte e nove mil, seiscentos e dois reais e vinte e um centavos), e conceder acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela Marinha do Brasil, em conformidade com o art. 14 da supracitada lei, bem como a isenção de Imposto de Renda, nos termos do artigo 1°, incisos I e II, e artigo 9°, Parágrafo Único da Lei nº 10.559 de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 555, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 82ª Sessão realizada no dia 04 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.11406, resolve:

Declarar JOSÉ ROBERTO GONÇALVES anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 02, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 394,12 (trezentos e noventa e quatro reais e doze centavos), com efeitos financeiros retroativos de 04.09.2006 a 05.10.1988, totalizando 214 (duzentos e quatorze) meses e 30 (trinta) dias, perfazendo um total de R$ 91.797,12 (noventa e um mil, setecentos e noventa e sete reais e doze centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 556, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na sessão realizada no dia 10 de agosto de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09663, resolve:

Declarar RUI DO NASCIMENTO BARBOSA anistiado político "post mortem", sendo que a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada correspondente a RS 06, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, caberá à viúva ELENITA ROSA DOS SANTOS BARBOSA, no valor correspondente a R$ 509,83 (quinhentos e nove reais e oitenta e três centavos), com efeitos financeiros retroativos de 10.08.2006 a 10.01.1989, totalizando 211 (duzentos e onze) meses, perfazendo um total de R$ 116.538,74 (cento e dezesseis mil, quinhentos e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado a Requerente acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 557, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 64ª Sessão realizada no dia 17 de julho de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.08201, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político de GILBERTO DOMINGOS DA SILVA, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 02, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 388,54 (trezentos e oitenta e oito reais e cinqüenta e quatro centavos), com efeitos financeiros retroativos de 17.07.2006 a 05.10.1988, totalizando 213 (duzentos e treze) meses e 12 (doze) dias, perfazendo um total de R$ 89.810,02 (oitenta e nove mil, oitocentos e dez reais e dois centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 558, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 101ª Sessão - Plenário, realizada no dia 05 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.01976, resolve:

Indeferir o Recurso interposto por JARBAS BAPTISTA SANTOS.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 559, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 38ª Sessão realizada no dia 10 de maio de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.07625, resolve:

Declarar PAULO SPELLER anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), bem como a contagem, para todos os efeitos, do tempo em que foi compelido ao afastamento de suas atividades laborais, em virtude de perseguição política no período de 10.05.1970 a 28.08.1970, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III c.c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 560, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão realizada no dia 02 de dezembro de 2002, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.03472, resolve:

Ratificar os termos da Portaria nº 2886 de 30 de dezembro de 2002, mantendo a condição de anistiado político de ANTONIO PINTO DE SOUZA e a indenização que já percebe, nos termos do artigo 1º, incisos I e II, e artigo 9º, Parágrafo Único da Lei nº 10.559 de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 561, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 82ª Sessão realizada no dia 04 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.03340, resolve:

Declarar PEDRO GOMES anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 02, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 394,12 (trezentos e noventa e quatro reais e doze centavos), com efeitos financeiros retroativos de 04.09.2006 a 05.10.1988, totalizando 214 (duzentos e quatorze) meses e 30 (trinta) dias, perfazendo um total de R$ 91.797,12 (noventa e um mil, setecentos e noventa e sete reais e doze centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 562, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 108ª Sessão realizada no dia 09 de novembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.02664, resolve:

Declarar POMPÍLIO FONTANELLA anistiado político "post mortem", nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 563, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 82ª Sessão realizada no dia 04 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.07410, resolve:

Declarar ELIDIO FAXINA DE SALLES anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 07, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 539,94 (quinhentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos), com efeitos financeiros retroativos de 04.09.2006 a 15.08.1989, totalizando 204 (duzentos e quatro) meses e 20 (vinte) dias, perfazendo um total de R$ 119.730,99 (cento e dezenove mil, setecentos e trinta reais e noventa e nove centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 564, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 82ª Sessão realizada no dia 04 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.07378, resolve:

Declarar APARICIO FRANCISCO DE ABREU anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 06, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 509,83 (quinhentos e nove reais e oitenta e três centavos), com efeitos financeiros retroativos de 04.09.2006 a 18.01.1989, totalizando 211 (duzentos e onze) meses e 17 (dezessete) dias, perfazendo um total de R$ 116.870,13 (cento e dezesseis mil, oitocentos e setenta reais e treze centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 565, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 82ª Sessão realizada no dia 04 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.05535, resolve:

Declarar JORGE BARBOSA anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 01, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 371,91 (trezentos e setenta e um reais e noventa e um centavos), com efeitos financeiros retroativos de 04.09.2006 a 05.10.1988, totalizando 214 (duzentos e quatorze) meses e 30 (trinta) dias, perfazendo um total de R$ 86.623,76 (oitenta e seis mil, seiscentos e vinte e três reais e setenta e seis centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 566, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia na 86ª Sessão realizada no dia 13 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia n° 2006.01.53351, resolve:

Declarar ODIR MEIRELES anistiado político, reconhecendo o direito as promoções à graduação de Segundo-Sargento com os proventos da graduação de Primeiro-Sargento e as respectivas vantagens, concedendo-lhe reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada no valor de R$ 3.762,51 (três mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinqüenta e um centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 13.09.2006 a 16.03.2001, totalizando 65 (sessenta e cinco) meses e 28 (vinte e oito) dias, perfazendo um total indenizável de R$ 268.768,63 (duzentos e sessenta e oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e sessenta e três centavos), e conceder acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela Força Aérea Brasileira, em conformidade com o art. 14 da supracitada lei, bem como a isenção de Imposto de Renda, nos termos do artigo 1°, incisos I e II, e artigo 9°, Parágrafo Único da Lei nº 10.559 de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 567, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 99ª Sessão realizada no dia 18 de outubro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.50779, resolve:

Declarar ANTONIO DUARTE anistiado político "post mortem", nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 568, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 82ª Sessão realizada no dia 04 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2004.09.45757, resolve:

Declarar AERCIO PAULO DE ARAÚJO anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 01, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 365,02 (trezentos e sessenta e cinco reais e dois centavos), com efeitos financeiros retroativos de 04.09.2006 a 05.10.1988, totalizando 214 (duzentos e quatorze) meses e 30 (trinta) dias, perfazendo um total de R$ 85.019,61 (oitenta e cinco mil, dezenove reais e sessenta e um centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 569, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 82ª Sessão realizada no dia 04 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.33472, resolve:

Declarar INES CRISTINA PLAÇA anistiada política, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 01, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 371,91 (trezentos e setenta e um reais e noventa e um centavos), com efeitos financeiros retroativos de 04.09.2006 a 05.10.1988, totalizando 214 (duzentos e quatorze) meses e 30 (trinta) dias, perfazendo um total de R$ 86.623,76 (oitenta e seis mil, seiscentos e vinte e três reais e setenta e seis centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado a Anistiada acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 570, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 82ª Sessão realizada no dia 04 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2003.09.19229, resolve:

Declarar LAÉRCIO GONÇALVES TABOADA anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 01, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 365,02 (trezentos e sessenta e cinco reais e dois centavos), com efeitos financeiros retroativos de 04.09.2006 a 05.10.1988, totalizando 214 (duzentos e quatorze) meses e 30 (trinta) dias, perfazendo um total de R$ 85.019,61 (oitenta e cinco mil, dezenove reais e sessenta e um centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 571, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 74ª Sessão realizada no dia 14 de agosto de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.17882, resolve:

Declarar ERNANI JACQUES D'ORNELLAS anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 923,59 (novecentos e vinte e três reais e cinqüenta e nove centavos), equivalente à diferença entre o valor devido de R$ 2.200,07 (dois mil, duzentos reais e sete centavos), correspondente ao cargo de Técnico em Assuntos Educacionais - TAE do Ministério da Educação, e o que já percebe como aposentadoria no valor de R$ 1.276,48 (um mil, duzentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos), com efeitos retroativos da data do julgamento em 14.08.2006 a 05.10.1988, perfazendo um total retroativo de R$ 214.396,03 (duzentos e quatorze mil, trezentos e noventa e seis reais e três centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 572, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 82ª Sessão realizada no dia 04 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.11428, resolve:

Declarar JOSÉ LUIZ MAMEDE anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 02, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 394,12 (trezentos e noventa e quatro reais e doze centavos), com efeitos financeiros retroativos de 04.09.2006 a 05.10.1988, totalizando 214 (duzentos e quatorze) meses e 30 (trinta) dias, perfazendo um total de R$ 91.797,12 (noventa e um mil, setecentos e noventa e sete reais e doze centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 573, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia na 81ª Sessão realizada no dia 30 de agosto de 2006, no Requerimento de Anistia n° 2006.01.54103, resolve:

Declarar JURANDI OLIVEIRA DE MELO anistiado político, reconhecendo o direito às promoções a graduação de Suboficial com os proventos do posto de Segundo-Tenente, concedendo-lhe a reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 5.289,00 (cinco mil, duzentos e oitenta e nove reais). Os efeitos financeiros retroativos somente incidirão sobre a diferença de proventos desse posto e os da graduação de Segundo-Sargento, que o anistiando já percebe no valor de R$ 2.942,19 (dois mil, novecentos e quarenta e dois reais e dezenove centavos), o que perfaz a diferença de R$ 2.346,81 (dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e oitenta e um centavos), com efeitos retroativos da data do julgamento em 30.08.2006 a 05.10.1988, completando 214 (duzentos e quatorze) meses e 25 (vinte e cinco) dias, totalizando o valor líquido de R$ 546.220,03 (quinhentos e quarenta e seis mil, duzentos e vinte reais e três centavos), e conceder acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela Marinha do Brasil, em conformidade com o art. 14 da supracitada lei, bem como a isenção de Imposto de Renda, nos termos do artigo 1°, incisos I e II, e artigo 9º, Parágrafo Único da Lei nº 10.559 de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 574, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 109ª Sessão realizada no dia 14 de novembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.27494, resolve:

Reconhecer a condição de anistiada política de LEA FARIA DE SOUZA e substituir a Aposentadoria Excepcional de Anistiada, que recebe no valor de R$ 1.975,80 (um mil, novecentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos) referente ao benefício do INSS nº 58/044.224.274-3, pelo regime de prestação mensal, permanente e continuada, nos termos do art. 1º, inciso I c.c art. 19 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 575, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 15ª Sessão realizada no dia 21 de março de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.26933, resolve:

Reconhecer a condição de anistiado político de JOSÉ MARTINS DA ROCHA e substituir a Aposentadoria Excepcional de Anistiado, que recebe no valor de R$ 3.160,48 (três mil, cento e sessenta reais e quarenta e oito centavos) referente ao benefício do INSS nº 58/101.807.711-0, pelo regime de prestação mensal, permanente e continuada, nos termos do art. 1º, inciso I c.c art. 19 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 576, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 1117ª Sessão realizada no dia 30 de novembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.14934, resolve:

Declarar CARLOS GOMES VILELA FILHO anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, correspondente ao cargo de Gerente Administrativo com base na tabela de Salários do Data Folha, no valor de R$ 7.518,00 (sete mil, quinhentos e dezoito reais), com efeitos retroativos da data do julgamento em 30.11.2006 a 28.11.1997, perfazendo um total retroativo de R$ 880.107,20 (oitocentos e oitenta mil, cento e sete reais e vinte centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 577, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela da Comissão de Anistia, na 10ª Sessão realizada no dia 13 de março de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.02.012640, resolve:

Reconhecer a condição de anistiado político de ROMÁRIO BATISTA DE SOUZA, concedendo-lhe a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 971,58 (novecentos e setenta e um reais e cinqüenta e oito centavos), em substituição a Aposentadoria Excepcional de Anistiado, que recebe no valor de R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais), referente ao benefício do INSS nº 58/029.438.754-4, o que perfaz a diferença de R$ 621,58 (seiscentos e vinte e um reais e cinqüenta e oito centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 13.03.2006 a 05.10.1988, totalizando 209 (duzentos e nove) meses e 8 (oito) dias, perfazendo um total líquido de R$ 140.902,36 (cento e quarenta mil, novecentos e dois reais e trinta e seis centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei nº 10.559, de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 578, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 82ª Sessão realizada no dia 04 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.08208, resolve:

Declarar CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 04, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 446,48 (quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta e oito centavos), com efeitos financeiros retroativos de 04.09.2006 a 05.10.1988, totalizando 214 (duzentos e quatorze) meses e 30 (trinta) dias, perfazendo um total de R$ 103.991,82 (cento e três mil, novecentos e noventa e um reais e oitenta e dois centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 579, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pelo Plenário da Comissão de Anistia, na 90 ª Sessão realizada no dia 26 de setembro de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.02821, resolve:

Indeferir o Recurso interposto por EDITE SOUSA DA GAMA, e declarar BENTO DA GAMA BATISTA anistiado político "post mortem", conforme decisão proferida pela Segunda Câmara da Comissão de Anistia na sessão realizada no dia 20 de outubro de 2004, nos termos do artigo 1º, inciso I e II, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 580, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela primeira Câmara da Comissão de Anistia, na sessão realizada no dia 02 de dezembro de 2004, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.00326, resolve:

Complementar a Portaria nº 0807 de 13 de maio de 2005, publicada no Diário Oficial da União em 16 de subseqüente, concedendo a MANOEL CYRILLO DE OLIVEIRA NETTO anistiado político, a contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos, do período compreendido entre 30.09.1969 a 21.09.1979, nos termos do artigo 1º, incisos I e III da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 581, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Segunda Câmara da Comissão de Anistia, na sessão realizada no dia 12 de dezembro de 2005, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.46664, resolve:

Declarar CARLOS LAURINDO VIEIRA DE BRITO anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 2, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 401,17 (quatrocentos e um reais e dezessete centavos), com efeitos financeiros retroativos de 12.12.2005 a 05.10.1988, totalizando 206 (duzentos e seis) meses e 7 (sete) dias, perfazendo um total de R$ 89.621,55 (oitenta e nove mil, seiscentos e vinte e um reais e cinqüenta e cinco centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 582, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Segunda Câmara da Comissão de Anistia, na sessão realizada no dia 23 de novembro de 2005, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.27591, resolve:

Declarar VICENZO VICEDOMINI anistiado político. Atribuir ao Requerente reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada no cargo de Técnico de Manutenção II, nível 258, da PETROBRAS, no valor de R$ 8.726,73 (oito mil, setecentos e vinte e seis reais e setenta e três centavos), com as respectivas vantagens. Autorizar adicional referente à Participação nos Lucros e/ou Resultados-PLR, cuja quantia será informada pela Petrobrás e duodecimada para pagamento no ano subseqüente. Conceder efeitos financeiros retroativos de 23.11.2005 a 05/10/1988. Substituir a Aposentadoria Excepcional de Anistiado, que recebe no valor de R$ 6.016,37 (seis mil, dezesseis reais e trinta e sete centavos) referente ao benefício do INSS nº 58/081.082.346-2, pelo regime de prestação mensal, permanente e continuada. Reconhecer ao Requerente o direito à diferença líquida de R$ 630.826,97 (seiscentos e trinta mil, oitocentos e vinte e seis reais e noventa e sete centavos), nos termos do art. 1º, incisos I e II c.c art. 19 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 583, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Segunda Câmara da Comissão de Anistia, na sessão realizada no dia 23 de novembro de 2005, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.14846, resolve:

Declarar CELSO DE ALMEIDA LOPES anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 5, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 477,18 (quatrocentos e setenta e sete reais e dezoito centavos), com efeitos financeiros retroativos de 23.11.2005 a 05.10.1988, totalizando 205 (duzentos e cinco) meses e 10 (dez) dias, perfazendo um total de R$ 106.133,05 (cento e seis mil, cento e trinta e três reais e cinco centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 584, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Segunda Câmara da Comissão de Anistia, na sessão realizada no dia 15 de junho de 2005, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.05208, resolve:

Declarar JOAQUIM APOLINÁRIO DE SOUSA anistiado político, concedendo-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada referente a RS 4, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor correspondente a R$ 454,45 (quatrocentos e cinqüenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), com efeitos financeiros retroativos de 15.06.2005 a 03.02.1989, totalizando 196 (cento e noventa e seis) meses e 12 (doze) dias, perfazendo um total de R$ 96.676,52 (noventa e seis mil, seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Fica assegurado ao Anistiado acesso a todos os benefícios indiretos mantidos pela empresa, em conformidade com o art. 14 da supracitada Lei.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 585, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Segunda Câmara da Comissão de Anistia, na sessão realizada no dia 24 de setembro de 2004, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.37274, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por SAMUEL DE OLIVEIRA.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 586, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Terceira Câmara da Comissão de Anistia, na sessão realizada no dia 24 de setembro de 2004, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.04301, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por EDSON DE OLIVEIRA NETO.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 587, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Terceira Câmara da Comissão de Anistia, na sessão realizada no dia 05 de setembro de 2005, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.51053, resolve:

Declarar JOSÉ FRANCISCO XAVIER FILHO anistiado político "post mortem" e conceder a requerente MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER, os benefícios conforme o inciso I do artigo 1º, inciso XII do artigo 2°, artigo 9º e 14 da Lei nº 10.559 de 14 de novembro de 2002.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 606, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.013.396, de 2006, do Ministério da Justiça, resolve

Expulsar do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, BONIFACIO YAMIL FLORENTIN SOLIS, de nacionalidade paraguaia, filho de Epifanio Florentin e de Gladis Cabral, nascido em Nandares, Paraguai, em 5 de junho de 1971, residente no Estado do Paraná, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 505, de 01 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, página 32, de 02 de março de 2007, no Art. 1º, o inciso XXI, onde se lê: "LIVE: ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ nº 56.272.222/0001-18 (Processo MJ nº 08071.002133/2006-92);", leia se: "LIFE: ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ nº 56.272.222/0001-18 (Processo MJ nº 08071.002133/2006-92);".

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 7 de março de 2007

Nº 17/2007 PRES/CAD-CAD
Ato de Concentração nº 08012.009130/2006-84
Requerentes: BFL Participações e Empreendimentos S.A e PIMACO Autoadesivos Ltda
Advogados: Horácio Bernardes Neto, Sabine Ingrid Schutoff, Leopoldo Ubiratan Carreiro Pagotto e Ana Beatriz de Arruda Santos
Relator: Conselheiro Ricardo Villas Bôas Cueva
Em estrito atendimento ao art. 8º, inciso V, da Lei nº 8.884/94, bem como do art 11 da Resolução CADE nº 40/05, e com intuito de fazer cumprir a determinação do Conselho no âmbito do Ato de Concentração em epígrafe, estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente no DOU, para que as Requerentes comprovem perante o CADE a alteração da cláusula de não concorrência, nos termos do voto do Conselheiro-Relator.
Ao Plenário para homologação.

Nº 19/2007 PRES/CAD-CAD
Processo Administrativo Nº: 08012. 007602/2003-11
Representante: Sintáxi - Sindicato dos Taxistas de Porto Alegre
Representados: Vera Ribeiro Rodrigues ME - VELOTÁXI; Sul Tacógrafos Ltda.; SILCAR - Comércio Eletro Auto Táxi Ltda.; Táxi Sul - Acessórios para Táxis Ltda.; Metáxi - Taxímetros e Velocímetros Ltda.; Vera Ribeiro Rodrigues; Cláudio Antônio da Silva Pereira; Sérgio Ávila; Estevão Flores Vargas e Marilei Imossi Rodrigues.
Advogados: Fernando Dani Soares, Edson Rodrigues de Almeida, Reinaldo Ongaratto, Ângela Costa e outros
Relator: Conselheiro Abraham Benzaquen Sicsú
1. Adoto a Nota Técnica CAD-CADE nº 10/2007. Determino, para pagamento até 13.03.2007, os seguintes valores para as multas impostas aos representados:
Sul Tacógrafos Ltda: R$ 2.493,11 (dois mil, quatrocentos e noventa e três reais e onze centavos);
Cláudio A. da Silva Pereira: R$ 423,82 (quatrocentos e vinte e três reais e oitenta e dois centavos);
Táxi Sul Acessórios para Táxis Ltda: R$ 10.004,98 (dez mil e quatro reais e noventa e oito centavos);
Estevão Flores Vargas: R$ 1.900,95 (mil e novecentos reais e noventa e cinco centavos);
Metáxi - Taxímetros e Velocímetros Ltda: R$ 837,69 (oitocentos e trinta e sete reais e sessenta e nove centavos);
Marilei Imossi Rodrigues: R$ 125,65 (cento e vinte e cinco reais e sessenta e cinco centavos);
Vera Ribeiro ME - VELOTÁXI: R$ 6.384,60 (seis mil, trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos);
Vera Ribeiro Rodrigues: R$ 702,31 (setecentos e dois reais e trinta e um centavos).
2. Ao Plenário para homologação.

Nº 21/2007 PRES/CAD-CAD
Ato de Concentração nº 08012.010040/2006-36
Requerentes: Compañia Española de Petróleos S/A e Total S/A.
Advogados: Mauro Grinberg, André Marques Gilberto, Sérgio Palomares.
Relator: Conselheiro Luis Fernando Rigato Vasconcellos
1. Em estrito atendimento ao art. 8º, inciso V, da Lei nº 8.884/94 c/c art. 11 da Resolução/CADE nº 40 e com o intuito de fazer cumprir a determinação do Conselho no âmbito do Processo Administrativo em epígrafe, estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Despacho no DOU, para que, nos termos do voto do Relator, as Requerentes recolham o valor de R$137.170,01 (cento e trinta e sete mil, cento e setenta reais e um centavo), referente à multa por intempestividade aplicada.
2. Ao Plenário para homologação.

RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

ALVARÁ Nº 229, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2007

O DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como despacho exarado nos autos do Processo nº 08310.007597/2006-25-DELESP/SR/DPF/MA, DECLARA revista a autorização para funcionamento, válida por 01(um) ano a partir da data da publicação no D.O.U., concedida à empresa ETAPA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.582.081/0001-07, especializada na prestação de serviços de VIGILÂNCIA, tendo como sócios DIEGO DE MORAIS RIBEIRO e MARIA EULALIA RIBEIRO, para efeito de exercer suas atividades no estado do MARANHÃO.

GETULIO BEZERRA SANTOS

ALVARÁ Nº 284, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007

O DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como despacho exarado nos autos do Processo nº 08361.007095/2006-07-DELESP/SR/DPF/AP, DECLARA revista a autorização para funcionamento, válida por 01(um) ano a partir da data da publicação no D.O.U., concedida à empresa ISRAEL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.192.458/0001-40, especializada na prestação de serviços de VIGILÂNCIA, tendo como sócios IVAN MAIA DE OLIVEIRA e ISAQUE MAIA DE OLIVEIRA, para efeito de exercer suas atividades no estado do AMAPA.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

ALVARÁ Nº 289, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007

O DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como despacho exarado nos autos do Processo nº 08070.002599/2006-06-CV/DPF/VRA/RJ, DECLARA revista a autorização para funcionamento, válida por 01(um) ano a partir da data da publicação no D.O.U., concedida à empresa M.R.S. LOGISTICA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.417.222/0005-09, especializada na prestação de serviços orgânicos de VIGILÂNCIA, tendo como responsável pelo serviço orgânico de segurança SERGIO HENRIQUE CARRATO, para efeito de exercer suas atividades no estado de RIO DE JANEIRO.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

ALVARÁ Nº 320, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2007

O DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08352.002930/2006-13-DPFB/JFA/MG; resolve:

Conceder autorização à empresa J. GARRA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA & SEGURANÇA LTDA., CNPJ/MF nº 04.478.486/0001-29, sediada no Estado de MINAS GERAIS para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas e cartuchos de munição nas seguintes quantidades e natureza: 08 (OITO) REVÓLVERES CALIBRE 38; 02 (DOIS) ESPINGARDAS CALIBRE 12; 72 (SETENTA E DOIS) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38 E 32 (TRINTA E DOIS) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 12.

ESTA AUTORIZAÇÃO TEM VALIDADE DE 60 DIAS A CONTAR DE SUA PUBLICAÇÃO.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

ALVARÁ Nº 337, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2007

O DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como despacho exarado nos autos do Processo nº 08350.019476/2006-50-SR/DPF/MG, DECLARA revista a autorização para funcionamento, válida por 01(um) ano a partir da data da publicação no D.O.U., concedida à empresa ESPARTA SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.162.435/0001-42, especializada na prestação de serviços de VIGILÂNCIA, e habilitada a exercer a atividade de SEGURANÇA PESSOAL, tendo como sócios LINDON CARLOS FERREIRA LINS e ANDRE GUSTAVO PEDROSA DE CARVALHO, para efeito de exercer suas atividades no estado de MINAS GERAIS.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

ALVARÁ Nº 365, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007

O DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela lei nº 9017 de 30 de março de 1995, e pelo art. 32 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08492.009317/2006-22 - DELESP/SR/DPF/SC; resolve:

Conceder autorização à empresa BACK SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ/MF: nº 85.787.737/0001-59, especializada em prestação de serviços de Vigilância, a executar o serviço de ESCOLTA ARMADA no Estado de SANTA CATARINA.

GETÚLIO BEZERRA SANTOS

ALVARÁ Nº 409, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2007

O DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, bem despacho exarado nos autos do Processo nº 08490.019574/2006-92-DELESP/SR/DPF/SC, DECLARA revista a autorização para funcionamento, válida por 01(um) ano a partir da data da publicação no D.O.U., concedida à empresa PROLINCON VIGILÂNCIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.781.019/0001-29, especializada na prestação de serviços de VIGILÂNCIA, e habilitada a exercer a atividade de ESCOLTA ARMADA, tendo como sócios SANDRO MAURICIO e JANICE TERESINHA COLOMBI DOS REIS, para efeito de exercer suas atividades no estado de SANTA CATARINA.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 8 de março de 2007

Nº 132 - Ato de Concentração nº 08012.011558/2006-97. Requerentes: Bridgestone Americas Holding, Inc. e Bandag, Incorporated Advs: Túlio do Egito Coelho e Outros. Em conformidade com a Lei nº 8.884/94, acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor, Interino do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. PersonNameMarcel Medon Santos, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Defiro, conseqüentemente, o pedido de tratamento confidencial de informações, nos termos da referida nota. Opino, ainda, pela aprovação do ato, sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da mencionada Lei.

Nº 133 - Ato de Concentração nº 08012.011561/2006-19. Requerentes: Grupo Alfonso Gallardo S.I e Arcelor Finanz Deutschland GmbH Advs: Tito Amaral de Andrade e Outros. Em conformidade com a Lei nº 8.884/94, acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor, Interino do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. PersonNameMarcel Medon Santos, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Defiro, conseqüentemente, o pedido de tratamento confidencial de informações, nos termos da referida nota. Opino, ainda, pela aprovação do ato, sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da mencionada Lei.

Nº 134 - Ato de Concentração nº 08012.000296/2007-16. Requerentes: IFIL Investments S.p.A. e Mitsubishi Estate Company, Rockfeller Group International Advs: Tito Amaral de Andrade e Outros. Em conformidade com a Lei nº 8.884/94, acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor, Interino do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. PersonNameMarcel Medon Santos, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Defiro, conseqüentemente, o pedido de tratamento confidencial de informações, nos termos da referida nota. Opino, ainda, pela aprovação do ato, sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da mencionada Lei.

Nº 135 - Processo Administrativo n. 08012.008602/2005-09. Representante: SDE ex officio. Representado: Conselho Executivo das Normas-Padrão - CENP. Advogados: Carlos Francisco de Magalhães, Tercio Sampaio Ferraz Junior, Fábio Nusdeo, Luciano Inácio de Souza e outros. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor Interino do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Marcel Medon Santos, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Defiro a produção de prova testemunhal e documental. Produzam-se as provas mencionadas na Nota Técnica de fls.

MARIANA TAVARES DE ARAUJO
Interina

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) presente(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada.

Processo Nº 08460.026245/2006-55 - Jhon Jader Albanes, até 30/12/2007

Tendo em vista os relatórios de fls.62 e 64 dos autos, torno insubsistente o Ato Deferitório publicado em 18/11/099-DOU pg.17, fls.55V do feito, CESSANDO a permanência de TONI ELIA SARKIS nos temros do Art.75, II, ``a`` § 2º da Lei 6.815/80.

Processo nº 08389.001460/98-73 - Toni Elia Sarkis

OLIMPIO GARCIA SOBRINHO

DEFIRO o(s) presente(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada.

Processo Nº 08240.008999/2006-18 - Elaine Rosamond Hooper, até 30/08/2007

Processo Nº 08280.030467/2006-91 - Sara Maria Yepes Zuluaga, até 10/03/2008

Processo Nº 08280.030485/2006-72 - Christian Luis Torres Beoutis, até 31/01/2008

Processo Nº 08280.030487/2006-61 - Manuela Vieira Pak, até 10/03/2008

Processo Nº 08280.030507/2006-02 - Sara Nandira Oliveira, até 17/02/2008

Processo Nº 08280.030540/2006-24 - Yamile Valencia Gonzalez, até 28/02/2008

Processo Nº 08280.030560/2006-03 - Carminio Medina da Silva Correia, até 25/02/2008

Processo Nº 08280.030571/2006-85 - Clara Correia Furtado, até 01/03/2008

Processo Nº 08364.000093/2006-59 - Alex Oselu Owiti, até 16/03/2007

Processo Nº 08389.014017/2006-42 - Juan Dionisio Rivero Cuevas e Trigidia Gomez de Rivero, até 21/07/2007

Processo Nº 08390.001654/2006-10 - Jacob Cachinga, até 08/04/2007

Processo Nº 08390.006532/2006-10 - Jose Luis Parada e Nelda Ethel Marcilla, até 21/09/2007

Processo Nº 08400.026093/2006-03 - Lewis Glenn Robinson e Deborah Grace Robinson, até 11/11/2007

Processo Nº 08444.006780/2006-98 - Erin Sue Wawro, até 05/10/2007

Processo Nº 08460.007426/2006-82 - Derlinger dos Ramos Bandeira, até 14/08/2007

Processo Nº 08460.026244/2006-19 - Maria Acacia Ernesto Lourenço, até 06/03/2008

Processo Nº 08460.026249/2006-33 - Gloria Lina Vargas Garcia, até 31/07/2007

Processo Nº 08492.008989/2006-11 - Christian Eduardo Henriquez Zuniga, até 04/02/2008

Processo Nº 08501.005040/2006-11 - Rafael Arturo Socias Chavez, até 27/05/2007

Processo Nº 08501.005041/2006-57 - Ivonne Mariel Tavarez Vasquez, até 30/04/2007

Processo Nº 08501.008204/2006-53 - Jose Luis Velasquez Limon, até 31/12/2007

Processo Nº 08501.008381/2006-30 - Juan Rommel Medina Valdivia, até 26/01/2008

Processo Nº 08505.112097/2006-27 - Bruna Etelmina Antunes da Silva Levy, até 03/02/2008

Processo Nº 08505.112819/2006-43 - Maria Adelaide da Silva Pascoal, até 05/02/2008

Processo Nº 08505.113005/2006-26 - Federico Croci, Claudio Croci, Matteo Fernando Croci Ruiz e Rocio Del Pilar Ruiz Garcia, até 15/12/2008

Processo Nº 08505.113042/2006-34 - Karina Valdivia Delgado, Juan Carlos Elias Obando Valdivia e Sara Estefany Obando Valdivia, até 28/01/2008

Processo Nº 08506.013275/2006-28 - Emilio de Biasi e Viviana Analia Ramirez, até 26/12/2007

Processo Nº 08506.013366/2006-63 - Mariella Renata Cumpa Aurich, até 22/02/2008

Processo Nº 08506.013376/2006-07 - Alexis Omar Garcia Rodriguez, até 06/02/2008

Processo Nº 08506.013526/2006-74 - Edwin Antonio Aranda Saldaña, até 03/02/2008

Processo Nº 08508.010242/2006-14 - Irene Adriana Carrasco Curintzita, até 08/01/2008

Processo Nº 08508.010245/2006-40 - Guillermo Andrey Ariza Translavina, até 13/02/2008

Processo Nº 08706.000944/2006-45 - Ariela Heliane Jorge Santos Eusebio, até 20/04/2007

Processo Nº 08707.002583/2006-61 - Maria Gabriela Guillen Carias, até 22/07/2007

Processo Nº 08707.005740/2006-91 - Mirna Pedroso Batista de Sousa, até 09/03/2008

Processo Nº 08709.006024/2006-19 - Wilder Ivan Paredes Gonzales, até 14/03/2008

Processo Nº 08709.006035/2006-91 - Maria Cristina Nuñez Seiwald, até 30/01/2008

Processo Nº 08709.006156/2006-32 - Albert Adebayo Oluwagbemiga Lewis, até 21/02/2008

Processo Nº 08709.006161/2006-45 - Gerardo Velazquez Perez, até 13/01/2008

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/ /Delegação de Competência

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial de 07/03/2007, pg. 44, onde se lê:

Permanência Definitiva DEFERIDA pelo Conselho Nacional de Imigração, nos termos da Resolução Administrativa 05/03.

Processo Nº 46000.021257/2006-08 - Arnaldo de Freitas Rodrigues

Leia-se:

Processo Nº 46000.021257/2006-08 - Arnaldo de Freitas

Ministério da Previdência Social

CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SEGUNDA CÂMARA DE JULGAMENTO

DECISÕES PROFERIDAS EM PROCESSOS FISCAIS

No mês de fevereiro de 2007, na sede do Conselho de Recursos da Previdência Social, situado no Setor de Autarquias Sul - quadra 04, bloco K, Brasília-DF, reuniram-se os membros da Segunda Câmara de Julgamento, nas datas a seguir mencionadas. Na ordem do dia, foram vistos, examinados e discutidos os recursos em pauta e, em decorrência, foram proferidas as seguintes decisões:

Em 26 de fevereiro de 2007

Relator: Mario Humberto Cabus Moreira

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.107.835-5 - (SP) - Matéria: Parte Empresa - Recorrente: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/138/2007 - Decisão: Não conhecido do pedido de revisão do INSS por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.104.212-1 - (SC) - Matéria: Parte Empregado, Terceiros - Recorrente: GRANJA REZENDE S/A - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/125/2007 - Decisão: Não conhecido do pedido de revisão do INSS e do contribuinte por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.104.205-9 - (SC) - Matéria: Segurado empregado, Produtor rural - pessoa jurídica - Recorrente: GRANJA REZENDE S/A - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/126/2007 - Decisão: Não conhecido do pedido de revisão do INSS e do contribuinte por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

Relator: Jorge Luis Moran

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 35.776.535-4 - (ES) - Matéria: Auto de Infração - Recorrente: SAMUEL DIAS DE OLIVEIRA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/128/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.745.253-4 - (SP) - Matéria: Parte Segurado, Responsabilidade Solidária - Recorrente: SYMRISE AROMAS E FRAGÂNCIAS LTDA - Recorrido: INSS - Decisão: 02CAJ/44/2007 - Decisão: Convertido o julgamento em diligência externa por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO Nº 35059.001081/2006-78 - (ES) - Matéria: Pedido de Restituição - Recorrente: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - PREFEITURA MUNICIPAL - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/111/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO Nº 36624.003049/2006-28 - (SP) - Matéria: Pedido de Restituição - Recorrente: PROMON TECNOLOGIA LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/113/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.566.993-5 - (SP) - Matéria: Aferição Indireta, Responsabilidade Solidária - Recorrente: PROCTER & GAMBLE HIGIENE E COSMÉTICOS LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/132/2007 - Decisão: Anular a NFLD por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 35.588.976-5 - (GO) - Matéria: Auto de Infração - Recorrente: VANDERLEI JOSÉ VALENTE - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/127/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 35.633.347-7 - (RS) - Matéria: Auto de Infração - Recorrente: OTOMAR OLEQUES VIVIAN - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/114/2007 - Decisão: Anular o Auto de Infração (AI) por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.695.917-1 - (GO) - Matéria: Terceiros - Recorrente: ROBERTO ANTONIO FELICIO - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/121/2007 - Decisão: Conhecido e provido em parte por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.471.481-3 - (PI) - Matéria: Responsabilidade Solidária, Parte Empregado, Parte Empresa - Recorrente: MUNICÍPIO DE BURITI DOS LOPES - PREFEITURA MUNICIPAL - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/131/2007 - Decisão: Conhecido e provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.847.550-3 - (SP) - Matéria: Decadência - Prescrição - Recorrente: MGM CONSTRUTORA LTDA E OUTROS - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/129/2007 - Decisão: Anular a NFLD por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

FILANTROPIA Nº 35204.005272/2004-26 - (PE) - Matéria: Filantropia - Isenção Cota Patronal - Recorrente: UNIÃO NORTE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/112/2007 - Decisão: Não conhecido do recurso por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.563.127-0 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Recorrente: SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO E OUTROS - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/120/2007 - Decisão: Não conhecido do pedido de revisão do INSS por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.771.400-8 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Recorrente: SUDERJ - SUPERINTENDÊNCIA DESPORTOS ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/115/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.771.401-6 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Recorrente: SUDERJ - SUPERINTENDÊNCIA DESPORTOS ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/116/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.771.402-4 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Recorrente: SUDERJ - SUPERINTENDÊNCIA DESPORTOS ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/117/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.771.403-2 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Recorrente: SUDERJ - SUPERINTENDÊNCIA DESPORTOS ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/118/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.771.404-0 - (RJ) - Matéria: Retenção 11% - Recorrente: SUDERJ - SUPERINTENDÊNCIA DESPORTOS ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/119/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

Relator: Manoel Coelho Arruda Junior

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 35.692.969-8 - (SP) - Matéria: Auto de Infração - Recorrente: PLAZA APART HOTEL TAUBATÉ LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/124/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

Relator: Jorge Luis Moran

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.566.637-5 - (SP) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Retenção 11% - Recorrente: PROCTER & GAMBLE HIGIENE E COSMÉTICOS LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/135/2007 - Decisão: Não conhecido do pedido de revisão do INSS por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.566.634-0 - (SP) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Retenção 11% - Recorrente: PROCTER & GAMBLE HIGIENE E COSMÉTICOS LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/122/2007 - Decisão: Não conhecido do pedido de revisão do INSS por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 35.522.445-3 - (AM) - Matéria: Auto de Infração - Recorrente: VASCO BENTO DOS SANTOS RIBEIRO - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/134/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

RESTITUIÇÂDO DE CONTRIBUIÇÃO Nº 37083.000481/2003-52 - (RS) - Matéria: Pedido de Restituição - Recorrente: SL MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA - Recorrido: INSS - Decisão: 02CAJ/43/2007 - Decisão: Convertido o julgamento em diligência externa por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.638.846-8 - (SP) - Matéria: Parte Empresa - Recorrente: VECO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/123/2007 - Decisão: Não conhecido do recurso por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.566.978-1 - (SP) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Recorrente: PROCTER & GAMBLE HIGIENE E COSMÉTICOS LTDA - Recorrido: INSS - Decisão: 02CAJ/45/2007 - Decisão: Convertido o julgamento em diligência externa por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.566.636-7 - (SP) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Retenção 11% - Recorrente: PROCTER & GAMBLE HIGIENE E COSMÉTICOS LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/130/2007 - Decisão: Não conhecido do pedido de revisão do INSS por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

Relator: Marco André Ramos Vieira

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.699.699-9 - (RJ) - Matéria: Segurado - prestação de serviço - Recorrente: PETROBRÁS PETRÓLEO BRASILEIRO S/A E OUTROS - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/171/2007 - Decisão: Anular a Decisão-Notificação (DN) por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.683.394-1 - (PR) - Matéria: Segurado - contribuintes individuais - Recorrente: OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO LTDA - Recorrido: INSS - Decisão: 02CAJ/56/2007 - Decisão: Convertido o julgamento em diligência externa por maioria, nos termos do relatório e voto divergente vencedor que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.699.716-2 - (RJ) - Matéria: Parte Empresa, Participação nos Lucros - Recorrente: PETROBRÁS GÁS S/A - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/166/2007 - Decisão: Anular a Decisão-Notificação (DN) por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.699.715-4 - (RJ) - Matéria: Parte Empresa, Bônus - Recorrente: PETROBRÁS GÁS S/A - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/167/2007 - Decisão: Anular a Decisão-Notificação (DN) por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

FILANTROPIA Nº 35432.002734/1997-51 - (SP) - Matéria: Filantropia - Isenção Cota Patronal - Recorrente: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DO LITORAL SANTISTA - AELIS - Recorrido: INSS - Decisão: 02CAJ/46/2007 - Decisão: Convertido o julgamento em diligência externa por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.792.711-7 - (SP) - Matéria: Parte Empresa, Compesação - pro labore - Recorrente: S/A MARÍTIMA EUROBRÁS AGENTE E COMISSÁRIA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/136/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

COMPENSAÇÃO Nº 35464.002394/2006-61 - (SP) - Matéria: Pedido de Compensação - Recorrente: MOVEQUIPE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/172/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 32.682.990-3 - (SP) - Matéria: Autônomos, Parte Empregado - Recorrente: RÁDIO DIFUSORA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/173/2007 - Decisão: Anular NFLD por maioria, nos termos do relatório e voto divergente vencedor que acompanham o presente julgado.

PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO Nº 35437.000331/2005-17 - (SP) - Matéria: Pagamento de Contribuições com Apólices da Dívida Pública - Recorrente: SANSUY S/A INDUSTRIA DE PLÁSTICOS - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/169/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO Nº 35437.000264/2005-31 - (SP) - Matéria: Pagamento de Contribuições com Apólices da Dívida Pública - Recorrente: SANSUY S/A INDUSTRIA DE PLÁSTICOS - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/168/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO Nº 35437.000265/2005-85 - (SP) - Matéria: Pagamento de Contribuições com Apólices da Dívida Pública - Recorrente: SANSUY S/A INDUSTRIA DE PLÁSTICOS - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/170/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

PEDIDO Nº 35492.000195/2005-09 - (SP) - Matéria: Pedido - Recorrente: VANDERLEI FIGUEIREDO PAULINO ME - Recorrido: INSS - Decisão: 02CAJ/47/2007 - Decisão: Convertido o julgamento em diligência externa por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO Nº 36906.000004/2006-35 - (MT) - Matéria: Pedido de Restituição - Recorrente: SEMAR CONSTRUTORA LTDA - Recorrido: INSS - Decisão: 02CAJ/48/2007 - Decisão: Convertido o julgamento em diligência externa por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO Nº 36032.002288/2004-70 - (MT) - Matéria: Pedido de Restituição - Recorrente: OLIVEIRA MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/137/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

Em 27 de fevereiro de 2007

Relator: Julio César Vieira Gomes

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.859.984-9 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Construção Civil - Recorrente: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E OUTRO - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/140/2007 - Decisão: Conhecido e provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.859.994-6 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Construção Civil - Recorrente: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E OUTRO - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/141/2007 - Decisão: Conhecido e provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.859.988-1 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Construção Civil - Recorrente: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E OUTRO - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/143/2007 - Decisão: Conhecido e provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.859.995-4 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Construção Civil - Recorrente: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E OUTRO - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/146/2007 - Decisão: Conhecido e provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.859.980-6 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Construção Civil - Recorrente: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E OUTRO - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/145/2007 - Decisão: Conhecido e provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.859.981-4 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Construção Civil - Recorrente: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E OUTRO - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/144/2007 - Decisão: Conhecido e provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.859.977-6 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Construção Civil - Recorrente: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E OUTRO - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/142/2007 - Decisão: Conhecido e provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.859.996-2 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Construção Civil - Recorrente: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E OUTRO - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/148/2007 - Decisão: Conhecido e provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.859.983-0 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Construção Civil - Recorrente: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E OUTRO - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/147/2007 - Decisão: Conhecido e provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.859.991-1 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Construção Civil - Recorrente: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E OUTRO - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/164/2007 - Decisão: Conhecido e provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.699.701-4 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Recorrente: PETROBRÁS PETRÓLEO BRASILEIRO S/A E OUTROS - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/180/2007 - Decisão: Anular a Decisão-Notificação (DN) por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.699.711-1 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Recorrente: PETROBRÁS PETRÓLEO BRASILEIRO S/A E OUTROS - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/179/2007 - Decisão: Anular a Decisão-Notificação (DN) por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.699.713-8 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Recorrente: PETROBRÁS PETRÓLEO BRASILEIRO S/A E OUTROS - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/177/2007 - Decisão: Anular a Decisão-Notificação (DN) por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.699.712-0 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Recorrente: PETROBRÁS PETRÓLEO BRASILEIRO S/A E OUTROS - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/176/2007 - Decisão: Anular a Decisão-Notificação (DN) por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 35.768.502-4 - (SC) - Matéria: Auto de Infração - Recorrente: MONTTECLARO EMPREENDIMENTOS LTDA - Recorrido: INSS - Decisão: 02CAJ/53/2007 - Decisão: Convertido o julgamento em diligência externa por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 35.768.503-2 - (SC) - Matéria: Auto de Infração - Recorrente: MONTTECLARO EMPREENDIMENTOS LTDA - Recorrido: INSS - Decisão: 02CAJ/52/2007 - Decisão: Convertido o julgamento em diligência externa por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 35.768.504-0 - (SC) - Matéria: Auto de Infração - Recorrente: MONTTECLARO EMPREENDIMENTOS LTDA - Recorrido: INSS - Decisão: 02CAJ/51/2007 - Decisão: Convertido o julgamento em diligência externa por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.771.422-9 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Recorrente: SAGA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A E OUTROS - Recorrido: INSS - Decisão: 02CAJ/49/2007 - Decisão: Convertido o julgamento em diligência externa por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.771.423-7 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Construção Civil - Recorrente: SAGA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A E OUTROS - Recorrido: INSS - Decisão: 02CAJ/55/2007 - Decisão: Convertido o julgamento em diligência externa por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.861.181-4 - (SP) - Matéria: Parte Empregado - Recorrente: MUNICÍPIO DE CASA BRANCA - PREFEITURA MUNICIPAL - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/152/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.861.182-2 - (SP) - Matéria: Parte Empregado - Recorrente: MUNICÍPIO DE CASA BRANCA - PREFEITURA MUNICIPAL - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/150/2007 - Decisão: Conhecido e provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.861.184-9 - (SP) - Matéria: Parte Empresa - Recorrente: MUNICÍPIO DE CASA BRANCA - PREFEITURA MUNICIPAL E OUTRO - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/151/2007 - Decisão: Conhecido e provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.698.280-7 - (SP) - Matéria: Segurado Empregado - Recorrente: PETROPACK EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA - Recorrido: INSS - Decisão: 02CAJ/50/2007 - Decisão: Convertido o julgamento em diligência externa por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 35.842.235-3 - (MG) - Matéria: Auto de Infração - Recorrente: SEBASTIÃO LUIZ DORNELAS - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/163/2007 - Decisão: Não conhecido do recurso por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.567.891-8 - (CE) - Matéria: Remuneração de Contribuições Individuais - Recorrente: MUNICÍPIO DE PACAJUS - PREFEITURA MUNICIPAL - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/153/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.768.497-4 - (SC) - Matéria: Parte Empregado, Parte Empresa - Recorrente: MONTTECLARO EMPREENDIMENTOS LTDA - Recorrido: INSS - Decisão: 02CAJ/57/2007 - Decisão: Convertido o julgamento em diligência externa por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO Nº 35475.000748/2006-12 - (SP) - Matéria: Pedido de Restituição - Recorrente: QUATRO IRMÃOS PRESTADORA DE SERVIÇOS REMOÇÃO DE MADEIRA LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/160/2007 - Decisão: Conhecido e provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO Nº 36378.004348/2005-58 - (MG) - Matéria: Pedido de Restituição - Recorrente: MEDIÇÕES AMBIENTAIS CONSULTORIA SC LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/161/2007 - Decisão: Conhecido e provido em parte por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.745.318-2 - (SP) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Retenção 11% - Recorrente: MULTIBRAS S/A ELETRODOMÉSTICOS - Recorrido: INSS - Decisão: 02CAJ/54/2007 - Decisão: Convertido o julgamento em diligência externa por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.005.808-3 - (RJ) - Matéria: Responsabilidade Solidária - Recorrente: PRODUTOS AIMENTÍCIOS FLEISCHMANN E ROYAL LTDA - KRAFT FOODS BRASIL S/A - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/149/2007 - Decisão: Anular a Decisão-Notificação (DN) por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 35.773.087-9 - (RS) - Matéria: Auto de Infração - Recorrente: UNIMED ENCOSTA DA SERRA - COOPERATIVA DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA - Recorrido: INSS - Decisão: 02CAJ/59/2007 - Decisão: Convertido o julgamento em diligência externa por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.539.626-2 - (SP) - Matéria: Segurado Empregado - Recorrente: PLASMOTEC PLÁSTICOS INDUSTRIAIS LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/162/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

Relator: Renata Souza Rocha

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.036.734-5 - (SC) - Matéria: Parte Empregado - Recorrente: TRANSPORTES DALÇOQUIO LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/156/2007 - Decisão: Não conhecido do recurso por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.036.735-3 - (SC) - Matéria: Retenção 11% - Recorrente: TRANSPORTES DALÇOQUIO LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/154/2007 - Decisão: Não conhecido do recurso por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 35.835.074-3 - (SP) - Matéria: Auto de Infração - Recorrente: TEXTIL ROSSINI DO BRASIL LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/178/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 35.483.742-7 - (SC) - Matéria: Auto de Infração - Recorrente: TRANSPORTES DALÇOQUIO LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/155/2007 - Decisão: Não conhecido do recurso por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 35.835.077-8 - (SP) - Matéria: Auto de Infração - Recorrente: TEXTIL ROSSINI DO BRASIL LTDA - Recorrido: INSS - Decisão: 02CAJ/58/2007 - Decisão: Convertido o julgamento em diligência externa por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 35.483.739-7 - (SC) - Matéria: Auto de Infração - Recorrente: TRANSPORTES DALÇOQUIO LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/159/2007 - Decisão: Não conhecido do recurso por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.483.738-9 - (SC) - Matéria: Cooperativa de Trabalho - Recorrente: TRANSPORTES DALÇOQUIO LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/157/2007 - Decisão: Não conhecido do recurso por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.411.631-2 - (RJ) - Matéria: Retenção 11% - Recorrente: SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO S/A - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/165/2007 - Decisão: Conhecido e provido em parte por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.036.736-1 - (SC) - Matéria: Comissões, Prestador de Serviço - Recorrente: TRANSPORTES DALÇOQUIO LTDA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/158/2007 - Decisão: Não conhecido do recurso por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

Em 01 de março de 2007

Relator: Damião Cordeiro de Moraes

RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO Nº 36736.002341/2006-66 - (MS) - Matéria: Pedido de Restituição - Recorrente: MUSTAFA IBRAHIM EL CHAMA - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/174/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 35.804.900-8 - (RS) - Matéria: Auto de Infração - Recorrente: WEATHERFORD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Recorrido: INSS - Decisão: 02CAJ/60/2007 - Decisão: Convertido o julgamento em diligência externa por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 35.031.569-8 - (BA) - Matéria: Retenção 11% - Recorrente: MUNICÍPIO DE ITABUNA- PREFEITURA MUNICIPAL - Recorrido: INSS - Acórdão: 02CAJ/175/2007 - Decisão: Conhecido e não provido por unanimidade, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

MÁRIO HUMBERTO CABUS MOREIRA
Presidente da Câmara

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas, no curso do mês de MARÇO de 2007, na sede do Órgão, situada SAS - Q 4 - BL "K" - 10º ANDAR, Brasília, DISTRITO FEDERAL, nas datas e horários a seguir mencionados, podendo, entretanto, nessa mesma sessão ou sessões subsequentes, serem julgados os processos adiados ou constantes de pautas já publicadas.

DIA 28/03/2007 a partir das 09:30 horas

RELATOR(A): MARCO ANDRE RAMOS VIEIRA

AI 35.682.856-5 (PR) Interessados: INSS e PRISMA ENGENHARIA S/A, SUCESSORA DE RD EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

AI 35.682.854-9(PR) Interessados: INSS e PRISMA ENGENHARIA S/A, SUCESSORA DE RD EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

AI 35.797.193-0 (SP) Interessados: INSS e TRANSPORTADORA ANATUR LTDA.

AI 35.797.190-6 (SP) Interessados: INSS e TRANSPORTADORA ANATUR LTDA.

AI 35.544.116-0 (SC) Interessados: INSS e PARE PROJETOS DE AUTOMAÇÃO ROBÓTICA E ENGENHARIA LTDA.

NFLD 35.392.851-8 (PI) Interessados: INSS e MUNICIPIO DE BERTOLÍNIA - PREFEITURA MUNICIPAL

NFLD 35.393.048-2 (PI) Interessados: INSS e MUNICIPIO DE BERTOLÍNIA - PREFEITURA MUNICIPAL

NFLD 35.821.878-0 (SC) Interessados: INSS e MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - PREFEITURA MUNICIPAL.

NFLD 35.888.548-5 (SP) Interessados: INSS e MUNICÍPIO DE SABINO - PREFEITURA MUNICIPAL.

NFLD 35.888.547-7 (SP) Interessados: INSS e MUNICÍPIO DE SABINO - PREFEITURA MUNICIPAL.

NFLD 35.776.568-0 (ES) Interessados: INSS e MUNICÍPIO DE NOVA VENECIA PREFEITURA MUNICIPAL E OUTRO.

NFLD 35.750.291-4 (MG) Interessados: INSS e MUNICÍPIO DE CAPELINHA - CAMARA MUNICIPAL

NFLD 35.392.958-1 (PI) Interessados: INSS e MUNICÍPIO DE BERTOLÍNIA - PREFEITURA MUNICIPAL.

NFLD 35.791.267-5 (RJ) Interessados: INSS e SH FORMAS ANDAIMES E ESCORAMENTOS LTDA.

NFLD 35.375.570-2 (SP) Interessados: INSS e SUCOCÍTRICO CUTRALE LTDA.

NFLD 35.375.576-1 (SP) Interessados: INSS e SUCOCÍTRICO CUTRALE LTDA.

NFLD 35.776.569-9 (ES) Interessados: INSS e MUNICÍPIO DE NOVA VENECIA PREFEITURA MUNICIPAL E OUTRO.

AI 35.768.506-7 (SC) Interessados: INSS e SAMUS PARTICIPAÇÕES LTDA.

AI 35.768.509-1 (SC) Interessados: INSS e SAMUS PARTICIPAÇÕES LTDA.

AI 35.682.855-7 (PR) Interessados: INSS e PRISMA ENGENHARIA S/A SUCESSORA DE RD EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

NFLD 35.775.299-6 (SP) Interessados: INSS e NOVA TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE LTDA.

NFLD 35.392.818-6 (PI) Interessados: INSS e MUNICIPIO DE BERTOLÍNIA - CAMARA MUNICIPAL.

NFLD 35.392.813-5 (PI) Interessados: INSS e MUNICÍPIO DE BERTOLÍNIA - PREFEITURA MUNICIPAL.

NFLD 35.847.576-7 (SP) Interessados: INSS e PEDRO GERALDO COSIMO.

NFLD 35.392.810-0 (PI) Interessados: INSS e MUNICÍPIO DE BERTOLÍNIA - PREFEITURA MUNICIPAL.

NFLD 35.757.648-9 (GO) Interessados: INSS e MAIA E BORBA LTDA E OUTROS

NFLD 35.398.138-9 (PE) Interessados: INSS e MUNICÍPIO DE CATENDE - PREFEITURA MUNICIPAL E OUTROS.

NFLD 35.602.238-2 (PE) Interessados: INSS e MUNICÍPIO DE PETROLINA - PREFEITURA MUNICIPAL

MÁRIO HUMBERTO CABUS MOREIRA
Presidente da Câmara

QUINTA CÂMARA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas no curso do mês de março de 2007, na sede do Órgão, situada SAS - Q 4 - BL"K" - 6º ANDAR, Brasília, DISTRITO FEDERAL, nas datas e horários a seguir mencionados, podendo, entretanto, nessa mesma sessão ou sessões subsequentes, serem julgados os processos adiados ou constantes de pautas já publicadas.

DIA 13/03/2007 a partir das 8:00 horas

RELATOR(A): Mariedna Moura de Arruda

NB 0121.045.119-8 (TO) Interessados: INSS e MARIA DE LOURDES MOURA

NB 0136.195.621-3 (CE) Interessados: INSS e MARIA ADRIANA DA SILVA

PT 35002.001639/2002-67 (AL) Interessados: INSS e VANIA MARIA GUSMÃO DOS SANTOS

NB 0139.104.918-4 (MG) Interessados: INSS e MARIA DA CONCEÇAO MARQUES

NB 0132.848.911-3 (MG) Interessados: INSS e MARIA DO SOCORRO RABELO DE OLIVEIRA

PT 35067.003189/2005-15 (ES) Interessados: INSS e ALEX ENDLICH CARVALHO

NB 0118.273.728-2 (SP) Interessados: INSS e JOSE ROBERTO DA CRUZ

NB 0136.120.541-2 (SP) Interessados: INSS e ANA FERREIRA DE SA DE SOUZA

NB 0114.184.608-7 (SP) Interessados: INSS e IRINEU MANOEL BARBOSA

NB 0112.507.429-6 (SP) Interessados: INSS e WILSON ROBERTO CAMILLO

NB 0120.721.881-0 (SP) Interessados: INSS e APARECIDA MOMESSO DIAS

NB 0111.855.351-6 (SP) Interessados: INSS e TEREZA RODRIGUES VITORINO

NB 0502.898.778-1 (SP) Interessados: INSS e NATAL SOLANO FILHO

NB 0139.648.641-8 (PR) Interessados: INSS e JOSE MAURO CARDOSO DOS SANTOS

PT 35706.000085/2006-78 (GO) Interessados: INSS e SEBASTIANA EVANGELISTA DOS SANTOS

NB 0107.493.391-2 (SP) Interessados: INSS e GILMAR PEDRO GIRÃO

NB 0130.191.451-4 (PE) Interessados: INSS e JOSIAS GOMES DINIZ

RELATOR(A): Sonia Maria de Aguiar Cayres

NB 0128.504.508-1 (PA) Interessados: INSS e EDNA NUNES BRITTO

NB 0107.493.391-2 (SP) Interessados: INSS e GILMAR PEDRO GIRÃO

NB 0112.827.239-0 (SP) Interessados: INSS e MILTON SERGIO BELLEM

NB 0139.268.775-3 (PR) Interessados: INSS e VILMA DA SILVA

NB 0126.375.599-0 (SP) Interessados: INSS e NERI JACO PAZA

NB 0111.791.578-3 (SP) Interessados: INSS e LUIZ ANTONIO FERREIRA

NB 0130.191.451-4 (PE) Interessados: INSS e JOSIAS GOMES DINIZ

NB 0134.598.921-8 (MG) Interessados: INSS e MARIA ARLINDA FARIA MAGALHAES

NB 0131.750.929-0 (RJ) Interessados: INSS e IZAU LOURENÇO MILITÃO

RELATOR(A): MARCIO ANDRÉ ALVES DO PRADO

NB 0506.425.959-6 (PA) Interessados: INSS e JOEL CARLOS SAMPAIO

NB 0135.576.233-0 (ES) Interessados: INSS e MARCIELI CARDOSO FEHLBERG

NB 0137.348.778-7 (ES) Interessados: INSS e UATILA PEREIRA DA SILVA

NB 0112.516.541-0 (SP) Interessados: INSS e ROBERTO PAZINI

PT 35381.001358/2003-58 (SP) Interessados: INSS e LUIZ BALDUINO

NB 0516.289.809-7 (RS) Interessados: INSS e CLAODINEI TRESSI

NB 0130.879.029-2 (BA) Interessados: INSS e FLORENTINO GADELHA DA SILVA

NB 0515.094.038-7 (RS) Interessados: INSS e LUIZ PAULO DA SILVA ROSA

RELATOR(A): Mariedna Moura de Arruda

NB 0129.932.349-6 (CE) Interessados: INSS e RITA RODRIGUES DOS SANTOS

NB 0138.964.409-7 (ES) Interessados: INSS e PEDRO GALDINO DO NASCIMENTO

PT 35067.002291/2005-01 (ES) Interessados: INSS e MARIA CONCEIÇÃO PEIXOTO LINS

NB 0136.070.521-7 (SP) Interessados: INSS e VICTOR RYAN GONÇALVES DE OLIVEIRA

NB 0515.094.038-7 (RS) Interessados: INSS e LUIZ PAULO DA SILVA ROSA

NB 0132.754.183-9 (MT) Interessados: INSS e EDITE JOSE DE OLIVEIRA SOUZA

NB 0515.283.208-5 (MS) Interessados: INSS e RENI CHAGAS FERREIRA

NB 0140.597.378-9 (PR) Interessados: INSS e CLEZIELLE BRANDT ANTUNES

NB 0137.031.631-0 (PR) Interessados: INSS e SEBASTIAO RODRIGUES DE MELO

NB 0133.505.688-0 (SP) Interessados: INSS e NELSON CANDIDO PERIRA

NB 0515.153.551-6 (ES) Interessados: INSS e LUIZ ANTONIO LOUREIRO

NB 0128.303.669-7 (ES) Interessados: INSS e EDISON CARLOS SIQUEIRA

NB 0136.375.841-9 (ES) Interessados: INSS e MARIA DAS DORES ALVES DE ARAUJO

NB 0129.932.349-6 (CE) Interessados: INSS e RITA RODRIGUES DOS SANTOS

RELATOR(A): Sonia Maria de Aguiar Cayres

NB 0139.972.248-1 (PA) Interessados: INSS e DULCINEA RODRIGUES RANIERI

NB 0506.223.541-0 (PE) Interessados: INSS e JUSTO TEONAS RODRIGUES

NB 0138.496.458-1 (BA) Interessados: INSS e EDELTRUDES BARRETO DE SOUZA

NB 0132.532.149-1 (BA) Interessados: INSS e MÁRIO DE SOUZA

NB 0127.952.819-0 (MG) Interessados: INSS e MARIA ALVES DA SILVA

NB 0101.051.968-6 (RJ) Interessados: INSS e DIRCEU MOURA DE ANDRADE

NB 0127.211.161-7 (SP) Interessados: INSS e JOSE APARECIDO DE SOUZA

NB 0131.584.909-4 (SP) Interessados: INSS e NOEL PEREIRA SOARES

NB 0133.949.251-0 (PR) Interessados: INSS e MARLENE FERREIRA DOS SANTOS

NB 0138.218.388-4 (DF) Interessados: INSS e ANTONIA UBALDINO DE FREITAS

RELATOR(A): MARCIO ANDRÉ ALVES DO PRADO

NB 0121.862.961-1 (PE) Interessados: INSS e ROGERIO DAMASCENO RODRIGUES

NB 0139.682.731-2 (BA) Interessados: INSS e CREMILDA SANTOS DA SILVA

NB 0135.661.061-4 (ES) Interessados: INSS e SIMONE DILENE DIAS DA SILVA

PT 36218.000749/2004-91 (SP) Interessados: INSS e DARCI FELIPE DE MATOS

NB 0130.124.119-6 (SP) Interessados: INSS e EDSON FRANCISCO PEREIRA

NB 0131.132.778-6 (SP) Interessados: INSS e TEREZINHA RODRIGUES AFONSO

NB 0137.010.819-0 (ES) Interessados: INSS e LENIR GOMES MORGADO

NB 0115.000.781-5 (SP) Interessados: INSS e ANTONIO RAIMUNDO DE SOUZA

RELATOR(A): MARCIO ANDRÉ ALVES DO PRADO

NB 0138.055.451-6 (PI) Interessados: INSS e PEDRO FERREIRA DO NASCIMENTO

RELATOR(A): Mariedna Moura de Arruda

NB 0135.390.284-3 (TO) Interessados: INSS e TANIA CRISTINA OLIVEIRA RODRIGUES

NB 0115.930.109-0 (ES) Interessados: INSS e EDIO DE FRANÇA PEREIRA

PT 35067.002161/2004-80 (ES) Interessados: INSS e JOSE AGOSTINHO DIAS DE OLIVEIRA

PT 35060.000371/2006-65 (ES) Interessados: INSS e JANETE MARIA VIEIRA

NB 0131.370.419-6 (RJ) Interessados: INSS e OSWALDO FURTADO BRANQUINHO

NB 0134.351.588-0 (MT) Interessados: INSS e ANA PAULA MAXIMO SOARES

NB 0514.539.039-0 (SC) Interessados: INSS e CLAUDETE VANILDA SOUZA

NB 0110.536.211-3 (SC) Interessados: INSS e SIBILA KALESKI LANGA

NB 0119.556.648-1 (SP) Interessados: INSS e JUVENTIL DE ALMEIDA PASSOS

NB 0121.807.438-5 (SP) Interessados: INSS e NILTON TERRIERA JORGE XAVIER

NB 0063.519.859-2 (SP) Interessados: INSS e ALZIRA NASCIMENTO DA SILVA

NB 0131.843.179-1 (RJ) Interessados: INSS e ANGÉLICA DOS SANTOS GOMES

NB 0072.233.079-0 (SP) Interessados: INSS e APARECIDO GERALDO PEREIRA DA SILVA

NB 0072.233.079-0 (SP) Interessados: INSS e APARECIDO GERALDO PEREIRA DA SILVA

NB 0110.536.211-3 (SC) Interessados: INSS e SIBILA KALESKI LANGA

RELATOR(A): Sonia Maria de Aguiar Cayres

NB 0138.543.939-1 (RO) Interessados: INSS e ANA ERICA RODRIGUES NOGUEIRA MARIN

NB 0124.279.288-8 (PA) Interessados: INSS e DOMINGAS CARVALHO BORGES

NB 0514.208.998-3 (CE) Interessados: INSS e JESSE SILVA ARAUJO

NB 0138.705.199-4 (MG) Interessados: INSS e EVA ROSALINA DE ASSIS ALVES

PT 35132.001751/2005-45 (MG) Interessados: INSS e RONALDO VITOR DE CASTRO

NB 0134.033.511-2 (MG) Interessados: INSS e MARCOLINO VITOR DE ARAUJO

NB 0515.420.981-4 (MG) Interessados: INSS e ILDA CANDIDA DA SILVA PAULA

NB 0505.774.188-4 (SP) Interessados: INSS e SUELI APARCIDA BENEVENUTO DE CARVALHO

NB 0139.130.775-2 (RS) Interessados: INSS e CÁTIA SIBELI ABREU (SEG. ALEX SANDRO FLORES JACQUES)

RELATOR(A): MARCIO ANDRÉ ALVES DO PRADO

NB 0140.587.038-6 (MG) Interessados: INSS e MARIA ZILMA FERREIRA DE ARAÚJO CARDOSO

NB 0132.650.139-6 (ES) Interessados: INSS e ADRIANO STREY

NB 0096.517.269-4 (SP) Interessados: INSS e ANTONIO VIEIRA LIMA

NB 0137.606.279-5 (SP) Interessados: INSS e ROMANO ANTONIO LONGO

NB 0140.206.171-1 (SP) Interessados: INSS e TIAGO APARECIDO BENTO

NB 0135.719.359-6 (GO) Interessados: INSS e ALESSANDRA FERNANDES TEIXEIRA

DIA 14/03/2007 a partir das 8:00 horas

RELATOR(A): Mariedna Moura de Arruda

NB 0139.184.609-2 (PB) Interessados: INSS e HELENO EVANGELISTA

NB 0139.265.059-0 (PB) Interessados: INSS e SELMA MARIA FERREIRA SILVA

NB 0125.885.861-1 (MG) Interessados: INSS e CLOVIS ALVES MARTINS

NB 0134.941.449-0 (MG) Interessados: INSS e MANOEL GONÇALVES DA SILVA

NB 0126.070.971-7 (ES) Interessados: INSS e NEUZA PEREIRA DA SILVA

NB 0136.620.008-7 (ES) Interessados: INSS e DÁRIO BERGER

NB 0114.862.481-0 (SP) Interessados: INSS e TEREZA DA SILVA OLIVEIRA

NB 0514.012.048-4 (MS) Interessados: INSS e AGOSTINHO CHAVES NOGUEIRA

PT 37085.001484/2004-63 (RS) Interessados: INSS e MANOEL CORREA DA ROSA

NB 0132.981.441-7 (PR) Interessados: INSS e NILZA DE MELLO ALVES

NB 0134.365.939-3 (PR) Interessados: INSS e FRANCISCO DOMINGOS MARCHIORO

NB 0102.226.541-2 (PR) Interessados: INSS e CELIA PAGNUSSAT SOARES

NB 0139.817.298-4 (PR) Interessados: INSS e ADRIANA BAGGIO

NB 0131.518.348-7 (SP) Interessados: INSS e FRANCISCO RODRIGUES MENESES

NB 0128.466.811-5 (SP) Interessados: INSS e JAIME PEREIRA DE SOUZA

NB 0114.368.589-7 (PR) Interessados: INSS e LEONI SILVA DE CASTRO MAGALHÃES

NB 0114.862.481-0 (SP) Interessados: INSS e TEREZA DA SILVA OLIVEIRA

RELATOR(A): Sonia Maria de Aguiar Cayres

NB 0140.254.259-0 (PA) Interessados: INSS e RAIMUNDA NAIDE LOPES MENDES

NB 0137.678.268-2 (MA) Interessados: INSS e EMILIANA RIBEIRO DA SILVA CARVALHO

NB 0137.575.418-9 (PB) Interessados: INSS e MARIA DAS DORES DOS SANTOS

NB 0139.179.188-3 (MG) Interessados: INSS e JOSE GERALDO FERREIRA

NB 0115.516.388-2 (SP) Interessados: INSS e SERGIO SHINOHARA

NB 0505.712.941-0 (SP) Interessados: INSS e LUCIA ANSELMO DE ALMEIDA

NB 0112.208.819-9 (SP) Interessados: INSS e VERALDINA ALVES FERNANDES

NB 0125.957.298-3 (SP) Interessados: INSS e IZABEL MARIA DE OLIVEIRA

NB 0131.314.209-0 (SP) Interessados: INSS e ALICE AIKO KOGA

NB 0140.147.458-3 (PR) Interessados: INSS e LUCINETE NIRES BARABAS

RELATOR(A): MARCIO ANDRÉ ALVES DO PRADO

NB 0135.144.550-0 (RN) Interessados: INSS e JOAO PAULO DA SILVA VIEIRA

NB 0112.457.440-6 (MG) Interessados: INSS e JOAO BATISTA

NB 0127.471.971-0 (SP) Interessados: INSS e JORGE ELIAS FILHO

NB 0137.695.109-3 (PR) Interessados: INSS e SOELI TEREZINHA GRANDE

NB 0109.872.939-8 (SC) Interessados: INSS e MARCIO BERG

NB 0138.613.901-4 (GO) Interessados: INSS e LOURIVAL MARTINS DA CUNHA

NB 0505.137.511-8 (SP) Interessados: INSS e ALEXANDRINA MARIA APARECIDA CITADINI

RELATOR(A): Mariedna Moura de Arruda

NB 0516.586.828-8 (AL) Interessados: INSS e THAUANNE QUITÉRIA ALVES DOS SANTOS

PT 35002.004491/2005-47 (AL) Interessados: INSS e MARIA APARECIDA DOS SANTOS

NB 0516.370.541-1 (ES) Interessados: INSS e CLEMAR RODRIGUES LEÃO

PT 35320.003673/2004-15 (RJ) Interessados: INSS e VALÉRIA CRISTINA TORRES DE SOUZA

NB 0135.338.118-5 (SP) Interessados: INSS e JOSE ROBERTO ERNESTO

NB 0135.943.048-0 (PR) Interessados: INSS e PEDRO LERSSEN TERRES

NB 0119.556.678-3 (SP) Interessados: INSS e FRANCISCO JULIO MANSANO
NB 0101.706.158-8 (SP) Interessados: INSS e MARIA NEUSA BORGES MARCELINO
PT 35400.003129/2005-64 (SP) Interessados: INSS e GILMAR CAMARGO DE OLIVEIRA
NB 0120.841.851-0 (SP) Interessados: INSS e BENEDITO ROBERTO MOREIRA
PT 35060.000589/2006-10 (ES) Interessados: INSS e GABRIEL FELISBERTO LEITE
NB 0134.504.061-7 (ES) Interessados: INSS e LUIZ FERNANDES DE JESUS
NB 0132.435.998-3 (AL) Interessados: INSS e MARIA DE FÁTIMA DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO
NB 0515.635.599-0 (MG) Interessados: INSS e MARIA APARECIDA DE SOUZA
NB 0131.985.358-4 (ES) Interessados: INSS e MARIA ATAIDES FARIAS GUIMARÃES
NB 0131.985.358-4 (ES) Interessados: INSS e MARIA ATAIDES FARIAS GUIMARÃES
NB 0120.841.851-0 (SP) Interessados: INSS e BENEDITO ROBERTO MOREIRA
RELATOR(A): Sonia Maria de Aguiar Cayres
NB 0139.972.388-7 (PA) Interessados: INSS e JULIANA TRINDADE MELO
NB 0137.556.388-0 (CE) Interessados: INSS e ANTONIA ANA DA CONCEIÇAO
NB 0140.924.339-4 (SE) Interessados: INSS e ERINALDO DA SILVA SANTOS
NB 0137.339.011-2 (BA) Interessados: INSS e GENÉSIA MARIA DE JESUS
NB 0116.145.308-0 (MG) Interessados: INSS e FRANCISCA ANTONIA DA SILVA
NB 0139.747.479-0 (MG) Interessados: INSS e ADAO RODRIGUES TEIXEIRA
NB 0115.181.739-0 (MG) Interessados: INSS e WEVERSON FERNANDO DE SOUZA
NB 0131.519.359-8 (SP) Interessados: INSS e LUCIA HELENA SIMOES DE SOUZA
NB 0132.731.239-2 (MT) Interessados: INSS e MARINALDO SANTOS GONÇALVES
NB 0137.167.468-7 (GO) Interessados: INSS e MARIA RAFAEL DE OLIVEIRA
RELATOR(A): MARCIO ANDRÉ ALVES DO PRADO
PT 36080.000199/2006-74 (SE) Interessados: INSS e MARIA DOS SANTOS
NB 0139.010.118-2 (ES) Interessados: INSS e GERALDO WANDEKOKEN
NB 0127.896.023-3 (SP) Interessados: INSS e SEBASTIÃO APARECIDO ANTUNES
NB 0127.598.701-7 (SP) Interessados: INSS e CLEUSA FANI MARQUES DE OLIVEIRA
NB 0041.317.568-5 (RS) Interessados: INSS e JOAO PEDRO DOS SANTOS SIQUEIRA
NB 0130.949.548-0 (MT) Interessados: INSS e ELAENE NOGUEIRA PAES
RELATOR(A): Mariedna Moura de Arruda
NB 0140.807.138-7 (CE) Interessados: INSS e ANTONIO MARTINS DAMASCENO
NB 0138.921.901-9 (PB) Interessados: INSS e SANDRA REGINA RAMALJO
NB 0123.857.429-4 (PE) Interessados: INSS e NELSON JOSE DA SILVA
NB 0135.806.921-0 (MG) Interessados: INSS e MARCIO FERRARA MARCOLINO
NB 0122.302.881-7 (ES) Interessados: INSS e RICARDO ELPIDIO FERREIRA
NB 0133.582.831-9 (SP) Interessados: INSS e JOSE CABRERA BUENO
NB 0137.034.679-1 (PR) Interessados: INSS e MARGARIDA CARVALHO DE CAMARGO
PT 35350.000798/2005-17 (SC) Interessados: INSS e JAIRO MIGUEL FERREIRA DO NASCIMENTO
NB 0083.226.041-0 (PR) Interessados: INSS e NEIDE ALVES DE OLIVEIRA
NB 0505.008.688-0 (SP) Interessados: INSS e ALCENIR JOSÉ CARRIEL
NB 0135.330.968-9 (SP) Interessados: INSS e ADAO GONCALVES DE LIMA
NB 0137.672.471-2 (ES) Interessados: INSS e CARLOS ANTÔNIO DE ALMEIDA FERREIRA
NB 0100.325.359-5 (ES) Interessados: INSS e IZAURA CELIA MENEZES
NB 0117.334.961-5 (RJ) Interessados: INSS e JOSÉ CARLOS BEMFEITAS DE LIMA
NB 0134.163.568-3 (SP) Interessados: INSS e GILENO JOSÉ SANTANA
NB 0117.334.961-5 (RJ) Interessados: INSS e JOSÉ CARLOS BEMFEITAS DE LIMA
RELATOR(A): Sonia Maria de Aguiar Cayres
NB 0134.587.958-7 (CE) Interessados: INSS e MARIA FERREIRA DO NASCIMENTO
NB 0123.877.643-1 (RN) Interessados: INSS e RAIMUNDO RENOVATO DE FONTES
NB 0135.424.451-3 (MG) Interessados: INSS e ANDRE FERNANDES CHAVES
NB 0044.281.178-0 (MG) Interessados: INSS e WANDERLEY PAULA DA SILVA
NB 0132.893.879-1 (MG) Interessados: INSS e MARIA INES VIEIRA
NB 0100.320.671-6 (ES) Interessados: INSS e ANTONIO CARLOS OLIVEIRA SANTANA
NB 0132.321.948-7 (SP) Interessados: INSS e ADILSON MARIA DA SILVA
NB 0506.369.678-0 (RS) Interessados: INSS e AMAURI ALEXANDRE CECHETTI
NB 0138.472.701-6 (RS) Interessados: INSS e VANDONEY DE FÁTIMA MENEZES CRUZ
NB 0119.883.681-1 (MS) Interessados: INSS e LILSON TEREZINHO ALBERNAZ
RELATOR(A): MARCIO ANDRÉ ALVES DO PRADO
PT 37183.001560/2005-11 (SE) Interessados: INSS e MARIA SÃO PEDRO LIMA SANTOS
NB 0138.101.861-8 (ES) Interessados: INSS e WILBES MATEUS
NB 0514.219.949-5 (ES) Interessados: INSS e VALENTIM SECATO
NB 0137.395.581-0 (SP) Interessados: INSS e MARCIA REGINA SOARES
NB 0135.196.799-9 (RS) Interessados: INSS e ANADIR CARVALHO DA SILVEIRA
NB 0102.717.060-6 (MS) Interessados: INSS e EDIMAR PEDRO DA SILVA

MARIA JOSÉ DE PAULA MORAES
Presidente da Câmara

SEXTA CÂMARA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas no curso do mês de março de 2007, na sede do Órgão, situada SAS - Q 4 - BL "K" - 9º ANDAR, Brasília, DISTRITO FEDERAL, nas datas e horários a seguir mencionados, podendo, entretanto, nessa mesma sessão ou sessões subseqüentes, serem julgados os processos adiados ou constantes de pautas já publicadas.

DIA 14/03/2007 a partir das 8:00 horas

RELATOR(A): Adriene Cândida Borges
NB 0105.144.335-8 (PA) Interessados: INSS e MARINÉLIO BASTOS DE BRITO
NB 0123.860.114-3 (PE) Interessados: INSS e MARIA JOSE EULALIA DE OLIVEIRA
NB 0129.080.045-3 (MG) Interessados: INSS e AILTON GERALDO DA SILVA
PT 36406.001189/2003-77 (RJ) Interessados: INSS e TANIA MARIA BARCELLOS CROUZEILLES
NB 0131.139.154-9 (SP) Interessados: INSS e JORGE JOSE DE MORAES
NB 0121.888.415-8 (SP) Interessados: INSS e ANGELO SEGANTIN JULIO
NB 0109.302.154-0 (SP) Interessados: INSS e MAURO PEREIRA
NB 0134.167.614-2 (SP) Interessados: INSS e ARGEMIRO NICOLAU CALANTONE
NB 0135.298.475-7 (SP) Interessados: INSS e SIDNEI JESUS DA SILVA
NB 0135.336.065-0 (SP) Interessados: INSS e JOSE GABRIEL MAIA
PT 36764.000724/2004-09 (MS) Interessados: INSS e MARIA FERNANADES TABOSA
PT 37313.001395/2004-86 (DF) Interessados: INSS e GERCI FIRMINO DA SILVA
PT 35758.000314/2001-71 (DF) Interessados: INSS e JOSUÉ QUEIROZ DE MACEDO
RELATOR(A): Leni Cândida Rosa
NB 0126.576.175-0 (PA) Interessados: INSS e MARIA SILVA DE OLIVEIRA
NB 0135.872.874-4 (MG) Interessados: INSS e ELIZABETH SANTOS DE SOUZA
NB 0137.191.135-2 (MG) Interessados: INSS e ANTONIO CORDEIRO DOS SANTOS
NB 0132.905.368-8 (MG) Interessados: INSS e JOSE DAS GRAÇAS RIBEIRO
PT 35062.002154/2005-17 (ES) Interessados: INSS e DEJAIR LEMOS GARCIA
NB 0515.995.404-6 (ES) Interessados: INSS e ANDREA CARLA NUNES CONCEIÇÃO
NB 0137.828.444-2 (ES) Interessados: INSS e ALTAIR JOSE BUZETTE
NB 0515.365.104-1 (ES) Interessados: INSS e MARIA DAS GRAÇAS DALMASIO SANTOS
NB 0514.478.719-0 (RJ) Interessados: INSS e DANIEL PEREIRA DA ROCHA
NB 0110.089.084-7 (SP) Interessados: INSS e ANTÔNIO BATISTA DA SILVA
PT 37322.002134/2004-74 (SP) Interessados: INSS e MANOEL MESSIAS PEREIRA
NB 0128.270.664-8 (SP) Interessados: INSS e ADALGISA RIBEIRO RODRIGUES
NB 0132.698.844-9 (GO) Interessados: INSS e MARIA APARECIDA ALVARENGA
RELATOR(A): Mariana Flôr de Maio de Castro Barbosa
NB 0140.093.394-0 (CE) Interessados: INSS e MARTA MARIA ALVES DE ASSIS
NB 0124.897.674-3 (CE) Interessados: INSS e MARIA MARINALVA VIEIRA BATISTA
NB 0141.622.625-4 (PB) Interessados: INSS e JOANA GONÇALVES BEZERRA
NB 0140.826.895-4 (PB) Interessados: INSS e AURENI ARAUJO DA SILVA
NB 0140.308.275-5 (PB) Interessados: INSS e IARA TERESA DE FARIAS SOUSA
NB 0136.306.145-0 (PB) Interessados: INSS e GERLY BENJAMIM AMARO
NB 0140.165.845-5 (PE) Interessados: INSS e UANA CHRISTINA DOS SANTOS
NB 0137.010.965-0 (ES) Interessados: INSS e MARIA MADALENA MARTINS DE OLIVEIRA
NB 0137.010.885-8 (ES) Interessados: INSS e MARIA NEUZA DE SOUZA FRANCO
NB 0123.501.215-5 (MS) Interessados: INSS e ENILDA FERREIRA DOS ANJOS
RELATOR(A): Adriene Cândida Borges
NB 0136.854.464-6 (CE) Interessados: INSS e FRANCISCA MARIA DE PAIVA TIMBO
NB 0140.651.725-6 (CE) Interessados: INSS e HELENIMAR FERNANDES ALVES
NB 0141.193.034-4 (PB) Interessados: INSS e MARIA DE LOURDES GUIMARÃES DE SOUSA
NB 0107.419.035-9 (BA) Interessados: INSS e RAIMUNDO JOSÉ SANTOS DE CARVALHO
NB 0109.878.584-0 (BA) Interessados: INSS e UILSON DE SOUZA SANTOS
NB 0509.115.335-3 (MG) Interessados: INSS e DERCIDES SOARES BATISTA
NB 0136.197.984-1 (ES) Interessados: INSS e ITAMAR DOS SANTOS PASSOS
NB 0113.692.214-5 (SP) Interessados: INSS e APARECIDO DONIZETTI HIAS
NB 0122.536.454-7 (SP) Interessados: INSS e PAULO ROBERTO DAS CANDEIAS
NB 0132.021.625-8 (PR) Interessados: INSS e LUIZ CELSO NETO DOS SANTOS
NB 0140.747.965-0 (PR) Interessados: INSS e JAMIL RIBEIRO VILAS BOAS
NB 0514.264.075-2 (PR) Interessados: INSS e RIBANA TOBLER CERAGIOLI
PT 37056.001155/2006-14 (GO) Interessados: INSS e LUIZ MORAIS FILHO
RELATOR(A): Leni Cândida Rosa
NB 0128.552.704-3 (AL) Interessados: INSS e OLINDINA MARIA DA CONCEIÇÃO
NB 0137.938.465-3 (AL) Interessados: INSS e JOSÉ JORDÃO DA SILVA
NB 0132.422.344-5 (SE) Interessados: INSS e JOCELINO GREGORIO DOS SANTOS
NB 0516.515.965-1 (ES) Interessados: INSS e REGINALDO COLA COUTINHO
NB 0135.828.274-6 (RJ) Interessados: INSS e JUÇARA MORAES DA CRUZ PINHEIRO
NB 0126.404.074-9 (SP) Interessados: INSS e MARIA DE LOURDES OLEGARIO
NB 0135.300.554-0 (SP) Interessados: INSS e ELVIS ANTONIO FAVARO
NB 0130.129.305-6 (SP) Interessados: INSS e MARIA DO SOCORRO DA SILVA
NB 0133.770.185-5 (SP) Interessados: INSS e ALEXANDRE GUILHERME MENDES
NB 0138.293.695-5 (SC) Interessados: INSS e JOSE VITOR STIZ PEDROCHESKI
NB 0135.957.564-0 (SC) Interessados: INSS e ERICA APARECIDA HENNING
NB 0138.472.844-6 (RS) Interessados: INSS e SERGIO BRINGHENTI
NB 0135.758.635-0 (RS) Interessados: INSS e ARIDES MARIA DORNELES DE OLIVEIRA(ADAO RODRIGUES)
RELATOR(A): Mariana Flôr de Maio de Castro Barbosa
NB 0137.344.695-9 (CE) Interessados: INSS e JOSE LOPES DA SILVA
NB 0137.346.184-2 (CE) Interessados: INSS e ANTONIO SAMPAIO MARQUES
NB 0049.834.444-4 (CE) Interessados: INSS e EDUARDO RODRIGUES DE SA
NB 0085.408.555-6 (MG) Interessados: INSS e GERALDO FERNANDES CORREA
NB 0132.650.824-2 (ES) Interessados: INSS e EDOVIRGEM RODRIGUES DIAS
NB 0131.753.295-0 (RJ) Interessados: INSS e MARLI DE SOUZA TEIXEIRA FIRMINO
NB 0135.120.514-2 (RJ) Interessados: INSS e JEANETE DOS SANTOS
NB 0136.109.255-3 (RJ) Interessados: INSS e MÁRCIA DOS ANJOS NOGUEIRA
NB 0132.753.644-4 (MT) Interessados: INSS e ELIANDRA BENICIO SABARRETE DE AZEVEDO
NB 0516.134.755-0 (GO) Interessados: INSS e CRISTINA MARIA SILVA SANOTS
RELATOR(A): Adriene Cândida Borges
NB 0125.621.535-7 (PI) Interessados: INSS e ADENILDE DOS SANTOS MIRANDA
NB 0120.661.215-8 (CE) Interessados: INSS e SARA BARBOSA DAMASCENO
NB 0132.184.575-5 (CE) Interessados: INSS e MARIA DA SILVA

NB 0028.496.825-0 (BA) Interessados: INSS e JOSÉ CARLOS PORTELA
NB 0103.559.174-7 (ES) Interessados: INSS e ODILARD JOEL DE JESUS
NB 0135.102.675-2 (RJ) Interessados: INSS e MAURISA AURÉLIA DE SOUZA
NB 0129.917.004-5 (SP) Interessados: INSS e FRANCISCA IVONE SERNAGLIA GREGIO
NB 0139.137.814-5 (SP) Interessados: INSS e NORMA COSTA
NB 0122.777.645-1 (SP) Interessados: INSS e JOAREZ DOS SANTOS
NB 0132.332.895-2 (SP) Interessados: INSS e ANDRESSA CRISTINA TEIXEIRA SANTIAGO
NB 0140.495.475-6 (SP) Interessados: INSS e EMILY FERREIRA MARQUES DE SOUZA
NB 0131.782.134-0 (SP) Interessados: INSS e MARIA APARECIDA GOMES GARCIA
NB 0133.363.254-9 (SC) Interessados: INSS e DELURDES LUCIANO DA SILVA DE OLIVEIRA
DIA 15/03/2007 a partir das 8:00 horas
RELATOR(A): Leni Cândida Rosa
NB 0055.989.469-4 (TO) Interessados: INSS e MARIA JOSÉ BORGE DA MOTA
NB 0139.220.484-1 (PB) Interessados: INSS e ANTONIO LAUREANO DOS SANTOS
NB 0136.949.821-4 (MG) Interessados: INSS e JOSE DOS SANTOS FILHO
NB 0128.063.024-5 (ES) Interessados: INSS e ANTONIO ALVES DE SÁ
NB 0139.009.645-6 (ES) Interessados: INSS e DALVA MARIA BARCELLOS CHEPFER
NB 0124.371.964-5 (RJ) Interessados: INSS e NILCE ALVES DE ARAUJO SAVIOLLI
NB 0084.093.624-9 (RJ) Interessados: INSS e SARITA CAROLINA BORGES
NB 0123.618.811-7 (RJ) Interessados: INSS e GERALDA MAIA MOREZINHO
NB 0130.936.851-9 (SP) Interessados: INSS e THEREZINHO BARBOSA DOS SANTOS
NB 0137.402.155-2 (SP) Interessados: INSS e MARIA DA GRAÇA APARECIDA DA ROSA
NB 0127.753.494-0 (SP) Interessados: INSS e MARIA APARECIDA DE SOUZA
NB 0514.835.211-2 (SC) Interessados: INSS e BELARMINDA VARGAS GOULART
NB 0515.581.731-1 (SC) Interessados: INSS e LUCIANA GUIMARAES
RELATOR(A): Mariana Flôr de Maio de Castro Barbosa
NB 0134.999.304-0 (PB) Interessados: INSS e ZELIA MARIA DA SILVA
NB 0139.222.444-3 (PE) Interessados: INSS e ANTONIA JULIA ALVES
NB 0135.668.085-0 (MG) Interessados: INSS e RUBENS RIOGA TERUEL
NB 0131.099.835-0 (MG) Interessados: INSS e RITA PEREIRA DA SILVA
NB 0137.191.314-2 (MG) Interessados: INSS e MARIA JOSE FIGUEIREDO
NB 0139.179.094-1 (MG) Interessados: INSS e SELMA GOMES DE SOUZA
PT 37220.003345/2005-53 (RJ) Interessados: INSS e LUCIA HELENA VENERE GONÇALVES
NB 0138.279.375-5 (RJ) Interessados: INSS e JULIETTA CHAVÃO
NB 0109.353.985-0 (SP) Interessados: INSS e LORIVAL ROMAN BARBOSA
NB 0130.535.935-3 (SP) Interessados: INSS e MAGDALENA BISCARO TOSCANO
NB 0109.588.964-5 (SP) Interessados: INSS e MIGUEL LOPES
RELATOR(A): Adriene Cândida Borges
PT 35960.001414/2004-14 (RN) Interessados: INSS e IVONE MEDEIROS DOS SANTOS
NB 0138.014.355-9 (BA) Interessados: INSS e JOSÉ ANTUNES DE SOUZA FILHO
NB 0130.480.615-1 (MG) Interessados: INSS e RENATO BRAGA DUARTE
PT 36980.003735/2004-88 (MG) Interessados: INSS e TARCISIO MONTEIRO DE CASTRO
NB 0138.022.685-3 (ES) Interessados: INSS e CLAUDIA RAMOS DE OLIVEIRA
PT 35063.000914/2006-14 (ES) Interessados: INSS e SEVERINO TEIXEIRA
PT 35062.001824/2006-51 (ES) Interessados: INSS e ANEILDA DA SILVA PEREIRA
NB 0133.136.565-9 (RJ) Interessados: INSS e MARIA HELENA MARTINS DE ALMEIDA
NB 0046.959.629-5 (RJ) Interessados: INSS e ADAIRTE SALDANHA
PT 35948.000684/2005-57 (PR) Interessados: INSS e JOAO ALBERTO FIORINI DE OLIVEIRA
NB 0132.741.064-5 (MT) Interessados: INSS e FRANCISCO SILVA
PT 35758.000764/2004-69 (DF) Interessados: INSS e NOEL ALVES DE MIRANDA
RELATOR(A): Leni Cândida Rosa
PT 35226.004247/2006-39 (PI) Interessados: INSS e ANA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA
NB 0136.854.154-0 (CE) Interessados: INSS e ORLANDO VIEIRA CABRAL
NB 0137.937.735-5 (AL) Interessados: INSS e ANA LÚCIA VIEIRA
NB 0139.149.725-0 (AL) Interessados: INSS e ALDICE SOARES LISBOA
NB 0138.828.415-1 (AL) Interessados: INSS e MARIA BETÂNIA DOS SANTOS LIMA
NB 0130.157.994-4 (ES) Interessados: INSS e MARIA LUIZA GUIMARÃES SILVA
NB 0134.473.654-5 (SP) Interessados: INSS e ANGELINA GIOVANELLI CASTANHO
NB 0133.345.794-1 (SC) Interessados: INSS e NELZA MARIA PADILHA MOCELIN
NB 0138.940.005-8 (SC) Interessados: INSS e TERESINHA NOELI SEHN BOLEGON
NB 0138.285.765-6 (RS) Interessados: INSS e MARCELO TOMAZ FEIJO
NB 0138.287.194-2 (RS) Interessados: INSS e CRISTIANE BREZOLIN
RELATOR(A): Mariana Flôr de Maio de Castro Barbosa
NB 0142.134.104-0 (PA) Interessados: INSS e MARIA ROSIANE MIRANDA TAVARES
NB 0138.416.884-0 (PI) Interessados: INSS e ENEDINA AVELINO ARAUJO
NB 0139.193.115-4 (PI) Interessados: INSS e ISABEL DIAS DE CARVALHO
NB 0132.593.444-2 (CE) Interessados: INSS e MARIA DUARTE FRUTUOSO DA SILVA
NB 0131.592.134-8 (SP) Interessados: INSS e CARMELITA JULIA JORDÃO
NB 0127.295.275-1 (SP) Interessados: INSS e SONIA MARIA DINIZ GARCIA
NB 0139.093.914-3 (CE) Interessados: INSS e MARIA DO SOCORRO DO NASCIMENTO ARAÚJO
NB 0140.518.954-9 (CE) Interessados: INSS e DIONEIDE ALVES LIMA
NB 0138.017.465-9 (CE) Interessados: INSS e VERA LUCIA MACIEL DE LIMA
NB 0134.802.275-0 (CE) Interessados: INSS e MARIA LUCIA RODRIGUES DO NASCIMENTO
NB 0133.719.725-1 (MG) Interessados: INSS e APARECIDA TOME INACIO DE FARIA
NB 0138.557.105-2 (ES) Interessados: INSS e ADEMILDE MARQUEZINI ROSSI
NB 0117.657.114-9 (SP) Interessados: INSS e NEMERCIO DE OLIVEIRA
NB 0131.626.064-7 (MG) Interessados: INSS e ADILSON BAPTISTA CORREA
NB 0123.948.084-6 (MG) Interessados: INSS e CARLOS GOMES MAGALHAES
NB 0129.190.224-1 (RJ) Interessados: INSS e ALOISIO GUALBERTO ZEBEDEU
NB 0114.907.145-9 (RJ) Interessados: INSS e GELSON JOSÉ DOS SANTOS
NB 0110.218.484-2 (SP) Interessados: INSS e NORBERTO JORGE GONÇALVES
NB 0128.955.025-2 (SP) Interessados: INSS e JULIO CESAR SILVA
NB 0134.073.794-6 (SP) Interessados: INSS e ANGELINA MARIA DE SOUZA
NB 0133.498.495-3 (SP) Interessados: INSS e JOSÉ CARLOS ROBERTO FURLAN
NB 0109.117.644-0 (SP) Interessados: INSS e URLEI ROBERTO FILADELFO DE ALMEIDA
NB 0068.553.885-0 (SP) Interessados: INSS e ELIO MARTINS DE PAULA
NB 0109.691.185-7 (SC) Interessados: INSS e VALDIR KRUTZSCH
NB 0120.076.175-5 (RS) Interessados: INSS e VILSON FACHINELLO
NB 0124.803.514-0 (GO) Interessados: INSS e ABADIO FLORENTINO DA SILVA

CÉLIA APOLINÁRIO DE ALENCAR
Presidente da Câmara

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEPARTAMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA

DESPACHO DA DIRETORA
Em 1ª de março de 2007

Processo MPAS 44011.000004/2005-57. Interessado: RECKITTPREV - Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária. Assunto: Retirada de Patrocínio. Despacho: Tendo em vista o disposto no inciso III do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, no inciso IV do artigo 11 do Anexo I ao Decreto nº 5.755, de 13 de abril de 2006 e nos termos da Análise Técnica nº 114/2007/SPC/DETEC/CGAT, de 01 de março de 2007, HOMOLOGO o pedido de retirada de patrocínio da FÁBRICA DE EMBALAGENS NACIONAIS LTDA do Plano de Benefícios II administrado pela RECKITTPREV.

MARIA ESTER VERAS

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 524, DE 8 DE MARÇO DE 2007

Estabelece alteração nos Programas de Trabalho referentes ao financiamento do Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas e do Programa para a aquisição de Medicamentos Essenciais para a Área de Saúde Mental.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e Considerando a Portaria nº 1.077/GM, de 24 de agosto de 1999, que institui o Programa para a aquisição de Medicamentos Essenciais para a Área de Saúde Mental; Considerando a Portaria nº 648/GM, de 28 de março de 2006, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica; e Considerando a Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, a partir da competência janeiro de 2007, os recursos destinados ao financiamento do Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas e do Programa para a aquisição de Medicamentos Essenciais para a Área de Saúde Mental, deverão onerar os seus respectivos Programas de Trabalho conforme a seguir descrito:

I - Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - Programa de Trabalho 10.301.1214.0589 - Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB - para a Saúde da Família; e

II - Programa para a aquisição de Medicamentos Essenciais para a Área de Saúde Mental - Programa de Trabalho 10.303.1293.4368.0001 - Promoção da Oferta e da Cobertura dos Serviços de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos no Sistema Único de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL

DESPACHOS DO DIRETOR

Diretor responsável pela Diretoria de Desenvolvimento Setorial, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, do art. 28, da Resolução Normativa n. º 4, de 19 de abril de 2002, em cumprimento ao parágrafo único, do art. 6º da Instrução Normativa - IN n. º 4/DIDES, de 06 de junho de 2002, torna público o DEFERIMENTO, no mês de Novembro de 2006, o parcelamento do débito abaixo especificado:

CNPJ	RPD	N. º de Parcelas	Valor Parcelado	Natureza do débito
44.945.962/0001-99	455386	02	R$ 2.036,56	Ressarcimento ao SUS

Encontra-se disponível na Internet, no endereço www.ans.gov.br o demonstrativo do parcelamento deferido.

Diretor responsável pela Diretoria de Desenvolvimento Setorial, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, do art. 28, da Resolução Normativa n. º 4, de 19 de abril de 2002, em cumprimento ao parágrafo único, do art. 6º da Instrução Normativa - IN n. º 4/DIDES, de 06 de junho de 2002, torna público o DEFERIMENTO, no mês de Fevereiro de 2007, o parcelamento do débito abaixo especificado:

CNPJ	RPD	N. º de Parcelas	Valor Parcelado	Natureza do débito
02877955/0001-57	475549	13	R$ 13.323,55	Ressarcimento ao SUS
35643691/0001-26	492116	05	R$ 14.282,02	Ressarcimento ao SUS
00512543/0001-98	496958	17	R$ 17.259,16	Ressarcimento ao SUS
02877955/0001-57	496939	09	R$ 9.995,73	Ressarcimento ao SUS

Encontra-se disponível na Internet, no endereço www.ans.gov.br o demonstrativo do parcelamento deferido.

JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 421, DE 8 DE MARÇO DE 2007

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora ADMINISTRADORA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 49 e a alínea "b" do inciso II do art. 64 do Regimento Interno, aprovado pela RN n.º 81, de 2 de setembro de 2004, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 07 de março de 2007, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.213401/2006-07, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente, na forma do disposto no inciso III do art. 50 do Regimento Interno, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o regime de Direção Fiscal na operadora ADMINISTRADORA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.043.452/0001-01.

GILSON CALEMAN
Diretor-Presidente
Substituto

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 422, DE 8 DE MARÇO DE 2007

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora PAX SAÚDE LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 49 e a alínea "b" do inciso II do art. 64 do Regimento Interno, aprovado pela RN n.º 81, de 2 de setembro de 2004, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 07 de março de 2007, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.196794/2006-97, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente, na forma do disposto no inciso III do art. 50 do Regimento Interno, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o regime de Direção Fiscal na operadora PAX SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.730.951/0001-04.

GILSON CALEMAN
Diretor-Presidente
Substituto

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 106, DE 8 DE MARÇO DE 2007

. O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições, Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998; no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, bem como aos mecanismos de renovação desta autorização; Considerando as solicitações de renovação de autorização formuladas pelos estabelecimentos e equipes especializadas e encaminhadas à Secretaria de Saúde do Estado do Piauí/CNCDO-PI; e, Considerando a manifestação favorável à renovação de autorização emitida pela Secretaria de Saúde do Estado do Piauí/CNCDO-PI em cujo âmbito de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder, a contar de 09 de janeiro de 2006, renovação de autorização para realizar retirada e transplantes de Rim/Pâncreas a equipe de saúde abaixo identificada:

RIM/PÂNCREAS

I - Nº do SNT 1 31 04 PI 02
II - responsável técnico: Luís Carlos Feitosa Tajra, cirurgião geral, CRM 1784.
III - membro: Luís Carlos Feitosa Tajra, cirurgião geral, CRM 1784.
IV - membro: Gerardo Aguiar Chaves, urologista, CRM 234.
V - membro: Roberto Luciano Coimbra, urologista, CRM 4639.
VI - membro: José Tibúrcio do Monte Neto, nefrologista, CRM 1485.
VII - membro: Delson Castelo Branco Rocha Filho, urologista, CRM 2873.
VIII - membro: Celina Teresa Castelo Branco Couto de Sousa, nefrologista, CRM 2641 .
VIX - membro: Felipe Eulálio de Pádua, nefrologista, CRM 1254.
X - membro: José Marlone Ferreira, anestesiologista, CRM 1733.
XI - membro: Horácio Ribeiro da Silva, anestesiologista, CRM 841.

Art. 2º - Estabelecer que as renovações de autorização concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar de 09 de janeiro de 2006, renováveis por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º , 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e nos Artigos 28, 29, 30, 31 e 32 da Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998.

§ 1º Ficam autorizados pelo Sistema Nacional de Transplantes aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas cujos nomes não constavam da autorização anterior que passaram a integrar suas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

§ 2º Ficam canceladas as autorizações do Sistema Nacional de Transplantes para aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas que constavam da autorização anterior, cujos nomes não se encontram relacionados nas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE MORAES

PORTARIA Nº 107, DE 8 DE MARÇO DE 2007

. O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições, Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998, no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; Considerando a Portaria SAS/MS nº 107, de 22 de fevereiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União nº 39 de 23 de fevereiro de 2006, Seção 1, página 54, e; Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais/ CNCDO - MG em cujos âmbitos de atuação se encontra a equipe especializada de saúde; resolve:

Art. 1º - Substituir o responsável técnico Francisco Assis Teixeira, urologista, CRM 24698 da equipe de transplante de Rim habilitada pela Portaria SAS/MS nº 107, de 22 de fevereiro de 2006, conforme nº do SNT 1 01 99 MG 02, e nomear como responsável técnico pela equipe, Sandra Simone Vilaça, nefrologista, CRM 21660.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE MORAES

PORTARIA Nº 108, DE 8 DE MARÇO DE 2007

. O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições, Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998; no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, bem como aos mecanismos de renovação desta autorização; Considerando as solicitações de renovação de autorização formuladas pelos estabelecimentos e equipes especializadas e encaminhadas à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo/CNCDO-SP; e, Considerando a manifestação favorável à renovação de autorização emitida pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo/CNCDO-SP em cujo âmbito de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder, a contar de 09 de dezembro de 2006, renovação de autorização para realizar retirada e transplante de Pâncreas a equipe de saúde abaixo identificada:

PÂNCREAS

I - Nº do SNT 1 32 02 SP 217
II - responsável técnico: Irene de Lourdes Noronha, nefrologista, CRM 43429.
III - membro: Irene de Lourdes Noronha, nefrologista, CRM 43429.
IV - membro: João Egídio Romão Junior, nefrologista, CRM 23628.
V - membro: Hugo Abensur, nefrologista, CRM 47816 .
VI - membro: Maria Regina Teixeira Araújo, nefrologista, CRM 56352.
VII - membro: João Carlos Campagnari, urologista, CRM 21719.
VIII - membro: Luiz Antonio de Azevedo Ribeiro, urologista, CRM 15635.
VIX - membro: Paulo Roberto Teixeira Rodrigues, urologista, CRM 60050.
X - membro: Marcio D'Imperio, urologista, CRM 40589.
XI - membro: Luiz Augusto Carneiro D'Alburquerque, gastroenterologista, CRM 22761.
XII - membro: Adriano Miziara Gonzáles, gastroenterologista, CRM 76192.

Art. 2º - Estabelecer que as renovações de autorização concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar de 09 de dezembro de 2006, renováveis por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º, 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e nos Artigos 28, 29, 30, 31 e 32 da Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998.

§ 1º Ficam autorizados pelo Sistema Nacional de Transplantes aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas cujos nomes não constavam da autorização anterior que passaram a integrar suas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

§ 2º Ficam canceladas as autorizações do Sistema Nacional de Transplantes para aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas que constavam da autorização anterior, cujos nomes não se encontram relacionados nas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE MORAES

PORTARIA Nº 109, DE 8 DE MARÇO DE 2007

. O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições, Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998; no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, bem como aos mecanismos de renovação desta autorização; Considerando as solicitações de renovação de autorização formuladas pelos estabelecimentos e equipes especializadas e encaminhadas à Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul/CNCDO-RS; e, Considerando a manifestação favorável à renovação de autorização emitida pela Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul/CNCDO-RS em cujo âmbito de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder, a contar de 01 de fevereiro de 2005, renovação de autorização para realizar retirada e transplante de Pâncreas a equipe de saúde abaixo identificada:

PÂNCREAS

I - Nº do SNT 1 32 01 RS 02
II - responsável técnico: Valter Duro Garcia, nefrologista, CRM 7258.
III - membro: Valter Duro Garcia, nefrologista, CRM 7258.
IV - membro: Clotilde Druck Garcia, nefrologista, CRM 8924.
V - membro: Dolores Bender, nefrologista, CRM 7288.
VI - membro: João Carlos Goldani, nefrologista, CRM 5225.
VII - membro: João Jorge de Oliveira Bianchini, nefrologista, CRM 3267.
VIII - membro: Alexandre Losekann, nefrologista, CRM 12337.
IX - membro: Rosana Mussoi Bruno, nefrologista, CRM 13215.
X - membro: Viviane Rocha de Barros, nefrologista, CRM 14750.
XI - membro: Elizete Keitel, nefrologista, CRM 16190.
XII - membro: Antônio Eduardo do Nascimento Bittar, nefrologista, CRM 6834.
XIII - membro: Auri Ferreira dos Santos, nefrologista, CRM 19067
XIV - membro: Patrícia Campos d'Almeida Bianco, nefrologista, CRM 22726.
XV - membro: Santo Pascual Vitola, cirurgião geral, CRM 4470
XVI - membro: Eduardo Chaise Didoné, cirurgião geral, CRM 16049.
XVII - membro: Enilde Eloena Guerra, cirurgião geral, CRM 13260.
XVIII - membro: Fabian Silva Pires, urologista, CRM 19148.
XIX - membro: André Ricardo d'Avila, urologista, CRM 21840.
XX - membro: Guido Pio Gracco Cantisani, cirurgião geral, CRM 3153.
XXI - membro: Maria Lúcia Zanotelli, cirurgião geral, CRM 13752.
XXII - membro: Paulo Renato Motta, urologista, CRM 10200.
XXIII - membro: Eduardo Soares Schlindwein, cirurgião geral, CRM 18036.
XXIV - membro: Ian Leipnitz, cirurgião geral, CRM 21389.
XXV - membro: Tomas de Jesus Maria Grezzana Filho, cirurgião geral, CRM 21576.

XXVI - membro: Mario Henrique Mendes de Mattos Meine, cirurgião geral, CRM 22253.
XXVII - membro: Guillermo Kiss, cirurgião geral, CRM 23546.
XXVIII - membro: Jair Garcia da Silva, cirurgião geral, CRM 23164.
XXIX- membro: Alexandre Augusto Messias, nefrologista, CRM 10840.

Art. 2º - Estabelecer que as renovações de autorização concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar de 01 de fevereiro de 2005, renováveis por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º , 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e nos Artigos 28, 29, 30, 31 e 32 da Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998.

§ 1º Ficam autorizados pelo Sistema Nacional de Transplantes aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas cujos nomes não constavam da autorização anterior que passaram a integrar suas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

§ 2º Ficam canceladas as autorizações do Sistema Nacional de Transplantes para aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas que constavam da autorização anterior, cujos nomes não se encontram relacionados nas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE MORAES

PORTARIA Nº 110, DE 8 DE MARÇO DE 2007

. O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições, Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998; no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, bem como aos mecanismos de renovação desta autorização; Considerando as solicitações de renovação de autorização formuladas pelos estabelecimentos e equipes especializadas e encaminhadas à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo/CNCDO-SP; e, Considerando a manifestação favorável à renovação de autorização emitida pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo/CNCDO-SP em cujo âmbito de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder, a contar de 25 de agosto de 2006, renovação de autorização para realizar retirada e transplante de Pâncreas a equipe de saúde abaixo identificada:

PÂNCREAS

I - Nº do SNT 1 32 00 SP 33
II - responsável técnico: José Osmar de Abreu Pestana, nefrologista, CRM 37.800.
III - membro: Cláudio Santiago Melaragno, nefrologista, CRM 43.488.
IV - membro: Tarcisio Trivino, cirurgião, CRM 13.316.
V - membro: Adriano Miziara Gonzales, cirurgião, CRM 76.192.
VI - membro: Alcides Augusto Salzedas Netto, cirurgião, CRM 82.653.
VII - membro: Marcelo Moura Linhares, cirurgião, CRM 64.829.
VIII - membro: Maria Helena Garcez da Silva, cirurgião, CRM 82.800.
VIX - membro: Rita Aparecida Maria Moura Monteiro, cirurgiã, CRM 66.109.
X - membro: Nelson Gattas, urologista, CRM 28.375.
XI - membro: Arcilio de Jesus Roque, urologista, CRM 18.286.
XII - membro: José Carlos Costa Baptista da Silva, urologista, CRM 29.096.
XIII - membro: Wilson Ferreira Aguiar, urologista, CRM 83.638.
XIV - membro: João Roberto Sá, endocrinologista, CRM 43.188.
XV - membro: Ivete Hiroko Kawasaki, anestesiologista, CRM 60.730.

Art. 2º - Estabelecer que as renovações de autorização concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar de 25 de agosto de 2006, renováveis por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º, 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e nos Artigos 28, 29, 30, 31 e 32 da Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998.

§ 1º Ficam autorizados pelo Sistema Nacional de Transplantes aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas cujos nomes não constavam da autorização anterior que passaram a integrar suas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

§ 2º Ficam canceladas as autorizações do Sistema Nacional de Transplantes para aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas que constavam da autorização anterior, cujos nomes não se encontram relacionados nas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE MORAES

PORTARIA Nº 111, DE 8 DE MARÇO DE 2007

. O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições, Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998; no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, bem como aos mecanismos de renovação desta autorização; Considerando as solicitações de renovação de autorização formuladas pelos estabelecimentos e equipes especializadas e encaminhadas à Secretaria de Saúde do Estado do Riio de Janeiro/CNCDO-RJ e, Considerando a manifestação favorável à renovação de autorização emitida pela Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro/CNCDO-RJ em cujo âmbito de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder, a contar de 27 de fevereiro de 2006, renovação de autorização para realizar transplante de Córnea ao estabelecimento de saúde abaixo identificado:

CÓRNEA

I - Nº do SNT 2 11 02 RJ 03
II - denominação: Hospital Municipal Jesus;
III - CGC: 29.468.055/0008-89;
IV - CNES: 2269341;
V - endereço: Rua Oito de Dezembro nº 717- Vila Isabel - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.550-200.

Art. 2º - Estabelecer que as renovações de autorização concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar de 27 de fevereiro de 2006, renováveis por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º , 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e nos Artigos 28, 29, 30, 31 e 32 da Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998.

§ 1º Ficam autorizados pelo Sistema Nacional de Transplantes aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas cujos nomes não constavam da autorização anterior que passaram a integrar suas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

§ 2º Ficam canceladas as autorizações do Sistema Nacional de Transplantes para aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas que constavam da autorização anterior, cujos nomes não se encontram relacionados nas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE MORAES

PORTARIA Nº 112, DE 8 DE MARÇO DE 2007

. O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições, Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998; no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, bem como aos mecanismos de renovação desta autorização; Considerando as solicitações de renovação de autorização formuladas pelos estabelecimentos e equipes especializadas e encaminhadas à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo/CNCDO-SP; e, Considerando a manifestação favorável à renovação de autorização emitida pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo/CNCDO-SP em cujo âmbito de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder, a contar de 20 de janeiro de 2007, renovação de autorização para realizar transplante de Valva Cardíaca a equipe de saúde abaixo identificada:

VALVA CARDÍACA

I - Nº do SNT 1 41 05 SP 03
II - responsável técnico: Altamiro Ribeiro Dias, cirurgião cardiovascular, CRM 11540.
III - membro: Altamiro Ribeiro Dias, cirurgião cardiovascular, CRM 11540.
IV - membro: Ricardo Ribeiro Dias, cirurgião cardiovascular, CRM 72937.
V - membro: Fábio Antônio Gaiotto, cirurgião cardiovascular, CRM 81565.
VI - membro: José Otávio Costa Auler Júnior, intensivista, CRM 19051.
VII - membro: Edmar Alcides Bocchi, cardiologista, CRM 36179.
VIII - membro: Fernando Bacal, cardiologista, CRM 66051.
VIX - membro: Eulógio Emílio Marinez Filho, hemodinamicista, CRM 13137.
X - membro: Luis Yu, nefrologista, CRM 31397.
XI - membro: Maria José Carvalho Carmona, anestesiologista CRM 54142.

Art. 2º - Estabelecer que as renovações de autorização concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar de 20 de janeiro de 2007, renováveis por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º , 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e nos Artigos 28, 29, 30, 31 e 32 da Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998.

§ 1º Ficam autorizados pelo Sistema Nacional de Transplantes aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas cujos nomes não constavam da autorização anterior que passaram a integrar suas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

§ 2º Ficam canceladas as autorizações do Sistema Nacional de Transplantes para aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas que constavam da autorização anterior, cujos nomes não se encontram relacionados nas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE MORAES

PORTARIA Nº 113, DE 8 DE MARÇO DE 2007

. O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições, Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998; no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, bem como aos mecanismos de renovação desta autorização; Considerando as solicitações de renovação de autorização formuladas pelos estabelecimentos e equipes especializadas e encaminhadas à Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas/CNCDO-AM e, Considerando a manifestação favorável à renovação de autorização emitida pela Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas/CNCDO-AM em cujo âmbito de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder, a contar de 15 de outubro de 2006, renovação de autorização para realizar retirada e transplante de Rim o estabelecimento de saúde abaixo identificado:

RIM

I - Nº do SNT 2 01 02 AM 06
II - denominação: Hospital Santa Julia;
III - CGC: 04.666.863/0001-53;
IV - CNES: 2018055 ;
V - endereço: Av. Ayrão, nº 507 - Centro - Manaus - AM - CEP: 69.025-050;

Art. 2º - Estabelecer que as renovações de autorização concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar de 15 de outubro de 2006, renováveis por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º , 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e nos Artigos 28, 29, 30, 31 e 32 da Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998.

§ 1º Ficam autorizados pelo Sistema Nacional de Transplantes aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas cujos nomes não constavam da autorização anterior que passaram a integrar suas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

§ 2º Ficam canceladas as autorizações do Sistema Nacional de Transplantes para aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas que constavam da autorização anterior, cujos nomes não se encontram relacionados nas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE MORAES

PORTARIA Nº 114, DE 8 DE MARÇO DE 2007

. O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições, Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998; no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, bem como aos mecanismos de renovação desta autorização; Considerando as solicitações de renovação de autorização formuladas pelos estabelecimentos e equipes especializadas e encaminhadas à Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas/CNCDO-AM e, Considerando a manifestação favorável à renovação de autorização emitida pela Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas/CNCDO-AM em cujo âmbito de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder, a contar de 27 de outubro de 2006, renovação de autorização para realizar transplante de Córnea o estabelecimento de saúde abaixo identificado:

CÓRNEA

I - Nº do SNT 2 11 02 AM 03
II - denominação: Centro de Diagnóstico e Cirurgia Ocular Visoclin;
III - CGC: 03.240.929/0001-86;
IV - CNES: 2012146;
V - endereço: Av. Getúlio Vargas, n° 955 - Centro - Manaus - AM - CEP: 69.020-011.

Art. 2º - Estabelecer que as renovações de autorização concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar de 27 de outubro de 2006, renováveis por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º , 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e nos Artigos 28, 29, 30, 31 e 32 da Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998.

§ 1º Ficam autorizados pelo Sistema Nacional de Transplantes aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas cujos nomes não constavam da autorização anterior que passaram a integrar suas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

§ 2º Ficam canceladas as autorizações do Sistema Nacional de Transplantes para aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas que constavam da autorização anterior, cujos nomes não se encontram relacionados nas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE MORAES

PORTARIA Nº 115, DE 8 DE MARÇO DE 2007

. O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições, Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998; no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, bem como aos mecanismos de renovação desta autorização; Considerando as solicitações de renovação de autorização formuladas pelos estabelecimentos e equipes especializadas e encaminhadas à Secretaria de Saúde do Estado do Pará/CNCDO-PA e, Considerando a manifestação favorável à renovação de autorização emitida pela Secretaria de Saúde do Estado do Pará/CNCDO - PA em cujo âmbito de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder, a contar de 26 de fevereiro de 2006, renovação de autorização para realizar transplante de Córnea o estabelecimento de saúde abaixo identificado:

CÓRNEA

I - Nº do SNT 2 11 00 PA 05
II - denominação: Centro de Cirurgia de Olhos do Pará;
III - CGC: 01.249.930/0001-46;
IV - CNES: 2332663;
V - endereço: Rua Arcipreste M. Teodoro, nº 688 - Belém - PA - CEP: 66.015-040.

Art. 2º - Estabelecer que as renovações de autorização concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar de 26 de fevereiro de 2006, renováveis por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º , 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e nos Artigos 28, 29, 30, 31 e 32 da Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998.

§ 1º Ficam autorizados pelo Sistema Nacional de Transplantes aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas cujos nomes não constavam da autorização anterior que passaram a integrar suas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

§ 2º Ficam canceladas as autorizações do Sistema Nacional de Transplantes para aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas que constavam da autorização anterior, cujos nomes não se encontram relacionados nas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE MORAES

PORTARIA Nº 116, DE 8 DE MARÇO DE 2007

. O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições, Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998; no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, bem como aos mecanismos de renovação desta autorização; Considerando as solicitações de renovação de autorização formuladas pelos estabelecimentos e equipes especializadas e encaminhadas à Secretaria de Saúde do Estado do Pará/CNCDO-PA e, Considerando a manifestação favorável à renovação de autorização emitida pela Secretaria de Saúde do Estado do Pará/CNCDO - PA em cujo âmbito de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder, a contar de 25 de janeiro de 2006, renovação de autorização para realizar retirada e transplante de Coração o estabelecimento de saúde abaixo identificado:

CORAÇÃO

I - Nº do SNT 2 03 99 PA 03
II - denominação: Hospital Adventista de Belém;
III - CGC: 83.367.342/0002-52;
IV - CNES: 3656969 ;
V - endereço: Avenida Almirante Barroso, nº 1758 - Marco - Belém - PA - CEP: 66.093-904.

Art. 2º - Estabelecer que as renovações de autorização concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar de 25 de fevereiro de 2006, renováveis por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º , 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e nos Artigos 28, 29, 30, 31 e 32 da Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998.

§ 1º Ficam autorizados pelo Sistema Nacional de Transplantes aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas cujos nomes não constavam da autorização anterior que passaram a integrar suas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

§ 2º Ficam canceladas as autorizações do Sistema Nacional de Transplantes para aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas que constavam da autorização anterior, cujos nomes não se encontram relacionados nas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE MORAES

PORTARIA Nº 117, DE 8 DE MARÇO DE 2007

. O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições, Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998; no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, bem como aos mecanismos de renovação desta autorização; Considerando as solicitações de renovação de autorização formuladas pelos estabelecimentos e equipes especializadas e encaminhadas à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia/CNCDO-BA e, Considerando a manifestação favorável à renovação de autorização emitida pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia/CNCDO - BA em cujo âmbito de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder, a contar de 26 de novembro de 2005, renovação de autorização para realizar transplante de medula óssea ao estabelecimento de saúde abaixo identificado:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO/ALOGÊNICO APARENTADO

I - Nº do SNT 2 21 01 BA 08
II - denominação: Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro;
III - CGC: 15.166.416/0001-51;
IV - CNES: 0004251;
V - endereço: Av. Princesa Isabel,nº 02 -Salvador - BA - CEP: 40.140-000.

Art. 2º - Estabelecer que as renovações de autorização concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar de 26 de novembro de 2005, renováveis por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º , 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e nos Artigos 28, 29, 30, 31 e 32 da Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998.

§ 1º Ficam autorizados pelo Sistema Nacional de Transplantes aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas cujos nomes não constavam da autorização anterior que passaram a integrar suas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

§ 2º Ficam canceladas as autorizações do Sistema Nacional de Transplantes para aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas que constavam da autorização anterior, cujos nomes não se encontram relacionados nas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE MORAES

PORTARIA Nº 118, DE 8 DE MARÇO DE 2007

. O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições, Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998; no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, bem como aos mecanismos de renovação desta autorização; Considerando as solicitações de renovação de autorização formuladas pelos estabelecimentos e equipes especializadas e encaminhadas à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia/CNCDO-BA e, Considerando a manifestação favorável à renovação de autorização emitida pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia/CNCDO - BA em cujo âmbito de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder, a contar de 25 de janeiro de 2006, renovação de autorização para realizar transplantes de Córnea o estabelecimento de saúde abaixo identificado:

CÓRNEA

I - Nº do SNT 2 11 99 BA 04
II - denominação: Monte Tabor Centro Ítalo Brasileiro de Prom. Sanitária - Hospital São Rafael;
III - CGC: 13.926.639/0001-44;
IV - CNES: 0003808;
V - endereço: Av. São Rafael, nº 2152 - Salvador - BA - CEP: 41.250-195.

Art. 2º - Estabelecer que as renovações de autorização concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar de 25 de fevereiro de 2006, renováveis por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º , 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e nos Artigos 28, 29, 30, 31 e 32 da Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998.

§ 1º Ficam autorizados pelo Sistema Nacional de Transplantes aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas cujos nomes não constavam da autorização anterior que passaram a integrar suas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

§ 2º Ficam canceladas as autorizações do Sistema Nacional de Transplantes para aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas que constavam da autorização anterior, cujos nomes não se encontram relacionados nas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE MORAES
Secretário

PORTARIA Nº 119, DE 8 DE MARÇO DE 2007

. O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições, Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998; no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, bem como aos mecanismos de renovação desta autorização; Considerando as solicitações de renovação de autorização formuladas pelos estabe-

lecimentos e equipes especializadas e encaminhadas à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia/CNCDO-BA e, Considerando a manifestação favorável à renovação de autorização emitida pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia/CNCDO - BA em cujo âmbito de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder, a contar de 25 de janeiro de 2006, renovação de autorização para realizar transplante de Córnea o estabelecimento de saúde abaixo identificado:

CÓRNEA

I - Nº do SNT 2 11 99 BA 02
II - denominação: Clínica Oftalmológica Jefferson Torres LTDA;
III - CGC: 31.307.868/0001-50;
IV - CNES: ;
V - endereço: Agnelo de Brito, nº 187 - Canela - Salvador - BA - CEP: 41.170-100.

Art. 2º - Estabelecer que as renovações de autorização concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar de 25 de janeiro de 2006, renováveis por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º , 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e nos Artigos 28, 29, 30, 31 e 32 da Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998.

§ 1º Ficam autorizados pelo Sistema Nacional de Transplantes aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas cujos nomes não constavam da autorização anterior que passaram a integrar suas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

§ 2º Ficam canceladas as autorizações do Sistema Nacional de Transplantes para aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas que constavam da autorização anterior, cujos nomes não se encontram relacionados nas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE MORAES
Substituto

PORTARIA Nº 120, DE 8 DE MARÇO DE 2007

. O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições, Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998; no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, bem como aos mecanismos de renovação desta autorização; Considerando as solicitações de renovação de autorização formuladas pelos estabelecimentos e equipes especializadas e encaminhadas à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia/CNCDO-BA e, Considerando a manifestação favorável à renovação de autorização emitida pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia/CNCDO - BA em cujo âmbito de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder, a contar de 28 de outubro de 2006, renovação de autorização para realizar transplante de Córnea o estabelecimento de saúde abaixo identificado:

CÓRNEA

I - Nº do SNT 2 11 02 BA 05
II - denominação: Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção da Cegueira - IBOPC;
III - CGC: 15.200.967/0001-94;
IV - CNES: 0006157;
V - endereço: Rua Pedro Lessa, nº 118 - Canela - Salvador - BA - CEP: 40.110-050.

Art. 2º - Estabelecer que as renovações de autorização concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar de 28 de outubro de 2006, renováveis por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º , 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e nos Artigos 28, 29, 30, 31 e 32 da Portaria GM/MS nº 3.407, de 5 de agosto de 1998.

§ 1º Ficam autorizados pelo Sistema Nacional de Transplantes aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas cujos nomes não constavam da autorização anterior que passaram a integrar suas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

§ 2º Ficam canceladas as autorizações do Sistema Nacional de Transplantes para aqueles responsáveis técnicos ou membros das equipes especializadas que constavam da autorização anterior, cujos nomes não se encontram relacionados nas respectivas equipes, em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE MORAES
Substituto

PORTARIA Nº 121, DE 8 DE MARÇO DE 2007

. O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições; Considerando a Portaria GM/MS nº 1.169, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade; Considerando a Portaria SAS/MS nº 210, de 15 de junho de 2004, que define as Unidades de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular e os Centros de Referência em Alta Complexidade Cardiovascular e dá outras providências; Considerando a Portaria SAS/MS nº 162, de 09 de março de 2006, que habilitação da Rede de Alta Complexidade Cardiovascular de Santa Catarina; Considerando a solicitação da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina e a Deliberação nº 111, de 20 de outubro de 2006; da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Santa Catarina - CIB/SC; e, Considerando a avaliação do Departamento de Atenção Especializada - Coordenação Geral de Alta Complexidade - SAS/MS, resolve:

Art. 1º - Alterar a habilitação da Unidade de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular a seguir referenciada, para realizar os procedimentos nos conjuntos de áreas a seguir estipulados:

CNPJ	CNES	Razão Social/Nome Fantasia /Município/UF
60.194.990/0022-00	2522691	Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen - Itajaí/SC
- Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Cirurgia Cardiovascular; - Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Cirurgia Vascular; - Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Procedimentos da Cardiologia Intervencionista;		

§1º - Estabelecer que o Hospital de que trata esta Portaria permanece com pendência e deverá entrar em contato com o gestor do SUS de seu Estado e/ou Município, onde tomará conhecimento dessas, bem como dos prazos estabelecidos para a solução das mesmas.

§2º - Definir que a não solução das pendências dentro dos prazos fixados para tal, implicará na exclusão do Hospital para realizar procedimentos em Alta Complexidade Cardiovascular.

Art. 2º - Determinar que o custeio do impacto financeiro gerado por esta alteração ocorrerá por meio de transferência de recurso da Gestão Estadual para a Gestão Plena Municipal, conforme estipulado no Ofício nº 1057, de 21 de dezembro de 2006, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE MORAES

PORTARIA Nº 122, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições; e considerando os estudos desenvolvidos pela Coordenação de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/SVS/MS e aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde de Itabuna - Bahia, resolve:

Art. 1º - Autorizar o Hospital a seguir mencionado para cobrança, na Autorização de Internação Hospitalar - AIH, dos procedimentos Tratamento de HIV/AIDS, Código de habilitação 11.01 (Serviço Hospitalar para Tatamento DST/AIDS):

UF	MUNICÍPIO	RAZÃO SOCIAL	CNES	CNPJ
BA	Itabuna	Hospital de Base Luis Eduardo Magalhães	2385171	02762633000162

Art. 2º - Instruir que a habilitação concedida por esta Portaria não acarretará alteração no teto financeiro do Estado e/ou Município.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência março/2007.

JOSÉ CARLOS DE MORAES

PORTARIA Nº 123, DE 8 DE MARÇO DE 2007

. O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições; Considerando a Portaria GM/MS nº 2.073, de 28 de setembro de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva, a ser implantada em todas as unidades federadas; Considerando a Portaria SAS/MS nº 587, de 07 de outubro de 2004, que trata da organização e definição das Redes Estaduais de Atenção à Saúde Auditiva e estabelece as normas específicas de credenciamento dos serviços; Considerando a Portaria SAS/MS nº 589, de 08 de outubro de 2004, que trata dos mecanismos para operacionalização dos procedimentos de atenção à saúde auditiva no Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS; Considerando a Portaria SAS/MS nº 239, de 30 de março 2006, que habilita o Centro Ambulatório de Especialidades - AMBESP; e, Considerando a avaliação do Departamento de Atenção Especializada - Coordenação Geral da Alta Complexidade - SAS/MS e, o Ofício nº 002/2007- SEACONT/SMS, de 02 de fevereiro de 2007, da Secretaria Municipal de Saúde de Santos, resolve:

Art. 1º - Desabilitar a Unidade Hospitalar a seguir relacionada, da realização de procedimentos como Serviço de Atenção à Saude Auditiva na Alta Complexidade:

CNES	CNPJ	Razão Social/Nome Fantasia /Município/UF
2698439	46.182.648/0001-27	Secretaria Municipal de Saúde/AMBESP Centro Ambulatório de Especialides - Santos/SP

Art. 2º - Habilitar a Unidade abaixo mencionada, para realização de procedimentos como Serviço de Atenção à Saúde Auditiva na Alta Complexidade:

CNES	CNPJ	Razão Social/Nome Fantasia /Município/UF
3772497	46.182.648/0001-27	Secretaria Municipal de Saúde/Seção Centro de Referência em Saúde Auditiva SECRESA - Santos/SP

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE MORAES

PORTARIA Nº 151, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições; Considerando a Portaria 1.169/GM, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade; Considerando a Portaria SAS/MS nº 210, de 15 de junho de 2004, que define as Unidades de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular e os Centros de Referência em Alta Complexidade Cardiovascular e suas aptidões e qualidades; Considerando a Portaria SAS/MS nº 123, de 28 de fevereiro de 2005, que atualiza, a partir da Câmara Técnica da Assistência Cardiovascular de novembro de 2004, as normas para organização das redes de atenção em alta complexidade cardiovascular; Considerando a necessidade atualizar a Tabela de Procedimentos do Sistema SIH/SUS; e Considerando a necessidade de adequar alguns instrumentos utilizados em eletrofisiologia cardíaca a um novo formato de pagamento, resolve:

Art. 1º - Excluir, da Tabela OPM do SIH/SUS os materiais, a seguir relacionados, os quais serão incluídos nos Serviços Hospitalares (SH) dos respectivos procedimentos compatíveis:

Código	Descrição do Material
93329105	Cateter quadripolar diagnóstico deflectível
93329121	Cateter quadripolar terapêutico deflectível
93329288	Introdutor longo em 's'
93329270	Cateter quadripolar terapêutico com ponta 8 mm
93329113	Cateter multipolar (hexa, octa, deca ou duodecapolar, etc) diagnóstico deflectível
93328010	Cateter multipolar (quadri, deca ou duodecapolar, etc) diagnóstico

Art. 2º - Incorporar o valor dos materiais especiais (OPM) especificados no artigo 1º ao valor dos Serviços Hospitalares dos procedimentos compatíveis respectivos, descritos a seguir, considerando-o material de consumo. Esta alteração na forma do pagamento, englobando os instrumentos intervencionistas de eletrofisiologia ao valor do Serviço Hospitalar - SH, atende a variabilidade de modelos, desenhos e materiais disponíveis no mercado, considerando a sua possibilidade de uso.

48.050.01-6 - Estudo Eletrofisiológico Diagnóstico	
Valor do SH	R$ 1.592,50
Valor do SP	R$ 506,33
Valor do SADT	R$ 2,48
Valor Total	R$ 2.101,31

48.050.02-4 - Estudo Eletrofisiológico Terapêutico I: Ablação de Taquicardia por re-entrada nodal; de vias anômalas direitas, de TV idiopática, de VD e VE	
Valor do SH	R$ 2.863,51
Valor do SP	R$ 667,04
Valor do SADT	R$ 2,48
Valor Total	R$ 3.533,03

48.050.03-2 - Estudo Eletrofisiológico Terapêutico I: Ablação do nó AV	
Valor do SH	R$ 2.913,54
Valor do SP	R$ 667,04
Valor do SADT	R$ 2,48
Valor Total	R$ AIH 3.583,06

48.050.04-0 - Estudo Eletrofisiológico Terapêutico I: Ablação de Flutter Atrial	
Valor do SH	R$ 2.883,12
Valor do SP	R$ 667,04
Valor do SADT	R$ 2,48
Valor Total	R$ 3.552,64

48.050.05-9 - Estudo Eletrofisiológico Terapêutico I: Ablação de Taquicardia Atrial Direita	
Valor do SH	R$ 2.926,62
Valor do SP	R$ 667,04
Valor do SADT	R$ 2,48
Valor Total	R$ 3.596,14

48.050.06-7 - Estudo Eletrofisiológico Terapêutico II: Ablação das Vias Anômalas Múltiplas	
Valor do SH	R$ 2.812,75
Valor do SP	R$ 667,04
Valor do SADT	R$ 2,48
Valor Total	R$ 3.482,27

48.050.07-5 - Estudo Eletrofisiológico Terapêutico II: Ablação de Vias Anômalas Esquerdas	
Valor do SH	R$ 3.400,47
Valor do SP	R$ 667,04
Valor do SADT	R$ 2,48
Valor Total	R$ 4.069,99

48.050.08-3 - Estudo Eletrofisiológico Terapêutico II: Ablação de Taquicardia Atrial Esquerda	
Valor do SH	R$ 3.236,54
Valor do SP	R$ 667,04
Valor do SADT	R$ 2,48
Valor Total	R$ 3.906,06

48.050.09-1 - Estudo Eletrofisiológico Terapêutico II: Ablação de Taquicardia Atrial Cicatricial	
Valor do SH	R$ 3.477,41
Valor do SP	R$ 667,04
Valor do SADT	R$ 2,48
Valor Total	R$ 3.395,43

48.050.10-5 - Estudo Eletrofisiológico Terapêutico II: Ablação de Fibrilação Atrial	
Valor do SH	R$ 3.092,1
Valor do SP	R$ 667,04
Valor do SADT	R$ 2,48
Valor Total	R$ 3.759,14

48.050.11-3 - Estudo Eletrofisiológico Terapêutico II: Ablação de Taquicardia Ventricular Sustentada com Cardiopatia Estrutural	
Valor do SH	R$ 2.167,57
Valor do SP	R$ 667,04
Valor do SADT	R$ 2,48
Valor Total	R$ 2.837,09

48.050.12-1 - Estudo Eletrofisiológico Terapêutico II: Ablação de Taquicardia Ventricular Idiopática do Seio de Valsalva Esquerdo	
Valor do SH	R$ 2.771,24
Valor do SP	R$ 667,04
Valor do SADT	R$ 2,48
Valor Total	R$ 3.440,76

48.050.13-0 - Estudo Eletrofisiologia Terapêutico II: Ablação de Taquicardia Atrial Cicatricial Esquerda	
Valor do SH	R$ 3.782,92
Valor do SP	R$ 667,04
Valor do SADT	R$ 2,48
Valor Total	R$ 4.452,44

§1º - Os procedimentos eletrofisiológicos diagnósticos e terapêuticos, relacionados acima, estão excluídos da Tabela de Relacionamento entre Procedimento e OPM, publicados na portaria SAS/MS nº 173/ 2005.

§2º - Incorporar o valor do material especial (OPM) especificado neste parágrafo ao valor do SH dos respectivos procedimentos de eletrofisiologia descritos neste artigo.

Cód. Material	Descrição do Material
93.481.11-0	Introdutor valvulado

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da competência de abril de 2007.

JOSÉ GOMES TEMPORÃO

PORTARIA Nº 152, DE 8 DE MARÇO DE 2007

. O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições; Considerando a Portaria GM/MS nº 1.169, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade; Considerando a Portaria SAS/MS nº 210, de 15 de junho de 2004, que define as Unidades de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular e os Centros de Referência em Alta Complexidade Cardiovascular e suas aptidões e qualidades; Considerando a Portaria SAS/MS nº 987, de 17 de Dezembro de 2002, que estabelece as diretrizes para implante de marca-passo cardíaco;

Considerando o resultado da discussão da Câmara Técnica entre as sociedades científicas nacionais das áreas afins e o Ministério da Saúde; e Considerando que o implante de marca-passos de alto custo (cardiodesfibrilador implantável, marcapasso multissítio e cardiodesfibrilador multissítio implantável) deve ser feito em condições nas quais existe benefício e custo-efetividade estabelecidos; resolve:

Art. 1º - Definir que os procedimentos de implante de marcapassos de alto custo listados no Anexo I desta Portaria devem ser indicados, prioritariamente, nas condições listadas no Anexo II:

§ 1º - Os procedimentos devem ser evitados em pacientes com co-morbidades significativas que comprometam o prognóstico, com expectativa de vida menor que um ano, já que tais condições tornam improvável o benefício das próteses supracitadas;

§ 2º - A listagem do Anexo II contempla as condições clínicas mais comuns, de forma que a indicação do procedimento em casos de patologias mais raras ou em condições especiais deverá ser avaliada de forma individualizada.

Art. 2º - Determinar que a indicação do implante deverá ser feita por equipe multiprofissional de três ou mais membros, que inclua ao menos um cardiologista clínico e um especialista em arritmias cardíacas, sendo recomendada a participação tanto do especialista em eletrofisiologia como a do especialista em estimulação cardíaca artificial.

Parágrafo Único - o procedimento deverá ser autorizado previamente pelo gestor municipal ou estadual em gestão plena.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da competência de abril de 2007.

JOSÉ GOMES TEMPORÃO

ANEXO I

Relação Procedimentos Marcapassos de Alto Custo

48.010.39-1	Implante de marcapasso cardíaco multi-sítio transvenoso
48.010.40-5	Implante de marcapasso cardíaco multi-sítio epimiocárdico por toracotomia p/ implante eletrodo
48.010.41-3	Implante de cardiodesfibrilador câmara única transvenoso
48.010.42-1	Implante de cardiodesfribilador multi-sítio transvenoso
48.010.43-0	Implante de cardiodesfibrilador multi-sítio transvenoso epimiocárdico por toracotomia p/implante eletrodo
48.011.09-6	Implante de marcapasso de câmara dupla epimiocárdico
48.011.10-0	Implante de marcapasso cardiaco multi-sítio endocavitÁrio com reversao para toracotomia
48.011.11-8	Implante de cardiodesfribilador câmara dupla transvenoso
48.011.12-6	Implante de cardiodesfribilador multi-sítio endocavitário com reversão para toracotomia

ANEXO II

Indicações prioritárias para implante de cardiodesfibrilador implantável, marcapasso multissítio e cardiodesfibrilador multissítio implantável

1. Cardiodesfibrilador implantável

2. Recuperados de parada cardíaca documentada devido à taquicardia ou fibrilação ventricular de causa não reversível, com fração de menor ou igual a 35% ou com cardiopatia estrutural;

3. Taquicardia ventricular sustentada, espontânea, de causa não reversível, com FE ? menor ou igual a 35%.

4. Síncope de origem indeterminada com indução ao estudo eletrofisiológico de taquicardia ventricular sustentada, hemodinamicamente instável ou fibrilação ventricular, clinicamente relevante, com fração de menor ou igual a 35% ou com cardiopatia estrutural.

5. Marcapasso multissítio

Pacientes com fração de ejeção menor ou igual a 35%, em ritmo sinusal, com bloqueio completo de ramo esquerdo, com classe funcional III ou IV (pacientes ambulatoriais) apesar de terapia médica recomendada ótima (incluindo betabloqueadores, sempre que possível), em acompanhamento em ambulatório de referência por pelo menos 3 (três) meses, com dissincronia cardíaca, evidenciada por QRS de duração superior a 0,12 segundos e comprovada ao ecocardiograma.

6. Cardiodesfibrilador multissítio implantável

Pacientes que apresentem indicações tanto para o cardiodesfibrilador implantável como para o marcapasso multissítio.

RETIFICAÇÃO

. Na Portaria SAS/MS nº 968, de 28 de dezembro de 2006, publicadas no Diário Oficial da União nº 01, de 02 de janeiro de 2007, Seção 1, página 64; onde se lê:

RIM

I - Nº do SNT 1 01 03 MT 01
II - responsável técnico: Josemar Figueiredo, nefrologista, CRM 3042;
III - membro: Josemar Figueiredo, nefrologista, CRM 3042;
IV - membro: Osvaldo Cassemiro Rabel Filho, nefrologista, CRM 3830;
V - membro: Jorge Luiz Novak, cirurgião vascular, CRM 2738;
VI - membro: Newton Flávio Fernandes Tafuri, urologista, CRM 2897;
VII - membro: Marcos Antônio Garcia, urologista, CRM 2330;
VIII - membro: Marcello Fernando Varella, urologista, CRM 3405;
IX - membro: André Gustavo Rolim de Araújo, oftalmologista, CRM 10022;
X - membro: André Hamada, oftalmologista, CRM 12367.

Leia-se:

RIM

I - Nº do SNT 1 01 03 MT 01
II - responsável técnico: Josemar Figueiredo, nefrologista, CRM 3042;
III - membro: Josemar Figueiredo, nefrologista, CRM 3042;
IV - membro: Osvaldo Cassemiro Rabel Filho, nefrologista, CRM 3830;
V - membro: Jorge Luiz Novak, cirurgião vascular, CRM 2738;
VI - membro: Newton Flávio Fernandes Tafuri, urologista, CRM 2897;
VII - membro: Marcos Antônio Garcia, urologista, CRM 2330;
VIII - membro: Marcello Fernando Varella, urologista, CRM 3405;

Ministério das Cidades

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 229, DE 2 DE MARÇO DE 2007

Prorroga o prazo de entrada em vigor das Resoluções nºs. 200/2006 e 201/2006, do CONTRAN.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, usando da competência que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o Decreto n° 4711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, e Considerando o que consta do Processo nº 80001.002957/2007-02, de 02 de fevereiro de 2007, resolve:

Art. 1º Prorrogar até 31 de agosto de 2007 o prazo de entrada em vigor das Resoluções nºs. 200/2006 e 201/2006, do CONTRAN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA
Presidente

JAQUELINE FILGUEIRAS CHAPADENSE PACHECO
Ministério das Cidades - Suplente

JOSÉ ANTONIO SILVÉRIO
Ministério da Ciência e Tecnologia - Suplente

RUI CESAR DA SILVEIRA BARBOSA
Ministério da Defesa - Suplente

CARLOS ALBERTO FERREIRA DOS SANTOS
Ministério do Meio Ambiente - Suplente

EDSON DIAS GONÇALVES
Ministério dos Transportes - Titular

VALTER CHAVES COSTA
Ministério da Saúde - Titular

RESOLUÇÃO Nº 230, DE 2 DE MARÇO DE 2007

Prorroga o prazo de entrada em vigor da Resolução nº. 203/2006, do CONTRAN.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, usando da competência que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o Decreto n° 4711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, e Considerando o que consta do Processo nº 80001.004615/2007-19, de 27 de fevereiro de 2007, resolve:

Art. 1º Prorrogar até 06 de agosto de 2007 o prazo de entrada em vigor da Resolução nº. 203/2006, do CONTRAN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA
Presidente

JAQUELINE FILGUEIRAS CHAPADENSE PACHECO
Ministério das Cidades - Suplente

JOSÉ ANTONIO SILVÉRIO
Ministério da Ciência e Tecnologia - Suplente

RUI CESAR DA SILVEIRA BARBOSA
Ministério da Defesa - Suplente

CARLOS ALBERTO FERREIRA DOS SANTOS
Ministério do Meio Ambiente - Suplente

EDSON DIAS GONÇALVES
Ministério dos Transportes - Titular

VALTER CHAVES COSTA
Ministério da Saúde - Titular

ATA DA 56ª REUNIÃO ORDIINÁRIA

Aos nove dias do mês de fevereiro de dois mil e sete, o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, reuniu-se no Manhattan Plaza Hotel, localizado na Quadra 02, Bloco "A", SHN - Setor Hoteleiro Norte, Brasília/DF, contando com a presença de seus integrantes, representantes dos Ministérios das Cidades, da Defesa, da Educação, do Meio Ambiente, da Saúde e dos Transportes sob a presidência do Senhor Alfredo Peres da Silva Presidente do CONTRAN, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta. Abertura da Reunião: após a confirmação da existência de quorum regulamentar, a reunião foi aberta pelo Senhor Presidente. As atas da 55ª Reunião Ordinária e da 1ª reunião Extraordinária foram aprovadas após retificações propostas. ASSUNTOS GERAIS: 1) Retificação do Manual de Sinalização Vertical de Regulamentação de que trata a Resolução 180/05-CONTRAN. O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário da retificação que será encaminhada ao Diário Oficial da União. 2) Alteração da Resolução 197/2006 - Engate Deliberação 55/2007. O Presidente comunicou aos conselheiros que foi publicada no Diário Oficial da União a Deliberação 55/2007, explicitando melhor a letra b do artigo 6º, da Resolução nº 197/2006 - CONTRAN, informando que o Processo que trata do assunto foi encaminhado ao Ministério das Cidades porém não retornou a tempo de ser pautado. 3) Processo: 80001.003476/2007-14 - Proposta da Câmara Temática de Educação para o tema da Semana Nacional de Trânsito/2007. O Conselho decidiu acolher a sugestão apresentada aprovando o tema "O Jovem e o Trânsito" para a Semana Nacional de Trânsito, de 18 a 25 de setembro de 2007, conforme o estabelecido no artigo 326 do Código de Trânsito Brasileiro. 4) O Conselho aprovou a proposta da Câmara Temática de Engenharia da Via de criação de grupo de trabalho para padronizar o cartão e a sinalização do estacionamento regulamentado do idoso e do deficiente. 5) O Presidente deu conhecimento do Processo 80001.01913/2007-57, com proposta para alterar a Resolução 196/2006-CONTRAN, que fixa requisitos técnicos de segurança para o transporte de toras e de madeira bruta por veículo rodoviário de carga. 6) Foram entregues aos Conselheiros minutas de: a) Volume IV Manual de Sinalização Horizontal e Volume II Manual de Sinalização Vertical de Advertência, produzidos pela Câmara Temática de Engenharia, para análise e posterior decisão do CONTRAN; b) Relatório Executivo de Impactos Sociais e Econômicos dos Acidentes de Trânsito nas Rodovias Brasileiras 2006, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA em parceria com o DENATRAN. ORDEM DO DIA: 1) Processo: 80001.011945/2006-80; Interessados: Confederação Nacional do Transporte - CNT, Martins Comercio e Serviços de Distribuição S.A e Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Oeste e Meio Oeste - Catarinense - SETCOM; Assunto: Alteração da Resolução nº 157/2004, de 22 de abril de 2004-CONTRAN, que fixa as especificações para os extintores de incêndio. Após a leitura das Notas Técnicas nºs 17/2006/CGIT e 20/2007/CGIJF e ainda do Parecer CONJUR/CIDADES nº 335/2007, o Conselho decidiu por aprovar a minuta de resolução apresentada, que recebe o n° 223/2007, cuja ementa é: " Altera a Resolução nº 157/2004, de 22 de abril de 2004 do CONTRAN, que fixa as especificações para os extintores de incêndio". 2) Processo: 80001.013136/2006-41; Interessado: DENATRAN; Assunto: Iluminação, comandos interruptores e lâmpadas piloto, limpador e lavador de pára-brisa e espelhos retrovisores. Após a leitura das Notas Técnicas nºs 13 /2006/CGIT 227/2006/CGIJF e ainda do Parecer CONJUR / CIDADES nº 079/2007, o Conselho decidiu por aprovar as minutas de resoluções apresentadas, com as correções sugeridas pelos Conselheiros que recebem os n° 224/2007, cuja ementa é: " Estabelece requisitos de desempenho dos sistemas limpador e lavador de pára-brisa para fins de homologação de veículos automotores"; Resolução 225/2007, " Estabelece requisitos de localização, identificação e iluminação dos controles indicadores e lâmpadas piloto"; e Resolução 226/2007 " Estabelece requisitos referentes aos sistemas de iluminação e de sinalização de veículos"; 227/2007 " Estabelece requisitos para o desempenho e a fixação de espelhos retrovisores". Quanto a minuta que estabelece critérios para aplicação de inscrições ou pictogramas de qualquer espécie e películas não refletivas nas áreas envidraçadas dos veículos, de acordo com o disposto no inciso III do art.111 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB e dá outras providências, o Conselheiro representante do Ministério da Educação solicitou vista o que lhe foi concedido. 3) Processo: 80001.011160/2006-15; Interessado: Câmara Temática de Educação Para o Trânsito e Cidadania; Assunto: Proposta de regulamentação do parágrafo único do artigo 76 do Código de Trânsito Brasileiro. O Conselho decidiu que deve ser criado grupo de trabalho com representantes do Departamento Nacional de Trânsito e o Ministério da Educação sob a coordenação do Conselheiro representante do Ministério da Educação, mediante portaria do DENATRAN. 4) Processo: 08660.005.057/04; Interessado: Nerci Roque Taschetto Baccin; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 035/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 5) Processo: 08660.011.459/03; Interessado: João Carlos Lodi; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 036/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 6) Processo: 08660.006.247/04; Interessado: André Schuch de Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 037/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 7) Processo: 08660.006.223/04; Interessado: Edison Marcos Gonçalves Lins Nezi;Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 038/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 8) Processo: 08660.001.320/04; Interessado: Satipel Industrial S/A; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 039/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 9) Processo: 08660.006.585/03; Interessado: Germano Luis Pizzutti; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 040/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 10) Processo: 08660.004.428/04; Interessado: Cláudio Alberto Korzenowski; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 041/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 11) Processo: 08660.004.134/04; Interessado: Ivon da Silva Junior; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 042/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 12) Processo: 08660.003.848/04; Interessado: Inocêncio Francisco Teixeira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 043/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 13) Processo: 08660.004.705/04; Interessado: Jose Arilson Guma Soares; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 044/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 14) Processo: 80001.017468/2005-85; Interessado: Miguel Slhessarenko; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 045/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 15) Processo: 08660.017.975/03; Interessado: Luiz Felipe Schiavon; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 046/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 16) Processo: 08660.007.829/03; Interessado: Jose Valdino de Camargo Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 047/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 17) Processo: 08660.005.044/04; Interessado: Lucas Mathias Sarmento Pinto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 048/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 18) Processo: 08660.006.428/04; Interessado: Wilson Estevão; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 049/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 19) Processo: 08660.003.179/03; Interessado: Paulo Roberto Padilha Forni; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 050/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 20) Processo: 51220.001341/2001-38; Interessado: Augustinho Ramos Filho; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 3ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 051/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 21) Processo: 50611.002800/2003; Interessado: Daniela Hezel Petroski; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 052/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 22) Processo: 50612.003540/2004-37; Interessado: Divino Gonçalves de Moura; Assunto: Recurso interposto pelo Interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 053/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 23) Processo: 50600.004942/2002-46; Interessado: João Ferreira Rodrigues Neto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 054/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 24) Processo: 50612.002358/2004-89; Interessado: Wilson Antonio Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 055/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 25) Processo: 50604.002885/2005-73; Interessado: Fernando Antonio Vieira Padilha; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 056/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 26) Processo: 50612.013571/2003-35; Interessado: Elizabeth Ferreira da Paixão; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 057/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 27) Processo: 50600.001085/2004-94; Interessado: Stela Márcia de Freitas M Barroso; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 058/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 28) Processo: 50611.002829/2003; Interessado: Aparecida Wanderlea Araújo Pessoa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 059/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 29) Processo: 50609.970004/03-37; Interessado: Olindo Baltazar Rodrigues; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 060/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 30) Processo: 50609.000767/2003-19; Interessado: Roberto Jose dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 061/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 31) Processo: 50609.000461/2003-62; Interessado: Transresíduos Transportes de Resíduos Industriais; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª DPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 062/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 32) Processo: 50609.000355/2003-89; Interessado: Karla Wollertt de Souza; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 063/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 33) Processo: 50609.000786/2004; Interessado: Valdemir Simão Fernandes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 064/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 34) Processo: 50609.000276/2003-78; Interessado: João Aramis da Rocha; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 065/2007, foi o mesmo aprovado por una-

nimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 35) Processo: 80001.003698/2003-03; Interessado: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 066/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 36) Processo: 50612.006865/2004-91; Interessado: Célia Dias Bueno; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 067/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 37) Processo: 50604.000010/2006-18; Interessado: Oliveira Reis Hotéis e Turismo ltda; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 068/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 38) Processo: 80001.003690/2003-39; Interessado: Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda;Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 069/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 39) Processo: 50612.001716/2004-36; Interessado: Lourenço Sebastião de Mesquita; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 070/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 40) Processo: 50609.002487/2003-45; Interessado: Maria do Carmo Gaino; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 071/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 41) Processo: 50609.001835/2003-67; Interessado: Gilmar Pinto da Costa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 072/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 42) Processo: 50609.002967/2003-14; Interessado: Luiz Cláudio Machado; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 073/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 43) Processo: 50609.002149/2003-11; Interessado: Patrícia Amaral da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª UNIT Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 074/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 44) Processo: 08021.000137/2003-89; Interessado: Jose Amâncio da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª DRFE; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 075/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 45) Processo:50612.003530/2004-11; Interessado: Francisca Pinheiro Mandaro; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 076/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 46) Processo: 50612.003159/2004-98; Interessado: Eunicy Gomes dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 077/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não Conhecimento. 47) Processo: 08659.004187/2003; Interessado: 17º Batalhão Metropolitano - BPM Assunto: Recurso interposto Departamento de Policia Rodoviária Federal contra decisão da Junta de Administrativa de Infrações - JARI da 7ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 078/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 48) Processo: 08660.003.688/04; Interessado: Ronange Maria de Deus e Silva Pain; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta de Administrativa de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 079/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo o cancelamento. 49) Processo: 08660.005.394/04; Interessado: Luciano Brito da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta de Administrativa de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 079/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo o cancelamento. 50) Processo: 80001.000599/2003-61; Interessado: Antonio Luiz Teixeira da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta de Administrativa de Infrações - JARI da 7ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 080/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo o cancelamento. 51) Processo: 80001.005073/2003-78; Interessado: Paulo Roberto Ferreia; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SPRF; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 081/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo o cancelamento. 52) Processo: 51220.001379/2001-19; Interessado: Claudomiro Nunes Cardoso; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 082/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 53) Processo: 51220.001430/2001-84; Interessado: Nilton Jose Barbosa Freitas; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 083/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 54) Processo: 51220.001517/2001-51; Interessado: Heno de Jacomo Perillo; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 084/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 55) Processo: 51220.000462/2001-62; Interessado: Brasil Central Persianas Ltda; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 085/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 56) Processo: 51220.001457/01-77; Interessado: Williana Vieira Gomes; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 086/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 57) Processo: 50611.001369/2003-71; Interessado: Adeildo Leite da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes; Após apresentação do Parecer 087/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 58) Processo: 51220.000468/2001-30; Interessado: Ivã Luiz Freitas Queiroz; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 088/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 59) Processo: 51220.000466/2001-41; Interessado: Elcio Molina; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 089/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 60) Processo: 51220.000463/2001-51; Interessado: Brasil Central Persianas Ltda; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 090/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 61) Processo: 51220.000688/2001-63; Interessado: Geraldo Majela Ribeiro; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 091/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 62) Processo: 50604.002750/2005-16; Interessado: Olimpio Barbosa de Moraes Filho; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 092/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade 63) Processo: 50612.006685/2003-29; Interessado: Vera Lúcia Gomes Klein; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 093/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 64) Processo: 50604.004295/2003-13; Interessado: Daniela Emerenciano Aires; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 094/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 66) Processo: 50660.002538/2004-08; Interessado: Fabio Fereira Pertence; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Waldemar Fini Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 095/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 67) Processo: 80001.023580/2006-36; Interessado: Jose Eduardo Damasceno; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª UNI-DNIT; Relator: Edson Dias Gonçalves- Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 096/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho Pelo não conhecimento. 68) Processo: 50607.018.529/2002-7; Interessado: Victor Hugo Bernardo Bloise; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª UNIT; Relator: Edson Dias Gonçalves- Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 097/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 69) Processo: 50611.001.937/2003-33; Interessado: Marlei Teresinha Chassot Meireles; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT; Relator: Edson Dias Gonçalves - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 098/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 70) Processo: 50604.005.198/2003-48; Interessado: Edival Hermínio da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT; Relator: Edson Dias Gonçalves- Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 099/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 71) Processo: 50606.000.891/2002-23; Interessado: DPRF; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transportes do contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: Edson Dias Gonçalves - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 100/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 72) Processo: 08669.002369/2003-66; Interessado: Miguel Nader; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 3ª SPRF; Relator: Edson Dias Gonçalves - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 101/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 73) Processo: 08660.008.991/03; Interessado: Mario Linn; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Edson Dias Gonçalves- Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 102/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo o cancelamento. 74) Processo: 08660.002.130/04; Interessado: Jose Luiz Borges Germano da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Edson Dias Gonçalves- Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 103/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 75) Processo: 08660.009.705/04; Interessado: João César Batista Ferreira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Edson Dias Gonçalves- Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 104/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 76) Processo: 08660.005.586/04; Interessado: Henri Boettcher; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 3ª SPRF; Relator: Edson Dias Gonçalves- Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 105/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 77) Processo: 08660.009.136/03; Interessado: Paulo Roberto Weirich; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 3ª SPRF; Relator: Edson Dias Gonçalves- Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 106/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 78) Processo: 50604.002403/2002-32; Interessado: Roosevelt Veloso do Nascimento; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT; Relator: Edson Dias Gonçalves- Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 107/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 79) Processo: 08659.020983/2004; Interessado: Policia Militar do Paraná; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Policia Rodoviária Federal contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª Jarí ; Relator: Jose Antonio Silvério- Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 108/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo o cancelamento. 80) Processo: 08660.0020983/2004; Interessado: Policia Militar do Paraná; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Policia Rodoviária Federal contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª Jarí; Relator: Jose Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 109/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 81) Processo: 08660.012.072/04-70; Interessado: Egon Jose Thomas; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: -Carlos Alberto Ferreira dos Santos - Ministério do Meio Ambiente. Após apresentação do Parecer 110/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo o Cancelamento. 82) Processo: 80001.003649/2003-62; Interessado: Rogério Schwingel; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de

Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT; Relator: Carlos Alberto Ferreira dos Santos - Ministério do Meio Ambiente. Após apresentação do Parecer 111/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo Cancelamento. 83) Processo: 08.667.005.235/2005-89; Interessado: Wantuil de Faria; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI do 12ª SPRF; Relator: - Carlos Alberto Ferreira dos Santos - Ministério do Meio Ambiente. Após apresentação do Parecer 112/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento parcial cancelando o ES/05BO33984034/5967 e mantendo o ES/05/Bo33984034/5045. 84) Processo:08660.007328/2003; Interessado: Betina Mostardeiro Muhle; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI do 9º SPRF; Relator - Carlos Alberto Ferreira dos Santos - Ministério do Meio Ambiente. Após apresentação do Parecer 113/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo o Cancelamento. 85) Processo:50607.013771/2002-86; Interessado: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI do 5º SPRF; Relator: -Carlos Alberto Ferreira dos Santos - Ministério do Meio Ambiente. Após apresentação do Parecer 114/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 86) Processo:08.660.002.184/04; Interessado: Marcio Antonio Schuh dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da SPRF; Relator: Carlos Alberto Ferreira dos Santos - Ministério do Meio Ambiente. Após apresentação do Parecer 115/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 87) Processo: 50611.000708/2003-00; Interessado: Sebastião Barroso Felix; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 116/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 88) Processo: 50609.000294/02-79; Interessado: Transkomby Locadora de Veículos Ltda; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 117/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 89) Processo: 51220.010291/2001-80; Interessado: Paschoal Favorito de Queiroz; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 118/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 90) Processo: 50611.002647/2003-15; Interessado: Evandro Vitório; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 119/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 91) Processo: 50611.003636/2003-14; Interessado: Elias Severiano Hoffmann; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT ; Relator: Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 120/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 92) Processo: 50606.003222/2004-75; Interessado: Antonio Neto do Nascimento; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª UNIT ; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 121/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo o cancelamento. 93) Processo: 50604.001149/2002; Interessado: Paschoal Favorito de Queiroz; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 122/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 94) Processo: 51220.012304/2001-55; Interessado: Welington Moises dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT ; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 123/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo o cancelamento. 95) rocesso: 50611.002940/2003-74; Interessado: José Alessi & Filhos Ltda; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 124/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo o cancelamento. 96) Processo: 80001.003630/2003-16; Interessado: Rudi Jerkero; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT ; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 125/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 97) Processo: 80001.003627/2003-01; Interessado: Airton Crespim da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT ; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 126/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 98) Processo: 80001.003626/2003-58; Interessado: José de Figueiredo Loureiro; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT ; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 127/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 99) Processo: 80001.003693/2003-72; Interessado: Lindomar Jose de Lima; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT ; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 128/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 100) Processo: 80001.003694/2003-17; Interessado: Mauricio Campiolo; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª UNIT ; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 129/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 101) Processo: 50606.017635/2004-37; Interessado: Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 130/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 102) Processo: 51220.003868/2000-16; Interessado: Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT ; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 131/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 103) Processo: 51220.003277/2000-49; Interessado: Alex Ailton de Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 132/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 104) Processo: 50600.003040/2004-54; Interessado: Adão Jose Moreira; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 144/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 105) Processo: 51220.004408/2000; Interessado: Agostinho Lopes de Abreu; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT ; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 133/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 106) Processo: 50604.000656/2002-71; Interessado: Nilton de Lima Cristovão; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT;Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 134/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 107) Processo: 50604.005198/2003-48; Interessado: Edival Hermínio da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 135/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 108) Processo: 50604.005196/2003-59; Interessado: Letícia Mansor de Mattos; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 136/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 109) Processo: 50606.002492/2002-05; Interessado: Wilma Cezar de Oliveira Vilela; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT ; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 137/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 110) Processo: 50606.006458/2004-63; Interessado: Secretaria de Estado da Justiça de Direitos Humanos; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT ; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 138/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 111) Processo: 50606.002350/2002-30; Interessado: Gilberto Teixeira de Lima; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT ; Relator: - Valter Chaves da Costa - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 139/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 112) Processo: 08.667.005.235/2005-89; Interessado: Wantuil de Faria; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI do 12ª SPRF; Relator: Carlos Alberto Ferreira dos Santos - Ministério do Meio Ambiente. Após apresentação do Parecer 140/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento parcial cancelando o ES/05/Bo33984034/5045 e mantendo o ES/05BO33984034/5967. 113) Processo:08660.007328/2003; Interessado: Betina Mostardeiro Muhle; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI do 9º SPRF; Relator: -Carlos Alberto Ferreira dos Santos - Ministério do Meio Ambiente. Após apresentação do Parecer 141/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 114) Processo:50607.013771/2002-86; Interessado: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI do 5º SPRF; Relator: Carlos Alberto Ferreira dos Santos - Ministério do Meio Ambiente. Penalidade. Após apresentação do Parecer 142/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 115) Processo:08.660.002.184/04; Interessado: Marcio Antonio Schuh dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da SPRF; Relator: -Carlos Alberto Ferreira dos Santos - Ministério do Meio Ambiente. Após apresentação do Parecer 143/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. Nada mais havendo a tratar, pela Presidência encerrados os trabalhos, determinada a lavratura da presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros titulares ou suplentes de seus respectivos ministérios.

ALFREDO PERES DA SILVA
Presidente

JAQUELINE FILGUEIRAS CHAPADENSE PACHECO
Ministério das Cidades - Suplente

RODRIGO LAMEGO DE TEIXEIRA SOARES
Ministério da Educação - Titular

JOÃO PAULO SYLLOS
Ministério da Defesa - Titular

VALTER CHAVES COSTA
Ministério da Saúde - Titular

CARLOS ALBERTO FERREIRA DOS SANTOS
Ministério do Meio Ambiente - Suplente

WALDEMAR FINI JUNIOR
Ministério dos Transportes - Suplente

Formato Global

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 834, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.014212/2003, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a SOCIEDADE RÁDIO E TELEVISÃO ALTEROSA LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 5- (cinco, decalado para menos), no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de Imbé de Minas, Estado de Minas Gerais, por meio do canal 11 (onze), utilizando os sinais de televisão repetidos via satélite, visando à retransmissão dos seus próprios sinais.

HÉLIO COSTA

(Nº 8.514-0 17-11-2006 - R$ 149,60)

PORTARIA Nº 35, DE 11 DE JANEIRODE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES Interino, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.087070/2006, resolve:

Autorizar o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF, consignatário do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, em Brasília, Distrito Federal, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas (LINK), em Brasília, Distrito Federal, observadas as condições constantes da portaria de aprovação de locais e equipamentos.

FERNANDO R. LOPES DE OLIVEIRA

(Nº 8.775-5 - 01-03-2007 - R$ 119,68)

PORTARIA Nº 77, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando o que dispõe a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, e a Portaria nº 43, de 5 de março de 2007, do Ministério da Fazenda, publicada no Diário Oficial da União de 8 de março de 2007, que aprovou os valores fixados nos anexos do Aviso nº 00015/2007/GM-MC, resolve:

Art. 1º Estabelecer as seguintes estruturas e valores tarifários de referência para os Serviços Postais Nacional, líquidos de impostos e contribuições sociais:

1. Carta Não Comercial e Cartão Postal

Faixa de Peso (em gramas)	Valores em R$
Até 20	0,60
Acima de 20 até 50	0,90
Acima de 50 até 100	1,35
Acima de 100 até 150	1,65
Acima de 150 até 200	2,00
Acima de 200 até 250	2,30
Acima de 250 até 300	2,60
Acima de 300 até 350	2,90
Acima de 350 até 400	3,20
Acima de 400 até 450	3,50
Acima de 450 até 500	3,80

1.1. Para objetos com peso superior a quinhentos gramas serão aplicadas as mesmas condições de valor e prestação do Serviço de Encomenda Expressa - SEDEX.

2. Carta Comercial e Aerograma Nacional

Faixa de Peso (em gramas)	Valores em R$
Até 20	0,90
Acima de 20 até 50	1,20
Acima de 50 até 100	1,70
Acima de 100 até 150	2,05
Acima de 150 até 200	2,40
Acima de 200 até 250	2,80
Acima de 250 até 300	3,15
Acima de 300 até 350	3,55
Acima de 350 até 400	3,90
Acima de 400 até 450	4,30
Acima de 450 até 500	4,65

2.1. Franqueamento Autorizado de Cartas - Nacional

Faixa de Peso (em gramas)	Valores em R$
Até 20	0,80
Acima de 20 até 50	1,08
Acima de 50 até 100	1,53
Acima de 100 até 150	1,85
Acima de 150 até 200	2,16
Acima de 200 até 250	2,52
Acima de 250 até 300	2,84
Acima de 300 até 350	3,20
Acima de 350 até 400	3,51
Acima de 400 até 450	3,87
Acima de 450 até 500	4,19

2.2. Para objetos com peso superior a quinhentos gramas serão aplicadas as mesmas condições de valor e prestação do Serviço de Encomenda Expressa - SEDEX.

2.3. Carta Social - R$ 0,01

Art. 2º A Carta Social e a Carta Não Comercial terão assegurado tratamento idêntico ao da Carta Comercial nas fases de recebimento e entrega.

Art. 3º Estabelecer as seguintes estruturas e valores tarifários de referência para o Serviço de Telegrama Nacional, líquidos de impostos e contribuições sociais:

Meio de acesso	Telegrama	Valores em R$
Agência	Pré-Pago	5,25
Telefone	Fonado	4,23
Internet	Via Internet	3,78

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 434, de 30 de setembro de 2005, deste Ministério, publicada no Diário Oficial da União do dia 03 de outubro de 2005.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 78, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando o que dispõe a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978 e a Portaria nº 43, de 5 de março de 2007, do Ministério da Fazenda, publicada no Diário Oficial da União de 8 de março de 2007, que aprovou os valores fixados nos anexos do Aviso nº 00015/2007/GM-MC, resolve:

Art 1º Estabelecer os seguintes valores tarifários de referência para o Serviço Postal Internacional de cartas e cartões postais, modalidade econômica:

Cartas e Cartões Postais Internacionais - Modalidade Econômica

FAIXAS DE PESO (em gramas)	GRUPOS DE PAÍSES (*) - VALORES (em R$) -				
	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V
Até 20	0,65	0,70	0,80	0,85	0,95
Acima de 20 a 50	1,10	1,20	1,40	1,65	2,00
Acima de 50 a 100	2,00	2,15	2,60	2,90	3,70
Acima de 100 a 250	4,90	5,10	5,70	6,60	7,80
Acima de 250 a 500	9,50	10,00	11,00	13,00	15,20
Acima de 500 a 1.000	18,00	19,00	21,00	25,00	29,00
Acima de 1.000 a 1.500	26,50	28,00	31,00	36,50	41,50
Acima de 1.500 a 2.000	34,00	36,00	41,00	47,00	54,00

Art 2º Estabelecer os seguintes valores tarifários de referência para o Serviço Postal Internacional de cartas e cartões postais, modalidade prioritária:

Cartas e Cartões Postais Internacionais - Modalidade Prioritária

FAIXAS DE PESO (em gramas)	GRUPOS DE PAÍSES (*) - VALORES (em R$) -				
	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V
Até 20	1,40	1,45	1,60	2,00	2,10
Acima de 20 a 50	2,60	2,70	3,00	3,50	4,00
Acima de 50 a 100	3,90	4,10	4,60	5,40	7,70
Acima de 100 a 250	8,20	8,40	11,00	12,00	16,50
Acima de 250 a 500	15,50	16,00	19,00	21,00	25,00
Acima de 500 a 1.000	26,50	27,50	36,00	39,00	50,00
Acima de 1.000 a 1.500	36,00	37,00	46,50	52,00	71,00
Acima de 1.500 a 2.000	44,00	45,00	55,00	61,00	83,00

Art 3º Estabelecer os seguintes valores tarifários de referência para o Serviço Telegráfico Internacional, modalidade ordinária:

GRUPOS DE PAÍSES (*)	VALORES POR CADA PALAVRA (Em R$)
GRUPO I	0,60
GRUPO II	0,65
GRUPO III	0,70
GRUPO IV	1,00
GRUPO V	1,20

(*)
GRUPO I (Mercosul)
Argentina, Paraguai e Uruguai.
GRUPO II (Demais países da América do Sul)
Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Falkland (Malvinas), Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.
GRUPO III (Américas Central e do Norte)
América Central - Anguilla, Antígua e Barbuda, Antilhas Holandesas, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bermudas, Cayman, Costa Rica, Cuba, Dominica, Dominicana, El Salvador, Granada, Guadalupe, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, Martinica, Montserrat, Nicarágua, Panamá, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Trinidade e Tobago, Turcks e Caicos e Virgens Britânicas;
América do Norte - Canadá, Estados Unidos, Groenlândia, México e Saint-Pierre e Miquelon.
GRUPO IV (Europa)
Albânia, Alemanha, Áustria, Belarus, Bélgica, Bósnia-Herzegovínia, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Faroe, Finlândia, França, Gibraltar, Grã-Bretanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Iugoslávia, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, Malta, Moldávia, Mônaco, Noruega, Países Baixos, Polônia, Portugal, Romênia, San Marino, Suécia, Suíça, Theca (Rep.), Ucrânia e Vaticano.
GRUPO V (Ásia e Oriente Médio, África e Oceania)
Ásia e Oriente Médio - Afeganistão, Arábia Saudita, Armênia, Azerbaijão, Bangladesh, Bahrein, Brunei, Butão, Camboja, Catar, Cazaquistão, China, Cingapura, Coréia do Norte, Coréia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Filipinas, Geórgia, Hong Kong, Iêmen, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Israel, Japão, Jordânia, Kuwait, Laos, Líbano, Macau, Malásia, Maldivas, Mianmar, Mongólia, Nepal, Omã, Paquistão, Quirguistão, Rússia, Síria, Sri-Lanka, Tailândia, Taiwan, Tadjiquistão, Turcomenistão, Turquia, Uzbequistão e Vietnã;
África - África do Sul, Angola, Argélia, Ascenção, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Centro-Africana, Chade, Comores, Congo (Rep. Dem.), Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritréia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malavi, Mali, Marrocos, Maurício, Mauritânia, Mayotte, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, Reunião, Ruanda, Santa Helena, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Seycheles, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Tristão da Cunha, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue;
Oceania - Austrália, Cook, Fiji, Guam, Kiribati, Nauru, Nova Caledônia, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné, Pitcairn , Polinésia Francesa, Salomão, Samoa, Timor Oriental, Tonga, Tuvalu, Vanuatu e Wallis e Futuna.

Art 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 435, de 30 de setembro de 2005, deste Ministério, publicada no Diário Oficial do dia 03 de outubro de 2005.

HÉLIO COSTA

DESPACHO DO MINISTRO
Em 7 de MARÇO de 2007

Processo n.º 53000.070463/2006. Adoto o PARECER/MC/CONJUR/JGH/N.º 2658 - 1.02/2006. Encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, a fim de proceder o arquivamento do processo de apuração de infração instaurado por irregularidade atribuída a GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, objetivando surtir seus efeitos legais. Publique-se.Registre-se. Notifique-se.

HÉLIO COSTA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 63.831, DE 1º DE MARÇO DE 2007

Processo n.º 53500.029005/2006. Autoriza a SUPPORT NET INFORMÁTICA LTDA. a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço o território nacional.

PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR
Presidente do Conselho

ATO Nº 63.886, DE 2 DE MARÇO DE 2007

Processo n.º 53500.025647/2006 - Anui previamente com a operação de transferência do controle societário da Portugal Telecom SGPS, S.A. para a Sonaecom - SGPS, S.A. A aprovação da operação não exime a Portugal Telecom SGPS, S.A. e a Sonaecom - SGPS, S.A. da obrigação de obterem junto a outras entidades, nos termos da legislação pertinente, eventuais autorizações necessárias à efetivação da operação.

PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 63.627, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2007

Processo n. 530000077901997. Outorga autorização de uso da(s) radiofreqüência(s), à NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA, associada à autorização para exploração do Radioenlaces Associados ao Serviço Móvel Especializado, referente(s) ao(s) radioenlaces(s) anciliar(es).

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 63.794, DE 1º DE MARÇO DE 2007

Transfere a autorização do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, expedida à INDUSTRIA ALIMENTICIAS ITACOLOMY S/A-ITASA, por meio do Ato n° 1111, de 21/09/1998, para NESTLE WATERS BRASIL - BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA., bem como a outorga de autorização de uso de radiofreqüência(s), associada(s) à autorização para execução do serviço.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 63.828, DE 1º DE MARÇO DE 2007

Reconhece a inexigibilidade de licitação para a expedição de autorização para exploração dos Serviços Limitados Especializado ou Privado, submodalidades Serviços de Radiotáxi Especializado ou Privado, de interesse coletivo ou restrito, respectivamente, e para a outorga de autorização de uso de radiofreqüência associada, nas áreas de prestação de serviço e nas faixas de radiofreqüências específicas, que constam no Anexo deste Ato, diante da desnecessidade da disputa pelas autorizações.

ÁREA DE PRESTAÇÃO	FAIXAS DE FREQÜÊNCIAS	CANAIS DISPONÍVEIS	MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇAO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE / MG	33 MHz	30	0	-
	34 MHz	15	0	-
	38 MHz	26	0	-
	39 MHz	42	0	-
	152 a 174 MHz	38	2	SIM
	243 a 257 MHz	6	0	-
	460 MHz	3	0	-
REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA/GO	33 MHz	30	0	-
	34 MHz	14	0	-
	38 MHz	25	0	-
	39 MHz	41	0	-
	152 a 174 MHz	47	0	-
	243 a 257 MHz	6	0	-
	460 MHz	4	0	-
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR	33 MHz	30	0	-
	34 MHz	15	0	-
	38 MHz	25	0	-
	39 MHz	40	0	-
	152 a 174 MHz	18	2	SIM
	243 a 257 MHz	6	0	-
	460 MHz	1	0	-
REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN	33 MHz	30	0	-
	34 MHz	15	0	-
	38 MHz	25	0	-
	39 MHz	40	1	SIM
	152 a 174 MHz	60	1	SIM
	243 a 257 MHz	6	0	-
	460 MHz	4	0	-
MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS/BA	33 MHz	30	0	-
	34 MHz	15	0	-
	38 MHz	26	0	-
	39 MHz	42	0	-
	152 a 174 MHz	76	1	SIM
	243 a 257 MHz	6	0	-
	460 MHz	4	0	-
MUNICÍPIO DE SANTANA/AP	33 MHz	30	0	-
	34 MHz	14	0	-
	38 MHz	25	0	-
	39 MHz	41	0	-
	152 a 174 MHz	72	0	-
	243 a 257 MHz	6	0	-
	460 MHz	4	0	-
MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS/MG	33 MHz	30	0	-
	34 MHz	15	0	-
	38 MHz	26	0	-
	39 MHz	42	0	-
	152 a 174 MHz	37	1	SIM
	243 a 257 MHz	4	0	-
	460 MHz	3	0	-
MUNICÍPIO DE JATAÍ/GO	33 MHz	30	0	-
	34 MHz	15	0	-
	38 MHz	26	0	-
	39 MHz	42	0	-
	152 a 174 MHz	64	2	SIM
	243 a 257 MHz	6	0	-
	460 MHz	4	0	-
MUNICÍPIO DE GRAMADO/RS	33 MHz	30	0	-
	34 MHz	15	0	-
	38 MHz	26	0	-
	39 MHz	42	0	-
	152 a 174 MHz	26	0	-
	243 a 257 MHz	4	0	-
	460 MHz	3	0	-
MUNICÍPIO DE MANAUS/AM	33 MHz	30	0	-
	34 MHz	15	0	-
	38 MHz	24	0	-
	39 MHz	42	0	-
	152 a 174 MHz	37	0	-
	243 a 257 MHz	6	0	-
	460 MHz	4	0	-
MUNICÍPIO DE TERESINA/PI	33 MHz	30	0	-
	34 MHz	15	0	-
	38 MHz	26	0	-
	39 MHz	42	0	-
	152 a 174 MHz	78	1	SIM
	243 a 257 MHz	6	0	-
	460 MHz	4	0	-
MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE	33 MHz	29	0	-
	34 MHz	15	0	-
	38 MHz	26	0	-
	39 MHz	37	0	-
	152 a 174 MHz	52	2	SIM
	243 a 257 MHz	5	0	-
	460 MHz	0	0	-
DISTRITO FEDERAL	33 MHz	30	0	-
	34 MHz	14	0	-
	38 MHz	26	0	-
	39 MHz	41	0	-
	152 a 174 MHz	17	6	SIM
	243 a 257 MHz	6	0	-
	460 MHz	4	0	-

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 63.838 DE 1º DE MARÇO DE 2007

Processo n.° 53500.002884/2007. Autorizar GOOGLE BRASIL LTDA, a executar, para uso próprio, o Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado com uso de Fibra Óptica, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação do serviço os municípios de Barueri/SP e Cotia/SP.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 63.887, DE 1º DE MARÇO DE 2007

Transfere a autorização do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, expedida à EMPRESA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS, por meio do Ato n° 4165, de 21/07/1999, para SAPIRANGA PREFEITURA, bem como a outorga de autorização de uso de radiofreqüência(s), associada(s) à autorização para execução do serviço.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 63.924, DE 6 DE MARÇO DE 2007

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO ESPIRITO SANTO associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 63.926, DE 7 DE MARÇO DE 2007

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à EMPRESA DE NAVEGACAO J.G. LTDA associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 63.927, DE 7 DE MARÇO DE 2007

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à JOSE OTAVIO DE CARVALHO LOPES associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 63.931, DE 7 DE MARÇO DE 2007

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES LTDA associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 63.641, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2007.

Processo n. 53500.002480/2002. Expedir autorização à NOKIA DO BRASIL LTDA para explorar o Serviço Especial para Fins Científicos e Experimentais, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação do serviço o Centro de Comutação Móvel, localizado à Avenida das Américas, 500, Conjunto Downtown, Bloco 22, Barra da Tijuca, no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 52, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2007

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 187 do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.005303/06, resolve:

Autorizar a FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL ALTO PARANAÍBA., com sede no Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens, a utilizar nas transmissões de sua estação na localidade citada, a denominação de fantasia "NTV- Nossa TV ".

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(88.123.178.813-1 - 08.3.2007 - R$119,68)

PORTARIA Nº 53, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2007

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 187 do Regimento Interno do Ministério das Comunicações,e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.005304/2006, resolve:

Autorizar a FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL ALTO PARANAÍBA., com sede no Município de Patos de Minas, Estado de Minas, executante do serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, a utilizar nas transmissões de sua estação no Município de Oliveira, Estado de Minas Gerais, a denominação de fantasia "Rádio Líder Nossa FM ".

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(88.123.178.812-3 - 08.03.2007 - R$149,60))

PORTARIA Nº 58, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2007

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 187, inciso XXI, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53740.000303/2000, resolve:

Aprovar, nos termos do artigo 102 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, os atos legais praticados pela RÁDIO DIFUSORA AMÉRICA DE CHOPINZINHO LTDA., com sede no Município de Chopinzinho, Estado do Paraná, em decorrência da autorização contida na Exposição de Motivos nº 01282, de 13 de setembro de 2002, publicada no DOU de 01 de outubro de 2002.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(Nº 88.123.178.807-7 - 01.03.2007 - R$149,60)

PORTARIA Nº 70, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.028966/2004, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da SISTEMA SUL MINEIRO DE RADIODIFUSÃO LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Camanducaia, Estado de Minas Gerais, utilizando o canal 287, classe C.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(Nº 8.926-X - 08.03.2007- R$119,68)

PORTARIA Nº 74, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2007

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.004081/2002, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAÍNA LTDA, autorizada a executar os Serviços de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Aguiarnópolis, Estado do Tocantins, utilizando o canal 21+ (vinte e um decalado para mais).

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(Nº 8.928-6,- 07.03.2007- R$149,60)

PORTARIA Nº 112, DE 2 DE MARÇO DE 2007

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.065884/2006, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação, da RÁDIO PRATA S/A, concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, no município de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Sul, utilizando a freqüência 1230 kHz, classe B.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(Nº 8.903-0 - 08.03.2007- R$119,68)

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

BRASIL/PARAGUAI

Programa Executivo Cultural do Acordo Básico de Cooperação Educacional, Científica e Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o período 2007-2009

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da República do Paraguai (doravante denominados "Partes"),

Considerando os objetivos do Acordo Básico de Cooperação Educacional, Científica e Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, assinado em Assunção em 17 de outubro de 1973, bem como do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Assunção, em 27 de outubro de 1987;

Reconhecendo a importância de desenvolver e ampliar as relações de cooperação entre os dois países nos domínios da Cultura, de forma a contribuir para o fortalecimento das relações entre os dois países,

Decidem estabelecer o presente Programa Executivo Cultural para o período de 2007-2009,

Para tanto, definem como áreas de interesse para a cooperação:

I. Cultura

Artigo 1

As Partes desenvolverão ações de intercâmbio e divulgação mútua de suas respectivas expressões e manifestações culturais nas áreas de artes visuais, teatro, circo, música, dança, audiovisual e cinema, literatura e culturas populares, levando em conta a sua diversidade cultural, étnica e lingüística, assim como ações de promoção e proteção de seus patrimônios culturais tangíveis e intangíveis, de comum acordo e dentro dos limites de suas competências e possibilidades orçamentárias.

Artigo 2

As Partes cooperarão na promoção de ações voltadas para o fortalecimento da economia da cultura em ambos os países, bem como incentivarão a troca de experiências sobre legislações e mecanismos de incentivo e fomento à cultura, considerando a profunda incidência econômica e sociocultural das atividades culturais no desenvolvimento sustentado de ambas as nações e do Mercosul. As Partes estudarão as formas de impulsionar o intercâmbio de experiências, assistência técnica, assim como de indicadores estatísticos em todas as áreas da cultura.

Artigo 3

As Partes promoverão o intercâmbio de informações e a troca de experiências sobre as políticas públicas e os programas voltados para a cultura em ambos os países, especialmente nas áreas temáticas e setores incluídos nos planos ou leis nacionais de cultura de ambos os países.

Intercâmbio artístico e capacitação, artes visuais, artes circences, dança, música, teatro e culturas populares

Artigo 4

As Partes acordam em estimular os contatos e a cooperação entre as instituições nacionais e regionais representativas dos artistas de ambos os países, fomentando a realização de trabalhos conjuntos, tais como oficinas (workshops), exposições e outros tipos de encontros.

Artigo 5

As Partes concordam em estimular o intercâmbio de artistas, especialistas, acadêmicos, coreógrafos, autores e produtores das diversas disciplinas artísticas, entre as universidades e instituições públicas e privadas de ambos os países, com o objetivo de ministrar cursos e palestras, bem como participar de oficinas, encontros e atividades acadêmicas, foros e congressos no outro país.

Artigo 6

Ambas as Partes fomentarão os contatos entre os círculos artísticos de ambos os países, assim como a apresentação conjunta de mostras de artistas paraguaios e brasileiros, no Brasil e no Paraguai.

Artigo 7

As Partes darão apoio a artistas e autores interessados em participar de feiras anuais e exposições Bienais, Trienais e Quadrienais de arte, desenho, arquitetura e design, bem como Feiras de Livros, que se realizarem no território da outra Parte, sempre que possível.

Artigo 8

As Partes favorecerão a apresentação recíproca de obras e artistas brasileiros e paraguaios, bem como a apresentação, em ambos os países, de artistas e grupos artísticos populares e eruditos da outra Parte, apoiando, para tanto, a organização de espetáculos musicais, teatrais, circences, de dança e outras expressões artísticas populares.

Artigo 9

A Parte brasileira apoiará a criação de grupos artísticos integrados por crianças e jovens das cidades fronteiriças de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Ciudad del Este, no Paraguai, bem como o estímulo a outras iniciativas culturais conjuntas na faixa de fronteira Brasil - Paraguai, aproveitando sempre que seja possível a experiência dos Pontos de Cultura no âmbito do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura do Brasil.

Artigo 10

As Partes incentivarão encontros entre jovens produtores e produtores independentes dos dois países na área da música.

Artigo 11

As Partes disponibilizarão informações sobre seminários, congressos, cursos e palestras que se realizem em seus territórios, nas diversas áreas da cultura.

Artigo 12

As Partes promoverão a participação de seus artistas nos principais encontros, concursos e festivais de música, teatro e dança organizados no território da outra Parte, comprometendo-se a enviar, em data oportuna, uma lista dos eventos programados e seus respectivos regulamentos. As Partes prestarão apoio aos participantes na medida de suas possibilidades e as condições de participação serão acordadas entre os interessados.

Artigo 13

Cada Parte propiciará a organização de uma mostra do mais representativo de suas artes visuais, no território da outra Parte.

Artigo 14

As Partes concordam em trocar informações sobre a infraestrutura destinada a apresentações artístico-culturais existente em cada uma delas, com vistas a facilitar à outra Parte a planificação de suas atividades de divulgação artística. Com esse fim, comprometem-se a informar sobre a disponibilidade de salas ou espaços adequados e a colaborar por meio de gestões junto aos organizadores de festivais nacionais.

Artigo 15

A Parte brasileira apoiará a Parte paraguaia na organização de eventos culturais paraguaios no Brasil, em parceria com instituições federais, estaduais ou municipais.

Artigo 16

A Parte brasileira apoiará projetos com vistas a promover a formação e capacitação de profissionais paraguaios nas diversas expressões artísticas, buscando parcerias com universidades e instituições especializadas do Brasil, bem como o apoio de agências de cooperação técnica em âmbito bilateral ou multilateral.

Artigo 17

A Parte brasileira apoiará iniciativas que fomentem a capacitação do Instituto Superior de Artes do Paraguai na formação de gestores em várias áreas culturais, por intermédio de órgãos vinculados ao Ministério da Cultura, segundo demandas e prioridades estabelecidas com o lado paraguaio;

Audiovisual

Artigo 18

As Partes incentivarão encontros entre produtores de ambos os países na área do audiovisual.

Artigo 19

Cada Parte promoverá a difusão de obras audiovisuais de seu país na outra Parte.

Artigo 20

A Parte brasileira apoiará projetos com vistas à consolidação da legislação paraguaia relativa ao audiovisual.

Artigo 21

A Parte brasileira oferece cooperação na restauração de filmes paraguaios.

Artigo 22

As Partes fomentarão contato entre redes de televisão pública e emissoras de rádio, com o propósito de intercambiar programas e difundir conteúdos de caráter educativo e cultural.

Artigo 23

A Parte brasileira se dispõe a apoiar a criação do Instituto Paraguaio de Audiovisual.

Artigo 24

A Parte brasileira se dispõe a estudar formas de atender pedidos de formação de profissionais na área do audiovisual.

Livro e Leitura

Artigo 25

As Partes promoverão o intercâmbio literário, incluindo reedições e/ou edições conjuntas de obras literárias fundamentais para os dois países. Para tanto, as Partes:

a) indicarão uma relação de até 10 títulos importantes de autores nacionais susceptíveis de serem publicados por editoras brasileiras e paraguaias, com vistas à tradução e publicação de tais obras no curso de vigência do presente Programa Executivo, e

b) encorajarão o intercâmbio, durante a vigência do presente Programa Executivo, de visitas de escritores, privilegiando o encontro em universidades e por ocasião de feiras e mostras de livros que se realizem em ambos os países.

Artigo 26

As Partes concordam em fomentar e facilitar intercâmbio de escritores com o objetivo de participar, no outro país, de Feiras de Livros, oficinas (workshops), encontros e atividades acadêmicas, foros e congressos em instituições públicas ou privadas.

Artigo 27

As Partes estimularão a tradução e publicação de autores brasileiros no Paraguai e paraguaios no Brasil, bem como publicações conjuntas de antologias de contistas e poetas contemporâneos dos dois países.

Bibliotecas e Arquivos

Artigo 28

Ambas as Partes estimularão os vínculos de cooperação entre suas respectivas Bibliotecas Nacionais e redes nacionais de bibliotecas públicas, a fim de promover a realização conjunta de atividades de interesse cultural e educativo para a comunidade, tais como homenagens e visitas de escritores, exposições de livros e material visual, encontros e estágios de bibliotecários e técnicos em conservação e reprodução de materiais bibliográficos.

Artigo 29

A Parte brasileira oferece capacitação, por meio da cessão das bases de dados da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), em especial nas seguintes áreas:

a) conservação, restauração e difusão de patrimônio bibliográfico;

b) processamento de acervos bibliográficos;

c) manutenção e restauração de manuscritos e documentos antigos;

d) novas tecnologias da informação, e

e) incentivo à atividade editorial.

Artigo 30

As Partes prosseguirão e intensificarão a cooperação na microfilmagem, bem como a inclusão em outros suportes eletrônicos, da documentação existente em arquivos e bibliotecas de ambos os países e relevantes para a história comum brasileira e paraguaia.

II. Patrimônio Cultural

Artigo 31

As Partes estimularão a cooperação técnica e o intercâmbio no setor do patrimônio cultural, favorecendo a permuta de informações e experiências relativas às operações voltadas para a preservação de bens culturais. Considera-se para efeito do presente Artigo, bens culturais objeto da ação dos estados :

a) bens móveis (imaginárias, mobiliário de época, peças de valor artístico excepcional);

b) bens integrados (retábulos, pisos decorados, mosaicos, vitrais e demais elementos artísticos integrados à arquitetura de monumentos e sítios);

c) edifícios de notável valor cultural;

d) contextos históricos urbanos;

e) bens arqueológicos e paleontológicos;

f) paisagens naturais e agenciadas de forma singular pelo homem;

g) manifestações culturais: ritos, saberes, fazeres, celebrações, formas de expressão e lugares, e

h) Museus e Centros Culturais.

Artigo 32

As Partes reconhecem como áreas temáticas de interesse para o intercâmbio e cooperação técnica no campo da preservação do patrimônio cultural:

a) sistemas de inventário (bens móveis e integrados, bens arquitetônicos, sítios urbanos, configuração espacial urbana e referências culturais);

b) pesquisa científica georeferenciada sobre as distintas áreas culturais;

c) conservação, conservação preventiva, instrumentos de proteção legal, acautelamento e valoração de bens culturais;

d) tecnologia de restauro de bens móveis, integrados e edifícios;

e) intervenções para requalificação de contextos históricos urbanos;

f) gestão de áreas urbanas de valor cultural;

g) processos de registro e planos de salvaguarda de bens intangíveis;

h) gestão do patrimônio arqueológico e paleontológico;

i) gestão de paisagens culturais;

j) sinalização interpretativa e turismo cultural;

k) gestão de Museus e acervos;

l) educação patrimonial, e

m) gestão documental.

Artigo 33

A Parte brasileira oferece assessoria técnica e auxílio na elaboração de programas de capacitação de profissionais e mão-de-obra paraguaios em todos os temas descritos no Artigo 32, aplicados aos objetos (bens culturais) identificados no Artigo 31.

Artigo 34

As Partes darão ênfase especial à cooperação e intercâmbio nas áreas de gestão e organização do setor museológico, de fomento à implementação de centros culturais e ações que tratem da dimensão imaterial do patrimônio cultural.

Artigo 35

As Partes estimularão o intercâmbio entre as instituições de gestão do patrimônio cultural, com vistas a organizar um cadastro comum com os tesouros vivos (profissionais que dominam técnicas em processo de extinção) de ambas as Partes, facilitando a participação destes peritos brasileiros e paraguaios em encontros internacionais.

Artigo 36

As Partes acordam em estabelecer rotinas comuns, intercambiar informações, eqüalizar e complementar legislações e promover outras ações destinadas à repressão ao tráfico ilícito de bens culturais em seus territórios.

Artigo 37

As Partes acordam em direcionar suas ações para a elaboração compartilhada de um Plano, com ações concretas, voltadas para a recuperação e valorização de seu patrimônio comum.

III. Direitos de Autor e Direitos Conexos

Artigo 38

Levando em consideração a crescente inovação na criação de conteúdos, para a qual veio contribuir a utilização de novas tecnologias, as Partes procederão à troca de informações sobre a regulamentação da sua produção e utilização, de forma a assegurar o reconhecimento e proteção, no seu território, dos direitos de autor e conexos dos naturais de ambos os países, nos termos das respectivas legislações e dos acordos internacionais relacionados à matéria dos quais façam parte.

IV. Circulação de Pessoas e bens para Execução de Projetos Culturais

Artigo 39

As Partes concederão facilidades para a entrada de pessoas, materiais e equipamentos necessários para realizar programas ou intercâmbios decorrentes de projetos culturais, de acordo com a legislação vigente.

V. Disposições Gerais e Financeiras

Artigo 40

O intercâmbio previsto no presente Programa orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) ambas as Partes consideram que a realização de qualquer evento estará sempre dependente das disponibilidades financeiras das entidades e organismos envolvidos. Assim, o número de especialistas, o tempo de duração de cada missão e os encargos técnicos/financeiros deverão ser negociados, caso a caso, com a devida antecedência, através dos canais diplomáticos competentes, durante a vigência deste Programa, e

b) as questões financeiras relativas à realização dos intercâmbios previstos pelo presente Programa serão acordadas com base na reciprocidade, não excluindo o estudo de outras possibilidades para sua implementação.

VI. Disposições finais outras formas de Intercâmbio e Cooperação

Artigo 41

O presente Programa não exclui outras formas ou iniciativas de intercâmbio e cooperação nos domínios da língua, educação, cultura, ciência e ensino superior, comunicação social, juventude e desporto, os quais serão negociados por via diplomática.

Cooperação no Âmbito Multilateral

Artigo 42

As Partes intensificarão a consulta recíproca tendo em vista a adoção de posições comuns no âmbito dos organismos e organizações internacionais, nas matérias relevantes para o presente Programa.

Produção de Efeitos e Validade

Artigo 43

Este Programa começará a produzir efeitos a partir da data da sua assinatura e será renovado automaticamente por períodos de 3 (três) anos ou até a assinatura do seguinte Programa.

Feito e assinado em Brasília, em 2 de março de 2007, em dois originais, exemplares de igual teor, em português e espanhol, sendo os dois igualmente autênticos e em fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:

PAULO CÉSAR MEIRA DE VASCONCELLOS
Diretor do Departamento Cultural

Pelo Governo da República do Paraguai:

BRUNO BARRIOS
Secretário Nacional de Cultura

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 825, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2007

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da empresa SPE Alto Irani Energia S.A., as áreas de terra que especifica, necessárias à implantação da PCH Alto Irani, localizadas nos Municípios de Arvoredo, Xavantina e Xanxerê, no Estado de Santa Catarina.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Portaria nº 509 de 6 de fevereiro de 2007, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 29, inciso VIII da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art. 10 da Lei n° 9.074, de 7 de julho de 1995, com a redação dada pela Lei n° 9.648, de 27 de maio de 1998, no art. 151, alínea "b" do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, regulamentado pelo Decreto nº 35.851, de 16 de julho de 1954, no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, na Resolução nº 259, de 9 de junho de 2003, com base no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, na Resolução nº 259, de 9 de junho de 2003, e o que consta do Processo nº 48500.002420/2005-86, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da empresa SPE Alto Irani Energia S.A., as áreas de terra que perfazem um total de 114,5633 ha (cento e quatorze hectares, cinqüenta e seis ares e trinta e três centiares), inseridas em um polígono, localizado nos Municípios de Arvoredo, Xavantina e Xanxerê, no Estado de Santa Catarina, destinadas à implantação do reservatório e faixa ciliar da PCH Alto Irani, representadas na planta intitulada: "PLANTA PLANIMÉTRICA CURVA DE DESAPROPRIAÇÃO", em escala 1:5.000, de maio de 2005, apresentada por empresa contratada pela SPE Alto Irani Energia S.A., conforme Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia do Estado de Santa Catarina.

§ 1º As áreas de terra referidas no "caput" deste artigo descrevem-se e caracterizam-se por meio de distâncias, azimutes e coordenadas dos vértices do polígono na projeção UTM, referidas ao Datum South American - SAD-69 (Chuá, Minas Gerais) e ao Meridiano Central de 51º W.Gr.

§ 2º A autorizada deverá fiscalizar as terras destinadas à implantação da PCH Alto Irani, promovendo a gestão sócio-patrimonial das mesmas.

Art. 2º Fica a SPE Alto Irani Energia S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as desapropriações de que trata o art. 1º, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência para fins de imissão provisória na posse do bem, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 3º Os acordos estabelecidos com os proprietários das áreas de terra afetadas pela implantação da PCH Alto Irani deverão ser preservados pela referida autorizada, em todos os procedimentos vinculados à desapropriação, bem como mantidos à disposição da ANEEL pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 4º Fica a SPE Alto Irani Energia S.A. obrigada a atender às determinações emanadas das leis e dos regulamentos administrativos estabelecidos pelos órgãos ambientais, aplicáveis ao empreendimento, bem como aos procedimentos previstos nas normas e regulamentos que disciplinam a construção, operação e manutenção da usina hidrelétrica.

Art. 5° A descrição das áreas de terra referidas no § 1° do art. 1°, contidas no Anexo desta Resolução, encontra-se no Processo supracitado e está disponível no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulo I - Brasília - DF, bem como no endereço eletrônico www.aneel.gov.br.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 826, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2007

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da empresa SPE Plano Alto Energia S.A., as áreas de terra que especifica, necessárias à formação do reservatório e faixa ciliar da PCH Plano Alto, localizadas nos Municípios de Faxinal dos Guedes e Xavantina, no Estado de Santa Catarina.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Portaria nº 509, de 6 de fevereiro de 2007, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 29, inciso VIII da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art. 10 da Lei n° 9.074, de 7 de julho de 1995, com a redação dada pela Lei n° 9.648, de 27 de maio de 1998, no art. 151, alínea "b" do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, regulamentado pelo Decreto nº 35.851, de 16 de julho de 1954, no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, na Resolução nº 259, de 9 de junho de 2003, com base no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, na Resolução nº 259, de 9 de junho de 2003, e o que consta do Processo nº 48500.002419/2005-05, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da empresa SPE Plano Alto Energia S.A., as áreas de terra que perfazem um total de 105,1809 ha (cento e cinco hectares, dezoito ares e nove centiares), inseridas em um polígono, localizado nos Municípios de Faxinal dos Guedes e Xavantina, no Estado de Santa Catarina , destinadas à formação do reservatório e faixa ciliar da PCH Plano Alto, representadas na planta intitulada: "PLANTA PLANIMÉTRICA CURVA DE DESAPROPRIAÇÃO", em escala 1:7.500, de maio de 2005, devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina.

§ 1º As áreas de terra referidas no "caput" deste artigo descrevem-se e caracterizam-se por meio de distâncias, azimutes e coordenadas dos vértices do polígono na projeção UTM, referidas ao Datum South American - SAD-69 (Chuá, Minas Gerais) e ao Meridiano Central de 51º W.Gr.

§ 2º A autorizada deverá fiscalizar as terras destinadas à formação do reservatório e faixa ciliar da PCH Plano Alto, promovendo a gestão sócio-patrimonial das mesmas.

Art. 2º Fica a SPE Plano Alto Energia S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as desapropriações de que trata o art. 1º, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência para fins de imissão provisória na posse do bem, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 3º Os acordos estabelecidos com os proprietários das áreas de terra afetadas pela formação do reservatório e faixa ciliar da PCH Plano Alto deverão ser preservados pela referida autorizada, em todos os procedimentos vinculados à desapropriação, bem como mantidos à disposição da ANEEL pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 4º Fica a SPE Plano Alto Energia S.A. obrigada a atender às determinações emanadas das leis e dos regulamentos administrativos estabelecidos pelos órgãos ambientais, aplicáveis ao empreendimento, bem como aos procedimentos previstos nas normas e regulamentos que disciplinam a construção, operação e manutenção da usina hidrelétrica.

Art. 5° A descrição das áreas de terra referidas no § 1° do art. 1°, contidas no Anexo desta Resolução, encontra-se no Processo supracitado e está disponível no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulo I - Brasília - DF, bem como no endereço eletrônico www.aneel.gov.br.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA N° 827, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2007

Autoriza o enquadramento da empresa Jari Celulose S.A. na sub-rogação da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, relativo ao projeto de instalação de central termelétrica a óleo BPF em Munguba.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no § 4o, art. 11, da Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 18 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, no art. 4o, incisos IV e XLIII, Anexo I, do Decreto no 2.335, de 6 de outubro de 1997, na Resolução Normativa no 146, de 14 de fevereiro de 2005, o que consta do Processo no 48500. 002405/2006-73, e considerando que:

por meio da Resolução Normativa no 146, de 14 de fevereiro de 2005, foram estabelecidas as condições e os prazos para a sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, em favor de titulares de concessão ou autorização de empreendimentos que substituam derivados de petróleo ou que permitam a redução do dispêndio atual ou futuro da CCC nos sistemas elétricos isolados; resolve:

Art. 1° Autorizar o enquadramento da empresa Jari Celulose S.A. na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, relativo ao projeto de instalação de central termelétrica a óleo BPF em Munguba em substituição à geração a diesel na localidade de Monte Dourado, Estado do Pará.

Parágrafo único. O referido projeto é composto por uma central termelétrica a óleo BPF, com 3 unidades geradoras de 2.546 kW, em Munguba, área industrial pertencente à Jari Celulose S.A. A conexão entre Munguba e a localidade de Monte Dourado dar-se-á por meio da construção de uma subestação em Munguba, em 13,8 kV, a recuperação de uma linha de distribuição existente, com 21 km de extensão, bem como a instalação de um "bay" de entrada na subestação em Monte Dourado.

Art. 2° Para a UTE Munguba, o total do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL é de R$ 17.929.360,20 (dezessete milhões, novecentos e vinte e nove mil, trezentos e sessenta reais e vinte centavos), em função do que o valor da sub-rogação será de R$ 13.447.020,15 (treze milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, vinte reais e quinze centavos), correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do montante aprovado.

Art. 3° As parcelas do reembolso serão calculadas pela Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS, consoante o disposto no art. 10 da Resolução no 146, de 2005, e nos seguintes critérios:

I - o pagamento será realizado em tantas parcelas quantas forem necessárias para que seja atingido o montante total sub-rogado, limitado a 60 (sessenta) parcelas; e

II - o saldo do montante sub-rogado será corrigido anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 4° Conforme estabelece a Resolução Normativa no 163, de 1o de agosto de 2005, a medição de energia elétrica, a ser instalada em Monte Dourado, deverá ser digital, com memória de massa para, no mínimo, 35 dias.

Parágrafo único. A Jari Celulose S.A. deverá encaminhar mensalmente à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS a memória de massa do medidor mencionado.

Art. 5° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 828, DE 6 DE MARÇO DE 2007

Autoriza a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC a transferir suas ações no capital social da MAESA, bem como sua cota parte no Consórcio Machadinho e na concessão da UHE Machadinho, localizada no rio Pelotas, entre os Municípios de Maximiliano de Almeida, Estado do Rio Grande do Sul, e Piratuba, Estado de Santa Catarina, para as empresas ALCOA, Camargo Cimentos, CEEE-GT, CBA, DME, VALESUL e VCB explorarem a referida UHE.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 3°, inciso XIII da Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, acrescido pelo art. 17 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com base no art. 4°, incisos XI e XII, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, no Contrato de Concessão n° 009/1997, e o que consta do Processo nº 00000.702521/1980-07, resolve:

Art. 1º Autorizar a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC a transferir para as empresas Alcoa Alumínio S.A. (ALCOA), Camargo Corrêa Cimentos S.A. (Camargo Cimentos), Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas (DME), Valesul Alumínio S.A. (VALESUL), e Votorantim Cimentos Brasil Ltda. (VCB), as ações no capital social da empresa de propósito específico Machadinho Energética S.A. - MAESA, correspondente a 14,6373%, bem como a sua quota-parte, correspondente a 12,1577%, no Consórcio Machadinho e na concessão da UHE Machadinho, localizada entre os Municípios de Maximiliano de Almeida, Estado do Rio Grande do Sul, e Piratuba, Estado de Santa Catarina, ficando a nova estrutura do Consórcio, da concessão e da MAESA com a seguinte configuração:

Acionistas da MAESA	Atual Composição Acionária da MAESA		Futura Composição Acionária da MAESA	
	AÇÕES	(%)	AÇÕES	(%)
ALCOA	92.513.828	27,2252	108.377.201	31,8936
CAMARGO CIMENTOS	18.960.962	5,5799	22.212.263	6,5368
CELESC	49.738.420	14,6373	0	0,0000
VCB	20.188.011	5,9410	23.649.656	6,9597
CBA	98.910.719	29,1079	115.871.023	34,0990
CEEE-GT	19.874.028	5,8485	23.281.806	6,8514
DME	9.820.459	2,8900	11.504.353	3,3855
VALESUL	29.801.868	8,7702	34.911.993	10,2740
TOTAL	339.808.295	100,0000	339.808.295	100,0000

Acionistas da MAESA	Atual Composição do Consórcio/ Concessão	Futura Composição do Consórcio/ Concessão
TRACTEBEL	16,9400	16,9400
ALCOA	22,6133	26,4908
CAMARGO CIMENTOS	4,6347	5,4294
CELESC	12,1577	0,0000
VCB	4,9346	5,7807
CBA	24,1770	28,3227
CEEE-GT	4,8578	5,6908
DME	2,4004	2,8120
VALESUL	7,2845	8,5336
TOTAL	100,0000	100,0000

Art. 2º Determinar que as empresas, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação da Resolução, apresentem à ANEEL o Termo Aditivo ao Contrato de Constituição do Consórcio da Usina Hidrelétrica de Machadinho, incorporando a proposta de transferência, para fins de formalização da transferência definitiva da quota de participação na concessão compartilhada, sob pena de nulidade do mencionado ato.

Art. 3º Determinar que a CELESC encaminhe à ANEEL cópia da ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberar as transações aprovadas por esta Resolução, devidamente registrada na Junta Comercial, que reflitam a operação de transferência.

Art. 4° As empresas integrantes do Consórcio Machadinho e da MAESA deverão encaminhar à ANEEL cópia do novo contrato social do Consórcio e da MAESA, que reflita a operação de transferência, devidamente registrado na Junta Comercial, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação da Resolução.

Art. 5º As empresas ALCOA E CAMARGO CIMENTOS deverão encaminhar à ANEEL, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação da Resolução, a seguinte documentação:

I - em relação à ALCOA: a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal; e

II - em relação à CAMARGO CIMENTOS: a Certidão de Regularidade do FGTS-CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal - CEF, bem como a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal.

Parágrafo Único. A eficácia da presente Resolução, para as empresas ALCOA e CAMARGO CIMENTOS, estará condicionada ao envio da documentação relacionada nos incisos I e II deste artigo.

Art. 6º As concessionárias deverão assinar Termo Aditivo ao Contrato de Concessão n° 009/1997, em data a ser marcada pela ANEEL, no qual deverão constar as transferências das concessões de que trata esta Resolução, estando a referida assinatura condicionada ao atendimento das determinações constantes da presente Resolução.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JERSON KELMAN

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 255, DE 6 DE MARÇO DE 2007

Estabelece os critérios para repasse, às tarifas do consumidor final, do custo de sobrecontratação de energia elétrica, em atendimento ao art. 38 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nos arts. 2º e 3°, inciso XVII, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 2006, incluído pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no art. 2º, incisos I, V e § 4º da Lei nº 10.848, de 2004, nos arts. 29 e 38 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, com base

no art. 4º, inciso X, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, o que consta do Processo n° 48500.004982/05-37, e considerando que:

as concessionárias e permissionárias de distribuição deverão garantir o atendimento a 100% (cem por cento) dos respectivos mercados de energia elétrica, por intermédio de contratos registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e, quando for o caso, aprovados, homologados ou registrados na ANEEL;

o Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulado - CCEAR, quando decorrente dos leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes, poderá ter seus montantes reduzidos em razão da perda de consumidores para o livre mercado, de acréscimos em contratos celebrados até 16 de março de 2004 e de outras variações no mercado da compradora;

a execução do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD precede a redução dos montantes contratados em leilões de energia elétrica de empreendimentos existentes, sendo o resultado da sua aplicação considerado para fins de repasse do custo de aquisição de energia às tarifas dos consumidores finais; e

as sugestões recebidas de agentes do setor de energia elétrica e da sociedade em geral, em função da Audiência Pública nº 002/2006, em caráter documental, realizada no período de 22 de fevereiro a 8 de março de 2006, contribuíram para o aperfeiçoamento deste ato regulamentar, resolve:

Art. 1° Estabelecer, na forma desta Resolução, os critérios para repasse, às tarifas do consumidor final, do custo de sobrecontratação de energia elétrica, em atendimento ao art. 38 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins e efeitos desta Resolução, são adotadas as definições a seguir:

I - Mercado Faturado: montante de energia elétrica faturado pela concessionária ou permissionária de distribuição no ano civil que antecede o reajuste tarifário em processamento, para atendimento a consumidores cativos, autoprodutores e outras concessionárias ou permissionárias de distribuição;

II - Mercado de Referência: montante de energia elétrica faturado pela concessionária ou permissionária de distribuição nos 12 meses anteriores ao mês de reajuste tarifário em processamento, para atendimento a consumidores cativos, autoprodutores e outras concessionárias ou permissionárias de distribuição;

III - Montante de Sobrecontratação: montante de energia elétrica utilizado como base de cálculo para o custo da sobrecontratação a ser repassado às tarifas do consumidor final da concessionária ou permissionária de distribuição;

IV - Perdas Elétricas Reais: montante de energia elétrica correspondente às perdas elétricas imputáveis à concessionária ou permissionária de distribuição, composto pelas perdas na Rede Básica, perdas associadas ao transporte de Itaipu, quando couber, perdas técnicas e perdas não técnicas da rede de distribuição;

V - Perdas Regulatórias: montante de energia elétrica correspondente à aplicação, ao Mercado Faturado, do percentual regulatório de perdas elétricas definido pela ANEEL na última revisão tarifária periódica;

VI - Requisito de Energia: montante anual de energia elétrica composto pelo somatório do Mercado Faturado com as Perdas Elétricas Reais; e

VII - Requisito Regulatório: montante anual de energia elétrica composto pelo somatório do Mercado Faturado com as Perdas Regulatórias;

VIII - Sobras Contratuais: montante não negativo correspondente à diferença entre todas as aquisições de energia elétrica da concessionária ou permissionária de distribuição de que tratam os arts. 36 e 37 do Decreto 5.163, de 2004 e o Requisito de Energia, apurado no ano civil que antecede o reajuste em processamento.

DA APURAÇÃO DA SOBRECONTRATAÇÃO

Art. 3º A apuração das Sobras Contratuais será de responsabilidade da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que deverá fazê-la considerando os resultados da contabilização mensal do mercado de curto prazo.

Parágrafo único. Na apuração das Sobras Contratuais, a CCEE deverá considerar o último resultado referente à execução do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, em caráter ex-ante e ex-post.

Art. 4º O Montante de Sobrecontratação corresponderá ao menor valor entre o montante anual das Sobras Contratuais e 3% (três por cento) do Requisito Regulatório.

§ 1º O Montante de Sobrecontratação será distribuído proporcionalmente em base mensal, exclusivamente nos meses em que houver ocorrido sobra na contabilização de curto prazo da CCEE.

§ 2º O Montante de Sobrecontratação será formado, prioritariamente, por Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulado - CCEAR, decorrente dos leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes e, se necessário, complementado por montantes referentes aos Leilões de Ajustes, à geração distribuída contratada nos termos do inciso I do art. 2º da Resolução Normativa nº 167, de 10 de outubro de 2005, ao CCEAR de novos empreendimentos de geração e aos outros contratos bilaterais.

§ 3º A compra de energia proveniente de geração distribuída, contratada nos termos do inciso II, do art. 2º da Resolução Normativa nº 167 de 2005, terá a mesma prioridade dos contratos bilaterais, quando da formação do Montante de Sobrecontratação.

DO REPASSE DA SOBRECONTRATAÇÃO

Art. 5º O custo de sobrecontratação de energia elétrica da concessionária ou permissionária de distribuição será obtido mediante o produto entre o Montante de Sobrecontratação e a diferença entre as duas parcelas a seguir:

I - preços contratuais vigentes na data em que ocorrer a liquidação das sobras na contabilização de curto prazo da CCEE, observada a ordem de prioridade estabelecida no § 2º do art. 4º desta resolução; e

II - preço de Liquidação de Diferenças - PLD vigentes na mesma data do inciso anterior, referentes ao submercado onde se encontrar a carga da concessionária ou permissionária de distribuição.

Parágrafo único. O resultado financeiro no mercado de curto prazo, referente à sazonalização da energia contratada para atendimento de até 100% do mercado regulatório, será considerado no cálculo do custo do repasse da sobrecontratação, avaliados para o mesmo ano civil.

Art. 6º O repasse do custo de sobrecontratação às tarifas do consumidor final da concessionária ou permissionária de distribuição será realizado sob a forma de componente financeiro, externo ao cálculo econômico do reajuste tarifário anual, composto pelas seguintes parcelas:

I - diferença entre o custo de sobrecontratação calculado de acordo com o art. 5º e o custo de sobrecontratação estimado no cálculo tarifário anterior, ambos atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA pro rata até o mês anterior ao da data do reajuste em processamento; e

II - custo do montante de sobrecontratação estimado para os doze meses subseqüentes.

Parágrafo único. O montante utilizado para cálculo do custo a que se refere o inciso II corresponderá ao menor valor entre o percentual de sobrecontratação verificado no ano civil anterior e 1,5% (um vírgula cinco por cento) do respectivo Requisito Regulatório.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º As Sobras Contratuais deverão ser apuradas pela CCEE a partir de janeiro de 2005.

Art. 8º Não será reconhecido, para fins de repasse às tarifas do consumidor final, o custo de sobrecontratação de concessionárias ou permissionárias que adquiram energia sob as regras de faturamento do art. 13 da Resolução Normativa nº 206, de 22 de dezembro de 2005.

Art. 9º A CCEE deverá apresentar à ANEEL, em até 60 dias da publicação desta Resolução, proposta de Regra e Procedimento de Comercialização objetivando disciplinar os cálculos, os prazos, as condições e a forma do fluxo de informações necessários à apuração das Sobras Contratuais.

Art. 10. Os procedimentos estabelecidos nesta Resolução também se aplicam quando da revisão tarifária periódica da concessionária ou permissionária de distribuição.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JERSON KELMAN

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 256, DE 6 DE MARÇO DE 2007

Estabelece a estrutura ótima de capital e o custo de capital a serem utilizados na definição da receita teto das licitações a serem realizadas no ano de 2007, para contratação das concessões para a prestação do serviço público de transmissão, na modalidade de leilão público.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nos arts. 9º, § 2º, e 29, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, com base no art. 4º, inciso X, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, e o que consta do Processo nº 48500.001488/2006-65, resolve:

Art. 1º Estabelecer a estrutura ótima de capital e o custo de capital a serem utilizados na definição da receita teto das licitações a serem realizadas no ano de 2007, na modalidade de leilão público, para contratação das concessões para a prestação do serviço público de transmissão, conforme tabela a seguir:

CUSTO DE CAPITAL	
Proporção de Capital Próprio	35,00%
Proporção de Capital de Terceiros	65,00%
Taxa livre de risco	5,32%
Prêmio de risco de Mercado	6,09%
Beta médio alavancado	0,659
Prêmio de risco do negócio e financeiro	4,01%
Prêmio de risco Brasil	4,91%
Prêmio de risco cambial	1,78%
Custo de capital próprio nominal	16,02%
TJLP deflacionada	3,82%
Spread financeiro	3,00%
Custo de dívida real	6,82%
Custo de dívida nominal	10,94%
Taxa de inflação média dos EUA	2,60%
CUSTO MÉDIO PONDERADO	
WACC nominal depois de impostos	10,30%
WACC real depois de impostos	7,50%

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JERSON KELMAN

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 257, DE 6 DE MARÇO DE 2007

Estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos para realização da primeira Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 29 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 14, inciso IV, e art. 15, inciso IV, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 4º, inciso X, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, o que consta do Processo nº 48500.001488/2006-65, e considerando que:

os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica estabelecem as receitas anuais permitidas e os respectivos mecanismos de alteração: reajuste tarifário anual, revisão tarifária extraordinária e revisão tarifária periódica;

a revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da Receita Anual Permitida com o objetivo de promover a eficiência e a modicidade tarifária; e

as contribuições recebidas de diversos agentes e setores da sociedade, no período de 15 de maio de 2006 a 07 de julho de 2006, por ocasião da Audiência Pública nº 007/2006, realizada no dia 12 de julho de 2006, que contribuíram para o aperfeiçoamento deste ato regulamentar, e cujos resultados foram consolidados na Nota Técnica n° 049/2007-SRE/ANEEL, de 5 de março de 2007, resolve:

Art. 1º Estabelecer os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos para realização da primeira Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.

Parágrafo único. O disposto nesta Resolução aplica-se unicamente às concessionárias de serviço público de transmissão cujo contrato de concessão tenha sido prorrogado nos termos dos arts. 17 e 19 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para fins e efeitos desta Resolução Normativa são adotados os conceitos a seguir:

I - Revisão Tarifária Periódica: revisão ordinária, prevista nos contratos de concessão, a ser realizada considerando-se os níveis de custos e investimentos praticados por concessionárias similares, no contexto nacional e internacional, com o objetivo de promover a eficiência e a modicidade tarifária;

II - Reposicionamento Tarifário: redefinição do valor da Receita Anual Permitida em nível compatível com o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão;

III - Receita Anual Permitida (RAP): receita anual a que a concessionária tem direito pela prestação do serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão;

IV - Receita Requerida: RAP resultante do processo de revisão tarifária, compatível com a cobertura de custos operacionais eficientes e com um retorno adequado para o capital prudentemente investido, com referência de preços em 1º de julho de 2005;

V - Receita Vigente: RAP do ano anterior à data da revisão;

VI - Base de Remuneração: investimentos prudentes, avaliados a preços de mercado, requeridos pela concessionária para prestar o serviço público de transmissão de acordo com as condições estabelecidas no contrato de concessão, em particular os níveis de qualidade exigidos;

VII - Remuneração de Capital: remuneração dos investimentos prudentes realizados pela concessionária;

VIII - Quota de Reintegração Regulatória: quota que considera a depreciação e a amortização dos investimentos realizados, visando recompor os ativos afetos à prestação do serviço ao longo de sua vida útil;

IX - Outras Receitas: receitas que não decorrem exclusivamente das tarifas, mas que mantêm relação, mesmo que indireta, com o serviço público prestado ou com os bens afetos à sua prestação;

X - RBSE: parcela da RAP correspondente às instalações componentes da Rede Básica, definidas no Anexo da Resolução nº 166, de 31 de maio de 2000;

XI - RBNI: parcela da RAP correspondente às novas instalações componentes da Rede Básica autorizadas e com receitas estabelecidas por resolução específica após a publicação da Resolução nº 166/2000;

XII - RPC: parcela da RAP correspondente às instalações classificadas como Demais Instalações de Transmissão - DIT, definidas no Anexo da Resolução nº 166/2000;

XIII - RCDM: parcela da RAP correspondente às novas DIT autorizadas e com receitas estabelecidas por Resolução específica após a publicação da Resolução nº 166/2000, ou aquelas contratadas nos termos das Resoluções nos 489, de 29 de agosto de 2002, e 158, de 23 de maio de 2005;

XIV - Parcela de Ajuste - PA: parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

DO CÁLCULO DA REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

Art. 3º A revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de transmissão será compreendida pelo cálculo do reposicionamento tarifário - RT, definido conforme fórmula a seguir:

RT = Receita Requerida - Outras Receitas
Receita Vigente

§ 1º A Receita Requerida será obtida mediante a soma das parcelas RBSE, RPC, RBNI e RCDM, as duas últimas reposicionadas de modo a considerar os custos operacionais eficientes, a remuneração dos investimentos prudentes e a quota de reintegração regulatória.

§ 2º A Receita Vigente será obtida pela soma das parcelas RBSE, RPC, RBNI e RCDM.

§ 3º As parcelas RBSE e RPC, nos termos dos contratos de concessão, não estarão sujeitas à revisão tarifária.

Art. 4º A Receita Anual Permitida - RAP da concessionária será composta de acordo com a fórmula a seguir:

RAP = CAAE + CAOM + ENC + PA, onde:

CAAE: Custo Anual dos Ativos Elétricos, descrito conforme Anexo I desta Resolução;

CAOM: Custos de Administração, Operação e Manutenção, descritos conforme Anexo II desta Resolução;

ENC: Encargos Setoriais (PIS/COFINS, RGR, TFSEE, P&D);

PA: Parcela de ajuste.

DAS METODOLOGIAS

Art. 5º Para o cálculo do reposicionamento tarifário de que trata o art. 3° desta Resolução, serão utilizadas as metodologias descritas nos Anexos a seguir:

I - Anexo I: Determinação da Base de Remuneração Regulatória;

II - Anexo II: Custos operacionais eficientes;

III - Anexo III: Estrutura ótima de capital, composta por 50,4% de capital de terceiros e 49,6% de capital próprio;

IV - Anexo IV: Taxa de remuneração do capital, com valor real de 9,18% depois de impostos;

V - Anexo V: Outras receitas; e

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º O resultado do reposicionamento tarifário de que trata o art. 3º terá seus efeitos retroagidos à data de 01 de julho de 2005.

§ 1º Os efeitos financeiros decorrentes do reposicionamento de que trata o caput, ocorridos no período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2007, serão compensados em 12 (doze) meses, a partir de 1º de julho de 2007, por meio do mecanismo da Parcela de Ajuste.

§ 2º Com a homologação do resultado da revisão tarifária de cada concessionária de transmissão, serão revogadas as resoluções autorizativas que estabeleceram parcelas adicionais da RAP para as instalações de transmissão cuja entrada em operação tenha ocorrido até 30 de junho de 2005.

§ 3º Os reforços de transmissão autorizados, cuja entrada em operação ocorrer após 30 de junho de 2005, permanecerão com as respectivas parcelas adicionais da RAP estabelecidas em resolução específica até a próxima revisão tarifária periódica.

Art. 7º O Anexo VI desta Resolução apresenta o cronograma de referência das atividades a serem desenvolvidas no processo de revisão tarifária, que poderá ser ajustado para adequá-lo a eventuais necessidades da ANEEL.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JERSON KELMAN

ANEXO I

Dispõe sobre a metodologia e os critérios gerais para definição da base de remuneração, visando à revisão tarifária periódica das concessionárias de transmissão de energia elétrica, conforme estabelecido no inciso I do art. 5º desta Resolução.

METODOLOGIA PARA DETERMINAÇÃO DA BASE DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA

I - LEVANTAMENTO DA BASE DE ATIVOS

O conceito chave para avaliação da base de remuneração é refletir apenas os investimentos prudentes na definição das tarifas dos consumidores, ou seja, aqueles requeridos para que a concessionária possa prestar o serviço de transmissão de acordo com as condições estabelecidas no contrato de concessão, em particular com relação aos níveis de qualidade exigidos. Para o montante de investimento a ser remunerado - base de remuneração - considera-se o valor dos ativos que estão efetivamente prestando o serviço para o consumidor. Esse valor será comparado com referenciais construídos pela ANEEL.

A base de remuneração será composta da seguinte forma:

(i) ativos imobilizados em serviço vinculados à concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, avaliados e depreciados conforme critérios estabelecidos pela ANEEL;

(ii) almoxarifado de operação;

(iii) ativo diferido; e

(iv) obrigações especiais.

Do ativo imobilizado em serviço são excluídos, para efeito de determinação da Base de Remuneração, os seguintes bens e instalações: softwares; hardwares; terrenos administrativos; edificações, obras civis e benfeitorias administrativas; veículos; e móveis e utensílios. A remuneração, amortização e depreciação (exceto terrenos) referentes a esses bens e instalações serão contempladas nas anuidades que compõem os custos operacionais das concessionárias transmissoras.

Para os fins da revisão tarifária periódica das novas instalações autorizadas ou contratadas após a publicação da Resolução nº 166/2000, deverá ser analisada a pertinência dos itens (ii) a (iv) acima, uma vez que estes, em geral, não se aplicam à RBNI ou à RCDM.

Quando da realização da revisão tarifária periódica é avaliado o conjunto de ativos imobilizados em serviço, com vistas à composição da base de remuneração da concessionária. Para valoração do conjunto de ativos imobilizados em serviço é utilizada a metodologia do custo de reposição, considerando o valor novo do ativo como base para determinação do seu valor de mercado em uso. São considerados os seguintes grupos de contas de ativos da concessionária:

I - intangíveis;
II - terrenos;
III - reservatórios, barragens e adutoras;
IV - edificações, obras civis e benfeitorias;
V - máquinas e equipamentos;
VI - veículos; e
VII - móveis e utensílios.

Para efeito de apuração da base de remuneração, deverão ser considerados apenas os ativos relacionados com a atividade de transmissão de energia elétrica.

Para o agrupamento dos dados do levantamento físico das instalações referentes às linhas e subestações, deverá ser utilizada a estrutura modular, agrupando-se as instalações nas Unidades Modulares (UM), conforme descrito a seguir.

UNIDADES MODULARES

Unidades Modulares de Linhas de Transmissão:

Para as linhas de transmissão, as unidades modulares são compostas em função de quilômetro de linha, caracterizadas pelo tipo de corrente, classe de tensão, tipo de circuito, estruturas, fundações, cabo condutor e cabo pára-raio, conforme a Tabela I.1:

Tabela I.1: Unidades Modulares de Linhas de Transmissão

Característica	Descrição
Tipos de Corrente	CA - Corrente Alternada CC - Corrente Contínua
Classe de Tensão	Corrente Alternada: 69; 138; 230; 345; 440; 500; 750 kV Corrente Contínua: 600 kV
Tipos de Circuito	CS - Circuito Simples D1 - Circuito Duplo - Um Circuito Instalado
	D2 - Circuito Duplo - Instalação do Segundo Circuito CD - Circuito Duplo
Estruturas	Aço Autoportante Aço Estaiada Aço Estaiada Convencional Madeira Não Urbana Concreto Não Urbana
Fundações	G - Grelha C - Concreto
Cabo Condutor	Padrão: tipo CAA
Cabo Pára-Raios	Padrão: cabo de aço galvanizado classe B

- Unidades Modulares de Subestações:

A Subestação é composta a partir do somatório de todos os módulos necessários à sua operacionalidade, tais como entrada de linha, conexões de transformador e reator e interligação de barramento. Para fins de composição dos módulos, as subestações são caracterizadas segundo os seguintes parâmetros: Nível de Tensão, Arranjo Físico e Porte, conforme a Tabela I.2:

Tabela I.2: Características das Unidades Modulares de Subestações

Característica	Descrição
Nível de Tensão	69, 138, 230, 345, 500 e 750 kV
Configuração de Barramento	DJM, BD, BPT, BS e AN*
Porte	Pequeno, Médio, Grande

*DJM: Arranjo em Disjuntor e Meio; BD: Arranjo em Barra Dupla; BPT: Arranjo em Barra Principal e Transferência; BS: Arranjo em Barra Simples; AN: Arranjo em Anel.

Independentemente das classes de tensão e dos arranjos, as unidades modulares consideradas são de três tipos: Módulo Geral, Módulo de Manobra e Módulo de Equipamento, descritas conforme a Tabela I.3:

Tabela I.3: Unidades Modulares de Subestações

Módulo	Descrição
Módulo Geral	Conjunto de todos os itens (bens e serviços) de infra-estrutura comuns à SE, tais como: Terreno, cercas, terraplenagem, drenagem, grama, emboritamento, arruamento, iluminação do pátio, proteção contra incêndio, abastecimento de água, redes de esgoto, malha de terra, canaletas principais, edificações, serviço auxiliar, área industrial, canteiro de obras.
Módulo de Manobra	Conjunto de equipamentos, materiais e serviços necessários à implantação dos setores de manobra, tais como: entrada de linha (EL), conexão de transformador ou autotransformador (CT), interligação de barramentos (IB) e interligação de barramentos sem disjuntor (IBSD).
Módulo de Equipamento	Equipamentos principais da SE, tais como transformadores, reatores, capacitores, compensadores e os materiais e serviços necessários à sua instalação.

II - MÉTODO DE VALORAÇÃO DA BASE

Para a valoração da base de remuneração adota-se o Método do Custo de Reposição, com equipamentos avaliados a preços de mercado. A avaliação através do método do custo de reposição deverá ser feita a partir da verificação dos dados de controle patrimonial existentes, de acordo com as informações disponíveis na concessionária. Para isso, deve ser feita a verificação da aderência entre arquivos de controle patrimonial e de engenharia versus a realidade física.

Assim, de forma a refletir na valoração da base de remuneração das novas instalações apenas os investimentos prudentes, a ANEEL deverá considerar as condições de compra e logística da concessionária, definindo-se o preço médio ponderado praticado pela mesma e comparar com os Custos de Referência, adotando-se uma faixa de tolerância, dentro da qual um equipamento ou unidade modular valorado pelos preços médios da concessionária poderá ser aceito, de forma a representar efetivamente o investimento realizado,Condições específicas que reflitam um custo justificadamente maior que o Custo de Referência deverão ser analisadas por parte da ANEEL.

O Custo de Referência ANEEL irá refletir os custos médios eficientes de aquisição e instalação dos diversos equipamentos. Será estruturado na forma modular de linhas de transmissão e equipamentos de subestações e corresponderá ao valor médio de reposição de um bem em condições eficientes. Incorporará os custos diretos relacionados aos equipamentos principais e materiais acessórios, montagem, obras civis, peças sobressalentes, seguros, transporte e impostos não recuperáveis. Também serão contemplados os custos indiretos de projeto, gerenciamento, entre outros, além dos juros sobre obra em andamento (JOA) regulatórios, capitalizados no prazo médio normal de construção.

Os juros sobre obras em andamento são definidos regulatoriamente e calculados considerando-se o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC - Weighted Average Cost of Capital) e aplicando-se a fórmula abaixo, sendo que os prazos médios de construção e os desembolsos mensais serão definidos por ocasião do Custo de Referência ANEEL.

$$JOA = \sum_{i=1}^{N} \left(\left(1 + r_a\right)^{N+1-i/12} - 1 \right) * di$$

onde:

JOA: juros sobre obras em andamento em percentual (%);

N: número de meses, de acordo com o tipo de obra;

ra: custo médio ponderado de capital anual (WACC); e

di: desembolso mensal em percentual (%) distribuído de acordo com o fluxo financeiro definido acima.

Os bens que não apresentam similaridade com aqueles relacionados no Custo de Referência ANEEL serão avaliados por meio da atualização dos valores históricos contábeis pela aplicação do IGP-M, sujeitos à validação da fiscalização da ANEEL.

III - CÁLCULO DO CUSTO ANUAL DOS ATIVOS ELÉTRICOS

A remuneração do capital é composta pelo retorno do capital (depreciação) e o retorno sobre o capital (rentabilidade). No caso de novas instalações (RBNI ou RCDM), a remuneração do capital será dada por meio de uma anuidade atribuída ao ativo, ou unidade modular, durante toda sua vida útil. Para isso, calcula-se o Custo Anual dos Ativos Elétricos (CAAE) mediante o cálculo dessa anuidade, que levará em consideração o total de capital, a taxa de retorno e a taxa média de depreciação regulatória, através da seguinte expressão:

$$CAAE = \sum_{k=1}^{N_{UM}} \left[CR_k \cdot \frac{r}{1 - \left(1 + r\right)^{-1/\delta_k}} \right]$$

onde:

CAAE: Custo Anual dos Ativos Elétricos das Novas Instalações (RBNI ou RCDM);

CRk: Custo de reposição da unidade modular k;

NUM: Número de unidades modulares;

r: taxa de retorno real antes dos impostos sobre a renda;

δk: taxa média de depreciação regulatória da unidade modular k.

Para efeito do cálculo da taxa média de depreciação regulatória das unidades modulares, utiliza-se a taxa anual média de depreciação ponderada pelo custo relativo (TMDC) e os valores individuais das taxas de depreciação dos componentes da unidade mo-

dular, obedecendo-se as taxas anuais de depreciação dos principais equipamentos de transmissão de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 05 de dezembro de 2006. Dessa forma, calcula-se a TMDC através da fórmula abaixo:

$$TMDC = \frac{\sum_{i=1}^{n} TD_i \text{ x} C_i}{\sum_{i=1}^{n} C_i}$$

onde:

TMDC: taxa anual média de depreciação da instalação de transmissão de energia elétrica, ponderada por capital;

TDi: taxa anual de depreciação do componente "i" da instalação;

Ci: custo do componente "i" da instalação;

N: número de componentes da instalação.

ANEXO II

Define a metodologia a ser utilizada para determinação dos custos operacionais eficientes das concessionárias de transmissão de energia elétrica, para fins da primeira revisão tarifária periódica, conforme estabelecido no inciso II do art. 5º desta Resolução.

METODOLOGIA PARA DETERMINAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS EFICIENTES

I - ABORDAGEM GERAL

A abordagem adotada pela ANEEL para o cálculo dos custos operacionais eficientes na revisão tarifária periódica busca estabelecer parâmetros de eficiência de modo a determinar os custos associados à execução dos processos e atividades de operação e manutenção das instalações elétricas, direção e administração, em condições que assegurem que a concessionária possa obter os níveis de qualidade do serviço exigidos e que os ativos necessários manterão sua capacidade de serviço inalterada durante toda sua vida útil.

A revisão tarifária se dará apenas no âmbito das novas instalações (RBNI e RCDM). Serão calculados os custos operacionais adicionais referentes a essas instalações, que são constituídos, na maior parte, de custos variáveis que dependem do número de intervenções (manutenção preventiva ou corretiva) efetuadas durante o ano e que crescem com o número de instalações. Adicionalmente, será avaliado se é necessário um incremento nos custos administrativos, que estão associados em grande parte aos custos fixos da empresa.

Para o cálculo dos custos de operação e manutenção, será utilizada a abordagem Top-Down, que parte dos custos realizados pela transmissora nos últimos exercícios, anteriores ao novo período tarifário, eliminam-se todos aqueles que não correspondem ao negócio regulado e se efetua uma análise de eficiência histórica e comparativa com outras concessionárias, mediante o uso de indicadores de eficiência. Adicionalmente, nos casos em que houver uma grande participação de novas instalações na base total de ativos da empresa, custos administrativos adicionais serão calculados a partir de parâmetros que reflitam uma gestão eficiente.

II - PROCESSO DE ELABORAÇÃO

O processo de construção dos custos operacionais seguirá uma seqüência de etapas, conforme descrito a seguir.

Etapa I - Levantamento, Consolidação e Auditagem de Informações:

Refere-se ao levantamento e consolidação de informações de natureza técnica e econômica junto às concessionárias. Para isso, obtêm-se os dados físicos tais como comprimento de rede, número de subestações e total de capacidade instalada, segregados por nível de tensão. Também levantam-se os dados de custos operacionais das empresas, de forma desagregada. Esses dados são passíveis de fiscalização pela ANEEL e, após serem consolidados e auditados, constituem-se como entradas do modelo.

Etapa II - Segregação dos Custos:

Nesta etapa serão segregados os custos de administração e de operação e manutenção associados às instalações existentes (SE's) e às novas instalações (NI's). Na prática, corresponde ao processo de determinação dos custos marginais de operação e manutenção de cada empresa.

Etapa III - Benchmarking:

Uma vez determinados os custos associados às novas instalações, serão aplicados critérios de eficiência apoiados em indicadores de Benchmarking, de forma a reconhecer os custos eficientes por meio da comparação relativa entre as empresas. Para a determinação desses indicadores, serão considerados os dados físicos das empresas e os custos verificados, definindo-se critérios de eficiência de fronteira, a partir dos quais todas as empresas serão avaliadas e, então, determinados os custos máximos admitidos para cada uma. Para definição dos critérios de eficiência serão analisados os resultados da aplicação dos métodos de fronteira estocástica (SFA) e não paramétrico (DEA), realizando-se uma análise de consistência entre os mesmos.

III - FORMULAÇÃO GERAL

Pode-se descrever genericamente o custo de Administração, Operação e Manutenção (CAOM) através da equação:

CAOM = CA + COM + CAIMI

onde:

CAOM: Custo Total de Administração, Operação e Manutenção;

CA: Custo de Administração;

COM: Custo de Operação de Manutenção;

CAIMI: Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis.

O custo de administração (CA) envolve os custos de pessoal, materiais e serviços associados unicamente a área administrativa. Também se incluem neste item outras despesas como seguros, tributos, dentre outros. Da mesma forma, o custo de operação e manutenção (COM) também envolve custos de pessoal, materiais e serviços, porém associados aos processos e atividades de operação e manutenção das instalações em serviço. Finalmente, o custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI) refere-se à infra-estrutura de escritórios e transporte necessários para o apoio aos serviços de transmissão, tais como: imóveis, móveis e equipamentos, sistemas de informática e transporte.

A partir da análise da evolução temporal dos custos reais das empresas e após o processo de comparação entre as mesmas, determinam-se os parâmetros de custos por fronteiras de eficiência e define-se o custo a ser reconhecido como uma fração do custo real da empresa, conforme a equação:

$$CAOMNI = CEi * COMNI + CADNI$$

$$\text{restrição: } 80\% \leq CE \leq 100\%.$$

onde:

CAOMNI: Parcela do custo de operação e manutenção associada às NI's;

CEi: Coeficiente de eficiência da empresa i;

COMNI: Custo atual de O&M da empresa associado às NI's;

CADNI: Custo adicional devido às NI´s.

Ressalta-se, ainda, que o adicional de custo (CAD), em função das novas instalações, deverá ser analisado para os casos particulares em que se justificar esse acréscimo de custo na área administrativa e de instalações móveis e imóveis. Por fim, define-se regulatoriamente um limite inferior para o coeficiente de eficiência (80%) de modo a estabelecer uma trajetória de convergência dos custos para o próximo período tarifário. Para isso, os coeficientes de eficiência das empresas deverão ser normalizados dentro da faixa estabelecida.

ANEXO III

Estabelece a metodologia para a definição da estrutura ótima de capital das concessionárias de transmissão de energia elétrica a ser considerada no primeiro ciclo de revisão tarifária periódica, conforme disposto no inciso III do art. 5º desta Resolução.

METODOLOGIA DE DETERMINAÇÃO DA ESTRUTURA ÓTIMA DE CAPITAL

A determinação da estrutura ótima de capital baseia-se em dados empíricos das empresas de transmissão de energia elétrica no Brasil, a partir da análise do comportamento da relação capital de terceiros/capital total (relação D/V) dessas empresas.

Para o cálculo da participação do capital de terceiros considera-se o valor contábil do passivo total, enquanto que para o capital próprio utiliza-se o valor contábil do patrimônio líquido. Conseqüentemente, o capital total da empresa é dado pela soma do capital próprio e de terceiros de acordo com a definição mencionada acima.

Devido à singularidade existente no setor de transmissão no Brasil, onde há empresas já constituídas e em estágio operacional (empresas existentes) e novas empresas entrantes a partir dos processos de licitação para novos empreendimentos (empresas licitadas), adota-se de um intervalo (banda) regulatório para a estrutura de capital.

A definição do intervalo resulta da análise do grau de alavancagem adotado pelas empresas que constituem o setor de transmissão no Brasil, adotando-se o limite inferior para as empresas existentes e o limite superior para as empresas licitadas.

Para a definição dos limites do intervalo agrupam-se as empresas brasileiras em dois grupos: (i) grupo 1, formado pelas empresas existentes; (ii) grupo 2, formado pelas empresas licitadas.

O procedimento para a construção do intervalo regulatório em cada um dos grupos citados consiste em dois passos:

- Determinação da média do grau de alavancagem dos últimos três anos das empresas do grupo 1, o que resulta no valor de 50,4%. Este valor corresponde ao limite inferior da banda;

- Determinação da média do grau de alavancagem inicial das empresas do grupo 2, considerando as empresas que entraram em operação desde 2000, bem como a tendência dos últimos anos, o que resulta no valor de 65,0%. Este valor corresponde ao limite superior da banda.

Portanto, o intervalo regulatório obtido após a análise foi de [50,4% - 65,0%]. Para fins da determinação da taxa de remuneração das concessionárias de transmissão de energia elétrica que passarão pela primeira revisão tarifária, adota-se o limite inferior (50,4%) para a participação de dívida no capital.

ANEXO IV

Define a remuneração das concessionárias de transmissão de energia elétrica a ser considerada no primeiro ciclo de revisão tarifária periódica, conforme estabelecido no inciso IV do art. 5º desta Resolução.

METODOLOGIA DE DETERMINAÇÃO DO CUSTO DE CAPITAL PRÓPRIO

Para determinar o custo de capital próprio, adota-se o método CAPM (Capital Asset Pricing Model), que busca identificar a percepção do mercado doméstico (Brasil) sobre os verdadeiros riscos setor, conforme expresso na fórmula a seguir.

$$r_{CAPM} = r_f + \beta \cdot \left(r_m - r_f\right) + r_B + r_X$$

onde:

rCAPM: custo de capital próprio;

rf: taxa de retorno do ativo livre de risco;

β: beta do setor regulado;

rm-rf: prêmio de risco do mercado de referência;

rB: prêmio de risco país;

rX: prêmio de risco cambial.

Para a taxa livre de risco utiliza-se o rendimento do bônus do tesouro americano com vencimento de 10 anos e duration de aproximadamente 8 anos. Para esse título, utilizou-se a média das taxas de juros anuais no período de janeiro de 1995 a junho de 2006, obtendo-se, através de média aritmética, uma taxa de juros média anual de 5,32%.

O prêmio de risco de mercado é calculado a partir da diferença entre os retornos médios da taxa livre de risco e do índice Standard & Poor's 500 (S&P500), que consiste num índice composto pelas ações das 500 maiores empresas negociadas na bolsa de Nova Iorque. Dessa forma, com base nas séries históricas de 1928 a 2006, obteve-se uma taxa anual média (aritmética) de retorno do mercado acionário de 6,09%.

O cálculo do Beta envolve os seguintes passos: i) cálculo do Beta alavancado para a amostra de empresas de energia elétrica dos EUA que apresentem a transmissão e distribuição em suas atividades; ii) desalavancagem dos Betas obtidos para cada empresa, utilizando-se o grau de alavancagem específico de cada empresa e a alíquota de 40% de imposto de renda dos EUA, obtendo-se o Beta associado ao risco do negócio; iii) cálculo da média dos Betas desalavancados ponderado pela participação dos ativos das empresas no total de ativos da amostra, cujo resultado chamar-se-á de Beta desalavancado do setor; e iv) realavancagem do Beta desalavancado do setor, usando-se a estrutura de capital estabelecida sob o enfoque regulatório e a alíquota de 34% de impostos, composta de 25% da alíquota do Imposto de Renda e 9% de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

Para se proceder ao cálculo dos betas, foram escolhidas empresas americanas do setor elétrico cujas atividades principais estão vinculadas à transmissão e distribuição de energia. Foram então selecionadas 20 empresas para as quais se obteve o beta médio das ações, calculado para o período de 60 meses, entre julho/2001 e junho/2006, obtendo-se o valor de 0,88. A partir da estrutura média de capital dos últimos 5 anos e utilizando-se a alíquota de imposto de 40%, e ponderando-se pelo capital total da empresa com data base em 2005, obteve-se o beta desalavancado médio igual a 0,296.

Como o beta calculado encontra-se refletido no mercado dos EUA, deve-se ainda avaliar o diferencial de risco em função do regime regulatório, uma vez que no Brasil adota-se, para o setor de transmissão, o regime revenue cap, uma variante do regime price cap. Contudo, no caso específico do setor de transmissão, a remuneração da concessionária se dá através de uma receita garantida que independe do fluxo de energia e não está sujeita às variações de mercado. Logo, não há justificativa para inclusão de um prêmio adicional de risco em função do regime de regulação.

O prêmio de risco país é definido como a diferença entre o prêmio de risco soberano do Brasil e o prêmio de risco de crédito do Brasil. O prêmio de risco soberano é o spread que um título de renda fixa do governo brasileiro emitido em dólares paga sobre a taxa livre de risco dos EUA. O prêmio de risco de crédito Brasil é computado como o spread sobre a taxa livre de risco que estão pagando os bônus emitidos por empresas dos EUA com mesma classificação de risco que o Brasil. Representando por rs o prêmio de risco soberano e por rcB o prêmio de risco de crédito Brasil, o prêmio de risco país (rB), é dado por:

$$r_B = r_s - r_c^B$$

onde:

rB: prêmio de risco país;

rs: prêmio de risco soberano;

rcB: prêmio de risco de crédito Brasil.

Para o cálculo do prêmio de risco soberano, utiliza-se a série histórica diária do índice Emerging Markets Bonds Index relativo ao Brasil (EMBI+Brazil), de abril de 1994 a junho de 2006, resultando no valor médio de 7,87%. No cálculo do prêmio de risco de crédito Brasil, adota-se a média dos spreads sobre a taxa livre de risco de título emitidos por empresas com classificação de risco igual ao do Brasil (Ba2, na terminologia da Moody´s), no mesmo período acima definido, resultando em uma taxa média de 1,74% como prêmio de risco de crédito Brasil. Dessa forma, o prêmio de risco Brasil (rB) é igual a 4,91%.

O risco cambial é definido como a diferença entre o spread do câmbio no mercado futuro e a expectativa de desvalorização cambial; e a realização da desvalorização cambial é a expectativa de desvalorização adicionada de um "ruído branco". Assim, aplica-se um procedimento estatístico, chamado Filtro de Kalman, para se eliminar o "ruído branco". O prêmio de risco cambial é calculado a partir dos dados mensais do mercado futuro de câmbio da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BMF) de julho de 1999 a junho de 2006, resultando no valor de 1,78%.

Assim, o custo de capital próprio, em termos nominais, é de 15,02%.

METODOLOGIA DE DETERMINAÇÃO DO CUSTO DE CAPITAL DE TERCEIROS

Para o custo de capital de terceiros das empresas existentes, adota-se uma abordagem similar à do capital próprio, ou seja, trata-se de adicionar à taxa livre de risco os prêmios de risco adicionais exigidos para se emprestar recursos a uma concessionária de transmissão no Brasil. O custo do capital de terceiros é calculado pelo método CAPM de dívida, conforme a expressão:

$$r_d = r_f + r_C + r_B + r_X$$

onde:

rf: taxa de retorno do ativo livre de risco;

rc: prêmio de risco de crédito;

rB: prêmio de risco país;

rX: prêmio de risco cambial.

O prêmio de risco de crédito deve representar o spread sobre a taxa livre de risco que pagam empresas com a mesma classificação de risco das transmissoras de energia elétrica brasileiras. Neste sentido, adota-se como benchmarking para o cálculo do prêmio de risco de crédito uma seleção de empresas com classificação de risco Baa3 (segundo classificação da Moody´s) que tinham série de títulos de longo prazo com liquidez calculado no período de abril de 1994 a junho de 2006. Calculando a média dos spreads dessas empresas ao longo da série, determina-se uma taxa média de 1,74%.

Assim, o custo de capital de terceiros, em termos nominais, é de 13,75%.

DETERMINAÇÃO DO CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL

Para o cálculo da taxa de retorno utiliza-se a metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (Weighted Average Cost of Capital - WACC), incluindo o efeito dos impostos sobre a renda, sendo expresso pela seguinte fórmula:

$$r_{WACC} = \frac{P}{P+D} \cdot r_P + \frac{D}{P+D} \cdot r_D \cdot (1-T)$$

onde:

rwacc: custo médio ponderado de capital após impostos (taxa de retorno);

rP: custo do capital próprio;

rD: custo da dívida;

P: capital próprio;

D: capital de terceiros ou dívida;

T: alíquota tributária marginal efetiva.

Aplicando-se a equação anterior e adotando-se a alíquota de imposto (T) igual a 34%, resulta em um custo de capital para a estrutura de capital sugerida (D/V=50,4%) em termos nominais de 12,02%. Deflacionando-se o custo nominal pela taxa de inflação média anual dos EUA no período de janeiro de 1995 a junho de 2006 de 2,60%, obtém-se o custo em termos reais, que resultou em 9,18% depois dos impostos. Os resultados finais são mostrados na tabela a seguir.

CUSTO DE CAPITAL	
Proporção de Capital Próprio	49,6%
Proporção de Capital de Terceiros	50,4%
Taxa livre de risco	5,32%
Prêmio de risco de Mercado	6,09%
Beta médio alavancado	0,495
Prêmio de risco do negócio	3,01%
Prêmio de risco país	4,91%
Prêmio de risco cambial	1,78%
Custo de capital próprio nominal	15,02%
Prêmio de risco de crédito	1,74%
Custo de dívida nominal	13,75%
CUSTO MÉDIO PONDERADO	
WACC nominal depois de impostos	12,02%
WACC real depois de impostos	9,18%

ANEXO V

Objetiva identificar o valor a ser considerado como redutor tarifário a título de Outras Receitas, conforme estabelecido no inciso V do art. 5º desta Resolução.

METODOLOGIA DE APURAÇÃO DE OUTRAS RECEITAS

Para fins da primeira revisão tarifária das concessionárias transmissoras de energia elétrica, serão tratadas as atividades denominadas "adicionais livres", onde pessoal e instalações da empresa regulada prestam serviços a terceiros, mas não constituem um ramo de negócio diferente. Dentre as atividades que se enquadram neste tipo, destacam-se: Compartilhamento de infra-estrutura, serviços de consultoria na área de transmissão e serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão e subestações.

Os critérios adotados partem de uma avaliação "ex-ante", em que se definem os ganhos presumidos do prestador do serviço pela realização das atividades aqui consideradas, assim como os critérios de distribuição desses ganhos entre a empresa regulada e os usuários do serviço público regulado, visando contribuir para a modicidade tarifária. Para isso, deve-se estabelecer previamente, no momento da revisão tarifária, um valor presumido para as receitas adicionais a serem consideradas anualmente no próximo período tarifário.

A definição dessa receita presumida deve levar em conta uma análise dos contratos existentes da empresa, bem como uma projeção para os quatro anos seguintes, considerando o potencial de prestação de serviços a terceiros pela concessionária avaliada. A receita presumida (RP) será composta pelos custos de prestação do serviço e pela parcela de ganhos, compartilhada entre o consumidor e a concessionária, ou seja:

RPi = CS + LC

onde:

RPi: Receita Presumida para a atividade i;

CS: Custo do Serviço prestado;

LC: Lucro Compartilhado.

Por fim, para efeito de modicidade tarifária, são deduzidas da Receita Requerida, no momento da revisão, as receitas obtidas pela concessionária mediante a exploração de outras atividades (Receitas de Outras Atividades - ROA). Portanto, a ROA corresponderá à soma das receitas presumidas de cada serviço.

A seguir, são descritos os tratamentos a serem dados a cada uma das atividades consideradas.

I - COMPARTILHAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA

Para fins da primeira revisão tarifária das transmissoras, ressaltando o fato da revisão ocorrer apenas sobre as novas instalações, toda a receita auferida (líquida) com contratos de compartilhamento de infra-estrutura com prestadores de serviço público, excetuando-se custos adicionais comprovados não previstos na RBSE e RPC, será destinada à modicidade tarifária, haja vista o Contrato de Concessão estabelecer a obrigatoriedade da concessionária em compartilhar instalações já remuneradas pela RAP.

II - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS

Os serviços prestados a terceiros podem ser classificados em dois grupos: Serviços de Consultoria e Serviços de Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão e Subestações. São adotados os seguintes critérios para o tratamento regulatório dos serviços prestados a terceiros, para fins da primeira revisão tarifária:

- Serviços de Consultoria:

Visando o compartilhamento dos ganhos decorrentes dessa atividade com os usuários do serviço público regulado, será adotada uma divisão equânime, ou seja, 50% do lucro total será da concessionária e a outra parcela será destinada à modicidade tarifária, conforme preconizado no Contrato de Concessão, considerando-se um percentual de 40% sobre a receita líquida auferida, descontados os impostos, como despesas incorridas na prestação do serviço.

Dessa forma, a receita presumida com serviços de consultoria será dada por:

RPi = 0,30 * Rcomp

onde:

RPi: Receita Presumida para a atividade de consultoria;

Rcomp: total de receita da atividade de consultoria considerada fins de compartilhamento.

- Serviços de Operação e Manutenção:

Visando o compartilhamento dos ganhos decorrentes dessa atividade com os usuários do serviço público regulado, será adotada uma divisão equânime, ou seja, 50% do lucro total será da concessionária e a outra parcela será destinada à modicidade tarifária, conforme preconizado no Contrato de Concessão, considerando-se um percentual de 80% sobre a receita líquida auferida, descontados os impostos, como despesas incorridas na prestação do serviço.

Dessa forma, a receita presumida com serviços de operação e manutenção será dada por:

RPi = 0,10 * Rcomp

onde:

RPi: Receita Presumida para a atividade de operação e manutenção;

Rcomp: total de receita da atividade de operação e manutenção considerada fins de compartilhamento.

Por fim, cabe ressaltar que todos os contratos referentes aos serviços retromencionados e suas particularidades serão analisados no âmbito das audiências públicas individuais no momento da revisão tarifária de cada transmissora.

ANEXO VI

Define o cronograma de atividades para o processo de revisão tarifária das concessionárias de transmissão de energia elétrica, conforme o Art. 7º desta Resolução.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Concessionária	Audiência Pública na modalidade Intercâmbio Documental	
	Início	Término
AFLUENTE Geração e Transmissão de Energia Elétrica	23/04/2007	23/05/2007
CASTELO Energética S.A	23/04/2007	23/05/2007
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	23/04/2007	23/05/2007
Companhia Paranaense de Energia - COPEL Transmissão	23/04/2007	23/05/2007
LIGHT Energia S.A	23/04/2007	23/05/2007
Companhia Energética de Goiás - CELG	23/04/2007	23/05/2007
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - ELETRONORTE	30/04/2007	30/05/2007
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP	30/04/2007	30/05/2007
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	30/04/2007	30/05/2007
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	30/04/2007	30/05/2007
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A	30/04/2007	30/05/2007
FURNAS Centrais Elétricas S.A	30/04/2007	30/05/2007

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 27 de fevereiro de 2007

N° 485 - O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Portaria nº 509 de 6 de fevereiro de 2007, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria, e o que consta nos autos do Processo nº 48500.003457/2006-11, decide por conhecer o recurso interposto pela AES Tietê S.A., negando provimento ao pleito de alteração da Resolução Homologatória nº 371/2006.

Nº 487 - O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Portaria n° 509, de 6 de fevereiro de 2007, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria, o que consta do Processo nº 48500.001976/2000-13, resolve conhecer e não dar provimento ao recurso interposto pela Centrais Elétricas de Carazinho S/A, em face da Resolução nº 244, de 28/06/2000, que homologou as tarifas de fornecimento de energia elétrica da referida concessionária.

Nº 488 - O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Portaria nº 509 de 6 de fevereiro de 2007, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n° 48500.002098/2006-76, resolve: (i) conhecer o recurso interposto pela CELPE e negar provimento, mantendo a penalidade de advertência aplicada por meio do Auto de Infração n° 003/2006-CEE, lavrado pela Agência de Regulação de Pernambuco - ARPE; e (ii) alterar seu fundamento legal, substituindo-se o art. 6º, inciso XIV, pelo art. 7º, inciso III, da Resolução Normativa n° 63, de 2004, conforme recomendação da Procuradoria Federal na ANEEL.

N° 489 - O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Portaria n° 509, de 6 de fevereiro de 2007, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria, e o que consta nos autos do Processo nº 48500.004371/2006-24, decide por não conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia Energética de Alagoas S.A. - CEAL, por intempestivo, e manter a decisão constante no Despacho nº 2.209, de 26 de setembro de 2006, que nega anuência aos pleitos de constituição de garantias formadas por recebíveis da CEAL, para a contratação de financiamento junto à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, em razão do nível de compromissos já assumidos pela concessionária.

Nº 490 - O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Portaria nº 509, de 6 de fevereiro de 2007, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria, o que consta do Processo nº 48500.002236/2005-27, resolve: (i) conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A - ENERSUL, reformando a decisão da Agência

Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul - AGEPAN, publicada no Diário Oficial nº 6453 do Estado do Mato Grosso do Sul, em 28 de março de 2005, no sentido de anular a penalidade aplicada; (ii) ratificar os procedimentos adotados pela ENERSUL relativos ao ressarcimento efetuado ao Hospital São Julião em razão de erro de faturamento de consumo de energia elétrica.

Nº 491 - O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Portaria nº 509, de 6 de fevereiro de 2007, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria, o que consta no Processo nº 48500.000866/2003-22, resolve: (i) conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela Companhia Energética do Ceará - COELCE; (ii) reformar a decisão proferida pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, invalidando a condenação ao pagamento de indenização a título de danos morais imposta à concessionária, no processo de reclamação da consumidora Sra. Gercina Dalva Gomes de Souza.

Nº 492 - O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Portaria n° 509, de 6 de fevereiro de 2007, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria, e o que consta nos autos do Processo nº 48500.005285/2006-20, decide por conhecer, por tempestivo, o recurso da consumidora Suzan de Maria Paiva Fontenele e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Ceará - ARCE, referente à irregularidade encontrada na unidade consumidora de titularidade da recorrente, podendo a Companhia Energética do Ceará S.A. - COELCE manter o Termo de Ocorrência (TO) n° 406855/2005 e proceder à revisão do faturamento, conforme alínea "b" do inciso IV do art. 72 da Resolução nº 456, de 2000, considerando a diferença de 2.738 kWh a cobrar, referente a consumo não faturado no período de 5 de abril a 5 de julho de 2005 (3 meses), já subtraídos os valores efetivamente faturados, sendo facultada a cobrança do custo administrativo correspondente a, no máximo, 30% do valor líquido da fatura, utilizando as tarifas em vigor na data da sua apresentação.

Nº 494 - O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Portaria nº 509, de 6 de fevereiro de 2007, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria, o que consta do Processo nº 48500.003472/05-15, resolve: (i) conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela consumidora Maria Giselda Santos Rabelo; (ii) reformar a decisão proferida pela Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Pará - ARCON, permitindo que a concessionária faça a cobrança de 3.297 kWh, referente à unidade consumidora nº 2882493, localizada à Tv. Souza Franco, n° 2055, Bairro da Agulha, Distrito de Icoaraci, no município de Belém - PA, em conformidade com o critério estipulado no art. 72, inciso IV, alínea "a", da Resolução ANEEL nº 456, de 29 de novembro de 2000.

Nº 495 - O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Portaria nº 509, de 6 de fevereiro de 2007, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria, o que consta do Processo nº 48500.002271/2006-17, resolve: (i) conhecer e não dar provimento ao recurso interposto pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA; (ii) confirmar a decisão exarada pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia- AGERBA, que julgou procedente a reclamação do Condomínio Edifício Torre do Atlântico, deferindo seu pleito de ressarcimento por classificação tarifária incorreta.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÕES

Na Resolução Homologatória nº 428, de 6 de fevereiro de 2007, publicada no D.O. nº 27, de 7 de fevereiro de 2007, Seção 1, páginas 70, no Parágrafo único do Art. 1º; onde se lê:

"Parágrafo único. O percentual de 4,841% (quatro vírgula oitocentos e quarenta e um por cento) deverá incidir sobre as tarifas fixadas no Anexo I, referente à alíquota média de PIS/PASEP e COFINS a ser destacada na fatura do supridor."

Leia-se:

Parágrafo único. Repassar às tarifas constantes dos Anexos I e II os percentuais de 0,809% e 0,092% para efeito de cobertura dos dispêndios relativos a PIS/PASEP e COFINS, sendo 0,809% sobre a TUSD e 0,092% sobre a TE.

Na Resolução Homologatória nº 420, de 30 de janeiro de 2007, publicada no D.O. nº 24, de 2 de fevereiro de 2007, Seção 1, página 77, nos Anexos III-A e III-B; onde se lê:

ANEXO III -A RECEITA ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO		
Vigente no período de 03 de fevereiro de 2007 a 02 de fevereiro de 2008.		
EMPRESA TRANSMISSORA	INSTALAÇÕES DEDICADAS À	VALORES EM R$
CTEEP	CLFM	657.381,11

ANEXO III -B RECEITA ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO		
Vigente a partir de 03 de fevereiro de 2008.		
EMPRESA TRANSMISSORA	INSTALAÇÕES DEDICADAS À	VALORES EM R$
CTEEP	CLFM	643.855,69

Leia-se:

ANEXO III -A RECEITA ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO		
Vigente no período de 03 de fevereiro de 2007 a 02 de fevereiro de 2008.		
EMPRESA TRANSMISSORA	INSTALAÇÕES DEDICADAS À	VALORES EM R$
CTEEP	CLFM	643.855,69

ANEXO III -B RECEITA ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO		
Vigente a partir de 03 de fevereiro de 2008.		
EMPRESA TRANSMISSORA	INSTALAÇÕES DEDICADAS À	VALORES EM R$
CTEEP	CLFM	657.381,11

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 8 de março de 2007

Nº 610 - O Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecidas pela Resolução Autorizativa nº 251, de 27 de junho de 2005, com base no art. 8º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, no art. 5º do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, e o que consta do Processo nº 48500.004967/2006-24, resolve:

I - Registrar, junto à ANEEL, a central geradora undi-elétrica denominada Porto do Pecém, constituída por módulos compostos por uma base de lastro para sustentação em concreto armado, construída no quebra-mar do Porto do Pecém, que suporta uma estrutura metálica, a qual ficará apoiada, em uma das extremidades, à base, por meio de um eixo e, na outra extremidade, a uma plataforma flutuante colocada sobre o mar; por um conjunto unitário composto por câmara hiperbárica, acumulador hidropneumático, turbina, gerador com 50 kW de capacidade instalada, e tubulação, utilizando como combustível a energia cinética das ondas do mar, localizada na Esplanada do Pecém, s/nº, Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará, de propriedade do Governo do Estado do Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.503.868/0001-00;

II - A energia gerada destina-se ao uso exclusivo da interessada;

III - Este registro não exime a interessada das responsabilidades quanto aos aspectos ambientais de captação e lançamento de água de uso da central geradora undi-elétrica.

Nº 611 - O Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecida pela Resolução Autorizativa nº 251, de 27 de junho de 2005, considerando os termos da Resolução ANEEL nº 112, de 18 de maio de 1999, e o que consta dos processos abaixo relacionados, resolve:

I - Registrar, junto à ANEEL, as centrais geradoras termelétricas de propriedade da Companhia Energética do Amazonas - CEAM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.355.657/0001-22, todas localizadas no Estado do Amazonas e utilizando como combustível óleo diesel nº 2, operando em sistemas isolados;

II - A energia gerada destina-se a serviço público;

III - A Concessionária deverá satisfazer, dentre outras, as condições de continuidade e regularidade dos serviços, conforme o disposto no art. 22 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, no art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e na Resolução nº 315, de 1º de outubro de 1998, sob pena de incorrer em penalidades previstas na legislação;

IV - A Concessionária deverá comunicar à ANEEL quaisquer modificações em suas unidades geradoras, incluindo capacidade instalada e data de entrada em operação, no prazo de até sessenta dias após a sua efetivação, sob pena de incorrer em penalidades previstas na legislação.

Processo nº 48500.004162/2006-44:

- UTE Camaruã: constituída por duas unidades motogeradoras, cada uma com 50 kW de potência, totalizando 100 kW de capacidade instalada, com início de operação previsto para dezembro de 2007, localizada no Distrito de Foz do Tapauá, Município de Tapauá;

Processo nº 48500.004156/2006-41:

- UTE Itapuru: constituída por duas unidades motogeradoras, uma com 25 kW e outra com 30 kW de potência, totalizando 55 kW de capacidade instalada, com início de operação previsto para dezembro de 2007, localizada no Itapuru, Município de Beruri;

Processo nº 48500.004157/2006-12:

- UTE Parauá: constituída por duas unidades motogeradoras de 140 kW, totalizando 280 kW de capacidade total instalada, em operação desde 5 agosto de 2006, localizada no Distrito de Parauá, Município de Careiro da Várzea.

Nº 612 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Autorizativa nº 251, de 27 de junho de 2005, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000753/2001-74, resolve:

I Revogar o registro objeto do Despacho nº 468, de 17 de julho de 2001, referente a central geradora termelétrica Alvorada com capacidade instalada de 2.400 kW, utilizando como combustível bagaço da cana-de-açúcar, localizada no Município de Chã de Alegria, Estado de Pernambuco, outorgado à empresa Alvorada Agropecuária Ltda. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.249.182/0001-55, em razão da desativação da central geradora ocorrida durante o ano de 2000.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 8 de março de 2007

N° 594 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts 2º e 10, e o que consta do Processo n° 48500.000449/06-78, resolve:

I - registrar, sob o nº 2015/2007, o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a compradora Iveco Fiat Brasil Ltda, CNPJ n° 02.273.912/0001-62, e a vendedora Cemig Geração e Transmissão S/A, CNPJ n° 06.981.176/0001-58, conforme as condições detalhadas na tabela abaixo:

Período de Suprimento	Montante Contratado (MW médios)
01/12/2005 a 31/12/2005	1,527
01/12/2006 a 31/12/2009	2,616

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 595 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts. 2º e 10, na Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006, e o que consta do Processo nº 48500.005124/05-18, resolve:

I - registrar, sob o mesmo número do contrato original, nº 5081/2005, o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Compra de Energia Incentivada celebrado pela vendedora Cristalino Energia Ltda, CNPJ nº 05.042.517/0001-67, e a compradora Bunge Alimentos S/A (unidade consumidora Passo Fundo/RS), CNPJ nº 84.046.101/0401-44, de acordo com as condições detalhadas na tabela abaixo:

Período de Suprimento	Montante Contratado (MW médios)
01/10/2005 a 28/02/2006	1,50
01/03/2006 a 30/04/2006	0,85
01/05/2006 a 31/12/2006	1,50
01/01/2007 a 31/01/2007	1,50

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 596 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts. 2º e 10, na Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006, e o que consta do Processo nº 48500.003129/05-52, resolve:

I - registrar, sob o mesmo número do contrato original, nº 9168/2004, o respectivo SegundoTermo Aditivo celebrado com a compradora Litoral Plaza Administradora de Shopping Centers S/C Ltda (unidade consumidora Mauá Plaza Shopping - Mauá/SP), CNPJ nº 02.884.951/0002-87, que altera a qualificação do contrato no campo da vendedora Consórcio Salto Natal Energética, que passa a ser formado pela Energética Salto Natal S/A (PCH Salto Natal), CNPJ nº 07.587.636/0002-01, e pela CRE Energética Ltda, CNPJ nº 03.422.221/0001-46, e mantém inalterados o período de suprimento e o montante contratados, conforme detalhados abaixo:

Período de Suprimento	Montante Contratado MW médios
01/04/2004 a 31/12/2004	0,84
01/01/2005 a 31/03/2009	0,91

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 597 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts. 2º e 10, na Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006, e o que consta do Processo nº 48500.003229/05-05, resolve:

I - registrar, sob o mesmo número do contrato original, nº 5035/2005, o respectivo Termo Aditivo ao Contrato de Compra de Energia Incentivada celebrado com a compradora Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda (unidade consumidora Valinhos/SP), CNPJ nº 45.989.050/0001-81, que altera a qualificação do contrato no campo da vendedora Consórcio Salto Natal Energética (PCH Salto Natal), que passa a ser formado pela Energética Salto Natal S/A, CNPJ nº 07.587.636/0002-01, e pela CRE Energética Ltda, CNPJ nº 03.422.221/0001-46, e mantém inalterados o período de suprimento e o montante contratados, conforme detalhados abaixo:

Período de Suprimento	Energia Contratada (MW médios)
01/11/2004 a 30/04/2009	0,316

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 598 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts. 2º e 10, na Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006, e o que consta do Processo nº 48500.004220/05-68, resolve:

I - registrar, sob o mesmo número do contrato original, nº 5002/2005, o respectivo Termo Aditivo ao Contrato de Compra de Energia Incentivada celebrado com a compradora Procter & Gamble Indústria e Comércio Ltda (unidade consumidora Vila Arapuá, São Paulo/SP), CNPJ nº 01.358.874/0001-88, que altera a qualificação do contrato no campo da vendedora Consórcio Salto Natal Energética (PCH Salto Natal), que passa a ser formado pela Energética Salto Natal S/A, CNPJ nº 07.587.636/0002-01, e pela CRE Energética Ltda, CNPJ nº 03.422.221/0001-46, e mantém inalterados o período de suprimento e o montante contratados, conforme detalhados abaixo:

Período de Suprimento	Energia Contratada	
	MW médios	MWh/ano
01/01/2005 a 31/12/2006	0,31	2.716
01/01/2007 a 31/12/2009	1,51	13.228

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 599 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts. 2º e 10, na Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006, e o que consta do Processo nº 48500.001181/06-82, resolve:

I - registrar, sob o mesmo número do contrato original, nº 1019/2006, o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Compra de Energia Incentivada celebrado pela vendedora Biogeração Energia S/A (UTE Bandeirante), CNPJ nº 05.486.723/0001-66, e a compradora Electro Plastic S/A (unidade consumidora Santo Amaro/SP), CNPJ nº 61.421.657/0001-17, de acordo com as condições detalhadas abaixo:

Período de Suprimento	Montante Contratado MW médios
01/02/2006 a 31/12/2006	2,00
01/01/2007 a 31/12/2007	1,85

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 600 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts. 2º e 10, na Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006, e o que consta do Processo nº 48500.003105/05-94, resolve:

I - registrar, sob o mesmo número do contrato original, nº 5005/2005, o Segundo e o Terceiro Termos Aditivos ao Contrato de Compra de Energia Incentivada - CCEI celebrados pela vendedora Central Energética Jitituba Ltda, CNPJ nº 05.045.175/0001-39, e a compradora Companhia Industrial de Vidros (unidade consumidora Ceará), CNPJ nº 10.807.972/0006-50, de acordo com as condições detalhadas na tabela abaixo:

Período de Suprimento	Energia Contratada (MWh/mês)
01/12/2004 a 28/02/2006	530,00
01/03/2006 a 21/03/2006	38,00

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 603 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts 2º e 10, e o que consta do Processo n° 48500.000399/06-00, resolve:

I - registrar, sob o nº 2012/2007, o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a compradora Fundimig Ltda, CNPJ n° 17.381.542/0001-54, e a vendedora Cemig Geração e Transmissão S/A, CNPJ n° 06.981.176/0001-58, conforme as condições detalhadas na tabela abaixo:

Período de Suprimento	Montante Contratado (MW médios)
01/08/2005 a 31/12/2009	1,78

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

N° 604 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts 2º e 10, e o que consta do Processo n° 48500.003394/06-94, resolve:

I - registrar, sob o nº 6001/2007, o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a compradora Centrais Elétricas Matogrossenses S/A - CEMAT, CNPJ n° 03.467.321/0001-99, e a vendedora Usina Barralcool S/A, CNPJ n° 33.664.228/0001-35, conforme as condições detalhadas na tabela abaixo:

Período de Suprimento	Montante Contratado (MWh)
01/05/2006 a 30/04/2007	40.000

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 605 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts 2º e 10, e o que consta do Processo n° 48500.001016/06-76, resolve:

I - registrar, sob o nº 2034/2007, o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a compradora Nestlé Brasil Ltda (unidade consumidora Caçapava/SP), CNPJ n° 60.409.075/0111-97, e a vendedora Enertrade Comercializadora de Energia S/A, CNPJ n° 04.149.295/0001-13, conforme as condições detalhadas na tabela abaixo:

Montante Contratado			
2005 (MWh)		(MWmédios)	
Janeiro	4243,206	2006	5,26
Fevereiro	3947,91	2007	5,36
Março	3974,114	2008	5,47
Abril	3128,847	2009	5,58
Maio	3705,95	2010	5,69
Junho	3490,527	2011	5,69
Julho	3627,055	2012	5,69
Agosto	3534,702	2013	5,69
Setembro	3846,691	2014	5,69
Outubro	4271,373	-	-
Novembro	4170,044	-	-
Dezembro	3219,268	-	-

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 606 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts 2º e 10, e o que consta do Processo n° 48500.007067/06-20, resolve:

I - registrar, sob o nº 2108/2007, o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a compradora Gerdau Açominas S/A, CNPJ n° 17.227.422/0073-71, e a vendedora Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, CNPJ n° 33.541.368/0001-16, conforme as condições detalhadas na tabela abaixo:

Período de Suprimento	Montante Contratado (MW médios)
01/10/2005 a 31/12/2005	12,00
01/01/2006 a 31/12/2015	15,00

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

N° 607 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts 2º e 10, e o que consta do Processo n° 48500.000320/06-41, resolve:

I - registrar, sob o nº 2033/2007, o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a compradora Nestlé Brasil Ltda (unidade consumidora Ibiá/SP), CNPJ n° 60.409.075/0060-02, e a vendedora Cemig Geração e Transmissão S/A, CNPJ n° 06.981.176/0001-58, conforme as condições detalhadas na tabela abaixo:

Período de Suprimento	Montante Contratado (MW médios)
01/06/2005 a 31/05/2011	1,72

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

N° 608 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts 2º e 10, e o que consta do Processo n° 48500.000255/06-81, resolve:

I - registrar, sob o nº 2032/2007, o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a compradora Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio, CNPJ n° 25.582.727/0001-55, e a vendedora Cemig Geração e Transmissão S/A, CNPJ n° 06.981.176/0001-58, conforme as condições detalhadas na tabela abaixo:

Período de Suprimento	Montante Contratado (MW médios)
01/10/2005 a 31/12/2009	0,908
01/01/2010 a 31/12/2011	6,500

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

N° 609 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts 2º e 10, e o que consta do Processo n° 48500.001570/06-44, resolve:

I - registrar, sob o nº 2035/2007, o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a compradora Saint-Gobain Materiais Cerâmicos Ltda, CNPJ n° 03.054.411/0001-58, e a vendedora Cemig Geração e Transmissão S/A, CNPJ n° 06.981.176/0001-58, conforme as condições detalhadas na tabela abaixo:

Período de Suprimento	Montante Contratado (MW médios)
01/06/2005 a 30/06/2005	47,63
01/07/2005 a 31/12/2005	51,15
01/01/2006 a 31/12/2006	59,37
01/01/2007 a 30/09/2007	61,47
01/10/2007 a 31/12/2007	63,57
01/01/2008 a 31/12/2012	67,77

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

DILCEMAR DE PAIVA MENDES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 8 de março de 2007

N° 602 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL n° 433, de 26 de agosto de 2003 (alterada pela Resolução Normativa n° 190, de 12 de dezembro de 2005), em conformidade com o que estabelece a supracitada Resolução, e considerando o que consta do Processo n° 48500.005236/2001-18, resolve:

I - Liberar a primeira unidade geradora (UG 1), de 70.000 kW, da UHE Capim Branco II, localizada nos municípios de Uberlândia e Araguari, Estado de Minas Gerais, concedida ao Consórcio Capim Branco Energia, por meio do Contrato de Concessão no 90/2001, de 29 de agosto de 2001, para início da operação comercial a partir do dia 08 de março de 2007, quando a energia produzida pela unidade geradora deverá estar disponibilizada ao sistema.

JAMIL ABID

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 8 de março de 2007

Nº 601 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Resolução nº 151, de 19 de maio de 2000, considerando o disposto no inciso XIII, do art. 3º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no inciso III, § 6º, do art. 4º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, no art. 245, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, no art. 1º e art. 4º da Resolução Normativa nº 22, de 4 de fevereiro de 1999, e o que consta no processo nº 48500.004978/2005-60, resolve:

I - não aprovar o sexto termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica, celebrado entre a Companhia Paulista Força e Luz - CPFL (compradora) e a Campos Novos S.A. - ENERCAN (vendedora), datado de 9 de fevereiro de 2007, para efeito de antecipação de recursos por parte da compradora, em razão do disposto no inciso III, § 6º, do art. 4º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; e

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO GANIM

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, alterada pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, e na Resolução de Diretoria nº 86, de 06 de março de 2007 e,

Considerando que é atribuição legal da ANP o estabelecimento de ações que contribuam para a proteção dos interesses dos consumidores quanto a qualidade e oferta de produtos,

Considerando a necessidade de estabelecer as responsabilidades dos agentes do mercado envolvidos na produção, importação e comercialização de graxas e lubrificantes automotivos e industriais e aditivos para óleos lubrificantes acabados automotivos destinados ao consumidor final,

Considerando a necessidade de possibilitar à fiscalização da ANP identificar prontamente os óleos e graxas lubrificantes para uso automotivo e industrial e os aditivos para óleos lubrificantes acabados automotivos comercializados no País,

Considerando a necessidade de revisar os níveis mínimos de desempenho requeridos para óleos lubrificantes para motores automotivos comercializados no País, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido que a comercialização e importação de óleos e graxas lubrificantes para uso automotivo e industrial, de qualquer origem, e aditivos em frascos para óleos lubrificantes acabados automotivos destinados ao consumidor final, fabricados no País ou importados, está condicionada ao prévio registro do produto na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

§ 1º Para fins de fiscalização e garantia da qualidade dos produtos, os agentes do mercado envolvidos na produção, importação e comercialização de graxas e óleos lubrificantes automotivos e industriais e aditivos em frascos para óleos lubrificantes acabados automotivos destinados ao consumidor final deverão possuir prévio cadastro ou autorização da ANP, segundo regulamentação específica.

§ 2º Fica vedada a comercialização dos produtos relacionados no caput deste artigo sem registro prévio na ANP.

Art. 2º O registro de produto mencionado no art. 1º poderá ser concedido ao produtor, ou importador, ou ao titular de produto fabricado por terceiro, quando autorizado pela ANP para o exercício de suas atividades, desde que atendidos os requisitos desta Resolução.

§ 1º A ANP garantirá a confidencialidade dos dados de composição do produto informados com o objetivo de obtenção do registro.

§ 2º As empresas que pretendam comercializar produtos fabricados por terceiros deverão apresentar cópia autenticada de contrato de prestação de serviço com produtor autorizado pela ANP, conforme legislação vigente; no caso de rescisão do contrato de produção deverá ser solicitada alteração do registro no prazo de 30 dias a partir da efetivação do novo contrato.

§ 3º O detentor de marca comercial, registrada junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, terá prioridade quanto à mesma, por ocasião do registro junto à ANP.

§ 4º O registro de produto poderá ser requerido por qualquer interessado, exceto quando houver contrato de representação com cláusula de exclusividade.

§ 5º Ficam isentos de Registro os óleos lubrificantes básicos e os produtos destinados à proteção temporária, têmpera, impregnações, transferência de calor, isoladores dielétricos, fluidos para uso em radiadores, fluido de freio, fluidos de limpeza, pulverização agrícola, selagem de gasômetro, desmoldantes, amaciamento de fibras, lubrificação de fios têxteis, agente para engomagem têxtil, óleos para processos, aditivos para formulação de óleos lubrificantes e produtos destinados à exportação.

Art. 3º Os óleos lubrificantes para motores automotivos a serem comercializados no País deverão ser classificados segundo os níveis de desempenho da American Petroleum Institute - API, Association dês Constructeurs Européens d'Automobiles - ACEA, Japan Automobile Standard Organization - JASO, National Marine Manufactures Association - NMMA ou das especificações de fabricantes de motores.

Art. 4º As solicitações de registro dos óleos e graxas lubrificantes de que trata o art. 1º deverão ser encaminhadas à ANP acompanhadas de:

I - Anexo I - ficha cadastral - devidamente preenchida e assinada com indicação do nome legível, em 2 (duas) vias, disponível na página da internet no endereço: http://www.anp.gov.br;

II - Autorização da ANP para o exercício da atividade, no caso de produtor ou importador;

III - Formulário para registro de Produtos, devidamente preenchido, em 02 (duas) vias, assinado com indicação do nome legível, conforme Anexo II - registro de produtos - óleo lubrificante, e Anexo III - registro de produtos - graxa lubrificante, também disponíveis na página da Internet no endereço: http://www.anp.gov.br da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

IV - documentos comprobatórios do desempenho declarado, no caso de óleos lubrificantes automotivos, conforme art. 3º, e de acordo com os seguintes níveis mínimos:

a) para motores do ciclo OTTO: API SF ou ACEA equivalente;

b) para motores do ciclo DIESEL: API CF ou ACEA equivalente; e

c) para motores de dois tempos: refrigerados a ar, API-TC e/ou JASO-FB e, refrigerados a água: NMMA TC-WII.

V - formulário de informação sobre segurança de produto, conforme ABNT NBR 14725-Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos-FISPQ;

VI - comprovante de registro no INPI, quando for o caso;

VII - 01(um) litro de amostra de óleo lubrificante ou 01(um) quilo de amostra de graxa lubrificante; e

VIII - modelo do rótulo ou declaração firmada pela empresa requerente contendo as informações descritas no art. 5º desta Resolução, salvo o disposto no inciso VIII do citado artigo.

Parágrafo único. Fica concedido aos detentores dos registros concedidos pela ANP o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias para o cumprimento dos níveis mínimos estabelecidos no inciso IV, alíneas a e b. Durante a vigência deste período permanecem os limites estabelecidos na Portaria ANP nº131, de 30 de julho de 1999.

Art. 5º Os lubrificantes, quando envasilhados, deverão apresentar nas embalagens informações claras, em português, de forma a não induzir o consumidor a um falso entendimento com respeito à origem e às características do produto, constando em seus rótulos:

I - origem do produto, campo de aplicação, finalidade/benefícios, advertências e precauções;

II - grau de viscosidade segundo grau SAE (Society of Automotive Engineers) ou ISO (International Organization for Standardization) para óleo lubrificante ou grau de consistência NLGI (National Lubricating Grease Institute) para graxa;

III - nível de desempenho (API, ACEA, JASO, NMMA ou especificações dos fabricantes de motores), apenas para óleos lubrificantes automotivos;

IV - razão social, n.º do CNPJ, endereço da detentora do registro na ANP;

V - razão social e nº do CNPJ do produtor, quando for o caso;

VI - nome e número de inscrição no órgão de classe do químico responsável;

VII - marca comercial conforme registrada na ANP;

VIII - número do registro na ANP;

IX - importador responsável, quando for o caso;

X - quantidade líquida embalada;

XI - orientação quanto à destinação do produto e da embalagem após sua utilização, conforme Resolução CONAMA nº 362/05 ou legislação que venha a substituí-la;

XII - prazo de validade; e

XIII - a observação: "SIGA AS RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE DO VEÍCULO".

Parágrafo único. A identificação do lote e a data de fabricação deverão constar na embalagem do produto.

Art. 6º As solicitações de registro dos aditivos de que trata o art.1º deverão ser encaminhadas à ANP acompanhadas de:

I - formulário para Registro de Produtos, devidamente preenchido, em 02 (duas) vias, assinado, com indicação do nome legível, conforme Anexo IV, também disponível na página da internet no endereço: http://www.anp.gov.br da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

II - comprovação do teste de desempenho padronizado pela ASTM - Seqüência IIIF, na proporção de mistura com óleo lubrificante automotivo (categoria SL para gasolina e CI-4 para diesel), a ser indicada no frasco, por meio de relatórios de laboratórios de terceiros, nacionais ou internacionais;

III - formulário de informação sobre segurança de produto, conforme ABNT NBR 14725-Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos-FISPQ;

IV - boletim técnico utilizado para divulgação do produto, quando for o caso;

V - comprovante de registro no INPI, quando for o caso;

VI - 500 mL de amostra do aditivo; e

VII - modelo do rótulo ou declaração firmada pela empresa requerente contendo as informações descritas no art. 7º desta Resolução, salvo o disposto no inciso VII do citado artigo.

Art. 7º Os aditivos em frascos deverão apresentar nas embalagens informações claras, em português, de forma a não induzir o consumidor a um falso entendimento com respeito à origem e às características do produto, constando em seus rótulos:

I - origem do produto, campo de aplicação, finalidade/benefícios, advertências e precauções;

II - dosagem recomendada;

III - razão social, nº do CNPJ, endereço da detentora do registro na ANP;

IV - razão social e nº do CNPJ do produtor, quando for o caso;

V - nome e número de inscrição no órgão de classe do químico responsável;

VI - marca comercial, conforme registrada na ANP;

VII - número do registro na ANP;

VIII - importador responsável (quando se tratar de produto importado);

IX - quantidade líquida embalada;

X - orientação quanto à reciclagem do produto e da embalagem após sua utilização conforme Resolução CONAMA em vigor; e

'XI - prazo de validade.

Parágrafo único. As identificações do lote e da data de fabricação deverão constar na embalagem do produto.

Art. 8º As solicitações de alterações da titularidade de registros de produtos concedidos pela ANP deverão ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, por meio de requerimento com indicação do número de registro do produto, e acompanhadas de:

I - anexo I - ficha cadastral, devidamente preenchida;

II - autorização do detentor do registro; e

III - formulário para registro de produtos.

Art. 9º Fica caracterizada a aprovação do registro de produto ou de alterações mencionados nesta Resolução mediante sua publicação no Diário Oficial da União.

Parágrafo único: É vedada a comercialização dos produtos registrados com características físico-químicas e demais informações diversas das apresentadas para fins de registro.

Art. 10. Os registros dos produtos junto à ANP não poderão ser utilizados em nenhum veículo de comunicação como forma de propaganda do produto.

Art. 11. As empresas detentoras de registros junto à ANP deverão revalidá-los anualmente, até 31 de janeiro, enviando à ANP a relação dos produtos e respectivos números de registro.

Art. 12. Os registros de que trata esta Resolução poderão ser cancelados nos seguintes casos:

I - quando as características físico-químicas dos produtos comercializados não estiverem de acordo com as especificações e demais informações indicadas nos seus Formulários para Registro de Produtos, conforme os Anexos II, III e IV;

II - extinção, judicial ou extrajudicial, da empresa detentora do Registro;

III - por solicitação da interessada;

IV - quando a empresa detentora do registro não atender ao disposto nesta Resolução;

V - a qualquer tempo, quando verificado, em processo administrativo, que as atividades de que trata esta Resolução estão sendo executadas em desacordo com as normas em vigor;

VI - não revalidação do registro no prazo exigido.

Art. 13. Deverá ser submetida à ANP qualquer alteração das informações relacionadas aos dados cadastrais da empresa e do Registro de Produtos, mediante requerimento da interessada, acompanhado dos formulários atualizados, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de efetivação da alteração.

Art. 14. As pessoas jurídicas que produzem, importam ou comercializam lubrificantes deverão permitir o livre acesso às suas instalações, bem como disponibilizar amostras dos lubrificantes comercializados, a fim de garantir o monitoramento da qualidade por parte dos funcionários da ANP e de instituições por ela credenciadas.

Art. 15. A ANP poderá, a qualquer tempo, rever os registros já concedidos e os requisitos para sua concessão, com a finalidade de melhor adequá-los ao aprimoramento da qualidade dos óleos lubrificantes, graxas e aditivos a que se refere esta Resolução.

Art. 16. O descumprimento ao disposto nesta Resolução sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Fica revogada a Portaria ANP nº131, de 30 de julho de 1999.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

ANEXO I
FICHA CADASTRAL

☐ Produtor ☐ Importador ☐ Detentor do registro do produto com fabricação em terceiros	Nº de Registro

Identificação da Empresa

Nome Empresarial (firma, razão social ou denominação)
Titulo do Estabelecimento (nome fantasia)

Endereço da Empresa

Logradouro (rua, avenida etc.)		Número	Complemento
Bairro /Distrito		CEP	
Município	UF	Inscrição CNPJ	Inscrição Estadual
DDD / Telefone	FAX	Correio Eletrônico (e-mail)	

Endereço da Fábrica (exceto para importador)

Nome Empresarial (firma, razão social ou denominação)			
Logradouro (rua, avenida etc.)		Número	Complemento
Bairro /Distrito		CEP	
Município	UF	Inscrição CNPJ	Inscrição Estadual
DDD / Telefone	FAX	Correio Eletrônico (e-mail)	

Endereço para Correspondência

Logradouro (rua, avenida etc.)		Número	Complemento
Bairro /Distrito		CEP	
Município			UF
DDD / Telefone	FAX	Correio Eletrônico (e-mail)	

Identificação do Responsável Técnico

Nome (pessoa física)	Nº inscrição no órgão de classe:

Identificação do responsável ou preposto perante a ANP

Nome (pessoa física)		
Identidade	CPF	Qualificação
Local	Nome e Assinatura (Declaro sob as penas da lei serem verdadeiras as informações acima prestadas)	
Data		

Para uso exclusivo da ANP

Nº do Processo

ANEXO II
REGISTRO DE PRODUTOS
ÓLEO LUBRIFICANTE

Operação
☐ Registro Novo ☐ Revalidação ☐ Inclusão ☐ Alteração ☐ Exclusão ☐ Cancelamento ☐ Alternativa

N.º do Processo	Marca Comercial		
SAE	ISO	N.º de Registro no INPI	☐ Nacional ☐ Importado
Nome do Proprietário (detentor do n.º de registro na ANP)			CNPJ
Nome do Produtor			CNPJ
Número do Registro na ANP	Data (dd/mm/aaaa)	Assinatura e Carimbo do Responsável pelo Registro na ANP	

Outros dados do produto

Campo de Aplicação	Tipo de acondicionamento
Especificações e propriedades de serviço	

Composição

Tipo de óleo básico	Percentuais (peso)	Outros constituintes	Percentuais (peso)

Características

Características	Valores limites	Métodos
1. Viscosidade Cinemática, mm²/s (cSt), 40ºC		ASTM D 445 / NBR 10441
2. Viscosidade Cinemática, mm²/s (cSt), 100ºC		ASTM D 445 / NBR 10441
3. Índice de Viscosidade		ASTM D 2270 / NBR 14358
4. Viscosidade Brookfield, cP, ºC		ASTM D 2983/ NBR 14541
5. Viscosidade Dinâmica à baixa temperatura, cP, ºC		ASTM D 5293 / NBR 14173
6. Demulsibilidade, ml - (minutos)		ASTM D 1401 / NBR 14172
7. Ponto de Fluidez, ºC		ASTM D 97 / NBR 11349
8. IAT, mg KOH/g		ASTM D 664/D 974 / NBR 14248
9. Espuma, ml		ASTM D 892 / NBR 14235
10. IBT (TBN), mg KOH/g		ASTM D 2896 / NBR 05798
11. Proteção anti-ferrugem, 24 horas		ASTM D 665/ NBR 14803
12. Corrosividade ao cobre, 3h a 100ºC		ASTM D 130 / NBR 14359
13. Cor ASTM		ASTM D 1500 / NBR-14483
14. Cor Visual		Visual
15. Ponto de Fulgor, ºC		ASTM D 92 / NBR 11341
16. Elementos Químicos, mg/kg (ppm)		
a) Cálcio		ASTM D 4628 / D4951ou NBR 14066 / 14786
b) Magnésio		ASTM D 4628 / D 4951 ou NBR 14066/ 14786
c) Zinco		ASTM D 4628 / D 4951ou NBR 14066 / 14786
d) Enxofre		Espectrometria
e) Fósforo		Espectrometria, ASTM D 4951/ NBR 14786
f) Bário		ASTM D 4628 / D 4951 ou NBR 14066 / 14786
g) Cobre		Espectrometria, ASTM D 4951/ NBR 14786
h) Molibdênio		Espectrometria, ASTM D 4951/ NBR 14786
i) Outros		Espectrometria, ASTM D 4951/ NBR 14786

Responsável pelo preenchimento do formulário e data
(Nome, Assinatura e nº de inscrição no CRQ)

ANEXO III
REGISTRO DE PRODUTOS
GRAXA LUBRIFICANTE

Operação
☐ Registro Novo ☐ Revalidação ☐ Inclusão ☐ Alteração ☐ Exclusão ☐ Cancelamento

N.º do Processo	Marca Comercial		
NLGI	N.º de Registro no INPI		☐ Nacional ☐ Importado
Nome do Proprietário (detentor do n.º de registro na ANP)			CNPJ
Nome do Produtor			CNPJ
Número do Registro na ANP	Data (dd/mm/aaaa)	Assinatura e Carimbo do Responsável pelo Registro na ANP	

Outros dados do produto

Campo de Aplicação	Tipo de acondicionamento
Especificações e propriedades de serviço	

Composição

Tipo de derivado	Percentuais (peso)	Outros constituintes	Percentuais (peso)

Características

Características	Valores limites	Métodos
1. Penetração a 25ºC trabalhada 60 vezes, mm/10		ASTM D 217 / NBR 11345
2. Separação do Óleo, %		ASTM D 1742/NBR 14657
3. Ponto de Gota, °C		ASTM D 566 / NBR 6564
4. Textura		Visual
5. Espessante		Reportar
6. Four Ball (EP), carga de soldagem, Kgf		ASTM D 2596 ou NBR 15353

Responsável pelo preenchimento do formulário e data
(Nome e Assinatura/Nº do CRQ)

ANEXO IV
REGISTRO DE PRODUTOS
ADITIVOS PARA ÓLEOS LUBRIFICANTES

Operação
☐ Registro Novo ☐ Revalidação ☐ Inclusão ☐ Alteração ☐ Exclusão ☐ Cancelamento

N.º do Processo	Marca Comercial	N.º de Registro no INPI	☐ Nacional ☐ Importado

Nome do Proprietário (detentor do n.º de registro na ANP)	CNPJ
Nome do Produtor	CNPJ

Número do Registro na ANP	Data (dd/mm/aaaa)	Assinatura e Carimbo do Responsável pelo Registro na ANP

Outros dados do produto

Campo de Aplicação

Finalidade

Dosagem

Tipo de Óleo Lubrificante usado na mistura com o aditivo (para efeito de valores apresentados neste formulário)

Tipo de acondicionamento

Composição

Matéria-prima básica	Percentuais (peso)	Outros constituintes	Percentuais (peso)

Características

Características	Aditivo Puro	Óleo Lubrificante Puro	Mistura do Aditivo c/ Óleo Lubrificante	Métodos
1. Viscosidade Cinemática a 100°C, mm²/s (cSt)				ASTM D 445 / NBR 10441
2. Ponto de Fulgor, °C				ASTM D 92 / NBR 11341
3. Cinzas Sulfatadas, % massa				ASTM D 874 / NBR 06294
4. Cor ASTM				ASTM D 1500 / NBR 14483
5. Ponto de Fluidez, °C				ASTM D 97 / NBR 11349
6. Corrosividade ao cobre, 3 h a 100°C				ASTM D 130 / NBR14359
7. Massa Específica a 20°C, kg/m³				ASTM D 1298 / D 4052 NBR14065 / NBR 7148
8. Metais (Ca, Mg, Ba, Zn), mg/kg (ppm)				ASTM D 4628 / NBR 14066, ASTM D 4951/ NBR 14786
9. Enxofre , mg/kg (ppm)				Espectrometria
10. Fósforo, mg/kg (ppm)				Espectrometria, ASTM D 4951/NBR 14786
11. Outros elementos químicos, mg/kg (ppm)				Espectrometria, ASTM D 4951/NBR 14786

Responsável pelo preenchimento do formulário e data
(Nome, Assinatura e nº de inscrição no CRQ)

AUTORIZAÇÃO Nº 48, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 9 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.008902/2006-36, torna público o seguinte ato:

Art.1º Fica a empresa ADONAI QUÍMICA S/A, CNPJ: 02.703.755/0001-88 autorizada a construir o terminal, localizado na Ilha Barnabé, Município de Santos - SP, composto por 7 (sete) tanques para o armazenamento de produtos líquidos inflamáveis e combustíveis, das classes I a III, incluindo os derivados de petróleo e álcool combustível, cujas características estão listadas na tabela abaixo:

Tanque	Diâmetro (m)	Altura (m)	Capacidade (m³)
01-601	6,68	18,30	600
01-801	7,64	18,30	800
01-802	7,64	18,30	800
01-803	7,64	18,30	800
01-804	7,64	18,30	800
01-805	7,64	18,30	800
01-1201	9,55	18,30	1200

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 49, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, , no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 9 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.005909/2005-15 , torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa TEQUIMAR - Terminal Químico de Aratu S.A., CNPJ: 14.688.220/0007-50, autorizada a operar o Terminal Intermodal de Santos - TIS para armazenamento e movimentação de líquidos inflamáveis e combustíveis, classes I a III, incluindo derivados de petróleo e álcool combustível, localizado na Av. Engenheiro Augusto Barata, s/n.º, Município de Santos, Estado de São Paulo compreendendo:

- 33 (trinta e três) tanques para armazenamento de produtos com as seguintes características:

Tanque	Capacidade (m³)	Altura (m)	Diâmetro (m)
TQ-2601	2.087,504	14,595	14,129
TQ-2602	2.085,430	14,577	14,129
TQ-2603	1.045,950	14,557	9,999
TQ-2604	1.045,218	14,575	9,999
TQ-2605	1.046,955	14,582	9,999
TQ-2606	1.045,280	14,527	10,000
TQ-2607	1.043,657	14,585	9,998
TQ-2608	1.045,808	14,550	9,999
TQ-2609	1.046,401	14,592	10,000
TQ-2610	1.047,078	14,567	10,000
TQ-2611	1.581,277	14,618	12,292
TQ-2612	1.580,403	14,597	12,293
TQ-2613	1.577,591	14,628	12,285
TQ-2614	2.088,216	14,611	14,129
TQ-2615	3.126,486	14,657	17,310
TQ-2616	3.127,921	14,610	17,312
TQ-2617	3.129,913	14,636	17,313
TQ-2618	619,120	14,267	7,788
TQ-2619	620,363	14,255	7,794
TQ-2620	620,484	14,263	7,796
TQ-2621	620,909	14,258	7,796
TQ-2622	620,078	14,240	7,796
TQ-2623	620,018	14,240	7,793
TQ-2624	620,752	14,250	7,798
TQ-2625	621,102	14,275	7,798
TQ-2626	620,944	14,270	7,796
TQ-2627	620,260	14,300	7,796
TQ-2628	5.400,445	19,944	18,987
TQ-2629	5.405,315	19,915	18,992
TQ-2630	5.405,907	19,899	18,992
TQ-2631	5.411,483	19,901	18,992
TQ-2632	10.951,585	19,861	26,991
TQ-2633	10.938,764	19,846	18,987

- 8 (oito) dutos portuários, interligando a Central de Transferência - CETRAN, localizada no parque de armazenamento, às instalações portuárias para atendimento de navios atracado nos píeres 03 e 04 do Terminal de Alemoa;

- 1 (uma) plataforma ferroviária, para atendimento simultâneo de até 10 vagões-tanque;

- 11 (onze) plataformas rodoviárias, para atendimento simultâneo de até 22 caminhões-tanque;

- 1 (uma) ilha rodoviária, para atendimento simultâneo de até 6 caminhões-tanque.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente concessão.

Art. 3º Esta Autorização terá validade até 31 de maio de 2007, de acordo com o prazo constante da Licença de Operação (L.O.) emitida pelo órgão ambiental, CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - Governo do Estado de São Paulo.

Art. 4º Fica revogada a Autorização n.º 05, de 18 de janeiro de 2007, publicada no DOU n.º 14 de 19 de janeiro de 2007.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 9, de 07/03/2007, publicada no DOU nº 46, de 08/03/2007, Seção 1, págs. 62 a 64, onde se lê: "Resolução de Diretoria nº 85, de 07 de março de 2007", leia-se: "Resolução de Diretoria nº 85, de 06 de março de 2007".

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
4º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 14/2007

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Mineração e Calcinação de Gesso Ouro Branco Ltda - 840105/01 - Not.8/2007 - R$ 2.983,22

RELAÇÃO Nº 15/2007

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito (MULTAS) /prazo 10(dez) dias (6.62)

Mineração e Calcinação de Gesso Ouro Branco Ltda - 840105/01 - Not.9/2007 - R$ 3.704,04

RELAÇÃO Nº 16/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

Cosiper Siderúrgica de Pernambuco Ltda - 840140/06 - A.I. 96/07

PAULO JAIME SOUZA ALHEIROS

20º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 19/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias.(6.38)

890.112/94-A.I. 313/07-Agostinho Cesconeto

890.343/93-A.I. 312/07-Gramartins Granitos e Mármores Martins Ltda.

891.033/94-A.I. 311/07-Antonio Cezar Lima

896.056/95-A.I. 310/07- Juvenal Ribeiro Stanzani

896.057/95-A.I. 309/07 - Juvenal Ribeiro Stanzani

891.531/94-A.I. 308/07-Miguel Vieira Borges

891.087/94-A.I. 307/07-Roberto Muciaccia

890.282/94-A.I. 306/07-Carlos Augusto de Barros

890.372/94-A.I. 305/07-Giromar Extração de Minerais Ltda.

890.264/94-A.I. 304/07-Antônio Sérgio Veiga Alves

890.279/94-A.I. 303/07-Carlos Augusto de Barros

890.211/92-A.I. 302/07-Carlos Alberto Gomes Leite

896.143/99-A.I. 301/07-Sebastião Mattiuzzi

890.344/93-A.I. 300/07-Gramartins Granitos e Mármores Martins Ltda. 891.532/94-A.I. 299/07-Miguel Vieira Borges

891.034/94-A.I. 298/07-Antonio Cezar Lima

890.704/94-A.I. 297/07-José Alberto Mozer

890.668/94-A.I. 296/07-Edmar de Morais

890.503/94-A.I. 295/07-Domingos Sechin

890.345/93-A.I. 294/07-Gramartins Granitos e Mármores Martins Ltda.

IZABEL CRISTINA POZZATTO T. NEVES
Substituta

23º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 15/2007

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito (MULTAS) /prazo 10(dez) dias (6.62)

Fernando Reis Giordano - 868269/00 - Not.7/2007 - R$ 158,77

s Malgarim & Cia LTDA. - 868165/01 - Not.8/2007 - R$ 158,77

VALDEZ STEINLE DE CARVALHO

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

PORTARIA Nº 8, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2007

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no estado da Bahia, nomeado pela Portaria INCRA/Nº 187/2006, publicada no D.O.U do dia 25 de maio de 2006, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo n? 101 da Estrutura Regimental, aprovado pelo Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006, combinado com o artigo 119 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/N??69 de 19 de outubro de 2006, publicada no DOU de 20 de outubro de 2006,

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando dar destinação ao imóvel rural denominado Fazenda Vale do Boqueirão, com área de 7540,2058 ha, localizado no Município de Barra no Estado da Bahia , Desapropriado para fins de Reforma Agrária, através do Decreto de 07 de Agosto de 2006, cuja imissão de posse se deu em 27 de Fevereiro de 2007 e;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no Processo INCRA/SR-05/Nº 54160.003463/2006-13 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve :

I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Fazenda Vale do Boqueirão , com área de 7540,2058 ha, (sete mil quinhentos e quarenta hectares, vinte ares e cinqüenta e oito centiares), localizado no Município de Barra, no Estado da Bahia , que prevê a criação de 163 (cento e sessenta e três) unidades agrícolas familiares;

II - Criar o Projeto de Assentamento PA Fazenda Vale do Boqueirão, Código SIPRA BA0577000 a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário.

VITAL JONAS PINHEIRO JÚNIOR
Substituto

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 59, DE 1º DE MARÇO DE 2007

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do INMETRO, através da Portaria nº 257, de 12.11.91, e tendo em vista o que consta do Processo nº 52 600 061931/2006-12, resolve aprovar em caráter provisório o hidrômetro volumétrico, magnético, marca Sappel, modelo ALTAIR 3,5, vazão nominal 3,5 m^3/h, comprimento 260mm, diâmetro nominal DN 25, classe C(H) e C(V), fabricado por SAPPEL DO BRASIL Ltda, bem como as instruções que deverão ser observadas quando da realização do controle metrológico legal.

MAURÍCIO MARTINELLI RECHE
Substituto

PORTARIA Nº 62, DE 1º DE MARÇO DE 2007

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, e considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.043397/2006, resolve autorizar, em carater opcional, a utilização da marca Macro Tecnologia nos modelos WT-21, WT-3000, WT-1000, WT-21-I e WT-3000-I, aprovados pelas Portarias Inmetro/Dimel nºs 062/2004, 101/2004, 037/2006, 1762004 e 178/2004, respectivamente, mantidas as demais exigências constantes das referidas portarias de aprovação de modelo.

MAURÍCIO MARTINELLI RÉCHE
Substituto

PORTARIA Nº 63, DE 5 DE MARÇO DE 2007

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº52600 043400/2006-48, resolve alterar opcionalmente a designação do dispositivo indicador eletrônico digital, modelo SR3000, aprovado pela Portaria Inmetro/Dimel nº 064 de 16 de maio de 2005, para ID 3000.

JORGE LUIZ SEEWALD

PORTARIA Nº 65, DE 6 DE MARÇO DE 2007

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria nº 257, de 12/11/1991, e tendo em vista o que consta do Processo Inmetro nº 52600.004196/2005, resolve aprovar o modelo Sisdetran EB-RFAL-4F, de medidor de velocidade para veículos automotores, marca Embryo, de acordo com o Regulamento Técnico Metrológico aprovado através da Portaria nº 115, de 29 de junho de 1998.

JORGE LUIZ SEEWALD

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 10, DE 6 DE MARÇO DE 2007 (*)

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, de acordo com o disposto no art. 16, VII, do Anexo I do Decreto nº 5.532, de 6 de setembro de 2005, e, no uso de suas atribuições, torna público que:

l. Conforme Edital publicado no Federal Register em 27 de fevereiro de 2007 (pp 8808 a 8810, Federal Register/Vol. 72, Nº 38), sob o título "Generalized System of Preferences (GSP): Import Statistics Relating to Competitive Need Limitations (CNLs); Invitation for Public Comment on CNL Waivers Subject to Potential Revocation Based on New Statutory Thresholds, Possible De Minimis Waivers, and Product Redesignations.", as autoridades norte-americanas informam o público da disponibilidade de listas com estatísticas de importação para o ano-calendário de 2006 relacionadas aos Limites de Competitividade (CNLs), no âmbito da Revisão Anual de 2006 do programa norte-americano de Sistema Geral de Preferências - SGP, e convidam os interessados a enviarem comentários públicos específicos pertinentes às mencionadas listas

2. A cópia do referido Edital pode ser obtida no seguinte endereço eletrônico do Federal Register: http://a257.g.akamaitech.net/7/257/2422/01jan20071800/edocket.access.gpo.gov/2007/pdf/E7-3394.pdf.

3.As listas com as estatísticas de importação norte-americanas do ano calendário de 2006 encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico do U. S. Trade Representative (USTR): http://www.ustr.gov/assets/Trade_Development/Preference_Programs/GSP/asset_upload_file628_10598.pdf.

4. Essas listas discriminam os produtos por país beneficiário, os seus valores de importação (em dólar norte-americano) e a respectiva participação na importação total de cada produto, referindo-se aos seguintes produtos: a) os que foram excluídos do programa do SGP em 1º de julho de 2006 ou em data anterior a essa ou os que excederam os CNLs de 2006 (US$ 125 milhões ou 50% do total das importações), produtos sujeitos a possível waiver; - lista I; b) os produtos sujeitos a possíveis derrogações do limite de competitividade (waiver de minimis) - lista II; c) os produtos sujeitos a reinclusões (products redesignations) - lista III; e d) os produtos sujeitos a potenciais revogações de waivers concedidos em períodos anteriores (potential revocation based on new statutory thresholds) - lista IV.

5. O convite para os comentários se referem apenas às listas II, III e IV, já que para a lista I o prazo para o envio foi aberto e encerrado no ano de 2006 e o comunicado com as petições aceitas para análise já foi divulgado, conforme o Edital publicado pelo USTR no Federal Register em 17 de janeiro de 2007 (Circular SECEX nº 3, de 22 de janeiro de 2007, publicada no D.O.U. de 24 de janeiro de 2007).

6. As referidas listas foram compiladas pelo DEINT no anexo à presente Circular SECEX, com observações a respeito da situação no SGP de cada produto originário do Brasil, contudo ratificamos o alerta do USTR de que as citadas listas não são exaustivas nem definitivas, cabendo ao interessado realizar sua própria revisão das estatísticas de importação constantes em cada lista.

7. Os comentários públicos devem ser enviados apenas em idioma inglês, exclusivamente por meio eletrônico (e-mail), em arquivo único (inclusive os anexos), e devem seguir todas as especificações definidas no supracitado edital, como, por exemplo, o assunto, título do arquivo, formatos aceitos, número de páginas etc, sendo encaminhados pelos interessados diretamente ao Chairman do GSP Subcommittee do Trade Policy Staff Committee do USTR.

8. Nas transmissões de e-mail, deverá constar uma das duas linhas de assunto, conforme o assunto do comentário a ser enviado: "Comments on 2006 GSP Redesignations and De minimis Waiver Review" ou "Comments on 2006 CNL Waiver Threshold Review", seguido do nome do país de origem beneficiário e do código do produto em nível de subposição no HTSUS.

9. Para o encaminhamento do arquivo relativo ao "Comments on 2006 GSP Redesignations and De minimis Waiver Review", a respeito dos produtos sujeitos a possíveis derrogações do limite de competitividade (waiver de minimis) - lista II e aos sujeitos a reinclusões (products redesignations) - lista III, o endereço eletrônico de envio é o seguinte: FR0441@USTR.EOP.GOV, devendo ser enviado até às 17h (Washington) do dia 16 de março de 2007.

10. Contudo, para o encaminhamento do arquivo relativo ao "Comments on 2006 CNL Waiver Threshold Review", a respeito dos produtos sujeitos a potenciais revogações de waivers concedidos em períodos anteriores (potential revocation based on new statutory thresholds) - lista IV, o endereço eletrônico de envio é o seguinte: FR0618@USTR.EOP.GOV, devendo ser enviado até às 17h do dia 23 de março de 2007.

11. Poderão ser encaminhadas versões públicas ou confidenciais dos documentos, utilizando-se as marcações e a inicial do nome do arquivo conforme o especificado no Edital.

12. Os encaminhamentos de arquivos que não seguirem as condições estabelecidas nos regulamentos do SGP e no supramencionado Edital não serão aceitos no processo de revisão anual 2006 do SGP norte-americano.

13. Para a finalidade de monitorar os comentários que serão entregues pelos exportadores e entidades brasileiras, solicita-se aos peticionários que confirmem ao Departamento de Negociações Internacionais deste Ministério, pelo fax nº (0**61) 3425-7385 ou pelo correio eletrônico no endereço deint@desenvolvimento.gov.br, o encaminhamento das petições, informando o seu teor e a data em que foi providenciada a transmissão da documentação às autoridades norte-americanas.

ARMANDO DE MELLO MEZIAT

ANEXO

Produtos brasileiros mencionados nas Listas I a IV da publicação do USTR

HTSUS	Importação procedente do Brasil em 2006 - US$	Participação do Brasil em relação ao total importado do produto	Observações
1601.00.40	283.749	83,90%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Contudo, há a possibilidade de obter o waiver de minimis - consta nas Listas I e II do USTR.
1602.50.09	14.989.799	43,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
1602.50.20	167.857.280	79,10%	Produto atingiu o CNL de valor e percentual (ultrapassou US$125 milhões e 50%). Contudo, já era inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006 - consta na Lista I do USTR.
1701.11.05	-	0,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
1701.11.10	74.845.834	10,80%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
1701.11.20	-	0,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
1701.12.05	-	0,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
1701.12.10	-	0,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
1701.91.05	-	0,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
1701.91.80	690.572	71,20%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Contudo, há a possibilidade de obter o waiver de minimis - consta nas Listas I e II do USTR.
1701.99.05	-	0,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
1701.99.10	39.189.384	15,90%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.

1702.90.10	41.244	85,00%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Contudo, há a possibilidade de obter o waiver de minimis - consta nas Listas I e II do USTR.
1702.90.35	2.169.332	41,80%	Produto inelegível ao tratamento preferencial a partir de 07/01/2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
1702.90.40	-	0,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
1703.10.30	4.466.691	59,90%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Contudo, há a possibilidade de obter o waiver de minimis - consta nas Listas I e II do USTR.
1806.10.65	-	0,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
1806.20.78	11.280	62,90%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Contudo, há a possibilidade de obter o waiver de minimis - consta nas Listas I e II do USTR.
2008.99.80	9.670.090	51,10%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Pode receber o waiver de minimis - consta na Lista I do USTR.
2009.39.20	419.902	68,00%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Contudo, há a possibilidade de obter o waiver de minimis - consta nas Listas I e II do USTR.
2804.69.10	69.702.208	35,60%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
2825.90.15	6.779.197	44,30%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
2843.30.00	1.277.196	52,10%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Contudo, há a possibilidade de obter o waiver de minimis - consta nas Listas I e II do USTR.
2904.90.15	-	0,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
2905.42.00	993.513	3,50%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
2906.11.00	883.303	1,80%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
2909.19.14	20.495.897	9,50%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
2914.40.10	2.530.424	51,70%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Contudo, há a possibilidade de obter o waiver de minimis - consta nas Listas I e II do USTR.
2918.21.50	2.462.007	71,90%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Contudo, há a possibilidade de obter o waiver de minimis - consta nas Listas I e II do USTR.
2924.21.16	10.876.691	40,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
2926.10.00	1.166.476	93,10%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Contudo, há a possibilidade de obter o waiver de minimis - consta nas Listas I e II do USTR.
2933.39.21	27.273.799	88,70%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Contudo, já era inelegível ao tratamento preferencial a partir de 07/01/5006 - consta na Lista I do USTR.
2934.99.16	7.464.814	80,60%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Contudo, há a possibilidade de obter o waiver de minimis - consta nas Listas I e II do USTR.
3301.12.00	25.277.305	64,80%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Contudo já era inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006 - consta na Lista I do USTR.
3824.90.32	25.519	100,00%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Contudo, há a possibilidade de obter o waiver de minimis - consta nas Listas I e II do USTR.
4011.10.10	93.871.945	2,50%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
4011.10.50	257.780	0,20%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
4011.20.10	80.620.825	2,70%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
4011.20.50	452.978	0,30%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
4101.50.40	411	100,00%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Contudo, há a possibilidade de obter o waiver de minimis - consta nas Listas I e II do USTR.
4104.41.30	151.285	61,30%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Contudo, há a possibilidade de obter o waiver de minimis - consta nas Listas I e II do USTR.
4104.41.50	37.391.558	54,90%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Provavelmente irá perder o benefício em 2007 - consta na Lista I do USTR.
4107.11.60	1.310.206	81,20%	Produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%). Contudo, há a possibilidade de obter o waiver de minimis - consta nas Listas I e II do USTR.
4412.13.25	2.154.462	41,20%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
4412.13.51	5.910.609	22,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
4412.13.91	316.951	4,20%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
4412.14.25	1.689.123	9,70%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
4412.14.31	30.729.183	6,90%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
4412.14.56	5.330.125	11,50%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
4412.19.40	186.541.353	43,50%	Produto atingiu o CNL de valor (ultrapassou (US$ 125 milhões). Contudo já era inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006 - consta na Lista I do USTR.
4412.22.31	406.975	3,50%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
4412.22.41	27.841	0,70%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
4412.29.36	14.898.051	10,80%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
4412.29.46	23.527	0,30%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
4418.90.45	143.633.793	9,90%	Produto atingiu o CNL de valor (ultrapassou (US$ 125 milhões). Provavelmente irá perder o benefício em 2007 - consta na Lista I do USTR.
4421.90.60	11.797	0,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
6802.93.00	452.827.121	34,90%	Produto atingiu o CNL de valor (ultrapassou (US$ 125 milhões). Contudo, já era inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006 - consta na Lista I do USTR.
6910.10.00	6.945.700	1,70%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
6910.90.00	44.211.263	10,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
6911.90.00	-	0,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
6912.00.44	10.129	0,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
7106.92.50	13.033.358	17,60%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
7202.21.10	24.495	0,70%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
7202.21.50	3.265.297	1,60%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
7202.30.00	-	0,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
7202.99.10	505.990	96,90%	O produto atingiu o CNL percentual (ultrapassou 50%) e provavelmente irá deixar de receber o waiver concedido em 2000, ou seja, vai perder o tratamento preferencial - consta na Lista IV do USTR.
7307.21.50	19.465	0,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
7307.91.30	8.954	0,10%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
7307.91.50	14.595	0,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
7407.21.90	301.370	0,30%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
7408.11.60	185.946.756	7,90%	Produto atingiu o CNL de valor (ultrapassou (US$ 125 milhões). Provavelmente irá perder o benefício em 2007 - consta na Lista I do USTR.
7408.19.00	21.788	0,00%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
8408.20.20	367.971.851	25,00%	Produto atingiu o CNL de valor (ultrapassou (US$ 125 milhões). Contudo, já era inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006 - consta na Lista I do USTR.
8408.20.90	303.384	0,40%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
8409.91.50	68.786.452	2,30%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
8409.99.91	167.548.619	15,40%	Produto atingiu o CNL de valor (ultrapassou (US$ 125 milhões). Contudo, já era inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006 - consta na Lista I do USTR.

8413.30.10	36.128.662	7,80%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
8503.00.95	196.486.603	15,30%	Produto atingiu o CNL de valor (ultrapassou (US$ 125 milhões). Contudo, já era inelegível ao tratamento preferencial a partir de 07/01/2006 - consta na Lista I do USTR.
8708.39.50	210.169.677	6,00%	O produto atingiu o CNL de valor (ultrapassou US$ 125 milhões) e provavelmenteirá deixar de receber o waiver concedido em 1999, ou seja, vai perder o tratamento preferencial - consta na Lista IV do USTR.
8708.40.50	463.872	0,70%	Produto inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.
8708.99.67	150.933.990	3,70%	Produto atingiu o CNL de valor (ultrapassou (US$ 125 milhões). Contudo, já era inelegível ao tratamento em todo o ano de 2006 - consta na Lista I do USTR.
9613.80.40	-	0,00%	Produto inelegível ao tratamento preferencial a partir de 07/01/2006, havendo a possibilidade de sua reinclusão (voltar a ter benefício) - consta na Lista III do USTR.

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 46, de 8-3- 2007, Seção 1, pág. 77, com incorreção no original.

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DA MINISTRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 8 DE MARÇO DE 2007

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.776, de 12 de maio de 2006 e na Instrução Normativa nº 2, de 10 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º O inciso II do art. 2º e o caput art. 3º da Instrução Normativa nº 2, de 10 de agosto de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 11 de agosto de 2006, Seção 1, páginas 66 e 67, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.....

.....

II - tiveram pelo menos uma Autorização de Exploração-AUTEX vigente entre 2002 e 2006;"(NR)

"Art. 3º Os Detentores de PMFS que atendam ao disposto nos incisos de I a IV, do art. 2º, desta Instrução Normativa poderão requerer a realização das vistorias de que trata o art. 4º nos respectivos PMFS.

....." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA

CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO

DELIBERAÇÃO Nº 173, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2007

O CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art. 13, inciso III, do seu Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Arquivar o Processo nº 02000.003004/2006-79, de interesse do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, CNPJ nº 83.899.526/0001-82, tendo em vista que não há nos autos evidências de que o projeto de pesquisa correspondente envolva a realização de acesso a conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA
Ministra do Meio Ambiente

DELIBERAÇÃO Nº 174, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2007

O CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art. 13, inciso III, do seu Regimento Interno, e considerando as informações constantes do Processo nº 02000.004567/2006-84, resolve:

Art. 1º Conceder à Fundação Universidade de Brasília-UnB, CNPJ nº 00.038.174/0001-43, a Autorização nº 005/2007 para acesso ao conhecimento tradicional associado junto à comunidade negra rural da Vila do Forte, município de São João D'Aliança/GO, para a finalidade de pesquisa científica, de acordo com os termos do projeto "Etnoecologia de uma Comunidade Negra Rural do Nordeste de Goiás: Manejo, Preservação e Sobrevivência no Cerrado do Vale do Paranã", desenvolvido pela mestranda Raquel Lopes Sinigaglia Caribé Grando, sob a coordenação do pesquisador Paul Elliott Little, ambos vinculados ao Centro de Desenvolvimento Sustentável-CDS/UnB, observado o disposto no art. 16 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, no art. 8º do Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, e na Resolução nº 05, de 26 de junho de 2003.

Art. 2º A Fundação Universidade de Brasília e os pesquisadores vinculados ao projeto obrigam-se a incluir nos resultados da pesquisa, em quaisquer meios que esta venha a ser divulgada, a informação da origem do conhecimento tradicional associado e a advertência de que o acesso às informações disponibilizadas nos resultados para as finalidades de desenvolvimento tecnológico e bioprospecção necessitam da obtenção da Anuência Prévia e da assinatura de Contrato de Repartição de Benefícios junto à comunidade envolvida e da autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

Art. 3º As informações contidas no Processo nº 02000.004567/2006-84, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA
Ministra do Meio Ambiente

DELIBERAÇÃO Nº 175, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2007

O CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art. 13, inciso III, do seu Regimento Interno, e considerando as informações constantes do Processo nº 02000.004041/2006-02, resolve:

Art. 1º Conceder à Fundação Universidade de Brasília-UnB, CNPJ nº 00.038.174/0001-43, a Autorização nº 007/2007 para acesso ao conhecimento tradicional associado junto às comunidades São Domingos, Maguari, Jamaraquá, Acaratinga, Jaguarari, Pedreira, Piquiatuba, Marai, Nazaré e Tauari, residentes na Floresta Nacional do Tapajós, no município de Santarém/PA, com a finalidade de pesquisa científica, de acordo com os termos do projeto intitulado "Percepções dos ribeirinhos dos ecossistemas florestais e da valorização desses ambientes - Caso das comunidades ribeirinhas da Floresta Nacional do Tapajós", sob a coordenação do professor Marcel Bursztyn, observado o disposto no art. 16 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, no art. 8º do Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, e na Resolução nº 05, de 26 de junho de 2003.

Art. 2º A UnB e a equipe vinculada ao projeto obrigam-se a incluir nos resultados da pesquisa, em quaisquer meios que esta venha a ser divulgada, a informação da origem dos conhecimentos tradicionais associados e a advertência de que o acesso às informações disponibilizadas para as finalidades de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico necessitam de obtenção de Anuência Prévia e de assinatura de Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios junto à comunidade envolvida e de autorização específica do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

Art. 3º As informações contidas no Processo nº 02000.004041/2006-02, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA
Ministra de Estado do Meio Ambiente

DELIBERAÇÃO Nº 177, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2007

O CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art. 13, inciso III, do seu Regimento Interno, e considerando as informações constantes do Processo nº 02000.002917/2005-97, resolve:

Art. 1º Conceder à Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda., CNPJ nº 60.883.329/0001-70, a Autorização nº 006/2007 para acesso a amostra de componente do patrimônio genético com a finalidade de desenvolvimento tecnológico, de acordo com os termos do projeto "DT 1001", sob a coordenação do pesquisador Jean Luc Gesztesi, observado o disposto no art. 16 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e no art. 8º do Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001.

Art. 2º Por meio desta Deliberação, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético confere, ainda, anuência ao Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios firmado no âmbito do processo em epígrafe, para que produza os efeitos jurídicos, nos termos do art. 29 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

Parágrafo único. O Contrato a que se refere o caput deste artigo possui as seguintes características:

I - número de registro junto à Secretaria-Executiva do CGen: 010/2007;

II - contratante: Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.;

III - contratado: Sr. João Fortes;

IV - objeto: repartição de benefícios oriundos do projeto "DT 1001";

V - fundamento legal: arts. 16, § 4º; 27 e 29, da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

Art. 3º As informações contidas no Processo nº 02000.002917/2005-97, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA
Ministra de Estado do Meio Ambiente

DELIBERAÇÃO Nº 178, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2007

O CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art. 13, inciso III, do seu Regimento Interno, e considerando as informações constantes do Processo nº 02000.0120/2006-36, resolve:

Art. 1º Conceder à Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda., CNPJ nº 60.883.329/0001-70, a Autorização nº 004/2007 para acesso a amostra de componente do patrimônio genético com a finalidade de desenvolvimento tecnológico, de acordo com os termos do projeto "DT 1007", sob a coordenação do pesquisador Dr. Jean Luc Gesztesi, observado o disposto no art. 16 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e no art. 8º do Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001.

Art. 2º Por meio desta Deliberação, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético confere, ainda, anuência ao Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios firmado no âmbito do processo em epígrafe, para que produza os efeitos jurídicos, nos termos do art. 29 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

Parágrafo único. O Contrato a que se refere o caput deste artigo possui as seguintes características:

I - número de registro junto à Secretaria-Executiva do CGen: 011/2007;

II - contratante: Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.;

III - contratado: Sr. Vilmar Biavatti;

IV - objeto: repartição de benefícios oriundos do projeto "DT 1007";

V - fundamento legal: arts. 16, § 4º; 27 e 29, da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

Art. 3º As informações contidas no Processo nº 02000.000120/2006-36, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA
Ministra de Estado do Meio Ambiente

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 8 de março de 2007

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 233, de 5 de agosto de 2005, e o que consta do Processo nº 04500.000804/2007-11, resolve autorizar, excepcionalmente, o processamento de folha suplementar para realização de ajustes de situações ocorridas em decorrência de inconsistências verificadas no "indicador de opção de função", e para dar cumprimento à sentença proferida em 15 de fevereiro de 2007 pelo Juiz-relator do Mandado de Segurança nº 00079/2007, em curso no Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, observada, pela Secretaria de Recursos Humanos, a possibilidade técnico-operacional e a força executória da decisão judicial em questão.

PAULO BERNARDO SILVA

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 29, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 13 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, resolve:

Art. 1º Alterar, de dois anos para dois anos e nove meses, o prazo concedido no item 1 do Anexo II da Portaria MTE nº 86, de 3 de março de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 4 de março de 2005, Seção I, pág. 105/110.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ MARINHO

PORTARIA Nº 30, DE 8 DE MARÇO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na alínea "a" do inciso III do § 2º do art. 45 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reduzir, para cinco por cento, o percentual mínimo estabelecido pela alínea "d" do inciso I e alíneas "a" e "b" do inciso II do § 1º do art. 45 da Lei nº 11.439, de 2006, a ser exigido a título de contrapartida financeira nos convênios a serem firmados no exercício de 2007 com as instituições privadas de fins não lucrativos, desde que os recursos a serem transferidos sejam destinados para execução de ações de assistência social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ MARINHO

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RESOLUÇÃO Nº 1.874, DE 7 DE MARÇO DE 2007

Mantém o prefixo e corrige o regime do serviço São Miguel do Oeste (SC) - São Paulo (SP), prefixo nº 09-0700-00, da empresa Expresso Princesa dos Campos S.A.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DGR - 045/2007, de 6 de março de 2007, no que consta do Processo nº 20109.002553/88-20 e apensos, referente à Expresso Princesa dos Campos S.A,

CONSIDERANDO as determinações do Acórdão nº 1.918/2003-TCU-Plenário e

CONSIDERANDO a Resolução nº 1072, de 17 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º Manter o prefixo nº 09-0700-00 para o serviço São Miguel do Oeste (SC) - São Paulo (SP), resultante de prolongamento definitivo de linha, constando, no contrato de permissão, que a Linha Francisco Beltrão (PR) - São Paulo (SP) é mediante regime de permissão e o trecho Francisco Beltrão (PR) - São Miguel do Oeste (SC) mediante regime de autorização.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.875, DE 7 DE MARÇO DE 2007

Aprova a operação de incorporação da empresa UNIFAC Transportes e Turismo Ltda. pela Transportes Única Petrópolis Ltda.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DNO - 041/2007, de 6 de março de 2007 e no que consta do Processo nº 50500.022375/2005-12, resolve:

Art. 1º Aprovar a operação de incorporação da empresa UNIFAC Transportes e Turismo Ltda. pela Transportes Única Petrópolis Ltda.

Art. 2º Determinar que a Superintendência de Regulação Econômica e Fiscalização Financeira - SUREF dê ciência às referidas empresas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.876, DE 7 DE MARÇO DE 2007

Autoriza a celebração do Contrato de Permissão com a Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S.A., da Linha Caxias do Sul (RS) - Blumenau (SC).

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DFO - 026/2007, de 6 de março de 2007 e no que consta do Processo nº 50500.050951/2005-80 e apensos, resolve:

Art. 1º Autorizar a celebração do Contrato de Permissão com a Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S.A., para a prestação dos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros, sem caráter de exclusividade, na Linha Caxias do Sul (RS) - Blumenau (SC), prefixo nº 10-1239-00, incluindo o serviço complementar Caxias do Sul (RS) - Balneário Camboriú (SC), prefixo nº 10-1239-01, conforme art. 50 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Determinar a publicação do extrato do Contrato de Permissão no Diário Oficial da União, de acordo com o § 4º do art. 39 da Lei nº 10.233/2001.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.877, DE 7 DE MARÇO DE 2007

Defere requerimento da empresa Reunidas S/A. - Transportes Coletivos para Redução de Freqüência Mínima da prestação do Serviço Regular de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros Tubarão (SC) - Curitiba (PR).

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DFO - 027/2007, de 6 de março de 2007, na Resolução ANTT nº 597, de 16 de junho de 2004, publicada no DOU de 28 de junho de 2004 e no que consta do Processo nº 50500.064116/2006-16, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da empresa Reunidas S/A. - Transportes Coletivos para Redução de Freqüência Mínima da prestação do Serviço Regular de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros Tubarão (SC) - Curitiba (PR), prefixo nº 16-0989-00, para 6 (seis) horários semanais por sentido, todos os meses do ano.

Art. 2º Determinar a obrigatoriedade de celebração de contrato de ratificação com esta Agência, conforme o art. 50 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e a inclusão de cláusula fixando a freqüência mínima, ora aprovada.

Art. 3º Condicionar o início da operação do serviço, com a freqüência mínima ora aprovada, à publicação, no Diário Oficial da União, do extrato do contrato de ratificação, de que trata o art. 2º da presente Resolução.

Art. 4º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que proceda aos ajustes cadastrais e dê ciência à empresa.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.878, DE 7 DE MARÇO DE 2007

Autoriza a empresa Jogletur Transporte e Turismo Ltda. a operar o serviço especial de transporte rodoviário interestadual de passageiros, sob regime de fretamento contínuo, entre as localidades Novo Gama (GO) e Brasília (DF).

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DFO - 028/2007, de 6 de março de 2007 e no que consta do Processo nº 50500.064591/2006-84, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Jogletur Transporte e Turismo Ltda., CNPJ nº 05.190.926/0001-00, detentora do Certificado de Registro para Fretamento - CRF nº 09.07.05.53.3052, a operar o serviço especial de transporte rodoviário interestadual de passageiros, sob o regime de fretamento contínuo, para funcionários da Presidência da República, com freqüência de segunda a sexta-feira, entre as localidades Novo Gama (GO) e Brasília (DF), a partir da data de publicação desta Resolução no Diário Oficial da União, até 9 de setembro de 2007, data de vencimento do Certificado de Registro para Fretamento - CRF.

Art. 2º Prorrogar a autorização até 26 de novembro de 2007, no caso de renovação do CRF, com base no contrato celebrado com a Associação dos Servidores do Ministério da Ciência e Tecnologia, CNPJ n° 26.989.913/0001-76.

Art. 3º Determinar, nos termos do art. 1º, que a Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS emita o respectivo Termo de Autorização e seus anexos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.879, DE 7 DE MARÇO DE 2007

Altera o prefixo e corrige o regime do serviço Brasília (DF) - Brasília de Minas (MG), da Empresa Santo Antonio Transporte e Turismo Ltda.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DFO - 030/2007, de 6 de março de 2007, no que consta dos Processos nº 20100.500094/1988-16 e nº 50400.001161/1993-11, referentes à Empresa Santo Antonio Transporte e Turismo Ltda.,

CONSIDERANDO as determinações do Acórdão nº 1.918/2003-TCU-Plenário e

CONSIDERANDO a Resolução nº 1072, de 17 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar a correção do regime e a alteração do prefixo do serviço complementar de viagem residual Brasília (DF) - Brasília de Minas (MG), prefixo nº 12-1281-21, para o prefixo de linha base nº 12-1281-20, sob o regime de permissão, com data inicial da delegação em 25 de novembro de 1987.

Art. 2º Aprovar a correção do regime e a mudança do prefixo do serviço, resultante de alteração definitiva de itinerário, Brasília (DF) - Brasília de Minas (MG), prefixo nº 12-1281-00, para o nº 12-1281-29, sob o regime de autorização, com data inicial de delegação em 22 de outubro de 1991.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.880, DE 7 DE MARÇO DE 2007

Autoriza empresas estrangeiras à prestação do serviço de transporte rodoviário internacional de cargas e a emissão dos respectivos Certificados de Licença Complementar.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada na Resolução ANTT nº 1474, de 31 de maio de 2006, e nos termos do Relatório DFO - 031/2007, de 6 de março de 2007, resolve:

Art. 1º Outorgar Licença Complementar às empresas relacionadas no anexo a esta Resolução, para a prestação do serviço de transporte internacional de cargas, pelo prazo estabelecido nas respectivas Licenças Originárias.

Art. 2º Autorizar a Superintendência de Logística e Transporte Multimodal - SULOG a emitir os respectivos Certificados de Licença Complementar.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

ANEXO

INTERESSADA : ALBERTO ROGIN
N º DO PROCESSO : 50500.005779/2007-71
TRÁFEGO : Bilateral entre Argentina/Brasil, pelas fronteiras habilitadas
VIGÊNCIA : 22/01/2017
INTERESSADA : PAIS OLANO S/A
N º DO PROCESSO : 50500.004612/2007-93
TRÁFEGO : Bilateral entre Argentina/Brasil, pelas fronteiras habilitadas
VIGÊNCIA : 04.09.2016
INTERESSADA : TRANSTOTAL SOCIEDAD ANONIMA
N º DO PROCESSO : 50500.003702/2007-67
TRÁFEGO : Bilateral entre Argentina/Brasil, pelas fronteiras habilitadas
VIGÊNCIA : 25.04.2016
INTERESSADA : OSCAR LUIS BUYATTI
N º DO PROCESSO : 50500.006513/2007-46
TRÁFEGO : Bilateral entre Argentina/Brasil, pelas fronteiras habilitadas
VIGÊNCIA : 30.01.2017
INTERESSADA : TRANSPORTADORA DEL ESTE S.A.
N º DO PROCESSO : 50500.061949/2006-17
TRÁFEGO : Bilateral entre Paraguai/Brasil, pelas fronteiras habilitadas
VIGÊNCIA : 21.09.2013
INTERESSADA : TRANSPORTADORA CARGOMAX S.A.
N º DO PROCESSO : 50500.007783/2007-74
TRÁFEGO : Bilateral entre Argentina/Brasil, pelas fronteiras habilitadas
VIGÊNCIA : 10.10.2016
INTERESSADA : ESPLENDOR TRANSPORTES SOCIEDAD ANONIMA.
N º DO PROCESSO : 50500.001867/2007-02
TRÁFEGO : Bilateral entre Paraguai/Brasil, pelas fronteiras habilitadas
VIGÊNCIA : 20.10.2013

DELIBERAÇÃO Nº 60, DE 7 DE MARÇO DE 2007

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DFO - 029/2007 de 6 de março de 2007 e no que consta do Processo nº 50500.003256/2006-60, delibera:

Art. 1º Autorizar a ocupação longitudinal para implantação de rede aérea de energia elétrica, entre o km 79 + 100 m e o km 79 + 382 m e travessia no km 79 + 381 m, da rodovia BR - 040/RJ, Município de Petrópolis (RJ), de interesse da AMPLA - Energia e Serviços S/A.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida ocupação, conforme medidas de segurança a serem aprovadas pela CRT - Concessionária Rio -Teresópolis S/A, deverão ser observados, pela AMPLA, eventuais danos ou interferências com redes não cadastradas e preservadas as atuais condições de estabilidade dos taludes e do pavimento da rodovia.

Art. 3º A AMPLA deverá apresentar à ANTT e à CRT o projeto as built, em meio digital (CAD), referenciado aos marcos topográficos da rodovia.

Art. 4º Caberá à AMPLA assumir todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa ocupação, além da responsabilidade por eventuais problemas que venham a ocorrer na rodovia.

Art. 5º A AMPLA não poderá iniciar a implantação dessa ocupação longitudinal e de travessia, objeto desta Deliberação, antes de assinar, com a CRT, o Termo de Responsabilidade referente às obrigações especificadas.

Art. 6º A AMPLA deverá concluir as obras de implantação dessa ocupação no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, após a publicação desta Deliberação.

Parágrafo único. Esgotado esse prazo sem que o projeto tenha sido integralmente executado, salvo motivo justificado a critério da ANTT, esta autorização perderá a validade.

Art. 7º Caberá à CRT acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à ocupação.

Art. 8º Caberá à CRT encaminhar à ANTT uma das vias do Contrato Especial de Permissão de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 9º A ocupação autorizada não resultará em receita alternativa para a Concessionária.

Art. 10 Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 64, DE 7 DE MARÇO DE 2007

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DG - 041/2007, de 6 de março de 2007, e

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, no Decreto nº 5.462, de 9 de junho de 2005 e na apuração constante nos autos do Processo nº 08650.005411/2005-61, delibera:

Art. 1º Conhecer do recurso interposto pela empresa Transportadora Falcão Ltda. e, no mérito, negar-lhe provimento, confirmando a multa aplicada no valor de US$ 2.000,00 (dois mil dólares norte-americanos), por infringência ao art. 3º, alínea "b", item 8, na forma do art. 6º do Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial sobre Transporte Internacional Terrestre, internalizado pelo Decreto nº 5.462, de 2005, a serem convertidos, na forma da lei, em moeda corrente nacional.

Art. 2º Determinar a remessa dos autos à Superintendência de Logística e Transporte Multimodal - SULOG para que dê ciência desta decisão à recorrente.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

DECISÃO DE 8 DE MARÇO DE 2007

TERMO: DECISÓRIO - FEITO: IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA (Contra) - REFERÊNCIA: EDITAL nº 606/2006-00 - RAZÕES: Restrições na Avaliação Técnica - Atestados Específicos - Outras. OBJETO: Execução, sob o regime de empreitada por preço unitário, dos serviços necessários à realização da(s) obra(s) de Construção do Trevo de Interseção na(s) Rodovia: BR-386/RS. PROCESSO nº: 50610.001913/2004-75 - IMPUGNANTE (S): CONSTRUCAP-CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - Da Decisão:

A Comissão Permanente de Licitações - DNIT, por unanimidade, se manifestou por conhecer da IMPUGNAÇÃO para negar-lhe provimento, visto a precariedade do pleito constante da inicial, mantendo inalterado o Edital atacado, por não merecer o mesmo nenhuma reconstrução. Inteiro teor do decisório encontra-se disponível na sede da COORDENAÇÃO GERAL DE CADASTRO E LICITAÇÕES - CGCL/DNIT -, no SAN - Quadra 03 - Bloco A - Mezanino Sul, ou através do site www.dnit.gov.br.

MÁRCIO GUIMARÃES DE AQUINO.
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PORTARIA Nº 2, DE 6 DE MARÇO DE 2007

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 137 c/c o artigo 139, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, e no artigo 4º, inciso I, da Resolução n.º 22/CSMPM, de 29 de novembro de 1996 e a aprovação do Plano de Correições Ordinárias - 2007, em sua 145ª Sessão Ordinária, resolve:

I - Determinar a realização de Correição Ordinária no 1º Ofício da Procuradoria da Justiça Militar em Brasília/DF, no período de 27 a 30 de março de 2007;

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON LUIZ ARRUDA SENRA

PORTARIA Nº 3, DE 7 DE MARÇO DE 2007

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 137 c/c o artigo 139, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, e no artigo 4º, inciso I, da Resolução n.º 22/CSMPM, de 29 de novembro de 1996 e a aprovação do Plano de Correições Ordinárias - 2007, em sua 145ª Sessão Ordinária, resolve:

I - Determinar a realização de Correição Ordinária na Procuradoria da Justiça Militar em Fortaleza/CE, no período de 23 a 27 de abril de 2007;

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON LUIZ ARRUDA SENRA

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 85, DE 6 DE MARÇO DE 2007

Publica demonstrativo dos saldos das autorizações para admissão de pessoal.

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso das suas atribuições legais e regimentais e considerando o que dispõe o artigo 92, § 3º, da Lei n.º 11.439, de 29 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2006 - edição extra, resolve:

Art. 1º É publicado o demonstrativo dos saldos das autorizações para admissão de pessoal, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GUILHERME PALMEIRA

ANEXO

Demonstrativo dos saldos das autorizações para admissão de pessoal
(artigo 92, § 3º, da Lei n.º 11.439, de 29 de dezembro de 2006 - LDO/2007)

Cargos	2006			2007			provimentos previstos para 2007
	autorizado	provido	a prover	autorizado	provido	a prover	
Analista de Controle Externo[1]	184[2]	169	8	304[3]	---	304	304
Técnico de Controle Externo		7					
Total		176					

[1] Inclui vagas de cargo criadas pela Lei nº 10.799, de 10 de dezembro de 2003.
[2] Conforme Lei n.º 11.306, de 16 de maio de 2006 (LOA - 2006).
[3] Conforme Lei n.º 11.451, de 7 de fevereiro de 2007.

PLENÁRIO

ATA Nº 8, DE 7 DE MARÇO DE 2007
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidente: Ministro Guilherme Palmeira
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: ACE Ivo Mutzenberg
Subsecretária do Plenário: ACE Marcia Paula Sartori

À hora regimental, com a presença dos Ministros Marcos Vinícios Vilaça, Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler, dos Auditores Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir Ministro em virtude da aposentadoria do Ministro Iram Saraiva) e Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes) e do Representante do Ministério Público, Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Guilherme Palmeira registrou a ausência do Presidente Walton Alencar Rodrigues e do Ministro Aroldo Cedraz, em missão oficial, e do Ministro Augusto Nardes, em férias, e declarou aberta a sessão ordinária do Plenário.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 7, da Sessão Ordinária realizada em 28 de fevereiro (Regimento Interno, artigo 101).

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da **Presidência:**

- Convocação de Sessões Extraordinárias;
- Homenagem pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher; e
- Voto de pesar pelo falecimento de Dom Ivo Lorscheiter.

Do **Ministro Valmir Campelo:**

- Requerimento, aprovado pelo Plenário, para que seja feita diligência ao Ministério da Saúde acerca de ações de combate à dengue nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Tocantins e Piauí.

Do **Ministro Benjamin Zymler:**

- Realização das provas objetivas e discursivas do concurso para preenchimento do cargo de Auditor desta Corte.

MEDIDA CAUTELAR (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário aprovou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a Medida Cautelar exarada pelo Ministro Benjamin Zymler, no TC-000.204/2007-8, para que a Casa da Moeda do Brasil - CMB abstenha-se de contratar a empresa Tuna Soluções Arquitetura, Tecnologia e Construções Ltda., vencedora da Concorrência nº 018/2006.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com os artigos 1º, 19 a 23, 25 e 36 da Resolução nº 175/2005, a Presidência realizou, nesta data, sorteio eletrônico dos seguintes processos:

SORTEIO DE RELATOR DE PROCESSOS - 1ª CÂMARA

Processo TC-012685/2006-2
Interessado
Motivo do Sorteio Pedido de Reexame (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro AUGUSTO NARDES

Processo TC-525052/1996-8
Interessado FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - MEC
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro AUGUSTO NARDES

Processo TC-004367/2003-9
Interessado SINDICATO RURAL DE PARAOPEBA E CAETANÓPOLIS/MG/SINDICATO RURAL DE PARAOPEBA E CAETANÓPOLIS/MG
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro AUGUSTO NARDES

Processo TC-009716/2004-2
Interessado CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro AUGUSTO NARDES

Processo TC-007361/2003-9
Interessado
Motivo do Sorteio Pedido de Reexame (Deliberação em relação)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro AUGUSTO NARDES

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-006619/2005-3
Interessado FNDE/FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, Prefeitura Municipal de Diamante - PB
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro MARCOS VINICIOS VILAÇA

Processo TC-014075/2006-2
Interessado SENAI - DEPARTAMENTO REGIONAL/PE - MTE
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Deliberação em relação)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro MARCOS VINICIOS VILAÇA

Processo TC-021534/2005-9
Interessado Prefeitura Municipal de Magé - RJ
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro MARCOS VINICIOS VILAÇA

Processo TC-018628/2002-0
Interessado SEC. DE EST. DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE/SEC. DE EST. DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro MARCOS VINICIOS VILAÇA

Processo TC-006650/2006-1
Interessado FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Ministro MARCOS VINICIOS VILAÇA

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-007663/2003-0
Interessado
Motivo do Sorteio Pedido de Reexame (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro VALMIR CAMPELO

Processo TC-013218/2004-6
Interessado PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM-ES/PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM-ES, COORD. REGIONAL DA FUNA
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Ministro VALMIR CAMPELO

Processo TC-019158/2005-1
Interessado Prefeitura Municipal de Pedro Velho - RN
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro VALMIR CAMPELO

Processo TC-007041/2005-6
Interessado Prefeitura Municipal de Viseu - PA, FNDE/FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro VALMIR CAMPELO

Processo TC-012908/2004-3
Interessado Prefeitura Municipal de Rio Claro - RJ
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro VALMIR CAMPELO

SORTEIO DE RELATOR DE PROCESSOS - 2ª CÂMARA

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-011220/2005-3
Interessado Prefeitura Municipal de Urucurituba - AM
Motivo do Sorteio Pedido de Reexame (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo TC-019456/2005-3
Interessado FNDE/FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo TC-007150/2004-2
Interessado
Motivo do Sorteio Pedido de Reexame (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo TC-014555/2003-2
Interessado
Motivo do Sorteio Assunto fora das LUJs - Art 3, par. 4 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo TC-015815/2005-4
Interessado Prefeitura Municipal de Valente - BA
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro AROLDO CEDRAZ

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-006797/2005-5
Interessado FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - MEC, Prefeitura Municipal de Araripina - PE
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro BENJAMIN ZYMLER

Processo TC-015889/2004-0
Interessado FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro BENJAMIN ZYMLER

Processo TC-017607/2003-4
Interessado
Motivo do Sorteio Assunto fora das LUJs - Art 3, par. 4 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Ministro BENJAMIN ZYMLER

Processo TC-015669/2005-4
Interessado Prefeitura Municipal de Rio Maria - PA, FNDE/FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Ministro BENJAMIN ZYMLER

Processo TC-010708/2000-0
Interessado Prefeitura Municipal de Rio do Pires - BA
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro BENJAMIN ZYMLER

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-007179/2006-7
Interessado SEHAC/SECRETARIA ESPECIAL DE HABITAÇÃO E AÇÃO COMUNITARIA
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Ministro GUILHERME PALMEIRA

Processo TC-020081/2004-9
Interessado CNPQ/CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro GUILHERME PALMEIRA

Processo TC-855968/1997-4
Interessado SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INSS NO MATO GROSSO DO SUL
Motivo do Sorteio Assunto fora das LUJs - Art 3, par. 4 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Ministro GUILHERME PALMEIRA

Processo TC-005237/2003-9
Interessado SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INSS - JOÃO PESSOA/PB - INSS/MPS
Motivo do Sorteio Assunto fora das LUJs - Art 3, par. 4 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Ministro GUILHERME PALMEIRA

Processo TC-012965/2006-6
Interessado
Motivo do Sorteio Pedido de Reexame (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro GUILHERME PALMEIRA

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-009043/2005-0
Interessado SEHAC/SECRETARIA ESPECIAL DE HABITAÇÃO E AÇÃO COMUNITARIA
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo TC-018807/2004-8
Interessado
Motivo do Sorteio Pedido de Reexame (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo TC-012587/2001-0
Interessado Prefeitura Municipal de Nova Fátima - BA
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo TC-000233/2005-3
Interessado Prefeitura Municipal de Valente - BA
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo TC-011574/2002-6
Interessado TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE/RJ - JE
Motivo do Sorteio Pedido de Reexame (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro UBIRATAN AGUIAR

SORTEIO DE RELATOR DE PROCESSOS - ADMINISTRATIVOS

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-003214/2005-1
Interessado MARCIO ALEXANDRE PIMENTA LA GRECA
Motivo do Sorteio Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Ministro AUGUSTO NARDES

SORTEIO DE RELATOR DE PROCESSOS - PLENÁRIO

Processo TC-020229/2006-6
Interessado SECEX-RO/SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO EM RONDÔNIA
Motivo do Sorteio Pedido de Reexame (Acórdão)
Classificação Auditoria e inspeção
Relator Sorteado Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo TC-016283/1999-6
Interessado Prefeitura Municipal de Gilbués - PI
Motivo do Sorteio Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo TC-009913/2002-5
Interessado DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO/MS
Motivo do Sorteio Recurso de Revisão ao Plenário contra Deliberação em Relação
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Ministro AUGUSTO NARDES

Processo TC-011767/2003-0
Interessado UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
Motivo do Sorteio Recurso de Revisão ao Plenário contra Deliberação em Relação
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro AUGUSTO NARDES

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-004746/2004-9
Interessado CONGRESSO NACIONAL
Motivo do Sorteio Pedido de Reexame (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro AUGUSTO NARDES

Processo TC-003847/2007-1
Interessado
Motivo do Sorteio Resolução 190/2006
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Ministro BENJAMIN ZYMLER

Processo TC-013870/1997-1
Interessado SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - MF, Murilo Portugal Filho, Geraldo Brindeiro, Haroldo Ferraz da Nob
Motivo do Sorteio Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Ministro BENJAMIN ZYMLER

Processo TC-929608/1998-4
Interessado MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR)
Motivo do Sorteio Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Ministro GUILHERME PALMEIRA

Processo TC-003843/2007-2
Interessado
Motivo do Sorteio Resolução 190/2006
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Ministro GUILHERME PALMEIRA

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-003841/2007-8
Interessado
Motivo do Sorteio Resolução 190/2006
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Ministro GUILHERME PALMEIRA

Processo TC-003845/2007-7
Interessado
Motivo do Sorteio Resolução 190/2006
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Ministro GUILHERME PALMEIRA

Processo TC-002855/2004-4
Interessado TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - JT
Motivo do Sorteio Revisão de ofício - questão de ordem - Ata 33/2006-P
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Ministro MARCOS VINICIOS VILAÇA

Processo TC-002852/2004-2
Interessado
Motivo do Sorteio Revisão de ofício - questão de ordem - Ata 33/2006-P
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Ministro MARCOS VINICIOS VILAÇA

Processo TC-014860/2002-0
Interessado FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS
Motivo do Sorteio Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro MARCOS VINICIOS VILAÇA

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-005730/2004-3
Interessado TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO/RS - JT
Motivo do Sorteio Revisão de ofício - questão de ordem - Ata 33/2006-P
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Ministro MARCOS VINICIOS VILAÇA

Processo TC-013156/2006-8
Interessado
Motivo do Sorteio Revisão de ofício - questão de ordem - Ata 33/2006-P
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo TC-012137/2005-0
Interessado MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR)
Motivo do Sorteio Revisão de ofício - questão de ordem - Ata 33/2006-P
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo TC-020780/2006-6
Interessado
Motivo do Sorteio Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo TC-015465/1999-3
Interessado
Motivo do Sorteio Revisão de ofício - questão de ordem - Ata 33/2006-P
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Ministro VALMIR CAMPELO

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-019401/2004-7
Interessado 4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - TCU
Motivo do Sorteio Pedido de Reexame (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro VALMIR CAMPELO

Processo TC-015654/2004-3
Interessado MAUÁ JURONG S/A/MAUÁ
Motivo do Sorteio Pedido de Reexame (Acórdão)
Classificação Recurso e pedido de reexame
Relator Sorteado Ministro VALMIR CAMPELO

SORTEIO POR CONFLITO DE COMPETÊNCIA

Processo TC-003146/2007-6
Interessado Andre Oliveira Neves
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-011954/2006-8
Interessado Prefeitura Municipal de São João da Baliza - RR, FNDE/FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-021200/2005-4
Interessado LOURIVAL DE SOUZA JALES/LOURIVAL DE SOUZA JALES COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS, ÓTICA,
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-019547/2003-3
Interessado Prefeitura Municipal de Caatiba - BA
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-018012/2006-0
Interessado PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA/PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA, DEPARTAMENTO DE EXTINÇÃO E LIQU
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-007373/2006-4
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-028826/2006-3
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-028927/2006-6
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-028855/2006-5
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-028796/2006-2
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-028791/2006-6
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-028854/2006-8
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-028929/2006-0
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-014944/2004-9
Interessado SERVIÇO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA MARINHA
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-028795/2006-5
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-028787/2006-3
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-004508/2006-3
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-028430/2006-4
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-028801/2006-4
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-022508/2006-1
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-000034/2007-6
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-007440/2005-0
Interessado MINISTÉRIO DA DEFESA/COMANDO DO EXÉRCITO (VINCULADOR)
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-029488/2006-9
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-014999/2005-5
Interessado TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE/PE - JE
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-002617/2007-7
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-004127/2005-9
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-006684/2000-0
Interessado CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - MCT
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-028812/2006-8
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-000817/2007-9
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-028816/2006-7
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-029520/2006-8
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-029519/2006-7
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-023463/2006-2
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-023432/2006-6
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-004831/2007-6
Interessado PROCURADORIA DA REPÚBLICA/PR - MPF/MPU
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-004539/2007-8
Interessado Interessado: Identidade preservada (art. 55, § 1º, da Lei nº 8.443/92 c/c art. 66, § 4º, da Resoluçã
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-004990/2007-2
Interessado CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA-MG
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-029481/2006-8
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-028857/2006-0
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-028926/2006-9
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-028856/2006-2
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-028822/2006-4
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-025865/2006-8
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-004912/2006-8
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-002928/2007-7
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-019190/2002-4
Interessado Ministério dos Transportes (EXCLUÍDA)
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-004460/2007-6
Interessado MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-019560/2003-5
Interessado Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio - BA
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-001413/2007-2
Interessado /PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-004713/2003-0
Interessado FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-005005/2007-7
Interessado APAE DA SERRA/APAE DA SERRA
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-001545/2006-3
Interessado ÍNDIOS INDUSTRIAIS E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUIMICOS EXPLOSIVOS E ESPETÁCULOS PIROTÉCNICOS LTDA/ÍNDIOS
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-028686/2006-0
Interessado Tribunal de Contas do Estado de Tocantins
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-015795/2005-0
Interessado SÉTIMA REGIÃO MILITAR
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Processo TC-005225/2007-0
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Ministro GUILHERME PALMEIRA

Processo TC-004666/2007-0
Interessado JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA/AL - TRF-5
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-011121/2006-3
Interessado TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE/RR - JE
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-005683/2007-6
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-020556/2004-3
Interessado Prefeitura Municipal de Santo Estêvão - BA
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-016261/2006-7
Interessado TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE/GO - JE
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-000897/2007-0
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-002031/2006-5
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-003882/2007-0
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-026983/2006-6
Interessado Prefeitura Municipal de Mucajaí - RR
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-010318/2005-6
Interessado PREFEITURA MILITAR DE BRASILIA-PMB
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-028782/2006-7
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-000819/2007-3
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-028956/2006-8
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-018928/2005-1
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-028564/2006-8
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-004906/2006-0
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-023469/2006-6
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-028907/2006-3
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-028789/2006-8
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-026267/2006-4
Interessado Interessado: Identidade preservada (art. 55, § 1º, da Lei nº 8.443/92 c/c art. 66, § 4º, da Resoluçã
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-028511/2006-4
Interessado TORINO INFORMÁTICA LTDA./TORINO INFORMÁTICA LTDA.
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-028821/2006-7
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-029489/2006-6
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-029487/2006-1
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-000182/2006-0
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-002454/2007-0
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-002431/2007-5
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-029518/2006-0
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-000029/2007-6
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-028803/2006-9
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-028800/2006-7
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-004502/2006-0
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-028792/2006-3
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-014756/2005-7
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-018533/2006-8
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-029517/2006-2
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-028793/2006-0
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-028908/2006-0
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-014880/2005-8
Interessado QUINTA REGIÃO MILITAR
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-002042/2006-9
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-000180/2006-6
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-003781/2007-8
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-002462/2007-1
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Data do Sorteio 07/03/2007
Processo TC-003314/2007-3
Interessado PROCURADORIA DA REPÚBLICA/ES - MPF/MPU
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-014829/2004-7
Interessado MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR), FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-023274/2006-5
Interessado Prefeitura Municipal de Pacaraima - RR
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação TC, PC, TCE
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

Processo TC-004351/2007-1
Interessado
Motivo do Sorteio Conflito de Competência - Art. 25 da Res. 64/96
Classificação Outros assuntos
Relator Sorteado Auditor MARCOS BEMQUERER

PROCESSOS RELACIONADOS

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos apresentadas pelos respectivos Relatores e proferiu os Acórdãos de nºs 251 a 263, a seguir transcritos e incluídos no Anexo III desta Ata (Regimento Interno, artigos 93, 94, 95, inciso V, 105 e 143).

Ministro VALMIR CAMPELO (Relação nº 13/2007):

ACÓRDÃO Nº 251/2007 - TCU - PLENÁRIO

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em 7/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "e" do Regimento Interno, em autorizar novo prazo improrrogável de mais 60 (sessenta) dias, a findar em 31.3.2007, para que a Secretaria de Saúde do Ministério da Educação e a Caixa Econômica Federal apresentem a este Tribunal cópia do contrato para a operacionalização do Programa do Fundo do Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), firmado entre as partes, consoante disposto no item 9.1.1 do Acórdão nº 914/2006 - TCU - Plenário, de acordo com a proposta da Unidade Técnica:

1. TC-014.284/2005-4 - Anexos: 5 Apenso(s): 020.067/2004-0 (junto: 018.861/04-2) - Lote: 42334668
Classe de Assunto: V
Entidade: Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e Caixa Econômica Federal

ACÓRDÃO Nº 252/2007 - TCU - PLENÁRIO

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em 7/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 230, 231 e § 2º do art. 232 do RI/TCU, não conhecer da solicitação de fiscalização, de acordo com a proposta da Unidade Técnica, em razão de não estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal e no art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/92, dando-se ciência deste Acórdão ao solicitante, esclarecendo na oportunidade, que:

I - o Tribunal, por imposição constitucional, legal e regulamentar (cf. art. 71, IV, da Constituição Federal, c/c o art. 38, I, da Lei nº 8.443/1992 e art. 232 do RI/TCU) está adstrito a atender, exclusivamente, pedido de realização de auditoria e inspeções que tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou pelas respectivas Comissões Técnicas ou de Inquérito:

II - o Ofício de nº 6352/06-777/06-COR/NUDI/SR/DPF/PE (Ref.: IPL 777/06) não veio acompanhado de indícios que justificassem sua autuação como representação para apuração dos fatos denunciados;

III - que não foram identificados, no âmbito do Tribunal processos da Prefeitura de Nazaré da Mata referente aos programas de governo e ao convênio mencionados na solicitação; e

III - arquivar o processo.

1. TC-000.566/2007-7
Classe de Assunto: VII
Responsável: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO
Entidade: Prefeitura Municipal de Nazaré da Mata - PE

Ministro GUILHERME PALMEIRA (Relação nº 9/2007):

ACÓRDÃO Nº 253/2007 - TCU - PLENÁRIO

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em7/3/2007; ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II; e 41 a 47, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso II, 230 a 233, 249 a 252 do Regimento Interno, em mandar fazer as determinações sugeridas, adiante transcritas, e promover a juntada dos autos às respectivas contas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

TC-021.828/2006-6 (com 2 anexos)
Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
Entidade: Fundação Universidade do Rio Grande-FURG
Responsável: João Carlos Brahm Cousin (Reitor, CPF n.º 212.082.630-72)

1. Determinar à Universidade que:

1.1 aperfeiçoe a sistemática de recebimento e registro patrimonial dos bens adquiridos no âmbito dos projetos desenvolvidos com suas fundações de apoio e desenvolva mecanismos que assegurem a incorporação desses bens ao patrimônio da Universidade, conferindo transparência e permitindo o acesso a informações consolidadas;

1.2 defina, no âmbito institucional, o que pode ser entendido como participação esporádica nas atividades previstas no *caput* do art. 4º da Lei n.º 8.958/1994 e em que situações os seus servidores poderão perceber remuneração complementar paga pelas fundações de apoio, possibilitando tratamento uniforme na Universidade;

1.3 adote mecanismos que garantam a celebração de termo formal e específico de convênio ou contrato com as fundações de apoio para execução de todas ações apoiadas por essas, quer sejam custeadas com recursos orçamentários ou não, em conformidade com o disposto na Lei n.º 8.958/1994 e no Decreto n.º 5.205/2004, abstendo-se de firmar qualquer ajuste com base em convênio ou termo de cooperação geral (guarda-chuva);

1.4 não permita que suas fundações de apoio celebrem acordos, convênios ou ajustes que envolvam sua participação sem que estejam definidas com clareza, nos termos de formalização, as atribuições da Universidade, nos moldes definidos no § 1º do art. 1º da IN/STN n.º 01/1997, e sem que sejam também assinados pelo Reitor da Universidade;

1.5 não transfira à Fundação de Apoio a prática de atos de competência exclusiva de unidade integrante da estrutura da Universidade, que não possam ser executados em caráter personalíssimo pela fundação e que não sejam compatíveis com a sua área de atuação, por se configurar como mera intermediação, a exemplo das contratações para realização de obras ou aquisição de equipamentos;

1.6 proceda ao registro no SIAFI e no SIASG de todos os convênios e termos aditivos firmados entre ela e as suas fundações de apoio;

1.7 adote de imediato mecanismos que assegurem que os rendimentos das aplicações financeiras dos projetos desenvolvidos com recursos não previstos no Orçamento Geral da União sejam alocados nos próprios projetos ou, caso não sejam necessários para a consecução do objeto desses, faça a transferência do respectivo valor para a conta única do Tesouro Nacional;

1.8 exija da FAURG que a conta bancária, utilizada para movimentação dos valores dos projetos financiados com recursos arrecadados diretamente pela FAURG em nome da FURG e que não envolvam recursos consignados no Orçamento da União (conta corrente 7828-X do Banco do Brasil, Agência 0084-1), seja específica, destinada exclusivamente aos projetos desenvolvidos com a Universidade, e que a conta contábil se refira a apenas um projeto e nela estejam lançadas todas as movimentações de despesa e receita vinculadas ao projeto, e em cujo extrato os depósitos sejam individualizados e a origem esteja identificada, vedado qualquer recebimento em tesouraria;

1.9 nos convênios celebrados com a FAURG e FAHERG, efetue o ressarcimento a essas devido com base em critérios definidos, de modo a apropriar adequadamente os custos fixos e variáveis pertinentes a cada projeto. Observe ainda que, nos convênios que envolvam recursos federais, oriundos de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, os custos operacionais não poderão ser pagos com recursos do próprio convênio, em face da vedação constante na IN STN n.º 01/1997;

1.10 adote medidas visando garantir que as sobras de recursos dos projetos executados com o apoio da FAURG e da FAHERG sejam efetivamente transferidas à conta única do Tesouro Nacional, no momento da conclusão dos projetos, depois de liquidadas todas as despesas relativas a sua execução, à luz da regra da unidade de tesouraria evidenciada nos arts. 56 da Lei n.º 4.320/64 e 1º do Decreto n.º 93.872/86, quer tenha a execução se dado com recursos previstos no Orçamento Geral da União, quer tenham sido arrecadados diretamente pelas fundações em nome da Universidade;

1.11 a cada ingresso de recurso, adote medidas para garantir o tempestivo depósito na conta única das receitas oriundas da taxa de indenização devida pela utilização da infra-estrutura, preservando o princípio da unidade de tesouraria evidenciado nos arts. 56 da Lei n.º 4.320/1964 e 1º do Decreto n.º 93.872/1986, estando vedado qualquer procedimento contrário que institua fundo paralelo;

1.12 encaminhe à SECEX/RS, no prazo de 365 dias, contados da ciência da presente decisão, cópia do comprovante do depósito na conta única dos recursos referidos nos itens 1.7, 1.10 e 1.11, acima, de modo que não persistam mais sobras de recursos de projetos encerrados, quer se refiram a rendimentos, a receitas de taxas de indenização pela utilização de infra-estrutura, ou a qualquer outro título;

1.13 exija das suas fundações de apoio, nas avenças celebradas com a Universidade, que:

a) apresentem prestação de contas periódica, composta por documentos suficientes a atestar a boa e regular aplicação dos recursos (comprovantes fiscais, extrato bancário juntamente com o extrato da conta contábil e respectiva conciliação, ata das licitações e relatório de execução física), a qual deverá ser analisada e receber aprovação no âmbito da Universidade, evidenciando assim a comprovação da fiel execução dos objetos dos convênios, contratos ou ajustes e sua correta execução financeira e viabilizando a fiscalização por parte dos controles interno e externo, bem como procedendo à glosa de todas as despesas efetuadas que não tenham previsão legal para sua realização e que não estejam contempladas no Plano de Trabalho;

b) cumpram o disposto na Lei n.º 8.666/1993, em especial o art. 23, adequando a modalidade licitatória ao valor orçado para as aquisições ou serviços de mesma natureza previstos para o exercício, optando por efetuar na de maior valor em caso de impossibilidade de prever o montante, incluindo-se a contratação da prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas;

c) observem, nos casos de convite, a exigência de, no mínimo, três propostas aptas à seleção, nos termos do § 3º do art. 22 da Lei n.º 8.666/1993, ressalvadas as hipóteses de manifesto desinteresse dos participantes ou limitações do mercado, conforme previsto no § 7º do citado artigo, o que só fica caracterizado quando, depois de repetida a licitação com a convocação de outros possíveis interessados, não acorrerem novamente três licitantes habilitados, devendo tais circunstâncias estarem devidamente justificadas no processo.

2. Recomendar à FURG que:

2.1 elabore normativos que detalhem os enunciados gerais contidos na Deliberação CODEP n.º 19/2003, de modo a regular as situações específicas e rotineiras que permeiam as suas relações com as fundações de apoio, em especial no que tange: a forma como deve ser efetuada a entrega dos bens adquiridos nos projetos de modo a agilizar e assegurar a apropriação ao patrimônio da Universidade; a participação, remunerada ou não, dos servidores em projetos desenvolvidos conjuntamente com as fundações; apropriação das aplicações financeiras dos projetos; apresentação e análise das prestações de contas elaboradas pelas fundações, independentemente da fonte financiadora;

2.2 sugira à FAURG que implemente em sua página na Internet um módulo específico para controle dos bens adquiridos por projeto ou aperfeiçoe o extrato por rubrica, de modo que tanto um como o outro contemplem a descrição e valor do bem e a sua situação patrimonial (número de tombamento);

2.3 juntamente com a FAHERG, estude a viabilidade de implantação de um sistema informatizado para controle dos projetos, nos moldes do utilizado pela FAURG, com acesso permitido às instâncias de controle da Universidade.

3. Alertar a FURG que a autorização para que seus servidores exerçam cargos diretivos nas suas fundações de apoio deverá ser formalizada pela instituição apoiada e poderá ser mantida enquanto não ocasionar prejuízo às atribuições funcionais dos mesmos, nos termos do disposto no § 1º do art. 4º do Decreto n.º 5.205/2004.

4. Comunicar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo em vista a determinação constante no Acórdão n.º 523/2003-Plenário, item 9.1.2, que, em novembro de 2006, a Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG contava com 275 empregados prestando serviços no Hospital Universitário, contratados pela Fundação de Apoio ao Hospital de Ensino do Rio Grande, e 09 empregados contratados pela Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande desenvolvendo atividades na Rádio e na TV FURG, em razão da não-autorização para a realização de concurso público pelo MEC, situação essa que deverá ser considerada por ocasião do levantamento quantitativo de trabalhadores terceirizados exercendo atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos dos órgãos ou entidades.

5. Autorizar, desde já, o monitoramento das medidas constantes deste Acórdão.

Ministro UBIRATAN AGUIAR (Relações nºs 2 e 3/2007):

ACÓRDÃO Nº 254/2007 - TCU - PLENÁRIO

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Ordinária do Plenário, em 7/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 1.043/2006-TCU-Plenário, prolatado na Sessão de 28/06/2006, Ata nº 26/2006, relativamente aos subitens:

9.1.1.3., onde se lê: número de alunos tempo integral, leia-se: número de alunos tempo integral e número de alunos equivalentes;

9.1.2.1., onde se lê: custo corrente/número de alunos tempo integral (a ser apresentado em dois valores: um calculado com os 35% das despesas dos Hus e outro excluindo essas despesas), leia-se: custo corrente/número de alunos equivalentes (a ser apresentado em dois valores: um calculado com os 35% das despesas dos Hus e outro excluindo essas despesas);

9.3., onde se lê: recomendar às Instituições Federais de Ensino Superior vinculadas à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação que apresentem, nos respectivos relatórios de gestão das contas anuais, análises sobre os dados (indicadores e componentes) mencionados nos subitens 9.1.1 a **9.1.2.9.11** acima, consideradas as séries históricas a partir do exercício de 2002, com exame dos aspectos relevantes da evolução constatada, - leia-se: recomendar às Instituições Federais de ensino Superior vinculadas à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação que apresentem, nos respectivos relatórios de gestão das contas anuais, análises sobre os dados (indicadores e componentes) mencionados nos subitens 9.1.1 a **9.1.2.11** acima, consideradas as séries históricas a partir do exercício de 2002, com exame dos aspectos relevantes da evolução constatada;

9.4.1., onde se lê: divulgue os indicadores de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior, após realização da **auditoria** anual sobre os dados brutos utilizados por aquelas IFES no cálculo dos indicadores; leia-se: divulgue os indicadores de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior, após realização da **verificação e ajuste** anual sobre os dados brutos utilizados por aquelas IFES no cálculo dos indicadores; e

alterar o nome "Secretaria de Ensino Superior" para "Secretaria de Educação Superior", mantendo-se os demais termos do Acórdão ora ratificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1 - TC 016.229/1999-1 (com 4 volumes)
Classe de Assunto: V
Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Interessada: 6ª Secex

ACÓRDÃO Nº 255/2007 - TCU - PLENÁRIO

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em 7/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, incisos I. II e IV; 41 a 47 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, II e VII; 230 a 233; 243; 246; 249 a 252; 256 e 257 do Regimento Interno, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em preliminarmente, converter o processo em Tomada de Contas Especial autorizando a citação do Sr. Luiz Cabral de Oliveira Filho - Prefeito do Município do Cabo de Santo Agostinho e da Empresa KM Empreendimentos Ltda, bem como a audiência do Sr. Luiz Cabral de Oliveira Filho - Prefeito do Município do Cabo de Santo Agostinho, Sr. José de Arimatéia Jerônimo dos Santos - Secretário Executivo de Educação, Srªs Eliana Ferreira Soares - Presidente da Comissão de Licitação, Ana Cláudia Cavalcanti e Cristiane Cavalcanti dos Santos - membros da Comissão de Licitação.

1 - TC 023.223/2006-6 (com 4 anexos)
Classe de Assunto : V
Responsáveis: Luiz Cabral de Oliveira Filho (CPF 113.452.924-49), José de Arimatéia Jerônimo dos Santos (CPF 292.163.034-68), Eliana Ferreira Soares (CPF 153.471.414-68), Ana Cláudia Cavalcanti (CPF 735.521.274-53), Cristiane Cavalcanti dos Santos (CPF 076.418.064-90), KM Empreendimentos Ltda (CNPJ 00.449.696/0001-38).
Entidade: Município Cabo de Santo Agostinho/PE
Interessada: Secex/PE

Ministro BENJAMIN ZYMLER (Relação nº 9/2007):

ACÓRDÃO Nº 256/2007 - TCU - PLENÁRIO

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em 7/3/2007, com fundamento no inciso I do art. 1º e no art. 43 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 169, inciso IV, do Regimento Interno, na linha dos pronunciamentos emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, ordenar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem prejuízo das determinações propostas.

TC 025.016/2006-0
Classe de Assunto : V
Unidade: Caixa Econômica Federal
Determinações
1.- À Caixa Econômica Federal:
1.1- Que todas as unidades encarregadas da gestão de contratos de repasse atentem, em especial quando da elaboração do relatório de verificação do processo licitatório, para a obrigatoriedade de no mínimo três propostas válidas para que as licitações na modalidade “convite” sejam consideradas regulares, ressalvadas as hipóteses previstas no parágrafo 7º do art. 22 da Lei nº 8.666/1993.

ACÓRDÃO Nº 257/2007 - TCU - PLENÁRIO

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em 7/3/2007, com fundamento no inciso I, art. 1º c/c art. 212 do Regimento Interno, ACORDAM determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado.

TC 027.246/2006-9
Classe de Assunto : V
Unidade: Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN/MDS

ACÓRDÃO Nº 258/2007 - TCU - PLENÁRIO

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em 7/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos I. II e IV; 41 a 47 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos

TC 019.832/2005-3
Classe de Assunto : VII
Unidades: Prefeitura Municipal de Alegre/ES , Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Responsável: José Carlos de Oliveira, CPF 283.524.757-20.
Determinações
1.- Ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE:
1.1- Proceder ao reexame das prestações de contas dos recursos repassado à Prefeitura Municipal de Alegre/ES, alusivos ao Programa Dinheiro Direto na Escola Situação Emergencial - PDDEE e ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, exercício de 2004, de modo a avaliar a eventual repercussão dos elementos coletados pela Comissão Especial de Inquérito - CEI instaurada no âmbito da Câmara Municipal de Alegre/ES, e promova, se for o caso, a instauração de tomada de contas especial, conforme disciplinado pelo art. 8º da lei nº 8.443/92;
1.2- Ultimar a instauração da Tomada de Contas Especial relativa aos recursos repassados à Prefeitura Municipal de Alegre/ES à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, exercícios de 2004, incorporando à sua análise os elementos coletados pela mencionada Comissão Especial de Inquérito, e remeta, no prazo de 60 (sessenta) dias, o correspondente processo à Secretaria Federal de Controle Interno;
1.3 - Que, relativamente ao Convênio nº 804537/04, firmado com a Prefeitura Municipal de Alegre/ES, promova o exame das constatações levantadas pela citada Comissão Especial de Inquérito - CEI em conjunto com a respectiva prestação de contas, caso apresentada, posicionando-se acerca da necessidade, ou não, de instauração de tomada de contas especial, nos termos do art. 8º da Lei nº 8.443/92;
1.4- Dar ciência a este Tribunal das providências adotadas, no prazo de 60 (sessenta) dias, fazendo encaminhar cópia da documentação relativa aos atos praticados e aos pareceres emitidos.

2. À Secex-ES:
2.1- Encaminhe ao FNDE, como subsídio, cópia das fls. 29/33 do Volume Principal e dos quatro volumes que compões o Anexo I.

ACÓRDÃO Nº 259/2007 - TCU - PLENÁRIO

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em 7/3/2007, com fundamento no inciso V, alínea e, do art. 143, c/c com o artigo 183 do Regimento Interno, na linha dos pronunciamentos emitidos nos autos, ACORDAM em autorizar a prorrogação de prazo solicitada.

TC 016.586/2005-4
Classe de Assunto : VII
Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá - ES
Responsável: Hilário Hoepke, CPF 527.044.677-49;

ACÓRDÃO Nº 260/2007 - TCU - PLENÁRIO

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em 7/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos I. II e IV; 41 a 47 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la procedente, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos

TC 002.200/2007-8
Classe de Assunto : VII
Unidade: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Determinações
1. Ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
1.1- Abster-se de exigir, em futuros procedimentos licitatórios, como condição para habilitação, documentação de regularidade fiscal além daquela estabelecida no art. 29 da Lei nº 8.666/93, a exemplo de declaração expedida por entidade sindical acerca do encaminhamento de Guias de Previdência Social

2.- À 3ª Secex:
2.1- Dar ciência da deliberação a ser adotada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e à Ouvidoria do TCU;
2.2- Arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 261/2007 - TCU - PLENÁRIO

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em 7/3/2007, com fundamento no inciso I do art. 1º e no art. 43 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 169, inciso IV, do Regimento Interno, na linha dos pronunciamentos emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, ordenar o arquivamento do processo a seguir relacionado.

TC 004.571/2007-5
Classe de Assunto : I
Unidade: Procuradoria da República em Goiás

Auditor MARCOS BEMQUERER COSTA (Relação nº 26/2007):

ACÓRDÃO Nº 262/2007 - TCU - PLENÁRIO

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário de 7/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, c/c o art. 9º da Resolução/TCU n. 178/2005, em indeferir o pleito do responsável, uma vez que o presente processo de cobrança executiva cessou sua tramitação no âmbito do TCU, porquanto já foi encaminhado à Advocacia-Geral da União, em 6/11/2006, para adoção das providências de sua alçada, arquivando-se os autos, sem prejuízo de enviar cópia desta deliberação e da instrução (fls. 60/63) ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. TC 014.854/2005-8
Classe de Assunto: V
Responsável: João Soares Gomes, CPF n. 026.683.432-91, ex-Presidente do CRECI/AM/RR.
Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 18ª Região - CRECI/AM/RR.

ACÓRDÃO Nº 263/2007 - TCU - PLENÁRIO

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário de 7/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 263 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em não conhecer da solicitação formulada pelo Sr. Reginaldo Emmerich de Souza, Juiz Classista aposentado do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de que seja dada ciência desta deliberação e da instrução de fls. 5/6 ao interessado:

1. TC-027.734/2006-5
Classe de Assunto: VII
Interessado: Sr. Reginaldo Emmerich de Souza, CPF n. 017.199.988-68.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

O Plenário examinou, de forma unitária, os processos a seguir listados e proferiu os Acórdãos de nºs 264 a 268, 270 a 297, incluídos no Anexo IV desta Ata, juntamente com os relatórios, votos e declarações de voto, bem como dos pareceres em que se fundamentaram (Regimento Interno, artigos 15, 16, 95, inciso VI, 105 a 109, 133, incisos VI e VII, 141, §§ 1º a 6º e 8º, 67, inciso V e 126).

Processos nºs TC-003.923/2006-7, TC-005.826/2006-2, TC-005.830/2006-5, TC-006.018/2006-1, TC-012.030/2001-0, TC-013.757/2004-1, TC-013.874/2006-4, TC-019.177/2003-0 e TC-021.829/2006-3, relatados pelo Ministro Marcos Vinícios Vilaça;
Processos nºs TC-004.287/2004-4, TC-011.320/2003-2, TC-016.029/1999-2 e TC-500.086/1998-2, relatados pelo Ministro Valmir Campelo;
Processos nºs TC-000.470/2007-4, TC-002.816/2005-4, TC-004.326/2005-2, TC-007.025/1999-8, TC-008.844/2005-6 e TC-013.577/2006-0, relatados pelo Ministro Guilherme Palmeira;
Processos nºs TC-005.119/2005-1, TC-012.583/2006-2, TC-012.743/2006-8, TC-019.995/2005-9 e TC-025.819/2006-5, relatados pelo Ministro Ubiratan Aguiar;
Processos nºs TC-004.375/2005-7, TC-007.371/2003-5, TC-009.401/2006-0, TC-014.553/2000-3, TC-016.128/2003-2, TC-020.314/2005-0 e TC-021.228/2006-3, relatados pelo Ministro Benjamin Zymler; e
Processos nºs TC-010.819/2006-9 e TC-011.021/2006-8, relatados pelo Auditor Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

ACÓRDÃO Nº 264/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo nº TC-019.177/2003-0 (com 3 volumes e 3 anexos) - Apensados: TC-025.297/2006-9 e TC-025.298/2006-6
2. Grupo I, Classe de Assunto I - Recurso de Revisão
3. Órgão: Prefeitura Municipal de Conceição/PB
4. Recorrente/Responsável: João Deon Benício Diniz (ex-prefeito, CPF 300.830.444-34)
5. Relator: Ministro Marcos Vinicios Vilaça
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidades Técnicas: Secex/PB e Serur
8. Advogados constituídos nos autos: Antônio Martildes Leite (OAB/PB nº 3.579) e José Marcílio Batista (OAB/PB nº 8.535)

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, agora em fase de recurso de revisão contra o Acórdão nº 770/2005-2ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32 e 35 da Lei nº 8.443/92, em:
9.1. não conhecer deste recurso de revisão, por não atender aos requisitos de admissibilidade; e
9.2. notificar o recorrente a respeito deste acórdão.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0264-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça (Relator), Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 265/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo TC-016.029/1999-2 (c/ 3 volumes e 2 anexos)
1.1. Apenso: TC-006.591/1995-7 (c/ 7 volumes)
2. Grupo II, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração.
3. Interessado/Recorrente: José Alves Vieira Guedes, ex-Prefeito
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos pelo Sr. José Alves Vieira Guedes, contra o Acórdão n. 1.711/2006-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. com fundamento no art. 34 da Lei n. 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno, conhecer dos presentes Embargos de Declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento e em conseqüência manter inalterado o Acórdão n. 1.711/2006-TCU-Plenário;

9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao embargante.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário

11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0265-08/07-P

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo (Relator), Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 266/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo TC-004.287/2004-4 (com 7 volumes e 1 anexo)

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame

3. Recorrente: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)

3.1. Interessado: Congresso Nacional

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Ubiratan Aguiar

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos(Serur)

8. Advogados constituídos nos autos: Dr. Alexandre Luis Bragança Penteado (OAB/RJ n. 88.979); Dr. Antonio Medeiros Jr. (OAB/RJ n. 1.758-B); Dr. Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ n. 67.460); Dr. Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ n. 37.506); Dr. Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ n. 58.476); Dr. Ésio Costa Júnior (OAB/RJ n. 59.121); Dr. Sergio Barreira Belerique (OAB/RJ n. 63.114); Dr. Adriana de Oliveira Varella Molina (OAB/RJ n. 117.522); Dr. Walter de Sá Leitão (OAB/RJ n. 15.802); Dr. João de Campos Gomes (OAB/RJ n. 64.984); Dr. Ezequiel Balfour Levy (OAB/RJ n. 60.574); Dr. Luciano Cláudio Lage Guimarães Mendes (OAB/RJ n. 110.070-A); Dra. Margareth Michels Bilhalva (OAB/RJ n. 115.565); Dr. Antonino Medeiros Júnior (OAB/RJ n. 1.758-B); Dr. Dirceu Candido Silveira Júnior (OAB/RJ n. 120.435); Dra. Leila Maria Costa de Castro (OAB/RJ n. 20.993); Dr. José Roque Júnior (OAB/RJ n. 58.543); Dr. Leonardo Nunes da Cunha Filho (OAB/RJ n. 116.503 e OAB-MS 5.412); Dra. Estela Rosa Federmann Saito (OAB/RJ n. 118.513); Dra. Flavia Medina Vilhena (OAB/RJ n. 91.822); Dr. Fabio Marques Aragão da Silva (OAB/RJ n. 86.228); Dra. Maria Ilha e Mar Rodrigues Soares (OAB/RJ n. 40.355); Dra. Eliane Maria Carvalho de Campos (OAB/RJ n. 122.486); Dra. Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ n. 117.360); Dra. Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ n. 121.235); Dr. Luis Cláudio Martins de Araújo (OAB/RJ n. 116.997); Dra. Ana Paula Mioni Acuy (OAB/RJ n. 107.126); Dra. Daniela Couto da Silva (OAB/RJ n. 115.470); Dr. Gustavo Ribeiro Ferreira (OAB/RJ n. 104.339); Dr. Carlos Castro Cabral de Macedo (OAB/RJ n. 116.763); Dr. Augusto Moraes Haddad (OAB/RJ n. 120.162); Dra. Andrea Damiani Maia (OAB/RJ n. 113.985); Dr. Candido Ferreira da Cunha Lobo (OAB/RJ n. 49.659); Dr. Leonir de Souza Ramos (OAB/DF n. 3.492); Dr. Pedro Lucas Lindoso (OAB/DF n. 4.543); Dr. Ruy Jorge Rodrigues Pereira Filho (OAB/DF n. 1.226); Dr. Marcos César Veiga Rios (OAB/DF n. 10.610); Dr. Claudismar Zupiroli (OAB/DF n. 12.250)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras contra o Acórdão 1.262/2004-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame, com fundamento no art. 48, parágrafo único, da Lei n. 8.443/92 c/c o art. 286, parágrafo único, do Regimento Interno, para, no mérito, negar-lhe provimento e, em conseqüência, manter o Acórdão n. 1.262/2004-TCU-Plenário em seus exatos termos;

9.2. determinar à Segecex que realize estudos a serem submetidos à Presidência do Tribunal, acerca dos seguintes temas:

9.2.1. estabelecimento de normas procedimentais de forma a regular a obtenção e o tratamento de informações obtidas por servidores desta Casa diretamente em todo e qualquer sistema de informação dos órgãos e entidades da administração pública, visando, especialmente, disciplinar a publicidade das mesmas e o seu grau de confidencialidade, respeitados os princípios constitucionais e normas legais aplicáveis à espécie;

9.2.2. adoção de procedimentos que objetivem dar conhecimento expresso e formal, aos destinatários das deliberações do Tribunal, do entendimento adotado em caráter normativo na Decisão Plenária 188/1995, no sentido de que o efeito suspensivo dos pedidos de reconsideração e de reexame, bem como dos embargos de declaração, interpostos contra as decisões do Tribunal, suspende provisoriamente os efeitos da decisão até o julgamento do recurso, mas não autoriza a recorrente a, antes do pronunciamento do Tribunal sobre o mérito do recurso, praticar qualquer ato ou adotar qualquer providência que direta ou indiretamente contrarie o teor da decisão atacada, sujeitando o infrator à multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.3. encaminhar a matéria tratada na Decisão Plenária n. 188/1995 à Comissão de Jurisprudência a fim de que esta avalie a possibilidade de sumulá-la, ante a sua relevância;

9.4. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à recorrente.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário

11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0266-08/07-P

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo (Relator), Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 267/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo TC-011.320/2003-2 (com 24 volumes e 2 anexos)

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame

3. Recorrente: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás)

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás)

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Ubiratan Aguiar

5.2. Redator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Dr. Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos(Serur)

8. Advogados constituídos nos autos: Dr. Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460); Dr. Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506); Dr. Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ 58.476); Dr. Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121); Dr. Marcos de Oliveira Araújo (OAB/RJ 49.940); Dr. Wilson José Monteiro (OAB/RJ 57.207); Dra Marta Carvalho Giambroni (OAB/RJ 64.871); Dra. Claudia Padilha de Araújo Gomes (OAB/RJ 119.361); Dr. Alexandre Luis Bragança Penteado (OAB/RJ n. 64.984); Dr. Eduardo Valiante de Rezende (OAB/RJ 114.485); Dra. Andrea Damiani Maia (OAB/RJ 113.985); Dra. Mariana Guimarães Lima (OAB/RJ 123.930); Dr. Diogo Jorge Favacho dos Santos (OAB/RJ 114.256); Dr. Rodrigo Mello da Motta Lima (OAB/RJ 122.090); Dr. Alex Azevedo Messeder (OAB/RJ 119.233); Dr. Antonio Carlos Motta Lins (OAB/RJ 55.070); Dr. Marcos César Veiga Rios (OAB/DF 10.610); Dr. Frederico R. Barcelos de Souza (OAB/DF 16.845); Dr. Candido Ferreira da Cunha Lobo (OAB/RJ 49.659); Dr. Lenoir de Souza Ramos (OAB/DF 3.492); Dr. Pedro Lucas Lindoso (OAB/DF 4.543); Dr. Ruy Jorge Rodrigues Pereira Filho (OAB/DF 1.226);Dr. Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969); Dr. Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, em relação ao subitem 9.2.4 do Acórdão n. 2.006/2005-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame, com fundamento no art. 48, parágrafo único, da Lei n. 8.443/92 c/c o art. 286, parágrafo único, do Regimento Interno, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. manter em seus exatos termos o Acórdão n. 2.006/2005-TCU-Plenário;

9.3. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à recorrente.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário

11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0267-08/07-P

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo (Relator), Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 268/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo TC-500.086/1998-2 (com 3 anexos).

2. Grupo I, Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.

3. Recorrente: Ubaldo Ataíde Cavalcante (CPF 001.551.521-49).

4. Unidade Jurisdicionada: Justiça Federal - Seção Judiciária de Pernambuco.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - SERUR.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto por Ubaldo Ataíde Cavalcante (CPF 001.551.521-49), contra o Acórdão nº 336/2006-TCU- Plenário, pelo qual este Tribunal deu provimento ao Recurso de Revisão interposto pelo Ministério Público junto ao TCU, para reformar a deliberação proferida pela 1ª Câmara, na Sessão de 21/7/1998, Ata n. 24/98, Relação nº 38/98, do Gabinete do Ministro Humberto Guimarães Souto.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. conhecer do presente Recurso de Reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão recorrido;

9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao recorrente e à Justiça Federal - Seção Judiciária de Pernambuco

10. Ata n° 8/2007 - Plenário

11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0268-08/07-P

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo (Relator), Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.

13.2. Ministro que alegou impedimento na sessão: Marcos Vinicios Vilaça.

13.3. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 270/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo TC-019.995/2005-9 (c/ 12 anexos e estes com 11 volumes)

2. Grupo I - Classe I - Embargos de Declaração

3. Interessado: Empresa Giovanni, FCB S/A

4. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR

5.1. Relator da deliberação recorrida: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: 6ª Secex

8. Advogado constituído nos autos: Ney Martins Gaspar (OAB/SP nº 30.370)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão nº 222/2006-Plenário, item 9.4, proferido nos autos da Representação da 1ª Secex, acerca de supostas irregularidades verificadas em contratações de serviços de publicidade efetuadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei n.º 8.443/92, conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao interssado.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário

11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0270-08/07-P

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar (Relator) e Benjamin Zymler.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 271/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo TC nº 007.371/2003-5

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração

3. Interessado: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União

4. Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel

4.1 Responsável: José Mário de Miranda Abdo - Diretor-Presidente da Aneel

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Dr. Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de Embargos de Declaração opostos pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União contra o Acórdão nº 1.756/2004 - Plenário, proferido na sessão de 10/11/2004 - Ata nº 43/2004, por meio do qual foi dado provimento aos embargos de declaração anteriormente opostos pelo Sr. José Mário de Miranda Abdo, Diretor-Presidente da Aneel, contra o Acórdão nº 555/2004 - Plenário, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, ACORDAM em:

9.1 - conhecer dos presentes Embargos de Declaração, nos termos dos arts. 32, II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2 - dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, ao embargante, à Aneel e à Eletropaulo;

9.3 - encaminhar os presentes autos à Secretaria de Recursos, visando à realização do exame preliminar de admissibilidade do recurso apresentado pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S. A.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0271-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler (Relator).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 272/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo TC nº 016.128/2003-2
2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração
3. Interessado: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
4. Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel
4.1 Responsável: José Mário de Miranda Abdo - Diretor-Presidente da Aneel
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Advogados constituídos nos autos: Arthur Lima Guedes (OAB/DF nº 18.073) e Luiz Custódio de Lima Barbosa (OAB/DF nº 791)

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de Embargos de Declaração opostos pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União contra o Acórdão nº 1.757/2004 - Plenário, proferido na sessão de 10/11/2004 - Ata nº 43/2004, por meio do qual foi dado provimento aos embargos de declaração anteriormente opostos pelo Sr. José Mário de Miranda Abdo, Diretor-Presidente da Aneel, contra o Acórdão nº 556/2004 - Plenário, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, ACORDAM em:

9.1 - conhecer dos presentes Embargos de Declaração, nos termos dos arts. 32, II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2 - dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, ao embargante, à Aneel, à Light e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, na pessoa dos Procuradores da República Cláudio Gheventer e Luiz Fernando Voss Chagas Lessa;

9.3 - encaminhar os presentes autos à Secretaria de Recursos, visando à realização do exame preliminar de admissibilidade do recurso apresentado pela Light Serviços de Eletricidade S. A.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0272-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler (Relator).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 273/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo TC-021.228/2006-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Entidade: Banco do Nordeste do Brasil SA.
4. Interessada: Politec Ltda.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogados constituídos nos autos: Drs. Luiz Alberto Cruz de Oliveira (OAB/BA 9503), Nicola Moreira Miccione (OAB/CE 14228), Alessandra Osugi Cavalcante de Alencar (OAB/CE 15697), Carlos Augusto Ponte Ximenes (OAB/CE 12701), Cláudio Chaves Arruda (OAB/CE 13162), Edmilson Barbosa Francelino Filho (OAB/CE 15320), Egline Rodrigues da Rocha (OAB/PI 3736-B), Elizabeth Pereira Paiva (OAB/CE 15643 e OAB/PE 778-A), Haroldo Maia Júnior (OAB/CE 14769), Henrique Severo de Araújo Maia (OAB/CE 3135), Henrique Silveira Araújo (OAB/CE 14747), Idelmar Pires (OAB/CE 15580), Isabel Bernardo de Oliveira (OAB/CE 6814), João Silva de Almeida (OAB/CE 16903-B), Jorge André Brasil Lima (OAB/CE 15779), José Valdo de Melo Júnior (OAB/CE 10461), Karla Patrícia Rebouças Sampaio (OAB/CE 15433 e OAB/DF 24016), Maria do Amparo Fonteles Pereira (OAB/CE 9343), Maria José Lima Malaquias (OAB/CE 3191), Maria Socorro de Araújo Salviano (OAB/CE 8540), Mariana Magalhães Ribeiro Arruda (OAB/CE 17684), Marlúcia Lopes Ferro (OAB/CE 6317), Rejane Nogueira Pamplona Bedê (OAB/CE 14522), Sandra Valente de Macêdo (OAB/CE 5237), Ulysses Moreira Formiga (OAB/PB 10739 e OAB/DF 17316), Luis Carlos Alcoforado (OAB/DF 7.202), Alexandre Rocha Pinheiro (OAB/DF 12.968), Angélica Ferreira de Oliveira (OAB/DF 17.330), Ana Carolina Graça Souto (OAB/DF 22.744), Flávia Carolina de Paula Cunha (OAB/GO 15.139), Sérgio dos Santos Moraes (OAB/DF 6.572/E), Alexandre Dias Lins (OAB/DF 6.814/E), Gisele da Costa Siqueira (OAB/DF 7.472/E) e Renata Andrea Joner (OAB/DF 7.481/E).

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela empresa Politec Ltda. contra o Acórdão nº 2.048/2006, proferido pelo Plenário desta Corte,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Presidente do Banco do Nordeste do Brasil;

9.3. determinar à Secex/CE que proceda à revisão da numeração das folhas dos volumes que compõem os presentes autos, de maneira a sanar as falhas detectadas no volume 1 e em seu anexo 5, além de outras porventura existentes.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0273-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler (Relator).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 274/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo: TC-009.401/2006-0 (com 1 anexo)
2. Grupo e Classe de Assunto: Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame).
3. Recorrente: Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S.A..
4. Entidade: Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S.A..
5. Ministro Relator: Benjamin Zymler.
5.1. Ministro Relator da Decisão Recorrida: Guilherme Palmeira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: SERUR.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto pela Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S.A., contra determinações contidas no Acórdão 2.308/2005 - TCU - Plenário, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1. com fundamento no art. 48 c/c o parágrafo único do art. 32 e com o art. 33 da Lei nº 8.443/92, conhecer o pedido de reexame ora apreciado;

9.2. negar provimento a esse recurso;

9.3. dar ciência da presente deliberação à recorrente e encaminhar-lhe cópia deste Acórdão, assim como do Relatório e do Voto que o fundamentam.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0274-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler (Relator).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 275/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo: TC 020.314/2005-0.
2. Grupo e Classe de Assunto: Grupo II - Classe I (Pedidos de Reexame).
3. Recorrentes: Rosa Maria Nascimento Silva (ex-Presidente do TRT 14 ª. Região) e Elana Cardoso Lopes Leiva de Faria.
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 14 ª. Região - TRT AC/RO.
5. Ministro Relator: Benjamin Zymler.
5.1. Ministro Relator da Decisão Recorrida: Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: SERUR.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedidos de Reexame interpostos pelas Sras. Rosa Maria Nascimento Silva (ex-Presidente do TRT 14 ª. Região) e Elana Cardoso Lopes Leiva de Faria (Juíza Removida), ambos contra o Acórdão nº. 819/2006 - TCU - 2ª. Câmara, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1. com fundamento no art. 48 c/c o parágrafo único do art. 32 e com o art. 33 da Lei nº 8.443/92, conhecer os pedidos de reexame ora apreciados;

9.2. conceder provimento ao recurso interposto pela Srª Rosa Maria Nascimento Silva (ex-Presidente do TRT 14 ª. Região) e provimento parcial ao recurso da Srª Elana Cardoso Lopes Leiva de Faria, com a finalidade de:

9.2.1. tornar sem efeito os comandos contidos nos subitens 9.2, 9.4 e 9.5 do Acórdão nº 819/2006 - Plenário;

9.2.2. esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região que os valores a serem devolvidos pela beneficiária da ajuda de custo indevida (subitem 9.3.1 do citado Acórdão nº 819/2006 - Plenário) devem ser apenas atualizados monetariamente (não há incidência de juros moratórios sobre a quantia devida);

9.3. dar ciência da presente deliberação às recorrentes e ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e encaminhar a eles cópias deste Acórdão, assim como do Relatório e do Voto que o fundamentam.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0275-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler (Relator).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 276/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo: TC - 014.553/2000-3 (com 1 volume e 1 anexo)
2. Grupo: I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão
3. Interessado: Ailton Ferreira (CPF 757.596.248-49)
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Cotia/SP
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Marcos Vinicios Vilaça
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade Técnica: Serur
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Ailton Ferreira, ex-prefeito do Município de Cotia, contra o Acórdão nº 215/2002 - 1ª Câmara, exarado em processo de Tomada de Contas Especial e mantido pelo Acórdão nº 1.089/2003 - 1ª Câmara, em sede de Recurso de Reconsideração;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de revisão, interposto pelo Sr. Ailton Ferreira, CPF n. 757.596.248-49, ex-Prefeito do Município de Cotia - SP, com fundamento nos arts. 32, III, e 35, III, da Lei n. 8.443/92, e, no mérito, dar-lhe provimento, para reformar o Acórdão n. 215/2002 - 1ª Câmara, julgando as contas REGULARES COM RESSALVA e dando-lhe quitação, com fulcro nos arts. 16, II, e 18, da Lei n. 8.443/92;

9.2. determinar ao Fundo Nacional de Saúde - FNS a exclusão do nome do responsável do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Governo Federal - CADIN; e

9.3. comunicar ao Recorrente a deliberação que vier a ser proferida por esta Corte.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0276-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler (Relator).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 277/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo nº TC-021.829/2006-3
2. Grupo I, Classe de Assunto II - Solicitação do Congresso Nacional
3. Órgão: Ministério da Saúde
4. Interessada: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI “das Ambulâncias”
5. Relator: Ministro Marcos Vinicios Vilaça
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidades Técnicas: 4ª Secex e Adfis
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação da CPMI “das Ambulâncias”.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 231 e 232, inciso III, c/c art. 1º, inciso III, do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer desta solicitação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional - CPMI “das Ambulâncias”;

9.2. informar ao Presidente do Congresso Nacional que:

9.2.1. desde 2004 o TCU vem atuando na fiscalização de convênios com objeto voltado para a aquisição de ambulâncias, conforme o processo TC-018.701/2004-9, referente a auditoria sobre o tema, no qual foi prolatado o Acórdão nº 1.207/2004-TCU-Plenário;

9.2.2. o processo TC-015.568/2005-1, referente a auditoria realizada nos convênios firmados pela União com Organizações Não-Governamentais, já foi apreciado pelo Tribunal, nos termos do Acórdão nº 2.066/2006-TCU-Plenário, cuja cópia foi encaminhada a Sua Excelência por meio do Aviso SGS/TCU nº 1.946, de 08/11/2006;

9.2.3. por meio do Acórdão nº 1.777/2005-TCU-Plenário, o Tribunal definiu a forma de fiscalizar as parcerias da União com as OSCIPs;

9.2.4. estão sendo executadas pela Controladoria-Geral da União e pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - Denasus, com a participação do TCU, auditorias voltadas para a detecção de irregularidades na aquisição de unidades móveis de saúde;

9.2.5. o TCU tem continuamente procurado aperfeiçoar a fiscalização da execução de convênios e nesse contexto definiu, recentemente, um modelo inovador de auditorias, com foco centralizado, que busca averiguar fraudes com base nos pontos de maior vulnerabilidade da sistemática atual de descentralização de recursos federais;

9.3. enviar cópia deste acórdão, com o relatório e voto que o fundamentam, bem como do inteiro teor dos Acórdãos nºs 1.777/2005-TCU-Plenário e 1.207/2004-TCU-Plenário e das demais deliberações que sejam proferidas no processo TC-018.701/2004-9, ao Presidente do Congresso Nacional; e

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário

11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0277-08/07-P

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça (Relator), Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 278/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo n. TC-010.819/2006-9.

2. Grupo II; Classe de Assunto: III - Consulta.

3. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho ? TST.

4. Interessado: Ronaldo José Lopes Leal, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho ? TST.

5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades técnicas: Sefip e Conjur.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina a Consulta formulada pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Ronaldo José Lopes Leal, acerca de matéria disciplinada na Lei n. 8.112/1990, em face da superveniência da Emenda Constitucional n. 41/2003.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Consulta por atender aos requisitos de admissibilidade de que tratam os art. 1º, inciso XVII, da Lei n. 8.443/1992 e 264 do Regimento Interno/TCU, para responder ao Consulente que:

9.1.1. o art. 190 da Lei 8.112/1990 não perdeu sua eficácia com a promulgação da EC n. 41/2003, não devendo ser observado o que dispõe o art. 1º da Orientação Normativa n. 1, de 05/04/2006, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

9.1.2. no caso de conversão do provento proporcional em provento integral na hipótese prevista pelo art. 190 da Lei n. 8.112/1990, o fundamento legal do ato concessório não deverá ser modificado de aposentadoria voluntária, por invalidez ou compulsória, com proventos proporcionais, para aposentadoria por invalidez permanente, com proventos integrais, prevista no art. 186, § 1º, da Lei n. 8.112/1990, devendo, contudo, como supedâneo para a integralização do provento, ser incluído o art. 190 da Lei n. 8.112/1990 no ato de alteração da concessão de aposentadoria, o qual deverá ser submetido à apreciação deste Tribunal, nos termos dos arts. 2º e 3º, § 1º, da IN/TCU n. 44, de 02/10/2002;

9.1.3. o servidor aposentado que, com amparo nos arts. 3º e 7º da EC n. 41/2003, percebe provento proporcional calculado com base na totalidade da remuneração do cargo efetivo e atualizado de acordo com a regra de paridade entre o provento de aposentadoria e a remuneração do servidor em atividade, caso venha a ser acometido de doença que justifique a incidência do art. 190 da Lei n. 8.112/1990, em seus termos atuais, fará jus à integralização do provento calculada segundo a mesma sistemática pela qual vinha recebendo o seu provento proporcional, não se aplicando, nesses casos, a metodologia de cálculo de proventos disciplinada na Lei n. 10.887/2004;

9.1.4. o servidor aposentado com provento proporcional, não alcançado pelo disposto nos arts. 3º e 7º da EC n. 41/2003, que tenha sido acometido até 19/02/2004 de doença que justifique a aplicação do art. 190 da Lei n. 8.112/1990, em seus termos atuais, comprovada por laudo médico oficial emitido até 19/02/2004, tem direito à conversão de seu provento de proporcional para integral segundo a sistemática de cálculo vigente até a publicação da MP n. 167/2004;

9.1.5. excepcionalmente, no caso de laudo médico expedido após a data de 19/02/2004, deve haver expressa consignação no referido documento acerca da época do acometimento da moléstia, que, sendo predita ao limite temporal de 19/02/2004, aproveitará ao servidor o direito à conversão de seus proventos nos moldes estipulados no subitem precedente;

9.2. recomendar ao Tribunal Superior do Trabalho que, ao engendrar futuras consultas a esta Corte de Contas, observe, sempre que possível, o disposto no art. 264, § 1º, do Regimento Interno do TCU, no sentido de que as peças sejam acompanhadas de parecer do órgão de assistência técnica ou jurídica do TST;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à autoridade consulente e ao órgão central do Sistema de Pessoal Civil ? SIPEC;

9.4. enviar cópia do Parecer da Conjur ao Gabinete do Exmo. Ministro Ubiratan Aguiar, para que adote as providências julgadas cabíveis;

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário

11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0278-08/07-P

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 279/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo nº TC-005.826/2006-2 (com 1 volume)

2. Grupo I - Classe de Assunto IV - Tomada de Contas Especial

3. Órgão: Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo (GRAMF/SP)

4. Responsáveis: Espólio de Verônica Otília Vieira de Souza - CPF 030.007.598-75 (Representado por Eduardo Frias - CPF 075.221.608-20), Teresinha do Carmo Araújo - CPF 063.538.988-60 e Claudete Jorge Antonângelo - CPF 180.843.458-77

5. Relator: Ministro Marcos Vinicios Vilaça

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secex/SP

8. Advogado constituído nos autos: não consta

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em virtude da constatação de fraude na concessão de beneficio de pensão, em prejuízo do erário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator em:

9.1. julgar irregulares as presentes contas, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, e condenar solidariamente o espólio da Sra. Verônica Otília Vieira de Souza e as Sras. Teresinha do Carmo Araújo e Claudete Jorge Antonângelo ao pagamento das importâncias indicadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, acrescidas da correção monetária e dos juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
1/11/1994	32.479,61
1/12/1994	19.272,60
1/1/1995	10.975,13
1/2/1995	11.892,57
1/3/1995	10.189,45
1/4/1995	5.618,45
1/5/1995	4.995,05
1/6/1995	11.372,09
1/7/1995	4.995,05
1/8/1995	16.570,57
1/9/1995	16.570,57
1/10/1995	16.570,57
1/11/1995	12.123,92
1/12/1995	4.995,05
1/1/1996	4.995,05
1/2/1996	11.395,05
1/3/1996	4.995,05
1/4/1996	4.995,05
1/5/1996	4.995,05
1/6/1996	7.492,57
1/7/1996	5.988,07
1/8/1996	5.994,06
1/9/1996	5.994,06
1/10/1996	5.994,06
1/11/1996	9.490,60
1/12/1996	5.994,06
1/1/1997	5.994,06
1/2/1997	5.994,06
1/3/1997	5.996,30
1/4/1997	5.994,06
1/5/1997	5.994,06
1/6/1997	8.967,45
1/7/1997	5.978,30
1/8/1997	5.978,30
1/9/1997	5.978,30
1/10/1997	5.978,30
1/11/1997	8.967,45
1/12/1997	5.978,30
1/1/1998	5.978,30
1/2/1998	5.978,30
1/3/1998	5.978,30
1/4/1998	5.978,30
1/5/1998	5.978,30
1/6/1998	8.967,45
1/7/1998	5.978,30
1/8/1998	5.978,30
1/9/1998	5.978,30
1/10/1998	5.978,30
1/11/1998	8.967,45
1/12/1998	5.978,30
1/1/1999	5.978,30
1/2/1999	5.978,30
1/3/1999	5.978,30
1/4/1999	5.978,30
1/5/1999	5.978,30
1/6/1999	8.967,45
1/7/1999	14.240,16
1/8/1999	8.346,51
1/9/1999	8.346,51
1/10/1999	8.346,51
1/11/1999	14.542,75
1/12/1999	8.346,51
1/1/2000	9.762,55
1/2/2000	9.762,55
1/3/2000	9.762,55
1/4/2000	9.762,55
1/5/2000	9.762,55
1/6/2000	14.643,82
1/7/2000	11.178,59
1/8/2000	11.178,59
1/9/2000	11.178,59
1/10/2000	11.178,59
1/11/2000	16.059,87
1/12/2000	11.178,59
1/1/2001	9.762,55
1/2/2001	9.762,55
1/3/2001	9.762,55
1/4/2001	9.762,55
1/5/2001	9.762,55

9.2. aplicar às Sras. Teresinha do Carmo Araújo e Claudete Jorge Antonângelo multa individual de R$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), com base no art. 57 da Lei nº 8.443/92, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, as quais deverão ser atualizadas monetariamente, na forma da legislação em vigor, até a data do efetivo pagamento, caso este ocorra após o prazo fixado;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.4. declarar as Sras. Teresinha do Carmo Araújo e Claudete Jorge Antonângelo inabilitadas para o exercício de cargo em comissão ou função comissionada no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/992, pelo período de 5 (cinco) anos.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário

11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0279-08/07-P

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça (Relator), Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 280/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo nº TC-005.830/2006-5 (com 1 volume)
2. Grupo I, Classe de Assunto IV - Tomada de Contas Especial
3. Unidade: Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo (GRA/SP)
4. Responsável: Verônica Otília Vieira de Souza (CPF: 030.007.598-75) (falecida, espólio representado por Eduardo Frias - CPF: 075.221.608-20) e Cleudna Menezes Cecílio (CPF: 697.051.788-87)
5. Relator: Ministro Marcos Vinicios Vilaça
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Secex/SP
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em virtude da constatação de fraude na concessão de beneficio de pensão, em prejuízo do erário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "d", e § 3º; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; 57; e 60 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar as presentes contas irregulares e em débito Cleudna Menezes Cecílio e o espólio de Verônica Otília Vieira de Souza, condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora incidentes a partir das datas indicadas, até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem perante o Tribunal o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional:

DATAS	VALORES ORIGINAIS	DATAS	VALORES ORIGINAIS	DATAS	VALORES ORIGINAIS	DATAS	VALORES ORIGINAIS
1/6/1995	R$ 31.838,28	1/12/1996	R$ 5.882,64	1/6/1998	R$ 8.823,96	1/12/1999	R$ 7.646,64
1/7/1995	R$ 4.898,20	1/1/1997	R$ 5.882,64	1/7/1998	R$ 5.882,64	1/1/2000	R$ 9.062,68
1/8/1995	R$ 4.898,20	1/2/1997	R$ 5.882,64	1/8/1998	R$ 5.882,64	1/2/2000	R$ 9.062,68
1/9/1995	R$ 4.898,20	1/3/1997	R$ 5.884,88	1/9/1998	R$ 14.406,53	1/3/2000	R$ 9.062,68
1/10/1995	R$ 4.898,20	1/4/1997	R$ 5.882,64	1/10/1998	R$ 5.882,64	1/4/2000	R$ 9.062,68
1/11/1995	R$ 7.347,30	1/5/1997	R$ 5.882,64	1/11/1998	R$ 8.823,96	1/5/2000	R$ 9.062,68
1/12/1995	R$ 4.898,20	1/6/1997	R$ 8.823,96	1/12/1998	R$ 5.882,64	1/6/2000	R$ 13.594,02
1/1/1996	R$ 4.898,20	1/7/1997	R$ 5.882,64	1/1/1999	R$ 5.882,64	1/7/2000	R$ 10.478,72
1/2/1996	R$ 4.898,20	1/8/1997	R$ 5.882,64	1/2/1999	R$ 5.882,64	1/8/2000	R$ 10.478,72
1/3/1996	R$ 4.898,20	1/9/1997	R$ 5.882,64	1/3/1999	R$ 5.882,64	1/9/2000	R$ 10.478,72
1/4/1996	R$ 4.898,20	1/10/1997	R$ 5.882,64	1/4/1999	R$ 5.882,64	1/10/2000	R$ 10.478,72
1/5/1996	R$ 4.898,20	1/11/1997	R$ 8.823,96	1/5/1999	R$ 5.882,64	1/11/2000	R$ 15.010,06
1/6/1996	R$ 8.326,94	1/12/1997	R$ 5.882,64	1/6/1999	R$ 8.823,96	1/12/2000	R$ 10.478,72
1/7/1996	R$ 5.882,64	1/1/1998	R$ 5.882,64	1/7/1999	R$ 13.540,30	1/1/2001	R$ 9.062,68
1/8/1996	R$ 5.882,64	1/2/1998	R$ 5.882,64	1/8/1999	R$ 7.646,64	1/2/2001	R$ 9.062,68
1/9/1996	R$ 5.882,64	1/3/1998	R$ 5.882,64	1/9/1999	R$ 7.646,64	1/3/2001	R$ 9.062,68
1/10/1996	R$ 5.882,64	1/4/1998	R$ 5.882,64	1/10/1999	R$ 7.646,64	1/4/2001	R$ 9.062,68
1/11/1996	R$ 9.316,18	1/5/1998	R$ 5.882,64	1/11/1999	R$ 13.190,84	1/5/2001	R$ 9.062,68

9.2. aplicar a Cleudna Menezes Cecílio, multa de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o TCU, o recolhimento desse valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente, se pago após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. declarar Cleudna Menezes Cecílio inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de cinco anos; e

9.5. encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público da União, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0280-08/07-P
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça (Relator), Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 281/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo nº TC-006.018/2006-1 (com 1 volume)
2. Grupo I - Classe de Assunto IV - Tomada de Contas Especial
3. Órgão: Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo (GRAMF/SP)
4. Responsáveis: Espólio de Verônica Otília Vieira de Souza - CPF 030.007.598-75 (Representado por Eduardo Frias - CPF 075.221.608-20), Teresinha do Carmo Araújo - CPF 063.538.988-60 e Márcia de Souza Bueno de Azevedo - CPF 155.412.348-83
5. Relator: Ministro Marcos Vinicios Vilaça
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Secex/SP
8. Advogado constituído nos autos: não consta

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em virtude da constatação de fraude na concessão de beneficio de pensão, em prejuízo do erário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator em:

9.1. julgar irregulares as presentes contas, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, e condenar solidariamente o espólio da Sra. Verônica Otília Vieira de Souza e as Sras. Teresinha do Carmo Araújo e Márcia de Souza Bueno de Azevedo ao pagamento das importâncias indicadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, acrescidas da correção monetária e dos juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

DATAS	VALORES (R$)	
1/2/1997	R$	6.048,68
1/3/1997	R$	5.905,74
1/4/1997	R$	5.903,50
1/5/1997	R$	5.903,50
1/6/1997	R$	8.855,24
1/7/1997	R$	5.903,50
1/8/1997	R$	5.903,50
1/9/1997	R$	5.903,50
1/10/1997	R$	5.903,50
1/11/1997	R$	8.855,24
1/12/1997	R$	5.903,50
1/1/1998	R$	5.903,50
1/2/1998	R$	5.903,50
1/3/1998	R$	5.903,50
1/4/1998	R$	5.903,50
1/5/1998	R$	5.903,50
1/6/1998	R$	8.855,24
1/7/1998	R$	5.903,50
1/8/1998	R$	5.903,50
1/9/1998	R$	5.903,50
1/10/1998	R$	5.903,50
1/11/1998	R$	8.855,24
1/1/1999	R$	5.903,50
1/2/1999	R$	5.903,50
1/3/1999	R$	5.903,50
1/4/1999	R$	5.903,50
1/5/1999	R$	5.903,50
1/6/1999	R$	8.855,24
1/7/1999	R$	13.661,86
1/8/1999	R$	7.768,20
1/9/1999	R$	7.768,20
1/10/1999	R$	7.768,20
1/11/1999	R$	13.423,54
1/12/1999	R$	7.768,20
1/1/2000	R$	7.768,20
1/2/2000	R$	9.184,24
1/3/2000	R$	9.184,24
1/4/2000	R$	9.184,24
1/5/2000	R$	9.184,24
1/6/2000	R$	13.776,36
1/7/2000	R$	10.600,28
1/8/2000	R$	10.600,28
1/9/2000	R$	10.600,28
1/10/2000	R$	10.600,28
1/11/2000	R$	15.192,40
1/1/2001	R$	10.600,28
1/2/2001	R$	9.184,24
1/3/2001	R$	9.184,24
1/4/2001	R$	9.184,24
1/5/2001	R$	9.184,24

9.2. aplicar às Sras. Teresinha do Carmo Araújo e Márcia de Souza Bueno de Azevedo multa individual de R$ 139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais), com base no art. 57 da Lei nº 8.443/92, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, as quais deverão ser atualizadas monetariamente, na forma da legislação em vigor, até a data do efetivo pagamento, caso este ocorra após o prazo fixado;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. declarar as Sras. Teresinha do Carmo Araújo e Márcia de Souza Bueno de Azevedo inabilitadas para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/992, pelo período de 5 (cinco) anos; e

9.5. remeter cópia dos autos ao Ministério Público da União, nos termos do artigo 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0281-08/07-P
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça (Relator), Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 282/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo nº TC-003.923/2006-7 (com 1 volume e 22 anexos)
2. Grupo I, Classe de Assunto V - Acompanhamento
3. Entidades: Comitê Organizador dos Jogos Pan-americanos Rio-2007 S/C Ltda., Município do Rio de Janeiro/RJ, Estado do Rio de Janeiro, Caixa Econômica Federal, Ministério do Esporte
4. Responsáveis: Orlando Silva de Jesus Júnior (CPF: 565.244.555-68), Ministro de Estado do Esporte, Ricardo Leyser Gonçalves (CPF: 154.077.518-60), Secretário do Comitê de Gestão dos Jogos Pan Americanos de 2007, e Carlos Arthur Nuzman (CPF: 007.994.247-49), presidente do CO-RIO
5. Relator: Ministro Marcos Vinicios Vilaça
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidades Técnicas: Secex/RJ e Secob
8. Advogado constituído nos autos: não consta

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento da execução do Programa "Rumo ao Pan 2007", conjunto de ações desenvolvidas pelo Governo Federal para a implantação da infra-estrutura necessária à realização dos Jogos Pan-americanos na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em julho de 2007.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, e diante das razões expostas pelo Relator em:

9.1. determinar à Secretaria Executiva do Comitê de Gestão das Ações Governamentais nos XV Jogos Pan-americanos de 2007 - Sepan/ME que encaminhe quinzenalmente a este Tribunal o Relatório de Evolução e Controle das Instalações;

9.2. determinar ao Ministério do Esporte que:

9.2.1. em relação às obras do Complexo Esportivo de Deodoro (Contrato Administrativo ME/ nº 06/2006):

9.2.1.1. estabeleça os limites e as condições para a subcontratação dentro do Contrato, de forma a ajustar o referido contrato à legislação em vigor;

9.2.1.2. comprove a adequação do valor previsto no BDI para remunerar a Administração Local, bem como, demonstre a conformidade dos valores contratados para os serviços 'Administração da Obra', 'Equipamento de Apoio/ Transportes Internos/ Operação e Manutenção do Canteiro' e 'Fornecimento de Recursos' (itens 01.02.06, 01.02.04 e 01.02.03 da planilha contratual), confrontando todas as despesas alocadas nesses itens e no BDI, de forma a comprovar não só a inexistência de duplicidade de orçamentação, como também adequação desses custos à realidade da obra;

9.2.1.3. apresente justificativas para a inserção do item 'Previsão de Inflação' no BDI aplicado na planilha contratual;

9.2.1.4. apresente as apólices dos seguros a fim de comprovar os valores declarados no detalhamento do BDI (Seguro de Risco de Engenharia, no valor de R$ 407.562,45 e Seguro Performance Bond, no valor de R$ 230.695,73).

9.2.1.5. apresente justificativas para o valor previsto no BDI do Contrato para a remuneração do item 'Contingência', comprovando a sua adequação;

9.2.1.6. apresente justificativas de forma a comprovar a adequação do valor previsto no BDI do Contrato para a remuneração do item 'Despesas com Representação';

9.2.1.7. comprove qual foi efetivamente o dispêndio da Contratada para a instalação dos dois canteiros existentes nas obras de Deodoro, confrontando estes valores com aqueles constantes do Contrato de forma a justificar os valores pagos, considerando que a planilha contratual não corresponde ao que foi verificado na obra, conforme o exposto no item 4.5 deste relatório;

9.2.1.8. apresente justificativas para o fato de terem sido executados, serviços sem a respectiva cobertura contratual, uma vez que à época da execução dos serviços ainda não tinham sido celebrados aditivos ao Contrato, e também não foi apresentada a aprovação prévia da fiscalização para as respectivas alterações de projeto;

9.2.1.9. justifique o atraso na licitação para contratação da fiscalização das obras do Complexo Esportivo de Deodoro, visto que esse processo foi deflagrado em data posterior ao início das obras;

9.2.1.10. apresente justificativas para a não permanência dos fiscais nas obras do Complexo Esportivo de Deodoro;

9.2.1.11. adote, de imediato, providências no sentido de regularizar a situação da fiscalização e do acompanhamento do Contrato;

9.2.1.12. esclareça se houve pagamento antecipado de serviços com base no Despacho Conjur/ME/466/2006, informando, caso positivo, quais serviços foram objeto desse adiantamento, apresentando um quadro contendo a respectiva descrição, quantidade, preço unitário e valor total pago, bem como justificando a adoção da medida;

9.2.1.13. adote, urgentemente, medidas corretivas de forma a adequar a execução física das obras de Deodoro ao cronograma previsto no contrato, com vistas à realização dos Jogos Pan-americanos em Julho de 2006;

9.2.1.14. encaminhe quinzenalmente a este Tribunal a documentação referente ao cronograma físico-financeiro atualizado do empreendimento; os avanços físicos obtidos, indicando eventuais atrasos com relação ao cronograma inicial acompanhados das respectivas justificativas, juntamente com medidas já adotadas para a correção da situação; as medições realizadas, armazenadas em meio magnético; a cópia das ordens bancárias referentes aos pagamentos realizados; as eventuais alterações de projeto acompanhadas das respectivas justificativas técnicas, as modificações orçamentárias detalhadas em planilhas (em meio magnético), bem como das conseqüentes alterações de cronograma e da rede PERT-CPM do empreendimento; eventuais aditivos celebrados, acompanhados da planilha referente ao ajuste (em meio magnético); lista de subcontratados, acompanhadas das respectivas autorizações pelo Ministério dos Esportes, indicando o valor do subcontrato, bem como o escopo do trabalho avençado; cópias das atas das Reuniões de Planejamento da obra realizadas no período; cópias do documento intitulado 'Efetivo de Mão-de-Obra' referentes ao 1º e ao 15º dia do mês;

9.2.2. em relação às obras do Parque Aquático (Convênio/ME - PM do Rio de Janeiro nº 008/2006) informe: as medidas que já foram, ou que serão implementadas, com o objetivo de aumentar o percentual de execução a ser realizado nos próximos meses; o andamento físico e financeiro da obra, apresentados separadamente para cada um dos contratos celebrados para a execução do objeto do Convênio, acompanhadas das justificativas e das medidas adotadas para a correção de eventuais atrasos ocorridos, bem como encaminhe quinzenalmente a este Tribunal a documentação referente aos Relatórios de Acompanhamento do Convênio, elaborados pelo Ministério do Esporte, informando: os avanços físicos obtidos; a comparação entre o cronograma físico-financeiro programado e o efetivamente executado, apresentado, no caso da existência de atrasos, as justificativas e as medidas corretivas para a correção da situação;

9.2.3. em relação ao Convênio ME/CO-RIO nº 171/2004, que tratou da cessão de uso dos imóveis da Vila Pan-americana, encaminhe a este Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, aditivo que possibilite a devolução proporcional do valor pago, no caso de atrasos na entrega do empreendimento, prevista para 31 de janeiro de 2007, que venham a diminuir o período de seu efetivo uso, mas que não importem em obstáculo intransponível à execução dos jogos, conforme determinado no item 9.1.5 do Acórdão nº 1.572/2005 - TCU - Plenário;

9.3. determinar ao Comitê Organizador dos XV Jogos Pan-americanos de 2007 (CO-RIO) que encaminhe à Secretaria Executiva do Comitê de Gestão das Ações Governamentais nos XV Jogos Pan-americanos de 2007 - Sepan/ME, no prazo de 10 (dez) dias, o Projeto de constituição do Núcleo de Criação e Gerenciamento dos Jogos (NCGJ), em sua última versão, contemplando as alterações apontadas no Ofício nº 91-GABIN/Sepan/ME, de 07/11/2006, por essa Secretaria, sob o risco de comprometer a celebração do Convênio com o Ministério do Esporte para essa finalidade e por conseguinte, a execução das cerimônias previstas;

9.4. determinar à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJ) que mantenha esse Tribunal informado a respeito de suas licitações, bem como, sobre as demais ações realizadas com vistas ao Pan 2007, fornecendo planilhas atualizadas que contemplem todas as suas contratações, modalidade de licitação, valores, datas, objetos e demais dados relacionados;

9.5. alertar o Ministro do Esporte, na condição de Presidente do Comitê de Gestão das Ações Governamentais dos XV Jogos Pan-americanos de 2007/ME que:

9.5.1. como sabido e amplamente noticiado, os atrasos observados nas obras da Marina da Glória, do Maracanãzinho, do Estádio João Havelange e da infra-estrutura da Vila Pan-americana são críticos e, caso não sejam adotadas tempestivamente as medidas necessárias, podem não estar concluídas em julho de 2007;

9.5.2. o injustificado não-cumprimento ao item 9.1.5 do Acórdão nº 1.572/2005 - TCU - Plenário, reiterado no item 9.2.3. deste acórdão, poderá motivar a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso VII, da Lei nº 8.443/92;

9.6. solicitar à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - Feema/RJ, que informe se a Licença de Instalação LI nº FE007270, emitida em 18/11/2004 (Processo Feema nº E-07/203.470/04), que autoriza a empresa Quatro de Janeiro Administração e Participações Ltda., CNPJ: 31.894.926/001-00, a realizar obras de construção de grupamento de edificações residenciais multifamiliares na Avenida Ayrton Senna, 3400 - Jacarepaguá - Município do Rio de Janeiro ainda está válida, uma vez que o referido imóvel foi vendido por aquela empresa em 11 de novembro de 2004 para empresa PAN 2007 Empreendimentos Imobiliários S.A., CNPJ: 06.337.750/001-30, conforme consta na Escritura Pública de Compra e Venda;

9.7. solicitar aos Tribunais de Contas do Estado e do Município do Rio de Janeiro que encaminhem, a esta Corte de Contas, informações sobre os acompanhamentos físico e financeiro eventualmente realizados nas seguintes obras e ações, assim segregadas:

9.7.1. Tribunal de Contas do Estado, em relação às obras no Estádio do Maracanã e Estádio do Maracanãzinho; e Centro de Remo da Lagoa;

9.7.2. Tribunal de Contas do Município, quanto à manutenção do Comitê Organizador dos XV Jogos Pan-americanos de 2007 - CO-RIO; Complexo do Autódromo, incluindo o Centro Nacional Aquático, a Arena Olímpica e o Velódromo; Estádio João Havelange; Centro de Convenções Rio-Centro; Complexo Esportivo da Cidade do Rock; Morro do Outeiro; Parque do Flamengo; Complexo Esportivo Miécimo da Silva; e Marina da Glória;

9.8. determinar à Segecex que, com a participação da Secex/RJ, Secob, e 6ª Secex, estabeleça novo Plano de Trabalho para o acompanhamento da implementação das ações para a realização dos XV Jogos Pan-americanos (a serem realizados em julho/2007) e Parapan-americanos (a serem realizados em agosto/2007), e da construção da Vila Pan-americana, durante o exercício de 2007, devendo o Relator ser quinzenalmente informado do estado e da evolução das obras, sem prejuízo da realização dos relatórios trimestrais de acompanhamento;

9. 9. determinar à Secex/RJ que:

9.9.1. constitua processo autônomo com o objetivo de apurar os fatos relacionados às obras da Vila Militar, autorizando-a, desde já, a promover a audiência dos responsáveis e da empresa contratada em relação ao pagamento direto às subcontratadas;

9.9.2. informe ao Relator, em oito dias, a situação relativa a: a) modelo aquisição de passagens para as delegações que participarão dos Jogos; b) definição e contratação das Cerimônias de Abertura e Encerramento; c) obras que serão feitas na Marina da Glória, bem como o destino que será dado à contratação anterior e às edificações que já foram feitas; d) ações que serão desenvolvidas na área da saúde e de capacitação da rede de atendimento hospitalar durante os Jogos, inclusive quanto às iniciativas visando o combate à dengue na cidade do Rio de Janeiro; e) atualização dos temas pertinentes à segurança, após a presença na cidade do Rio de Janeiro da Força Nacional de Segurança Pública;

9.10. dar ciência desta deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam à Presidência e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; ao Ministério do Esporte; à Casa Civil da Presidência da República; à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro; ao Comitê de Gestão das Ações Governamentais dos XV Jogos Pan-americanos de 2007 e ao Comitê Organizador dos XV Jogos Pan-americanos 2007- CO-RIO;

9.11. arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso IV, do RI/TCU.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0282-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça (Relator), Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 283/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo nº TC-012.030/2001-0 (com 1 volume) - Apensos: TC-004.874/2002-2 e TC-004.875/2002-0
2. Grupo I, Classe de Assunto V - Acompanhamento
3. Entidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT)
4. Interessada: Secex/SC
5. Relator: Ministro Marcos Vinicios Vilaça
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secex/SC
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos relativos a acompanhamento das obras de duplicação da rodovia BR-280/SC, subtrecho São Francisco do Sul/SC - Jaraguá do Sul/SC, com extensão de 71,5km.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 43 da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 241 e 250 do Regimento Interno, em:

9.1. determinar ao DNIT que comunique à Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União em Santa Catarina (Secex/SC) acerca da conclusão dos projetos executivos das obras de duplicação da Rodovia BR-280, relativos aos Contratos PD-16.017/2001 (Lote 1) e PD-16.018/2001 (Lote 2), tão logo o referido material seja entregue pelas empresas de consultoria; e

9.2. arquivar o processo.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0283-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça (Relator), Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 284/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo nº TC-013.874/2006-4
2. Grupo I - Classe V - Levantamento de Auditoria
3. Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz
4. Interessado: Congresso Nacional
5. Relator: Ministro Marcos Vinicios Vilaça
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secex/RJ
8. Advogado constituído nos autos: não consta

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria no Programa de Trabalho Modernização de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz no Estado do Rio de Janeiro (PT nº 10.571.1201.7674.0033).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Fundação Oswaldo Cruz que:

9.1.1. realize o cadastramento de todos os contratos e seus termos aditivos na página eletrônica do Siasg - Comprasnet, especialmente o Contrato nº 145/2005 (Estúdio de Gravação), em conformidade com o art. 21 da Lei nº 11.178/2005; e

9.1.2. dê celeridade à elaboração de procedimentos licitatórios referentes à contratação das obras de reforma dos 5º e 6º andares da Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP, para evitar que a obra permaneça paralisada por mais outro exercício;

9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Presidência e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, informando-as que não foram encontradas irregularidades na execução do Programa de Trabalho nº 10.571.1201.7674.0033, referente à Modernização de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz no Estado do Rio de Janeiro; e

9.3. arquivar este processo.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0284-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça (Relator), Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 285/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo n.º TC-007.025/1999-8 (com 18 volumes)
2. Grupo II; Classe de Assunto: V - Levantamento de Auditoria
3. Responsável: Maurício Hasenclever Borges (CPF 006.996.756-34, ex-Diretor-Geral)
4. Entidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (extinto) - 11º Distrito Rodoviário Federal
5. Relator: Ministro Guilherme Palmeira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso-SECEX/MT
8. Advogados constituídos nos autos: Érica Bastos da Silveira Cassini (OAB/DF 16.124), Vanessa Kristine Carvalho Lima (OAB/GO 18.351), Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173), Alexandre Aroeira Salles (OAB/MG 71.947), Patrícia Güércio Teixeira (OAB/MG 90.459) e Érlon André de Matos (OAB/MG 103.096)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Levantamento de Auditoria, realizado em junho de 1999, por equipe da Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso, nas obras de restauração da rodovia BR-174/MT, entre o entroncamento da BR-070 (Cáceres/MT) e a divisa dos Estados de Mato Grosso e Rondônia, em cumprimento à Decisão 261/1999-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT/11ª UNIT que:

9.1.1. com relação às obras de restauração da rodovia BR-174, especificamente sobre o contrato PG-028/98 (lote 1, Construtora Sercel Ltda.), promova a revisão dos índices constantes nas medições, adequando o índice inicial ao mês de apresentação das propostas de preços válidas (setembro/1997) e o índice final ao mês da medição (fato gerador do evento faturamento), conforme estabelecido no parágrafo 48.1 da Seção III - Condições Gerais do Contrato, elemento integrante do edital de licitação n.º 281/1997-00, efetuando as compensações entre débitos e créditos que se fizerem necessárias;

9.1.2. observe as disposições contidas no art. 40, inciso XI, da Lei n.º 8.666/1993, explicitando o critério de reajustamento dos contratos;

9.1.3. atente, nas medições efetuadas, para a realidade dos serviços, obras e/ou fornecimentos, abstendo-se de postergar a aferição de itens já executados;

9.2. determinar ao DNIT/11ª UNIT que informe à SECEX/MT, no prazo de 60 (sessenta) dias, acerca do cumprimento das medidas adotadas relativamente ao item 9.1, acima;

9.3. acolher, nos termos do art. 43 da Lei n.º 8.443/1992, c/c o art. 250, § 1º, do Regimento Interno, as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Maurício Hasenclever Borges (ex-Diretor-Geral).

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0285-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Marcos Vinicios Vilaça (na Presidência), Valmir Campelo, Guilherme Palmeira (Relator), Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 286/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo TC-012.743/2006-8
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Levantamento
3. Responsável: Carlos Kawall Leal Ferreira
4. Órgão: Secretaria do Tesouro Nacional
5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Semag
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Levantamento realizado na Secretaria do Tesouro Nacional com o objetivo de verificar a maneira como estão sendo registradas as conformidades diária, contábil e documental no sistema Siafi.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno, recomendar à Secretaria do Tesouro Nacional e à Secretaria Federal de Controle Interno que avaliem a efetividade da atual sistemática de registro de conformidades, junto ao sistema Siafi, e, se necessário, reformulem os normativos que tratam do assunto, considerando: o baixo índice de registro de restrições em conformidades diárias e documentais por parte das unidades gestoras e órgãos e o seu registro feito por contador responsável;

9.2. com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno, recomendar à Secretaria do Tesouro Nacional que, em paralelo à medida acima, e caso não seja contrário a outras em estudo, avalie a necessidade da implementação das providências a seguir, no sentido de:

9.2.1. estabelecer controles para que o responsável pela conformidade documental seja impedido de realizar a conformidade diária e de emitir documentos, considerando a necessidade de tornar os perfis de senha CONFDOC e EXECUTOR incompatíveis para a mesma pessoa, à exceção de casos excepcionais devidamente justificados;

9.2.2. estabelecer controles para que o responsável pela conformidade contábil seja impedido de realizar as conformidades documental e diária, considerando a necessidade de tornar os perfis de senha CONFCON, CONFDOC e CONFDIA incompatíveis para a mesma pessoa, à exceção de casos excepcionais devidamente justificados;

9.2.3. orientar os responsáveis pelas conformidades contábil e diária para utilização do campo observação com registro das informações relevantes;

9.2.4. orientar os responsáveis pela conformidade contábil que evitem que o sistema proceda ao registro automático dessa conformidade;

9.2.5. exigir das setoriais contábeis a permanente atualização, na transação ATUUG, da informação referente à necessidade de efetuar ou não a conformidade documental e acerca do contador responsável pela unidade gestora, principalmente no tocante ao número de inscrição junto ao Conselho Regional de Contabilidade - CRC e a Unidade da Federação - UF;

9.2.6. promover a inclusão, na tabela de UG, de campo referente a informações sobre o contador substituto;

9.2.7. disponibilizar a tabela sobre as informações de conformidades contábeis de órgão superior no módulo EXTRATOR de dados do Siafi de modo a possibilitar o levantamento de informações;

9.2.8. atualizar a sistemática de conformidade contábil de forma a permitir: o registro automático das inconsistências pendentes nas transações CONCONTIR e CONINCONS, bem como da restrição gerada em virtude de pendência nas conformidades diária e documental, permitindo que o contador exclua essa restrição de forma fundamentada; e o resgate das restrições registradas nas conformidades de UG e de órgão para a conformidade de órgão e órgão superior, respectivamente, identificando dessa UG ou órgão;

9.3. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam:

9.3.1. à Secretaria do Tesouro Nacional;

9.3.2. à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União;

9.3.3. aos órgãos setoriais de contabilidade do Poder Executivo, às unidades setoriais do Poder Legislativo e às unidades setoriais do Poder Judiciário e do Ministério Público;

9.3.4. à Secretaria-Adjunta de Contas - ADCON;

9.3.5. à Secretaria-Adjunta de Fiscalização - ADFIS;

9.3.6. à 2ª Secretaria de Controle Externo;

9.4. arquivar estes autos, nos termos do art. 250, inciso I, do Regimento Interno.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0286-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar (Relator) e Benjamin Zymler.
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 287/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo TC-025.819/2006-5
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Levantamento de Auditoria
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Entidades: Banco da Amazônia S/A, Banco do Brasil S/A, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Nordeste do Brasil, Caixa Econômica Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, e Financiadora de Estudos e Projetos
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Semag
8. Advogado constituído nos autos: não consta

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de levantamento de auditoria realizado com o objetivo de avaliar a transparência das informações sobre aplicação de recursos das agências de fomento, em atendimento ao disposto no art. 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas a subsidiar a elaboração do relatório sobre as contas do Governo da República relativas ao exercício de 2006.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional - STN que, na qualidade de órgão central de Contabilidade da União, conforme Lei nº 10.180/2001, e por força do disposto no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000, observe os dispositivos reiteradamente constantes das Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inclusive da Lei nº 11.439/2006 (LDO 2007), que dispõem sobre a obrigatoriedade de publicação de informações referentes à aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - RREO;

9.2. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, por força do disposto no art. 18, inciso VI, da Lei nº 10.180/2001, e à Secretaria Federal de Controle Interno - SFC, por conta do disposto no art. 24, inciso X, da mesma lei, que incluam na Prestação de Contas Anual do Presidente da República:

9.2.1. as informações a que se refere o art. 49, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, de forma a evidenciar, detalhadamente, para cada uma das respectivas agências de fomento, dentre outras informações, os valores concedidos e os valores aplicados por região, por setor de atividade e por tipo de fonte de financiamento do orçamento fiscal e seguridade social, acompanhados dos saldos anteriores e atuais, encargos apropriados, valores devidos e recebidos e inadimplência;

9.2.2. a avaliação circunstanciada do impacto fiscal das atividades executadas no exercício pelas agências financeiras oficiais de fomento, em especial o risco para o Tesouro Nacional de tais operações, conforme determina o próprio art. 49, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000;

9.3. encaminhar cópia desse acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Banco do Brasil S.A., ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., ao Banco da Amazônia S.A., à Caixa Econômica Federal, à Financiadora de Estudos e Projetos, ao Diretor do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministro de Estado da Transparência e do Controle, ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, ao Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para conhecimento.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0287-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar (Relator) e Benjamin Zymler.
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 288/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo n. TC-011.021/2006-8 (1 Anexo c/ 6 volumes).
2. Grupo I; Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Responsáveis: Alessandro Golombiewski Teixeira, Presidente, CPF n. 656.147.550-04, Mário Sérgio Salerno, Diretor de Desenvolvimento Industrial, CPF n. 010.398.208-67, e Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, Diretor de Inovação, CPF n. 337.000.447-04.
4. Entidade: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 5ª Secex.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório de Auditoria decorrente de Representação formulada pela Procuradoria deste Tribunal, representada pelo Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, versando sobre possíveis irregularidades que teriam ocorrido no âmbito da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, relacionadas ao processo seletivo de pessoal para formação de cadastro reserva.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI que:

9.1.1. atue junto ao Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio - MDIC, a fim de agilizar as alterações do Contrato de Gestão celebrado em 04/05/2005;

9.1.2. abstenha-se de conceder, para o mesmo fato gerador, recursos a título de diárias e ressarcimento com a locação de veículos, uma vez que o pagamento de diárias já deve contemplar tal natureza de gastos, a exemplo do disposto no Decreto n. 5.992/1996, que revogou o Decreto n. 343/1991;

9.1.3. faça cumprir os prazos para apresentação de prestação de contas das viagens realizadas, e, na hipótese do não-cumprimento, adote as medidas pertinentes, a exemplo do disposto no item 5, in fine, da Norma PO-004, que prevê a retenção do adiantamento concedido, no primeiro crédito da remuneração, nos casos da espécie;

9.1.4. reveja os processos de viagens relativos aos exercícios de 2005 e 2006, para fins de avaliação de efetiva comprovação de gastos na finalidade a que os recursos se destinavam, e, na falta dessa comprovação, adote as medidas pertinentes, como a instauração de Tomada de Contas Especial;

9.1.5. formalize todos os processos de prestação de contas de viagem de palestrantes e, nos casos de comprovada a não-utilização das diárias e passagens, busque o devido ressarcimento;

9.1.6. providencie para que:

9.1.6.1. sejam efetuados os ressarcimentos a seguir discriminados, e, em caso de insucesso, instaure a competente tomada de contas especial:

9.1.6.1.1. do valor correspondente ao notebook desaparecido, patrimônio 00586;

9.1.6.1.2. dos recursos recebidos pelo Sr. Edmundo Machado de Oliveira e repassados ao Sr. Fábio Estori de Castro, Gerente Administrativo Financeiro, no valor de U$ 2.047,50, e ainda de R$ 130,00, transferido pela ABDI em 19/05/2006, tendo em vista o cancelamento da viagem;

9.1.6.2. seja apresentada a devida comprovação, nos termos da Norma PO-0040-item 5, do ressarcimento do valor de R$ 6.720,62, referente a pagamento de hospedagem ao Sr. Alessandro G. Teixeira, no processo n. SV 023/2005;

9.1.7. faça constar os seguintes elementos/documentos nos processos a seguir definidos, em observância aos princípios constitucionais da moralidade e eficiência e ao art. 2º do Regulamento de Licitações e Contratos da ABDI:

9.1.7.1. nos processos de prestação de contas de viagem: a) justificativas visando a comprovar a correlação entre a participação do beneficiário nos eventos/curso/reuniões e outros com as atividades desenvolvidas na ABDI, demonstrando os benefícios que possam reverter à própria entidade; b) comprovantes de embarque e bilhete de passagem aérea utilizada ou não pelo beneficiário; c) relatório circunstanciado com informações adicionais a respeito do evento, contendo os principais temas tratados e a sua relevância para as atividades desenvolvidas pela ABDI, bem como elementos comprobatórios da participação do beneficiário no evento/curso e outros de acordo com o disposto na Norma PO-004;

9.1.7.2. nos processos relacionados às aquisições de bens e serviços, os documentos comprobatórios das cotações obtidas na pesquisa de preço realizada, incluindo tal item (pesquisa de preço) na Norma PO-010, relativa à Política de Compras de Materiais e Serviços;

9.1.7.3. nos processos referentes às despesas com cursos pagos a funcionários, a comprovação da sua efetiva participação;

9.1.7.4. nos processos atinentes à promoção de eventos necessários às atividades finalísticas da Agência, a comprovação da sua ocorrência;

9.1.7.5. nos processos de contratação de estagiários, todos os documentos exigidos na Norma Interna PO-022;

9.1.8. envide esforços no sentido de realizar correta programação de suas aquisições, evitando assim o fracionamento de despesas, em observância ao princípio constitucional da eficiência;

9.1.9. abstenha-se de realizar despesa com serviços de coffe breaks, buffets e coquetéis, em virtude da falta de amparo legal e inobservância aos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade e da eficiência, bem como da jurisprudência deste Tribunal (Decisão n. 325/1999 e Acórdão n. 84/2000, do Plenário; Acórdão n. 419/2005, da 1ª Câmara; Acórdão n. 250/2006, da 2ª Câmara), em razão da falta de amparo legal;

9.1.10. busque a ampliação do número de convidados, ao proceder nova licitação na modalidade convite em conseqüência da falta de interessados, convocando pelo menos uma empresa diversa daquelas convidadas inicialmente, em atenção aos referidos princípios constitucionais da moralidade e eficiência e ao art. 2º do Regulamento de Licitações e Contratos da ABDI;

9.1.11. providencie para que nos comprovantes de entrega dos convites conste a correta identificação da pessoa recebedora e o carimbo de recebimento da empresa selecionada;

9.1.12. adote providências com vistas a alertar a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC) que, na execução de suas atividades, cumpra o prazo previsto no cronograma constante no Plano de Trabalho do Convênio, sob pena de rescisão, conforme estipulado na sua Cláusula Décima Segunda;

9.1.13. promova o controle dos bens patrimoniais, formalizando o Termo de Responsabilidade e implementando a identificação do número de patrimônio para todos os bens da entidade;

9.1.14. insira, na prestação de contas a ser enviada a esta Corte, declaração expressa da respectiva unidade de pessoal de que os responsáveis estão em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens e rendas, de acordo com o previsto no item 14 da IN n. 47/2004/TCU;

9.1.15. dê publicidade aos avisos de licitação, tanto no Diário Oficial da União - DOU como em jornal diário de grande circulação local e/ou nacional;

9.1.16. informe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência deste Acórdão, as providências adotadas para atender as determinações acima indicadas;

9.2. recomendar à ABDI que avalie a possibilidade de adequar o "Procedimento Organizacional Política de Viagens - Código PO 004", denominado Norma PO-004, e o art. 5º, § 1º, do seu Regulamento de Licitações e Contratos, aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da moralidade, o da economicidade e o da eficiência;

9.3. determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que, nas próximas contas da entidade, noticie as medidas implementadas pela ABDI, para dar cumprimento a esta Deliberação;

9.4. apensar este Relatório de Auditoria à Prestação de Contas de 2005 da entidade (TC-012.308/2006-7).

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0288-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 289/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo TC-002.816/2005-4 (com 1 volume)
2. Grupo I - Classe VII - Representação.
3. Interessado: Ministério Público do Estado de Santa Catarina - 30ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital
4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
5. Relator: Ministro Guilherme Palmeira
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secex/SC.
8. Advogados constituídos nos autos: não consta.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, 30ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital, acerca de possíveis irregularidades praticadas pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC na contratação da Fundação José Arthur Boiteux/FUNJAB, entidade de apoio àquela universidade, para a implementação de cursos de pós-graduação lato sensu.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 1º, II, da Lei 8.443/92 e art. 1º, XXI e XXVI, do RI/TCU, em:

9.1. conhecer da Representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso IV, do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - que:

9.2.1. com relação aos contratos em andamento, celebrados entre a UFSC e a Fundação José Arthur Boiteux, cujo objeto seja a realização de cursos de pós-graduação lato sensu, encetar procedimentos administrativos com vistas a alterar esses ajustes, a fim de adequá-los à lei e aos regulamentos aplicáveis, especificamente quanto ao/à:

9.2.1.1. recolhimento à conta única da universidade junto ao Tesouro Nacional dos recursos referentes à arrecadação de taxas, matrículas e mensalidades, ainda pendentes de recebimento, bem como dos saldos dos fundos de reserva apurados em cada contrato, a partir da qual devem ser realizados os pagamentos das despesas contratuais;

9.2.1.2. pagamento das taxas previstas na Resolução 005/Cun/98, art. 18, inciso III, c/c o art. 58 da Resolução 10/Cun/97;

9.2.1.3. formalização dos termos, abstendo-se de utilizar o Regime de Permissão;

9.2.2. com relação aos contratos já encerrados, celebrados entre a UFSC e a Fundação José Arthur Boiteux, cujo objeto seja a realização de cursos de pós-graduação lato sensu, adotar os necessários procedimentos administrativos com vistas ao:

9.2.2.1. recolhimento à conta única da universidade junto ao Tesouro Nacional dos recursos referentes à arrecadação de taxas, matrículas e mensalidades, ainda pendentes de recebimento, bem como saldos dos fundos de reserva apurados em cada contrato, a partir da qual devem ser realizados os pagamentos das despesas contratuais; e

9.2.2.2. pagamento das taxas previstas na Resolução 005/Cun/98, art. 18, inciso III, c/c o art. 58 da Resolução 10/Cun/97;

9.2.3 limite-se a efetuar contratações fundamentadas no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, quando, comprovadamente, houver nexo entre esse dispositivo, a natureza da instituição contratada e o objeto contratual, este necessariamente relativo a ensino, a pesquisa ou a desenvolvimento institucional;

9.2.4 inclua no orçamento geral da universidade todas as receitas e despesas inerentes a sua ação institucional, ainda que eventualmente provenientes de ajustes celebrados com as fundações de apoio, aí compreendidos, entre outros, os valores arrecadados e despendidos nas atividades de extensão, tais como os cursos de pós-graduação lato sensu e outros serviços prestados com apoio dessas entidades, com patrocínio daquela instituição federal de ensino superior;

9.2.5 recolha à conta única da universidade junto ao Tesouro Nacional, em obediência ao disposto no art. 56 da Lei 4.320/64 e nos arts. 1º e 2º do Decreto 93.872/86, todas as suas receitas, inclusive aquelas provenientes de ajustes celebrados com as fundações de apoio, aí compreendidos, entre outros, recursos arrecadados de atividades de extensão, tais como cursos de pós-graduação lato sensu e outros serviços prestados com apoio dessas entidades, com o patrocínio daquela instituição federal de ensino superior;

9.2.6 realize despesas, ainda que por intermédio de fundações de apoio, desde que amparadas por crédito consignado no orçamento geral da universidade;

9.3. enviar cópia da presente deliberação, bem como do Relatório e do Voto que a fundamentam:

9.3.1. aos Ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão, à Casa Civil da Presidência da República, à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e à Comissão de Educação do Senado Federal, cientificando-lhes da dificuldade vivenciada pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC na realização de cursos de extensão e pós-graduação lato sensu com recursos próprios dessa entidade, uma vez que, mesmo dispondo de recursos financeiros próprios recolhidos à conta daquela IFES junto ao Tesouro Nacional, essa instituição não consegue executá-los devido aos sucessivos contingenciamentos da respectiva dotação orçamentária, aprovada pelo Congresso Nacional, o que vem acarretando, inclusive, risco de descontinuidade do cumprimento dos objetivos institucionais da aludida Universidade; e

9.3.2 ao Representante.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0289-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Marcos Vinicios Vilaça (na Presidência), Valmir Campelo, Guilherme Palmeira (Relator), Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 290/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo TC-004.326/2005-2 (com 1 volume)
2. Grupo I - Classe VII - Representação
3. Interessado: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Rio Grande do Sul - Procuradoria da República no Município de Rio Grande
4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG
5. Relator: Ministro Guilherme Palmeira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade técnica: Secex/RS
8. Advogados constituídos nos autos: não consta

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela Procuradoria da República no Município de Rio Grande/RS, na qual são suscitadas eventuais irregularidades na celebração do Convênio n.º 012/2002, entre a Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG e a Fundação de Apoio ao Hospital de Ensino do Rio Grande - FAHERG; e na contratação, pela referida Fundação de Apoio, da empresa Centro de Nefrologia e Diálise Ltda - CND.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso III, do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar à Universidade Federal do Rio Grande - FURG que:

9.2.1. não prorrogue, ao final de sua vigência (abril/2007), o Convênio n.º 012/2002, celebrado com a FAHERG;

9.2.2. envide esforços com vistas à implantação de serviço próprio de diálise ou, caso opte pela terceirização, realize o devido certame licitatório, sem a intermediação da FAHERG, prevendo, no contrato a ser firmado, o pagamento de aluguel pelo uso do espaço e o ressarcimento das despesas de água, energia elétrica e telefone a sua conta única;

9.2.3. exija da FAHERG o depósito dos valores relativos ao ressarcimento dos custos de água e energia elétrica, efetuado pelo CND desde junho de 2003, na sua conta única, em atendimento ao disposto na Cláusula Nona do Convênio n.º 012/2002;

9.3. determinar à Controladoria-Geral da União - CGU que informe, nas contas relativas ao exercício de 2007 da FURG, se as determinações ora expedidas foram atendidas;

9.4. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Representante, à FURG e à FAHERG; e

9.5. encaminhar os autos ao MP/TCU, nos termos do § 1º do art. 205, do RI/TCU.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0290-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Marcos Vinicios Vilaça (na Presidência), Valmir Campelo, Guilherme Palmeira (Relator), Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 291/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo n.º TC-013.577/2006-0 (com 1 anexo com 5 volumes)
2. Grupo II; Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessada: VEMA - Construções e Comércio Ltda
3.1. Responsáveis: Epitácio de Alencar e Silva Neto (CPF não informado); Maria das Graças Guerra da Silva (CPF não informado); Geraldo Carvalho da Silva (CPF não informado) e Domingos Floriano de Matos Barros (CPF não informado)
4. Unidade: Comissão Geral de Licitações do Estado do Amazonas (CGL/AM), vinculada à Secretaria de Estado da Infra-estrutura do Amazonas (SEINF/AM)
5. Relator: Ministro Guilherme Palmeira
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, em substituição, Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Amazonas
8. Advogado constituído nos autos: Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB/AM 2.953) e Jedier de Araújo Lins (OAB/AM 1.635)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, formulada pela empresa VEMA construções e Comércio Ltda contra a Concorrência n.º 64/2005, realizada pela Comissão Geral de Licitações do Estado do Amazonas/AM - CGL/AM, com vistas à contratação de empresa de engenharia para execução de obra de recuperação e melhorias do Porto de Coari/AM, com recursos provenientes do Convênio n.º 554327 celebrado com o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT, no valor original de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, nos termos do art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, c/c o art. 237, inciso VII, do Regimento Interno, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. com fulcro no art. 250, inciso IV, do Regimento Interno, determinar a audiência dos responsáveis para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa acerca da ocorrência das seguintes irregularidades, em afronta ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/93:

9.2.1. vedação prevista no item 3.2 da Seção 6 do edital da Concorrência n.º 64/2005, no tocante ao contrato de prestação de serviços como prova de vínculo profissional, contrariando o disposto no art. 30, § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/93;

9.2.2. exigência prevista no item 16 da Seção 5 do edital da Concorrência n.º 64/2005, desacompanhada da devida justificativa técnica no processo licitatório, contrariando o disposto no § 5º do artigo 31 da Lei n.º 8.666/93;

9.3. determinar à Secex/AM a verificação da compatibilidade dos preços contratados com os de mercado;

9.4. dar ciência desta deliberação, bem como do Relatório e do voto que o fundamentam, à representante.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0291-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Marcos Vinicios Vilaça (na Presidência), Valmir Campelo, Guilherme Palmeira (Relator), Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 292/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo nº TC-013.757/2004-1 (com um volume e treze anexos)
2. Grupo I, Classe de Assunto VII - Representação
3. Unidades: Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Receita Previdenciária e Conselho Nacional de Assistência Social
4. Interessado: Deputado Federal Augusto Carvalho
4.1. Responsáveis: Sílvio Iung (CPF nº 505.191.580-91), Marcos Antônio Gonçalves (CPF nº 680.707.308-97), Lizair de Morais Guarino (CPF nº 075.752.977-15), Charles Roberto Pranke (CPF nº 340.823.280-68), Maria de Fátima Ferreira (CPF nº 541.948.739-04), Maria Cecília Ziliotto (CPF nº 019.460.218-49), Eloíza Castro Berro (CPF nº 052.181.488-06), Maria Aparecida Medrado (CPF: 642.102.608-78), Carlos Ajur Cardoso Costa (CPF: 115.108.971-00), José Carlos Aguilera (CPF: 445.606.131-68), Waldir Pereira (CPF: 272.833.728-49), Julian Marcondes Viana de Assis (CPF: 276.361.828-66), Márcio Fidélis (CPF: 289.919.079-20) e Maria Albanita Roberta de Lima (CPF: 310.987.546-20)
5. Relator: Ministro Marcos Vinicios Vilaça
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidades Técnicas: Semag e 4ª Secex
8. Advogado constituído nos autos: não consta

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação para examinar a concessão de incentivos fiscais por parte da União.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 237, inciso III, do Regimento Interno, conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar ao Ministro de Estado da Previdência Social o envio da decisão referente ao julgamento do recurso administrativo impetrado pelo INSS contra a Resolução/CNAS nº 17/06 referente ao Processo nº 71010.000145/2005-52, tão logo seja proferida, para fins de acompanhamento;

9.3. determinar à Segecex que estude, com base no art. 3º da Lei nº 8.443/92, a elaboração de proposta de normativo, versando sobre procedimentos, quando da fiscalização e análise de contas referentes a Entidades Beneficentes de Assistência Social, relativos ao cancelamento dos registros junto ao CNAS, em caso de comprovação de irregularidades na gestão de recursos públicos por parte dessas entidades, conforme o disposto no art. 36 da Lei nº 8.742/93, delimitando o termo inicial dos efeitos da decisão;

9.4. determinar ao Presidente do CNAS que:

9.4.1. caso não o tenha feito, acione os órgãos governamentais que têm assento no colegiado para que façam a substituição imediata de seus representantes no Conselho, quando houver ausências injustificadas, conforme dispõe o art. 9º, caput e parágrafo único, da Resolução/CNAS nº 177/2004 (Regimento Interno do CNAS);

9.4.2. adote providências visando adequar o art. 4º, § 3º, in fine, da Resolução CNAS nº 25/2006 às disposições contidas no art. 17, caput e § 1º, da Lei nº 8.742/93, de modo a evitar o descumprimento dos prazos legalmente estabelecidos para o mandato dos Conselheiros desse colegiado;

9.5. levar ao conhecimento da Ministra-Chefe da Casa Civil, para adoção das providências cabíveis, que os Srs. Marcos Antônio Gonçalves e Vânia Lúcia Ferreira Leite, designados como Conselheiros junto ao CNAS, mediante decreto presidencial, permanecem exercendo mandatos naquele Colegiado por período superior ao estabelecido pelo art. 17 da Lei nº 8.742/93, conforme constatado pelo Tribunal em auditoria realizada em 2006;

9.6. determinar ao Ministério da Saúde que indique, no prazo de 15 (quinze) dias, representante do órgão no CNAS, visando à manutenção da paridade prevista no art. 16 da Lei nº 8.742/93;

9.7. determinar aos órgãos governamentais com assento no CNAS, bem como ao Presidente do Conselho, que controlem e exijam presença constante seja do titular ou do suplente nas reuniões ordinárias do conselho, visando à manutenção da paridade prevista no art. 16 da Lei nº 8.742/93;

9.8. determinar à Secretaria da Receita Federal que:

9.8.1. estude a elaboração de sistema informatizado que contenha todas as informações decorrentes das fiscalizações nas Entidades Beneficentes de saúde e educação, em particular quanto ao contribuinte, objeto da fiscalização, montante dos créditos irregulares apurados e delimitação dos atos irregulares praticados, visando dar cumprimento às competências descritas no art. 1º da Portaria/MF nº 030/2005, informando ao Tribunal, na próxima Tomada de Contas Anual, as providências adotadas;

9.8.2. faça constar de sua Tomada de Contas Anual informação sobre a quantidade de Entidades Beneficentes de Assistência Social e o montante dos créditos fiscalizados no período;

9.9. determinar ao Ministro de Estado da Previdência Social o envio ao Tribunal do resultado do julgamento do recurso impetrado pelo INSS contra a Resolução nº 43/05, tão logo seja proferido, para fins de acompanhamento;

9.10. com fundamento no art. 43 da Lei nº 8.443/92, seja ouvido, em audiência, o Presidente do CNAS sobre os seguintes fatos: morosidade na análise de processos de renovação de CEAS, com decadência de créditos tributários, tal como ocorrido quanto ao Colégio São Miguel Arcanjo (CNPJ 17.498.783/0001-88), exercícios de 1994 e 1995; manutenção da imunidade deferida ao Instituto João XXIII, a despeito de o prazo do último CEAS haver expirado em 31/12/2000 e de denúncias apresentadas pelo Ministério Público Federal; e ausência de informações sobre os processos sem recadastramento e renovação, anteriores a 1998, e os vencidos a partir desse período, que são objeto de representações do INSS ou da SRP ou de denúncias do MPF, pendentes de análise;

9.11. dar ciência do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, ao CNAS, aos Ministérios da Saúde, Previdência Social e Educação, à Secretaria da Receita Federal, à Secretaria da Receita Previdenciária, ao Ministério Público da União, à Procuradoria-Geral da República, bem como ao interessado e ao Sr. Alberto Goldman;

9.12. restituir o processo à Semag, para as providências a seu cargo.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0292-08/07-P
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça (Relator), Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 293/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo n.º TC-000.470/2007-4
2. Grupo I; Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessado: Higiterc Higienização e Terceirização Ltda.
4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
5. Relator: Ministro Guilherme Palmeira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: 4ª Secretaria de Controle Externo- 4ª Secex
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação da empresa Higiterc Higienização e Terceirização Ltda, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, contra o Edital de Concorrência n.º 3/2006, promovida pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA/MS, objetivando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de informática, no âmbito das Coordenações Regionais da FUNASA;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade, previstos no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à empresa Higiterc Higienização e Terceirização Ltda. e à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA;

9.3. determinar o arquivamento deste processo.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0293-08/07-P
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Marcos Vinicios Vilaça (na Presidência), Valmir Campelo, Guilherme Palmeira (Relator), Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 294/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo n.º TC-008.844/2005-6 (com 2 volumes)
2. Grupo I - Classe de Assunto VII - Representação
3. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Sul - Secex/RS
4. Entidade: Universidade Federal de Santa Maria/RS - UFSM
5. Relator: Ministro Guilherme Palmeira
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, Lucas Rocha Furtado (manifestação oral)
7. Unidade Técnica: Secex/RS
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Representação formulada pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul - Secex/RS, em que se apreciam as conclusões de inspeção realizadas no Hospital Universitário de Santa Maria - HUSM, acerca de irregularidades na área de aquisição de órteses, próteses e materiais especiais da referida Entidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar procedente a presente Representação;

9.2 determinar a Universidade Federal de Santa Maria que:

9.2.1. abstenha de contratar obras, bens e serviços com base no inciso IV do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, quando não estiverem perfeitamente caracterizados os requisitos do art. 26, parágrafo único, da mesma Lei, bem como atendidos, especialmente, os pressupostos definidos por meio da Decisão 347/1994-TCU-Plenário;

9.2.2. abstenha de efetuar licitação do tipo menor preço global quando o objeto for de natureza divisível, sem prejuízo do conjunto ou do complexo da obra ou do serviço, promovendo a adjudicação por itens, com vistas a propiciar a ampla participação dos licitantes;

9.2.3. especifique, quando da elaboração dos editais de licitação, nos procedimentos que envolvem o uso de placas, o número de parafusos que deverão estar inclusos no preço, de modo a permitir igualdade de condições às concorrentes na apresentação das propostas, bem assim evitar cobranças indevidas, nos termos do inciso I do art. 40 da Lei n.º 8.666/93;

9.2.4. instaure processo administrativo a fim de apurar a responsabilidade do servidor Fabiano Zappe Pinho, ocupante do cargo de médico traumatologista, decorrente do fato de figurar como sócio e responsável técnico da empresa VIPI Ltda., ante o que dispõe a Lei n.º 8.666/1993 e a Lei n.º 8.112/1990;

9.2.5. atente para a disposição do art. 9, inciso III, da Lei n.º 8.666/1993, quanto à vedação de servidor ou dirigente da entidade participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento a eles necessários no âmbito da UFSM;

9.3. determinar ao Hospital Universitário de Santa Maria que:

9.3.1. realize procedimentos licitatórios com a antecedência necessária para a sua conclusão, tendo em visto o prazo de término dos contratos vigentes, evitando-se, assim, a descontinuidade na prestação dos serviços;

9.3.2. exija dos fornecedores que façam constar na Nota Fiscal o número de registro do fabricante do material junto à ANVISA, bem como oriente a equipe da sala cirúrgica a colar a etiqueta que acompanha os materiais na Nota de Sala, de modo a assegurar que a OPM utilizada seja de determinada marca, atestando a qualidade e a procedência, a fim de resguardar o profissional, o Hospital e os pacientes de problemas futuros;

9.3.3. exija o cumprimento estrito dos termos dos Editais e Contratos firmados com os fornecedores, nos termos do inciso XI do art. 55 da Lei n.º 8.666/93;

9.3.4. observe a composição mínima do prontuário médico, conforme a Portaria GM/MS n.º 396, de 12/4/2000, bem como o Parecer n.º 16/90, de 12/7/1990, e a Resolução n.º 1.638, de 10/7/2002, do Conselho Federal de Medicina;

9.3.5 exija o preenchimento de todos os campos dos Prontuários Médicos, dos Laudos Médicos para Solicitação de Uso de OPM e a Comunicação de Uso de Órteses, Próteses e Materiais Especiais, em atendimento aos itens 3.2, 5.7.5.11 e 8 do Manual do Sistema de Informações Hospitalares e Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, aprovada pela Portaria n.º 396/GM, de 12/4/2000;

9.3.6. exija que as informações do Laudo Médico para Solicitação de Procedimentos Especiais (Uso de Órtese/Prótese), Campo Justificativa, sejam de preenchimento obrigatório pelo médico assistente, conforme dispõem a PT n.º 2.036/GM, de 04/11/2002, no seu art. 5º, § 1º, o Manual do SIH/SUS, de 04/07/2003, e a PT n.º 396/GM/MS, de 12/04/2000;

9.3.7 providencie a adequação da documentação comprobatória nos prontuários médicos no tocante aos Laudos de Exames Radiológicos, com interpretação descritiva dos achados radiológicos e identificação dos materiais constantes da Tabela de OPM utilizados/implantados nos procedimentos cirúrgicos, a fim de cumprir o subitem 5.7.5.11 do Módulo Hospital, aprovado pela PT n.º 396/GM/MS, de 12/04/2000.

9.4. determinar ao Serviço de Auditoria do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul que informe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os resultados da auditoria médica efetuada no Hospital Universitário de Santa Maria na área de órteses e próteses, instaurando, se for caso, a competente Tomada de Contas Especial;

9.5. determinar à Secex-RS que promova o oitiva dos responsáveis da UFSM para manifestaram-se acerca do fato do servidor Sr. Fabiano Zappe figurar no quadro societário de empresa VIPI - Materiais Cirúrgicos Hospitalares Ltda., a despeito da vedação inserta no art. 9º, inciso III, da Lei n.º 8.666/1993, para análise em conjunto e em confronto nas contas anuais de 2005;

9.6. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Ministério Público Federal, para as providências que julgar cabíveis;

9.7. determinar o apensamento do presente processo às contas da Universidade Federal de Santa Maria referentes ao exercício de 2005 (TC 015.848/2006-3).

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0294-08/07-P
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Marcos Vinicios Vilaça (na Presidência), Valmir Campelo, Guilherme Palmeira (Relator), Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 295/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo TC-005.119/2005-1 (com 01 vol.)
2. Grupo I - Classe VII - Representação
3. Interessado: Ministério Público Federal/Procuradoria da República no Distrito Federal
4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa
Vinculação: Ministério da Saúde
5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: 4ª Secex
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela Procuradoria da República no Distrito Federal, versando sobre possíveis irregularidades praticadas no âmbito da Fundação Nacional de Saúde - Funasa

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, por atender os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 235 e 237 do Regimento Interno/TCU, para no mérito julgá-la procedente;

9.2. determinar à FUNASA que:

9.2.1. instaure Tomada de Contas Especial com vistas a identificar os responsáveis pelo superfaturamento na aquisição de 49 analisadores de íons, fornecidos pela empresa Bunker Comercial Ltda., no âmbito da Concorrência Pública Nacional NCB n.º 005/2003, nos termos do § 1º do art. 8º da Lei Orgânica/TCU;

9.2.2. providencie remanejamento dos seus servidores a fim de que estes sejam responsáveis, na Coordenação Geral de Convênios (CGCON), pelos trabalhos desenvolvidos de forma auxiliar pelos funcionários terceirizados, evitando com isso que a responsabilidade recaia sobre funcionários sem vínculo com a Administração;

9.3. determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que acompanhe nas próximas contas da FUNASA:

9.3.1. o estágio da Tomada de Contas Especial, caso venha ser instaurada ao término da ação judicial impetrada pela empresa Bio Ciência Produtos Científicos Ltda., com vistas a identificar os responsáveis pelo possível superfaturamento na aquisição de 49 (quarenta e nove) geladeiras fornecidas por ela, no âmbito da Concorrência Pública Nacional NCB n.º 005/2003, do Projeto VIGISUS;

9.3.2. o desfecho da Tomada de Contas Especial, a ser instaurada em atendimento à determinação deste Tribunal, a fim de identificar os responsáveis pelo superfaturamento na aquisição de 49 (quarenta e nove) analisadores de íons, fornecidos pela empresa Bunker Comercial Ltda., no âmbito da Concorrência Pública Nacional NCB n.º 005/2003, do Projeto VIGISUS;

9.3.3. os resultados do Processo n.º 25100.008.481/2005-17 com vistas à apuração pela Comissão de Ética de possível infrigência a princípio ou norma ética profissional;

9.3.4. a adoção de providências pelo Departamento de Administração (DEADM) a fim de comunicar aos órgãos contratantes de pessoas para atuarem na Funasa acerca da obrigatoriedade do cumprimento das normas reguladoras próprias;

9.3.5. as medidas implementadas com vistas a providenciar o remanejamento dos seus servidores a fim de que estes sejam responsáveis, na Coordenação Geral de Convênios (CGCON), pelos trabalhos desenvolvidos de forma auxiliar pelos funcionários terceirizados, evitando com isso que a responsabilidade recaia sobre funcionários sem vínculo com a Administração;

9.4. esclarecer à FUNASA que não é possível a aplicação de sanções administrativas às empresas licitantes, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, por intermédio do processo administrativo a que se refere o Despacho da Auditoria Interna, de 24.08.2004, tendo em vista que não ficou configurado atraso injustificado na execução do contrato, muito menos sua inexecução total ou parcial;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e voto que a fundamentam, ao Senhor Procurador da República, Luciano Sampaio Gomes Rolim;

9.6. apensar esta representação às contas da FUNASA referentes ao exercício de 2005, visando subsidiar sua análise.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0295-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar (Relator) e Benjamin Zymler.
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 296/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo TC-012.583/2006-2
2. Grupo I - Classe - VII: Representação
3. Interessado: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag
4. Órgão: Governo Federal
5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Semag
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Representação formulada pela Semag, tratando do descumprimento, na execução orçamentária e financeira da União, no período de janeiro a maio de 2006, da meta de resultado nominal estabelecida para aquele exercício no Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 11.178/2005 (LDO para 2006).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 determinar à Semag que acompanhe a apuração das metas de resultado nominal constantes do Anexo de Metas Fiscais da LDO, para efeito de publicidade e transparência, mediante os Relatórios de Acompanhamento da Arrecadação e da Limitação de Empenho e de Movimentação Financeira da União, realizados ao longo do exercício, e o Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República;

9.2 arquivar o presente processo.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0296-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar (Relator) e Benjamin Zymler.
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 297/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo n° TC - 004.375/2005-7- c/ 1 volume e 3 anexos.
2. Grupo I - Classe de Assunto VII: Acompanhamento.
3. Interessados: Ministério da Integração Nacional e Tribunal de Contas da União.
4. Entidade: Ministério da Integração Nacional.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 4ª SECEX.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos constituídos para consolidar as atividades de Acompanhamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, por parte do Tribunal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 43, I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 250, II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. determinar à SEGECEX que, por intermédio da Unidade Técnica competente, acompanhe a implementação do Acórdão nº 1.869/2006 - TCU - Plenário (Relação nº 44/2006 - Plenário), tão logo seja expedida a Licença de Instalação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional;

9.2. determinar ao Ministério da Integração Nacional que, tão logo seja expedida a Licença de Instalação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, informe a este Tribunal, com vistas ao cumprimento da medida alvitrada no subitem anterior;

9.3. determinar o apensamento a estes autos dos processos relacionados ao Projeto de Integração do São Francisco, que já se encontrem encerrados, em consonância à metodologia aprovada pela Representação nº 02/2005- SEGECEX;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Casa Civil da Presidência da República; à Presidência do Supremo Tribunal Federal, ao Ministro de Estado da Integração Nacional; às Presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; à Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; à Presidência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; à Presidência da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados; à Presidência da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal; à Presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal; e à Presidência da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, à Agência Nacional de Águas, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

10. Ata n° 8/2007 - Plenário
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0297-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler (Relator).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-004.287/2004-4, cujo relator é o Ministro Valmir Campelo, a Dra. Marcela Conrado de Farias apresentou sustentação oral em nome da Petróleo Brasileiro S.A-Petrobras.

NÚMERO DE ACÓRDÃO NÃO UTILIZADO

Não foi utilizado na numeração do Acórdão o n° 269.

PROCESSOS ORIUNDOS DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE CARÁTER RESERVADO

Fazem parte desta Ata, em seu Anexo VI, ante o disposto no parágrafo único do artigo 133 do Regimento Interno, os Acórdãos nºs 304 e 305, a seguir transcritos, adotados nos processos nºs TC-008.108/2006-0 e TC-010.169/2004-6, relatados pelos Ministros Ubiratan Aguiar e Valmir Campelo, na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado desta data.

ACÓRDÃO Nº 304/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo: TC - 008.108/2006-0 (com 4 anexos, e estes com 5 volumes)
Apensos: 015.179/2003-7 (com 2 volumes), 003.363/2004-3 e 011.633/2005-3 (com 1 anexo); 007.262/2006-5.
2. Grupo I, Classe de Assunto: V - Relatório de Inspeção
3. Entidade: Caixa Econômica Federal
4. Responsáveis: Maria Fernanda Ramos Coelho (CPF 318.455.334-53), Jorge Eduardo Levi Mattoso (CPF 010.118.868-47), Valdery Frota de Albuquerque (CPF 309.825.371-15) e Emílio Humberto Carazzai Sobrinho (CPF 037.321.504-53).
5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 2ª Secex.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de inspeção realizada na Caixa Econômica Federal - Caixa com o objetivo de verificar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de concessão de patrocínio.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos TC 015.179/2003-7, TC 011.633/2005-3 e TC 007.262/2006-5, apensados aos presentes autos, como Representação, por preencherem os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, III, VI e VII, do Regimento Interno/TCU, julgando-os, no mérito, improcedentes;

9.2. conhecer do TC 003.363/2004-3, apensado aos presentes autos, como Denúncia, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 234 do Regimento Interno/TCU, julgando-o, no mérito, improcedente;

9.3. determinar à Caixa Econômica Federal que:

9.3.1. adote medidas com vista a estabelecer metodologia de análise das propostas de patrocínio, com base em critérios claros e objetivos para a seleção das ações de marketing mercadológico, ponderando qualitativamente e quantitativamente, a cada concessão e no conjunto de segmentos, mesmo que por métodos estimativos, os seguintes aspectos:

9.3.1.1. relação custo/benefício da ação;

9.3.1.2. viabilidade técnica, econômica e financeira da ação;

9.3.1.3. justificativa para o interesse da Caixa no segmento patrocinado;

9.3.1.4. retornos a serem obtidos, em termos mercadológicos e financeiro/negociais; e

9.3.1.5. avaliação de eficiência, eficácia e efetividade dos resultados a serem alcançados;

9.3.2. desenvolva ferramentas gerenciais que permitam a avaliação dos resultados, em termos globais, com base em critério de classificação por grupos de ações/eventos, e/ou por grupos de beneficiários, bem como por segmento negocial ou tipo de marketing, verificando também a compatibilidade entre os recursos destinados ao segmento e os resultados atingidos, tendo por base a comparação com os demais segmentos, e que contenha ainda informações acerca da execução dos gastos efetivamente realizados, dos valores propostos e aprovados, para a verificação da eficiência, eficácia e efetividade dos patrocínios;

9.4. determinar à 2ª Secex a juntada de cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos autos do TC 019.611/2004-4, em trâmite na 5ª Secex, para subsidiar a instrução do referido processo, conforme determinação contida no item 9.2 do Acórdão 872/2005 - Plenário;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Deputado Federal Luiz Carlos Hauly e ao interessado no TC-003.363/204-3;

9.6. encaminhar cópia dos presentes autos, assim como cópia deste Acórdão, do Relatório e do Voto, à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, em cumprimento à solicitação contida na Proposta de Fiscalização e Controle nº 104/2005 (fl. 5 do TC 007.262/2006-5);

9.7. retirar a chancela de sigilo; e

9.8. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 7/2007 - Plenário (Sessão Extraordinária de Caráter Reservado)
Ata nº 8/2007 - Plenário (Sessão Ordinária)
11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Extraordinária de Caráter Reservado
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0304-08/07-P
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar (Relator) e Benjamin Zymler.
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 305/2007- TCU - PLENÁRIO

1. Processo TC- 010.169/2004-6 - Sigiloso.
1.1 Apenso: TC-007.748/2006-3 - Pensão civil instituída por João Matias da Silva (CPF 024.584.203-97), no âmbito do Ministério da Defesa (Comando do Exército), em favor da viúva, Senhora Maria Souza da Silva (CPF 191.596.683-34), e da companheira, Senhora Maria Gizélia Brito (CPF 555.915.663-91).
2. Grupo II- Classe VII - Denúncia.
3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, § 1º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 127 da Resolução TCU nº 191/2006).
3.1. Responsável: Maria Gizélia Brito (CPF 555.915.663-91).
4. Unidades Jurisdicionadas: Ministério da Defesa (Comando do Exército) e Ministério dos Transportes.
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIP.
8. Advogado constituído nos autos: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia formulada contra a Senhora Maria Gizélia Brito, beneficiária de duas pensões civis pagas pelo Erário Federal: a primeira, no âmbito do Ministério dos Transportes, instituída por seu pai, Senhor Francisco Brito, em 15/12/2000, com base na Lei nº 3.373/58 (filha solteira maior de 21 anos), e a segunda, na condição de companheira designada, com fundamento na Lei nº 8.112/90 (art. 217, inciso I, alínea "c"), deixada por João Matias da Silva, ex-servidor do Ministério da Defesa (Comando do Exército), em 17/6/2003, com quem mantinha relação de concubinato desde 1996, estando dividindo este último benefício com a viúva, Senhora Maria Souza da Silva.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, incisos V e XVI, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 234, 235, 236 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer da presente denúncia, uma vez que ela preenche os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno/TCU;

9.2. no mérito, considerar a denúncia parcialmente procedente;

9.3. considerar ilegal a concessão de pensão civil cujo ato foi autuado no TC- 010.169/2004-6, em favor da Senhora Maria Gizélia Brito (CPF 555.915.663-91), no âmbito do Ministério dos Transportes, instituída por seu pai, Senhor Francisco Brito, em 15/12/2000, sob o fundamento da Lei nº 3.373/58 (filha solteira maior de 21 anos), e negar o registro do respectivo ato;

9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula 106 do TCU);

9.5. determinar ao Ministério dos Transportes que adote medidas para:

9.5.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato foi considerado ilegal;

9.5.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.5.3. dar ciência à interessada cujo ato foi considerado ilegal de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento desse recurso;

9.6. considerar legal a concessão de pensão civil cujo ato foi autuado no TC-007.748/2006-3 -apenso, instituída por João Matias da Silva (CPF 024.584.203-97), em 17/6/2003, no âmbito do Ministério da Defesa (Comando do Exército), em favor da viúva, Senhora Maria Souza da Silva (CPF 191.596.683-34), e da companheira, Senhora Maria Gizélia Brito (CPF 555.915.663-91), e autorizar o registro do respectivo ato;

9.7. determinar à SEFIP que adote providências para monitorar o cumprimento da determinação constante do item 9.5.2 deste Acórdão, representando ao Tribunal, se necessário;

9.8. determinar o cancelamento do sigilo que recai sobre os autos (TC- TC- 010.169/2004-6), em face do disposto no art. 128 da Resolução TCU nº 191/2006;

9.9. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao denunciante e às Unidades Jurisdicionadas envolvidas: Ministério da Defesa (Comando do Exército) e Ministério dos Transportes.

10. Ata n° 7/2007 - Plenário (Sessão Extraordinária de Caráter Reservado)

Ata nº 8/2007 - Plenário (Sessão Ordinária)

11. Data da Sessão: 7/3/2007 - Extraordinária de Caráter Reservado

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0305-08/07-P

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Marcos Vinicios Vilaça, Valmir Campelo (Relator), Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 15 minutos, a Presidência convocou Sessão Extraordinária de Caráter Reservado para ser realizada a seguir e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e a ser homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 8 de março de 2007.

GUILHERME PALMEIRA
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

1ª CÂMARA

ATA Nº 6, DE 6 DE MARÇO DE 2007
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

Presidência do Ministro Valmir Campelo
Representante do Ministério Público: Dr. Paulo Soares Bugarin
Subsecretário da Sessão: ACE Francisco Costa de Almeida

Com a presença dos Auditores convocados Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir Ministro em virtude da aposentadoria do Ministro Iram Saraiva) e Marcos Bemquerer Costa (substituindo o Ministro Augusto Nardes), bem como do Representante do Ministério Público, Dr. Paulo Soares Bugarin, o Presidente da Primeira Câmara, em exercício, Ministro Valmir Campelo, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Ordinária da Primeira Câmara às quinze horas, havendo registrado as ausências do Presidente do Colegiado, Ministro Marcos Vinicios Rodrigues Vilaça, com causa justificada e do Ministro Augusto Nardes, por motivo de férias (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 12, § 2º, 33, 55, incisos I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 5, da Sessão Ordinária realizada em 27 de fevereiro de 2007, de acordo com os artigos 33, inciso X e 95, inciso I, do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os Anexos das Atas, de acordo com a Resolução TCU n° 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS RELACIONADOS

A Primeira aprovou as Relações de processos organizadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de n°s 349 a 404, que se inserem no Anexo I desta Ata, na forma do Regimento Interno, artigos 137, 138, 140 e 143, e Resoluções TCU n°s 164/2003, 184/2005 e 195/2006, a seguir indicados:

a) Ministro Valmir Campelo (Relações n°s 10 a 12);

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 349/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 137, inciso II, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva, dar quitação ao(s) responsável(eis) e mandar fazer a(s) determinação(ões) sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

1. TC-011.322/2006-1
Classe de Assunto: II
Responsáveis: FRANCISCO DE ASSIS VERÇOSA AMORIM, CPF: 240.463.374-00; GINELZIA VIEIRA MELO, CPF: 226.309.295-15; JOSÉ ADELMO FERREIRA, CPF: 259.848.614-53; JOSÉ JONAS DE MELO ALVES, CPF: 309.931.564-87; JOSÉ LUIZ ZAMBRANA, CPF: 142.977.012-00; JOÃO CORREIA DE MEDEIROS, CPF: 470.001.204-87; LAUDENICE DE ARAÚJO MATIAS, CPF: 342.066.394-34; LUIZ CÍCERO DO NASCIMENTO REGO, CPF: 134.352.214-53; MARCOS DA SILVA GOMES, CPF: 872.088.654-34; MARINEIDE PINTO DA SILVA GODOY, CPF: 342.066.714-00; SONIA MARIA DE OMENA MOURA ACIOLY, CPF: 209.862.544-87
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Satuba - AL
Exercício: 2005
Determinações:
1. ao responsável pela entidade a adoção da seguinte medida:

1.1 que observe que a transferência de recursos, a título de pagamento de contribuição ao Conselho de Diretores das Escolas Agrotécnicas Federais - CONDAF, está adstrita à previsão no orçamento da Instituição, a cada exercício financeiro, conforme a legislação em vigor e entendimento adotado por este Tribunal por meio do Acórdão nº 95/93 - TCU - 1ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 350/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 137, inciso II, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva, dar quitação ao(s) responsável(eis), e mandar fazer as determinações e recomendações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

1. TC-012.709/2005-8 - Volume(s): 3 Anexos: 4
Classe de Assunto: II
Responsáveis: ADELSON BARROS DE MELO, CPF: 290.743.474-87; ALMIR COSTA AMORIM JUNIOR, CPF: 353.322.985-87; AMANCIO HOLANDA DE SOUZA, CPF: 222.561.483-00; ANTONIO VIANEI GOMES DE SA, CPF: 428.239.274-68; ARSENIO PESSOA DE MELO JUNIOR, CPF: 332.611.214-91; CARLOS ALBERTO COELHO, CPF: 358.127.455-87; JANCILENE ALVES DOS SANTOS, CPF: 356.359.755-34; LUIZ CARLOS ALVES DOS SANTOS, CPF: 810.996.494-04; MACARIO DA SILVA MUDO, CPF: 193.030.414-53; MARIA DE FATIMA VIEIRA TORRES, CPF: 120.986.121-68; NELSON MINUSSI FILHO, CPF: 255.512.050-53; OZEVALDO DO ROSARIO SANTOS, CPF: 515.745.515-15; RIVALDO FERNANDES NEVES, CPF: 025.780.852-34; SAMUEL SILVEIRA DE FREITAS, CPF: 052.831.404-15; SEBASTIÃO RILDO FERNANDES DINIZ, CPF: 101.962.264-49
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina - PE
Exercício: 2004
1. determinar ao CEFET- Petrolina/PE que:

1.1 quando do provimento de emprego técnico-administrativo no Quadro da Instituição, mediante habilitação em concurso público de provas ou de títulos, observe o disposto no art. 22 do Decreto n.º 94.664/87, fazendo-se o enquadramento no nível inicial da tabela vigente para o cargo;

1.2 observe o disposto no art. 26 da Lei 8.666/93, fazendo constar dos processos de dispensa (para as hipóteses previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e nos incisos III a XXIV do art. 24 da mesma Lei) a razão da escolha do fornecedor executante, a justificativa do preço e a publicação do ato na imprensa oficial;

2. recomendar ao CEFET Petrolina/PE que:

2.1 observe o disposto nos itens 9.1.1 e 9.1.3 a 9.1.6 do Acórdão TCU n.º 62/2003 - Plenário, objetivando a aferição de alcance dos objetivos institucionais da entidade relacionados à formação de profissionais destinados ao mercado de trabalho, bem como a regularização dos cursos criados na área tecnológica, com habilitação em Fruticultura Irrigada, Viticultura/Enologia e Alimentos de Origem Vegetal, junto ao Ministério da Educação e aos respectivos Conselhos das Profissões Liberais; e

3. À Secex/PE para encaminhar à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão cópia dos registros da Controladoria Geral da União constantes do Relatório de Auditoria das presentes contas (fls. 652 a 654) a respeito da ocorrência relacionada à devolução a maior de recursos relativos à contribuição para o Plano de Seguridade Social, a servidores detentores de funções gratificadas ou cargos de direção do CEFET - Petrolina, para que, no exercício de sua competência, verifique se existem no Sistema de Pessoal Civil da União - SIPEC mecanismos que permitam erros nos cálculos gerados para essa rubrica a todos os servidores do Poder Executivo, de modo a promover, em caso afirmativo, os devidos ajustes.

ACÓRDÃO Nº 351/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão nº 2.747/2006 -TCU-1ª Câmara - Relação nº 112/2006, Sessão de 3.10.2006, para fins de correção de erro material, no item 1.1 onde se lê: regularizar a situação da servidora Idarcley Etelvina Lima da Rocha, leia-se: regularizar a situação do servidor Rodson de Oliveira Barros, mantendo-se os demais termos do Acórdão, ora retificado:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

1. TC-010.030/2005-4
Classe de Assunto: II
Responsáveis: IDARCLEY ETELVINA LIMA DA ROCHA E SILVA, CPF: 137.927.502-44; JOSÉ FERNANDES CARVALHO CAVALCANTE, CPF: 229.861.972-72; JÚLIO CÉSAR CAMPOS ANERES, CPF: 229.809.542-68; MÁRIO GILSON SANTOS BORGES, CPF: 042.724.552-49; NELSON BATISTA DO NASCIMENTO, CPF: 012.767.942-15; PAULO ROBERTO NOBRE DE ARAÚJO, CPF: 314.562.512-87; PAULO RODRIGUES DE SOUZA, CPF: 043.528.822-91; RAIMUNDO VICENTE JIMENEZ, CPF: 060.158.322-15
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas
Exercício: 2004

REPRESENTAÇÃO

ACÓRDÃO Nº 352/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II e 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXVI; 17, inciso IV; 143, inciso III; 237, IV, do Regimento Interno, em conhecer da representação, fazendo-se a determinação proposta, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, devendo ser dada ciência ao representante.

ÓRGÃOS E ENTIDADES ESTADUAIS

1. TC-028.572/2006-0
Classe de Assunto: VI
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - RO
Entidade: Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO
Determinação:
1. ao Fundo Nacional de Saúde - FNS que examine a prestação de contas do Convênio nº 2117/2003 (SIAFI nº 495653) à luz do sobrepreço constatado pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO, informando a este Tribunal, em um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o resultado conclusivo da análise, instaurando, se for necessário, a respectiva Tomada de Contas Especial - TCE.

TOMADA DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 353/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 27, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em dar quitação ao Sr. Marcelo Schlemper, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada mediante o Acórdão nº 808/2005 - TCU e mantida pelo Acórdão nº 1.473/2005 - TCU (Embargos de Declaração), ambos da 1ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

JUSTIÇA FEDERAL

1. TC-005.558/2002-7 - Volume: 1 Anexos: 2 Apensos: 016.276/2003-5 (c/2 Vols); 015.143/2005-0
Classe de Assunto: II
Responsável: MARCELO SCHLEMPER, CPF: 910.076.669-00
Entidade: Justiça Federal de 1ª Instância - Seção Judiciária - SC
Exercício: 2001
Valor original da multa: Data de origem da multa:
R$ 5.000,00 15.06.2005
Valor do recolhimento: Data do recolhimento:
R$ 623,99 01.09.2005
R$ 567,22 01.10.2005
R$ 624,43 01.11.2005
R$ 667,11 01.12.2005
R$ 662,29 01.01.2006
R$ 667,11 01.02.2006
R$ 667,11 01.03.2006
R$ 532,24 01.04.2006
R$ 109,21 06.05.2006

ACÓRDÃO Nº 354/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 6/3/2007, considerando o pedido de dilação de prazo, encaminhado pela Diretora Substituta do DASIS/SRH/MP, Sra. Marlene Zacarias Amâncio, por meio do Ofício nº 364/2006/DASIS/SRH/MP, datado de 29.12.2006, solicitando prorrogação de prazo por 60 (sessenta)dias, para atendimento do subitem 3.1 do Acórdão nº 3259/2006 - TCU - 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "e" do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo, em caráter excepcional, por mais 60 (sessenta) dias:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

1. TC-005.759/2004-1
Classe de Assunto: II
Responsáveis: JOSÉ VALMIR DA SILVA CRUZ, CPF: 194.189.142-04; MARISCILDA BARROZO GEBER, CPF: 112.926.872-15; MÁRIO EVANGELISTA DE LIMA, CPF: 021.913.182-15; NOÉLIA DE MAGALHÃES VILLELA, CPF: 112.907.492-72; REGINALDO MUNIZ BARRETO, CPF: 056.947.605-49; SADY CARNOT FALCAO FILHO, CPF: 066.738.211-91; VALDEMAR DA SILVA FAGUNDES, CPF: 222.083.561-87
Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AC

ATOS DE ADMISSÃO

ACÓRDÃO Nº 355/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Escola Agrotécnica Federal de Machado/MG
1. TC-012.340/2006-4 - CLEILA MARIA VITAL, CPF: 972.070.556-68; ELIZANGELI FATIMA SERAFINI DE CARVALHO, CPF: 874.612.186-20; HAGAR CERIANE COSTA CORSINI, CPF: 880.335.466-20; MARIA APARECIDA BARBOSA DA SILVA, CPF: 075.252.141-15; ROSSANA CARNEIRO DE ALMEIDA BRAGA, CPF: 957.220.336-34

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL/MG
2. TC-023.170/2006-0 - FÁBIO DE BARROS SILVA, CPF: 028.697.496-78; GAËL YVES POIRIER, CPF: 227.314.938-79; HELENA MARIA DOS SANTOS FELÍCIO, CPF: 109.635.768-28; IHOSVANY CAMPS RODRIGUÉZ, CPF: 053.690.317-46; MARCOS COELHO BISSOLI, CPF: 069.446.437-66; MARTA FELÍCIA MARUJO FERREIRA, CPF: 048.324.238-19

Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí/MG
3. TC-025.599/2006-0 - ALEANDRA DA SILVA FIGUEIRA, CPF: 205.554.038-66; MARIA JOSE CUNHA, CPF: 899.350.986-72; MAXWELL ALVES RAMOS, CPF: 025.945.436-24; VITAL JÚNIOR DE CASTRO, CPF: 884.510.546-68; VÂNIA GERALDA ALVES FERREIRA, CPF: 036.398.076-85

Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas/RS
4. TC-025.601/2006-0 - MARTIM BLANK, CPF: 749.470.950-91; MÔNICA BENETTI, CPF: 677.808.140-68; ROGÉRIO DALTRO KNUTH, CPF: 579.164.890-15; SANDRA MATTOS DA SILVA, CPF: 515.358.820-34

Escola Agrotécnica Federal de Machado/MG
5. TC-028.898/2006-2 - CARLOS EDUARDO BRAGA MENDES, CPF: 972.884.896-04; CLEBER KOURI DE SOUZA, CPF: 973.247.366-53; ELAINE CARLA PEREIRA, CPF: 002.358.566-81

Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba/MG
6. TC-028.899/2006-0 - EVANDRO ONGARO PIRES, CPF: 994.755.886-04; FREDERICO BONATO FERREIRA, CPF: 067.667.876-94; ROBERTA MARCELINO DE OLIVEIRA DO AMARAL, CPF: 044.514.186-74; SANDRO RAFAEL LAMAS VECCHI, CPF: 874.070.606-06

Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo/SP
7. TC-028.906/2006-6 - ALBERTO LUIZ FERREIRA, CPF: 062.195.928-67; ALEXANDRE DE JESUS ARAGÃO, CPF: 255.236.878-63; ASTROGILDO DE CARVALHO JUNQUEIRA, CPF: 094.965.718-24; BRENNO VITORINO COSTA, CPF: 268.256.058-01; EDSON BISPO FERREIRA, CPF: 113.681.538-44; EUDIR ALVES AFFONSO, CPF: 748.580.258-53; KATYA LAIS FERREIRA PATELLA COUTO, CPF: 080.625.588-94; MARCOS GONZALES FERNANDES, CPF: 023.362.688-33; MARISA ATILI ENNES SIMONS, CPF: 279.589.308-87; NILTON COSTA JUNIOR, CPF: 066.298.368-80; OMAR DE BARROS SILVESTRE, CPF: 007.611.966-17; RAFAEL CHEQUER BAUER, CPF: 295.028.178-85; WILSON DE ANDRADE MATOS, CPF: 105.097.418-27

PENSÃO CIVIL

ACÓRDÃO Nº 356/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Gerência Regional de Administração/AM - MF
1. TC-001.169/2007-1 - HELENA FERREIRA DE CARVALHO, CPF: 320.983.752-04; ROSENIRA MENDES DA COSTA, CPF: 564.830.822-15

ACÓRDÃO Nº 357/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo TC-005.486/2004-2 (c/ 1 anexo)
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração
3. Recorrente: Josefino Lopes Viana, CPF: 095.181.936-49, ex-Prefeito
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Januária/MG
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Guilherme Palmeira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: SERUR
8. Advogado constituído nos autos: João Batista de Oliveira Filho - OAB/MG 20.180 e Camila Drumond Andrade - OAB/MG 82.244

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos que versam sobre Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Josefino Lopes Viana, ex-Prefeito do Município de Januária/MG, contra o Acórdão nº 1106/2006 - TCU - Sessão de 2.5.2006 - Ata nº 14/2006 - 1ª Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou suas contas irregulares, aplicando-lhe multa e condenou o referido município ao recolhimento das importâncias apuradas nos autos, em decorrência do não ressarcimento ao Tesouro Nacional da remuneração do Sr. Alcir Fernando de Matos, ocupante do cargo efetivo de médico do Ministério da Saúde, referente ao período de 2.1.1997 a 2.2.1998, em que esteve cedido ao mencionado município.
Considerando que o recorrente não traz qualquer fato novo que pudesse alterar a decisão recorrida, limitando-se a rediscutir questões que já foram apreciadas por este Tribunal quando do julgamento do acórdão ora recorrido;
Considerando que os elementos trazidos aos autos pelo recorrente não demonstram a superveniência de fatos novos, razão pela qual a intempestividade constatada não pode ser afastada, a teor do art. 285, § 2º do Regimento Interno/TCU;
Considerando a anuência do Ministério Público junto ao Tribunal à proposta da Secretaria de Recursos pelo não conhecimento, por intempestivo e por não apresentar fatos novos, nos termos do art. 32, parágrafo único, e art. 48 parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 285, § 2º do Regimento Interno/TCU.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em:
9.1 não conhecer do Recurso de Reconsideração;
9.2 dar ciência deste Acórdão ao recorrente.

b) Auditor convocado Augusto Sherman Cavalcanti (Relações n°s 9 a 17):

REPRESENTAÇÃO

ACÓRDÃO Nº 358/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo TC-015.126/2005-0
2. Grupo: I - Classe de Assunto: VI - Representação
3. Interessados: Fundação Nacional de Saúde - Funasa e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Conceição de Feira/BA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade técnica: Secex/BA
8. Advogado constituído nos autos: não atuou.

9. Acórdão:
VISTOS e relacionados estes autos de representação, autuada a partir da documentação enviada pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - TCM/BA, noticiando supostas irregularidades praticadas pelo ex-Prefeito do Município de Conceição da Feira/BA na aplicação dos recursos oriundos da Funasa (construção de 104 módulos sanitários nos termos do Convênio 2.460/2001) e do FNDE (Programa de Educação Jovens e Adultos - EJA, antigo Recomeço).
Considerando que, na sessão de 10/10/2006, a Segunda Câmara decidiu, entre outras medidas, por determinar à Funasa que, no prazo de trinta dias, concluísse, se ainda não o houvesse feito, o processo de tomada de contas especial relativo ao Convênio 2.460/2001, remetendo-o, nesse prazo, à Secretaria Federal de Controle Interno para posterior envio a este Tribunal;
Considerando que, na mesma oportunidade, aquele Colegiado também determinou ao FNDE que adotasse providências com vistas à completa apuração das irregularidades objeto desta representação, no que se refere à aplicação dos recursos repassados ao Município de Conceição da Feira/BA por conta do Programa Educação de Jovens e Adultos, instaurando, caso necessário, a correspondente tomada de contas especial, a qual deveria ser remetida à Secretaria Federal de Controle Interno no prazo de sessenta dias, sem prejuízo de que fossem encaminhadas a este Tribunal as informações acerca das conclusões e providências adotadas;
Considerando que, no dia 8/1/2007, foi encaminhado a este Tribunal requerimento do Auditor-Chefe Substituto da Funasa (fls. 191), Sr. Luís Carlos Marchão, solicitando prazo adicional de 30 (trinta) dias, para cumprimento da determinação endereçada àquela unidade, uma vez que ainda não foram recebidas, pela Coordenação Nacional daquela fundação, as necessárias informações de sua Coordenação Regional no Estado da Bahia;
Considerando que, no dia 16/1/2007, foi encaminhado a este Tribunal requerimento do Coordenador-Geral Substituto da COTCE - FNDE (fls. 193), Sr. Daêr José Vieira da Mota, solicitando prorrogação de prazo, por mais 30 (trinta) dias, para atendimento das providências dirigidas àquela autarquia, em função de ainda se encontrar vigente o prazo de diligência para manifestação do responsável (convenente),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, de 6/3/2007, por unanimidade, em:
9.1. com fundamento no art. 143, inciso V, alínea “e”, do Regimento Interno do TCU, deferir os requerimentos de prorrogação, por 30 (trinta) dias, para cumprimento da providências determinadas por meio dos Ofícios 3615 e 3617/2006 - TCU/Secex/BA, contados a partir da notificação deste acórdão; e
9.2. dar ciência desta decisão aos requerentes.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 359/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, fazendo-se as seguintes determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

01 - TC-012.623/2005-1
Classe de Assunto : II
Responsáveis: CRISTIANE BARRETO DE JESUS AMARAL, CPF 012.221.997-00; FERNANDO DE JESUS COUTINHO, CPF 533.620.987-20; LUIS HENRIQUE LOREFICE DE LIMA, CPF 016.169.667-85; MARIA CARNEIRO DE REZENDE, CPF 010.775.177-18; MARIA EDVIRGES QUEIROZ MARINHO, CPF 590.406.297-49; MURILO MARTINS GUIMARAES, CPF 551.499.527-53; ROGERIO GONCALVES LOPES, CPF 711.990.207-53; SILVIO ARTUR MEIRA STARLING, CPF 263.021.367-68
Unidade: Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha
Exercício: 2004

1. Determinar à Diretoria de Contas da Marinha que informe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias e nas próximas contas da unidade em destaque, detalhes quanto ao andamento das providências com vistas à apuração dos fatos mencionados no item 4.11 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 74/2005, inclusive quanto à instauração de Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 8º, caput e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.443/1992, visando ao ressarcimento de eventuais danos causados ao Erário.

ACÓRDÃO Nº 360/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade:

1. com fundamento nos arts. 1º, inc. I, 16, inc. I, e 17 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inc. I, e 143, inc. I, alínea "a", do Regimento Interno, em julgar as contas dos Srs. Augusto Cesar Correa Seva, Aurelino da Rosa Machado Filho, Carlos Eduardo Azevedo Guimaraes, Cassio Soares Cardoso, Cilon Silvestre de Barros, Djalma Tome da Silva, Elani Mendes da Mota Silva, Ester de Paiva Virzi, Euler Pinto Coelho, Jacira do Rego Barros, Joao Eustaquio da Silveira, Jose Jorge Goncalves de Mendonça, Luiz Fernando Noel de Souza, Luiz Fernando Zugliani, Manuel Diniz Pestana, Mario Luiz Borges da Cunha, Moacir Ferreira de Oliveira e Valerio Nunes Vieira regulares e dar-lhes quitação plena;

2. com fundamento nos arts. 1º, inc. I, 16, inc. II, e 18 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inc. I, e 143, inc. I, alínea "a", do Regimento Interno, em julgar as contas dos Srs. Emanuel de Melo Vieira e Gustavo Dahl regulares com ressalva e dar-lhes quitação;

3. com fundamento nos arts. 1º, inc. I, e 93 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 169 e 213 do Regimento Interno, em arquivar a tomada de contas especial simplificada de Paulo de Moraes Fontenelle, CPF 088.483.697-58, Cleyde Fernandes Afonso, CPF 245.238.281-72, e Mariangela Araújo Furtado, CPF não informado, constante às fls. 197/213, volume 1, por racionalização administrativa e economia processual, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuarão obrigados os responsáveis, para que lhes possa ser dada a quitação, solicitando-se a audiência do Ministério Público junto ao Tribunal nesta oportunidade, nos termos do art. 108 do RI/TCU, determinando-se, ainda:

3.1. à 6ª Secex, que promova a inscrição dessas responsabilidades no cadastro específico de devedores deste Tribunal; e

3.2. à Ancine que, caso ainda não o tenha feito, adote providências com vistas a que a inscrição da responsabilidade em questão junto ao Siafi também atinja a Srª Mariangela Araújo Furtado.

MINISTÉRIO DA CULTURA

02 - TC-012.785/2005-0
Classe de Assunto: II
Responsáveis: AUGUSTO CESAR CORREA SEVA, CPF 868.110.618-04; AURELINO DA ROSA MACHADO FILHO, CPF 073.585.047-04; CARLOS EDUARDO AZEVEDO GUIMARAES, CPF 380.115.657-53; CASSIO SOARES CARDOSO, CPF 076.742.007-10; CILON SILVESTRE DE BARROS, CPF 083.863-906-20; DJALMA TOME DA SILVA, CPF 229.127.387-68; ELANI MENDES DA MOTA SILVA, CPF 334.176.101-25; EMANUEL DE MELO VIEIRA, CPF 324.085.107-59; ESTER DE PAIVA VIRZI, CPF 750.094.637-68; EULER PINTO COELHO, CPF 043.454.957-68, GUSTAVO DAHL, CPF 267.276.607-00; JACIRA DO REGO BARROS, CPF 442.519.717-87; JOAO EUSTAQUIO DA SILVEIRA, CPF 444.486.351-04; JOSE JORGE GONCALVES DE MENDONÇA, CPF 344.143.717-91; LUIZ FERNANDO NOEL DE SOUZA, CPF 285.182.097-49; LUIZ FERNANDO ZUGLIANI, CPF 755.429.357-53; MANUEL DINIZ PESTANA, CPF 334.908.137-15; MARIO LUIZ BORGES DA CUNHA, CPF 756.027.847-72; MOACIR FERREIRA DE OLIVEIRA, CPF 049.313.866-87; VALERIO NUNES VIEIRA, CPF 792.355.657-15
Unidade: Agência Nacional do Cinema (Ancine)
Exercício: 2004

ACÓRDÃO Nº 361/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, fazendo-se as seguintes determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

03 - TC-009.569/2003-7
Classe de Assunto : II
Responsáveis: ABRAM ABE SZAJMAN, CPF 001.214.108-97; EUCLIDES CARLI, CPF 003.264.538-49; LAERTE BRENTAN, CPF 003.454.348-11; LUIZ CARLOS DOURADO, CPF 767.338.408-63; LUIZ FRANCISCO DE A.SALGADO, CPF 047.793.128-68; MARCO ANTONIO C. PIAS, CPF 057.826.688-14.
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-Administração Regional no Estado de São Paulo (Senac/SP)
Exercício: 2002

1. Determinar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-Administração Regional no Estado de São Paulo (Senac/SP) que:

1.1 adote providências no sentido de realizar a modalidade adequada de licitação para as contratações de serviços de auditoria e consultoria, com vistas a atender ao princípio da igualdade de condições a todos os concorrentes, insculpido no art. 37 da Constituição Federal e no Regulamento de Licitações e Contratos do Senac; e

1.2 atente para a obrigatoriedade de apresentação de declaração de renda e bens por parte dos membros do Conselho Regional, em consonância com o disposto no art. 13 da Lei 8.429/92, no art. 1º, inciso VII, da Lei 8.730/93, no Decreto 978/93 e na IN/TCU 5/94.

TOMADA DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 362/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

04 - TC-011.136/2006-6
Classe de Assunto : II
Responsáveis: ADEMARIO GOMES DA SIVA, CPF 664.846.427-53; ANTONIO BILOURO, CPF 390.866.407-10; DILSON PORTELA DE FIGUEIREDO, CPF 874.188.197-49; FABIANO SANTOS DE SOUZA, CPF 008.348.807-33; JOSE CLOVIS DA ROCHA, CPF 388.086.764-04; JOSE LEONARDO TEIXEIRA DE CARVALHO, CPF 191.439.907-20; JOSE LUCIANO DA SILVA, CPF 217.389.044-15; JOSE RONALDO REISER DA SILVA, CPF 491.538.387-34; MARIA REGINA RAMOS, CPF 260.805.837-04; SERGIO DE OLIVEIRA COSTA VELHO, CPF 797.889.807-59; WALDEMAR NICOLAU CANELLAS JUNIOR, CPF 001.058.303-30; WILLIAM DA SILVA BARRETO, CPF 905.634.417-04
Unidade: Tribunal Marítimo
Exercício: 2005

ACÓRDÃO Nº 363/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, fazendo-se as seguintes determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

05 - TC-011.483/2006-2
Classe de Assunto : II
Responsáveis: ALESSANDRO RODRIGUES SILVA, CPF 019.319.047-82; ANTONIO BILOURO, CPF 390.866.407-10; ANTONIO CARLOS FRADE CARNEIRO, CPF 468.130.637-15; EDISON LUIZ CARDOSO PINTO, CPF 734.386.699-00; FERNANDO DA CAMARA GOMES CAVALCANTI JUNIOR, CPF 730.461.837-04; PAULO CEZAR DE QUADROS KUSTER, CPF 347.466.097-72; PAULO FERNANDES BALTORE, CPF 730.454.707-34; SEBASTIAO ROGERIO VILLAS BOAS, CPF 730.451.107-97
Unidade: Capitania dos Portos de Santa Catarina
Exercício: 2005

1. Determinar à Capitania dos Portos de Santa Catarina que informe nas próximas contas as providências adotadas com vistas ao ressarcimento dos prejuízos causados ao Erário, decorrentes do IPM instaurado pela Portaria nº 24/2005.

2. com fundamento nos arts. 1º, inc. I, e 93 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 169 e 213 do Regimento Interno, em arquivar a tomada de contas especial simplificada de Reginaldo Jorge Leite Santana, CPF 019.056.419-90, constante às fls. 42, por racionalização administrativa e economia processual, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o responsável, para que lhe possa ser dada a quitação, determinando-se à 3ª Secex que promova a inscrição dessa responsabilidade no cadastro específico de devedores deste Tribunal.

06 - TC-012.044/2006-7
Classe de Assunto : II
Responsáveis: ANTONIO BILOURO, CPF 390.866.407-10; ARILSON FERREIRA GOMES, CPF 578.449.171-72; CANDIDO VIEIRA DOS SANTOS, CPF 312.752.577-04; CARLOS AFONSO FERNANDES TESTONI, CPF 261.029.517-00; ERIC JOSE BOULANGER DA SILVA, CPF 353.177.957-53; FERNANDO PEREIRA VIANA, CPF 634.683.521-15; JOSE ALCEU DE OLIVEIRA FILHO, CPF 603.836.587-72; JOSE HAMILTON CARVALHO VIEIRA, CPF 298.188.344-53; MARCO AURELIO FERNANDES, CPF 689.270.617-72; MARCOS MUSSUMECI PORTAL, CPF 802.938.167-00; NEWTON CARDOSO, CPF 184.630.967-00; RICARDO JOSE TORRES FERREIRA, CPF 573.584.197-15; RITA DE CASSIA LOURENCO, CPF 014.044.388-66
Unidade: Comando do 7º Distrito Naval
Exercício: 2005

1. Determinar ao Comando do 7º Distrito Naval que informe nas próximas contas as providências adotadas com vistas ao ressarcimento dos prejuízos causados ao Erário, decorrentes do IPM instaurado pela Portaria nº 63/2005.

2. Determinar à 3ª Secex que arquive a Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Sr. Jesivan Ribeiro de Souza, CNH 01264329636, sem cancelar o débito a ele imposto, inscrevendo-o no cadastro específico de devedores deste Tribunal.

2. com fundamento nos arts. 1º, inc. I, e 93 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 169 e 213 do Regimento Interno, em arquivar a tomada de contas especial simplificada de Jesivan Ribeiro de Souza, constante às fls. 48, por racionalização administrativa e economia processual, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o responsável, para que lhe possa ser dada a quitação, determinando-se à 3ª Secex que promova a inscrição dessa responsabilidade no cadastro específico de devedores deste Tribunal.

07 - TC-012.594/2005-8
Classe de Assunto : II
Responsáveis: CECILIA MARIA DE SOUSA ARAUJO, CPF 590.650.877-53; EUCLIDES DUNCAN JANOT DE MATOS, CPF 033.667.317-53; FLAVIO LUCIO CORTEZ DE BARROS, CPF 027.996.347-53; GILBERTO CARLOS PEDROSO, CPF 351.551.407-49; HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA, CPF 730.461.917-15; IRAN RUBIN ROSA, CPF 730.465.587-91; JOSE ROBERTO DE ARAUJO SILVA, CPF 707.140.617-00; JULIO SOARES DE MOURA NETO, CPF 033.409.377-53; KLEBER LUCIANO DE ASSIS, CPF 045.771.597-91; LUIZ ANTONIO DA SILVA LIMA, CPF 185.989.867-04; MARCELO GAYA CARDOSO TOSTA, CPF 200.073.377-87; MAURO MAGALHAES DE SOUZA PINTO, CPF 030.571.197-00; MAURO SCHARTH GOMES, CPF 347.478.267-34; RAYDER ALENCAR DA SILVEIRA, CPF 033.693.747-49; ROBERTO DE GUIMARAES CARVALHO, CPF 001.621.751-91; THEREZINHA CARLA LOURENCO FORTUNATO, CPF 749.798.177-34
Unidade: Fundo Naval
Exercício: 2004

1. Determinar à Diretoria de Contas da Marinha que, quando da elaboração da prestação de contas da unidade em tela, observe, na totalidade, o contido na Lei nº 8.730/93 c/c os arts. 1º e 2º da IN/TCU 005/94, no que se refere às informações prestadas acerca da apresentação, pelos responsáveis, das respectivas declarações de bens e rendas.

TOMADAS DE CONTAS ESPECIAL

ACÓRDÃO Nº 364/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o item 1 do Acórdão nº 1.645/2003-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 18/9/2003, Ata nº 35/2003, como a seguir: onde se lê "1. Processo: TC 350.290/1996-6" leia-se "1. Processo TC-350.290/1996-2", de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

08 - TC-350.290/1996-2
Classe de Assunto : II
Responsável: José Ribamar Ferreira Soares, CPF 094.847.443-20
Unidade: Prefeitura Municipal de São João Batista/MA

ACÓRDÃO Nº 365/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, com fundamento no art. 27, da Lei 8.443/92, c/c o art. 218, do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em expedir certificado de quitação ao Sr. Eronias Cândido de Rezende, ante o recolhimento integral do débito e da multa que lhe foi cominada mediante o Acórdão nº 2.454/2003-TCU-1ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

09 - TC-006.362/2003-1
Classe de Assunto : II
Responsável: ERONIAS CÂNDIDO DE REZENDE, CPF 006.057.861-00
Unidade: Prefeitura Municipal de Rio Negro/MS

Valor original do débito: R$ 4.445,96Data da ocorrência: 04/4/1997

Valor recolhido: R$ 16.291,90Data do recolhimento: 21/11/2006

Valor original da multa: R$ 3.000,00Data da condenação: 14/10/2003

Valor recolhido: R$ 3.400,76Data do recolhimento: 21/11/2006

PARCELA	DATA	DÉBITO	MULTA	PARCELA	DATA	DÉBITO	MULTA
1	23/11/2004	584,85	133,82	14	14/12/2005	736,76	153,53
2	23/11/2004	584,85	133,82	15	31/01/2006	747,84	154,07
3	23/12/2004	591,48	134,56	16	02/03/2006	762,88	155,60
4	28/03/2005	615,89	137,66	17	29/03/2006	685,93	137,43
5	28/03/2005	615,89	137,66	18	05/05/2006	705,67	138,62
6	28/03/2005	615,89	137,66	19	24/05/2006	703,87	138,26
7	15/04/2005	623,87	138,51	20	26/06/2006	711,62	138,40
8	23/05/2005	633,82	139,72	21	20/07/2006	717,23	138,11
9	21/06/2005	641,74	140,39	22	24/08/2006	718,59	138,37
10	20/07/2005	641,74	140,39	23	27/09/2006	728,49	138,46
11	01/09/2005	707,47	151,15	24	21/11/2006	762,00	139,19
12	21/10/2005	715,32	151,55		TOTAL	16.291,90	3.400,76
13	06/12/2005	738,21	153,83				

REPRESENTAÇÃO

ACÓRDÃO Nº 366/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, quanto aos processos a seguir relacionados, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, e 237, inc. III, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da(s) representação(ões) para, no mérito, considerá-la(s) parcialmente procedente(s), fazendo-se a(s) recomendação(ões) e/ou determinação(ões) proposta(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

10 - TC-007.548/2005-4
Classe de Assunto : VI
Responsável: RAIMUNDO ERRE RODRIGUES FILHO, CPF 043.986.703-78
Interessados: Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais de São Benedito do Rio Preto/MA - SINFESP e Vereadores Irapoan de Sousa Aguiar, Manoel Artagnan Araújo Sobrinho, Carlos Celso de Mesquita Sousa e Maria Teresa de Mesquita Costa Mendes
Unidade: Prefeitura Municipal de São Benedito do Rio Preto/MA

1. Determinar à Prefeitura Municipal de São Benedito do Rio Preto/MA que atente ao fiel cumprimento do art. 7º da Lei 9.424/1996, no que diz respeito à aplicação de pelo menos 60% dos recursos originários do Fundef, única e exclusivamente, na remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício.
2. Determinar à Secex/MA que:
2.1. informe aos interessados que os fatos noticiados foram apurados no Processo nº 1256/2003, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão;
2.2. dê ciência desta deliberação aos interessados e ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão; e
2.3. em seguida, arquive este processo.

ATOS DE ADMISSÃO

ACÓRDÃO Nº 367/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II e § 1º; e 259 a 263 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, destacando-se o ato constante das fls. 70/71, relativo ao sr. MARCOS ANTONIO RODRIGUES FRANCA, CPF 157.980.381-49, para autuação em apartado, com vistas à proposta de diligência formulada pelo representante do Ministério Público, a fim de que seja informado o motivo do atraso da admissão do servidor, haja vista que essa ocorreu após o término do prazo de validade do concurso:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

01 - TC-028.419/2006-7
Interessados: ALEXANDRE JOSE DE FREITAS, CPF 071.182.588-22; ANDRE PALOMO COELHO, CPF 272.866.008-50; ANTONIO CARLOS ANTUNES BASTOS, CPF 071.191.968-20; ANTONIO CARLOS CATAO JUNIOR, CPF 006.378.378-94; ANTONIO CARLOS OLIVEIRA CRUZ JUNIOR, CPF 885.517.926-87; CARLOS HENRIQUE DA SILVA, CPF 126.255.698-83; EDSON FERNANDO BIATO, CPF 564.763.459-15; EDSON GARCIA GUEDES, CPF 074.411.018-16; EDSON GOMES DA ROCHA, CPF 103.975.708-13; EDSON LUCAS DE OLIVEIRA, CPF 041.717.868-94; EDUARDO LAIME FILHO, CPF 205.781.304-59; ELSON ABE MEDEIROS, CPF 215.940.618-07; FABIO LUIS DE ALMEIDA, CPF 143.551.998-19; FATIMA ROSSETO LACERDA NUNES, CPF 826.704.398-53; FRANCISCO ALENCAR DE SOUZA, CPF 115.624.028-03; FREDERICO GENN PORTO DE SOUZA, CPF 019.202.988-60; GILMAR GONÇALVES DE SOUZA, CPF 054.133.848-07; GILSON ALEXANDRE DOS SANTOS, CPF 184.698.498-08; HELIO BERTOLA, CPF 087.068.078-10; JOÃO BATISTA PEREIRA RANGEL, CPF 048.228.908-21; JOSE MONTEIRO DE CAMPOS JUNIOR, CPF 054.943.228-07; JOSE ROBERTO PINHEIRO, CPF 098.501.538-14; JOSE SIMOES FERREIRA JUNIOR, CPF 118.159.168-69; JOSIVALDO TAURINO DE LIRA, CPF 121.390.548-65; JUAREZ BARBOSA FERREIRA CARDOSO, CPF 169.489.888-14; LAZARO BENEDITO DA SILVA, CPF 114.844.208-10; LUCIANO AMERICO DE OLIVEIRA PINTO, CPF 138.317.448-23; LUCIANO FRANCISCO DO NASCIMENTO, CPF 105.758.068-69; LUIS EUCLIDES ALVES, CPF 112.458.508-73; LUIS HENRIQUE LOURENÇO, CPF 097.644.898-00; LUIZ ANTONIO DO AMARAL, CPF 028.583.068-69; MARCELO LEITE DE CAMARGO, CPF 122.923.098-07; MARCELO LEVY GERMANO, CPF 157.944.068-10; MARCILIO MARINHO PEREIRA, CPF 112.562.378-09; MOISES PEREIRA, CPF 536.849.669-91; NATANAEL VITORIANO DO PRADO, CPF 062.427.568-03; NELSON DE PAULA SANTOS JUNIOR, CPF 265.992.668-94; NICANOR TEIXEIRA GOMES JUNIOR, CPF 844.288.219-72; NILSON RESTANHO, CPF 465.159.681-91; NORBERTO SCALISSE, CPF 012.349.308-03; PAULO ROBERTO AUGUSTO RIBEIRO, CPF 048.305.288-42; RAFAEL GERALDO GAIOTO SOARES, CPF 038.568.599-85; RENATO DE SOUZA LYRA, CPF 020.882.438-36; RICARDO ALAVER PEIXOTO, CPF 112.172.298-92; RICARDO CASTRO VASCONCELLOS, CPF 072.376.528-69; RICARDO SALA DE OLIVEIRA, CPF 091.437.878-35; ROMEU DOS SANTOS FILHO, CPF 740.644.017-00; SANDRO CASTANHO DE ALMEIDA, CPF 072.827.828-65; SERAFIM ALBERTO DA COSTA, CPF 027.625.428-71; VALMIR CARDOSO, CPF 127.512.498-41; VITOR ANTONIO MARQUEZINI, CPF 025.925.628-50; WAGNER NORBERTO DA SILVA, CPF 019.108.948-69

TOMADA DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 368/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os art. 143, inciso IV, do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazos fixados para atendimento às citações e audiências determinadas pelos itens 9.1. e 9.2 do Acórdão nº 2562/2006 - Câmara, prolatado na sessão de 12/9/2006, Ata 33/2006, solicitadas pelos Srs. Orcemir José da Paz Furtado (fls. 497) e Lourival da Cunha Souza (fls. 547e 567), por mais 30 (trinta) dias, a partir da notificação da presente deliberação:

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

01 - TC-010.349/2003-6
Classe de Assunto : II
Responsáveis: LOURIVAL DA CUNHA SOUZA, CPF 104.132.003-53; ORCEMIR JOSÉ DA PAZ FURTADO, CPF 076.008.283-91
Unidade: Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Maranhão (DRT/MA)

ATOS DE ADMISSÃO

ACÓRDÃO Nº 369/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143 e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

01 - TC-002.093/2007-6
Interessados: BRENDA LUCIA RIBEIRO DA SILVA PINTO, CPF 198.256.174-20; GERSON ALVES DE OLIVEIRA, CPF 417.889.407-25

MINISTÉRIO DA DEFESA

02 - TC-002.025/2007-6
Interessados: CHARLES CRISTIANE PEREIRA, CPF 788.926.601-44; CLAUDEILTON DA SILVA, CPF 813.667.101-00; EDSON VITORINO DA SILVA, CPF 823.480.651-34; GEBSON AURINO DOS SANTOS, CPF 941.155.594-20; JACSON KLEY ALVES CARDOSO, CPF 799.742.281-15; JENILDO SANTOS LIMA, CPF 818.288.291-53; JOSÉ RINALDO DA SILVA JÚNIOR, CPF 759.980.411-00; MARCOS ANTONIO DA SILVA, CPF 788.113.254-04; RILDO BORGES DA SILVA, CPF 334.242.501-63; WILHAN DOS SANTOS BRITO, CPF 912.127.906-34

03 - TC-028.886/2006-1
Interessados: LEANDRO MEIRELLES DIAS, CPF 077.016.256-82; LEANDRO SOUZA DE FREITAS, CPF 103.088.057-39; LEANDRO VIEIRA DA LUZ, CPF 100.962.087-83; LEONARDO ABREU DE ALMEIDA, CPF 105.371.327-40; LEONARDO FERNANDES PEREIRA, CPF 111.378.047-93; LEONARDO FRANCA DE BRITO, CPF 122.147.707-20; LEONARDO LIRA DE OLIVEIRA DIAS, CPF 103.762.957-40; LEONARDO MENDONCA DA COSTA E SILVA, CPF 108.819.957-70; LEONARDO SODRE LAMON, CPF 057.865.227-76; LEUNAM BAPTISTA SALGADO, CPF 116.156.517-56; LIELSON DE OLIVEIRA SILVA, CPF 122.746.257-35; LINCOLN OURIQUE GOMES, CPF 112.288.327-73; LUCAS SARAIVA PASSOS, CPF 784.165.312-34; LUCIANO CAMILO DOS SANTOS, CPF 106.021.617-54; LUCIANO FERNANDES DE OLIVEIRA SOARES, CPF 108.183.717-90; LUIS ROBERTO SOUZA, CPF 116.408.687-12; LUIZ ALBERTO SANTOS DA CUNHA, CPF 059.516.337-88; LUIZ CLAUDIO SANTOS CARNEIRO DA CUNHA, CPF 116.371.207-88; LUIZ DANTAS CARDOSO DOS SANTOS, CPF 118.154.207-31; LUIZ FELIPE TEIXEIRA DOS REIS, CPF 120.685.127-93; LUIZ VINICIUS DOS SANTOS LEITAO, CPF 111.423.287-40; MAICON FERRAZ DOS SANTOS, CPF 058.786.137-19; MARCELO ALVES DE MESQUITA, CPF 008.511.153-81; MARCELO EDUARDO PEIXOTO PORTO, CPF 015.454.496-51; MARCELO MADEIRA PERCU, CPF 116.582.427-26; MARCELO VITOR SIQUEIRA MEDEIROS, CPF 923.625.242-72; MARCIO DE SOUZA KOCK, CPF 113.107.547-13; MARCIO MARTINS DE SOUZA, CPF 670.935.583-72; MARCIO RENNE FERREIRA PRAXEDES, CPF 024.605.973-71; MARCIO RODRIGUES FONSECA, CPF 801.736.592-68; MARCOS AURELIO CONCEICAO DA SILVA, CPF 110.449.967-30; MARCOS DA MOTA DE OLIVEIRA, CPF 010.311.673-74; MARCOS PAULO REALI MACEDO, CPF 058.696.147-08; MARCOS ROBERTO DE AMORIM PANTOJA, CPF 863.601.672-04; MARCOS VINICIUS PEREIRA ARAUJO DOS SANTOS, CPF 058.721.157-17; MARCUS VINICIUS DA SILVA AMARAL, CPF 110.301.427-77; MARCUS VINICIUS ERBAS DA SILVA, CPF 118.135.467-62; MARIO HENRIQUE DOS SANTOS BELLO, CPF 122.372.637-10; MARIO HERCILIO FONTENELE FILHO, CPF 019.658.703-41; MARIO JUNIOR RODRIGUES QUINTANILHA, CPF 122.503.837-58; MARLON SOUZA COSTA, CPF 121.352.137-80; MAURICIO GONCALVES AREIAS, CPF 110.397.697-48; MAX HEINDEL CAMPOS PACHECO, CPF 125.029.197-62; MAYCON PINTO DOS SANTOS, CPF 099.271.417-69; MAYKO RIBEIRO CALAZANS, CPF 119.088.887-41; MICHEL DA SILVA CARDOZO, CPF 103.895.317-07; NELSON LUCIANO FREITAS SOUSA, CPF 839.589.322-15; NILTON SOARES, CPF 057.061.027-32; OTAVIO DE ALMEIDA CONSOLI, CPF 108.853.187-30; PABLO AGUIAR BERTORA, CPF 054.719.127-80; PABLO DE MOURA CASTRO, CPF 110.422.937-40; PAULO AGRA, CPF 057.832.717-13; PAULO CESAR DE VIVEIROS CABECEIRAS, CPF 109.179.287-92; PAULO DAVID VENANCIO ARAUJO, CPF 009.631.523-78; PAULO GABRIEL CORREA GOMES, CPF 099.735.067-90; PAULO RENATO CUNHA DE BARROS, CPF 118.158.667-48; PAULO SERGIO DOS SANTOS PEREIRA, CPF 114.954.557-77; PAULO VICTOR LOPES DA CRUZ, CPF 116.990.027-54; PEDRO DANIEL LAGES KRITIKOS, CPF 017.844.033-77; PEDRO DE FREITAS ALVES, CPF 059.664.097-81; PETER DA SILVA SANTOS, CPF 117.884.277-00; PETRE PEREIRA LOYOLA, CPF 113.353.827-47; PHELIPPE FERNANDES SANT ANNA FILHO, CPF 111.877.547-30; PHILIPE MENDONCA DE ARAUJO, CPF 106.511.787-62; PYTER PAULO SOARES DAS NEVES, CPF 884.370.432-04; RAFAEL ANDRADE DAS NEVES, CPF 113.129.757-17; RAFAEL ANDRADE DO NASCIMENTO, CPF 120.031.357-74; RAFAEL BAPTISTA DE ANDRADE GRACIANO, CPF 116.444.037-30; RAFAEL COELHO DE ALMEIDA PONTES, CPF 058.067.517-32; RAFAEL DE AGUIAR DOS SANTOS, CPF 122.417.017-26; RAFAEL DE ANDRADE GUERRA, CPF 118.506.247-55; RAFAEL DE MORAIS FERREIRA, CPF 001.660.373-70; RAFAEL DE SOUZA CASTRO, CPF 067.534.884-64; RAFAEL DOS SANTOS MESQUITA, CPF 117.917.937-46; RAFAEL FONTES DA SILVA, CPF 116.547.727-04; RAFAEL FREITAS ALVES, CPF 122.425.807-01; RAFAEL GOMES FONSECA, CPF 020.611.503-22; RAFAEL GONCALVES DE OLIVEIRA, CPF 115.760.557-52; RAFAEL JORGE SOUZA DA SILVA, CPF 105.695.197-48; RAFAEL LIMA CUNTO, CPF 108.883.477-90; RAFAEL LOPES DE SOUZA, CPF 115.791.397-01; RAFAEL LUCENA BARBOSA SILVA, CPF 104.594.017-85; RAFAEL REIS MENDES, CPF 080.178.646-04; RAFAEL SANTANA PEREIRA, CPF 113.251.677-38; RAIMUNDO RUFINO DA SILVA MENDES RAULINO, CPF 114.911.067-86; RAMON PRATES DE OLIVEIRA, CPF 122.448.007-41; RAMON SOUZA CAMPOS, CPF 123.141.167-80; RAPHAEL CAETANO DE ANDRADE, CPF 058.890.277-27; RAPHAEL GOMES DE SOUSA, CPF 016.827.433-73; RAPHAEL VIEIRA ALVES, CPF 110.212.807-47; REGINALDO TELEK, CPF 057.687.117-67; REINALDO MARCAL JUNIOR, CPF 112.896.457-01; RENAN DE MIRANDA ESTEVAO, CPF 055.597.647-52; RENATO ESPOSTI TOLENTINO, CPF 116.099.507-98; RICARDO DE ALMEIDA FIGUEIREDO, CPF 058.776.747-22; ROBSON ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA, CPF 105.853.157-36; ROBSON DE ANDRADE SENA, CPF 105.794.077-13; ROBSON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR, CPF 119.671.807-50; ROBSON VIDAL JACQUES JUNIOR, CPF 059.023.017-42; RODRIGO ALVES DE SOUZA, CPF 122.027.507-70

04 - TC-028.896/2006-8
Interessados: GUILHERME CESCON FERREIRA DA SILVA, CPF 114.254.927-54; HANSELMO FERREIRA DE MELO, CPF 055.455.624-35; HARLLINSON RODRIGO TEIXEIRA LOPES, CPF 060.158.464-37; HELIO RICARDO GOMES DE OLI-

VEIRA, CPF 118.791.527-03; HUGO CESAR DA SILVEIRA COSTA, CPF 054.212.424-63; HUGO DE OLIVEIRA FERNANDES, CPF 106.327.127-40; HUIRLAN CLECIO FREIRE BARBOSA, CPF 068.181.514-00; HUMBERTO SANTOS MOURA, CPF 031.715.285-84; HYLLO TALLYNO GOMES SILVEIRA, CPF 067.848.214-40; IONO ROBERTO DE OLIVERIA, CPF 014.233.964-48; ISAAC MANOEL LESSA SANTANA, CPF 066.799.384-30; ISAIAS ALVES DOS SANTOS, CPF 112.629.737-24; IURE DOS SANTOS FONSECA, CPF 067.010.744-13; IVERSON SANTOS CORREA, CPF 119.933.217-80; JACSON DOS SANTOS SOUZA, CPF 112.982.927-86; JADSON BRUNO ALEXANDRE DE SOUZA, CPF 053.468.474-21; JAILSON AMARO DA SILVA, CPF 055.196.184-88; JAILSON PALMEIRA DA SILVA, CPF 057.956.254-93; JAMERSON DA SILVA ANDRADE, CPF 064.718.864-38; JARBAS JOSE DE OLIVEIRA JUNIOR, CPF 056.374.664-59; JEAN LUIZ TURQUE DAS CANDEIAS, CPF 117.999.677-19; JEDSON GALDINO GONCALVES, CPF 057.404.244-02; JEFERSON HENRIQUE DE ARAUJO, CPF 072.094.164-47; JEFERSON MARCOS SOUZA SANTOS, CPF 062.695.064-33; JEFFERSON FELIPE RUFINO DE ARAUJO, CPF 071.929.804-04; JEFFERSON KEYTON DA SLVA ANDRADE, CPF 051.994.314-71; JEFFERSON PE DA CRUZ, CPF 053.384.564-51; JEFFERSON RENATO LIMA NUNES, CPF 015.176.243-04; JEFFERSON SILVA DE SOUZA, CPF 111.626.877-97; JEFFERSON THIAGO DOS SANTOS, CPF 017.395.755-20; JESSE GONCALVES DE ALMEIDA FILHO, CPF 021.202.565-19; JOAO AUGUSTO GOMES MOURA, CPF 031.778.025-56; JOAO CARLOS RODRIGUES DA CRUZ MARQUES, CPF 048.066.084-08; JOAO CEZAR GOMES JUNIOR, CPF 063.326.994-85; JOAO JOSE OLIVEIRA LIMA, CPF 025.311.205-21; JOAO MARIA LEMOS, CPF 058.860.004-02; JOAO MIGUEL JUNIOR DE SOUZA, CPF 115.769.197-81; JOAO PAULO DE SOUZA ARAUJO, CPF 057.760.874-65; JOAO SILVA DE JESUS, CPF 023.518.645-73; JOAO VICTOR FERREIRA VIANA, CPF 104.906.957-95; JOAO VITOR CAMELO DA SILVA, CPF 104.252.067-42; JOBSON FERNANDO SANTOS OLIVEIRA, CPF 011.747.324-31; JONAS CICERO DE OLIVEIRA, CPF 064.986.884-67; JONATAN PAES BARRETO DANTAS, CPF 110.424.557-40; JONATH SANTOS SANTIAGO, CPF 122.559.337-99; LEANDRO GENU DE WECK, CPF 939.708.892-00

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

05 - TC-028.417/2006-2

Interessados: ALISSON RICARDO DO NASCIMENTO, CPF 026.274.374-45; ALMIR CAMPOS DE OLIVEIRA, CPF 033.175.438-09; ANGELO IVO SIQUEIRA REIS, CPF 041.740.848-07; ANTONIO CARLOS DE SOUZA SA, CPF 854.962.008-49; ANTONIO CARLOS MARTINS, CPF 118.145.878-10; ATALIBA PEREIRA DE SOUSA, CPF 082.123.167-77; BRUNO SCHETTINI GONÇALVES, CPF 051.593.527-16; BRUNO TITONELI BERCO, CPF 100.423.817-70; CARLOS ALBERTO FISCHER, CPF 086.680.578-80; CARLOS AUGUSTO VALERINO DA CUNHA, CPF 115.214.518-50; CLAUDINEI ROBERTO CASEMIRO, CPF 190.258.088-59; CLEISON RODRIGUES DA SILVA, CPF 030.298.799-17; DANIEL MATARAGI FILHO, CPF 296.418.598-03; ELIEZER JOSE GOULART, CPF 004.594.099-13; FABIANO MINALI, CPF 278.204.728-04; FABRICIO SILVA ROSA, CPF 886.965.961-53; FELIPE DIAS DE CARVALHO DA SILVA LOPES, CPF 108.888.507-19; FERNANDO HABERT CAMPOS DE MEDEIROS RODRIGUES DE SO, CPF 076.041.337-11; FLAVIO PEREIRA DE MELO, CPF 020.082.367-14; FRANCISCO DE CARVALHO SIQUEIRA SANTOS, CPF 150.285.568-22; GIOVANI MARIA JUNIOR, CPF 281.315.798-83; GUSTAVO ZANON SCHMIDT, CPF 214.145.638-09; HERMENEGILDO HOLANDA SILVA JUNIOR, CPF 309.702.453-00; HERMES DOMINGUES, CPF 260.607.998-17; HILDEMÁRIA TEIXEIRA MIRANDA, CPF 335.477.342-15; IGOR DE AQUINO, CPF 842.413.061-87; ISAQUE DE LIMA GONÇALVES, CPF 196.827.600-97; JOÃO BATISTA MOREIRA DE LEMOS NETO, CPF 781.710.404-20; JONES RODRIGUES DOS SANTOS, CPF 613.534.773-04; JOSÉ FRANCISCO DE CASTRO LEITE, CPF 887.077.928-91; JOSE LUIZ RODRIGUES DA SILVA, CPF 077.970.238-75; LEONARDO MELLO FRAUCHES, CPF 054.180.227-50; LOURIVAL ALVES DE SOUZA, CPF 078.905.668-24; LUCAS ORSINI MARTINS, CPF 036.799.039-36; LUIS CARLOS APARECIDO MOREIRA, CPF 887.381.088-87; LUIZ ERNANI GUEDES, CPF 138.393.358-84; MARCELO KANASHIRO, CPF 563.669.731-72; MARCO ANTONIO ROSA E SILVA, CPF 420.483.201-63; MARCO ANTONIO VIEIRA FERREIRA, CPF 141.570.818-54; MARLENE MORAES DE PROENÇA, CPF 097.871.978-64; MATIAS FLORIT LLOMPART, CPF 057.827.368-36; MILTON DONIZETI DA SILVA, CPF 103.961.938-03; NELSON TEIXEIRA DA SILVA FILHO, CPF 961.075.296-91; NIVALDO DE SOUZA FLÔR, CPF 238.726.244-15; ODILON DE OLIVEIRA, CPF 018.324.988-75; PAULO VITOR MACHADO RODRIGUES CRO, CPF 853.606.861-20; PEDRO IVO DA SILVA, CPF 317.684.028-41; REGINALDO RAMOS FEITOSA, CPF 116.914.748-86; RENATO RIBEIRO ESCOBAR, CPF 248.642.528-40; RODRIGO BORGES SILVA, CPF 844.733.631-04; RONALDO DE SOUZA LOPES, CPF 118.402.578-90; ROSEMEIRE PEREIRA NASCIMENTO, CPF 036.697.126-31; SERGIO MARCEL UEDA, CPF 035.468.289-09; SERGIO MENDES DINIS, CPF 673.617.816-91; SERGIO PROTASIO CORREA GOMES, CPF 989.827.020-91; SILVESTRE SCARDOVELLI, CPF 112.754.158-73; TEOFILO SILVA NETO, CPF 023.615.638-19; THIAGO GARCIA PEREIRA, CPF 319.457.208-32; URIEL TORRES FIDELIS DE LIMA, CPF 030.955.309-19; VANDERLEI APARECIDO DIAS, CPF 080.201.488-76; WALDIWILSON DOS SANTOS PINTO, CPF 056.555.478-64; WALMIR PERES, CPF 076.133.518-82; WALTER AUGUSTO RAINHA, CPF 021.498.248-33; WASHINGTON GONZAGA FERRAZ, CPF 026.119.408-94; WILBER SILVA DOS SANTOS, CPF 068.842.407-41; WILSON VIANA JUNIOR, CPF 041.588.568-09

06 - TC-028.872/2006-6

Interessados: ADAUTO CAMPOS MOREIRA, CPF 665.467.291-72; AGENOR ALVES DE ALMEIDA JUNIOR, CPF 001.102.395-39; ALEXANDRE BARBOSA WAIDT, CPF 521.333.706-68; ALEXANDRE CARNEIRO CAMPELLO FILHO, CPF 019.243.244-31; ALONSO MATA TRINDADE, CPF 016.301.197-41; ANDERSON RODRIGO CRUZ DE OLIVEIRA, CPF 087.844.527-73; ANDRE LUIZ FERREIRA MOREIRA, CPF 962.074.261-34; BRAYTNER HUGO TAVARES NUNES, CPF 003.680.973-07; CHRISTYANNE MARQUES LACERDA, CPF 868.196.901-34; CLEVERSON LAUTERT CRUZ, CPF 882.695.900-53; DANIEL RODRIGUES SETÚBAL, CPF 008.579.704-96; DANIEL ROSA BALTAZAR, CPF 015.871.949-29; DANILO MEDEIROS DE PAULA, CPF 613.313.413-53; ELBER RAFAEL RAMOS, CPF 002.447.931-40; FABIO MARCELLUS SETTA LAGARES, CPF 073.839.377-08; FABIO VALLES PELLEGRINI, CPF 062.160.538-76; FERNANDA PATRICIA ALVES SANTANA, CPF 000.531.971-43; FERNANDO ODAIR DALTOE, CPF 796.017.159-91; FLAIRTON MARCELO MAGALHÃES, CPF 798.568.881-15; FLAVIO PROTASIO DE VASCONCELOS, CPF 652.436.765-00; HALLISON ANDRÉ DE ARAÚJO MELO, CPF 977.617.614-34; HELTON EDI XAVIER DA SILVA, CPF 806.929.154-00; IVAN PEREIRA MACIEL, CPF 944.602.131-68; JOÃO FECHINE NETO, CPF 689.856.574-53; JORGE HENRIQUE TEIXEIRA NETTO, CPF 126.632.804-10; JORGE LUIS FONSECA DA SILVA, CPF 183.217.124-87; JORGE ROBERTO PESSOA DE MOURA, CPF 363.159.404-63; JOSE ABRAÃO PEREIRA DOS REIS, CPF 697.323.294-91; JOSÉ ADALBÉRIO MOREIRA DA SILVA, CPF 749.288.134-72; JOSÉ ADEILSON DOS SANTOS, CPF 614.179.394-00; JOSE ADELINO DE MEDEIROS NETO, CPF 686.745.974-91; JOSE ALEXANDRE BARBOSA LEITE, CPF 387.773.634-34; JOSE AMARO DE MELO, CPF 517.779.834-87; JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA, CPF 337.632.164-72; JOSE BEZERRA DE LIMA JUNIOR, CPF 622.820.264-20; JOSE CARDOSO DA SILVA FILHO, CPF 485.418.004-82; JOSÉ CARLOS PATÚ DE OLIVEIRA, CPF 335.781.174-04; JOSE DE RIBAMAR BASTOS DA SILVA FILHO, CPF 452.940.623-72; JOSE DO CARMO LIEUTHIER FILHO, CPF 306.656.714-15; JOSE EDUINO DE BRITO CAVALCANTI, CPF 509.272.134-00; JOSÉ FERREIRA DE ANDRADE JÚNIOR, CPF 435.966.145-20; JOSE FLAVIO MOREIRA DA SILVA, CPF 741.910.984-20; JOSE HENRIQUE DOS SANTOS, CPF 705.367.836-91; JOSÉ IDELMÁRIO VIANA RIBEIRO, CPF 402.718.704-00; JOSÉ MARCOS TAVARES DOS SANTOS, CPF 531.670.904-72; JOSÉ MARCUS GONÇALVES, CPF 401.442.914-87; JOSÉ MAURO DE BRITO CAVALCANTI, CPF 616.650.884-00; JOSÉ ODIMAR DE CALDAS BRANDÃO, CPF 472.798.184-04; JOSÉ PIRES FREIRE, CPF 340.710.594-00; JOSÉ RANULFO DE ARAÚJO FILHO, CPF 454.428.004-49; JOSELITO DE MOURA BARBOSA, CPF 483.151.841-72; JOSENILDO VIEIRA VENTURA, CPF 212.267.094-00; JOSUÉ HONÓRIO DA SILVA JUNIOR, CPF 881.557.304-68; JULIANO GOMES DE ALMEIDA, CPF 799.481.971-00; KYARA LUCY SOARES, CPF 628.131.704-10; LAURÊNIO DE ALBUQUERQUE DA SILVEIRA FILHO, CPF 579.263.524-20; LEANDRO AFONSO DE MELO, CPF 758.188.921-15; LEONARDO PINHEIRO DE SOUZA, CPF 794.428.974-20; LEVI TIMÓTEO CARNEIRO, CPF 628.259.174-00; LOURINALDO TERTULIANO DE BARROS, CPF 497.276.994-72; LUCIANO JOSÉ LEMOS DE OLIVEIRA, CPF 245.172.914-72; LUCIANO LOPES ALVES, CPF 832.046.014-04; LUCIO FLAVIO DE CARVALHO LEÃO, CPF 846.971.994-72; LUIZ ÁLVARO DA SILVA LEAL, CPF 656.298.254-53; LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO RODRIGUES, CPF 373.540.354-91; MANOEL DIONISIO DE SOUZA NETO JÚNIOR, CPF 679.577.734-00; MANOEL FERREIRA REZENDE, CPF 496.491.324-49; MANOEL SEVERINO DE ALBUQUERQUE, CPF 174.417.494-68; MARCELO JOSE BATISTA DE MORAIS, CPF 168.462.814-87; MARCÍLIO FÁBIO SANTOS MARTINS, CPF 621.681.695-00; MARCILIO SATYRO DE SOUSA REBOUÇAS, CPF 426.659.494-15; MARCÍLIO VERAS PESSOA, CPF 311.297.574-04; MARCIO FREITAS DE SOUZA, CPF 373.161.504-59; MARCOS ANTONIO BASILIO DA SILVA ROCHA, CPF 429.029.083-34; MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FERREIRA, CPF 610.919.521-91; OSCAR GROSSKOPF SCHLOTTFELDT FILHO, CPF 801.400.680-15; PRISCILA MARA PAIVA DE OLIVEIRA, CPF 708.271.841-15; REINALDO DIAS DE MOURA, CPF 845.768.391-87; RICARDO GOMES SILVA, CPF 616.629.334-87; ROBERTO DOURADO SANTOS DA SILVA, CPF 200.474.953-91; ROBERTO FEIJO MACHADO, CPF 016.400.107-77; ROBERTO GOMES DA SILVA, CPF 009.055.599-67; RUDSOM DE OLIVEIRA LIMA, CPF 032.535.044-25; SERGIO JOSE ALVES LEITE, CPF 374.917.844-53; THIAGO CODEÇO DE LEMOS, CPF 086.530.817-98; VALDELI SANTANA, CPF 959.183.024-68; VALMIR FERREIRA DA LUZ, CPF 387.529.564-15; WAGNER NAZARETH MONTEIRO, CPF 016.868.277-09; WALDECY MARQUES DA SILVA FILHO, CPF 405.342.944-72; WELLINGTON JOSE SALES DE SANTANA, CPF 784.229.494-15

07 - TC-028.874/2006-0

Interessados: ADRIANA TAVARES BRITO, CPF 607.841.305-82; AFONSO LUIS VIEIRA RAMOS, CPF 479.176.604-00; ALAN OLIVEIRA CORREIA, CPF 835.866.521-00; ALAN SILVA CRUZ, CPF 653.747.385-34; ALESSANDRO LEITE DE MELO, CPF 628.905.223-34; ALEX DE ALMEIDA OLIVEIRA, CPF 949.774.611-34; ALEXANDRE TELES RODRIGUES, CPF 419.201.983-34; ALEXANDRE VASCONCELOS DE SOUSA, CPF 633.242.534-20; ALEXANDRO PAVONE, CPF 053.546.147-08; ALFREDO PASSOLA, CPF 510.774.344-72; ALIATHAR GIBSON TAVARES DE LIMA, CPF 778.154.754-34; ALTHEMAR RAMOS BRANDÃO, CPF 535.904.225-72; ANDRÉ CARRIJO DE OLIVEIRA, CPF 655.994.201-59; ANDRÉ LUÍS PIRES DE SOUZA, CPF 731.608.066-34; ANTONIO MAGNO PEREIRA, CPF 040.310.446-74; ARNON ARGOLO MATOS ROCHA, CPF 989.818.465-53; BRENO AUGUSTO GOMES TINELLI, CPF 039.953.636-10; CHENG WAI YIN, CPF 769.755.175-68; CHRISTIANO BARRETO NACIMENTO, CPF 599.032.105-82; CINTHIA MARTINS DA GAMA, CPF 983.584.135-72; CLAUDIA BRITTO COTIAS, CPF 007.536.265-19; CLÓVIS DE ARAÚJO ARAGÃO, CPF 832.764.751-20; DANIELA DOS SANTOS SILVA, CPF 532.271.315-87; DARCI CHAVES ARAUJO FILHO, CPF 009.813.914-27; EDMILSON MITSUTERU KAMI, CPF 752.083.349-68; EDSON SANTOS MIRANDA, CPF 644.412.885-49; FABIANA LEAL FERREIRA DA SILVA, CPF 955.827.465-87; FABIANO BEZERRA MOREIRA DE LIMA, CPF 814.293.471-04; FABIO CRUZ BANDEIRA, CPF 895.032.105-00; FERNANDO ALVES LIMA, CPF 052.146.497-89; FERNANDO MACHADO DOS SANTOS, CPF 037.460.186-09; FIDEL VIEIRA PINTO, CPF 298.344.904-10; FLAVIO GOMES CASTELO BRANCO, CPF 069.375.307-22; FLAVIO SOUZA VIEIRA, CPF 866.013.421-49; FRANCIS ANDREY DE CARVALHO VIEIRA MARTINS, CPF 013.891.836-88; FRANCISCO ITALO MASTROLORENZO FILHO, CPF 564.090.875-00; FRANCISCO LUCENA DE ANDRADE, CPF 839.746.874-91; FREDERICO GARCIA LEITE, CPF 780.161.935-87; GEORGE ADRIANO ALCÂNTARA SARAIVA, CPF 031.564.134-70; HAROLDO ANDRADE OLIVEIRA, CPF 143.379.325-34; HELDER BEZERRA DE CARVALHO, CPF 822.704.304-68; HELENKILSE VERAS ANGELIM, CPF 600.049.084-49; HUASCAR PURCELL NETO, CPF 192.842.254-34; IRINEU PEREIRA DIAS, CPF 357.380.141-20; ISRAEL NUNES DE ANDRADE, CPF 482.046.174-53; IVAIR QUEIROZ DE ALBUQUERQUE, CPF 390.794.494-15; IVALDO DA CUNHA SANTOS JÚNIOR, CPF 891.547.624-72; IVALDO DE OLIVEIRA MELO, CPF 284.000.034-20; IVANIL MARQUES DA SILVA JÚNIOR, CPF 248.350.484-15; IVANILDO BARTOLOMEU SILVA, CPF 868.909.724-49; IVANILDO LOPES DA SILVA, CPF 084.590.964-91; IVO CAVALCANTE BEM JÚNIOR, CPF 359.087.694-87; JENNER MENDES MUNIZ JARDIM, CPF 616.096.254-04; JEREMIAS DANIEL DE ALMEIDA, CPF 825.458.634-91; JESUALDO MATIAS LEITE, CPF 222.968.913-49; JORGE FERNANDO GUIMARÃES PASSOS JÚNIOR, CPF 913.971.035-15; JOSE NILTON PEREIRA MOURA, CPF 968.325.255-91; LARA SODRÉ BITTENCOURT, CPF 951.582.005-72; LEANDRO XAVIER DE ALMEIDA, CPF 649.857.507-78; MARCELO CALAZANS URBAN, CPF 886.383.915-87; MARCELO D' AGOSTINI, CPF 084.581.637-30; MARCELO JOSE LEAL, CPF 007.562.037-59; MARCO ANTONIO PAMPOLHA GOMES DA SILVA, CPF 079.267.807-90; MARCOS OLIVEIRA DE SOUZA, CPF 597.563.655-87; NATHANAEL CÔNSOLI, CPF 214.869.258-55; ORLANDO SCARPATI JUNIOR, CPF 077.466.717-64; PAULO CEZAR BOTTI ALVES JUNIOR, CPF 057.351.007-50; PEDRO HENRIQUE DA SILVA CORREIA, CPF 011.103.374-85; PEDRO HENRIQUE RODRIGUES, CPF 923.524.721-72; RENATO DIVINO ALVES FERREIRA, CPF 537.334.956-91; RICARDO BISSOLI MAIA, CPF 078.247.957-05; RICARDO CAMPOS ROCHA, CPF 478.088.291-53; RICARDO ROMERO DINIZ RODRIGUES, CPF 026.337.724-55; ROBERTO ALOYSIUS MATHIAS VON PARASKI 11, CPF 084.309.407-90; ROBERTO GARCIA SCHWARZ, CPF 911.265.500-78; ROBSON FONTENELLE DA SILVA, CPF 508.259.091-04; ROBSON SILVA MASCARENHAS, CPF 009.993.575-90; ROGÉRIO SILVÉRIO DE FARIA, CPF 975.009.331-34; RONIVALDO DE SOUZA RIBEIRO, CPF 812.070.261-15; SANDRA REGINA POMPEU BARBOSA, CPF 390.190.713-00; SEBASTIÃO GUSTAVO FREITAS COSTA, CPF 950.138.655-49; TAIS REGINA BALDASSO TEIXEIRA, CPF 832.025.361-68; TARCIO MENEZES DE CARVALHO, CPF 544.252.045-49; VALDEQUE MARTINS DE OLIVEIRA JÚNIOR, CPF 446.303.013-72; VANILSON DIAS ALENCAR, CPF 612.594.891-91; WALTER HERMES TRICHES JÚNIOR, CPF 082.082.067-92

08 - TC-028.880/2006-8

Interessados: ADEMIR GONÇALVES DA ROCHA, CPF 777.609.806-04; ALESSANDRO CALDEIRA LOTT, CPF 905.400.696-04; ALEXANDRE PORTO MARIA, CPF 759.312.577-72; ALEXANDRE RANGEL DE MELO, CPF 037.715.217-00; ANDRÉ DO VALLE SOARES, CPF 024.939.637-84; ANDRÉ TAVARES FERNANDES, CPF 077.130.527-39; ANDRÉA DA CORTE SIMÕES, CPF 082.948.577-50; ANTONIO EDELCIO RODRIGUES DOS SANTOS, CPF 597.470.306-59; ANTONIO GAMA DA SILVA, CPF 480.659.194-72; BRUNO BERNARDO, CPF 340.498.388-26; CLAUDIO CESAR DA CUNHA SANTOS, CPF 774.426.446-00; CLAUDIO RODRIGUES RICARDO PEREIRA, CPF 024.898.957-02; CYNTHIA MATOVANI MENDES, CPF 037.655.996-97; DANIEL FELIPE SALOMÃO VIDEIRA, CPF 054.690.897-70; DIEGO HENRIQUE GONÇALVES DA COSTA PINHEIRO, CPF 055.076.167-52; EDGAR BATISTA BEZERRA FILHO, CPF 051.408.927-07; EDISON CHAVES MONTEIRO FILHO, CPF 014.846.637-05; EDSON ALMEIDA GALVÃO JUNIOR, CPF 158.443.918-10; EDUARDO BELARMINO CUNHA DE AZEVEDO, CPF 645.667.063-20; EDUARDO PENNA DE ALMEIDA, CPF 026.111.136-10; ELISETE CARDOSO SANTOS, CPF 212.619.648-88; FABIANO OLIVEIRA PEREIRA, CPF 033.095.867-40; FABIO FREITAS SALVADORETTI, CPF 084.869.337-06; FABIO HENRIQUE FRAGA NOGUEIRA, CPF 089.220.367-61; FABIO HENRIQUE SEHNEIDER JORGE, CPF 073.080.797-59; FABIO TABARELI COSTA, CPF 320.205.678-65; FLAVIO SILVA DE OLIVEIRA, CPF 144.877.318-01; FRANCISCO VALDERI FARIAS DE

MESQUITA FILHO, CPF 579.767.671-00; FREDERICO DE MELO BERTOZO CORRALO, CPF 158.920.558-84; GILCIMAR SONEGUETI HACKBART, CPF 090.268.397-74; GUSTAVO VITORINO CARDOSO, CPF 065.954.736-82; IRAN FERREIRA SAMPAIO, CPF 319.747.832-00; IURI HUMBERTO DA SILVA PETRUS, CPF 013.496.903-09; IVAN BRANDÃO GOMES, CPF 149.404.078-61; JACKSON ANDRADE DE SPINOLA, CPF 787.517.565-87; JOÃO BATISTA DE LIMA, CPF 823.846.066-20; KLEBERT ANDERSON MARTINS OLIVEIRA, CPF 013.145.794-28; LEANDRO JOSÉ MARTINS GUIMARÃES, CPF 055.311.947-81; LEANDRO MACHADO MACEDO, CPF 018.509.867-38; LEONARDO DUARTE DA SILVA, CPF 074.585.607-11; LEONARDO SOARES DA SILVA, CPF 071.798.687-01; LIMONCINO SERGIO SOARES DE PAIVA, CPF 314.797.406-59; LUIS EDUARDO LAGE MACHADO, CPF 015.806.817-35; LUIZ CLAUDIO MACHADO FERREIRA, CPF 644.495.647-15; MARCELO FERNANDES MARINS, CPF 006.341.277-21; MARCELO FIGUEIREDO SEIXAS, CPF 987.039.437-04; MARCELO LESSA DA SILVA, CPF 013.710.397-20; MARCIO CARVALHO DE ALMEIDA, CPF 791.277.893-49; MARCIO JOSE MOURA DA CUNHA, CPF 490.366.021-49; MARCO ANTONIO RIBEIRO, CPF 874.929.626-49; MARCOS WILSON LADISLAU CYSNE, CPF 027.736.326-80; MARILDA MARCONDES MACHADO, CPF 101.943.608-57; MARIO DE ARAÚJO VASCONCELLOS NETTO, CPF 582.483.586-15; MICHELE RESENDE DE SOUSA, CPF 041.567.166-35; RAFAEL PINTO PEREIRA, CPF 950.730.940-34; REGINALDO COSTA RANGEL, CPF 075.421.457-54; REINALDO LUIZ ALVES, CPF 002.753.006-09; REJANE CARVALHO DE ALMEIDA, CPF 069.907.006-61; RENATA FALCE DE MATOS, CPF 027.605.557-80; RENATA MAIA PIMENTA, CPF 008.735.734-80; RENATO HENRIQUE DE ALMEIDA DE ARAÚJO, CPF 086.755.887-39; RICARDO ALVES DE OLIVEIRA, CPF 033.379.207-64; RICARDO DE JESUS TELES, CPF 828.990.371-53; RICCELY CARLOS SILVA DA ROCHA, CPF 047.595.984-13; ROBSON CARDOSO DO PRADO, CPF 018.970.287-76; ROBSON FAUSTINO BARRIOS, CPF 979.897.897-87; RODNEY REVSON MEDEIROS DOS SANTOS, CPF 023.905.264-11; ROGÉRIO FANTI, CPF 960.521.639-68; ROGERIO PEREIRA MACEDO, CPF 009.967.767-96; RONNIE GORODICHT, CPF 077.970.667-60; ROSANGELA ABREU GOMES, CPF 008.539.287-11; ROZEMBERGUE PEREIRA NOMINATO, CPF 040.194.876-50; SANDRO BATISTA DE OLIVEIRA, CPF 511.836.506-63; SANDRO DE MOURA FERREIRA, CPF 278.910.098-56; SERGIO CONSTANTINO CHAGAS DA SILVA, CPF 096.593.028-94; SILVIA REGINA BORGES, CPF 288.530.218-61; SILVIO CESAR DE AZEVEDO, CPF 003.342.927-86; SIMONE PEREIRA DOS REIS, CPF 000.324.227-76; VINICIUS RENATO MARTINI, CPF 712.127.951-72; VITOR OLIVEIRA DO NASCIMENTO, CPF 086.229.597-16; VLADIMIR MARTINS DOS SANTOS, CPF 703.423.187-72; WAGNER PEREIRA MACHADO, CPF 575.561.055-04; WALBER SOARES DE OLIVEIRA, CPF 030.488.097-32; WALTER BORGES DE ALMEIDA, CPF 055.582.377-67; WANDERCLEYSON MARCHIORI SCHEIDEGGER, CPF 091.658.567-08; WANTUIL BARBOSA DE SOUZA JUNIOR, CPF 053.871.137-08; WHEBER BOROTO, CPF 019.789.557-31

APOSENTADORIA

ACÓRDÃO Nº 370/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

09 - TC-013.193/2006-1

Interessados: MARIA JUSTINA MONTES NUNES CAROLLO, CPF 332.333.227-04; MARINA BRASILEIRA LIMA COSTA, CPF 459.622.867-15; PAULO MAGLIANO RIBEIRO, CPF 041.516.157-68; REINALDO VIEIRA PEREIRA, CPF 099.040.007-78

PENSÃO CIVIL

ACÓRDÃO Nº 371/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

10 - TC-001.194/2007-4

Interessados: FLORIANA BOTELHO, CPF 159.880.582-72; ROSA DE LIMA TINOCO GUEDES MOURAO, CPF 039.703.537-34

MINISTÉRIO DA DEFESA

11 - TC-001.155/2007-6

Interessados: ADELINA TEIXEIRA BARBÉ, CPF 730.429.867-72; ARACY GONÇALVES ROCHA, CPF 831.620.977-20; CARMEN LUCIA PASSARELLO DE BABO DA SILVA, CPF 001.400.887-41; CÉLIA MARIA DOMINGOS CUNHA, CPF 405.456.447-04; CREUZA MARIA XAVIER DE OLIVIEIRA, CPF 492.791.817-34; DINORAH DE OLIVEIRA TEIXEIRA, CPF 670.410.437-20; DULCICLEIA RAMALHO DOS SANTOS MIRANDA, CPF 003.962.357-27; EMILIANA AUGUSTA BULCÃO MAIA, CPF 009.517.237-82; IZA MORAES DA CUNHA, CPF 100.748.197-80; MARIA DE LOURDES DE SOUZA SANTOS, CPF 000.657.517-01; MARLENE GOMES DA ROCHA, CPF 008.548.887-99; PAULO AUGUSTO RIBEIRO PEREIRA, CPF 069.443.617-87; RENATA CELY DOMINGOS CUNHA, CPF 123.623.347-67; VANESSA GOMES BASÍLIO, CPF 056.560.807-06; VILMA TEREZA LOBIANCO LEITE, CPF 087.068.937-16

12 - TC-001.156/2007-3

Interessados: MARIA DAS GRAÇAS LIMA DOS SANTOS, CPF 657.104.958-91

13 - TC-001.163/2007-8

Interessados: IGOR ARAUJO PAULO, CPF 619.066.623-04; MARIA DEVANIUDE DE ARAUJO PAULO, CPF 042.752.503-97

14 - TC-026.713/2006-0

Interessados: ISIS SOUZA LIMA, CPF 788.982.185-91; LUCIENE SOUZA LIMA, CPF 788.982.265-00; LUZIA BOMFIM DE SOUZA, CPF 259.985.365-68; MONICA SOUZA LIMA, CPF 788.982.345-20; VALDELICE MEDEIROS SANTOS, CPF 789.230.775-34

PENSÃO MILITAR

ACÓRDÃO Nº 372/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

15 - TC-000.576/2007-3

Interessados: ALZIRA DA ROCHA BANDEIRA, CPF 118.974.065-68; CARLA SUELY DE MENESES RODRIGUES, CPF 362.226.075-00; CÁTIA REGINA DE JESUS SILVA SANTANA, CPF 777.333.985-68; CELES FERNANDES DE CERQUEIRA, CPF 596.290.615-20; CLAUDETE DE MENEZES RODRIGUES, CPF 052.176.955-87; ELISETE GALVAO BANDEIRA, CPF 206.883.265-87; ELISIONETE GALVAO BANDEIRA, CPF 735.251.385-04; ELIZABETH GALVAO BANDEIRA, CPF 594.414.707-59; ERINETE GALVAO BANDEIRA ABREU, CPF 207.602.135-34; HELENA FERNANDES DE CERQUEIRA, CPF 795.787.645-53; ISAÍAS DE JESUS SILVA SANTANA, CPF 777.333.635-00; JOSEFA DA CRUZ RODRIGUES, CPF 258.447.415-87; JOSEFA SOARES DE SOUZA RODRIGUES, CPF 103.773.365-72; LUZIENE DE MENESES RODRIGUES, CPF 077.352.005-87; MARIA CRISTINA DE VIVEIROS TAVARES, CPF 142.320.145-00; MARIA EDILNETE MENESES GOMES, CPF 054.792.888-22; MARIA HELENA SOUZA GONÇALVES MARQUES, CPF 061.936.335-53; MARIA LAIS DE MENESES RODRIGUES CRUZ, CPF 539.003.241-15; MARIA LUISA DA ROCHA BANDEIRA, CPF 021.617.937-80; MARIA LUIZA MENESES RODRIGUES SILVA, CPF 045.382.695-49; MARIA LUZIA RODRIGUES BATISTA, CPF 103.823.995-87; MARIA ZILDA SILVA BONFIM, CPF 327.708.805-78; MARLENE GONÇALVES BARRETO, CPF 599.408.325-91; MARLY DAS GRAÇAS GONÇALVES SILVA, CPF 633.661.935-49; OLGA SILVA SANTANA, CPF 668.532.305-15; OLIMPIA GALVAO BANDEIRA, CPF 623.257.445-15; PAULO ROBERTO DE JESUS SILVA SANTANA, CPF 777.333.715-20; REJANE APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS, CPF 236.698.105-87; RITA MARIA DE MENEZES RODRIGUES, CPF 068.667.945-87; ROBSON DE JESUS SILVA SANTANA, CPF 777.333.205-34; ROQUE CÉSAR DE JESUS SILVA SANTANA, CPF 777.333.805-10; SONIA MARIA DE MENESES RODRIGUES, CPF 051.741.395-72

16 - TC-002.662/2007-2

Interessados: AIDA SILVA DE MORAIS, CPF 880.230.957-49; ALICE RIBEIRO BENJAMIN DA SILVA, CPF 032.014.387-23; ANDAUIRIA DO NASCIMENTO, CPF 238.341.617-72; ANDREA SILVA DE MORAIS, CPF 076.815.527-40; ARLETE RIBEIRO BENJAMIM, CPF 015.144.977-51; CREUSA DA SILVA LIMA, CPF 042.982.067-42; DORALICE GARCIA TERRA, CPF 680.341.137-00; ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA, CPF 334.916.587-72; GILCE GUIMARAES DA PAIXAO, CPF 305.695.247-68; IRACEMA RIBEIRO DOS SANTOS, CPF 098.537.617-18; ISOLDA DE MORAES TRABUCO, CPF 958.547.467-00; IVONE ROSA VIEIRA, CPF 417.708.117-53; IZABEL COSTA DE OLIVEIRA, CPF 980.550.387-91; JULIA ALVES COSTA ORTIZ, CPF 535.395.087-91; LOURDES GONÇALVES ARNIZAUT DE MATTOS, CPF 014.225.577-74; LUCIA CARVALHO FERREIRA DA SILVA, CPF 710.221.987-34; LUIZA DA SILVA, CPF 044.056.247-39; MARCIA GUIMARAES DA PAIXAO, CPF 307.251.517-49; MARCIA MARIA TIBURCIO ORNELLAS DE MELLO, CPF 008.903.537-27; MARIA JOSE DE SOUZA, CPF 767.749.107-34; MARIA JOSE NUNES MENDES, CPF 034.215.217-35; MARIA ROSALINA FLORES WANISSANGH, CPF 003.410.667-70; MARLENE ALVES FERREIRA, CPF 441.778.017-04; MARLENE DE ALMEIDA PASSOS, CPF 075.707.057-42; MARTHA MARIA MESQUITA BOTELHO, CPF 398.733.667-68; NILZA MARTINS RODRIGUES, CPF 626.842.137-04; REGINA CELIA SILVA DE MORAIS, CPF 722.508.607-34; SOLANGE DE MORAES SERMOUD, CPF 833.461.987-15; TERESA CRISTINA BARINA, CPF 435.410.547-00; THEREZA MARIA NEVES SACRAMENTO BITTENCOURT, CPF 073.576.565-00; VANDA ALVES FERREIRA, CPF 608.454.227-15; WILMA VIANNA ORNELLAS DE MELLO, CPF 675.947.517-87; YOLANDA MERCALTO NOGUEIRA, CPF 954.385.997-34

17 - TC-002.663/2007-0

Interessados: ROSANGELA APARECIDA DA SILVA, CPF 206.009.618-93

18 - TC-002.670/2007-4

Interessados: ESTELITA CHAVES CARDOSO, CPF 880.824.231-53; GLEIDE DE LAURA CAMPOS VERA, CPF 712.415.311-53; GRASIELLE CAMPOS VERA, CPF 023.826.451-30; GUILHERMINA DOS SANTOS LEITE, CPF 274.390.541-72; KATIA ROBERTO DE OLIVEIRA, CPF 615.133.341-15; NILZA ALBUQUERQUE SOUTO, CPF 257.208.721-91; VERONICA CAMPOS VERA, CPF 892.381.921-20; ZULENE MARIA SOARES PEREIRA, CPF 305.710.901-25

19 - TC-021.552/2006-5

Interessados: ELIANA MARIA PASSOS DE LIMA RODRIGUES, CPF 611.859.659-04

20 - TC-026.147/2006-6

Interessados: ADINETE DE SOUZA CASTRO, CPF 805.781.017-34; ARACY VIEIRA DE SENA, CPF 077.568.727-89; ERNESTINA MARIA PENA DA SILVA, CPF 081.180.602-25; IGO AFONSO MARQUES DO NASCIMENTO, CPF 666.530.452-34; IVANIR MATOS NOGUEIRA, CPF 981.384.217-20; LUCY FORTUNATO NUNES, CPF 284.213.616-00; MARIA APARECIDA DA SILVEIRA, CPF 281.669.497-68; MARIA DA ANUNCIAÇÃO PAIVA DOS SANTOS ROZA, CPF 069.453.907-48; MARIA DE LOURDES DE SOUZA CARDOZO, CPF 058.321.837-70; MARIA DO PERPETUO SOCORRO PAIVA DOS SANTOS, CPF 946.345.647-34; MARIA JOSÉ PAIVA DOS SANTOS, CPF 911.782.907-00; MARY COELY ALVES CAVALCANTE, CPF 318.648.563-00; MARYANGELA GOMES DE SOUZA, CPF 890.696.257-68; MATILDE TANIA VIEIRA DOS SANTOS, CPF 467.558.967-72; NARA PESSOA NASSAR, CPF 795.433.677-87; OLGA SUELI MARQUES DO NASCIMENTO, CPF 606.360.922-91; ROSEANE SUELEN MARQUES DO NASCIMENTO, CPF 523.678.942-72; ROSELI SILVA BATISTA DE SOUZA, CPF 040.722.048-89; ROSILDA SOARES BARBOSA ARRUDA, CPF 288.148.862-53; SIMONE GOMES DE SOUZA, CPF 052.030.227-39; VALDOMIRA OLIVEIRA FEITOZA, CPF 085.567.477-60; VERGILIA MATOS DO NASCIMENTO, CPF 581.727.937-15; YARA MENDES DE CARVALHO, CPF 088.579.517-23

21 - TC-026.205/2006-1

Interessados: ANDREIA AZEVEDO COSTA, CPF 965.719.267-68; ANTONIA SILVEIRA FREITAS, CPF 960.710.957-00; ELISABETE RIBEIRO SOARES, CPF 388.841.007-04; GUARACIARA BORGES DE JESUS, CPF 584.636.157-91; HELENA DE AZEVEDO, CPF 875.109.447-91; HELIANE DE AZEVEDO, CPF 613.665.447-49; LAIS MONTEIRO DE OLIVEIRA, CPF 028.936.544-95; LEA VASCONCELLOS MONTEIRO LIMA, CPF 700.499.477-53; LIDIA VASCONCELOS MONTEIRO ALVES, CPF 645.461.601-00; MÁRCIA SILVA DE OLIVEIRA, CPF 001.663.717-85; MARIA DE LOURDES TELES ANDRADE CARDOSO, CPF 384.635.127-04; MARIA LIMA FEITOSA DE JESUS, CPF 019.546.997-60; MATHEUS PHELIPE VIEIRA COSTA, CPF 108.809.737-57; MILENE MAYARA VIEIRA COSTA, CPF 108.808.757-47; NATHALIA FIGUEIRA COSTA, CPF 108.879.667-21; NORMA RIBEIRO SOARES, CPF 612.877.687-68; SONIA REGINA TELES ANDRADE FERNANDES COUTINHO, CPF 428.264.977-15; SUSANA ABRANTES DE SANT'ANNA, CPF 054.252.387-62; TANIA COSTA LARA, CPF 287.925.997-53; THUANY KÉTHELIN ALVES COSTA, CPF 105.595.197-02

22 - TC-026.214/2006-0

Interessados: ANNA CAPUTO CARDOSO, CPF 521.806.708-34; ANTONIA DE PAULA BARBOSA, CPF 051.798.357-55; CARMEM ROSA DA SILVA PAIXÃO CORRÊA, CPF 522.792.517-87; DENILZE NEVES ERNESTO, CPF 263.348.362-34; DINORAH DA SILVA ALMEIDA, CPF 776.959.250-04; ELISABETE GONÇALVES BAHIANA, CPF 253.905.068-98; JOMAR PAIXÃO SILVA, CPF 109.459.057-69; LANY LUSTOZA LEAL BAROLI, CPF 020.135.737-23; LURIMAR BORGES SILVA, CPF 437.173.577-00; MARIA AUXILIADORA DE BARROS MACIEIRA, CPF 026.644.307-93; MARIA CANDIDA TORRES, CPF 028.778.186-08; MARIA DE FATIMA PAULA BARBOSA, CPF 009.257.367-32; MARIA DE LOURDES LIMA DA SILVA, CPF 246.432.543-00; MARIA EMILIA FERREIRA DE LIMA, CPF 949.865.254-68; MARIA TERESA KOPSCHITZ DE BARROS, CPF 031.895.897-04; MARIA ZULEINE ALVES MACIEL, CPF 383.154.167-15; MARIETA TRILHA DE SOUZA, CPF 003.738.079-61; NEIDE APARECIDA DE ALMEIDA RAMOS, CPF 888.231.560-68; NELY CANDIDA SOARES, CPF 005.095.367-27; NILDA SANT'ANNA DE SOUZA, CPF 257.341.487-68; NILDA SANT'ANNA DE SOUZA, CPF 257.341.487-68; ROSITA SONIA TRILHA, CPF 299.826.349-68;

TEREZA DA SILVA AZEVEDO, CPF 028.149.299-92; VALERIA SILVA BATISTA, CPF 940.098.307-78; VANIA MARIA DA SILVA PAIXÃO, CPF 420.428.877-49; ZELINA RITA SOARES DE LIMA, CPF 398.067.907-15

23 - TC-026.220/2006-8

Interessados: ADRIANNE OLIVEIRA NETTO DOS REYS PONTES, CPF 812.592.477-91; ALESSANDRO VENCESLAU DE OLIVEIRA, CPF 009.897.634-63; ANA CRISTINA DE SOUZA, CPF 472.573.005-00; ANA LÚCIA DE SOUZA, CPF 895.433.945-04; CÁSSIA MARIA SOUSA E SOUZA, CPF 385.483.995-20; CATARINA RUY DE ALMEIDA, CPF 953.653.387-15; CLEIDE DE LIMA GLÓRIA, CPF 604.904.037-00; ESMERALDINA MARIA DO SAMERO PALHA MARQUES, CPF 169.681.744-72; ESTHER MOREIRA MENEZES, CPF 293.026.254-00; EURYDICE DA SILVA ARAUJO FERREIRA, CPF 094.322.877-85; GLAUCE MEIRELES, CPF 070.289.476-10; HILDA DE ARAUJO PIZARRO MARQUES, CPF 071.255.637-08; JANDYRA SALGADO MAIA, CPF 999.075.001-78; JÔSE CHRISTINA FERREIRA DA SILVA BRITO, CPF 725.935.121-72; LUCI BOHMANN MORAES, CPF 198.138.300-00; LUCIANA CONTI NETTO DOS REYS, CPF 890.232.187-87; LUISA GONZAGA MEIRELES, CPF 762.594.556-15; MARGARIDA MARIA DE SOUSA SANTOS, CPF 974.535.875-49; MARIA BARBOSA DE LIMA ALVES, CPF 919.796.767-04; MARIA DE LOURDES LIMA GLÓRIA, CPF 467.307.457-20; MARIA ELVIRA RANGEL DE OLIVEIRA, CPF 306.538.007-20; MARIA LÚCIA SANTOS SILVA, CPF 593.756.395-68; MARIA NOBURGA ALVES DE CARVALHO, CPF 188.595.588-08; NANCY ALMEIDA DE BRITO, CPF 028.642.997-71; NAUTILIA MOREIRA DE MENEZES, CPF 130.657.264-91; NYRMA SOUZA NUNES DE AZEVEDO, CPF 008.537.587-00; RAPHAEL CHRISTIAN FERREIRA DA SILVA BRITO, CPF 991.847.101-87; RITA DE CÁSSIA SOUZA, CPF 355.955.315-68; RODRIGO FIDELIS MAIA, CPF 985.405.303-25; ROSANE DE MELO PONTES, CPF 541.338.074-72; ROSANGELA MARIA DE MELO BANDEIRA, CPF 081.854.764-20; ROSIANE MELO ACCIOLY, CPF 414.912.204-06; SHIRLEY MEIRELES SOUZA, CPF 828.705.006-53; SILVIA VASCONCELOS DE SOUZA, CPF 531.809.847-91; SUELI MARIA DE SOUSA, CPF 975.602.195-00; TÂNIA MARIA SOUZA, CPF 417.147.335-72; VANESSA PATERNOSTO SOLEDADE DOS SANTOS, CPF 020.366.197-46

24 - TC-028.833/2006-8

Interessados: ADRIANA PAULA DA SILVA CAMARA, CPF 021.085.727-75; AILMA FERREIRA DE CARVALHO, CPF 091.886.747-97; ANA LUCIA BARROS DE LUCENA, CPF 284.734.934-00; ANA MARIA DOS SANTOS, CPF 785.979.197-87; ANITA GOMES DE OLIVEIRA COUTO, CPF 102.590.167-30; AUREA MARIA DA SILVA CAMARA, CPF 025.398.277-48; AURORA SOUZA BOMFIM, CPF 147.399.958-83; CARLINDA PRAZERES SILVA, CPF 421.749.967-15; CAROLINA DA SILVA CAMARA, CPF 051.363.477-08; CATIA DE SOUSA FERREIRA, CPF 078.571.297-63; CLOTILDE TARCEMA DA SILVA OLIVEIRA, CPF 111.423.597-00; CREUSA GONÇALVES FERREIRA, CPF 028.278.167-68; CRISTINA SANCHES DE SOUZA, CPF 441.936.029-15; DELORME ARANHA SANCHES, CPF 785.008.189-72; ENEIRDE LIMA OLIVEIRA, CPF 037.986.287-50; ERCILIA DE MARINS WERBERG, CPF 102.515.817-21; GABRIELLY PITTA DA SILVA MELLO, CPF 122.361.927-38; GENY SILVA DINIZ, CPF 690.410.757-04; IRACEMA ALVES, CPF 410.815.957-87; ISAURA SOUZA DE ANDRADE, CPF 042.836.807-70; JEFFERSON SÁ PINTO DE BARROS FALCÃO, CPF 072.918.847-72; JOANINHA ALVES DA SILVA PIKE, CPF 491.048.027-72; JOSETE BARROS DE PAULA, CPF 041.992.919-38; JUAN RAFAELLY DA SILVA BARROS, CPF 009.161.254-32; JULIA AGUADO D'ORSI, CPF 054.426.287-51; KELLY TATHIANE DE MOURA E SILVA, CPF 082.353.567-32; KETTY CECILIA DE MOURA E SILVA, CPF 881.887.957-04; LEDA CORTEPASSE DA ROSA, CPF 994.620.520-34; LEILA PÉRISSÉ NOBILI, CPF 024.873.757-01; LINA SAHATE, CPF 026.247.657-60; LOURDES DA SILVA ALBUQUERQUE, CPF 451.941.737-68; MARGARETE GONÇALVES SLEMAN, CPF 212.169.327-00; MARIA CRISTINA BERNARDES DA SILVA CHERCI, CPF 051.758.698-33; MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA DE LIMA, CPF 182.652.194-15; MARIA DO CARMELO MARTINS AGUIAR, CPF 649.739.217-34; MARIA EUNICE MARQUES LEAL DA MOTTA, CPF 028.298.717-74; MARIA HELENA WERBERG DE OLIVEIRA, CPF 355.377.527-00; MARIA ISABEL ANDRADE DANTAS, CPF 308.100.784-49; MARIA JOSÉ REIS SALLES, CPF 914.471.355-04; MARIA ZULEIDE DOS SANTOS PINTO, CPF 027.207.417-95; MARISE MOTA MIRANDA, CPF 743.870.147-68; MAURA DOS SANTOS SILVA, CPF 649.149.337-72; MERCEDES TEREZINHA LEMAINSKI LIMA, CPF 866.808.547-68; MONICA GRAZIELA DA SILVA BARROS, CPF 009.161.234-99; MONICA NEIVA D'ORSI DE ALMEIDA, CPF 855.323.127-53; NADIA MIRANDA ELLWANGER, CPF 011.965.847-02; NADYR PEREIRA PIMENTEL DA SILVA, CPF 088.356.047-02; NERINA TEREZINHA FLORENCIO COELHO, CPF 871.647.527-53; ODETE QUIRINO DO NASCIMENTO, CPF 029.887.187-41; OLIETA DE OLIVEIRA DANTAS, CPF 013.630.474-50; PATRICIA DAIXUM SOARES, CPF 026.089.927-57; REGINA ATHAIDE DE SOUSA DOS SANTOS, CPF 689.176.357-68; RITA DE CASSIA TEIXEIRA, CPF 994.899.027-72; ROSA CORDEIRO SOARES, CPF 252.653.692-87; ROSANGELA POBLAN VIEIRA CABRAL, CPF 673.970.427-91; ROSE BLANCHE VIANA DE OLIVEIRA, CPF 261.021.617-34; SELMA FERRAZ GONÇALVES, CPF 034.344.898-00; SELMA MONTEIRO LEITE SILVA, CPF 179.567.307-91; SILVIA SILVA PAULINO, CPF 025.961.907-88; SUZANA LUZIER DA SILVA BARROS, CPF 375.702.694-20; UBIRAJARA DE MOURA E SILVA, CPF 056.464.377-76; VALERIA CRISTIANE DA SILVA BARROS, CPF 299.038.904-00; VERA LUCIA DE FREITAS MESQUITA, CPF 112.635.577-16; VERA LUCIA PEREIRA DO LAGO, CPF 766.874.147-04; WANDA DA SILVA OLINTO DE ALMEIDA, CPF 147.550.411-04; WANDA SANTANNA GUIMARÃES BRANDÃO, CPF 045.118.327-49; WILMA DA SILVA FERRER, CPF 531.446.867-00

REFORMA

ACÓRDÃO Nº 373/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

25 - TC-022.675/2006-0

Interessados: GILBERTO PAULINO DOS SANTOS, CPF 315.500.107-00; JAIME LOPES SILVA, CPF 184.289.247-91; JANDYWALDO BORGES, CPF 269.747.977-53; JANILSON ROBERTO DA SILVA, CPF 205.491.807-53; JAYME GOMES LIMA, CPF 105.736.747-87; JESUS CAMPOS TEIXEIRA, CPF 206.105.567-20; JOÃO CLAUDIONOR FERREIRA MATOS, CPF 276.930.587-53; JOÃO DOS ANJOS PEREIRA PASCOAL, CPF 032.251.782-68; JOÃO GOMES DA SILVA FILHO, CPF 220.820.347-04; JOÃO MANOEL DO NASCIMENTO, CPF 208.012.977-53; JOÃO TRINDADE PEREIRA, CPF 089.618.593-15; JOAQUIM RIBEIRO MORENO VIANA, CPF 004.261.802-91; JOSÉ CARLOS DE SOUZA, CPF 278.552.527-20; JOSÉ DINARTE DE MELO, CPF 213.178.957-20; JOSÉ FERNANDO NONATO BARROS, CPF 277.554.957-87; JOSÉ ROCHA, CPF 105.207.837-00; JOSIAS CARVALHO DE SOUZA, CPF 284.926.687-68; JURANDIR MENEZES PEREIRA, CPF 269.204.257-34; LUIZ CARLOS RODRIGUES, CPF 218.757.317-68; LUIZ FERREIRA DA SILVA, CPF 077.084.834-68; MANOEL CHAGAS TAVARES, CPF 185.345.117-72; MANOEL GUEDES GONÇALVES, CPF 046.368.131-20; MANOEL OLIVEIRA GONÇALVES, CPF 280.267.217-72; MANOEL THEODÓSIO GONDIM, CPF 205.079.177-15; MANUEL GONÇALVES DA SILVA, CPF 205.105.947-00; MARIANO ANTONIO DE LIMA, CPF 134.869.697-49; MÁRIO CESAR BARBOSA, CPF 300.121.047-87; MÁRIO PINHEIRO, CPF 204.031.277-34; MAURICIO CALIXTO DA SILVA, CPF 024.800.342-91; MAURÍCIO MATOS DE ARAÚJO, CPF 203.116.567-49; MIGUEL ARANDA FERREIRA, CPF 194.495.857-68; MIGUEL DA SILVA, CPF 262.283.517-53; MILTON BISPO DE JESUS, CPF 089.271.201-59; MILTON SOARES DOS SANTOS, CPF 184.551.747-49; NILDO TEODORO GOMES, CPF 285.114.177-53; NILSON JOSÉ CABRAL, CPF 071.101.034-04; PAULO ANTONIO DE SOUZA, CPF 313.933.147-91; PAULO FERNANDO GOMES MARANHÃO, CPF 194.153.037-00; RAIMUNDO ELIS DA SILVA, CPF 238.268.357-00; RICARDO TORRES, CPF 267.549.917-04; ROBSON CARLOS CORDEIRO, CPF 277.143.907-78; SÉRGIO GOMES TAVEIRA, CPF 184.109.017-49; VALDELINDO AQUINO TEIXEIRA, CPF 301.790.687-68; VALDEMAR RIBEIRO PEREIRA, CPF 220.050.217-68; VALDEMIR FÉLIX DA SILVA, CPF 262.169.657-00; VALDENIR DE DEUS OLIVEIRA, CPF 062.480.983-87; VICENTE SILVA GUIMARÃES FILHO, CPF 696.806.631-91; WILSON BARBOSA PEIXOTO, CPF 271.468.207-34; WILSON DA SILVA FÉLIX, CPF 632.139.747-49

26 - TC-022.677/2006-4

Interessados: ABRÃO DE SOUZA SILVA, CPF 011.873.172-68; ADALTO CAETANO DE SOUZA, CPF 188.261.487-91; ADEILTON MACHADO DA SILVA, CPF 276.209.567-00; ADELYR DA COSTA, CPF 187.195.117-87; ADEMIR CARDOSO AMARAL, CPF 193.329.557-00; ADERBAL SOARES BRAGA, CPF 274.396.587-87; AGOSTINHO GUARINO DE MELO, CPF 254.098.677-34; AGUIVALDO GOMES DA SILVA, CPF 178.001.967-04; AILTON QUIRINO DE OLIVEIRA, CPF 266.380.617-04; AIRTON GOMES DE OLIVEIRA, CPF 254.798.657-49; ALÍRIO SÉRGIO FRANÇA, CPF 267.707.687-04; ANDRÉ JOSÉ CAMPOS, CPF 016.860.947-95; ANTÔNIO FILIPE DA SILVA, CPF 093.578.827-15; ANTÔNIO GOMES DOS SANTOS, CPF 200.077.287-00; ANTÔNIO HERMANO DOS SANTOS, CPF 056.431.554-00; ANTÔNIO JOÃO EVANGELISTA, CPF 199.707.497-49; ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO, CPF 101.881.857-04; ANTONIO SANTOS DE ALMEIDA, CPF 023.761.302-63; ARIVALDO SANTANA DE ALMEIDA, CPF 208.558.427-68; ARNALDO PIRES DA SILVA, CPF 092.010.507-63; DEUSDITH WOLKARTT, CPF 217.120.507-53; DORIVAL SILVA FERREIRA, CPF 270.865.267-20; EDILSON GOMES DA SILVA, CPF 101.332.247-91; EDIVALDO BANDEIRA DA SILVA, CPF 250.848.287-00; EDSON MARQUES DE SOUZA, CPF 212.772.657-04; ELISON DA SILVA LAMEGO, CPF 204.287.587-20; ELMANOEL CIPRIANO ROCHA, CPF 260.396.567-00; ELY ROSA, CPF 202.670.617-49; EMANUEL MARCOS RODRIGUES DE VASCONCELOS, CPF 308.770.917-49; ENNISON ANTONIO MATTOS, CPF 295.901.167-87; ERALDO GALDINO DA SILVA, CPF 100.647.457-91; ESIO NOVAES GONÇALVES, CPF 100.612.827-15; EUCLIDES DE SOUZA MESQUITA, CPF 414.319.368-04; EUGÊNIO BAPTISTA VICTORIO GONÇALVES, CPF 173.680.307-72; EVANDRO CÂNDIDO NUNES, CPF 301.063.707-15; FERNANDO HERMÓGENES DAS CHAGAS FILHO, CPF 192.193.267-87; GEOVANI LIMA DE BARROS, CPF 724.439.607-49; GERALDO ANTÔNIO PEREIRA CUPERTINO, CPF 905.643.597-34; HÉLCIO CAMARGO SOARES, CPF 308.088.987-87; ISMAEL PRAXEDES DE SOUZA, CPF 276.574.007-06; JAIME FERREIRA DE MELO, CPF 269.258.777-49; LUIZ BEZERRA DA SILVA, CPF 176.844.397-15; LUIZ LIMA GARCIA, CPF 273.310.167-68; ONESIO ALVES DA SILVA, CPF 006.583.405-49; OSEAS TEIXEIRA DE BARROS, CPF 054.267.907-87

ATOS DE ADMISSÃO

ACÓRDÃO Nº 374/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143 e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

01 - TC-000.011/2007-1

Interessados: ABRAÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA, CPF 013.754.263-11; ÁDAM JEFFERSON BATISTA DE ARAÚJO, CPF 027.053.753-84; ADEILSON SILVA BARBOSA, CPF 811.691.755-20; AGEIR SERGIO MONTENARIO JUNIOR, CPF 067.504.676-95; ALBERTO OLAVO RIBEIRO GUEDES JÚNIOR, CPF 068.185.176-76; ALCINDO ROCHA JÚNIOR, CPF 062.608.204-88; ALESSANDRO DE OLIVEIRA SOUSA, CPF 094.263.447-05; ALLAN PEREIRA CARDOSO, CPF 059.071.417-19; ALYSSON DE ALMEIDA GOUVEIA, CPF 103.861.117-23; ALYSSON PAULO BRITO SILVA, CPF 645.437.573-00; ANCELMO MACHADO DOS SANTOS, CPF 089.505.117-62; ANDERSON BRAZ DE SANTANA, CPF 119.782.467-73; ANDRÉ ALEXSANDRO BATISTA DA SILVA, CPF 000.702.853-90; ANDRÉ LOPES TEIXEIRA, CPF 099.734.557-89; ANDRÉ LUIZ DE SOUZA ARAÚJO, CPF 013.781.694-41; ANDRÉ LUIZ FERREIRA COSTA, CPF 122.687.017-19; ANTONIO PEDRO TAVARES GOMES, CPF 094.491.377-65; BRUNO BATISTA DA SILVA, CPF 913.187.933-00; CAIO AUGUSTO DA SILVA SANTOS, CPF 115.695.107-09; CARLOS ALEXANDRE DA SILVA MELO, CPF 057.187.634-02; CARLOS DAYVSON ARANTES E SILVA, CPF 041.981.914-25; CARLOS EDUARDO RODRIGUES DA SILVA, CPF 116.945.947-18; CLAUDINEI DE OLIVEIRA, CPF 055.839.306-32; CLAYTON FERNANDO GUIMARÃES, CPF 069.412.076-63; EMANUEL DELANO PINHEIRO ALMEIDA, CPF 019.270.913-57; ERIVELTON DE OLIVEIRA HERMES, CPF 003.755.523-59; FELIPE BARBOSA DE ANDRADE, CPF 056.368.777-06; FELIPE DE ARAUJO PACHECO, CPF 119.329.067-89; FELIPE JULIÃO DE OLIVEIRA, CPF 059.634.116-45; FERNANDO RODRIGO FERNANDES PONTE DE ALMEIDA, CPF 048.124.754-81; FILIPE TEOTONIO RODRIGUES SANTOS, CPF 088.069.586-23; GERSON SILVA GAMA, CPF 069.051.266-08; HAROLDO ALEXANDRE THOMASSEN, CPF 101.192.097-21; HELTON FARIA DIAS, CPF 098.587.127-07; HIGOR FERNANDES GONÇALVES ARRUDA, CPF 061.696.564-84; HUDILEY CESAR, CPF 117.049.417-09; HUGO DA ROCHA RAMOS, CPF 116.547.207-47; HUMBERTO MARINHO DA COSTA VIEIRA DE MELO, CPF 064.445.514-47; JAMERSON DA SILVA PENHA, CPF 109.421.167-20; JARDEL RODRIGUES DA COSTA, CPF 053.401.216-74; JHONATAS LIMA GOMES, CPF 106.898.477-50; JIMMY DAVID DE ARAUJO LIMA, CPF 100.532.507-37; JOÃO VANDER SILVA, CPF 058.598.466-22; JOSÉ CLAUDIO ALVES SANTOS, CPF 106.207.987-69; JOSÉ JORGELITO OLIVEIRA JÚNIOR, CPF 009.144.713-50; JOSÉ ROBSON DOS SANTOS BRAGA, CPF 124.994.837-17; LEANDRO DE OLIVEIRA PORTELA, CPF 078.967.216-27; LEANDRO OLIVEIRA DA SILVA, CPF 064.770.856-66; LEANDRO REZENDE GARCIA, CPF 065.107.066-01; LUCAS FERNANDINO CAMPOS, CPF 083.844.406-70; LUIZ CARLOS BARBOZA DE PAIVA, CPF 041.462.374-67; LUIZ GERALDO SOUZA PASTURA, CPF 127.021.087-41; MAGNO SALOMÃO MEDEIROS TAMIARANA, CPF 637.053.463-34; MAICON XAVIER DA SILVA ROSA, CPF 093.843.257-59; MANOEL DAMASCENO ALVES JUNIOR, CPF 098.674.857-93; MARCÉLIO MACHADO DA CONCEIÇÃO, CPF 106.651.067-93; MARCELLO GONÇALVES DE CASTRO, CPF 055.302.407-80; MARCELO TITO DA CONCEIÇÃO, CPF 014.226.316-80; MARCELO VITOR DA SILVA ALMEIDA, CPF 848.405.952-91; MARCOS VINÍCIUS AZEVEDO DE SOUSA, CPF 123.033.917-50; MAYKON PAIVA DE ALMEIDA, CPF 082.466.556-20; ORIVALDO VALÉRIO DE OLIVEIRA, CPF 059.732.736-01; PABLO VINÍCIUS FAGUNDES FURTADO, CPF 066.468.866-79; RAFAEL BARBOSA FARIA, CPF 054.181.397-89; RAFAEL CESPEDI DE JESUS CASTRO, CPF 100.245.717-33; RAFAEL DA SILVA HORTAS, CPF 092.144.727-26; RAFAEL MONTE GOMES, CPF 107.015.187-40; RAFAEL PONTES MAFRA, CPF 093.709.907-47; RAFAEL RODRIGUES ALCANTARA, CPF 115.731.057-59; RAPHAEL GOMES SUCHORSKI, CPF 083.044.106-99; REGINALDO SOBREIRA DE MEDEIROS, CPF 100.222.257-57; RICHARD ADAMO FREIXO TOLEDO, CPF 080.550.476-18; RINALDO JOSÉ DE SANTANA JÚNIOR, CPF 045.859.904-29; ROBSON FARIAS ALMEIDA, CPF 966.180.433-87; RODRIGO LIMA DA SILVA, CPF 014.062.924-60; RODRIGO LIRA DA PAZ, CPF 098.689.817-19; RODRIGO PIRES DA SILVA, CPF 065.393.756-38; RODRIGO WIERECK FERNANDES, CPF 076.279.846-70; ROGER PERES DE CAMPOS, CPF 114.587.707-96; SULIELCIO PINTO AZEVEDO, CPF 100.332.577-79; THIAGO BARBOSA DA CRUZ PEÇANHA, CPF 057.738.467-80; THIAGO PEREIRA DE SÁ, CPF 085.005.486-90; THIAGO RAMOS, CPF

103.047.657-83; THIAGO RODRIGUES PINTO, CPF 067.611.396-60; THOMMYSOM FARIAS DE QUEIROZ, CPF 060.982.554-23; VINÍCIUS TIOTONIO DO CARMO, CPF 122.720.667-47; WAGNER LUIZ CUNHA XAVES, CPF 068.249.316-32; WELLINGTON FERREIRA DE ALMEIDA, CPF 066.141.116-80; WELLISON SANTOS ROCHA, CPF 044.496.384-76; WESLEY MOURA DA SILVA, CPF 055.662.466-13; WILLIAM CALIXTO DE SOUZA, CPF 065.589.966-93; WILSON DE OLIVEIRA MENDES, CPF 067.812.036-65

02 - TC-000.012/2007-9

Interessados: ALLISSON MAURO DE MELO, CPF 079.835.346-55; DANIEL GADÊLHA SALES DE MELO, CPF 055.533.564-07; DANIEL PATROCINIO MESQUITA, CPF 062.460.516-77; DIEGO DOS SANTOS SEVERO, CPF 116.645.487-85; EDUARDO DE OLIVEIRA LIMA, CPF 061.952.686-66; EDUARDO DE SOUZA LIMA JÚNIOR, CPF 046.025.044-26; ELEAKIM DE OLIVEIRA FERNANDES, CPF 082.467.166-03; ELIENAI GABRIEL DA SILVA, CPF 094.202.806-67

03 - TC-000.037/2007-8

Interessados: ADRIANO SAMUEL DESCONSI, CPF 014.098.620-03; ALEX DE OLIVEIRA SOARES, CPF 054.515.247-00; ALMIR MARQUES DA SILVA, CPF 092.985.297-40; AMILTON EDSON DA COSTA FARIA JÚNIOR, CPF 005.219.671-20; ANTONIO DIOGO DO NASCIMENTO JUNIOR, CPF 059.271.726-79; AUGUSTO MARCELO DE MELLO LOURENÇO, CPF 042.521.737-01; BRUNO ALVES DOS SANTOS, CPF 105.136.867-70; BRUNO CESAR DE LIMA, CPF 059.465.896-95; CARLOS ALEXANDRE DO CARMO DE SOUZA, CPF 057.077.057-24; CARLOS EDUARDO PIRES VIEIRA, CPF 094.734.437-30; CARLOS HENRIQUE SOARES EVANGELISTA, CPF 099.740.317-96; CLAUDIO GONÇALVES TENORIO FILHO, CPF 072.348.036-29; CLEBER ALVES MORENO, CPF 084.614.896-08; CRISTIANO DO NASCIMENTO GARCIA, CPF 084.873.356-83; DARLON THADEU NUNES DA SILVA, CPF 065.129.216-66; DHIOGO OLIVEIRA DA SILVA, CPF 124.161.147-51; DIEGO CHAGAS FREITAS VIDART, CPF 006.732.990-07; EDERSON BARBOSA DE OLIVEIRA, CPF 953.544.921-49; EDILTON CORREIA JUNIOR, CPF 110.118.027-75; EDISON AVILA PEREIRA JUNIOR, CPF 994.818.980-91; ELVIS DA SILVA SANTOS, CPF 054.155.814-56; ERIC NILSEN DE MENEZES PINTO, CPF 119.373.757-57; EVANDRO ODILON CESPEDES ROMEIRO, CPF 030.592.831-76; FABRICIO ALENCAR DOS REIS, CPF 068.820.626-33; FELIPE DE SOUZA MAGALHÃES, CPF 056.928.797-94; FERNANDO PAMPLONA DE MENDONÇA, CPF 014.753.736-35; FLÁVIO DAS CHAGAS CASADO, CPF 056.243.447-08; FLAVIO MOUTTA DA SILVA, CPF 113.298.377-03; GELBER CARDOSO DIAS JUNIOR, CPF 105.885.617-03; GUILHERME FERREIRA MENDES, CPF 096.141.217-85; GUSTAVO GUEBERT PORTO DE LIMA, CPF 109.610.237-40; HALYSON GUIMARÃES DOS SANTOS, CPF 076.251.806-54; ISNEY RODRIGO SEREN BARBOSA, CPF 002.863.691-09; JAIRO GIMENEZ RODRIGUES DE OLIVEIRA, CPF 011.900.651-00; JOANIR OLIVEIRA DA SILVA, CPF 006.906.680-90; JONATHAN DE SÊNA DA SILVA, CPF 122.142.147-63; JORGE RICARDO GONÇALVES FERREIRA, CPF 127.966.837-70; JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR, CPF 355.254.808-40; JULIO WEBERT BRUNE DO ROSÁRIO, CPF 057.351.327-92; LEANDRO DE OLIVEIRA RIBEIRO, CPF 098.986.227-50; LEANDRO GOMES SILVEIRA, CPF 095.999.257-00; LEANDRO PEIXOTO DE MIRANDA BESSA, CPF 057.937.047-01; LEANDRO QUEVEDO DE LEON, CPF 004.312.230-25; LUCAS PINTO DE SOUZA MELLO, CPF 112.846.017-30; LUIS FRANCISCO ROGANTE, CPF 346.650.518-60; LUIZ CESAR CARVALHO DA SILVA, CPF 099.249.637-33; LUIZ FELIPE MAGALHÃES RODRIGUES, CPF 330.650.698-22; LUIZ FERNANDO LAZARINI, CPF 015.233.031-31; MAICON ABEGG DA SILVA, CPF 987.164.090-00; MARCELO CEZAR MACHADO, CPF 218.484.098-00; MARCELO DA SILVA GASSE, CPF 096.285.067-57; MARCOS PAULO FALCÃO LESSA, CPF 010.528.500-57; MAYCON PAULO RESENDE SANTANA, CPF 015.188.436-62; PEDRO MIGUEL DOS ANJOS FILHO, CPF 025.615.871-18; RAFAEL APARECIDO LUDOLF, CPF 328.125.968-56; RAFAEL PEIXOTO NOLASCO, CPF 101.861.847-35; RAFAEL PONTES DE OLIVEIRA, CPF 053.589.847-98; RAFAEL SANTOS MACHADO, CPF 115.267.587-76; REGIVAN PRATES SCHVARTZ, CPF 059.366.159-10; RENATO MOURA DE PAULA, CPF 009.665.771-59; RÔNALTE DE JESUS LEMES, CPF 113.131.407-75; THIAGO ALVES DE OLIVEIRA, CPF 105.693.097-78; THIAGO FERREIRA RODOVALHO, CPF 020.999.541-60; THIAGO GUEDES CRUZ, CPF 104.906.107-14; VANDOVIL RIBEIRO DA SILVA, CPF 012.872.166-92; VICTOR HUGO DA SILVA, CPF 113.358.147-10; VINICIO BARBOSA DOS SANTOS, CPF 102.373.607-13; VINÍCIUS BAPTISTA DA COSTA SALGADO, CPF 124.335.577-80; VINÍCIUS RIBEIRO NASCIMENTO, CPF 020.769.241-67; WELLYNGTON BATISTA FARIA, CPF 070.134.736-85; WILLIAM MOREIRA BARCELOS, CPF 055.760.227-00

04 - TC-002.027/2007-0

Interessados: EDSON DE FARIAS, CPF 897.718.349-91; EDUARDO CARDOSO, CPF 691.573.919-04; LUIS HENRIQUE ALVES DA CONCEIÇÃO, CPF 570.955.070-15; MARCIO ABREU, CPF 888.375.809-91; PIERRE KONZE LAURENTINO, CPF 846.743.349-34; ROBERTO RIVELINO DE MELO, CPF 612.561.969-91; VALMIR TEIXEIRA, CPF 888.479.779-91

05 - TC-002.037/2007-7

Interessados: JOSÉ LINHARES DE ARAÚJO, CPF 053.298.763-20; THIAGO NIVALDO DA COSTA, CPF 052.757.409-05

06 - TC-025.860/2006-1

Interessados: ADRIANO JOAQUIM DOS SANTOS, CPF 358.973.058-70; ADRIEL SANTOS DE SOUSA, CPF 022.765.375-07; ALABE NUNJARA SILVA, CPF 055.001.727-51; ALAN FLAVIO LIMA CHAVES, CPF 108.246.607-73; ALEX DE BRITO VIANA, CPF 108.838.597-42; ALEX MARTINS PONTES, CPF 106.694.717-12; ALEX SCHNEIDER MEDEIROS, CPF 013.828.560-83; ALEXANDRE GUIMARAES BRAGA, CPF 003.104.101-93; ALEXANDRE PAES DE CARVALHO, CPF 106.989.897-08; ALEXANDRE PINHEIRO PINTO, CPF 120.079.917-80; ALEXANDRO DE OLIVEIRA, CPF 058.738.117-50; ALEXANDRO DO CARMO VIEIRA, CPF 058.882.657-05; AMAURI FIRMO DOS SANTOS, CPF 016.187.591-24; ANDERSON EICHMAN BRUNO, CPF 057.788.947-83; ANDERSON MARIANO DE OLIVEIRA, CPF 114.578.537-95; ANDERSON SILVA DOS SANTOS, CPF 122.118.377-00; ANDERSON SILVA FARIA, CPF 121.592.467-43; ANDRE LUIS PEREIRA, CPF 343.608.808-04; ANDRE LUIZ CRISTOVAO, CPF 106.172.427-12; ANDRE LYNCOLN DA ROCHA RIBEIRO SILVA, CPF 119.887.587-93; ANDREW ALVES DE SOUZA, CPF 117.276.897-80; ARQUIMEDES MAIA NETO, CPF 106.624.187-27; ATILA DE VEIGA RIBEIRO, CPF 080.423.626-76; BOAZ MARQUES DA SILVEIRA, CPF 079.997.566-44; BRENO BILANGERI MARQUES, CPF 058.134.567-32; BRUNO ALVES COELHO, CPF 114.376.237-19; BRUNO BRAGA RODRIGUES, CPF 111.017.427-63; BRUNO DA COSTA RAMOS, CPF 116.334.007-35; BRUNO DA CUNHA CONDE NAVEGA, CPF 103.079.957-12; BRUNO DA ROCHA LIMA, CPF 102.800.837-69; BRUNO DA SILVA ELIDONIO, CPF 115.089.237-44; BRUNO KUSTER, CPF 119.239.227-26; BRUNO LOPES PENA, CPF 099.496.937-64; BRUNO LUIZ ARRUDA FELICIO, CPF 116.423.997-01; BRUNO MACHADO DELAZARI, CPF 104.190.117-81; BRUNO MARINS GABRI, CPF 114.614.957-33; BRUNO MORALES DE ANDRADE, CPF 341.938.408-40; CARLOS EDUARDO FELIX DA SILVA, CPF 107.773.217-18; CARLOS RENATO LISBOA RAMOS, CPF 117.098.097-01; CARLOS VINICIUS FERREIRA DE PAIVA, CPF 107.436.077-08; CELSO FELIPE DOS REIS GAIO PEREIRA, CPF 110.886.537-23; CHARLES EDMILSON CAETANO ALVES DE ASSIS, CPF 062.087.824-06; CIRLAN SIQUEIRA DA PAIXAO, CPF 790.065.742-87; CLAIRTON SILVA DE MOURA, CPF 118.566.657-55; CLAUDIO JOSE SANTOS DE FREITAS, CPF 113.193.237-40; CLEBER MARINS COSTA, CPF 115.115.657-48; CLEIDSON PEREIRA DE MENEZES, CPF 050.578.374-60; CLEITON RAMOS DA SILVA, CPF 106.694.017-73; CLELIO TORRES DE PAIVA JUNIOR, CPF 052.258.294-06; CLELTON RAMOS DA ROCHA, CPF 097.917.277-24; CLEYSON ALVES DA SILVA, CPF 066.244.384-52; CLOVES RAFAEL SILVA GONZAGA BENICIO, CPF 060.403.984-00; CLOVIS ALMEIDA DE QUEIROZ, CPF 115.603.167-21; DANIEL BARROS DE ARAUJO, CPF 116.026.847-90; DANIEL CANDIDO SEARA, CPF 015.628.315-85; DANIEL CARLOS MENDONCA DE ASSIS, CPF 060.052.544-99; DANIEL DE BARROS PERUCHETTI, CPF 109.158.657-85; DANIEL SIQUEIRA CASTRO, CPF 110.154.277-23; DAVI DE ALMEIDA COSTA, CPF 119.752.307-36; DAVI MARCOS CUNHA VIEIRA, CPF 122.501.527-80; DAVID BONILHA NETO, CPF 314.134.978-96; DEILTON PEREIRA DAS CHAGAS, CPF 058.136.694-85; DEIVIDY DA COSTA RIBEIRO, CPF 102.728.237-75; DEMIS SANTOS DE LIMA, CPF 046.650.684-88; DEVVID DA SILVA BRITO, CPF 064.849.794-13; DEYVSON GEOVANI TRINDADE DA SILVA, CPF 059.409.434-89; DIEGO DE LIMA NUNES, CPF 104.172.007-65; DIEGO DE SANT ANNA CLAUDINO, CPF 106.342.877-70; DIEGO DOURADO PEREIRA, CPF 031.404.105-22; DIEGO FERNANDO DA SILVA, CPF 064.003.474-88; DIEGO FURLAN LOURENCINI, CPF 118.695.117-60; DIEGO LIZIAS DA PAIXAO MACHADO, CPF 828.200.902-49; DIEGO NASCIMENTO DE JESUS, CPF 054.479.827-90; DIEGO OLIVEIRA BARBOSA, CPF 056.439.987-69; DIEGO RODRIGUES PEDRO, CPF 103.901.337-60; DIOGENES DANTAS DE OLIVEIRA MARTINS, CPF 118.487.797-12; DIOGO DE MELO PINHEIRO, CPF 000.822.203-79; DIOGO DE SOUZA FERREIRA, CPF 110.548.187-54; DIOGO SALVADOR ARAUJO, CPF 116.214.107-73; DIRCEU CASSEMIRES NOLASCO DOS SANTOS, CPF 118.792.957-33; EDEDILSN DA SILVA PACIFICO, CPF 058.395.257-74; EDSON BEZERRA DA SILVA JUNIOR, CPF 121.792.827-88; EDUARDO FRANCISCO DE MORAIS, CPF 102.396.577-13; EDUARDO GOMES DE ASSIS, CPF 121.831.027-80; EDWILSON DA SILVA, CPF 059.546.717-29; ELTON DE SOUZA OLIVEIRA, CPF 112.469.627-05; ELTON FAUSTINO DA SILVA, CPF 096.317.507-60; ELTON TIAGO DE OLIVEIRA VERGARA, CPF 009.133.500-01; EMERSON PEREIRA DA COSTA, CPF 119.858.627-35

07 - TC-025.862/2006-6

Interessados: ADONAI SHALON LIMA DE SOUZA, CPF 115.823.867-30; ADRIANO FEITOSA DA COSTA, CPF 099.935.317-90; AILSON NOBREGA DE OLIVEIRA, CPF 055.487.394-09; ALAN OLIVEIRA DE SA, CPF 093.152.567-51; ALEX RIBEIRO ANDRADE BARBOSA, CPF 122.588.927-83; ALEXANDRE PIRES DE FREITAS, CPF 034.325.947-80; ALEXANDRE RIBEIRO GENEROSO, CPF 053.641.617-65; ALINE NEVES BAPTISTA, CPF 087.221.837-60; AMANDA MENDES PINHEIRO ASSED, CPF 086.491.887-96; ANA CRISTINA NASCIMENTO MORAIS, CPF 082.049.677-48; ANASTACIO DE J F PINTO, CPF 025.128.673-82; ANDERSON CLEYTON DA SILVA DE ARAUJO, CPF 052.285.264-55; ANDERSON MOURO ISEPON, CPF 106.698.327-58; ANDRE FERREIRA MOTA, CPF 116.025.097-94; ANDRE LUIZ CORREA LOUREIRO, CPF 111.008.707-17; ANDRE LUIZ FERREIRA DE ARAUJO, CPF 110.270.447-43; ANDREA QUINTANILHA FERREIRA, CPF 038.021.957-36; ANTONIO C OLIVEIRA BARBOSA, CPF 005.038.391-40; ARLON SILVA, CPF 108.870.297-01; ARY VASCONELOS DE OLIVEIRA, CPF 097.190.447-21; BARBARA MARIA LIMA DE SOUZA, CPF 076.563.317-51; BRUNO DE MELO GALDINO, CPF 115.894.627-93; BRUNO GOUVEA DE ARAUJO, CPF 115.045.097-57; BRUNO LEONARDO DA SILVA LEITE, CPF 035.178.437-33; BRUNO MARTINS HOTZ, CPF 114.382.057-67; CAMILA GOMES MACEDO, CPF 074.365.347-50; CARLOS EDUARDO DA COSTA DUARTE, CPF 079.632.817-00; CARLOS EDUARDO DA SILVA COUTO, CPF 100.734.367-20; CARLOS EDUARDO SOARES SILVA, CPF 104.661.157-76; CARLOS HENRIQUE VILANOVA RIBEIRO, CPF 112.487.737-13; CARLOS KECIO ARAUJO DE LIMA, CPF 050.390.894-06; CARLOS PEREIRA DE ALMEIDA, CPF 059.982.144-20; CASSIO DE SOUZA DANTAS, CPF 067.092.334-64; CHRISTOFFER CARVALHO MEDEIROS, CPF 113.220.797-57; CHRISTOPHER FLORENTINO, CPF 219.615.388-57; CID DIAS VITAL, CPF 012.541.150-21; CINTHIA INDELLI ARAUJO, CPF 077.194.047-50; CLARISSA LOUREIRO RODRIGUES, CPF 099.256.997-46; CLAUDIO JACINTO DA SILVA, CPF 012.032.837-25; CLEBER TORRES FELIZARDO, CPF 109.301.877-17; COSME BONAUD DA CUNHA, CPF 122.501.597-93; CRISTIANO CARLOS DOS SANTOS, CPF 057.498.737-14; CYNARA RENA SALMONT, CPF 087.367.857-50; DALVIO JOSE DA SILVA, CPF 957.306.996-20; DANIEL DIAS DA COSTA, CPF 118.674.277-10; DANIEL GOMES DE CASTRO, CPF 110.638.507-11; DANIEL HUICI QUEIROZ, CPF 353.462.128-09; DANIEL MOURA TABOSA, CPF 098.544.617-00; DANIEL SILVA DA CONCEICAO JUNIOR, CPF 019.881.165-97; DANILO MOREIRA JORDAO BRITO, CPF 841.650.655-87; DANILO PINTO DE OLIVEIRA, CPF 115.494.037-37; DARIO TADEU SALVADOR DE MELO FILHO, CPF 013.553.694-44; DAVID CEZAR RIBEIRO PINHEIRO, CPF 054.739.107-26; DAVID MAGNO DE MORAIS, CPF 071.888.314-40; DAVID SABINO DE LIMA, CPF 050.242.874-01; DAYVISON DOMINGOS DA SILVA, CPF 053.977.324-78; DEILSON ROCHA DE ALMEIDA, CPF 011.888.185-03; DEIVID COSTA PINTO, CPF 017.517.411-33; DEIVISSON MORAIS DE OLIVEIRA, CPF 110.845.127-69; DIEGO DA SILVA PEREIRA, CPF 116.380.617-00; DIEGO DE MEDEIROS GONCALVES, CPF 119.548.117-99; DIEGO DE SOUZA GONZALEZ, CPF 054.279.587-62; DIEGO DOS SANTOS, CPF 116.452.197-71; DIEGO LI ARAUJO FERNANDES, CPF 122.725.267-64; DIEGO LUIZ RODRIGUES GARCES, CPF 116.166.217-02; DIEGO MATEUS MENDES CANDIDO, CPF 051.792.504-47; DIEGO MESSIAS SANTOS SILVA, CPF 057.353.284-25; DIEGO OLIVEIRA DE CASTRO, CPF 108.477.417-88; DIEGO SALVIANO SOUTO, CPF 058.453.034-00; DIEGO SANTOS CONDACK, CPF 098.313.287-95; DIMAS SALUSTIANO DE SOUZA, CPF 055.224.944-09; DIMITRY JOSE FRANCISCO, CPF 064.362.574-70; DIOGO DA SILVA PEREIRA, CPF 068.603.754-50; DIOGO VIEIRA MORAIS, CPF 112.350.657-40; DOUGLAS ANTUNES LEMOS, CPF 332.076.388-13; DOUGLAS CORREA CASTELO BRANCO, CPF 112.309.537-01; DOUGLAS TIBURCIO DA SILVA, CPF 024.974.823-14; DOUGLAS VIEIRA RIBEIRO, CPF 009.555.279-02; DUHARE DA SILVEIRA FERNANDES, CPF 058.865.457-43; DYEGO FREITAS DA SILVA, CPF 022.895.841-50; EDER LEAL DIAS, CPF 108.268.697-26; EDMILSON L DOS SANTOS JUNIOR, CPF 064.417.734-90; EDSON TADEU DOS SANTOS TEOFILO, CPF 101.072.937-30; EDUARDO ANTONIO J DA SILVA, CPF 106.483.587-20; EDUARDO GUIMARAES DE HELD, CPF 221.390.968-78; ELIEZER DE SOUZA CAMPOS, CPF 118.181.517-74; ELTON LUIZ TAVARES MARQUES, CPF 095.315.457-23; EMENUELA PRADA FERRAZ, CPF 257.430.038-66; ENIO RODRIGO ANJOS DA SILVA, CPF 099.023.427-44

08 - TC-028.846/2006-6

Interessados: ADISON DE JESUS SOUSA, CPF 033.945.295-13; ALONIO DOS SANTOS FERREIRA, CPF 015.989.581-27; ANDERSON QUINTINO BRAGA, CPF 009.811.213-90; ARISMAR VICENTE COSTA SILVA, CPF 006.715.243-05; ARTHUR VIEIRA CAVALCANTE SILVA, CPF 894.390.582-34; DANIEL DE ALMEIDA SANTOS, CPF 086.944.966-40; DAVI MARTINS VIEIRA, CPF 023.281.311-66; FAGUNDES VINNICIUS LEITE SILVA MARRA, CPF 005.866.281-26; FILIPE MOURÃO DOS REIS, CPF 021.869.381-89; HEDI JARSON FONSECA DE ARAÚJO, CPF 017.040.511-77; JOÃO ANTONIO RIBEIRO MONTEIRO, CPF 023.498.713-80; JOÃO DE SOUZA FERREIRA, CPF 903.168.352-34; JOÃO VITOR DOS SANTOS LEAL, CPF 853.327.122-00; JOEL DA COSTA FRANÇA, CPF 322.394.868-64; JOELSON DA SILVEIRA FURTADO, CPF 909.756.772-68; LEONARDO CAMPOS LACERDA, CPF 794.171.592-91; LUCIANO OLIVEIRA MENEZES, CPF 017.775.401-00; LUCIVALDO FERREIRA SOARES, CPF 014.005.561-47; MARCIO PEREIRA ZAFFANI, CPF 013.357.801-14; MARCOS VINICIUS DE LIMA RIBEIRO, CPF 026.779.063-50; MICAEL LIMA DOS SANTOS, CPF 864.070.072-91; OADE DE GODOI BARBOSA, CPF 892.190.312-72; PAULO TOLEDO JUNIOR, CPF 019.096.621-19; PEDRO GIRARDI MARCELINO DE PAULA, CPF 015.034.091-55; RAFAEL ARNALDO JUNIOR, CPF 020.754.751-30; RAIMUNDO DOS SANTOS ALMEIDA, CPF 029.052.545-48; RAIMUNDO NONATO ESCOCIO SANTOS JUNIOR, CPF 025.008.373-60; RAIMUNDO RODRIGUES VIDINHA, CPF 874.353.572-00; RAMON ANDERSON FERREIRA SANTANA, CPF 826.618.552-20; RAMON NOGUEIRA AZEVEDO, CPF 880.311.362-20; RAPHAEL VINICIUS DA ROCHA AVELINO, CPF 007.166.123-99; RENAN BARROS PIRES, CPF 105.298.247-60; RENATO TAVARES BENJAMIM, CPF 023.003.871-90; RO-

BERT ANTHONY DA CUNHA SANTOS, CPF 736.929.301-78; ROBNILSON BARBOSA BRITO, CPF 014.482.034-06; ROBSON DE CASTRO DE ARAÚJO, CPF 827.911.712-15; RODOLFO HANSLEY GONÇALVES ARAÚJO, CPF 004.950.593-90; RODRIGO MESSIAS PEREIRA, CPF 005.792.291-81; RONILSON VIEIRA SÁ, CPF 027.539.053-55; ROSENILSON BELÉM DUTRA, CPF 865.692.522-91; RUDNALDO FERREIRA DA TRINDADE JUNIOR, CPF 012.947.543-27; SAMUEL VIEIRA CAVALCANTE SILVA, CPF 894.390.662-53; SERGIO MENDES DE MENEZES, CPF 835.169.722-20; SILDOMAR DE MATOS MOURA, CPF 904.981.942-72; TARSON MARCONDE DE SOUSA BARBOSA, CPF 009.425.673-07; THIAGO ELIAS DOS REIS, CPF 019.727.681-40; WALBERTH HEBER QUEIROZ MENDES, CPF 937.976.302-63; WELLTON SAVIO MORAIS MOURA, CPF 017.196.803-45; WERMESON DE SOUSA MORAES, CPF 730.904.171-20; WEYNE DE OLIVEIRA LOPES, CPF 012.309.223-00; WILSON CESAR FILHO, CPF 848.513.092-87

09 - TC-028.877/2006-2

Interessados: ADELMO DE OLIVEIRA TEIXEIRA MARINHO, CPF 610.951.501-97; ALVACIR LOPES MARQUES, CPF 655.975.160-00; AMADEU TEIXEIRA DE SOUZA, CPF 219.245.202-06; ANA CRISTINA LONDE NOGUEIRA, CPF 023.882.446-25; ANDRÉ MAURO SANTOS PESSOA, CPF 319.397.082-49; ANDREA CRISTIANE SOUZA CALES, CPF 301.868.032-49; ANN ELIZABETH CHAVES HOLANDA, CPF 039.337.544-70; ANTONIO CARLOS CORREA DE LIMA, CPF 243.820.272-68; ANTONIO CARLOS TULIO, CPF 479.203.359-49; ANTONIO EVERALDO DA SILVA, CPF 332.974.522-34; ANTONIO JOSÉ DA CUNHA BEZERRA, CPF 297.691.672-15; ANTONIO JOSÉ PEREIRA CARDOSO, CPF 175.239.402-00; ANTONIO OLINTO GIRÃO DE SOUSA, CPF 127.916.282-15; ANTONIO PAULO LOBATO DE ALMEIDA, CPF 126.396.722-15; AUGUSTO CESAR DE PAULA MOREIRA, CPF 379.629.222-49; BEATRIZ PASZTERNAK, CPF 609.353.326-34; BENEDITO CORREA DA CUNHA, CPF 109.084.802-10; BENEDITO DOMINGOS COELHO JUNIOR, CPF 151.609.712-20; BIANCA RIOMAR NOVAES, CPF 034.063.604-16; BRUNO CUNHA CALDEIRA BRANT, CPF 953.201.806-91; BRUNO MIGUEL SOUZA MONTEIRO, CPF 088.280.737-48; CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE BRITO JUNIOR, CPF 458.259.472-72; CARLOS AUGUSTO DE ARAUJO BULHOES, CPF 065.679.468-22; CARLOS DIAS MOTTA NETO, CPF 109.150.872-00; CARLOS MARCIO MACHADO BESSA, CPF 362.911.703-10; CARLOS RENATO MORBINI PIMENTEL, CPF 920.544.550-91; CARLOS WENDELL MENDONÇA DE FARIAS CARVALHO, CPF 025.419.664-07; CASSIANO HILARIO RIBEIRO FILHO, CPF 199.460.312-72; CHRISTIANO HARUKI HIROI BATISTA, CPF 286.271.878-51; CICERO PAULINO DA SILVA, CPF 146.330.272-04; CLAUBERDAN SOUZA DA SILVA, CPF 378.880.482-34; CRISTIANO ALVES DO AMOR DIVINO, CPF 977.891.785-04; DENNIS LEAL RODRIGUES, CPF 401.314.322-49; DIEGO AUGUSTO DE SOUSA, CPF 007.216.571-50; DIEGO EDER CORDAZZO, CPF 813.266.700-00; DIOVANE DE OLIVEIRA BRABOS, CPF 726.357.970-72; DORIVAN RODRIGUES DA CRUZ, CPF 880.966.963-00; DOUGLAS DIAS GOMES, CPF 260.746.642-34; EDIO NONATO BATISTA, CPF 186.034.912-91; EDIVAN MELO DE OLIVEIRA, CPF 399.173.202-53; EDSON FERNANDO PANASSOL, CPF 615.524.530-49; EDUARDO AUGUSTO DOS SANTOS LEITÃO, CPF 352.359.262-34; EDUARDO DE MIRANDA HENRIQUES MEDEIROS, CPF 698.949.144-20; EDUARDO ROBERTO MONTEIRO, CPF 008.799.034-22; ELIANA SOCORRO DOS SANTOS SILVA, CPF 151.949.222-72; FABIO TOMINAGA, CPF 164.978.238-16; FERNANDO BERTE MORATELLI, CPF 041.091.379-00; FERNANDO MARTELLI, CPF 785.370.610-34; FULVIO JULIANO FARIAS DA SILVA, CPF 051.250.414-83; GALVANI GALILEU SIMÃO SILVA, CPF 693.869.271-87; GUILHERME DE SOUZA E SA, CPF 818.594.651-53; HELDER DUTRA GEAQUINTO, CPF 091.106.497-43; HELDER PEROTTI BORGES, CPF 694.657.036-72; HELIO FARIAS LIMA, CPF 717.736.301-72; HEVERTON OLIVEIRA FERNANDES, CPF 641.878.373-53; HUMBERTO DE ARAUJO GEHLEN, CPF 951.968.970-20; HUMBERTO MUNIZ DE OLIVEIRA FILHO, CPF 798.869.655-68; IGOR BOMFIM AVENTURA DOS SANTOS, CPF 014.040.225-03; IRAN FLORES PINTO, CPF 475.384.220-72; JEFERSON FLORES DA SILVA, CPF 968.399.530-68; JOAO ANDRE PINHEIRO RODRIGUES, CPF 461.429.243-72; JOÃO ARISTON MEDEIROS DE OLIVEIRA, CPF 006.774.075-80; JOAO NUNES DA ROCHA NETO, CPF 211.095.083-87; JOÃO PAULO FINN, CPF 035.910.979-93; JOSE JOMAR FRESCURA, CPF 593.886.330-91; JULIANA DA SILVA PARREIRA, CPF 038.315.096-54; KLUGMAN JOSE GONÇALVES CESAR, CPF 022.047.514-80; LAERTE VICTOR DIÁS DA SILVA, CPF 027.535.034-78; LAURO CAZAROTTO, CPF 734.253.380-72; LEONARDO DE ARAUJO COSTA, CPF 035.177.894-29; LEONARDO PAES XAVIER, CPF 901.920.010-00; LEONARDO RODRIGUES PIRES, CPF 071.527.196-24; LEONARDO SIQUEIRA, CPF 047.973.257-47; LETICIA OLIVEIRA PAIVA, CPF 075.381.757-84; LUCAS NOVAIS LIMA, CPF 065.902.736-42; LUIZ EDUARDO BEZERRA GUIMARÃES, CPF 049.347.034-46; LUIZ FERNANDO DA CUNHA ROCHA, CPF 003.425.889-23; MARCELO PEREIRA BARROS, CPF 002.226.381-09; MARCELO RODRIGUES DA SILVA, CPF 030.317.354-80; MARCOS ANTONIO FERREIRA DA SILVA, CPF 514.060.553-87; MATHEUS DE SANTANA CARNEIRO, CPF 002.566.575-80; PEDRO SOARES BEAZOTO, CPF 397.639.789-04; QUEOPS GOUVEIA NABUCO, CPF 336.704.395-87; RAMON FERNANDES ALVES, CPF 100.067.277-86; REGICLEY VIEIRA DA SILVA, CPF 034.949.204-27; RODRIGO OLIVEIRA DOS REIS, CPF 965.900.501-63; SANDRO GRIPA, CPF 079.621.447-69; SANDRO VINICIUS RIBEIRO COSTA, CPF 546.126.405-00; TIAGO DE ALMEIDA QUEIROZ, CPF 906.518.551-87; VITOR CLAUDINO DOS SANTOS, CPF 032.257.579-69; WALDIR SANTOS SOARES DE MELLO, CPF 081.563.987-26

10 - TC-028.883/2006-0

Interessados: ERIC MARQUES BARBOSA, CPF 107.310.207-66; ERIC RIBEIRO CASTRO, CPF 098.524.267-10; EVANDRO CORREA PINTO, CPF 106.964.987-23; EVANDRO DYLZON SILVA PEDROSA, CPF 058.067.567-00; EVERTON AUGUSTO MAIA DA SILVA, CPF 114.254.987-95; EVERTON MORAES LIMA, CPF 113.470.877-70; EVERTON RHADO ALVES DE ARAUJO, CPF 059.292.717-20; EWERTON SOUZA MELLO, CPF 107.021.477-96; FABIANO CORREA FERREIRA, CPF 108.799.057-27; FABIANO DE SOUZA ROSA, CPF 105.060.247-17; FABIANO TORRES CASTELO, CPF 119.284.157-33; FABIO BENTO GOMES DE ALMEIDA, CPF 097.770.437-83; FABIO JUNIO DA SILVA E SILVA, CPF 058.989.957-06; FABIO LEHMKUHL MATTOS, CPF 064.820.209-76; FABIO PEREIRA DA ROSA, CPF 114.189.027-56; FABIO ROBERTO DE JESUS, CPF 121.607.537-93; FABIO VARGAS PORTO, CPF 013.200.350-35; FABRICIO SOUZA FLORENTINO, CPF 115.954.377-11; FELIPE AGUIAR SIMOES, CPF 121.213.907-07; FELIPE ARAUJO MARINS, CPF 122.648.997-43; FELIPE BATISTA DE CARVALHO, CPF 118.432.867-69; FELIPE DA SILVA BRAZ, CPF 348.945.238-09; FELIPE DE BARCELLOS AMORIM, CPF 100.746.327-95; FELIPE DE PAULA SILVA, CPF 109.885.607-47; FELIPE DOS SANTOS ALLEIS, CPF 112.759.267-03; FELIPE SILVA DOS SANTOS, CPF 103.156.577-90; FERNANDO JOSE DE OLIVEIRA SANTOS, CPF 107.958.497-88; FERNANDO MEDEIROS TEIXEIRA DE MAGALHAES, CPF 115.690.447-16; FERNANDO OTAVIO ARAUJO PORTO, CPF 005.137.000-05; FILIPE ALVES DE OLIVEIRA, CPF 007.234.301-01; FILIPE SANTOS DE CAMPOS, CPF 113.076.577-61; FLAVIO MARTINS LIMA, CPF 116.073.047-40; GABRIEL CARDOZO MARQUES, CPF 023.431.471-08; GABRIEL LIMA BARBOSA, CPF 104.682.897-55; GABRIEL NOGUEIRA GOMES, CPF 017.575.301-69; GABRIEL PRUCOLI BENEVENUT, CPF 051.832.446-00; GEORGE CLAUDIO BARRETO LOUREIRO, CPF 116.287.417-16; GERSON CRISTIAN LAMEIRA FARIA, CPF 102.013.057-12; GESIO DA SILVA AMARAL, CPF 110.853.407-40; GIOVANNI BARROS SOARES, CPF 001.864.721-96; GLAUBER DE BONFIM GARCIA, CPF 116.335.897-57; GLAUBER SILVA VALENTIM DE SOUZA, CPF 116.588.937-43; GLAUCO CORINTO SILVA, CPF 110.858.077-70; GUILHERME CURVACHO DE FARIA, CPF 120.567.147-10; GUILHERME RIBEIRO DE ALMEIDA LIMA, CPF 010.797.631-55; GUSTAVO BARBOSA BROTTO, CPF 102.276.497-70; GUSTAVO COSMO ALVES, CPF 116.253.237-86; GUSTAVO PEREIRA BRAGA DE LIMA, CPF 053.120.479-02; HECTOR HEMKMAIER, CPF 064.534.399-48; HELIO CARVALHO DE ANDRADE, CPF 115.998.787-47; HELTON DA CONCEICAO MOREIRA, CPF 113.044.107-57; HENRIQUE FERNANDES DA SILVA, CPF 112.311.847-79; HUGO BOAVENTURA DE CARVALHO, CPF 057.436.227-44; IGOR VINICIUS DA CUNHA, CPF 105.229.987-39; ISAAC ANTONIO DE MENEZES, CPF 108.818.997-04; ISMAEL BERNARDO DE MELO SANTOS, CPF 116.443.787-95; ISMAEL LAZO DE OLIVEIRA, CPF 004.294.480-58; ISNEI DE ALCANTARA DEIRO, CPF 119.271.597-76; ITALO RODRIGUES MIRANDA, CPF 122.753.755-70; IURI ISQUEIRO SEHNEM, CPF 007.653.240-24; IVANILDO APARECIDO GOMES GONCALVES, CPF 356.291.458-00; IZAC BARBOSA DA SILVA JUNIOR, CPF 106.759.607-03; IZAMAR OTAVIO DE MEDEIROS, CPF 117.009.217-97; JACY DA SILVA PINHEIRO, CPF 108.815.177-98; JADSON OLEGARIO GINUNINO DOS SANTOS, CPF 100.694.357-90; JAILSON RODRIGUES DA SILVA, CPF 057.109.614-00; JAIRO CAVALCANTE VERLY, CPF 118.835.667-46; JEAN BATISTA BRENTANO, CPF 005.175.470-31; JEAN CARLO SANTOS DE OLIVEIRA, CPF 116.348.677-93; JEAN CARLOS ALVES DA SILVA, CPF 058.636.077-85; JEAN DA SILVA THIAGO, CPF 118.902.247-82; JEAN PIERRE PIRES IVO, CPF 104.429.067-65; JENIVALDO CLETO DUARTE JUNIOR, CPF 015.881.221-23; JHON ANDERSON NEVES DA SILVA, CPF 881.723.682-91; JHONY PINHEIRO LIMA, CPF 105.469.727-21; JOABE SANTOS DUARTE, CPF 122.722.927-55; JOAN CAMILO QUIRINO PIMENTA, CPF 107.441.417-96; JOAO PAULO HENRIQUE, CPF 350.757.578-71; JOELSON TIAGO MOREIRA DAS CHAGAS, CPF 058.462.607-05; JOHNNIE ROBERTO MATIAS MELO, CPF 103.284.827-81; JONAS SANTOS QUEIROZ, CPF 058.888.807-95; JONATAS DE ANDRADE LIMA, CPF 108.393.277-22; JONATAS DE LIMA RODRIGUES, CPF 116.590.147-19; JORGE LUIZ DA SILVA ANDRADE, CPF 017.022.131-88; JOSE LUIZ PEREIRA DA SILVA, CPF 108.891.097-10; JOSE PASCIFAL GONCALVES SANTIAGO JUNIOR, CPF 110.008.947-03; JOSE PAULO GOMES DA SILVA, CPF 122.061.687-74; JOSE ROBERTO DE SOUZA BATISTA, CPF 102.602.647-41; JOSIMAR DA CONCEICAO VIEIRA, CPF 111.953.947-13; JULIANO PETTI, CPF 355.715.988-40; JULIO CESAR DA SILVA, CPF 060.447.689-29; LEANDRO DA SILVA LIMA, CPF 121.065.287-01; LEANDRO DE CARVALHO CRESPO, CPF 119.597.447-71; LEANDRO GABRIEL BAVIER, CPF 114.623.237-31

11 - TC-028.885/2006-4

Interessados: EVERTON DA SILVA COSTA, CPF 112.119.197-57; EVERTON LUIS CORREA ARANHA, CPF 055.523.267-09; FABIANO ALVES DE SOUZA, CPF 110.144.547-51; FABIANO DE FARIAS ESTACIO PEREIRA, CPF 110.060.937-70; FABIO DE AZEREDOO RODRIGUES, CPF 113.734.097-54; FABRICIO DA COSTA PEREIRA FREITAS, CPF 115.244.537-57; FELIPE FINAMORE STOFEL, CPF 059.772.677-97; FELIPE MALHARD ERTHAL, CPF 117.923.157-08; FILIPE VIEIRA DE SOUSA, CPF 116.240.417-52; FRABRIZZIO LOPES E SILVA, CPF 011.204.223-61; FRANCISCO ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS, CPF 672.574.703-59; FRANCISCO CARLOS LOURENCO BARROS FILHO, CPF 019.125.163-14; FRANCISCO DE ASSIS MARTINS, CPF 008.452.293-38; FRANCISCO EDSON SILVA BARBOSA, CPF 017.692.953-30; FRANCISCO ENILDO COLARES PINTO, CPF 004.726.513-23; FRANCISCO JANIO NASCIMENTO DA SILVA, CPF 003.908.493-08; FRANCISCO JOHN CARVALHO DE SOUZA, CPF 883.594.092-34; FRANCISCO LEANDRO ARAGAO MARTINS, CPF 106.902.897-58; FRANCISCO LEANDRO DO NASCIMENTO, CPF 672.980.793-87; FRANCISCO NELIO ROCHA CAMINHA, CPF 600.065.263-14; FRANCISCO THIAGO RODRIGUES DE ARAUJO, CPF 017.730.133-35; GILBERTO BARATA CARDOSO JUNIOR, CPF 887.745.112-20; GLEISSON PEREIRA DE ANDRADE, CPF 876.809.802-25; HELENILDO VILHENA MAIA, CPF 913.173.122-87; HELIO CORREA, CPF 012.942.333-51; HUGO CANDIDO ABREU CALABRO, CPF 115.792.607-05; HUGO REGINALDO FERREIRA, CPF 001.885.353-65; ICARO BATISTA DE ARAUJO SANTIAGO, CPF 006.230.493-33; ILAN ICARO MORAES PINHEIRO, CPF 020.717.313-36; JAILTON GOMES DA ROCHA, CPF 005.517.923-10; JANIEL SANTIAGO MESQUITA, CPF 004.377.063-03; JEFFERSON MACHADO MARTINS, CPF 017.755.583-12; JEFFERSON MEDEIROS DIAS, CPF 115.672.887-82; JEFFERSON PEREIRA MORAES, CPF 119.360.287-43; JERLAN FIUSA AZEVEDO, CPF 014.652.573-65; JEYBE JEYSON DE SOUSA BRITO, CPF 936.122.062-49; JHONATA DO REGO VIEIRA, CPF 004.128.703-71; JOAO BATISTA DA COSTA FILHO, CPF 017.662.193-81; JOAO LUIZ FERNANDES DOS SANTOS, CPF 116.061.527-69; JONAS CESAR MOREIRA, CPF 111.317.267-31; JONAS VINICIUS CHAGAS DOS SANTOS, CPF 111.358.977-94; JONATAS MARQUES DOS SANTOS, CPF 528.191.322-00; JONATHAN LINHARES TRAVASSOS, CPF 116.450.367-74; JOSE CHARLES PINHEIRO SOUZA DA SILVA, CPF 882.877.422-34; JOSE DIOCLECIO LIMA JUNIOR, CPF 961.655.103-53; JOSE EDSON NOGUEIRA FILHO, CPF 005.107.713-27; JOSE EDUARDO MENEZES DA SILVA, CPF 671.949.313-20; JOSE HEDGLER COELHO PEREIRA, CPF 017.496.583-48; JOSE UDSON GOMES FILHO, CPF 011.982.503-13; JOSEMAR RODRIGUES NASCIMENTO, CPF 008.249.863-69; JOSENILSON MARQUES RODRIGUES, CPF 022.978.663-48; JULIO CESAR SILVA DE ANDRADE JUNIOR, CPF 110.909.777-86; KEIMYSON MIRANDA BEZERRA, CPF 054.598.204-99; KENNEDY DE OLIVEIRA CUNHA, CPF 057.545.664-76; KESLEI DUARTE DOS SANTOS, CPF 028.817.335-06; KLAUS DA CRUZ SILVA, CPF 025.451.025-63; KLEDSON ALBUQUERQUE DE BARROS, CPF 102.761.507-40; LADIEL GOMES DA SILVA, CPF 099.270.487-18; LAZARO RESENDE SOARES, CPF 122.500.847-69; LEANDRO DE OLIVEIRA NOGUEIRA, CPF 117.540.477-26; LEANDRO DE SOUZA DOMINGUES, CPF 054.984.699-93; LEANDRO DOS SANTOS BRAGA, CPF 114.791.777-92; LEANDRO JOSE DA SILVA, CPF 056.570.024-31; LEANDRO JOSE FREITAS DA SILVA, CPF 014.058.754-37; LEANDRO LEMOS DOS SANTOS, CPF 116.381.807-09; LEONARDO BAUMWORCEL, CPF 090.698.787-39; LEONARDO GOES CARVALHO, CPF 057.874.367-17; LEONARDO HORTEGA LIMA MESQUITA, CPF 083.928.876-03; LUCIANA DE JORGE GOUVEIA, CPF 089.803.447-75; LUCIANO DE SOUZA LIMA, CPF 102.965.137-09; LUCIANO DOMINGOS DE ARAUJO DA SILVA, CPF 104.916.117-30; LUCIANO SILVA LOUREIRO, CPF 101.401.267-83; LUIS MARQUES OLIVEIRA DOS SANTOS, CPF 115.718.757-94; LUIZ FERNANDO ABREU SOARES, CPF 076.161.856-22; MAICKELL DE FREITAS, CPF 116.235.227-22; MANOEL PAULO LIMA DAS NEVES, CPF 119.868.367-89; MARCELO AZEREDO DE JESUS, CPF 114.513.397-55; MARCELO DE MENDONCA LIMA, CPF 036.698.707-09; MARCO POLLO SILVA DOS SANTOS, CPF 057.843.727-93; MARCOS JOSE FERNANDES DA CUNHA, CPF 105.540.227-61; MARCOS VINICIUS ALMINHAS PEIXOTO, CPF 115.943.917-69; MARCOS VINICIUS FRINHANI, CPF 114.361.947-17; MARCUS VINICIUS RODRIGUES DE AZEVEDO, CPF 058.381.637-12; MARIA DAS GRACAS MIRANDA MARTINS, CPF 086.173.607-98; MARIANA MARCAL PACHECO, CPF 091.215.757-70; MAURICIO DE BRITO BRUM, CPF 109.647.777-70; NELSON VINICIUS TAVARES OLIVEIRA, CPF 103.259.247-83; PATRICK ANDRES PIMENTEL DE MACEDO, CPF 115.772.787-55; PATRICK CARDOSO DE SOUZA, CPF 106.316.737-09; PEDRO HENRIQUE RIBEIRO NEPOMUCENO, CPF 105.121.697-48; QUEMUEL DOS SANTOS GARCIA, CPF 077.549.996-09; RAFAEL DE ANDRADE PINTO, CPF 115.600.287-77; RAFAEL SOUZA LOUZADA, CPF 031.464.357-56; RAFFAELE SANTOS PADOVANI BRAMBATI, CPF 119.218.357-61; RAPHAEL AZEVEDO REIS DE SOUZA, CPF 121.001.407-60; RICARDO FERREIRA MOURA, CPF 111.474.977-02; RICARDO RODRIGUES GONCALVES, CPF 001.099.050-08; RODRIGO AMARO RIBEIRO CIRILO, CPF 116.578.907-83; RODRIGO CORREA FERNANDES, CPF 121.111.417-12

12 - TC-028.889/2006-3

Interessados: LEANDRO PENA SILVA, CPF 076.966.426-18; LEANDRO RAMOS DA SILVA, CPF 107.921.177-27; LEANDRO REIS DE LIMA, CPF 057.878.357-60; LEANDRO SIMAO DO NASCIMENTO, CPF 109.961.877-07; LEANDRO VIANA DA SILVA, CPF 076.296.906-73; LENICIO OLIVEIRA DOS SANTOS, CPF 113.318.737-46; LEONARDO ALBUQUERQUE DF OLIVEIRA, CPF 113.956.227-44; LEONARDO BATISTA DE ARAUJO, CPF 106.763.577-76; LEONARDO BEZERRA DE OLIVEIRA, CPF 122.760.967-13; LEONARDO CAMPOS RDORIGUES, CPF 117.145.037-04; LEONARDO DIAS DAFLON, CPF 098.584.207-57; LEONARDO DUQUE ESTRADA FERNANDES, CPF 119.528.757-73; LEONARDO GONCALVES DOS SANTOS, CPF 116.150.857-00; LEONARDO HENRIQUE TAVARES, CPF 116.686.627-01; LEONARDO JOSE DE SOUZA PEREIRA, CPF 052.193.997-64; LEONARDO JUNIOR DIONIZIO CORREA, CPF 119.729.157-11; LEONARDO LUIZ DE OLIVEIRA, CPF 112.520.437-08; LEONARDO MAXIMINO DOS SANTOS, CPF 102.113.267-55; LEONARDO PAIVA DA SILVA, CPF 116.391.957-85; LEONARDO PINHEIRO FRANCO, CPF 095.829.277-98; LEONARDO REZENDE BRANDAO, CPF 122.212.227-84; LEONARDO ROCHA FINI, CPF 338.704.148-98; LEONARDO SANTANA DE MORAES, CPF 105.664.387-04; LUIS CARLOS DA CUNHA, CPF 069.109.706-24; LUIS FELIPE VIEIRA DE CARVALHO, CPF

099.845.557-12; LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA MARTINS, CPF 122.330.597-00; LUIZ ARNOLDO ARRIECHE JUNIOR, CPF 017.429.820-00; LUIZ EDUARDO LISBOA, CPF 054.426.707-90; LUIZ FELIPE BON, CPF 119.024.737-28; LUIZ FLAVIO DO NASCIMENTO BESSA LEITE, CPF 117.676.277-00; LUIZ HENRIQUE DA SILVA, CPF 018.131.211-50; MADJER RESENDE COSTA DOMINGUES, CPF 115.864.887-16; MARCELINO DE PAULA LOURENCO, CPF 122.396.287-31; MARCELO ANGULO DE FARIA, CPF 319.018.108-01; MARCELO SIMOES DA SILVA, CPF 110.336.897-42; MARCIO FERNANDES NOBREGA DA SILVA, CPF 099.537.257-80; MARCIO GRACIANO DA SILVA, CPF 119.247.097-40; MARCIO LUIZ LIMA GOMES, CPF 107.105.297-75; MARCO ANTONIO GONCALVES JUNIOR, CPF 007.440.890-93; MARCOS ARAUJO JUNIOR, CPF 122.437.637-45; MARCOS AURELIO SANTOS DE OLIVEIRA FILHO, CPF 117.915.167-42; MARCOS VINICIUS ROMAO DA SILVA XAVIER, CPF 105.641.657-27; MARCUS PAULO DE ABREU SILVA, CPF 114.475.687-10; MARCUS VINICIUS LIMA SANTOS, CPF 116.674.887-16; MARILON BARBOSA LIMA, CPF 121.752.847-43; MARLLON DE CASTRO SILVA, CPF 058.848.957-39; MATHEUS OBIEDO GARCIA, CPF 017.387.600-57; MAURICIO CANDIDO DE SOUZA, CPF 051.755.539-50; MAURICIO NASCIMENTO DE AMORIM FILHO, CPF 105.103.807-35; MAYKON EDEMAR LAMPERT, CPF 053.132.639-00; MICHEL ROBERTO GASPAR, CPF 116.243.447-39; MOACYR DE MOURA DA COSTA NETO, CPF 116.800.067-03; MOISES SANTOS VALLE, CPF 113.914.577-06; MULLER RODRIGUES BERNARDO, CPF 014.937.491-70; MURILO DE MEDEIROS SOUZA, CPF 060.886.019-06; NELSON DOS SANTOS MALTA NETO, CPF 118.224.467-08; ORLANN PAULO MACHADO BARROZO, CPF 122.227.157-50; OSEIAS PAULO DE BARROS RAMOS, CPF 099.868.907-64; OZEAS PAULO DE ARAUJO, CPF 107.298.817-84; PATRICK AMARAL RODRIGUES, CPF 012.560.080-10; PAULO HENRIQUE SILVA DOS SANTOS, CPF 121.317.317-52; PAULO VICTOR OLIVEIRA DOS SANTOS, CPF 057.521.497-03; PAULO VITOR FURTADO CARDOSO, CPF 116.170.707-77; PEDRO IVO RAMOS DOS SANTOS, CPF 117.701.517-02; PEDRO MAURICIO DE VARGAS SANCHES, CPF 007.198.220-50; PEDRO PAULO SILVERIO RODRIGUES, CPF 116.706.747-97; PETTERSON LOURENCO DA SILVA, CPF 056.341.269-08; RAFAEL ALMEIDA FONSECA, CPF 114.604.777-07; RAFAEL CAVALCANTE DE SIQUEIRA, CPF 103.877.107-28; RAFAEL CUNHA GOMES, CPF 116.312.757-47; RAFAEL DE ALMEIDA SANTOS, CPF 111.136.487-75; RAFAEL DE OLIVEIRA PEREIRA, CPF 122.548.747-13; RAFAEL SILVA GOMES, CPF 108.911.357-90; RAFAEL VIEIRA PALMA, CPF 058.874.977-00; RALF ROSSINI DO NASCIMENTO, CPF 357.714.198-00; RAMON FERREIRA VELOSO, CPF 101.030.857-26; RAMON LOPES DE LIMA, CPF 109.605.767-03; RAPHAEL ALVES ARAUJO, CPF 022.020.011-40; RAPHAEL PEREIRA DE SOUZA LIMA, CPF 107.190.617-84; RENAN BARRETO MARTINS, CPF 115.411.847-93; RENAN CALAIS BATISTA, CPF 075.135.886-00; RENAN LOPES LEITE, CPF 059.057.117-63; RENAN SILVA, CPF 114.502.777-64; RENAN SOUZA SANTOS, CPF 104.311.097-61; RICARDO AMARAL BUENO, CPF 113.878.017-08; RICARDO LISBOA DOS SANTOS, CPF 114.358.667-03; RIVELINO PEREIRA DA SILVA, CPF 108.131.247-51; ROBERTO DE SOUZA CARDOSO, CPF 104.365.247-75; ROBERTO LUIZ GONCALVES SOARES DA SILVA, CPF 105.388.337-42; RODOLPHO SOARES SILVA, CPF 114.349.497-02; RODRIGO ASSIS DE OLIVEIRA, CPF 114.237.847-07; RODRIGO BECKHAUSER CIPRIANI, CPF 054.692.849-80; RODRIGO CARVALHO DE BRITO, CPF 339.482.698-40

13 - TC-028.893/2006-6

Interessados: ABRAAO PEREIRA DA COSTA, CPF 017.998.833-61; RODRIGO DA SILVA BARRADAS, CPF 116.231.837-66; RODRIGO DE AMORIM LUNA, CPF 122.146.577-54; RODRIGO DE MORAES SANTOS SIMEAO, CPF 007.797.043-80; RODRIGO DE SOUZA FERREIRA, CPF 671.472.673-20; RODRIGO VIEIRA DE MOURA, CPF 016.237.395-35; ROGERIO ORNELIS DA SILVA, CPF 112.376.237-66; RONALDO ALMEIDA MOURA, CPF 116.364.627-07; RONALDO CONCEICAO JUNIOR, CPF 112.286.217-21; RONEI RODRIGUES FIEL DO NASCIMENTO, CPF 670.493.973-34; RONY FABRICIO DIAS, CPF 011.645.373-77; RUBENS KALEBE SILVA DE SOUSA, CPF 118.898.077-70; RYAN BRUNO ARAUJO, CPF 017.865.543-05; SALOMAO MARQUES DE OLIVEIRA, CPF 977.100.323-20; SAMUEL BARBOSA DE ANDRADE RAPHAEL, CPF 114.380.397-35; SAMUEL NUNES DA SILVA, CPF 017.459.153-54; SANDERSON ROCHA DA SILVA, CPF 024.428.443-11; SAULO DA SILVA DAMASCENA, CPF 100.910.077-71; SAULO DIAS MOREIRA JUNIOR, CPF 117.683.577-73; SILLAS MAKSON DO ROSARIO VIEIRA, CPF 019.255.283-08; THIAGO ARMANI MELLO, CPF 114.491.887-10; THIAGO BEZERRA DA SILVA, CPF 109.446.507-08; THIAGO BRAZ ARCHANJO, CPF 110.794.207-11; THIAGO DIAS DA SILVA, CPF 111.625.567-73; THIAGO DOS ANJOS FONTENELE, CPF 111.012.237-31; THIAGO DOS SANTOS ANTUNES, CPF 008.694.103-85; THIAGO DOS SANTOS SANTANNA, CPF 110.538.857-33; THIAGO ESPECIE DA SILVA, CPF 106.871.157-44; THIAGO FORTE LIMA, CPF 018.653.203-23; THIAGO FRANCISCO DA CUNHA, CPF 122.741.127-89; THIAGO GOMES MARTINS, CPF 116.825.517-17; THIAGO GONCALVES DE OLIVEIRA, CPF 115.644.277-06; THIAGO HERNANDES JORDAO DAS VIRGENS, CPF 104.313.687-83; THIAGO LOPES DOS SANTOS, CPF 116.508.867-30; THIAGO MAIA DA COSTA, CPF 115.228.907-18; THIAGO MARTINELLE MOREIRA, CPF 108.600.607-05; THIAGO MARTINS PEREIRA, CPF 120.464.027-07; THIAGO PEREIRA TEIXEIRA, CPF 121.511.897-08; THIAGO RAMOS DA SILVA, CPF 046.660.214-69; THIAGO REINOL CAMPOS, CPF 122.552.417-22; THIAGO ROBERTO EGIDIO SILVA, CPF 117.302.217-18; THIAGO ROQUE FREN, CPF 108.368.047-16; THIAGO SOARES SIMOES, CPF 116.477.567-74; THIAGO SOUSA DE MOURA, CPF 116.591.997-43; THIAGO TEODORO DA COSTA, CPF 110.265.037-44; THIAGO VIEIRA SANTOS, CPF 071.982.864-37; THIAGO VIVAS DA SILVA, CPF 104.553.447-10; THYAGO GOMES DOS SANTOS, CPF 115.628.067-26; TIAGO ALMEIDA DO NASCIMENTO, CPF 024.783.485-86; TIAGO BARBOSA DOS SANTOS, CPF 020.488.535-36; TIAGO DANTAS SILVA, CPF 069.768.784-83; TIAGO GOMES DE SOUZA, CPF 057.712.864-78; TIAGO LOPES DA SILVA, CPF 102.324.717-89; TIAGO MENDES DO NASCIMENTO, CPF 017.778.563-29; TIAGO RODRIGO ARAUJO, CPF 109.167.547-31; TIAGO RODRIGUES PIRES, CPF 108.765.687-70; TITO LEONARDO SPINDOLA, CPF 107.260.177-01; TULIO RAFAEL CORDEIRO DE ARAUJO, CPF 048.271.074-83; VALDEMIR PRATA ROCHA, CPF 119.937.997-29; VALDINEI RAMOS DE SOUZA, CPF 016.729.815-14; VENICIUS LOPES ALMEIDA, CPF 023.907.393-26; VICENTE ADILTON BARROS FERREIRA, CPF 671.615.373-04; VICENTE DE PAULO DA SILVA JUNIOR, CPF 068.750.584-48; VICTOR DE CARVALHO RIBEIRO, CPF 122.557.647-41; VICTOR HUGO DA COSTA MARTINS, CPF 053.683.364-89; VICTOR HUGO DE AQUINO PEREIRA, CPF 669.297.503-44; VINICIUS DA SILVA GERALDO, CPF 105.830.627-84; VINICIUS PRADO BRANDAO, CPF 100.132.127-88; VINICIUS QUERINO QUEIROZ, CPF 108.364.357-61; VINICIUS SIQUEIRA FERREIRA FIGUEIRA, CPF 116.947.367-92; VITOR DE LIMA GONZAGA, CPF 113.218.947-08; VITOR MEDEIROS SARTI, CPF 118.431.627-92; WAGNER DE BRITO RAMALHO, CPF 077.124.416-93; WAGNER E SILVA PEREIRA, CPF 110.497.327-82; WAGNER LESSA LABETA, CPF 111.756.817-25; WAGNER PONTES DA SILVEIRA, CPF 110.682.637-09; WALACE DE OLIVEIRA MATEUS, CPF 116.491.567-31; WALDEMBERG ARAUJO ALENCAR, CPF 050.155.414-90; WALLACE ALAN DA SILVA GONCALVES, CPF 113.247.647-08; WALLACE LOURENCO DOS SANTOS, CPF 119.227.307-93; WALLACE SOARES DA SILVA, CPF 058.191.897-52; WALTER TIBURCIO SALAZAR LEITE JUNIOR, CPF 023.474.783-89; WANDERSON ALVES RAMOS, CPF 064.659.734-56; WARLEY FERREIRA DE ALMEIDA, CPF 122.677.607-89; WELINGTON DE SOUZA SILVA, CPF 057.816.447-76; WELLINGTON LUIZ DA SILVA PAIXAO, CPF 013.381.304-55; WELLINGTON VIEIRA DA COSTA, CPF 793.351.522-34; WELLINTON COSTA BARROS, CPF 022.174.553-03; WENDY DO NASCIMENTO DA SILVA, CPF 106.827.627-41; WESLEY SALES BORGES, CPF 058.130.664-38; WILLAME ROGERIO VIANA DE SOUZA, CPF 976.487.443-68; WILLAME SOARES SABINO, CPF 066.133.204-71; WILLIAM DE SOUSA DOS REIS, CPF 020.453.263-90; WILLIAM RENATO DA SILVA CAMARGO, CPF 108.933.257-24; WILLIAM WATHILLA PEREIRA GOMES DOS SANTOS, CPF 894.288.462-87; WILLIAMS MEDEIROS SIQUEIRA, CPF 065.479.464-28; WILSON MARCOLINO DE SANTANA JUNIOR, CPF 063.622.924-64; WILSON OSWALDO CAETANO FILHO, CPF 014.251.395-40; WILTON ANDRADE AZEVEDO JUNIOR, CPF 022.629.475-70; YVISSON BATISTA DE VASCONCELOS, CPF 061.953.734-51

14 - TC-028.894/2006-3

Interessados: ADALBERTO ALMEIDA DE ARAUJO, CPF 011.716.055-52; ERIC GUIMARAES BARBOSA, CPF 062.299.224-44; RODRIGO COUTINHO RODRIGUES, CPF 116.401.537-05; RODRIGO DA MOTTA SOUZA, CPF 112.398.417-44; RODRIGO DE JESUS CHAVES, CPF 125.276.137-64; RODRIGO DE SOUZA E SILVA, CPF 106.540.457-39; RODRIGO EMANUELL QUEIROZ SANTOS, CPF 068.446.674-00; RODRIGO FERREIRA SILVERIO, CPF 107.870.497-00; RODRIGO LUIZ ALVES CORDEIRO, CPF 104.706.187-28; RODRIGO MARINHO DA SILVA, CPF 061.947.784-90; RODRIGO MIKALAUSKAS GOMES, CPF 103.923.177-29; RODRIGO ROCHA DOS SANTOS, CPF 115.808.887-63; RODRIGO TCHARLE HERACLIO DA SILVA, CPF 055.444.274-45; RODRIGO VIEIRA RAFAEL, CPF 067.740.114-03; ROGER SILVA DA SILVA, CPF 010.626.020-05; RONALD RODRIGO NASCIMENTO DE MELO, CPF 056.817.874-27; RONALDO RICHTRMOL DUARTE, CPF 013.640.334-45; RUBIM SAULO VAZ DO NASCIMENTO JUNIOR, CPF 058.638.887-76; SAMIR CAMPANUCI CAMPOS, CPF 057.471.907-50; SAMYR MANSUR DE ALMEIDA, CPF 119.728.397-80; SAULO DIMAS SILVA, CPF 340.919.708-77; SERGIO RICARDO SANTANA DE ANDRADE JUNIOR, CPF 115.492.307-00; SERGIO RODRIGO WENDOS PENA, CPF 107.801.097-83; SEVERINO EUFRAZIO MUNIZ JUNIOR, CPF 071.860.404-03; SILAS ALVES FERREIRA, CPF 115.775.677-81; SILAS RODRIGUES DA SILVA JUNIOR, CPF 056.198.104-37; SILFREDO SILVA OLIVEIRA FILHO, CPF 025.272.345-77; TALLES HENRIQUE CORDEIRO DE LIMA, CPF 114.182.567-81; THIAGO ALVES DE HOLANDA, CPF 047.470.574-98; THIAGO ANASTACIO DA SILVA, CPF 015.832.353-02; THIAGO ANDERSON DE SOUZA, CPF 050.737.844-05; THIAGO AUGUSTO CIRILLO CALDAS, CPF 100.804.297-85; THIAGO CARVALHO DE OLIVEIRA, CPF 109.685.367-19; THIAGO DOS SANTOS MARTINS, CPF 107.137.857-05; THIAGO DOS SANTOS PEREIRA, CPF 113.936.507-08; THIAGO FERREIRA LIMA, CPF 058.386.517-84; THIAGO LUIZ DE OLIVEIRA FONSECA, CPF 077.048.056-06; THIAGO MESSIAS, CPF 106.874.147-33; THIAGO NOVAES DUARTE SANTOS, CPF 058.155.087-05; THIAGO SANTIAGO PEREIRA, CPF 115.685.227-70; THIAGO SANTOS MOREIRA, CPF 103.175.077-02; THIAGO VALADARES PALMA, CPF 116.181.717-47; TIAGO JOSE DE OLIVEIRA, CPF 109.166.217-74; TIAGO SIGARINI SOARES, CPF 017.183.671-55; TIAGO VITOR DAS CHAGAS OLIVEIRA, CPF 731.291.271-00; VALTER BATISTA JUNIOR, CPF 116.392.087-80; VICTOR THOMAZ DE SOUZA, CPF 106.173.997-00; VINICIUS DE SOUZA LESSA, CPF 119.110.597-00; VINICIUS DO CARMO BARBOSA SOUZA, CPF 107.541.177-74; VINICIUS GOMES CALIXTO, CPF 121.907.227-30; VINICIUS TEIXEIRA DE ALMEIDA MORAES, CPF 079.963.976-19; VITOR HUGO PASTOR, CPF 099.067.187-90; WAGNER FERNANDES AREAS, CPF 057.977.757-00; WAGNER MACHADO BITTENCOURT, CPF 013.424.650-08; WANDERSON DE ALMEIDA RODRIGUES, CPF 116.622.897-58; WANDERSON JUNIOR GARCIA NOLASCO, CPF 023.329.181-40; WELINGTON FERREIRA SANTOS JAIME, CPF 011.573.741-31; WELLINGTON DAMASCENO CAVALCANTE, CPF 116.486.227-80; WELLINGTON DOS SANTOS THEODORO, CPF 323.309.668-22; WILIAN LUIZ DA SILVA DE ARAUJO, CPF 102.059.747-08; WILLIAM DE OLIVEIRA SOUZA, CPF 057.622.597-57; WILTON DA COSTA PINHEIRO, CPF 101.334.597-56

15 - TC-028.895/2006-0

Interessados: ADEILSON LAMEIRA DE SOUZA, CPF 060.577.466-86; JONDNEY ARAUJO RODRIGUES, CPF 025.177.725-17; JORGE JASTHS SANTOS SOUSA, CPF 105.986.967-50; JORGE LIMA ARAUJO, CPF 013.606.775-18; JORGE NALDO AGUIAR SANTOS, CPF 121.842.107-06; JOSE ANTONIO ALEXANDRE DA SILVA JUNIOR, CPF 058.330.164-95; JOSE DIEGO COUTINHO DOMINGOS SILVA, CPF 069.380.954-00; JOSE EDSON DA SILVA FREIRE, CPF 067.353.914-89; JOSE GABRIEL DOS SANTOS PINHEIRO, CPF 103.526.127-89; JOSE GONCALO DA SILVA JUNIOR, CPF 068.147.684-29; JOSE GONCALVES NUNES, CPF 049.584.674-08; JOSE LEANDRO DE LIMA, CPF 056.927.404-43; JOSE MARIA SOUZA DA SILVA, CPF 934.303.532-20; JOSE RENATO DA SILVA, CPF 060.939.174-79; JOSE RENATO DOS SANTOS SANTIAGO, CPF 023.003.605-86; JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA, CPF 066.691.614-41; JOSE THIAGO DA SILVA PESSOA, CPF 120.242.387-69; JOZELITO ANTONIO DA SILVA, CPF 056.779.834-89; JULIO CESAR SICILIANO SOARES, CPF 111.291.847-73; LEANDRO LOPES RODRIGUES, CPF 011.034.450-22; LEANDRO MAGNO PAZ DE SOUZA, CPF 057.225.547-07; LEANDRO TEIXEIRA TOLENTINO DA SILVA, CPF 090.585.787-98; LEONARDO LOPES TEIXEIRA, CPF 121.310.947-79; LEONARDO RODRIGUES BORGES, CPF 108.462.677-21; LOURIVAL A PEREIRA JUNIOR, CPF 104.682.557-70; LUCAS CAVALCANTE DA SILVA, CPF 119.345.617-70; LUCAS JAVAN BEZERRA, CPF 071.956.794-70; LUCIANA CAVALCANTI DE ARAUJO, CPF 022.833.294-00; LUIS CLAUDIO MONTEIRO BEZERRA, CPF 031.777.395-01; LUIS GUSTAVO TAVARES BITTON, CPF 077.155.027-82; LUIS MARIO M DE ASSUNCAO, CPF 003.198.151-88; LUIS RAFAEL BRITO DO NASCIMENTO, CPF 004.892.781-32; LUIZA DE SOUSA FERREIRA DE MENDONCA, CPF 035.324.677-80; MARCELA MENDES MEDEIROS, CPF 054.690.517-06; MARCELO RIBEIRO DA SILVA, CPF 080.743.667-40; MARCIO LIMA LEAL ARNAUT JUNIOR, CPF 093.380.927-12; MARCIO MAGNUN DALIA GUIMARAES, CPF 110.160.097-71; MARCOS CHI LIM SIU, CPF 053.737.797-25; MARCOS VINICIUS COSTA DE SANTANA, CPF 113.541.847-00; MARCOS VINICIUS SANTA BARBARA CERQUEIRA, CPF 113.745.167-08; MARCUS VINICIUS REIMAO MIRANDA, CPF 116.278.767-82; MARCUS VINICIUS ROQUE SILVA, CPF 046.744.299-19; MARLON DIAS DA SILVA, CPF 114.312.097-32; MICHEL DIAS DOS SANTOS MARTINS, CPF 108.962.407-70; MICHELL JEFFERSON AZEVEDO GUIMARAES, CPF 064.332.324-42; MURILO CORREA DIAS PINTO CARLOS, CPF 122.565.937-03; NELSON ELIAS ANDRADE JUNIOR, CPF 828.402.616-34; NICOLLAS TELLES NASCIMENTO, CPF 122.777.287-48; PAULO GABRIEL BRITO DO NASCIMENTO, CPF 004.892.931-07; PAULO MANASSES PADILHA RODAS, CPF 071.855.954-10; PAULO RODRIGUES OLIVEIRA, CPF 269.075.148-85; PEDRO CONCEICAO DE OLIVEIRA, CPF 114.347.297-70; PEDRO PAULO MORAIS DA SILVA, CPF 054.286.394-40; PRISCILA CORREA DE OLIVEIRA, CPF 016.827.277-69; RAFAEL DA COSTA ITALIANO, CPF 116.478.287-83; RAFAEL FRANCELINO DIAS, CPF 858.493.592-49; RAFAEL VIEIRA DE CASTRO, CPF 114.470.357-39; RAFAEL VIEIRA DE MORAIS, CPF 032.907.586-13; RAMON DA COSTA NEVES, CPF 109.833.497-38; RENAN DE ARAUJO VICENTE, CPF 116.766.837-55; RENATA DA ROCHA PEREIRA MURA, CPF 081.411.817-85; ROBERT P R CABRAL DA SILVA, CPF 106.430.557-11; ROBERTA RODRIGUEZ CORREA, CPF 000.714.491-16; ROBSON MARQUES GOUVEA, CPF 072.614.987-00; RODRIGO CORREA PEPEU, CPF 807.545.112-00; RODRIGO COSTA FERRAZ, CPF 121.044.377-50; RODRIGO FERNANDES LOUVISI, CPF 118.778.527-08; RODRIGO LUIS RAMOS DA SILVA, CPF 116.383.357-61; RODRIGO RODRIGUES DE CASTILHO, CPF 946.827.041-68; RODRIGO SILVA MENDES DOS SANTOS, CPF 119.928.257-00; RODRIGO WEITZEL DE ANDRADE, CPF 112.928.717-33; SABRINA DALVI FERREIRA DE OLIVEIRA, CPF 082.371.847-69; SAIMON MARCOLINO VENTURA, CPF 337.322.328-83; SOILO NUNES DOS SANTOS, CPF 008.332.210-86; TEYLOR WIDAL LISBOA LONTRA, CPF 015.879.901-13; THALES TEIXEIRA PINHO, CPF 058.373.657-29; THIAGO ANTUNES DE SOUZA PEREIRA, CPF 108.043.727-48; THIAGO CARDOSO SOUZA, CPF 118.534.937-59; THIAGO FERNANDO BUNDER, CPF 364.664.408-77; THIAGO LIMA SOUZA, CPF 111.472.727-00; THIAGO LINS MARTINS, CPF 108.228.897-73; THIAGO MAGALHAES DE OLIVEIRA, CPF 058.717.917-19; THIAGO VARANDA DA SILVA, CPF 119.952.187-66; TIAGO JOSE DA SILVA RODRIGUES, CPF 114.270.417-33; VAGNER PIEDADE GARCIA DE ARAUJO, CPF 116.510.047-90; VALTER MAIA FERNANDES DA SILVA, CPF 116.934.137-36; VICTOR HUGO ALBUQUERQUE PEREIRA BOTTI, CPF 058.405.107-77;

VITOR DA SILVA, CPF 116.413.967-33; VITOR ROLOFF, CPF 835.442.320-49; WAGNER OLIVEIRA PIRES, CPF 115.340.987-98; WILLIAM DE ASSIS BASTOS, CPF 102.645.887-03; WILSON ARAUJO PEREIRA, CPF 055.838.749-70

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

16 - TC-028.416/2006-5

Interessados: ADAMUR DOS SANTOS GARCIA, CPF 275.969.968-41; ADILSON LIMA DOMINGUES, CPF 678.581.807-97; ALEXANDRE DOS SANTOS LOPES, CPF 021.581.707-94; ALEXANDRE MAGNO DE OLIVEIRA NOGUEIRA, CPF 433.807.273-34; AMILCAR ALVES CORDEIRO SABARA, CPF 109.811.738-70; BENEDITO RODRIGUES DE SOUZA, CPF 007.051.138-17; CARLOS EDUARDO THOMAS DA SILVA, CPF 138.344.428-52; CASSIO APARECIDO BENTO DE FREITAS, CPF 110.752.928-08; CLAUDIO LUIZ PEDROSO, CPF 099.478.268-30; CLEYTON GRAÇA DE SOUSA, CPF 639.257.293-72; EDGAR MARCOSSI, CPF 061.191.508-11; EDNEY ESPINDOLA DE MEIRELLES, CPF 081.021.568-30; EDUARDO CAFFER, CPF 126.476.298-46; ELIELSON FERNANDES DE OLIVEIRA, CPF 128.304.022-00; ELOI MORAES BARRETO, CPF 212.040.552-20; ERICO DE OLIVEIRA GONÇALVES, CPF 045.373.766-86; ERIKA LUCIA TEIXEIRA ALVES SOBRAL, CPF 305.712.942-00; ERNANDO CLEVES CHAVES SILVA, CPF 750.974.193-91; ERON PATHIK RIBEIRO, CPF 122.109.738-56; EUSTACHIO DA SILVA, CPF 052.422.348-30; EVANDRO SILVA BAIA, CPF 159.176.732-68; FABIA DO SOCORRO R. G. CARDOSO, CPF 426.805.142-20; FABIO BONIFACIO PEREIRA, CPF 532.610.627-20; FABIO CARLOS CAVARRA, CPF 086.679.607-05; FABIO PERALTA DE OLIVEIRA, CPF 053.397.367-84; FABIO RENATO MENDONÇA SALGADO, CPF 351.981.412-91; FENELON SEVERINO DOS SANTOS, CPF 083.689.532-00; FRANCISCO ASSIS COSTA JUNIOR, CPF 375.938.382-34; FRANCISCO RENAN PONTES ARAUJO, CPF 701.908.793-00; FRANCISVALDO AMORIM SANTANA, CPF 125.460.928-80; FRANK SILVA MOITA, CPF 428.606.792-00; FRANKLIN JORGE SILVA DOS SANTOS, CPF 398.884.872-72; GENILSON BOTELHO DE OLIVEIRA, CPF 358.114.715-72; GERALDO JACINTO BARBOSA, CPF 083.911.068-53; GERSON OLIVEIRA LOPES, CPF 076.606.342-91; GERVASIO ALVES DE CARVALHO, CPF 516.524.476-87; GIDEON LACERDA VALENTIM, CPF 440.282.022-72; GILBERTO AMÉRICO DA SILVA LACERDA, CPF 223.065.602-34; GLAUBER DINIS ABBRATE, CPF 306.304.952-20; GLEDSON DA SILVA XIMENES, CPF 388.214.002-04; GUARACY SILVELLO CALLAI, CPF 270.952.070-20; HELDER BRITO DE OLIVEIRA, CPF 236.745.982-72; HENRIQUE ANTÔNIO MONTEIRO LOPES, CPF 296.193.002-20; HUGO GONSALVES FERREIRA, CPF 240.413.357-87; HUMBERTO AIRES DE LIMA, CPF 049.312.892-15; ILMAR FRANCO MOTA, CPF 469.627.353-91; INGRID GARCIA DE SOUZA SANTOS, CPF 157.730.558-21; ISLAN DE SOUZA OLIVEIRA, CPF 911.034.794-15; ISNARD ALVES FERREIRA, CPF 946.613.838-34; IVAN REIS CAMPOS, CPF 019.143.402-72; IVANILDO DOS SANTOS, CPF 125.658.888-13; IZABEL CRISTINA DAS N. OLIVEIRA, CPF 245.306.542-49; JACKSON EVANDRO PRADO COSTA, CPF 197.611.978-24; JACY GONSALVES DE ARAUJO, CPF 175.078.202-20; JAILSON OLIVEIRA DA SILVA, CPF 439.520.462-72; JAMES DE OLIVEIRA FERREIRA, CPF 376.898.942-91; JAMESON BASTOS DE OLIVEIRA, CPF 426.173.082-00; JEFERSON JOHN DE SOUZA LIMA, CPF 428.971.572-91; JEFFERSON JOSÉ MARTINS, CPF 069.243.458-59; JOÃO LUIZ GARCIA SAPUCAIA, CPF 328.562.292-04; JOÃO RENATO ROCHA ALMEIDA, CPF 007.597.242-53; JOAQUIM DA CUNHA, CPF 027.583.488-37; JOAQUIM RIBEIRO NASCIMENTO JUNIOR, CPF 372.943.772-00; JONATHAS ANTONIO DA SILVA MOTTA, CPF 005.364.628-28; JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA, CPF 976.208.408-00; JOSE CARLOS CAJAIBA DIAS, CPF 018.048.648-97; JOSE CARLOS GRANDO, CPF 372.870.520-91; JOSE CARLOS REIMER SAMPAIO, CPF 072.515.108-04; JOSE MATIAS DA CONCEIÇÃO JUNIOR, CPF 109.658.208-23; JOSE RENATO MARTON, CPF 114.323.058-24; JOSIAS INACIO LINS, CPF 335.794.664-53; LEANDRO ALVES DE OLIVEIRA, CPF 055.195.577-56; LEANDRO HENRIQUE SA MUNIZ, CPF 057.985.648-86; LEONARDO SALVADOR BITTENCOURT, CPF 288.412.428-41; LUCIANO RICARDO MORAES DE AQUINO, CPF 081.090.538-82; MARCELO BUTKUS MARQUES, CPF 249.590.888-85; MARCELO GUILHERME VALERA, CPF 283.167.798-03; MARCIO JOSE PONTES, CPF 099.172.268-00; MARCO ANTONIO BUENO GERALDO, CPF 184.961.958-13; MARCOS ANTONIO MORENO, CPF 066.533.358-79; MARIO CESAR DE TOLEDO ARENA, CPF 737.659.968-15; NEI APARECIDA FAVARO CAMPOS, CPF 018.723.238-55; NICOLA CHERUBINI, CPF 048.003.318-89; NORBERTO DE LIMA SIMÕES, CPF 255.278.768-14; ORLANDO APARECIDO DE SOUZA, CPF 033.231.198-86; PAULO HENRIQUE LIMA ROCHA, CPF 230.676.164-72; PAULO LUIZ CARDOSO FILHO, CPF 089.437.528-81; PAULO ROBERTO DE CASTRO LEITE, CPF 026.152.978-13; PAULO SERGIO MAGALHAES NARDOTO, CPF 068.489.018-65; RICARDO CARLOS LENINE GAPARI, CPF 090.827.758-08; ROBERTO VAGNER DA CONCEIÇÃO, CPF 892.280.577-34; RODNEY CEZAR STOCHMANN, CPF 156.535.888-06; ROGERIO GERALDO DOS SANTOS, CPF 072.360.868-78; SERGIO VINHAS DE SOUZA, CPF 040.707.408-21; ULISSES CORREIA DE BITENCOURT, CPF 121.361.518-60; VALMIR CORDELLI, CPF 161.888.628-25; VALTER RODRIGUES DE ALMEIDA, CPF 078.111.698-86; WAGNER MODESTO, CPF 101.333.198-22; WASHINGTON ANTONIO OLIVEIRA, CPF 072.975.677-79

17 - TC-028.868/2006-3

Interessados: ACHILES DO BRASIL ROCHA NETO, CPF 816.715.395-91; ADRIANA MANCILHA PIVATO, CPF 935.377.606-63; ADRIANO REGIS CARVALHO PEREIRA, CPF 465.801.901-91; AFRANIO JOSE DE ANDRADE, CPF 548.542.531-34; AGNALDO DO NASCIMETO FILHO, CPF 779.014.875-34; ALEX DUARTE AGOSTINHO, CPF 077.730.887-80; ALEXANDRE AUGUSTO DA SILVA CANEDO, CPF 035.168.537-51; ALEXANDRE MOREIRA VAZ, CPF 664.928.151-49; ALVARO ARTIAGA MORENO JUNIOR, CPF 547.859.101-78; AMARO NASCIMENTO ARAÚJO, CPF 034.739.596-18; ANDRE FABIANO FRANCIS GARCIA, CPF 116.382.338-45; ANDRE VENAS DO VALE, CPF 958.580.325-91; ANTONIEL EVANGELISTA DE LIMA, CPF 267.787.853-49; ANTONIO HUMBERTO ALVES PEREIRA, CPF 826.715.081-15; BRUNNO FROES LOPES, CPF 852.796.411-20; CARLOS ALESSANDRO RAVANI, CPF 069.031.817-09; CÉLIO OLIVEIRA CARÇALTO, CPF 519.951.822-49; CELSO COELHO MADUREIRA, CPF 947.158.405-10; CLAUDIA MARIA DAS MERCÊS CARNEIRO, CPF 613.843.725-04; CLAUDIO CARDOSO DOS SANTOS, CPF 546.550.641-53; CLAYTON EURIPEDES DE OLIVEIRA, CPF 598.235.771-53; CLÉBER DE MORÃES NUNES COSTA DAMACENA, CPF 505.912.311-15; CLISTENES VIEIRA FONSECA, CPF 008.671.634-45; CRISTINA KUSTER VALENTIM, CPF 088.824.257-38; DANIEL DE ARAÚJO FREITAS, CPF 030.707.874-44; DARCIO GLEIDSON OLIVEIRA DE SOUZA, CPF 622.983.483-91; DARLINE CHAGAS CRUZ, CPF 958.607.895-72; DIEGO BOZZA, CPF 004.532.110-89; DIOGENES SOARES DE OLIVEIRA, CPF 916.336.991-53; EDISON FIORI JÚNIOR, CPF 303.084.578-89; EDSON PESSANHA JÚNIOR, CPF 820.806.237-53; EDUARDO SOUSA XAVIER, CPF 858.382.415-00; ELCIO ROBERTO PELLIN, CPF 641.697.669-20; ELISRAEL RODRIGUES PASSOS, CPF 848.634.476-04; EONIO GOMES DE OLIVEIRA, CPF 651.886.166-53; EWERTON GOMES DA SILVA ARAÚJO, CPF 008.314.314-90; FABIO SERRAVALLE FRANCO, CPF 829.969.465-53; FABRICIO FIGUEIREDO RESENDE RIQUETTE, CPF 062.975.856-52; FERNANDO BATISTA DE OLIVEIRA VIEIRA, CPF 821.252.955-04; FERNANDO MARCUZ DE MORÃES, CPF 158.056.728-20; FLÁVIO PEREIRA SILVA, CPF 915.864.294-34; FRANKLIN NASCIMENTO DALTRO, CPF 943.578.205-10; FREDERICK ALHEIROS DIAS DO NASCIMENTO, CPF 023.555.524-01; FREDERICO CARVALHO LIMA DE ABREU, CPF 034.074.604-14; GENILSON MARQUEZ FREITAS, CPF 240.224.386-49; GILNEI DRESCH, CPF 588.339.190-72; GIULIANO ANTONIO DA SILVA, CPF 008.262.655-37; HAMILTON SAFIRA ANDRADE SEGUNDO, CPF 865.113.435-53; HIROITO DOS SANTOS SANTANA, CPF 081.028.757-98; JANAINA DIAS LEMES, CPF 001.199.741-93; JARLAN DAVID RIBEIRO, CPF 674.857.665-20; JIANCARLOS DE MORAES, CPF 709.986.471-87; JORGE LUIZ MARQUES DE SOUZA, CPF 820.522.557-53; JORGE RONALDO ANDRADE SANTOS, CPF 905.656.145-68; JOSÉ CESAR BOTELHO BORGES, CPF 083.254.408-64; JOSÉ ILDERLAN SOBREIRA MACHADO, CPF 827.794.223-00; JOSÉ LUIZ LAMOUNIER, CPF 028.738.336-96; JOSÉ PAULO FONSECA, CPF 163.691.678-35; JOSELITO GOMES DE ANDRADE, CPF 398.250.863-00; JULINESIO COSTA SANTANA JÚNIOR, CPF 003.816.365-93; LIGIER LUIZ DE CARVALHO JUNIOR, CPF 527.288.203-25; MANOEL COSTA SANTANA FILHO, CPF 825.482.935-72; MARCELO MARCIO MENDES, CPF 023.514.739-73; MARCIO EVERSON TAVARES DE MELO, CPF 964.204.805-15; MARCOS ANTONIO AMORIM RIBEIRO, CPF 020.661.517-50; MARIA APARECIDA MACEDO SOARES, CPF 028.109.256-74; MILENA SILVA LIMA, CPF 669.882.093-87; MILTON YOSHIHARU OZAKI, CPF 867.909.511-72; PATRICK MIRANDA DO NASCIMENTO, CPF 931.901.665-87; RAFAEL CALAZANS FLORIANO, CPF 005.698.721-89; REGIS ALVES DE SOUSA, CPF 696.175.111-34; RODRIGO ELIAS BARBOSA, CPF 872.050.091-20; RODRIGO FERREIRA SALES, CPF 034.218.746-54; SEBASTIÃO ANTONIO DUARTE NETO, CPF 574.111.821-68; TONY EMERSON MORETTO, CPF 124.953.518-24; VILSON CARVALHO ALVES, CPF 006.428.985-02; VINÍCIUS PEDRO PELIZER, CPF 711.112.201-15

18 - TC-028.879/2006-7

Interessados: ADAILSON JOSE DA SILVA, CPF 717.841.606-87; ALECIO BOTELHO DO NASCIMENTO, CPF 893.123.763-49; ALESSANDRO DE CARVALHO FIRMINO, CPF 032.582.506-85; ALEXANDRE GUSTAVO PINEIRO GALVÃO, CPF 635.181.124-49; ANDERSON MARTINS GOMES, CPF 641.057.763-04; ANIBAL FERREIRA PINHO, CPF 010.363.333-29; BRUNO CHAVIER RAMOS, CPF 702.149.641-91; CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS, CPF 665.453.311-91; CARLOS EDUARDO FONSECA BRAGA, CPF 642.796.187-04; CARLOS ROBERTO GONÇALVES, CPF 471.445.481-15; CLAUDIO MENDES PEREIRA, CPF 010.444.967-54; CLESER PINHEIRO DOS SANTOS, CPF 500.762.133-15; CLOVIS LOPES DA SILVA, CPF 227.627.443-34; COSME ALEXANDRO DA SILVA, CPF 026.492.474-60; DANILO DE SOUSA LEAL, CPF 025.000.624-30; DILAMAR PILATTI, CPF 787.506.369-87; EDGARD LINCOLN FERREIRA, CPF 753.625.036-34; ELIADE RIBEIRO BRANDÃO, CPF 467.234.633-15; ERICO GEORGE LIMA RIBEIRO, CPF 923.309.673-49; FABIO ADRIANO MEURER, CPF 645.072.549-49; FABIO SOUTO DE SOUZA PEDROSA, CPF 711.326.271-68; FABRICIO DARIM, CPF 829.723.979-91; FERDINANDO CARLOS DE FARIAS GOMES, CPF 348.920.441-72; FERNANDO BRUNO SAFADI BASTOS, CPF 777.213.144-53; FERNANDO DOS PASSOS, CPF 039.803.889-99; FERNANDO VIEIRA SOARES, CPF 077.089.057-10; FLAVIO DOS REIS CALS, CPF 026.174.217-59; FRANCISCO LEONARDO COSTA BELARMINO, CPF 614.294.303-20; GENILSON NEVES DOS SANTOS, CPF 763.600.323-68; GERALDO EUSTAQUIO VALADARES, CPF 457.937.276-04; GERSON OSVIANI, CPF 033.642.469-80; GUILHERME JORGE BRIGOLINI SILVA, CPF 038.610.386-09; HENRIQUE FONTENELLE GALVÃO DOS PASSOS, CPF 793.600.841-15; HUMBERTO MOREIRA DE SOUZA, CPF 592.119.546-49; JERCEI CONCEIÇÃO HERMOGENES, CPF 034.391.107-88; JOÃO PAULO LOPES, CPF 030.425.489-45; JOÃO RODRIGUES BONFIM NETO, CPF 929.782.151-00; JONIO ALVES RIBEIRO, CPF 511.461.506-87; JOSE CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR, CPF 024.382.937-05; JOSE EULALIO CABRAL JUNIOR, CPF 531.763.164-53; JULINO ANDRE CORREIA DA SILVA, CPF 027.594.194-95; KATIA APARECIDA STOLZEMBURG, CPF 794.782.556-49; LENILDO MENESES MOTA, CPF 584.562.285-91; LEONARDO ALVES DE OLIVEIRA RODRIGUES, CPF 004.999.631-21; LEONARDO ARAUJO DE ALMEIDA, CPF 915.954.444-91; LEONARDO PIRES DE CARVALHO, CPF 034.775.224-19; LORIVALDO BOCATE, CPF 799.674.779-20; LUCIMAR ANTONIO SILVA QUEIROZ, CPF 517.207.101-63; LUIZ CLAUDIO BRITO DOS SANTOS, CPF 647.710.081-91; MARCELO LACERDA DIAS, CPF 726.704.876-53; MARCELO PEREIRA DE SOUSA, CPF 099.983.447-94; MARCO ANTONIO NEGROMONTE GUIMARAES, CPF 668.017.024-91; MARCO ANTONIO SOARES RESENDE, CPF 697.695.086-91; MAURICIO GOMES VIEIRA LIMA, CPF 632.776.973-04; MAYCON BRUNO RODRIGUES DINIZ, CPF 004.462.243-08; NILSON PEREIRA DE SANTANA JUNIOR, CPF 801.369.231-00; ORESTO SOARES SOUSA JUNIOR, CPF 004.853.383-19; PABLO COSTA BARCELLOS, CPF 090.611.677-52; PAULO CESAR RAVAGLIA AMOEDO, CPF 029.347.397-83; PAULO HENRIQUE DOS SANTOS VALADÃO, CPF 039.411.746-81; PAULO RENATO MAIA DE MAGALHÃES, CPF 626.199.855-87; PEDRO PEREIRA DA SILVA NETO, CPF 401.909.193-53; PETERSON CARLOS MENDONÇA CUNHA, CPF 640.550.191-49; RICARDO ONOFRE GAMA, CPF 009.602.244-24; ROBERTA DA SILVA FERREIRA, CPF 085.989.747-81; ROBERTO VIEIRA BARROS, CPF 380.354.054-20; RODRIGO CAETANO COELHO, CPF 901.583.185-87; RODRIGO SOARES DE FREITAS, CPF 790.149.761-00; ROGERIO ALVES DA SILVA, CPF 487.624.663-72; SAMUEL ALVES DE SOUZA, CPF 599.060.064-04; SANDRA NOELMA DE ARAUJO LYRA, CPF 461.400.854-20; SANDRO CARLOS VIEIRA PATRICIO, CPF 356.343.914-15; SANDRO ROGERIO DA SILVA, CPF 020.223.999-35; SAULO ALVES MATO GROSSO BRITO, CPF 797.104.415-15; SERGIO PEREIRA DE ARRUDA, CPF 425.778.104-15; SEVERINO DA SILVA BORGES, CPF 589.875.174-20; SHEYK XAVIER DA SILVA, CPF 689.699.294-87; TARCISO ARAÚJO LIMA, CPF 685.627.994-91; TARCISO BORBA FERREIRA GOMES, CPF 544.653.204-00; TERCIO MARCOS CASADO BARBOSA, CPF 477.336.915-91; THIAGO DE OLIVEIRA FREITAS ARAUJO PEREIRA, CPF 703.046.881-34; TOBIAS LEITE CARDOSO DA SILVA, CPF 658.201.501-04; TOMAZ ROBERTO SOARES DE SOUZA LEMOS, CPF 127.003.714-53; UBIRACY DE CASTRO E SILVA, CPF 735.712.374-04; UBIRAJARA FERREIRA PINTO, CPF 073.536.147-90; UZIEL FEIJO DE FRANÇA, CPF 746.971.964-49; VAGNER VENÂNCIO PORTO DE AGUIAR, CPF 264.922.024-49; WANDERLEY CAMPELO FONSECA JUNIOR, CPF 774.190.303-91

19 - TC-028.882/2006-2

Interessados: ANTONIO GERALDO DE CARVALHO, CPF 047.172.648-60; CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA LIMA, CPF 000.061.217-05; DONIZETE APARECIDO LUCAS, CPF 108.961.428-41; EDSON ARANTES CORREA FILHO, CPF 087.771.618-82; FABIOLA RENATA SOAVE SPOLADORE, CPF 256.436.018-18; FERNANDO MARCELINO DOS SANTOS, CPF 663.785.327-53; MARCELO BERGAMASCO, CPF 120.291.418-79; MARCOS PAULO GERALDES, CPF 143.796.778-77; MAURICIO AMANCIO DA SILVA, CPF 074.900.857-13; OZIEL OLIVEIRA DA SILVA, CPF 351.679.202-72; PAULO HENRIQUE DEMARCHI, CPF 278.535.568-70

ATOS DE ADMISSÃO

ACÓRDÃO Nº 375/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143 e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

01 - TC-007.357/2006-0

Interessado(s): IVAN MARQUES CARDOSO, IVAN MARQUES CARDOSO, TRAIEMY DA SILVA MIRANDA, WILLIAM RIBEIRO RODRIGUES.

JUSTIÇA ELEITORAL

02 - TC-007.399/2006-0

Interessado(s): HERON DIAS DA SILVA.

03 - TC-023.095/2006-4

Interessado(s): JANAINA ALESSANDRA BRAUN DE AQUINO, JEEFSON AMPARO DE MENEZES, MARCELO DOS SANTOS AGUILLAR.

APOSENTADORIA

ACÓRDÃO Nº 376/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da

Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) e/ou recomendação(ões) sugerida(s) nos pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

04 - TC-016.235/2006-7
Interessado(s): AUREA REGINA BITENCOURT ROSA, FRANCISCA VALDELICE BENTO ALVES, ILSE SOUZA, JOSÉ RENATO PEREIRA, JOSEFA DO SOCORRO ALVES, LAURO EDUARDO GOMES, LUIZ BARANHUK, LUIZ ONERIO PEREIRA, MARGARETE MARIA LOPES MENDES DA SILVA, MARIA DAS GRAÇAS RIBEIRO MARTINS, MARIA JULIA DOS SANTOS, MARÍA REGINA VIANNA MORAES DEMUTI, MODESTA MARQUES DE OLIVEIRA, RAIMUNDA MARIA DE SOUZA LUNA, SONYA CLARA FELDMAN PEDROSA.

1. Determinar ao Comando do Exército que, nos atos posteriores à Emenda Constitucional 20/1998, informe corretamente os códigos de fundamento legal das concessões.

JUSTIÇA ELEITORAL
05 - TC-013.513/2006-2
Interessado(s): ALFREDO BATISTA DE LIMA.

1. Determinar ao TRE-PA que observe nos assentamentos do inativo que a rubrica Salário Família não compõe os benefícios apreciados pelo TCU, o que deverá ser observado para os demais casos, por ocasião da disponibilização dos atos no Sisac.

PENSÃO CIVIL

ACÓRDÃO Nº 377/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) e/ou recomendação(ões) sugerida(s) nos pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

06 - TC-007.741/2006-2
Interessado(s): ANTONIA DE ARAUJO, ARACY RIBEIRO VIEIRA, CAROLINA JACINTHO CONK, DARCY MORAES DE ARAÚJO, LUZIA LIMA DA SILVA DOS SANTOS, MARIA DE LOURDES DE MATTOS ROCHA, PAULINO MACHADO BANDEIRA.

1. Determinar ao Comando do Exército, Primeira Região Militar, que procure dar maior precisão à alimentação do Sisac, evitando o lançamento de um ato em duplicidade.

ATOS DE ADMISSÃO

ACÓRDÃO Nº 378/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

JUSTIÇA ELEITORAL

01 - TC-010.941/2006-5
Interessado(s): FLAVIO JOSE PIEDADE DA SILVA.

02 - TC-025.866/2006-5
Interessado(s): ALESSANDRA PEREIRA ARAÚJO, ANDRÉ VILASBOAS SILVA, BENJAMIN BATISTA DE MACEDO NETO, CAMILLE PEDREIRA REIS, DANIELA BRANDÃO CARDOSO PERES, EDIVANE PIRES PINHO, ISAAC MAGALHÃES GAMA DA SILVA, ISABELLA DO CARMO GRASSI, JEANE DE MELLO GÓES, JOSÉ MENDES FILHO, JOSÉ RUBEM SOARES SANTANA, LÍDIA DO NASCIMENTO SOBRAL, LÍVIO CÉSAR PINTO DE MORAES REGO, MANOEL MESSIAS DA SILVA, MARTA COSTA DE CARVALHO SILVA, PEDRO PAULO ANDRADE E SILVA, POLIANA VIANA SILVA, ROSEANY OLIVEIRA DE SOUZA, ÂNGELA MARIA PINTO DE QUEIROZ.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

03 - TC-028.866/2006-9
Interessado(s): ALEX GOMES DA SILVA BRITO, ANA CHERKER GORENDER, ANNA LETICIA BARBOSA DE SOUSA, CLOVIS ABRAHAO HAZIN, CRESCENCIO ANDRADE SILVA FILHO, DANIELLE MONEGALHA RODRIGUES, DENISE DEL PELOSO DE CASTRO, ENRIQUE SCHEIDEGER, JOSE WANDERLEY SANTANA DA SILVA, LEILA MARIA RODRIGUES DE SOUSA MARIZ, LILIAN SOUZA DUNLEY, MARCIA CRISTINA GOMES DE PINHO, MARCOS VINICIUS SALES VIDAL, MARIA ELIJANE DA SILVA MARTINS, MONICA AGUIAR LEOBINO DA SILVA, ROGES DE OLIVEIRA, SHEILA MARIA DE VASCONCELLOS VIANNA, SUSANA MOREIRA DANTAS.

APOSENTADORIA

ACÓRDÃO Nº 379/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

04 - TC-016.219/2006-3
Interessado(s): JOSIMEIRE DE SOUZA BARROSO.

PENSÃO CIVIL

ACÓRDÃO Nº 380/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

05 - TC-007.738/2006-7
Interessado(s): ADRIELI RIBEIRO DOS SANTOS, ALISSANDRA DE OLIVEIRA PINHEIRO, ALZIRA IZIDORO DO NASCIMENTO, ANTELINA FAGUNDES TAVEIRA, ANTONIA DOS SANTOS PEREIRA, ARACIARA AGDA DE QUEIROZ, BRASILINA ANTONIO DA SILVA, DAIANA INDAIA SALES ORIGE, DUILIA ANGELICA DA SILVA, DULCINEA JOSE NUNES PIRES, ELISA COSTA DA SILVA, ERICA JOSE DA SILVA FRANCO, ERNI DE MELLO QUADRADO, ESPEDITO BENEVENUTO MENDES, ESTHER RODRIGUES DE OLIVEIRA, GABRIELLE ANDREIA DE OLIVEIRA DA PAIXÃO, GEORGINA FERREIRA PEREIRA, HELENA BENEDITA DO NASCIMENTO, IRACI VIANA FERNANDES DE ARAÚJO, ISALTINA MARIA DE OLIVEIRA DA PAIXÃO, ISRAEL CAETANO RIBEIRO, JANAINA TEREZINHA VIEIRA DE QUEIROZ, JOAQUINA RAYMUNDO MUNIZ, JOSEPHA LOPES AMORIM, JUSSARA DE OLIVEIRA SILVA, LORENA CATARINA ORIGE, LUIZA SANTARÉM DA ROSA, MADALENA SEVERO DA ROCHA, MARCELO ALVES GUILHERME, MARIA CELIA DE OLIVEIRA PINHEIRO, MARIA DAS DORES SIMÕES, MARIA DE LOURDES FERREIRA FRAGA, MARIA JOSE DA SILVA FRANCO, MARIA MAGDALENA RIBEIRO BAPTISTA, MARIA SILVA DE SOUZA, MARIA TERESINHA DOS SANTOS EVARISTO, MARIANA JUSTINO DE OLIVEIRA COSTA, MARINA JUSTINO DE OLIVEIRA COSTA, MARTA MEIRELES DOS REIS, MARIA DE LOURDES SOARES GONÇALVES, NEUSA BARBOSA DE SOUZA, NEUZA DA SILVA CHAVES, OSCAR DA SILVA FRANCO, PERCILIA NOGUEIRA DOS SANTOS, ROSA MARIA ALVES DOS SANTOS, ROSILDA RIBEIRO DOS SANTOS, SEBASTIANA ALVES DA CUNHA, VILMA DA SILVA, THEREZINHA DE JESUS DA SILVA, VERA LUCIA L. RODRIGUES, VERONICA RODRIGUES DA SILVA, VICTALINA CHUTZ LAUTENSCHLAEGER, VILMA GONÇALVES, WESLEY FAGNER DA SILVA QUEIROZ.

06 - TC-023.375/2006-8
Interessado(s): ALBA DE SOUZA DA SILVA, ALCINA CAMPOS LIMA, ALDEMIRA DA COSTA MACHADO, ALDETE MARIA GONZAGA DA SILVA, ALISSON VICTOR DELOCCO, ANA APARECIDA CARLOS RIBEIRO, ARMANDO EMMANUEL CELANI, ARMINDA SIMÃO MACHADO, BENEDICTA ALVES DE LIMA, CARLINDA CATHARINA DE ASSIS OLIVEIRA, CLAUDYR DA COSTA RODRIGUES, CLEONILDA ANSELMO DE LIMA CARLOS, CREMILDA FERNANDES DA SILVA, DAGMAR MIRA DA FONSECA, DALVA CORDEIRO DE SOUZA, DILCE GOULART DE MORAIS, EDMAR CARNEIRO DE ARAÚJO, EDMAR DELOCCO, ELMA DE BARROS MARTINS, ELVIRA FERREIRA BORGES, ELZA GOULART MONTEIRO, ESTHER JUDITH DE OLIVEIRA, EVELYN CHRISTINE DELOCCO, FRANCISCA FERREIRA ALVES, HELENA DAS NEVES PEREIRA, IDELZUITA SANTOS DE QUEIROZ, ISOLINA FONSECA CAMARGO, JULIA DA SILVA SANTOS, MARGARIDA APOLONIA FRANCO, MARGARIDA ESTEVES DE LUNA, MARIA DA GLORIA DE SOUZA FREIRE DE SANT'ANNA, MARIA DE LOURDES CASANOVA PINTO, MARIA DE NAZARE RIBEIRO GOMES, MARIA JOSE FRAGOSO DE LIMA, MARIA LAUREANA DOS SANTOS, MARINA DA CONCEIÇÃO FERREIRA, MYRIAM CARVALHO DAS NEVES, NAYDE FERREIRA REIS, NAZARETH MARIA DE JESUS, PAULA DA CRUZ, REGINA DE OLIVEIRA CHAGAS, ROBERTO DA SILVEIRA CASTRO, ROMILDA DELOCCO, SANTINO ARESU, SORAIDE ROJAS MOISEIS, TEREZINHA GONÇALVES PERES, THEREZINHA FREITAG DE LIMA, VERA DOS SANTOS ALVES, ZULEIDE PEREIRA TAVARES, ZÉLIA DE SOUZA ALVES.

07 - TC-026.712/2006-3
Interessado(s): GHEISA DA LUZ MONTEIRO, GIOSELE DA LUZ MONTEIRO, MARLI LACERDA BENEVENGA, RUI ALFREDO ROCHA MONTEIRO.

08 - TC-029.490/2006-7
Interessado(s): ALIETTE LOURDES SANTIAGO PALMEIRA.

PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE

ACÓRDÃO Nº 381/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

09 - TC-006.166/2005-6
Interessado(s): LAURA CARNEIRO DE MOURA SAMPAIO.

10 - TC-028.814/2006-2
Interessado(s): ANA SOUZA DE SALES, ESTELITA GOMES DE ASSIS, HILDA EVANGELISTA DA SILVA SANDES, JOSEFA BARRETO DE OLIVEIRA, MARIA JOSE BATISTA COSTA, MARIA MENDES CARVALHO.

11 - TC-028.817/2006-4
Interessado(s): ADALMO DE MEDEIROS FRANÇA, ADELAIDE GORGA PEREIRA DE LAGO, ANA CRISTINA DE JESUS OFIMAN PEREIRA, ANTONIETA LIDIA DE SOUZA, ARLETE FERREIRA DE MOURA LOPES, ARLINDA DE MELO CARVALHO, ARLINDA RODRIGUES PATRICIO, CLEBIA NATALIA CORREIA, CLEONICE MELO DE MACEDO, DALILA SALETE DA SILVA, DELZUMIRA ESPINDOLA DE LIMA, EDENIR FREIRE DE HOLANDA CAVALCANTI, EDSON FRANCISCO DO NASCIMENTO, ELIANA MARIA DE ASSIS RODRIGUES, ELISABETE CORREIA DE QUEIRZ, ENEIDA CAVALCANTI RAPOSO DE ARAUJO, ERIVANE ARAUJO DE ALMEIDA, ERNESTO OFIMAN PEREIRA JUNIOR, ERUNDINA PEREIRA BISPO, FELINTO NETO MONTEIRO, FIRMINO BAPTISTA DO NASCIMENTO, FRANCISCA ALVES BEZERRA, FRANCISCA BARBOSA DE FREITAS, FRANCISCA MEDEIROS DE ANDRADE, GRACITA DE SOUZA, IVETE CASADO DE ARAUJO CAVALCANTI, IVETE SANT'ANNA PEPE, JOSE COSTA FERREIRA, JOSIRENE BEZERRA DA SILVA, LENIRA CABRAL SANTIAGO, LETICIA DE OLIVEIRA VASCONCELOS, LINDALVA LEITE DOS SANTOS, LINDALVA LIMA BARBOSA, MANOEL DE SOUZA GOMES JUNIOR, MARIA ANDRADE DA SILVA, MARIA AUXILIADORA PINTOR DE ASSIS, MARIA CARMELITA DAMASCO, MARIA DAS GRAÇAS PATRICIO DA SILVA, MARIA DE LOUDES SILVA CORREIA, MARIA DO CARMO SILVA, MARIA DO SOCORRO BANDEIRA, MARIA DOS SANTOS PEREIRA, MARIA JOSE DA SILVA ALVES, MARIA JOSE PEREIRA DA SILVA, MARIA LEAHY LESSA, MARIA PEREIRA DA SILVA, MARIA SIQUEIRA CAVALCANTI DE OLIVEIRA, MARTA VASCONCELOS HAZIN, MIRIAM ALVES DA SILVA PONTES, MIVAENEIDE DE ARAÚJO DE SILVA, NAIR RIQUE DIONÍSIO, NEIDE GUEDES DE ARAUJO, NOEMIA SEVERINA CONCEIÇÃO OLIMPIA DA SILVA, RAIMUNDO DA SILVA SÁ, RENATA SILVA DE MELO, RIZELIA FRANCISCO DA SILVA, SEBASTIANA DE ALBUQUERQUE NOVAIS, VERA LUCIA PEREIRA DE MARIZ.

PENSÃO MILITAR

ACÓRDÃO Nº 382/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

12 - TC-018.695/2005-8
Interessado(s): ELVIRA BARROS VIVEIROS DA SILVA, MARIA LUIZA BUARQUE VIVEIROS DA SILVA, MURILO BARROS VIVEIROS DA SILVA, VERA VIVEIROS PINHEIROS PINTO.

13 - TC-003.670/2006-0
Interessado(s): NEUSA ROCHA DE OLIVEIRA.

14 - TC-015.969/2006-9
Interessado(s): CELIA MARCHI JANOUSEK, ELZA JUSTO DA SILVA, JOAO PAULO LAPENNA SANTOS, MARIA NAIR CARVALHO DE OLIVEIRA, MARIA PIEDADE PETERNELLI, MARILENE DE MIRANDA FREITAS, NILTA ANQUELINA PIOLI, ODETE LAPENA, ZENAIDE BUSCH TORUNSKY, ZENI RAMALHO.

APOSENTADORIA

ACÓRDÃO Nº 383/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

01 - TC-000.631/2007-7
Interessados: JOSE BIANCHI NETO, CPF 232.789.358-53; LIDIA DE ANDRADE LAMEIRA GERALDO, CPF 830.719.708-20; LUIZ ALUISIO COUTINHO, CPF 003.236.593-49; PAULO CESAR MARTON DA SILVA, CPF 216.744.008-10

MINISTÉRIO DA DEFESA

02 - TC-000.598/2007-0
Interessados: ARNAUD SERMOUD MACHADO, CPF 272.960.917-20; EDSON ROCHA DE ALMEIDA, CPF 129.001.767-00; GERALDO DE SOUSA FERREIRA, CPF 238.393.097-00; HELEN TEIXEIRA VIEIRA, CPF 482.986.467-20; JEOVA MARQUES DA CRUZ, CPF 160.201.896-00; JOSÉ EDVALDO LIMA, CPF 061.018.013-49; JOSÉ LIMA GOMES, CPF 096.505.043-20; LEONILDA JERKE GONÇALVES, CPF 371.087.860-87; LUCI RAIMUNDA, CPF 313.546.531-49; LUIZA RODRIGUES, CPF 168.414.920-72; MARIA FRANCISCA DE OLIVEIRA ATADEMA, CPF 546.390.007-82; MARIA MAGDALENA DOS SANTOS, CPF 316.273.820-20; MARIA ROSALINA PAIM DA SILVA, CPF 081.773.505-44; MARLI SALDANHA DA CUNHA, CPF 649.329.908-04; NELDO RODRIGUES, CPF 135.110.680-53; PAULO MARCOS LOPES, CPF 092.456.186-68; SILVIA MARIA BRASIL DE AZEVEDO, CPF 532.498.287-34

03 - TC-000.599/2007-8
Interessados: WLADEMIR FERREIRA DA SILVA, CPF 349.987.727-91

04 - TC-000.661/2007-6
Interessados: ANTONIO ALVES CABRAL, CPF 834.545.437-20; HELIA MARIA DOS SANTOS CARRILHO, CPF 966.144.987-20; MARIA HELENA MATIAS, CPF 315.045.077-20; MARIA HELENA MATIAS, CPF 315.045.077-20; RAIMUNDO DEUSDEDITH ABREU NOGUEIRA, CPF 175.257.727-20; SONIA REGINA PEREIRA, CPF 311.070.527-34

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

05 - TC-026.400/2006-6
Interessados: ALCERY SILVA SILVEIRA, CPF 049.319.800-82; CELSO OSCAR COUSO, CPF 068.602.141-04; RAIMUNDO PINTO DA MOTA, CPF 038.297.401-82

PENSÃO CIVIL

ACÓRDÃO Nº 384/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

06 - TC-854.979/1997-2
Interessados: CLAUDETE COSTA DOS SANTOS; MARIA DE LOURDES CARVALHO DOS SANTOS; NEUZA CERQUEIRA LIMA

MINISTÉRIO DA CULTURA

07 - TC-007.751/2006-9
Interessados: ANTONIO MESSIAS ROSA, CPF 019.263.447-07; BRUNO VELOSO DO COUTO FREIRAS, CPF 113.647.917-14; DAVID MORETZSOHN, CPF 098.890.917-04; FARAILDES VIEGAS MENDES, CPF 837.681.303-04; GILDA GUEDES VELOSO, CPF 592.216.077-04; ISABEL LUCI DE MAGALHAES SILVA, CPF 001.197.387-08; JADE VELOSO FREITAS, CPF 058.472.217-62; JOAO DE JESUS DA SILVA MENDES, CPF 055.494.181-34; LAILA MORETZSOHN, CPF 098.466.937-02; MARCOS ANTONIO DE BRITO CORREA, CPF 075.921.647-95; MARIA DE LOURDES FERNANDES VAZ, CPF 464.522.737-87; MARIANA CAETANO RAMOS MOREIRA, CPF 113.947.327-16; NUBIA DAVID MACEDO, CPF 223.621.261-53; TANIA MARIA CAETANO RAMOS, CPF 418.741.377-49

MINISTÉRIO DA DEFESA

08 - TC-001.157/2007-0
Interessados: EDELMA EDITH RIBEIRO DOS SANTOS, CPF 917.973.650-53; HONORATA MARTINS SAUCEDO, CPF 908.553.700-25; LENITA LIBERATO RAMOS, CPF 911.748.560-68; NILVA DA SILVA BORGES ZAFFONATO, CPF 817.514.000-34; RUY MARINHO, CPF 011.288.250-15

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

09 - TC-029.525/2006-4
Interessados: EDLA LINS DE OLIVEIRA, CPF 815.526.887-04; ELVIRA DA COSTA ALBUQUERQUE, CPF 054.204.747-00; ELZA SCHROETER DE MORAES, CPF 063.949.730-68; IARA RENI CENTENA GUILHON, CPF 096.732.020-87; ILCE VIEIRA COSTA, CPF 930.951.980-00; NARAINA DE AQUINO, CPF 161.809.847-00; ZOILA BITTENCOURT DA ROSA, CPF 480.845.300-20

PENSÃO DE EX-COMBATENTE

ACÓRDÃO Nº 385/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

10 - TC-000.674/2007-4
Interessados: ADRIANA APARECIDA DA SILVA, CPF 015.419.576-60; CONCEIÇÃO JAQUES DE CASTRO, CPF 969.092.506-72; DANIEL GOMES FILHO, CPF 751.272.456-04; DIOGENES MARCIO DE OLIVEIRA, CPF 012.562.516-23; LUCIA GREGORIO DE SOUZA GOMES, CPF 423.262.656-53; MARIA APARECIDA CARVALHO DE PAULA, CPF 015.655.816-52; MARIA DO CARMO BARROS DE ALMEIDA, CPF 409.207.396-87; SCHLEDER CARVALHO DE PAULA, CPF 410.678.356-87

11 - TC-028.831/2006-3
Interessados: ANNA PEDREIRA BOECHAT, CPF 035.737.377-49; CECILIA DE OLIVEIRA HEGNER, CPF 028.496.327-59; DIOGUINA IDALINA VIEIRA, CPF 025.563.997-08; DIVALDO FERNANDES DO SACRAMENTO FILHO, CPF 834.141.345-00; DOMINGOS ANISIO DIAS BELTRÃO, CPF 005.563.270-04; DONNA FARACHE BRITO, CPF 066.490.478-56; EGIDIO ANTONIO MITIDIERI, CPF 021.702.567-68; ELCY CELESTINA DE JESUS SALES, CPF 531.638.007-00; EULÁLIA GOIA ALVES DO NASCIMENTO, CPF 362.192.158-34; EUNICE DE OLIVEIRA, CPF 390.167.739-91; EURICO ERNESTO GOMES HEGNER, CPF 034.909.127-72; FRANCISCO PEDRO DOS SANTOS, CPF 005.220.076-00; GUILHERME SOUZA SANTOS, CPF 012.469.097-15; IVA SOARES DE JESUS, CPF 849.534.037-20; IVONE SOARES DA SILVA, CPF 372.012.984-53; IVONETE GIL PONTES, CPF 020.870.107-90; IZABEL PINHEIRO DA SILVA COSTA, CPF 480.922.827-49; JARIVAL DE ARAUJO SILVA, CPF 026.297.717-68; JOÃO BAPTISTA RODRIGUES, CPF 061.375.717-34; JOSÉ CARLOS RANGEL URRUTIGARAY, CPF 031.496.097-04; JUDITE DOS SANTOS XAVIER, CPF 213.265.254-68; JURACI MARIA DA SILVA PEREIRA, CPF 274.231.317-68; LEA MESQUITA RODRIGUES, CPF 023.946.037-55; LEOCADIA DA FONSECA SANT'ANNA, CPF 889.687.749-00; LUIZ FONSECA PINHO, CPF 240.231.917-87; LUIZA ELEUTERIO CORREIA, CPF 574.823.495-53; MAFALDA CRIVELLA BRIGIEIRO, CPF 914.778.597-72; MANOEL AFFONSO, CPF 050.195.167-91; MARGARIDA ILUMINATA SERRA GOMES, CPF 101.445.875-72; MARGARIDA MENDONÇA DE ARAÚJO, CPF 846.721.614-04; MARIA DA GLORIA DE MEDEIROS MACIEL, CPF 849.251.328-49; MARIA DA PURIFICAÇÃO DOS AFLITOS, CPF 879.885.935-87; MARIA HELENA VIANNA DE SOUZA SILVA, CPF 093.685.097-35; MARIA MARGARIDA MARZANO VASQUES, CPF 132.736.558-87; MARILDA CARVALHO DE OLIVEIRA, CPF 551.545.819-20; MARLI LOPES RIBEIRO, CPF 089.004.217-94; NILZA OLIVIA MACEDO PIEDADE, CPF 098.752.377-52; OLAVO MENDES COUTINHO MARQUES, CPF 004.937.677-20; OSWALDO RAYMUNDO DE MORAES, CPF 025.617.787-20; RAIMUNDO CARVALHO PIEDADE, CPF 028.675.917-91; ROBERTO ARIEIRA, CPF 289.929.207-25; ROSANE MARIA DE SOUZA FERREIRA, CPF 538.740.485-00; ROSANE NUNES ARANHA, CPF 731.579.887-00; ROSANGELA MARIA FERREIRA DE SOUZA, CPF 907.110.415-04; SEVERINA GOMES ROSA, CPF 434.810.277-53; SIMONINI SAPIENZA COPOLILLO, CPF 025.018.647-00; TEREZA ARMELINI, CPF 304.561.699-20; TERUKO IWAKAMI BELTRÃO, CPF 322.627.879-72; ZILAH TORRES MUNIZ, CPF 589.695.787-49; ZILDA SILVEIRA, CPF 051.611.343-72

PENSÃO MILITAR

ACÓRDÃO Nº 386/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

12 - TC-000.570/2007-0
Interessados: ADILZA DANTAS BEZERRA, CPF 074.967.025-87; ALAIDE PEREIRA MOURA, CPF 324.100.507-00; AMELIA CAMARA DOS SANTOS, CPF 051.495.517-16; ANA CLÁUDIA ALVES DA COSTA, CPF 899.755.377-15; ANGELINA JESUINA DE SOUZA, CPF 030.174.017-82; ARLETTE FERREIRA MARTINS, CPF 044.641.857-97; AUTA FRANCINA DE LIMA, CPF 041.646.227-84; CARMEM LENY CALLAK TEIXEIRA, CPF 633.015.477-53; CARMEN LYDIA PEREIRA CATUNDA, CPF 308.087.151-00; CLAUDINA MARIA RUAS, CPF 349.717.937-04; DENNY MACHADO DE CASTRO, CPF 028.073.017-97; DEOVANDA BATISTA DOS SANTOS, CPF 760.906.717-20; ELEONE DE LYRA PEIXOTO, CPF 023.967.607-69; ELI MENDONCA PEREIRA BREYER, CPF 783.568.907-30; ELIANA TAVARES PEREIRA FERREIRA, CPF 041.159.532-68; ELIANE SANTOS BUDZIAK, CPF 883.921.637-53; ELISABETH SOUZA DE GUSMÃO, CPF 885.215.917-72; ELVIRA GOMES RIBEIRO, CPF 079.236.827-47; ESTER GREI DE MENEZES, CPF 020.367.617-39; EULALIA ADELAIDE PEREIRA FIALHO, CPF 021.743.227-14; GENIRA SOUZA DA FROTTA, CPF 380.611.637-72; GLAUDETE BATISTA DOS REIS, CPF 994.165.227-91; HELOISA HELENA GARRUTH DE MELO, CPF 396.528.667-68; IEDA MENEZES DE MELLO, CPF 984.850.327-72; ILKA RANGEL E SOUZA, CPF 680.112.457-91; INALDA PEIXOTO DE CASTRO SANTOS, CPF 261.521.855-72; JANETE SOUZA DA SILVA, CPF 011.747.127-59; LEDA MENEZES DOS SANTOS, CPF 575.382.711-04; LINA PEIXOTO DE VASCONCELOS CASTRO, CPF 746.990.407-72; LUCIA MARIA PEREIRA BOEGER, CPF 000.699.757-01; LUIZA MACHADO DE MEDEIROS, CPF 588.272.777-49; LUIZA NEYDE PEREIRA JUCÁ, CPF 791.256.893-04; LUIZALVA PRINZAC, CPF 483.525.787-15; LUZIA DA GLORIA MONSORES DE ARAUJO, CPF 038.010.977-81; MAGDA DA SILVA MATTA, CPF 306.788.897-91; MARIA APARECIDA COLOSSAL GOLÇALVES, CPF 624.877.957-00; MARIA DE LOURDES GARCIA DE MELLO BRAZ, CPF 661.499.407-72; MARIA DO SOCORRO COSTA DA SILVA, CPF 881.912.067-49; MARIA EMILIA PETRUCCI DA SILVA, CPF 423.392.277-04; MARIA ISABEL SANTOS MACHADO, CPF 719.092.657-72; MARIA LUCIA FONSECA, CPF 580.027.076-72; MARIA REGINA BETHLEM MONTEIRO, CPF 024.172.717-02; MARILIA PETRUCCI DA SILVA, CPF 423.392.197-87; MARINETE DE SOUZA VAZ, CPF 593.293.787-49; MURIEL CAVALCANTI MADER SUNYE, CPF 045.201.329-16; NANCY SILVA FERREIRA TEIXEIRA, CPF 385.231.327-91; NARA ESTEVES DA SILVA, CPF 005.858.037-90; NELY PEREIRA DE SOUZA, CPF 334.396.217-15; ORLANDA COUTO DE OLIVEIRA, CPF 837.093.207-04; REGINA BAZILIO GOMES, CPF 024.886.917-55; REGINA MARIA CAVALCANTI FILGUEIRAS, CPF 024.874.907-21; REGINA MARIA DA GAMA PEREIRA, CPF 748.317.987-20; SEVERINA CAVALCANTE TEIXEIRA, CPF 834.770.207-15; SUZANA MARCIA GUTIERREZ CAVALCANTI, CPF 596.330.507-15; THEREZA ANGELA FERREIRA, CPF 016.521.977-70; VERA MARIA DE AZAMBUJA HARVEY, CPF 010.536.677-36; ZILDA PORTUGAL RIZZO, CPF 648.778.417-68; ZULMIRA LYRA DE MELO, CPF 805.787.647-68

13 - TC-000.572/2007-4
Interessados: ADINAH ARAUJO MENNA BARRETO, CPF 062.569.918-18; ALICE DA SILVA FERRAZ, CPF 121.534.878-97; APARECIDA TOSO BRINGEL, CPF 178.443.818-92; CLEOPATRA LUIZA DE LIMA E MELLO PEREGRINO, CPF 232.139.378-51; DIVA APPARECIDA ASSAD DE MELLO, CPF 757.739.618-49; EDNA NATALINA PEGORARO DE FALCO, CPF 183.404.538-07; ELIZABETH MIRANDA DA SILVA, CPF 260.073.408-21; ELLEN JANE COSTA, CPF 056.529.278-10; ELOAR VIEIRA DE LARA BARBOSA, CPF 283.367.718-91; IDAMIS DIAS COELHO NACCARATI, CPF 151.201.078-26; IOSIKA OJIMA, CPF 164.294.758-08; IVANY MARIANO SEMEGHINI, CPF 213.522.318-24; JANE AQUINO DE MIRANDA, CPF 005.392.228-01; JOANA HELENA ESTEFANI, CPF 037.987.448-23; JONATAS JORDÃO GODOY VASCONCELOS, CPF 006.036.381-98; LEILA MARIA PROENÇA DOMINGUES, CPF 225.173.688-30; LUCY VALPORTO LEAL, CPF 116.497.578-16; LUIZA EULALIA GODOY VASCONCELOS, CPF 344.091.398-86; MARIA DAS GRAÇAS VIEIRA PROENÇA DOS SANTOS, CPF 447.187.218-49; MARIA GERTRUDES AQUINO DE MIRANDA, CPF 092.516.368-69; MARIA JOSÉ ANTONIOLI VASCONCELOS, CPF 542.245.276-34; MARLENE MIRANDA DE SOUZA, CPF 217.482.938-00; OLIVIA DE PAULA GODOY VASCONCELOS, CPF 028.700.811-89; PRISCILLA DE HELD MENA BARRETO, CPF 261.630.838-06; RAIELLE JULIANA GODOY VASCONCELOS, CPF 028.756.761-30; ROSA HELENA TROGLIO LOPES DA SILVA, CPF 203.539.448-15; RUTE MIRANDA DE OLIVEIRA, CPF 042.066.388-61; SANTA BORGES DOS SANTOS, CPF 669.323.006-72; SONIA FERREIRA, CPF 044.300.848-58; VANIA MARIA TORRES SEMEGHINI, CPF 506.185.557-49; YOLANDA BERTI COSTA, CPF 036.438.678-91

14 - TC-000.578/2007-8
Interessados: CREUZA NERY NOVAES, CPF 129.718.202-20; DOMITILIA DOS SANTOS PEREIRA, CPF 598.205.782-72; ELZA NERY CHAVES, CPF 090.453.407-39; NEUZA BECKMAN NERY, CPF 534.271.062-68; VANDA BECKMAN NERY, CPF 061.997.202-53

15 - TC-000.580/2007-6
Interessados: EVA LOPES DA SILVA CASTILHO, CPF 349.124.102-25; MARIA DAS DORES CABRAL FERREIRA, CPF 334.832.482-34; ODILENE CORREIA DE ALCANTARA, CPF 807.377.577-87; ZILMAR DO ROCIO CASTILHO, CPF 083.445.829-20; ZULMARI MARA CASTILHO DA SILVA, CPF 010.968.177-05

16 - TC-002.664/2007-7

Interessados: ANGELA DOS SANTOS CAMARGO, CPF 914.102.900-34; BEATRIZ NUNES LAGO, CPF 238.443.880-87; BERENICE PRADO FALCAO, CPF 595.167.987-72; CLARA JIOVANI FERRARI DE ABREU, CPF 532.638.980-00; CLARICE PRINCIPE LAGO, CPF 436.920.797-53; DAIANE DOS SANTOS CAMARGO, CPF 006.083.740-32; DARCI MAIA DE GABRIEL GUIMARAES, CPF 064.345.330-04; DOMUS AUREA DE CAMPOS THEODORICO, CPF 556.111.090-04; ELAINE DA SILVEIRA SCHILING, CPF 216.376.600-49; ELIANE SILVEIRA DOS REIS, CPF 593.137.140-00; ELISANE VARGAS DA SILVEIRA, CPF 333.977.910-49; EUNICE GOMES SARMENTO LEITE, CPF 167.352.500-87; EVA DEVERSI DOS SANTOS CAMARGO, CPF 918.029.380-87; IOLANDA LINHARES VIEGAS, CPF 562.573.170-53; IRACEMA AGLAE FREITAS NUNES, CPF 591.856.000-91; JANE BEATRIZ DE ABREU PINHEIRO, CPF 548.953.320-04; JULIA MARILU FERRARI DE ABREU, CPF 323.730.740-87; LANDAMAR SILVA DE MELLO ABREU, CPF 585.863.180-00; LIZETE GOMES VOLPE, CPF 122.436.800-25; LUCAS HENRIQUE DOS SANTOS CAMARGO, CPF 018.728.330-39; MARIA ALICE DE CAMPOS THEODORICO, CPF 104.944.560-00; MARIA JUSSARA ABREU FERRARI, CPF 221.058.320-91; MIRIAN JANETE ABREU COSTA, CPF 008.902.390-02; NEUZA NATHALINA SPECHT, CPF 891.324.320-20; ODETE MARIA LEPKOSKI CHAVES, CPF 179.726.630-68; PATRICIA DOS SANTOS CAMARGO, CPF 724.871.860-20; SHEILA STEFANIO DE ALMEIDA, CPF 056.634.287-12; SUELY PRADO FALCAO, CPF 856.670.567-04; VERA LUIZA PETERSEN PRADELLA, CPF 407.610.960-00

17 - TC-002.671/2007-1

Interessados: DULCEMA RIBEIRO VIEIRA MARQUEZ, CPF 928.437.516-91; MARIA CELIA DE ALMEIDA LIMA, CPF 007.973.672-68; MARIA REGINA DE MELO LEITE, CPF 027.797.741-00; MARISA RAMOS CRISTINO, CPF 475.963.841-53; NIZIA MARIA KARAM DE MELO, CPF 102.950.703-15

18 - TC-026.189/2006-6

Interessados: ALTAIR GUIMARÃES DA SILVA, CPF 020.885.307-38; ARIMAR MARIA DA SILVA, CPF 897.702.267-34; ARINALVA MARIA DA SILVA, CPF 769.468.197-72; ARINEIDE MARIA DA SILVA CARAMURU, CPF 719.380.527-49; BENEDITA FERREIRA DE CARVALHO, CPF 066.661.675-20; HELENA CATARINA SANTA RITA HONORATO, CPF 004.028.817-02; MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS SANTA RITA, CPF 592.704.207-44; MARILDA RODRIGUES DA SILVA, CPF 511.783.707-04; MARIZA RODRIGUES DA SILVA, CPF 344.996.797-53; MERCEDES DE CARVALHO SIMÕES, CPF 439.951.367-53; OACI SENA DE ALMEIDA DA SILVA, CPF 016.612.697-70; ROSA MARIA SAMPAIO MONTEIRO, CPF 840.381.607-34; SHEILA MARTINS LIMA, CPF 984.264.863-04; SOLANGE MARIA SIMÕES COSTA, CPF 857.606.847-87; SONIA MARIA DA SILVA BATALHA, CPF 614.884.290-49; VALDECI DE LIMA RAMOS, CPF 691.732.817-00

19 - TC-026.193/2006-9

Interessados: DEBORA DE SENA CERQUEIRA, CPF 615.101.305-00; DELMA TEIXEIRA PINTO, CPF 109.292.737-96; DIONE DE SENA CERQUEIRA, CPF 261.947.835-91; DULCEMAR IZALTINA RODRIGUES, CPF 032.837.929-84; GILMARA TEIXEIRA PINTO, CPF 073.649.617-39; IRENE DE SENA CERQUEIRA, CPF 222.629.035-49; IZOMAR IZALTINA SEEMANN, CPF 398.794.709-82; JANE TEIXEIRA PINTO, CPF 807.970.407-49; JOANA D`ARQUE DA SILVA CHAVANTE, CPF 778.141.267-20; JUÇARA TEIXEIRA PINTO, CPF 073.655.457-20; MARGARETE DE SENA CERQUEIRA BATISTA, CPF 411.182.275-49; MARGARIDA CERQUEIRA FALCÃO, CPF 650.580.465-04; MARIA JOSÉ DE SENA CERQUEIRA, CPF 248.135.835-04; MARIZA DA SILVA COSCARELLA, CPF 332.343.107-34; OLINDOMAR SILVA KOERICH, CPF 868.078.629-20; ROSIANE SANTOS DA ROCHA, CPF 464.102.363-87; ROSICLEA DA COSTA SANTOS, CPF 575.731.233-53; ROSIMERI DA COSTA SANTOS, CPF 063.403.788-97; SANDRA TEIXEIRA PINTO, CPF 109.454.267-98; SOLANGE DE BRITTO NEVES, CPF 346.262.397-49; TELMA TEIXEIRA PINTO, CPF 934.612.247-15

20 - TC-026.195/2006-3

Interessados: CLEOMAR DE LIMA PIMENTA, CPF 033.770.737-52; EDNA DE LIMA SILVA, CPF 670.591.047-04; ELAZIR BRANT NUNES, CPF 401.231.977-91; ELIZABETH CRISTINA PEREIRA ALVES, CPF 011.093.487-38; ELZA FACUNDO RIBEIRO, CPF 606.004.897-87; ESTELA GONÇALVES DE LIMA, CPF 088.813.322-72; FLORACI BITENCOURT DE SOUZA, CPF 903.238.074-53; IRENE PEREIRA DE UZÊDA, CPF 101.352.667-85; IVANDINA MARTINS DE LIMA, CPF 400.091.577-00; MARIA JOSÉ LAPA SOUSA, CPF 444.454.821-53; NORMA DE LIMA DE MORAES, CPF 496.223.077-87; SIMONE PEREIRA DE OLIVEIRA, CPF 011.118.387-12; SUELY PINA BRIGATTI, CPF 029.200.797-35; TANIA REGINA PEREIRA ALVES, CPF 898.769.037-72

21 - TC-026.197/2006-8

Interessados: ADRIANA CAETANO DE BARROS SILVA, CPF 011.018.757-12; ANA CAROLINA DOS SANTOS BARROS, CPF 101.783.577-23; CRISTINA CAETANO DE BARROS, CPF 047.504.997-73; HAMILTON SIQUEIRA BARROS FILHO, CPF 101.783.557-80; IZABELLA CAETANO DE BARROS RIBEIRO, CPF 023.418.997-57; KATIA CRISTINE FERREIRA MELLO GARAJAU, CPF 010.582.327-97; LEONOR BATISTA DE MOURA, CPF 383.371.507-34; LINA FERREIRA DOS SANTOS DE CARVALHO, CPF 903.542.577-49; LUCIANA ABREU DE MOURA, CPF 623.986.953-87; LUIS PAULO DOS SANTOS BARROS, CPF 101.783.587-03; MARIA DA CONCEIÇÃO AREDE DE FREITAS, CPF 056.080.327-30; SANDRA LUZIA PAIVA DA SILVA, CPF 073.940.307-92; SIMONE FERREIRA DE MELLO SEIXAS, CPF 014.869.737-28; VELSA ROSA WILLAMIL SILVA, CPF 008.048.909-51; ZILMA ALVES SILVA, CPF 041.284.197-53

22 - TC-026.212/2006-6

Interessados: ANTONIA DUARTE BARBOSA, CPF 313.128.457-91; ARIANY PALHETA DE ARAUJO, CPF 522.038.832-00; CELESTE DE AMORIM LIMA, CPF 762.160.127-20; DELCIDES PALHETA DE ARAUJO SOBRINHO, CPF 522.038.752-91; GEORGINA BALDEZ XAVIER, CPF 315.891.627-49; ICLEA DE MELLO SILVA, CPF 079.634.407-87; IGNEZ TAVEIRA DOS SANTOS GERALDO, CPF 585.669.457-00; ISIS OLIVEIRA DA CRUZ, CPF 439.160.407-82; IZA DOS SANTOS ALVES DE ABREU, CPF 405.325.857-04; KATIA CRISTINA SIMÕES DE FREITAS, CPF 868.723.627-15; LENILDA FERREIRA MENEZES DE LIMA, CPF 033.503.677-55; LUIS GUILHERME ALBUQUERQUE DE ANDRADE, CPF 049.612.324-67; LYDIA GIGLIO FERREIRA DE PAIVA, CPF 706.508.887-15; MARCIA ALESSANDRA CRUZ DE LIMA, CPF 008.711.554-94; MARGARETH GIBSON DE ARAUJO, CPF 510.774.182-72; MARIA CRISTINA DOS SANTOS, CPF 016.845.807-14; MARIA JOSÉ DA CRUZ, CPF 637.004.337-00; MARILIA XAVIER STELLING, CPF 543.576.247-20; MARLI DE SOUZA DE ALMEIDA, CPF 299.073.227-68; MICHELE ADRIANA CRUZ DE LIMA, CPF 102.944.687-30; MIRIAM DA MATTA XAVIER PELLEGRINO, CPF 591.856.357-15; NANCY DA PENHA DO NASCIMENTO ALMEIDA, CPF 425.864.377-72; NEIDE DA MATTA XAVIER, CPF 315.768.507-49; NOEMIA SAMPAIO DE BRITO, CPF 559.989.502-59; REGINA BARBOSA DA SILVA, CPF 593.529.497-49; ROSA DE SOUZA DOS SANTOS, CPF 009.116.207-61; ROSIMAR DE AZEVEDO BARBOSA, CPF 047.859.037-75; TELMA MARIA DE MELO E SILVA, CPF 389.242.937-53; ULYSSES CERQUEIRA GIBSON DE ARAUJO, CPF 765.862.862-04; VILMA FARIAS DE SOUZA BARRETO, CPF 073.504.947-50; WANDA DE SOUZA BRAGA, CPF 801.141.307-44

23 - TC-026.215/2006-8

Interessados: ADILIA CARLOS DOS SANTOS SILV A, CPF 509.082.607-25; ANA MARIA DUARTE LOPES, CPF 788.088.477-72; CELI TOLEDO TRAMUJAS, CPF 174.965.197-15; CORDELIA VIEIRA ALVES, CPF 057.053.247-74; CREUZA FLORIANO DE OLIVEIRA, CPF 887.948.577-68; DAIANA NEVES DO NASCIMENTO, CPF 049.048.624-06; HONORINA VIEIRA DOS SANTOS, CPF 216.346.588-84; IARA NEVES NASCIMENTO, CPF 048.649.864-60; IDACI DE JESUS JUSTO, CPF 815.392.155-04; IONARA NEVES NASCIMENTO, CPF 049.048.564-22; IRACEMA RODRIGUES DO NASCIMENTO ANDRADE, CPF 104.160.858-65; JULIANA CAMPOS MARTINS, CPF 669.153.333-04; LINDALVA DE NAZARETH ALVES MARTINS, CPF 508.163.737-87; MAGNA GLORIA DO NASCIMENTO, CPF 775.624.531-87; MARGARIDA IRENO DO NASCIMENTO, CPF 373.350.731-20; MARIA DA CONCEIÇÃO MENDES DA SILVA, CPF 827.359.487-49; MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA MARINHO, CPF 416.830.567-87; MARIA DE JESUS BATISTA, CPF 106.545.597-67; MARIA SEVERINA DE LIRA, CPF 694.358.474-04; MARINETE IRENO MARTINS, CPF 386.032.091-20; MARLENE MENDES BREVE, CPF 596.083.077-91; NÉLIA DA SILVA VAZ, CPF 389.133.647-00; NOELI NEVES DO NASCIMENTO, CPF 012.297.624-00; SILVANA LETICIA VIEIRA LOPES BANDEIRA DE MELLO BAR, CPF 230.916.305-87; SONIA MARIA DE SOUZA BARROS FREITAS, CPF 006.941.557-99; SUELEN ALINE NUNES DE OLIVEIRA, CPF 007.689.580-75; WANDERLY NEVES LOPES, CPF 203.082.647-20; YONE CRISTINA VIEIRA LOPES BANDEIRA DE MELLO BARBO, CPF 411.623.075-87

REFORMA

ACÓRDÃO Nº 387/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

24 - TC-000.569/2007-9

Interessados: ABRAHÃO CAMARGO JORGE, CPF 109.786.409-00; ADEMIR BOING, CPF 146.636.199-91; ALBERTO JORGE DE OLIVEIRA SILVA, CPF 002.012.941-68; ALCIDES CAPELO, CPF 005.938.349-68; AMARO CELSO CHAGAS CAMPISTA, CPF 102.565.207-04; ANTONIO CARLOS CAMPOS, CPF 080.104.638-68; ARISTOTELES GONZAGA SILVA, CPF 007.606.254-68; CARLOS COSTA, CPF 037.263.717-53; EDSON PACIENZA, CPF 033.861.207-68; ENIO CARDOSO MACHADO DA SILVA, CPF 014.288.100-72; FERNANDO LOUSADA, CPF 033.315.983-72; FERNANDO LOUSADA, CPF 033.315.983-72; FERNANDO MONTEIRO FILHO, CPF 031.687.277-68; HELSON LAUREANO CORREA, CPF 036.865.150-91; IRIO TAVARES DE ARAUJO, CPF 054.426.487-87; IRIO TAVARES DE ARAUJO, CPF 054.426.487-87; JOÃO TEIXEIRA CRUZ, CPF 010.163.501-04; JOAQUIM MARCOLINO NETO, CPF 003.387.023-34; JOAQUIM MARCOLINO NETO, CPF 003.387.023-34; JOSÉ CAVALCANTE DE MORAIS, CPF 088.663.508-00; JOSÉ JACI TELES MONTEIRO, CPF 003.283.083-15; LAURO LUCAS MACHADO, CPF 006.247.800-15; LAURO LUCAS MACHADO, CPF 006.247.800-15; LUCIANO LUIZ DA SILVA, CPF 050.799.264-49; LUCIANO LUIZ DA SILVA, CPF 050.799.264-49; MAURICIO RENE DE FERRANTE, CPF 050.278.967-00; PEDRO DE ALMEIDA, CPF 006.433.866-53; PEDRO KRAVCHYCHYN, CPF 113.462.059-49; RAIMUNDO MONTE DE ARAÚJO, CPF 002.677.083-00; REGINALDO RIBEIRO DOS SANTOS, CPF 027.056.487-04; REGINALDO RIBEIRO DOS SANTOS, CPF 027.056.487-04; RUY FERREIRA LEITÃO, CPF 060.846.997-15; RUY MARTINS CARDOSO, CPF 013.026.044-49; RUY MARTINS CARDOSO, CPF 013.026.044-49; VALTER CHAVES, CPF 181.686.390-49; VARNE JOSÉ FERNANDES NÓBREGA, CPF 113.028.529-49

25 - TC-022.018/2006-0

Interessados: ABELARDO DE SOUZA CAMPOS, CPF 255.133.977-49; ADALBERTO DA COSTA SANTOS, CPF 388.034.537-68; ADAMAR RIBEIRO DA SILVA, CPF 199.449.187-68; ADDY DE FREITAS REIS, CPF 310.457.587-87; ADEILSON FERREIRA VIANA, CPF 224.846.047-34; ADELINO LUCAS DA SILVA, CPF 286.180.687-72; ADEMIR BOTELHO DOS SANTOS, CPF 397.765.738-00; ADEMIR NASCIMENTO DOS SANTOS, CPF 213.216.127-53; ADILSON ASSIS SILVA, CPF 108.268.667-00; ADRIANO PELISSARI, CPF 327.827.567-53; AFONSO DE LUQUE PEREIRA, CPF 227.613.147-00; AGENOR LUCAS DE SOUZA, CPF 284.997.867-15; AGRINALDO JACINTO DO NASCIMENTO, CPF 274.896.207-91; AGUIBERTO FERREIRA SANTOS, CPF 312.490.787-68; AGUINALDO JOSÉ DA PAZ, CPF 021.911.724-15; AILTON GOMES DA SILVA, CPF 245.430.637-91; AILTON JOSÉ DOS SANTOS, CPF 047.870.725-87; ALADIR MONTEIRO BARBOSA, CPF 262.286.537-68; ALBERTO TAVARES, CPF 254.704.427-72; ALCIDES FERREIRA DOS SANTOS, CPF 336.376.287-91; ALDEMIR DA SILVA COSTA, CPF 298.744.917-87; ALEXANDRE GALDINO GONÇALVES, CPF 235.506.517-91; ALEXANDRE PEREIRA CARDOSO, CPF 276.273.657-91; ALMIR FERREIRA DOS SANTOS, CPF 238.795.567-68; ALMIRO RODRIGUES SANTOS, CPF 276.274.547-00; ALOISIO MORAIS DANTAS, CPF 336.860.177-68; AMADEU ELIAS LOPES, CPF 111.858.057-53; AMARO DE MELO, CPF 186.187.157-00; AMARO FERNANDO DE ARRUDA, CPF 019.828.694-53; AMARO JOSÉ CABRAL, CPF 272.548.367-00; AMARO JOSÉ DA SILVA, CPF 271.083.177-53; AMARO JOSÉ DE MIRANDA, CPF 057.361.704-00; AMARO NERI REIS, CPF 080.863.544-15; ANDERSON DO NASCIMENTO CONCEIÇÃO, CPF 041.294.147-39; ANTONIO ALBERTO DE JESUS, CPF 055.936.385-00; ANTONIO ALFREDO VERISSIMO, CPF 053.640.355-49; ANTONIO BARROS DIAS, CPF 217.457.497-72; ANTONIO CARLOS DA SILVA, CPF 204.532.487-72; ANTONIO CARLOS DE ANDRADE, CPF 050.923.964-15; ANTONIO CARLOS MARQUES, CPF 269.131.007-87; ANTONIO CARNEIRO, CPF 307.816.047-53; ANTONIO CLAUDINO DA SILVA, CPF 255.387.567-34; ANTONIO DA SILVA OLIVEIRA, CPF 265.084.787-53; ANTONIO DA SILVA VARELLA, CPF 093.504.977-00; ANTONIO DE LISBOA ALMEIDA DA SILVA, CPF 280.389.087-91; ANTONIO JOSÉ BARRAL DE MELO, CPF 012.280.642-53; ANTONIO JOSÉ DA SILVA CAMPOS, CPF 245.154.347-72; ANTONIO LUIS VIANA DE OLIVEIRA, CPF 227.336.717-15; ANTONIO LUIZ DA SILVA, CPF 204.080.057-34; ANTONIO RAIMUNDO DA SILVA, CPF 400.280.707-04; ANTONIO RICARDO COSTA DE SOUZA, CPF 260.036.197-91; ANTONIO RIVOLEDO BARBOSA DE BELÉM, CPF 012.496.902-00; ANTONIO SILVA, CPF 095.057.847-91; ANTONIO SILVA SOUZA, CPF 226.374.787-72; ARMANDO FERREIRA DA SILVA, CPF 267.594.897-72; ARNALDO AMARAL, CPF 038.730.211-53; ARNALDO NICEIAS ZAIA, CPF 194.125.927-87; ATAIDE DE LIMA ALMEIDA, CPF 276.334.037-72; AUGUSTO FERREIRA DIAS, CPF 287.062.427-15; AUGUSTO MARTINS DOS SANTOS, CPF 269.977.707-20; AUGUSTO VITAL DA COSTA, CPF 014.361.202-68; BOAVENTURA NASCIMENTO ROCHA, CPF 230.794.367-68; CANDIDO CALVO DE LIMA, CPF 210.054.277-04; CARLOS ALBERTO MOREIRA, CPF 254.756.737-72; CARLOS ARAGÃO DA SILVA, CPF 276.392.827-72; CARLOS AUGUSTO VIEIRA DA SILVA, CPF 279.564.907-15; CARLOS BALDUINO DIETRICH, CPF 056.765.760-49; CARLOS GENÊ CUNHA DE SOUZA, CPF 199.003.847-68; CARLOS JORGE RODRIGUES SILVA, CPF 220.010.007-82; CARLOS RODRIGUES FIGUEIREDO, CPF 334.422.667-34; CELIO MARIO DA SILVA, CPF 284.195.707-10; CINÉDIO FONTES DE SOUZA, CPF 248.857.207-10; CLAUDIO GOMES GREGÓRIO, CPF 091.564.297-20; CLEBIO TENORIO DE ALMEIDA, CPF 199.531.517-68; CLÉLIO GOMES DA SILVA, CPF 053.470.095-00; CRISPIM DIAS DE ALBUQUERQUE, CPF 190.779.047-00; DAGOBERTO DIAS DOS SANTOS, CPF 253.604.507-20; DALMO DE ALMEIDA BASTOS, CPF 245.094.187-87; DANIEL FERNANDES DA SILVA, CPF 258.236.987-04; DINARTE SOARES MEDEIROS, CPF 266.732.587-72; DIONISIO PORTILHO DE OLIVEIRA, CPF 013.105.002-82; DIVALDO MAURICIO DE MACEDO, CPF 055.888.204-87; DJAIR JOSÉ FERREIRA, CPF 789.262.037-00; DJALMA CAMPOS SOUZA, CPF 272.481.437-15; DJALMA PANTOJA LISBOA, CPF 026.851.244-20; DOMICIANO SOARES DE AZEVEDO, CPF 103.843.247-20; DORIVAL RIBEIRO ELIAS, CPF 266.745.807-91; DOROTHERIO DE ASSIS PEREIRA FILHO, CPF 217.666.067-68; DURVAL GONÇALVES DOS SANTOS, CPF 053.301.654-15; EANES MENEZES BORGES, CPF 296.616.097-72; ED FERREIRA DA SILVA, CPF 018.872.034-00; EDILSON SOUZA DOS SANTOS, CPF 090.908.861-68; EDINALDO RODRIGUES DA SILVA, CPF 192.034.977-49; EDIVAL FRANCISCO DO AMARAL, CPF 259.920.587-53; EDIVALDO ALEXANDRE DE

ARAUJO, CPF 277.353.467-00; EDMILSON DE SOUZA PRAÇA, CPF 218.395.067-68; EDMILSON NUNES SOARES, CPF 037.309.214-87; EDMILSON SANTOS FERREIRA, CPF 206.431.797-04; EDNALDO FRANCISCO DOS SANTOS, CPF 196.461.947-53; EDNALDO JESUS PAZ, CPF 267.709.977-20; EDSON BRUNELLI SEIXAS, CPF 311.704.127-34; EDSON CAETANO DA SILVA, CPF 289.071.087-49; EDSON SOARES SALES, CPF 110.817.917-72; EDUARDO DOS SANTOS RIBEIRO, CPF 287.163.617-68; EDVALDO BATISTA DE OLIVEIRA, CPF 262.285.567-20; ELIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA, CPF 047.895.204-04; ELIEZER CARVALHO COSTA, CPF 284.838.987-72; ELIEZER GOMES SABOIA, CPF 269.048.457-91; ELMIR FRANCISCO XAVIER, CPF 243.105.227-34; ELPÍDIO DA MATTA DA SILVA, CPF 185.355.937-72; ERICINALDO PEREIRA MOREIRA, CPF 277.496.907-78; ERIVALDO NAJA, CPF 039.825.214-91; ESDRAS CAMELO DE LIMA FILHO, CPF 288.303.857-00; ESTANISLAU BANDEIRA MONTEIRO, CPF 010.310.072-53; EUCLIDES FERREIRA DO CARMO, CPF 259.920.077-68; EUDES ANTONIO, CPF 024.623.033-91; EVANDILSON FELICIANO DA SILVA, CPF 103.734.547-91; EVERALDO ASSIS GOES, CPF 367.334.827-20; EVERALDO CORREIA DA SILVA, CPF 267.695.307-91; EVERLANDO CANDIDO DE ARAUJO, CPF 217.166.417-72; FÁBIO LUIZ TEIXEIRA TINOCO, CPF 204.698.377-72; FELIPE FERNANDES JUNIOR, CPF 229.524.627-04; FERNANDES DE OLIVEIRA, CPF 012.676.802-10; FERNANDO FERREIRA EZEQUIEL, CPF 210.616.027-53; FERNANDO FRANCO SÁ, CPF 007.401.444-72; FERNANDO LUIZ DE GOUVEIA, CPF 429.339.518-00; FLORISVALDO JOSÉ DA CONCEIÇÃO, CPF 264.515.577-49; FRANCISCO ALVES JUNIOR, CPF 099.012.997-72; FRANCISCO CANINDÉ GOMES, CPF 100.594.587-04; FRANCISCO CASTRO DOS SANTOS, CPF 253.054.177-91; FRANCISCO COSTA DE LIMA, CPF 267.012.607-30; FRANCISCO DAS CHAGAS MARTINS DE ARAUJO, CPF 276.489.827-49; FRANCISCO DE ASSIS FELIX DE SOUSA, CPF 048.818.854-72; FRANCISCO DE ASSIS GOMES, CPF 237.665.497-15; FRANCISCO DE CANINDÉ VAZ, CPF 015.805.902-68; FRANCISCO MEDEIROS DOS SANTOS, CPF 219.820.317-00; FRANCISCO OTACÍLIO DA SILVA, CPF 289.577.927-91; FRANCISCO PAULO DO NASCIMENTO, CPF 334.069.797-34; FRANCISCO TAVARES DE SOUZA, CPF 013.149.472-49; GABRIEL ARCANJO FERNANDES, CPF 258.623.327-15; GERALDO DA MOTTA, CPF 260.455.407-00; GILBERTO LUIZ OTHERO JARDIM, CPF 757.378.927-00; GILBERTO PEDREIRA DA CRUZ, CPF 104.066.207-25; GILCINEI RODRIGUES BARCELOS, CPF 267.990.657-87; GILSON ALVES BATISTA, CPF 194.511.057-00; GILSON CAETANO DA SILVA, CPF 269.381.467-72; GILSON DE SOUZA ARAÚJO, CPF 256.740.487-20; GILTON MARROQUIM DE ALBUQUERQUE, CPF 307.815.667-20; GRACILIANO PEDRAL DOS SANTOS, CPF 313.591.247-72; GUMERCINDO DIVINO FRANCISCO, CPF 236.275.147-34; HAGAMENON DE SOUZA ROZA, CPF 265.382.457-49; HAMILTON DOS SANTOS CHAGAS, CPF 275.212.227-68; HENRIQUE ALVES AZEVEDO, CPF 289.215.267-49; HUMBERTO SOARES DE LIMA, CPF 076.357.881-91; IDER FREITAS DOS SANTOS, CPF 013.101.192-87; ILDEBRANDO BATISTA PEREIRA, CPF 126.653.631-00; IRÊNIO ALVES PINTO, CPF 335.644.187-68; IRINEU MONTEIRO DE GUSMÃO FILHO, CPF 039.369.884-04; ISANEI TRINDADE DOS REIS, CPF 340.406.507-78; ISMAEL FERREIRA FONSECA, CPF 276.425.187-49; ISRAEL DA SILVEIRA BARRETO, CPF 207.128.717-72; IVAN ALVES PACHECO, CPF 324.343.757-15; IVAN CAMILO DAS NEVES, CPF 224.838.107-72; IVAN DE FREITAS LEAL, CPF 145.069.129-34; IVAN MANUEL VIEIRA, CPF 310.706.637-00; IVAN NUNES OREM, CPF 275.734.007-72; IVANILDO CONSTANTINO DE LEMOS, CPF 041.044.204-68; IVO JOSÉ CAVALCANTI DE OLIVEIRA, CPF 340.433.147-87; JADER PINHEIRO, CPF 207.159.607-25; JAIME HAROLDO DE AZEVEDO, CPF 255.134.947-87; JAIME LIMA PEREIRA, CPF 050.366.825-72; JAIME NUNES DA CUNHA, CPF 039.408.451-91; JAIME RODRIGUES DA SILVA, CPF 045.677.571-49; JAIME VICENTE DE SOUZA, CPF 184.966.017-49; JAIR AVELINO ANDRADE, CPF 273.900.477-04; JAIR JOAQUIM DE SOUZA, CPF 258.486.667-68; JAIR LEITE DE CASTRO, CPF 220.595.987-53; JAIRO RODRIGUES DE SOUZA, CPF 286.628.737-15; JAMIL URT NETO, CPF 045.750.751-91; JANICEPHORO RIBEIRO DE MENESES GRANJA, CPF 061.981.984-72; JANILSON DE SOUZA TEIXEIRA, CPF 290.349.737-00; JARBAS DA COSTA VIANNA, CPF 219.829.537-72; JERONIMO VERIDIANO DO CARMO, CPF 205.245.797-68

26 - TC-022.671/2006-0

Interessados: ABELARDO NUNES CAVALCANTE, CPF 018.560.224-04; AGILDO CAVALCANTE DE OLIVEIRA, CPF 179.485.687-00; ALCIDES DE BRITO FILHO, CPF 001.172.187-15; ALDEMÁRIO DA TRINDADE, CPF 186.186.347-00; ALOISIO SUARES PEMENTA, CPF 281.975.507-00; ALVARO RIBEIRO NOGUEIRA, CPF 032.136.412-00; ANTONIO CESARIO LEITE, CPF 274.525.497-91; ANTONIO PEDRO TEIXEIRA ROCHA, CPF 262.177.757-00; ARNALDO JOSÉ DOS SANTOS, CPF 036.418.727-15; AUGUSTO CESAR DA SILVEIRA CARVALHEDO, CPF 027.228.017-87; CARLOS ALBERTO CAVALCANTE, CPF 054.903.754-34; CARLOS ALBERTO PACHECO, CPF 265.137.657-49; CARLOS AUGUSTO MESQUITA, CPF 277.621.577-00; CELIO BUARQUE DE ALENCAR, CPF 416.681.544-04; CLAUDIO SALVADOR GONÇALVES, CPF 031.946.124-68; EDILTON CORREIA, CPF 235.779.753-34; EDMILSON DE JESUS MACIEL, CPF 258.652.347-49; EDNILSON COSTA OLIVEIRA, CPF 301.885.477-20; EDSON VASCONCELOS DA TRINDADE, CPF 273.826.727-00; EDWYGH DE JESUS RODRIGUES DE ALENCAR, CPF 354.288.644-00; ELTHAN BEZERRA DA SILVA, CPF 078.970.817-53; GERALDO GOMES PEREIRA FILHO, CPF 212.863.537-34; GERSON ESPINHEIRA NETO, CPF 105.647.137-91; GILBERTO MATTOS, CPF 254.752.587-91; GODOFREDO ALVES GUIMARÃES, CPF 284.665.867-68; IVAN DANTAS COSTA, CPF 022.166.637-00; JOÃO BATISTA DA SILVA SANTOS, CPF 000.825.387-00; JOÃO GOMES DE CASTRO FILHO, CPF 031.996.494-91; JOÃO MOREIRA GOMES, CPF 053.179.247-15; JOEL RANGEL PINTO, CPF 254.722.837-87; JORGE AZEVEDO DA ROCHA PARANHOS, CPF 035.734.867-20; JORGE DA COSTA ARAÚJO, CPF 311.840.227-04; JORGE DO ESPÍRITO SANTO FERREIRA, CPF 289.246.497-87; JORGE FRANCISCO DE PAULA, CPF 091.450.107-06; JOSÉ ANTONIO SANT´ANA, CPF 260.779.657-15; JOSÉ CARLOS DA SILVA MARQUES, CPF 019.970.334-53; LEANDRO CAROLINO VICENTE, CPF 094.814.767-90; LUCIANO PEREIRA, CPF 978.209.461-72; LUIZ BORGES DA SILVEIRA, CPF 274.088.097-91; MESSIAS COELHO FREIRE, CPF 005.787.387-91; NILOR THOME MACEDO FILHO, CPF 199.082.297-53; SAUL PEREIRA CUNHA, CPF 087.084.360-53; VALDEZ GOMES PEREIRA, CPF 038.701.891-34; VALDI FRANCISCO DA SILVA, CPF 195.128.487-91; VANIA CRISTINA DA COSTA, CPF 184.920.291-53

27 - TC-022.672/2006-8

Interessados: ADILSON GARRIDO DA CRUZ, CPF 280.261.607-20; ALAN RICARDO DOS SANTOS, CPF 866.700.425-15; ALTAMIR MARQUES DE OLIVEIRA, CPF 211.331.827-04; ANTONIO CRUZ, CPF 007.241.571-15; ANTONIO NUNES DA SILVA, CPF 013.364.954-72; CARLOS ALBERTO ALVES DE CARVALHO, CPF 317.033.307-06; CRISPINIANO EVANGELISTA DA SILVA, CPF 220.075.207-53; DANTAS WILLAME DE MEDEIROS, CPF 310.092.807-59; DERIVELTO DA SILVA COSTA, CPF 315.810.487-34; EDESIO CAMPANILLE NEVES ARARIPE, CPF 129.465.327-04; EDIVAN FELIPE BEZERRA, CPF 267.931.647-91; EDNALDO JOSÉ DE BRITO, CPF 326.522.677-87; EROMIR CARLOS DE MATOS, CPF 289.116.107-63; FRANCISCO DE ASSIS AVELINO, CPF 276.970.617-91; GENARO GOMES DE LIMA, CPF 271.329.437-15; GEORGE LAURIANO DA SILVA, CPF 054.754.227-53; HORACIO HERNANI DOS SANTOS GUIMARÃES, CPF 009.167.812-91; ITAMAR DE OLIVEIRA SANTOS, CPF 267.719.427-91; IVAN MAGALHÃES, CPF 082.712.401-53; IVANILDO MEDEIROS DOS SANTOS, CPF 289.046.057-68; JAMIR DA ROSA, CPF 070.357.131-15; JOEL JOÃO ALEGRE, CPF 779.992.747-04; JORGE DA CRUZ, CPF 060.782.497-20; JOSÉ CARDOSO VIEIRA, CPF 273.338.257-87; JOSÉ HENRIQUE CAIO CARDOSO, CPF 312.781.087-34; JOSÉ NERI DA SILVA, CPF 276.012.937-34; JOSUÉ SILVA SANTOS, CPF 274.930.087-87; JURACILDO DIAS ROCA, CPF 070.281.801-15; LUIZ CORREIA GOMES, CPF 255.350.567-15; LUIZ TARCISIO SOUZA, CPF 289.228.247-00; LUPÉRCIO BORGES RAMEH, CPF 230.812.527-68; MANOEL BORGES BARREIRO, CPF 001.920.079-04; MAURI CORREIA DE MOURA, CPF 073.666.357-66; MOACIR CASEMIRO GOMES, CPF 104.261.917-49; NIVALDO WALTER SANTOS, CPF 093.248.447-68; RAIMUNDO LEÔNCIO BANDEIRA MONTEIRO, CPF 260.022.997-34; RILDO DE SÁ ANTUNES, CPF 253.404.417-68; ROBERTO COUTINHO DO PRADO, CPF 273.165.307-82; ROBERTO HERNANDES DANTAS, CPF 495.012.837-04; ROBERTO OLIVEIRA DE MELLO, CPF 378.371.337-49; ROSALVO CASTILHO LIMA, CPF 198.292.217-68; SAMUEL DA COSTA CAVALCANTI, CPF 012.278.312-34; SEVERINO GOMES DE OLIVEIRA FILHO, CPF 212.829.277-87; TENISSON MATTOS FILHO, CPF 550.611.097-91; VALDECI MARQUES DE OLIVEIRA, CPF 286.583.617-72; VALMOR NUNES, CPF 042.197.911-91; WALMIR AUGUSTO VILLARES, CPF 241.334.187-00; WILSON LOPES MARTINS, CPF 234.413.307-06

c) Auditor convocado Marcos Bemquerer Costa (Relações n°s 24, 25 e 206):

APOSENTADORIA

ACÓRDÃO Nº 388/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 1ª Câmara, em Sessão de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Justiça Eleitoral

1. TC-000.641/2007-3 - Odila Chaves da Silva.

Justiça do Trabalho

1. TC-027.221/2006-0 - Gerardo Cavalcante; Leticia Lima Asfor; Maria Pompéia de Paiva Coelho; Nícia Cláudia Marcílio Barroso; Simone Ferreira Lima.

ACÓRDÃO Nº 389/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 1ª Câmara, em Sessão de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, em esclarecer à DRT/CE que, uma vez desconstituída a decisão judicial que assegura, atualmente, a percepção da parcela correspondente à aplicação do percentual de 28,86% sobre os proventos da inativa Orminda de Paula Pessoa Rocha, deverá ser imediatamente providenciada, nos termos do art. 46 da Lei n. 8.112/1990, a restituição das importâncias indevidamente recebidas a partir da data da ciência pela DRT/CE do Acórdão n. 2.957/2004 - 1ª Câmara, publicado no DOU de 1º/12/2004 (item 9.3.4 do Acórdão n. 1.989/2006 - 2ª Câmara), sem prejuízo da implementação das demais providências inerentes à negativa de registro do referido ato de concessão pelo Tribunal (item 9.3.2 da referida deliberação) e encaminhar os presentes autos à Conjur, para ciência e adoção das providências a seu cargo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério do Trabalho e Emprego

1. TC-005.511/2006-3 - Orminda de Paula Pessoa Rocha.

ATOS DE ADMISSÃO

ACÓRDÃO Nº 390/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 1ª Câmara, em Sessão de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Justiça Eleitoral

1. TC-002.078/2007-0 - Hélio Santos Silva; Suzie Caproni Ferreira Fortes.

2. TC-002.091/2007-1 - Edson Peres; Getulio Alcantara Barbosa; Leandro do Bonfim Gozzo; Lilian Alexandre; Neide Mitie Miyagaki Takeshita; Rosana Carrari.

3. TC-002.084/2007-7 - Nelson Alves da Nobrega Junior; Niralice de Pontes Ribeiro; Tânia Maria Rosendo Campos.

4. TC-000.020/2007-0 - Breno Leonardo Ribeiro da Silva; Flávia Vilas Boas de Moura; Marjorie Weibel Kaufmann Andrade; Victor Araújo Mesquita Xavier.

5. TC-000.815/2007-4 - Ana Maria Saraiva Macedo; Ana Paula de Oliveira Tedesco; Ana Selene Miclas; Anelise Coswig Fiss; Antenor de Souza Elias; Carla Regina Hepp; Edgar Brum Volkmer; Graziella Fiori; Guilherme Priebe Kobus; Ivan Quoos; José Carlos Gomes da Silva; Lauren Sarmatz; Luciana Gastmann; Luiz Antônio Pastro Pedebos; Maria Angélica de Lima Ramos; Stela Maria Lampert Camozzato; Tenísia Cruz Klein.

6. TC-000.814/2007-7 - Antônio Cunha Porto Maia; Danielle Bezerra de Lima; George Melo Rodrigues; Marcelo Francisco da Silva; Miguel Gustavo de Lima Fernandes; Pedro Correa Oliveira Júnior; Valéria Lyrio de Castro Azevedo; Émerson Lima Barros Silva.

7. TC-002.083/2007-0 - Ana Cecília Machado Catapan; Emerson Eder das Neves Amaral; Erick Gustavo de Oliveira Sales; Jarbas da Silva Mendonça; Nillena Maria de Almeida Bezerra; Ricardo Alexandre Rodrigues de Queiroz.

8. TC-002.080/2007-8 - Adria Shwarz; Angela Aparecida Gabana de Queiroz; Fabiana Lima da Silva; Lidiane Pompéo Barros; Marcela Ramalho Teixeira.

9. TC-002.099/2007-0 - Ateon Alves de Siqueira; Boriska Teixeira Peiro; Cleórbete Santos; Elydia Leda Barros Monteiro; Helaine Christina Rocha Pinto; Lariza Paranagua de Faria Gripp; Marcos Paulo Oliveira de Jesus; Mário Luiz de Moraes Guerra Júnior; Samir Almeida Teixeira; Thelmo Felipe Harboe Gonçalves; Tiago Britto Veiga.

10. TC-002.085/2007-4 - Andre Frej Hazineh; Eduardo Souto Ferraz; Eliane Canto Sabino de Miranda Costa; Marcelo Garcia Vieira; Marco Antonio de Carvalho Capella; Mauricyo José Andrade Correia; Paulo Sergio Morais Barbosa; Sérgio Almeida do Nascimento; Taizi Freitas de Figueiredo; Wellington Agostinho Chaves de Mélo; Zeildo Mendes da Silva.

11. TC-002.090/2007-4 - Fabio Henrique Borges da Silva; Lara Raquel Fontana; Marcos David Fermino; Marcos Garcia Labadie; Norton Lisboa Lemos; Vitor Guilherme Lübke.

12. TC-000.813/2007-0 - Carolina Cavalcante Lipinski; Diogo Rodrigues Gonçalves Caetano; Karen Mesquita da Silva; Lidiane Castro Pires; Lúcia Helena Leal Teixeira; Messias Braga de Carvalho; Márcio Gil Dias Jocundo; Renata Nogueira Colaça; Roberta José Epaminondas; Susy Raquel de Miranda Guimarães; Ândriu da Silva Alexandre.

Justiça do Trabalho

1. TC-028.934/2006-0 - Anna Carolina Marques Gontijo; Clarissa Mota Carvalho; Giovana Martins Paneto; Iara do Carmo Oliveira Guimarães; José Ricardo Dily; Natália Queiróz Cabral Rodrigues; Renzzo Roberto Bicalho Lataro Hoehne; Sheila Marfa Valério; Thaís Macedo Martins.

2. TC-028.936/2006-5 - Adriano Eidi Ishii; Alessandra Volponi; Alexandre Venancio; Ana Paula Anizelli Martini; Ana Paula Lorenzoni; Angelo França Planas; Anna Francisca Bernardes Deleo; Anna Martha Barbosa de Almeida; Anna Patricia Hayami Miranda; Ariadne Severiano Luiz Francisco; Bruno Henrique de Almeida Martins; Carolina Maria Campagnaro; Caroline Louise Leite; Clarinda Sotoma; Claudia Aparecida Nóbile Pereira da Silva; Cristina Lica Suyenaga; Daniele Cristine Halú; Daniele Neves Popika; Eduardo Pereira Silvente; Eloise Forbeci de Morais; Fabiana Pereira Lima; Fabio Fernandes Scandolieri; Fabiola Ernlund Salaverry; Fernanda Juliani Lovato; Francisco José Rotelli de Mattos; Gabriela Hoepers; Gilberto Luciani; Gisele Daniel; Gislaine Ruiz Guilhen; Hide Akiko Tatibana Tsutsui; Huber Pereira Cavalheiro; Izabel Maria Bueno Amorim; Joseane Stein Develis; Kassim Ahmad Omar Ali; Lilian Bernardes; Luciano Augusto Melchior; Luiz Fernando do Nascimento; Lídia Clément Figueira Moutinho; Manoel Pedro Martins de Castro Filho; Marcelo Marins; Mariana Foques Ott; Mariana Maiz Pirolo; Mario Antonio Lima Rizzo; Mario Ricardo Lacerda; Melissa Paulo Farias; Pedro Roberto Rodrigues; Renata Yuri Noda Hasegawa; Soraya Maria de Souza; Thais de Oliveira Zanfolin; Thiago Milanez Andraus; Tiago Peixoto Nogueira de Sá.

3. TC-028.938/2006-0 - Ana Paula Batista Barboza; Andreia Yokota; Andreza Mara Citti de Castro Espoz; Augusto Nobuo Nakassone; Cibele Lilian Molnar; Cátia Iraci Furué; Daniela Maria Correa Espinola; Eduardo Rezende de Moraes; Edwaldo Donizete Noronha; Eliza Mihara; Eni Lang Magnani; Erenice Piva; Fabiana da Rosa Santos e Silva; Fabio Moterani; Fabricio Schimidt Cezar; Fernanda Andre Delicio; Fernando José Marques Junior; Genesio Donizete do Nascimento; Gisele Cristina Vieira Vian Martins dos Santos; Isabel Ana Torelli Bolota; Jarbas Haddad Novaes de Andrade; Jeanne Lima Ruas; Jenner Eduardo dos Santos; Jesuino Vieira de Morais; José Gilberto Corvino Rocha; Liliana Marangon; Marcos Bergamaschi; Maria Aparecida Fatima Galvão Bastazini; Paola Pagani; Regina Celia Capelari; Rodrigo Felix da Cruz; Roger Frugoli Peixoto.

4. TC-023.885/2006-1 - Adair Jose Bolzon; Alessandro Nonino de Carvalho; Ana Paula Andrade de Moraes; Aureo Antonio Aurelio; Bianca Pereira Razera; Carlos Alberto Tinelli; Carlos Eduardo de Moraes Gomes; Cristiane Sabino Silva; Cristiano Schultz Doretto Campanari; Edineia Jeronymo de Oliveira; Elaine Shimada Tatibana; Elesandro Marcio Velasco; Eliane Grilo Vicente; Eliane Monica da Silva Ardohain; Fabiane Christina Holowka; Fabricio Lemieszek; Helio Toshiaru Saito; Iara Naomi Honda Padilha; Idner Soares de Araujo; Ivan Malaguido de Araújo; Jackerson Nakano; Janaina Camargo de Souza; Joao Paulo Suzuki; Juliana Comar Ramos de Oliveira; Juliano Casarolli; Larissa Renata Kloss; Lennander Lugli; Leonia Maria de Oliveira; Liane Maria Veiga; Luciane Lima Costa; Luiz Takashi Yamakawa; Marcelo Fernandes; Maria Izabel Correa Wood; Marina Sicchieri de Carvalho; Mario Vinicius Schon; Marle Delallo; Norton Kleine Albers; Priscila Basilio Minikoski; Raphael Pappa Lautenschlager; Romulo Augusto Althaus; Sergio Luis Martinez; Sergio Ricardi de Oliveira; Simone Keiko Voida; Sueli Knopik; Thaís Cristina Muller; Vera Lucia Fuganti.

5. TC-028.438/2006-2 - Antonio Alessandro da Silva; Eliane Mônica da Silva Ardohain; Fabiano Gomes de Oliveira; Gisele Zeve Pundek; Humberto Guariza Zorob Tomé; Juraci Maria Batista de Macedo.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

1. TC-023.855/2006-2 - Claudia Patricia Borges de Azevedo; Fabio Luiz Machry Rodrigues Garcia; Lucas Euphrasio de Mello; Simoni Aparecida de Paula Oliveira; Thatiane Heloisa Werneck Soares.

Ministério da Defesa - Comando do Exército

1. TC-007.189/2004-7 - Adauto Martins Arruda; Ewaldo Marquardt; Lucia Aparecida de Paula Silva.

2. TC-005.955/2003-5 - Alessandro Marques dos Santos; André Luiz de Souza.

PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE

ACÓRDÃO Nº 391/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 1ª Câmara, em Sessão de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério da Defesa - Exército

1. TC-000.900/2004-2 - Ernestina Elias de Almeida; Maria Jose da Silva; Mario Luiz da Silva.

PENSÃO MILITAR

ACÓRDÃO Nº 392/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 1ª Câmara, em Sessão de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério da Defesa - Comando da Marinha

1. TC-000.582/2007-0 - Adelina de Abreu Cabral; Alita Rodrigues Cabral; Andrea de Carvalho Pinto; Benedita Silva da Costa; Claudelina de Mattos Silva; Conceição Ferreira da Silva; Consuelo Sueli Santos e Silva; Creuza Maria de Oliveira Teixeira; Dilma Pedro Silva; Diva Fonseca Guerra; Edna Floriano da Silva; Eleonice Carvalho dos Reis; Eliane Reis Coelho Arrojado; Elida Gomes da Cunha; Elizabeth de Campos Barbosa; Emilia Lassi Carrard; Fatima Maria Moreira de Melo; Hilda Rachide Hott Fernandes; Izabel Fernandes da Silva; Janaina Gonçalves de Lima; Juci da Silva Velasques; Libia Carvalho Francisco dos Santos; Lilian Maria Carvalho de Melo; Livia Carvalho Francisco dos Santos; Lucinete Maria da Silva; Luiz Urubatan Gonçalves de Lima Junior; Luzinete Dias Lazarus; Marcella Camila Conceição Espinola; Marcia Maria da Conceição Pereira Aleixo; Margareth de Campos Jordes; Maria da Conceição Cardoso de Almeida Thielmann; Maria das Neves de Almeida Costa; Maria Olinda Vieira dos Santos; Marilene Affonso de Carvalho; Marilene Dias de Almeida; Marilene Rodrigues Ferreira; Marileyde da Silva Velasques; Marlene de Carvalho da Silva; Marly de Carvalho Silva; Martha Silva Melonio; Miralda Amorim Ramos; Neuza Sales Pereira; Rainel Resende de Oliveira; Regina Maria Amorim Ramos; Reinaldo Resende de Oliveira; Robson Resende de Oliveira; Sueli Maria da Conceição Machado Estevam da Cruz; Suzana Araujo da Silva; Valteisa Nicacio Espinola Maciel; Vania Moraes de Souza; Vera Lucia Amorim Ramos Leite; Vilma Rodrigues Dantas; Wanda Rodrigues da Silva.

2. TC-000.583/2007-8 - Adriene Rubens Bandeira Uchoa; Anete dos Santos Santana Ferreira; Angelica Lima da Silva; Celia Lima Muller de Campos; Celia Maria Lanza Prestes de Carvalho; Claudete dos Santos de Santana; Eliana Rezende Furtado de Mendonça; Giselda de Carvalho Cordeiro; Leda Maria de Araujo Rego; Luiz Cesar dos Santos de Santana; Mara Rita Cruz da Silva; Maria da Gloria Costa da Silva; Maria dos Anjos Vieira Bastos; Maria Helena Lima Muller de Campos Gonçalves; Maricleya Marinho da Silveira Correia; Marivalda Marinho da Silveira; Marly Conceição Klug; Neide de Oliveira Alcantara Machado; Neide de Oliveira Ribeiro; Norma de Oliveira Domarco; Onairda Rubens Bandeira Lima; Rose Marilane Prestes de Carvalho Noronha; Sonia Maria de Carvalho; Valencia Conceição Silva Silveira; Valeria Conceição da Silva; Vania Conceição da Silva; Vania de Carvalho Moreira; Varlenia Conceição Silva Machado; Varlete Conceição da Silva; Vera Lucia Gonçalves da Silva.

3. TC-002.674/2007-3 - Adriana de Souza Quintino; Alan Matias Macario Ribeiro; Alcidema Moura Ramalho; Alcilene Monteiro da Silva; Alice Baptista dos Santos; Amarilis Matos de Oliveira; Ana Maria Andrade dos Santos; Anacelia Campos Freire; Andre Monteiro; Aurea Monteiro da Silva; Carla Pinheiro Pedrazzi; Cleide da Gama Lobo D'eça Melo; Clelia Maria Tomaz de Aquino; Cristiana Bittencourt Souto Jorge; Edir Santana Santos; Edna de Souza Marques; Eliane Barcelos Marques; Elma de Souza Araujo; Elza da Silva; Elza de Souza Alves Moreira; Erineide Maristela Salomão; Eunir Lages da Silva; Isaura Ferreira de Moura; Jandy de Mello Santos; Jeandith Fernandes de Melo; Jeane Fernandes de Melo; Josina Pereira Das Neves; Kamila Macario Ribeiro; Luci Helen de Mello Santos; Lucia de Fatima Oliveira Alves; Lucinalva de Mello Santos; Marcela Rejane Lisboa Silva; Maria Elisa Silva de Souza; Maria Elizabeth Damasceno Pinto; Maria Fernandes de Brito; Maria José Torres da Silva; Maria Julia Damasceno Taulbee; Maria Monteiro da Silva Godinho; Maria Odilon Vicente de Miranda; Maria Purificação do Nascimento; Maria Vieira de Souza Bastos; Marlene Valladão Alves; Marlene Vieira de Souza; Marta Sisson Fortuna; Milena Lisboa Silva; Moema Salles Souto Jorge; Nadir Silva dos Anjos; Olivia Alves Mota de Alcantara; Priscila Moraes Quintino de Oliveira; Priscilaine Moraes Quintino; Raimunda Jesus Marques Dutra; Regina Celi Alves Campos; Regina Celia de Mesquita Freire; Renata Silva Souto Jorge; Silvana dos Santos de Oliveira; Suely Carneiro Martins; Valeria de Campos Freire Cajazeiras; Veronice Nascimento de Amorim; Zelia Soares Cavadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 393/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 1ª Câmara, em Sessão de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a; 169, inciso IV; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Serviço Social Autônomo

1. TC-012.866/2005-0 (com 4 anexos).
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Adilson Valera Ruiz, CPF n. 046.005.668-90; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan, CPF n. 370.025.979-49; Ana Cristina Santa Rosa Azevedo, CPF n. 362.274.391-34; Celso Pereira da Silva, CPF n. 058.674.018-04; Edmundo da Silva Taques, CPF n. 001.934.021-49; Elias Correia Pedrozo, CPF n. 104.114.701-59; Francisco Carlos Maia Fontes, CPF n. 110.167.871-20; José Antonio de Mesquita, CPF n. 086.182.751-15; Luiz Augusto Moreira da Silva, CPF n. 275.198.641-20; Luzia Borges de Santana, CPF n. 503.089.981-20; Marilene Mulinari Girardi, CPF n. 213.620.929-91; Mauricio Hideaki Kusai, CPF n. 166.493.709-91; Mauro Mendes Ferreira, CPF n. 304.362.301-00; Nereu Luiz Passini, CPF n. 137.392.559-00; Nilson Roberto Tagliari, CPF n. 961.866.238-15; Paulo Pereira Fuiuza Filho, CPF n. 240.796.778-04; Reginaldo Santos, CPF n. 109.836.861-49; Sergio Pascoli Romani, CPF n. 022.468.561-91.
Entidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Estado de Mato Grosso - SESI/MT.
Exercício: 2004.

1.1. ao Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Estado de Mato Grosso que:
1.1.1. identifique todos os veículos da unidade com logotipo da entidade e com a inscrição "Uso exclusivo em Serviço";
1.1.2. observe o Regulamento de Licitações e Contratos/SESI, em especial no sentido de:
1.1.2.1. abster-se de explicitar características e especificações exclusivas do bem a ser adquirido, quando não for tecnicamente justificável;
1.1.2.2. formalizar as eventuais repactuações de preço nos contratos que firmar;
1.1.2.3. nas futuras compras, especificar, nos editais de licitação, as quantidades de cada produto a ser adquirido;
1.1.3. faça constar, na próxima Prestação de Contas, os gastos efetuados no âmbito do convênio de interação administrativa-operacional, celebrado entre SESI, FIEMT, SENAI, IEL, através da Unidade Corporativa denominada Gestão Compartilhada, apresentando documentação que explicite a memória de cálculo dos percentuais de participação de cada entidade no custeio das atividades compartilhadas;
1.1.4. não efetue, por meio de convênios genéricos (inclusive institucionais), repasses financeiros ao IEL.
1.1.5. caso celebre novos convênios com o IEL, observe os dispositivos da IN/STN 01/97, em especial os seguintes:
1.1.5.1. objeto específico, com seus elementos característicos e descrição detalhada, objetiva, clara e precisa do que se pretende realizar ou obter, que, comprovadamente, seja de interesse recíproco (comum) das partes convenentes (arts. 2º, incisos I, II e III e 7º, inciso I);
1.1.5.2. plano de trabalho que, além da especificação completa do bem a ser produzido ou adquirido, deverá previamente explicitar o valor a ser despendido na sua obtenção e conter cronograma de desembolso, este último condizente com as fases ou etapas de execução do objeto do convênio (art. 2º, § 1º);
1.1.5.3. o compromisso do convenente de movimentar os recursos do convênio em conta bancária específica (art. 7º, inciso XIX);
1.1.5.4. a obrigatoriedade de que a movimentação de recursos somente ocorra por meio de cheque nominativo ao efetivo credor, comprovando-se o pagamento com documentação idônea (art. 20);
1.1.5.5. a vigência do instrumento, que deverá ser fixada de acordo com o prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas (art. 7º, inciso III);
1.1.5.6. a obrigatoriedade de o convenente apresentar relatórios de execução físico-financeira e de prestar contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do término da vigência do convênio (art. 7º, inciso VIII);
1.1.5.7. a previsão de que, quando a liberação de recursos ocorrer em três ou mais parcelas, a terceira delas ficará condicionada à apresentação de prestação de contas parcial referente à primeira parcela liberada e assim sucessivamente, sem prejuízo de que, após a aplicação da última parcela, seja apresentada a prestação de contas do total dos recursos recebidos (art. 21, § 2º).

ACÓRDÃO Nº 394/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 1ª Câmara, em Sessão de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade:

Serviço Social Autônomo

1. TC-015.209/2005-4
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Alexandre Ferreira Lopes, CPF n. 807.777.323-00; Antonio de Sousa Freitas, CPF n. 042.054.723-15; Antonio do Espirito Santo Paixão, CPF n. 055.000.103-44; Antônio Augusto Costa Aranha, CPF n. 250.703.393-20; Cláudio Soares Cordeiro, CPF n. 437.743.003-30; Dulcenilde Nogueira de Nazaré de Souza, CPF n. 270.114.963-00; Edilson Baldez das Neves, CPF n. 020.212.933-00; Edmilson dos Santos, CPF n. 224.846.473-87; Elaine Brandão Cardoso, CPF n. 709.115.333-20; Emilio Azevedo, CPF n. 088.803.363-04; Francilene Souza do Rosário, CPF n. 686.031.853-87; Francisco Moreira de Meneses, CPF n. 076.316.771-15; Francisco das Chagas Vieira de Oliveira, CPF n. 059.589.383-04; Giselle Castro Pinheiro, CPF n. 159.153.523-91; José Ahirton Batista Lopes, CPF n. 040.298.103-06; José Arteiro da Silva, CPF n. 000.601.353-87; José

Ferreira Costa, CPF n. 075.188.973-34; José Ribamar Rodrigues Filho, CPF n. 251.183.903-20; João Rodrigues Sampaio, CPF n. 002.185.533-15; Luis José da Silva Filho, CPF n. 020.885.843-15; Luiz Carlos Mendonça Furtado, CPF n. 206.667.483-49; Marcelino Ramos Araújo, CPF n. 001.887.863-68; Maria José Sousa Reis, CPF n. 074.876.223-04; Marise Piedade Carvalho, CPF n. 095.036.923-34; Maria de Fátima Moraes dos Santos, CPF n. 094.266.043-91 ; Márcio Amado Libério, CPF n. 607.385.377-72; Roberto Ayoub Jorge Ribeiro, CPF n. 270.721.503-15; Sebastião Murad, CPF n. 038.388.461-68; Silvio Conceição Pinheiro, CPF n. 137.571.483-04; Solange de Jesus Gouveia Gomes, CPF n. 251.217.663-00; Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa, CPF n. 409.039.743-04; Álvaro Gonçalves Costa Júnior, CPF n. 138.344.443-91.

Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Regional do Maranhão - SENAC/MA.

Exercício: 2004.

1.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas dos Srs. Alexandre Ferreira Lopes, Antonio de Sousa Freitas, Antonio do Espirito Santo Paixão, Antônio Augusto Costa Aranha, Cláudio Soares Cordeiro, Dulcenilde Nogueira de Nazaré de Souza, Edilson Baldez das Neves, Edmilson dos Santos, Elaine Brandão Cardoso, Emilio Azevedo, Francilene Souza do Rosário, Francisco Moreira de Meneses, Francisco das Chagas Vieira de Oliveira, Giselle Castro Pinheiro, José Arteiro da Silva, José Ferreira Costa, José Ribamar Rodrigues Filho, João Rodrigues Sampaio, Luis José da Silva Filho, Luiz Carlos Mendonça Furtado, Marcelino Ramos Araújo, Maria José Sousa Reis, Marise Piedade Carvalho, Maria de Fátima Moraes dos Santos, Márcio Amado Libério, Roberto Ayoub Jorge Ribeiro, Sebastião Murad, Silvio Conceição Pinheiro, Solange de Jesus Gouveia Gomes, Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa, Álvaro Gonçalves Costa Júnior regulares e dar-lhes quitação plena;

1.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas do Sr. José Ahirton Batista Lopes regulares com ressalva e dar-lhe quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações:

1.3. ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Regional do Maranhão que:

1.3.1. notifique, por escrito, todos os integrantes do Conselho Administrativo, da necessidade de entrega à entidade de cópia completa da Declaração de Bens e Rendas, conforme disposto na Lei n. 8.730/1993 e no art. 5º da IN/TCU n. 5/1994;

1.3.2. paute as atribuições do Conselho Regional na forma estabelecida pelo regulamento do SENAC, cuidando para que a atuação dos conselheiros seja devidamente registrada em ata, com a correspondente identificação e assinatura;

1.3.3. observe, nas próximas contas, a DN/TCU n. 62/2004, no tocante aos convênios celebrados, a fim de que seja evidenciado valor, objeto, correta aplicação dos recursos, atingimento dos objetivos e metas e providências adotadas para a regularização de cada caso;

1.3.4. adote um instrumento contábil de gerenciamento financeiro capaz de permitir o acompanhamento das disponibilidades futuras com detalhamento das receitas e despesas previstas;

1.3.5. implemente ferramenta destinada a controlar os cheques emitidos e cancelados, possibilitando maior segurança aos procedimentos de movimentação bancária;

1.3.6. junte aos processos licitatórios o documento de homologação/adjudicação do resultado do julgamento dos certames;

1.3.7. fiscalize os contratos na sua execução, registrando as ocorrências em relatórios, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas e a boa qualidade dos serviços;

1.3.8. abstenha-se de exigir nas licitações, como documento para habilitação de empresas, certificados da série ISO 9000, por frustar o caráter competitivo da licitação, podendo utilizá-lo como critério de pontuação nas licitações realizadas no tipo técnica e preço, conforme jurisprudência do TCU;

1.3.9. realize pesquisa de preços junto a pelo menos três empresas do ramo do objeto a ser licitado, devidamente formalizada nos autos do processo licitatório ou de dispensa, antes de efetivar qualquer aquisição de produtos ou serviços;

1.3.10. somente adote a inexigibilidade de licitação quando comprovada no processo licitatório a exclusividade da empresa fornecedora e a impossibilidade de competição; e

1.3.11. acompanhe e fiscalize a execução dos convênios celebrados, da formalização à prestação de contas, avaliando o cumprimento dos objetivos pactuados e das metas quantitativas acordadas, quando for o caso.

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

ACÓRDÃO Nº 395/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 1ª Câmara, em Sessão de 6/3/2007, considerando o pedido de parcelamento de débito formulado pelo Sr. Isaias Fortes Meneses, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea b; e 217 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em autorizar o parcelamento do débito (R$ 5.945,00) a ele imputado, por meio da Relação n. 82/2002 - 1ª Câmara, Ata n. 33/2002, em 24 (vinte e quatro) parcelas, atualizadas monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 12/6/1998, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando ao responsável de que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Prefeituras Municipais do Estado do Maranhão

TC-007.785/2001-6
Classe de Assunto: II
Entidade: Município de Chapadinha/MA.
Responsável: Isaias Fortes Meneses, CPF n. 031.033.402-06, ex-Prefeito Municipal.

REPRESENTAÇÃO

ACÓRDÃO Nº 396/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso IV, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em arquivar os presentes autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério dos Transportes, ao Governo do Estado de Pernambuco, ao Porto de Recife S/A e ao Município de Recife/PE, de acordo com o parecer da Secex/PE:

Governo do Estado de Pernambuco

1. TC-002.460/2002-6 (com 10 volumes e 3 anexos).
Classe de Assunto: VI
Entidade: Administração do Porto de Recife/PE.
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE.

ACÓRDÃO Nº 397/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso III e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em conhecer da presente Representação, para considerá-la parcialmente procedente e fazer as seguintes determinações, arquivando-se posteriormente os autos, de acordo com os pareceres da Secex/MG:

Conselho de Profissões

1. TC-012.066/2006-4 (com 1 volume).
Classe de Assunto: VI
Interessado: Conselho Federal de Enfermagem - COFEN.
Entidade: Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais - COREN/MG.

1.1. ao Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais que:

1.1.1. na contratação de empregados para prestação dos serviços de assessoria jurídica referentes às atividades finalísticas da Entidade, promova a realização do devido concurso público, nos termos do art. 37, inciso II, da CF/1988 e da jurisprudência desta Corte de Contas (Acórdão n. 341/2004 - Plenário e Acórdão n. 143/1999 - 2ª Câmara);

1.1.2. na contratação de serviços de assistência jurídica que não integram o plexo das atribuições finalísticas da Entidade, promova a prévia realização de procedimento licitatório, com fundamento no art. 2º da Lei n. 8.666/1993;

1.1.3. na contratação de serviços, ainda que por dispensa ou inexigibilidade de licitação, proceda à formalização do instrumento contratual, nos termos do art. 60, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos.

ACÓRDÃO Nº 398/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso III e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em conhecer da presente Representação, para considerá-la procedente e determinar à Delegacia Regional do Trabalho em Pernambuco que adote providências com vistas à restituição ao erário dos valores devolvidos e/ou não descontados da servidora Cláudia Márcia Ribeiro Brito, por força do Mandado de Segurança n. 2004.83.9530-2, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de cientificar a Secex/PE acerca desta deliberação e de encaminhar cópia da instrução de fls. 36/38 à Delegacia Regional do Trabalho em Pernambuco, de acordo com o parecer da 5ª Secex:

Ministério do Trabalho e Emprego

1. TC-005.106/2007-0 (com 1 volume).
Classe de Assunto: VI
Interessado: Cláudia Márcia Ribeiro Brito, CPF n. 287.540.183-15.
Unidade: Delegacia Regional do Trabalho em Pernambuco - DRT/PE.

APOSENTADORIA

ACÓRDÃO Nº 399/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 1ª Câmara, em Sessão de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, sem prejuízo de determinar ao Ministério da Defesa - Comando do Exército que, nos atos posteriores à Emenda Constitucional n. 20/1998, informe corretamente os códigos de fundamento legal das concessões, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério da Defesa - Comando do Exército

1. TC 028.508/2006-9
Interessados: Carlos Rodrigues Bezerra, Eloi Rodrigues e Marilda de Oliveira Morgado.

ATOS DE ADMISSÃO

ACÓRDÃO Nº 400/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 1ª Câmara, em Sessão de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Justiça Eleitoral
1. TC 007.398/2006-3
Interessados: Alberto Henrique de Mendonça Filho, Alexandre Pessanha Dias e Monique Lima e Cruz.

2. TC 014.761/2005-7
Interessada: Arlete Rejane de Oliveira Kempf.

ACÓRDÃO Nº 401/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 1ª Câmara, em Sessão de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, sem prejuízo de determinar a este Tribunal que disponibilize no sistema Sisac os dados de desligamento do cargo de Técnico de Controle Externo exercido por Humberto Pawel Bandeira Maia, tendo em vista a investidura em outro cargo do quadro de pessoal deste Órgão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Tribunal de Contas da União

1. TC 028.431/2006-1
Interessados: Aderaldo Tiburtino Leite, Alessandro Aurélio Caldeira, Alexandre Carlos Leite de Figueiredo, Giuliano Bressan Geraldo, Glenda Grando de Meira, Graziella Fávero Rocco Rodrigues, Hiroyuki Miki, Humberto Pawel Bandeira Maia e Lorena Brasil Cirilo Passos.

PENSÃO CIVIL

ACÓRDÃO Nº 402/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 1ª Câmara, em Sessão de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério da Defesa - Comando do Exército

1. TC 013.538/2006-1
Interessados: Adair Correa de Souza, Adriano Teixeira Vieira, Alice Alves da Costa, Almerinda Moreira Ferreira, Aloddy Telles dos Santos, Alzira Santana da Silva, André Adriano Baptista da Silva, Bruno Alves Rodrigues, Camila Vieira Dagnoni, Daniela Elisa Vieira, Dirce Nunes da Silva, Dulce Borges Mozzilli, Edmilson Medeiros Dias, Edy Fuchs Ments, Elenir Silva Reis, Esther do Nascimento Cunha, Firmínia de Moraes Peixoto, Francisca Guimarães da Silva, George Fernandes Silva, Iraí Ângelo Ferreira, Iraneides Angelo Ferreira, Julieta Ribeiro Magalhães da Silva, Laura Mendonça da Cruz, Leoni Martins, Lilian Maria da Silva, Lucia Texeira Vieira, Luzia Francisca de Oliveira, Madalena Serafim da Rocha, Maria Augusta Freitas Bravo, Maria Celestina Ferreira, Maria das Dores do Nascimento, Maria Francisca Moreira, Maria Jose da Silva Telles, Maria Luisa da Costa Ferraz, Mariana Felipe Martins da Silva, Mariana Maria de Jesus Rodrigues, Michellen de Oliveira Dias, Nadir Costa Rosa, Nancy Circe Rios, Neide Peixoto Braga, Nelzi Vieira Dagnoni, Nidia Licia Vieira, Phelipe Alves Rodrigues, Raimunda Fernandes Silva, Rita da Silva Ferreira, Rodrigo Serafim da Silva, Roseane dos Santos, Roseli dos Santos, Suely Fatima Alves da Costa, Therezinha Casemiro Braga, Valeria Rute Alves da Costa, Yolanda Botta Silveira e Yolanda Victor Figueiredo.

2. TC 013.539/2006-9
Interessados: Ana Paula Vendas Rodrigues, Anesia Pinto de Paula, Annita de Souza Mattos, Ary de Almeida Pinho, Aulicina de Souza Amaral, Carlos Eduardo da Silva, Carlos Renato Evangelista Simão, Carmosina Rodrigues da Silva, Conceição Gomes Leal, Creu-

za Batista dos Santos, Dilcea da Silva Rodrigues, Diva Ferreira Mata, Dorvalina Alves da Silva, Eda Martins Vianna, Elizia Elita da Conceição Rodrigues, Eneiza Gomes, Ercilia Coelho Martins, Esteânia Pinheiro de Lacerda Abreu, Eulina Raimunda da Silva Oliveira, Euridice Monteiro Braga, Florisbela Moreno Lopes, Francinete Inez dos Santos Souza, Irajara Amaral de Oliveira, Ivonete Gomes de Souza, Jacyra dos Santos Azevedo, Jarina de Almeida Mattos, Luana Claudia Gonçalves Pereira da Silva, Luiz Paulo Evangelista Genta Simão, Maria da Glória de Souza, Maria das Graças Gonçalves Pereira Silva, Maria de Lourdes da Gama, Maria Elza Santos, Maria Isabel Martins de Oliveira, Maria José da Silva, Maria Silva e Souza, Nair Germini Brandão, Ondina Costa da Silveira, Pamela da Silva Rodrigues, Priscila da Silva Rodrigues, Raulina Maria Ribeiro Dalessio, Rita das Dores, Sebastião Gino dos Santos, Selma Teruz de Almeida, Sofia de Simas Ribeiro, Tarciana Gomes de Souza, Thiago Pinto da Silva, Vânia Márcia Pinto da Silva, Veronica Dalla Nora de Brum, Zelia Batista dos Santos e Zuleica do Carmo Luiz.

3. TC 025.822/2006-0
Interessados: Adriele Ribeiro dos Santos, Rosilda Ribeiro dos Santos e Willian Oliveira dos Santos.

4. TC 029.483/2006-2
Interessados: Alda de Assumpção Regalo, Anete Evangelista dos Santos, Carlota Baptista Gil, Célia Pinto Correa, Christiane Maria Bonfim, Circe Bastos da Silva, Cremilda Rodrigues Fragas, Déa de Paula Marinelli, Dejanira da Silva Andrade, Edmundo de Castro Gonzales, Eduardo Correa Freire de Castro Gonzales, Eduardo de Souza Vaz, Enoque Barbosa de Albuquerque, Eva de Almeida dos Santos, Floriza Simor Dutra, Gilma Coutinho Costa dos Santos, Giovana Daris Vaz, Gisele Daris Vaz, Gracinda Marques Monteiro, Izabel dos Reis Gervásio, José Nunes Xavier, Margarida Maria dos Santos, Maria Alves Cescon, Maria Aparecida da Silva, Maria de Lourdes Guimarães Barbosa, Maria de Souza Amorim, Maria de Souza Bougemont, Maria Jose da Silva, Maristela de Souza Baptista, Marlene Coutinho Frazão, Melissa da Rocha e Silva, Moises Lima da Silva, Nadir Bahia de Carvalho, Odete Coelho Vieira de Paiva, Ordália Celestina Machado, Paulo Rodrigues Serra, Silfredo Leite de Oliveira, Terezinha Rosária da Conceição Barbosa e Yasmin Correa Freire de Castro Gonzales.

PENSÃO MILITAR

ACÓRDÃO Nº 403/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 1ª Câmara, em Sessão de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério da Defesa - Comando do Exército

1. TC 016.350/2006-9
Interessados: Antonia Maria Costa Conrado, Carmen Catharina Godinho Machado, Catia Maria da Silva Muniz, Edith Bezzi, Maria da Silva Azambuja, Maria Ivoni Godinho Santos, Marinalva Ferreira Lima, Neusa Maria de Oliveira e Sandra Maria da Silva.

2. TC 016.351/2006-6
Interessados: Adalzira Ribeiro Mendonça, Alanir Mendonça Domingos, Amelia Garcia, Carla Terezinha de Souza Ribeiro, Carluz Helena Vieira Antunes, Cassia Oliveira da Silva, Clair Garcia da Silva, Clair Garcia da Silva, Cleida Maria Aschneider, Cleonice Barros da Silva Ferreira, Dulcinete Barros da Silva, Dulcinetti Barros da Silva, Eroni Ribeiro Mendonça, Eugenie Belser, Iara Silva dos Santos Nunes, Ione Terezinha Grossini da Rocinha, Irene Rodrigues da Silva, Juraci da Silva Marques, Juraci Mendonça Mezzomo, Leila Silva dos Santos, Lucia Naiar Anese, Maria Adelaide de Mendonça Fagundes, Maria Carolina Rodrigues Woiciekoski, Maria das Graças Silva, Maria Elsa Almeida Garcia, Maria Elsa Almeida Garcia, Maria Ivanildes Carvalieda, Maria Neida Cambraia Machado, Maria Vanusa da Silva, Marisa da Silva Lima, Matheus Rodrigues Woiciekoski, Monica Helena da Silva, Nara Regina Pereira da Rosa, Nilza Maria da Silva, Nilza Maria da Silva, Sabrina Vargas Duarte, Sandra Regina de Souza Cezar, Vera Lucia Dockhorn de Oliveira, Vera Lucia Pereira da Cunha, Wilma Rodrigues dos Santos Pimentel e Zenaide Ribeiro Mendonça.

3. TC 016.357/2006-0
Interessados: Ana Lidia Figueiredo de Miranda, Edinéia dos Santos Faria, Francisca Vieira Gomes da Silva, Heb Silva de Mello Lima, Hilda Bercot Cardoso, Irinea Ribeiro Motta, Maria da Conceição Mendonça Biancardi, Maria de Lourdes Vieira de Fontes, Maria Martins da Cruz, Marilia de Mello Longuinho, Marli Pombo Rodrigues, Nadia Miriam de Miranda, Nathercia Ribeiro Diniz Torres, Odenir Leal dos Santos, Roxane da Silva Ribeiro, Tânia Beatriz Senra Conte Lopes Pereira, Terezinha Oliveira Boto, Thania Christina Bender Zevallos, Vera Lucia Chagas Alves Bender, Walkiria Correa dos Santos e Zilda André da Silva.

4. TC 016.359/2006-4
Interessados: Amelia Borges dos Santos, Carmen Maria de Deus Ribeiro, Dalva Maia de Deus, Elaine Maria Cielo Guerra, Heloisa Terezinha Silveira da Silva, Ione Maria Maia de Deus, Jocemara Padilha de Lima, Joeci Lima dos Santos, Jucelaine de Lima Salvatori, Juraci de Lima Sobrera, Jurema de Lima Teixeira, Jussair Lima de Oliveira, Jussara de Lima Sobrera, Lia Schilling da Silva, Luciano Bandeira Miranda, Maria Leia Teixeira Miranda, Maria Lucia dos Santos Noal, Maria Madalena Miranda Scheffler, Marlene Maria de Deus Senna, Ozeni Francisco Bandeira Miranda, Rosemeri Maia de Deus e Vitoria Regina dos Santos Xavier.

5. TC 016.360/2006-5
Interessados: Adélia Cunha Prates, Adelice Cunha Prates, Alessandra Teresinha Wolter, Anelise Aparecida da Silva Prates, Anete Fátima da Silva Prates, Arlene Maria da Silva Prates, Arlete Teresinha da Silva Prates, Dolores Mentz, Dorila Meus Pereira, Elisabete Xavier Berriel, Elma Garcia Bernardo, Erly Correa Eschiletti, Erly Correa Eschiletti, Ethelia de Avila Azevedo, Gilce Manske de Vasconcelos, Hilda do Canto Antunes, Maria Angela Correa Eschiletti, Melina Quintana Wolter, Neiva Morales Pontes da Silva, Neli Jandira Lupp, Shirley Gonçalves Soares, Silla Luiza Michielon Vieira Sá e Tania Maria Camargo Gonçalves.

6. TC 020.526/2005-2
Interessada: Zelia Lopes.

7. TC 026.131/2006-6
Interessados: Adriana Pitanga de Oliveira, Agripina Melo Nascimento de Castro, Araci de Oliveira Carvalho, Arlene dos Santos, Cecilia Melo Nascimento, Celia Brasil Soares, Conceição Melo Nascimento, Conceição Soares Dantas, Crecivalda Conceição Pitanga, Edna da Paixão, Esmeralda Lopes Faria, Heidir Martins Viana Waldez, Joseana Viana Machado, Julia de Miranda Bello, Livia Prado Penin, Luciana Malaquias Pitanga, Maria da Conceição dos Santos Alves, Maria da Conceição Ferreira Lopes Machado, Maria de Lourdes Peirão de Oliveira, Maria de Nazareth Carvalho Albuquerque, Maria Jose Pires dos Santos, Maria Jose Rodrigues dos Santos, Marta Cristina da Silva Brasil, Matilde Soares Pitanga, Monica Regina da Silva Brasil, Nair Pinto Oliveira, Neide Isabel Chagas dos Santos, Senilia Bazilio de Oliveira, Sonia Braga Barreiros, Sueli da Silva Brasil e Zeulita Melo Nascimento.

8. TC 026.143/2006-7
Interessados: Almeri Denise Pereira Almeida, Amelia Rosat Brenner Pinto, Carmen Lucia Alves Pinheiro Souto, Dilma Maria dos Santos Mendes, Dorilda Meus Pereira, Elcy Rejane Pereira da Costa, Elvira Nunes Cattelan, Emilia Goettsch da Silva, Emma Pereira da Silva Miranda, Eneida da Silva Bicca, Gracie Pereira, Hilda Bergonci Zagna, Irma Monte dos Santos, Lizete Godoi Spolavori, Maria da Graça Monte dos Santos, Maria Gomes Matos, Marisa Monte dos Santos, Marlene da Silva Lopes, Mercedes Idany Pissetti, Neuza Maria Oleskovicz, Oswaldina Benites Rodrigues, Priscila Ferreira Pereira, Rachel Benittes Morosini, Regina Gomes Consalter, Solange Pinheiro Rodrigues, Sonia Maria Erlo, Sonia Pinheiro, Suzana Pinheiro Pakulski, Suzina Meus Pereira, Theresinha Gomes So, Vitalina Amador da Silva, Vitoria Maria Benittes Gomes e Zulma Maria da Silva Flores.

REFORMA

ACÓRDÃO Nº 404/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 1ª Câmara, em Sessão de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério da Defesa - Comando do Exército

1. TC 009.706/2006-2
Interessados: Abrãao Antonio Venturini, Adailton Barbosa da Silva, Airton Silvestre Junior, Alberto Rodrigues da Silva, Alcides Basso, Alcindo Fernandes da Cruz, Antomar Solano Becker, Dinarte Correia Batista, Edmilson Ferreira da Silva, Francisco Barbosa da Silva, Francisco Gomes de Souza, João Severino de Lima, José Roberto de Andrade Silva, Luiz Carlos Filgueira, Marcelino Brandão Filho, Marcelo Castro de Farias, Marcio Moreira da Silva e Rogério de Almeida Soares.

DESTAQUE

Na oportunidade do julgamento do processo n° 012.785/2005-0 (Acórdão n° 360/2007), Relação n° 10/2007, manifestou-se, oralmente - nos termos do Acórdão aprovado - o Representante do Ministério Público, Dr. Paulo Soares Bugarin, em atenção à solicitação de destaque, formulada pelo Relator, Auditor convocado Augusto Sherman Cavalcanti (artigo 62, inciso III, c/c o artigo 108 e 143, § 1º do Regimento Interno).

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Passou-se, em seguida, ao julgamento ou à apreciação dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na pauta, de forma unitária e organizada sob n° 6, em 26 de fevereiro de 2007, havendo a Primeira Câmara aprovados os Acórdãos de n°s 405 a 423 e 425 a 426 , que se inserem no Anexo II desta Ata, acompanhados dos correspondentes Relatórios e Votos, bem como de Pareceres em que se fundamentaram (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1° a 7° e 10; e Resoluções TCU n°s 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

a) Procs. n°s 675.136/1997-0 (c/os apensos 675.025/1998-2, 005.462/2001-6, 005.479/2001-3, 007.668/2001-0, 007.667/2001-2, 007.890/2001-1 e 009.708/2003-2), 015.394/2003-4, 000.516/2001-6, 250.497/1996-4, 016.555/2005-8, 015.460/2005-8, 019.528/2006-2, 020.661/2006-5, 020.738/2006-2, 850.065/1997-6 e 854.594/1997-3, relatados pelo Ministro Valmir Campelo;

b) Proc. n° 020.490/2004-0, relatado pelo Auditor convocado Augusto Sherman Cavalcanti; e

c) Procs. n°s 004.734/2002-1, 005.056/2003-3, 005.129/2004-0, 006.390/2005-2, 003.271/2006-6, 003.321/2006-0, 014.064/1995-2, 026.613/2006-5 e 016.613/2006-1, relatados pelo Auditor convocado Marcos Bemquerer Costa.

MANIFESTAÇÃO ORAL

Na oportunidade do julgamento do processo n° 014.064/1995-2 (Acórdão nº 423/2007), manifestou-se, oralmente - nos termos do Acórdão aprovado - o Representante do Ministério Público, Dr. Paulo Soares Bugarin, em atenção à solicitação oral e também contida no Voto formulada pelo Relator, Auditor convocado Marcos Bemquerer Costa (artigo 62, inciso III, c/c o artigo 108 do Regimento Interno).

SUSTENTAÇÃO ORAL (não comparecimento)

Quando do julgamento do Processo nº 006.390/2005-2 (Acórdão n° 417/2007), de relatoria do Auditor convocado Marcos Bemquerer Costa, o Dr. Floriano Vaz da Silva, não compareceu para apresentar a sustentação oral que havia requerido.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS (PROCESSOS DE PAUTA):

ACÓRDÃO Nº 405/2007- TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo: n.º TC - 675.136/1997-0 (com 4 volumes e 3 anexos)
2. Grupo II, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração.
3. Interessado/Recorrente: Estado de Sergipe (CNPJ. n. 13.128.798/0001-01)
4. Órgão: Ministério da Ação Social, extinto
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Advogados constituídos nos autos: Dr. João Geraldo Piquet Carneiro (OAB/DF n. 800-A); Dr. Arthur Lima Guedes (OAB/DF n. 18.073); Dr. Ernandes de Andrade Santos (OAB/BA n. 3.892); Dr. Geraldo D'El Rei Reis (OAB/BA n. 9.990); Dr. Marcelo Possídio (OAB/BA n. 11.411); Dr.Mauro Kruschewsky Ribeiro (OAB/BA n. 11.599); Dr. Matheus Costa Pereira (OAB/DF n. 17.123); Dr. Ricardo Teixeira de Freitas; Dr. Luiz Custódio de Lima Barbosa (OAB/DF n. 791); Dra. Mabel Lima Tourinho (OAB/DF n. 16.486); Dr. José Carlos Fonseca (OAB/DF n. 1.495-A)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos pelo Estado de Sergipe, representado pela Procuradoria Geral do Estado, na pessoa do ilustre Procurador Eduardo José Cabral de Melo Filho, contra o Acórdão n. 3.549/2006-TCU-1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:
9.1. com fundamento no art. 34 da Lei n. 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno, conhecer dos presentes Embargos de Declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento e em conseqüência manter inalterado o Acórdão n. 3.549/2006-TCU-1ª Câmara;
9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao embargante;
9.3. encaminhar os autos à Secretaria das Sessões para sorteio de Relator dos recursos de reconsideração constantes dos Anexos 1 e 2.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0405-06/07-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (Relator).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 406/2007- TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo n.º TC - 015.394/2003-4 (com 1 anexo)
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame
3. Recorrente: Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF/5ª Região
4. Unidade Jurisdicionada: Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF/5ª Região
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes
6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - SERUR
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto contra o Acórdão nº 392/2006-TCU- Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente Pedido de Reexame, com fundamento no art. 48, c/c os arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão nº 392/2006-TCU-1ª Câmara;

9.2. orientar novamente a unidade jurisdicionada, no sentido de que as concessões em referência poderão prosperar, em face do que dispõe o art. 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, mediante supressão das irregularidades verificadas e emissão de novos atos, submetendo-os à apreciação deste Tribunal, na sistemática disciplinada pela Instrução Normativa-TCU nº 44/2002;

9.3. alertar a unidade jurisdicionada de que a dispensa de ressarcimento a que alude o item 9.2 do Acórdão nº 392/2006-TCU-1ª Câmara limita-se à ciência daquela deliberação pelos interessados, devendo, portanto, o órgão de origem adotar providências para a reposição dos valores recebidos indevidamente a partir daquele momento, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990;

9.4. determinar à SEFIP que acompanhe o cumprimento da medida constante do item anterior, representando ao Tribunal, caso necessário;

9.5. dar ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0406-06/07-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (Relator).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 407/2007- TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo: n.º TC - 000.516/2001-6 (com 2 volumes, apenso: 029.135/2006-9)

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração

3. Responsável: : Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Aparecida (CNPJ. 33.220.591/0001-61)

3.1. Recorrente: Cilmário Leite da Silva (CPF n. 291.683.921-68) - ex-Diretor do Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Aparecida

4. Entidade: Hospital e Maternidade Nossa Senhora Aparecida - em Palestina de Goiás/GO

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Guilherme Palmeira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Serur

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Cilmário Leite da Silva, ex-Diretor do Hospital e Maternidade Nossa Senhora Aparecida - em Palestina de Goiás/GO, , contra o Acórdão n. 756/2002-TCU-1ª Câmara (fls. 175/176, v. p.).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 32, I, e 33 da Lei n.º 8.443/92 c/c o art. 285 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do presente recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão recorrido;

9.2. autorizar, com base no art. 217, caput e parágrafo primeiro, do Regimento Interno/TCU, o pagamento do débito em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, corrigidas monetariamente, com os devidos acréscimos legais;

9.3. alertar o Sr. Cilmário Leite da Silva que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do §2º, art. 217, do Regimento Interno/TCU;

9.4. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao recorrente e ao Ministério Público Federal - Procuradoria da República em Goiás, na pessoa de seu ilustre representante, Procurador Marco Túlio de Oliveira e Silva, tendo em vista o Procedimento Administrativo nº 1.18.000.000806/2003-69.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0407-06/07-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (Relator).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 408/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo: n.º TC - 250.497/1996-4 (acompanhado de 2 volumes e 1 anexo)

2. Grupo I, Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração

3. Entidade: Prefeitura Municipal de Medeiros Neto /BA

4. Recorrente: Luis Fernando Tostes, ex-Prefeito - CPF 758.270.187-91

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Guilherme Palmeira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur

8. Advogado constituído nos autos: Élcio Morais de Oliveira - OAB/BA 18120 e Marcos Campos de Mendonça - OAB/BA 11149

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Luis Fernando Tostes, ex-Prefeito Municipal de Medeiros Neto/AM, objetivando rever o Acórdão nº 2327/2006 - TCU - 1ª Câmara, que julgou suas contas irregulares, com imputação de débito solidário e aplicação de multa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, I, e 33 da Lei Orgânica do TCU, conhecer do presente recurso de reconsideração interposto por Luis Fernando Tostes - CPF 758.270.187-91, ex-Prefeito Municipal de Medeiros Neto/BA, contra o Acórdão nº 2.327/2006 - TCU - 1ª Câmara, de 22/8/2006, Ata nº 30/2006, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se o inteiro teor da deliberação recorrida; e

9.2. dar ciência desta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a sustentam, ao recorrente.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0408-06/07-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (Relator).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 409/2007- TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo: n.º TC - 016.555/2005-8

2. Grupo (II) - Classe de Assunto (II) - Prestação de Contas Simplificada da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - EAFSC/SE/MEC

3. Responsáveis: Alberto Aciole Bomfim (Diretor-Geral) - CPF: 102.441.405-10; José Aelmo Gomes dos Santos (Diretor de Administração e Planejamento e Diretor-Geral Substituto) - CPF: 103.357.655-72; Manoel Alves Lima (Coordenador-Geral de Administração e Finanças e Diretor de Administração e Planejamento Substituto) - CPF: 269.037.505-25; Edilson Santos de Santana (Coordenador-Geral de Administração e Finanças Substituto) - CPF: 575.724.025-34; Murilo Barbosa Santos (Responsável pela Contabilidade Substituto) - CPF: 311.448.375-53; Elidulce Almeida dos Santos (Coordenador de Almoxarifado) - CPF: 040.872.592-34; Luiz Alberto Alves Santos (Almoxarife) - CPF: 417.228.685-20; Anelise Alves Monteiro (Coordenador de Patrimônio) - CPF: 256.190.125-49; Adailton Álvares Carvalho (Coordenador de Patrimônio) - CPF: 343.621.345-49; Gilmar Messias Santos (Coordenador-Geral de Produção e Pesquisa - CPF: 388.798.755-15; Edilson Ribeiro (Diretor do Departamento do Desenvolvimento Educacional - CPF: 087.970.725-91

4. Entidade: Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão Ministério da Educação/SE - MEC

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Dr. Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: SECEX/SE

8. Advogados constituídos nos autos: não consta

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas Simplificada, referente ao exercício de 2004, da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão/SE, de responsabilidade dos dirigentes relacionados no item 3 acima.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade do Sr. Alberto Aciole Bomfim, Diretor-Geral EAFSC/SE, bem como dos demais responsáveis relacionados no item 3 deste Acórdão, dando-se-lhes quitação;

9.2. determinar à Direção-Geral da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão/SE que:

9.2.1. acompanhe e providencie o atendimento tempestivo, por parte de todos os setores da escola, das recomendações e solicitações efetuadas pela auditoria interna (AUDINT), conforme previsão em seu regimento interno, proporcionando a esta o livre acesso aos documentos essenciais ao desempenho das suas atribuições e à consecução de seus objetivos no fortalecimento institucional da EAFSC;

9.2.2. proceda em conformidade com os normativos legais quanto à realização de despesas por meio de suprimento de fundos, orientando os supridos e fiscalizando a aplicação de recursos oriundos dessa modalidade com vistas a evitar a aplicação irregular dos recursos em finalidades diversas dos correspondentes atos concessórios, bem como observe os valores dos limites para a concessão, abstendo-se de aplicar suprimento de fundos para cobrir despesas que possam se subordinar aos trâmites normais;

9.2.3. dê fiel cumprimento ao que dispõe o art. 29, inciso III, da Lei 8.666/93, e art. 62 do Decreto-Lei 147/67, exigindo dos participantes de licitações as certidões de quitação dos tributos federais, a certidão da dívida ativa da União, bem como exija dos participantes desses processos o correto cadastramento no SICAF;

9.2.4. proceda de forma célere quanto aos desfazimentos dos bens inservíveis da entidade, bem como providencie o conserto daqueles bens em que seja possível e viável economicamente, a fim de que a demora não cause prejuízos à escola;

9.2.5. atente para o fato de que, atingido o limite legalmente fixado para a dispensa de licitação, as demais contratações para serviços de mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando o fracionamento de despesa;

9.2.6. observe atentamente a Jurisprudência do TCU e não realize despesas sem amparo legal, notadamente aquelas que se referem ao pagamento de anuidades do Conselho das Escolas Agrotécnicas

Federais;

9.2.7. atualize os termos de responsabilidade, conforme determinado pela Lei n° 4.320/64, arts. 94 a 96, Decreto-Lei n° 200/67 e itens nºs. 7.11 e 7.12 da IN/Sedap n° 205/88, dando cumprimento ao item 1.9 do Acórdão n° 1.971/2004 - TCU - 2ª Câmara;

9.2.8. proceda com prudência e zelo quando da realização de inventário, especialmente quando se tratar de renumeração patrimonial, de modo a garantir confiabilidade das informações e o efetivo controle dos bens patrimoniais da escola;

9.2.9. adote controle individualizado do abastecimento da frota de veículos, de forma a garantir a confiabilidade das informações acerca da utilização dos meios de transporte;

9.2.10. tome medidas legais cabíveis para que todos os setores da entidade adotem providências para sanar as irregularidades e impropriedades apontadas, de acordo com o que preconiza o art. 9º do RI da Auditoria Interna da Escola - AUDINT;

9.2.11. abstenha-se de concentrar nas mãos de um mesmo servidor atividades incompatíveis entre si, pois a segregação de funções é uma das ferramentas da gestão que objetiva otimizar e garantir maior eficiência às funções administrativas;

9.2.12. providencie a imediata substituição das fichas funcionais que se encontram em estado precário e desatualizado, bem como a observância à atualização dos dados funcionais no SIAPECAD;

9.2.13. providencie imediatamente as medidas cabíveis para que os servidores recolham ao Erário, as diárias recebidas indevidamente, conforme apurado pela auditoria da CGU/SE, bem como providencie o aperfeiçoamento dos mecanismos de conformidade documental das prestações de contas das diárias recebidas pelos seus servidores;

9.2.14. passe a acompanhar efetivamente o controle de freqüência dos servidores, bem como providencie o desconto do dia 06/09/2004 da servidora da CGAE, caso não haja comprovação da presença da mesma, conforme apurado pela equipe de auditoria da CGU/SE;

9.2.15. observe rigorosamente as disposições da Lei 8.666/93 (art. 43), de forma que cada etapa do procedimento licitatório seja precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores;

9.2.16. observe, na formalização dos editais e minutas de contratos, os procedimentos licitatórios instaurados pela entidade, de forma a evitar erros, bem como frustrar possíveis participantes interessados;

9.2.17. observe atentamente o inciso I do art. 25 da Lei 8.666/93, a fim de que não haja utilizações indevidas da modalidade de dispensa de licitação, utilizando adequadamente a inexigibilidade de licitação quando for o caso;

9.2.18. observe atentamente o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93, acompanhando e fiscalizando a execução dos contratos vigentes na unidade e abstendo-se de prorrogar seus contratos ou convênios sem a tempestiva publicação na imprensa oficial;

9.2.19. providencie junto à Coetagri a devolução de R$ 9.053,48 (nove mil e cinqüenta e três reais e quarenta e oito centavos) referentes à execução irregular do contrato 001/2003, pois o percentual de 10% previsto na alínea 'b' do inciso II da Cláusula Segunda do contrato não foi cumprida, conforme apurado pela equipe da CGU;

9.3. determinar à CGU que informe à Secex/SE, nas próximas contas da EAFSC/SE, o atendimento às determinações consubstanciadas neste Acórdão.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0409-06/07-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (Relator).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 410/2007- TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo: n.º TC - 015.460/2005-8

2. Grupo II, Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Roberto Pedroso, CPF: 640.265.238-53

4. Entidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/MEC

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: SECEX-SP

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada contra o responsável indicado no item 3 acima, tendo em vista descumprimento de obrigações contraídas com a CAPES, quando da assinatura de Termo de Compromisso que resultou em concessão de recursos para bolsa de estudos no exterior, na modalidade de "Doutorado", junto à The University of Leicester, Inglaterra, com duração prevista de aproximadamente 4 (quatro) anos, com vigência a partir de outubro de 1990.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 1º, I; 16, III, alínea 'b'; e 19, caput, da Lei nº 8.443/92, julgar irregulares as presentes contas e em débito o responsável, Sr. Roberto Pedroso, CPF nº 640.265.238-53, condenando-o ao pagamento da importância original de R$ 417.834,75 (quatrocentos e dezessete mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a contar de 25/5/2004, data da conversão para moeda nacional, observadas as disposições do art. 39, § 3º, da Lei nº 4.320/64 (redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.735, de 20/12/79), até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantias aos cofres da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, nos termos do art. 23, inciso III, alínea 'a', da Lei Orgânica do TCU, c/c o art. 209, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal; e

9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0410-06/07-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (Relator).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 411/2007- TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo: n.º TC - 019.528/2006-2

2. Grupo I, Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Entidade: Prefeitura Municipal de Teresina - Piauí

4. Responsável: Modesto Paulino de Oliveira Neto - CPF 132.133.423-00, ex-Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento de Teresina

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secex/PI

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo DELIQ/MP, em decorrência de irregularidades verificadas na aplicação dos recursos do Convênio nº 1188/GM/89 (SIAFI 047284), celebrado com a Prefeitura Municipal de Teresina/PI, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SEMAB, do Projeto Padre Cícero, com a finalidade de implantar infra-estrutura hídrica permanente na zona rural do Município, a partir da construção de 10 poços Amazonas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em :

9.1. com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "b", e 19, caput, da Lei nº 8.443/1992, julgar as presentes contas irregulares e em débito o responsável Modesto Paulino de Oliveira Neto, CPF nº 132.133.423-00, ex-Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento de Teresina/PI, condenando-o ao pagamento das quantias originais de NCz$ 18.929,00 (dezoito mil, novecentos e vinte e nove cruzados novos) e Cr$ 306.189,85 (trezentos e seis mil, cento e oitenta e nove cruzeiros e oitenta e cinco centavos), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, nos termos da legislação vigente, calculados a contar de 14/12/1989 e 4/7/1990, respectivamente, até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, III, a, da citada Lei, combinado com o art. 214, III, a, do Regimento Interno/TCU;

9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação; e

9.3. dar ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a amparam, ao responsável.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0411-06/07-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (Relator).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 412/2007- TCU - 1ª CÂMARA

1.Processo: n.º TC - 020.661/2006-5

2. Grupo I, Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Entidade: Prefeitura Municipal de Vale do Anari - Estado de Rondônia

4. Responsável: Zilda Braido Verly - CPF 350.464.492-34, ex-Prefeita

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira

7. Unidade Técnica: SECEX/RO

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em decorrência da não apresentação de documento essencial à prestação de contas dos recursos relativos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, por meio do qual o Fundo destinou recursos ao Município de Vale do Anari/RO, ao longo do exercício 2000.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, rejeitar as alegações de defesa apresentadas e julgar as presentes contas irregulares e em débito a responsável Zilda Braido Verly - CPF 350.464.492-34, ex-Prefeita do Município de Vale do Anari, no Estado de Rondônia, condenando-a ao pagamento das quantias originais abaixo, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, nos termos da legislação vigente, calculadas a contar das datas especificadas, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres da Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, nos termos do art. 23, III, a, da citada Lei, combinado com o art. 214, III, a, do Regimento Interno/TCU:

Data	OB	Valor R$
24.02.2000	2000OB400024	2.707,80
22.03.2000	2000OB400128	2.707,80
05.04.2000	2000OB400190	2.707,80
16.05.2000	2000OB400371	2.707,80
14.06.2000	2000OB400560	2.707,80
05.07.2000	2000OB400646	2.707,80
01.08.2000	2000OB400751	2.707,80
22.09.2000	2000OB400950	135,39
22.09.2000	2000OB401004	2.572,41
24.10.2000	2000OB401103	2.707,80
17.11.2000	2000OB401338	2.707,80

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei nº 8.443/92, aplicar à responsável acima multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, a, do Regimento Interno/TCU, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a contar do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9.4. remeter cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, com base no artigo 209, § 6º, do RITCU, para as providências que entender cabíveis; e

9.5. dar ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a amparam, à responsável.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0412-06/07-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (Relator).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 413/2007- TCU - 1ª CÂMARA

1.Processo: n.º TC - 020.738/2006-2

2. Grupo I, Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Entidade: Prefeitura Municipal de Brejo do Piauí - Estado do Piauí

4. Responsável: José Anchieta de Moura Chaves, ex-Prefeito - CPF 030.103.093-68

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secex/PI

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados por intermédio do Contrato de Repasse nº 93.679-92/99/MPFDA/CEF, celebrado com o Município de Brejo do Piauí, no âmbito do Programa PRONAF, objetivando ações de implantação de infra-estrutura e serviços de apoio à agricultura familiar no município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em :

9.1. com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "a", e art. 19, caput, da Lei nº 8.443/1992, julgar as presentes contas irregulares e em débito o responsável José Anchieta de Moura Chaves - CPF 030.103.093-68, ex-Prefeito Municipal, condenando-o ao pagamento da quantia original de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, nos termos da legislação vigente, calculados a contar de 30/12/1999, até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, III, a, da citada Lei, combinado com o art. 214, III, a, do Regimento Interno/TCU;

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei nº 8.443/92, aplicar ao responsável acima multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, a, do Regimento Interno/TCU, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a contar do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9.4. remeter cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, com base no artigo 209, § 6º, do RITCU, para as providências que entender cabíveis; e

9.5. dar ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a amparam, ao responsável.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0413-06/07-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (Relator).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 414/2007- TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo n. TC-004.734/2002-1 (c/ 01 volume)

2. Grupo I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: José Creomar de Mesquita Costa, CPF n. 054.568.273-87, ex-Prefeito.

4. Entidade: Município de São Benedito do Rio Preto/MA.

5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secex/MA.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial, de responsabilidade do Sr. José Creomar de Mesquita Costa, em decorrência da não-aprovação da prestação de contas referente ao Convênio n. 034/1993-SIR, que visou dar apoio à implantação de uma área de 20 hectares com irrigação pelo método de aspersão convencional, objetivando viabilizar as práticas hidroagrícolas entre pequenos produtores da municipalidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar as presentes contas irregulares, condenando o Sr. José Creomar de Mesquita Costa ao pagamento da quantia de CR$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 14/12/1993 até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, nos termos da legislação em vigor;

9.2. aplicar ao mencionado responsável a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data da efetiva quitação, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.4. remeter, consoante o art. 16, § 3º, da Lei n. 8.443/1992, cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0414-06/07-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 415/2007- TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo n. TC-005.056/2003-3
2. Grupo I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Deumar Alves dos Santos, CPF 128.098.373-68, ex-Prefeito; Maria Edite Macedo Silva, CPF 382.440.981-04, ex-chefe do Posto de Saúde Vila Tocantins, e Município de Esperantina/TO, CNPJ n. 25.064.080/0001-70.
4. Entidade: Município de Esperantina/TO.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Dr. Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secex/TO.
8. Advogados constituídos nos autos: Drs. Valdinez Ferreira de Miranda, OAB/TO n. 500; Márcia Regina Pareja Coutinho Moreira, OAB/TO n. 614; Damon Coelho Lima, OAB/TO n. 651-A.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor do Sr. Deumar Alves dos Santos, ex-Prefeito, e da Sra. Maria Edite Macedo Silva, chefe do Posto de Saúde Vila Tocantins, no Município de Esperantina/TO, instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS, em decorrência de irregularidades na gestão dos recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, nos meses de maio a julho/1994.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar as presentes contas irregulares e condenar solidariamente o Sr. Deumar Alves dos Santos, a Sra. Maria Edite Macedo Silva e o Município de Esperantina/TO, ao pagamento das quantias a seguir indicadas, devidamente atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas abaixo relacionadas e na forma prevista na legislação em vigor, até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento das referidas quantias ao Fundo Nacional de Saúde:

Valor Original do Débito (em R$)	Data de Ocorrência
6.450,79	06/07/1994
3.140,20	12/08/1994
2.865,28	20/09/1994

9.2. aplicar individualmente ao Sr. Deumar Alves dos Santos e à Sra. Maria Edite Macedo Silva, com base no art. 57, caput, da Lei n. 8.443/1992, multa no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;
9.4. remeter cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei n. 8.443/1992.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0415-06/07-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 416/2007- TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo n. TC-005.129/2004-0 (c/ 2 Anexos e 2 volumes).
2. Grupo II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Daniel Martins Nobre, CPF n. 241.333.532-34, ex-Prefeito; e Construção e Venda de Imóveis Veneto Ltda., CNPJ n. 01.236.784/0001-14.
4. Entidade: Município de Laranjal do Jari/AP.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secex/AP.
8. Advogados constituídos nos autos: Não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Integração Nacional - SPOA/MI, em desfavor do Sr. Daniel Martins Nobre, ex-Prefeito municipal de Laranjal do Jari/AP, em razão de irregularidades verificadas na aplicação dos recursos transferidos àquela localidade por força da Portaria n. 74/2000, de 4/7/2000, que concedeu contribuição financeira com vistas a custear gastos com a remoção de famílias de áreas de risco para lotes semi-urbanizados, em função do reconhecimento do estado de calamidade pública.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, e 19, caput, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as presentes contas e condenar o Sr. Daniel Martins Nobre, CPF 241.333.532-34, solidariamente com a empresa Construção e Venda de Imóveis Veneto Ltda., CNPJ 01.236.784/0001-14, ao pagamento da quantia de R$ 261.768,09 (duzentos e sessenta e um mil, setecentos e sessenta e oito reais e nove centavos), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 10/8/2000 até a data do pagamento, nos termos da legislação em vigor;
9.2. aplicar aos responsáveis, individualmente, a multa prevista no artigo 57 da Lei n. 8.443/92, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendidas as notificações, nos termos do inciso do artigo 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;
9.4. determinar ao Ministério da Integração Nacional que, ao realizar convênios, mesmo em situações emergenciais, observe rigorosamente o previsto nos incisos II e III do art. 2º da IN/STN n. 1/1997, que objetivam a definição completa do objeto a ser executado e das metas a serem atingidas, qualitativa e quantitativamente;
9.5. enviar cópia desta deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam à Procuradoria-Geral da União e à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Integração Nacional - SPOA/MI; e
9.6. autorizar a remessa de cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei n. 8.443/1992.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0416-06/07-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 417/2007- TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo nº TC - 006.390/2005-2 (c/ 3 anexos)
2. Grupo II; Classe de Assunto: III - Relatório de Auditoria.
3. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/2ª Região.
4. Responsáveis: Dora Vaz Treviño, CPF n. 027.521.828-72, Presidente; Maria Aparecida Pelegrina, CPF n. 261.015.348-12, e Floriano Vaz da Silva, CPF n.010.052.330-71, ex-Presidentes.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Dr. Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Sefip.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório da Auditoria de Conformidade realizada pela Sefip no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/2ª Região, no período de 09/05 a 1º/06/2005, em atenção ao Acórdão n. 896/2004 - TCU - 2ª Câmara, com o objetivo de verificar a regularidade da folha de pagamento do órgão, em especial com referência aos itens relacionados a mandado de segurança, abono provisório e teto constitucional.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. determinar, com base nas disposições contidas no inciso I do art. 43 da Lei n. 8.443/1992 c/c inciso II do art. 250 do RI/TCU, ao TRT/2ª Região que:
9.1.1. providencie o ressarcimento dos valores indevidamente pagos aos servidores integrantes da categoria funcional de Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado - Especialidade Médico, a saber: Srs. Frederico Roberto Pollack (CPF n. 664.184.298-34), Célia Torrens Wunsch (CPF n. 814.490.468-00), Celso Rodrigues Fava (CPF n. 935.773.468-68), Sueli Martins (CPF n. 063.269.238-32), Edel Marina Pereira Moreira Silva (CPF n. 497.355.606-82) e Vera Izilda da Silva Blanco (CPF n. 953.314.338-04, servidora requisitada do TRT/15ª Região), relativamente a 4 horas diárias remuneradas e não trabalhadas, devidas pelo exercício de função comissionada, a partir da data em que foram designados para as respectivas funções;
9.1.2. exija dos servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado/Especialidade Médico - que exerçam função de confiança o cumprimento da jornada integral de trabalho de 40 horas/semanais, condizente com a 'integral dedicação ao serviço', de que trata o § 1º do art. 19 da Lei n. 8.112/1990;
9.1.3. realize a atualização dos laudos periciais relativamente aos locais, condições e/ou atividades de insalubridade e de periculosidade do Órgão, de modo a regularizar e respaldar os pagamentos ora efetuados, procedendo ao permanente controle dessas atividades, consoante estabelecido no art. 69 da Lei n. 8.112/1990;
9.1.4. informe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste Acórdão, as medidas adotadas em cumprimento às determinações constantes dos subitens 9.1.1 a 9.1.3, retro;
9.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que faça constar do ofício de notificação das determinações a que aludem os subitens 9.1 a 9.1.3 deste Acórdão alerta ao TRT/2ª Região de que o descumprimento à decisão deste Tribunal sujeita, nos termos do art. 58, § 1º, da Lei n. 8.443/1992, o responsável infrator à multa, salvo motivo justificado;
9.3. determinar à Secex/SP que:
9.3.1. promova, no âmbito do processo de contas a que se refere o TC 014.886/2006-0, com base no art. 12, inciso III, da Lei n. 8.443/1992 c/c o art. 202, inciso III, do RI/TCU, a audiência da Sra. Dora Vaz Treviño, para que apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, razões de justificativa sobre a continuidade do pagamento da vantagem Opção 55%, GADF 55% e Rep. Mensal, na vigência da Lei n. 9.421/1996, sem que as sentenças proferidas nos Mandados de Segurança ns. 96.0015672-7, 96.20.353-9, 96.0010865-0, 96.0008377-0 e 96.0024190-2, tenham ordenado expressamente que tal pagamento ocorresse por tempo indeterminado e sem que se tenha observado que os servidores aposentados já haviam escolhido perceber as vantagens da mencionada Lei n. 9.421/1996;
9.3.2. encaminhe, em anexo ao ofício de audiência a que se refere o subitem anterior, cópia das fls. 152 e 153, vol. principal, por constar nos seus subitens 1.5 a 1.5.3 exame detalhado da matéria objeto da audiência;
9.3.3. acompanhe o cumprimento das determinações contidas nos subitens 9.1.1 a 9.1.4 deste Acórdão, representando a este tribunal, se for o caso;
9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam ao TRT/2ª Região.
9.5. apensar estes autos ao TC 014.886/2006-0, que trata das contas anuais ordinárias do TRT/2ª Região, relativas ao exercício de 2005.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0417-06/07-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 418/2007- TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo: n.º TC - 850.065/1997-6
2. Grupo: II - Classe: V - Aposentadoria (revisão de ofício)
3. Interessados: Maria José Inez, Marta Regina de Souza Araújo, João Nepomuceno Silva, Cormari Chaves Carvalho, Norma Gonçalves Canelas e Rosalina Maria das Graças Amorim
4. Unidade Jurisdicionada: Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social no Estado de Minas Gerais
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: SEFIP
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria (revisão de ofício).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. rever de ofício o Acórdão nº 1.652/2003-TCU-2ª Câmara, para fins de considerar legais as concessões de aposentadoria em favor de Maria José Inez, Marta Regina de Souza Araújo, João Nepomuceno Silva, Cormari Chaves Carvalho e Norma Gonçalves Canelas, ordenando o registro dos atos de fls. 3/4, 9/10, 11/12, 13/14 e 15/16;
9.2. determinar à Gerência Executiva do INSS em Contagem que adote as medidas necessárias junto à CGU/MG para cancelar o ato SISAC nº 10272020-04-2004-000011-6, tendo em vista a revisão do ato original de servidor João Nepomuceno Silva pela legalidade; e
9.3. dar ciência do inteiro teor do presente Acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à unidade jurisdicionada e aos interessados.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0418-06/07-1

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (Relator).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 419/2007- TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo: n.º TC - 854.594/1997-3
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria
3. Interessados: Cristóvão Gomes de Farias (CPF 060.279.034-49), Denilma Santos da Silva (CPF 111.492.304-44), Francisco Jarismar Ferreira (CPF 020.851.513-53), José Gonçalves da Costa (CPF 008.318.754-53), João Pereira do Nascimento (CPF 156.507.584-68), Levy Pereira de Araújo (CPF 002.891.674-34), Rui Cândido Lins (CPF 128.833.447-87) e Severina Beserra Brasilino (CPF 078.749.604-91)
4. Unidade Jurisdicionada: Tribunal Regional Federal da 5ª Região (PE-AL-CE-PB-RN-SE)
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
6. Representantes do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira e Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIP
8. Advogado constituído nos autos: Não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. considerar legais os atos em favor de Denilma Santos da Silva, João Pereira do Nascimento, Levy Pereira de Araújo e Severina Beserra Brasilino, e ordenar o registro dos atos de fls. 7/12 e 15/16;
9.2. considerar ilegais os atos em favor de Francisco Jarismar Pereira, Cristóvão Gomes de Farias, José Gonçalves da Costa e Rui Cândido Lins, e recusar o registro dos atos de fls. 1/6 e 13/14;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, conforme o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;
9.4. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:
9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais;
9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até eventual emissão de novos atos concessórios escoimados das irregularidades verificadas, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal;
9.4.3. dar ciência aos interessados cujos atos foram considerados ilegais de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento desse recurso;
9.5. determinar à SEFIP que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, representando ao Tribunal em caso de não atendimento;
9.6. dar ciência do inteiro teor do presente Acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0419-06/07-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (Relator).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 420/2007 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo nº TC - 020.490/2004-0.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Carmelina Xavier Machado Barros (CPF 013.218.620-91); Dilço Ernesto Mariani (CPF 006.206.100-34); Inocencia de Lurdes França Klock (CPF 295.864.100-72); Joeni Maria Daldon (CPF 250.881.490-34); José Ernesto Pereira Rezende (CPF 010.638.390-68); Juecy Nunes Espindola (CPF 401.587.480-34); Julieta Mello Fernandes Ferreira (CPF 000.290.090-49); Leri Claudio Mittmann (CPF 089.676.870-87); Maria Beatriz Fortes Tavares (CPF 006.003.850-00); Marlene Oliveira Nogueira (CPF 176.115.550-49); Neide Duarte Scherer (CPF 287.596.050-49); Paulina Skalkowicz (CPF 138096280-34); Sirley Tovo (CPF 276.802.660-34); e Yolanda Teixeira Gómez (CPF 006.325.110-87).
4. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul - TRE/RS.
5. Relator: Auditor Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Advogado constituído nos autos: não consta.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator em:
9.1. com fundamento no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal e nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, considerar legais as concessões de aposentadoria em favor de Carmelina Xavier Machado Barros, Dilço Ernesto Mariani, Inocencia de Lurdes França Klock, Joeni Maria Daldon, Juecy Nunes Espindola, Julieta Mello Fernandes Ferreira, Leri Claudio Mittmann, Maria Beatriz Fortes Tavares, Marlene Oliveira Nogueira, Neide Duarte Scherer, Paulina Skalkowicz, Sirley Tovo e Yolanda Teixeira Gómez, e ordenar os registros dos atos de fls. 04/05, 06/09, 12/13, 14/16, 17/19, 25/29, 30/33, 34/38, 41/44, 45/49, 50/52, 53/56, 57/62 e 65/68, respectivamente;
9.2. com fundamento no artigo 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, considerar ilegal o ato de aposentadoria de José Ernesto Pereira Rezende e negar o registro do ato de fls. 22/24, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal;
9.3. dispensar o ressarcimento das importâncias percebidas indevidamente, de boa-fé, consoante os termos da Súmula 106 deste Tribunal;
9.4. determinar ao órgão de origem que, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar o pagamento decorrente do ato de fls. 22/24, ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não ser provido;
9.5. informar ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul - TRE/RS, com fundamento nos artigos 260, caput, e 262, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal, sobre a possibilidade de emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada neste processo, na sistemática definida na Instrução Normativa 44/2002, por intermédio do sistema Sisac, submetendo-o à nova apreciação desta Corte de Contas; e
9.6. determinar à Sefip que:
9.6.1. verifique a implementação da medida determinada no item 9.4 supra;
9.6.2. dê ciência da presente deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, ao órgão de origem.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0420-06/07-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 421/2007 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 003.271/2006-6.
2. Grupo I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Eduardo Nazareno Farinha Lopes, Fernando José Cunha Belfort, Josefa Luci Maia e Yelva Macedo Costa.
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região ? TRT/MA.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Dra. Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Sefip.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria, em que se analisam os atos de ex-servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região ? TRT/MA.
ACORDAM os Ministros deste Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n. 8.443/1992, em:
9.1. considerar legais os atos de concessão relativos aos Srs. Eduardo Nazareno Farinha Lopes, Fernando José Cunha Belfort e à Sra. Yelva Macedo Costa, ordenando o registro dos atos de ns. 2-078750-2-04-2004-000026-5, 2-078750-2-04-2001-000017-2 e 2-078750-2-04-2003-000016-7, respectivamente;
9.2. determinar à Sefip que proceda à formação de processo apartado para o exame do ato de aposentação da Sra. Josefa Luci Maia, n. 2-078750-2-04-2000-000004-7, a fim de que se promova diligência ao órgão de origem, com vistas a que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta Deliberação, apresente ao Tribunal certidão de tempo de serviço prestado na condição de aluna-aprendiz, nos moldes requeridos no Acórdão n. 2.024/2005 - Plenário, devendo constar no novo documento, se for o caso, referência expressa à percepção de remuneração pela execução de encomendas, por parte da interessada, excluindo-se o período de férias escolares.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0421-06/07-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 422/2007- TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo TC n. 003.321/2006-0.
2. Grupo I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Arnaldo Constantino da Silva Júnior, CPF n. 018.586.614-04; José de Oliveira Santos, CPF n. 002.519.255-87; Josefina Cardoso Buarque, CPF n. 127.085.265-53; e João Oliva Alves, CPF n. 010.317.595-49.
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe - TRE/SE.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Dr. Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Sefip.
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n. 8.443/1992, em:
9.1. considerar legal o ato de concessão de aposentadoria da servidora Josefina Cardoso Buarque (n. 2-078150-4-04-1998-000009-8), ordenando-lhe o respectivo registro;
9.2. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria dos servidores Arnaldo Constantino da Silva Júnior, José de Oliveira Santos e João Oliva Alves e recusar o registro dos atos respectivos, de ns. 2-078150-4-04-1999-000002-7, 2-078150-4-04-1999-000003-5 e 2-078150-4-04-2000-000002-7;
9.3. aplicar a orientação fixada na Súmula TCU n. 106, no tocante às parcelas indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados mencionados no subitem 9.2 retro;
9.4. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe - TRE/SE que adote medidas para:
9.4.1. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, de ns. 2-078150-4-04-1999-000002-7, 2-078150-4-04-1999-000003-5 e 2-078150-4-04-2000-000002-7, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até eventual emissão de novo ato livre da irregularidade verificada, a ser submetido à apreciação deste Tribunal;
9.4.2. dar ciência aos interessados, cujos atos foram considerados ilegais, de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não-provimento do recurso; e
9.5. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da providência relativa à cessação de pagamentos decorrentes das concessões consideradas ilegais, representando ao Tribunal em caso de não-atendimento.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0422-06/07-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 423/2007- TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo TC n. 014.064/1995-2.
2. Grupo II; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Agenor de Queiroz Barbosa, CPF n. 002.902.114-68; Airton Jorge de Sá, CPF n. 014.182.383-68; Analia Pereira de Matos, CPF n. 009.192.681-53; Antonio Simão dos Santos, CPF n. 055.046.004-72; Cícero Manoel da Silva, CPF n. 044.446.634-72; Cícero José Batista, CPF n. 028.438.545-04; Edilson Barbosa Freire, CPF n. 036.960.493-87; Edilson Paulo dos Santos, CPF n. 037.024.993-34; Elza Gomes de Oliveira, CPF n. 004.119.064-53; Francisco de Assis Costa Holanda, CPF n. 054.155.513-87; Francisco Frota Neves Filho, CPF n. 000.980.273-87; Francisco Ribeiro Campos, CPF n. 020.841.713-34; João Ciro Saraiva de Oliveira, CPF n. 001.905.603-63; José Gomes da Silva, CPF n. 024.338.694-04; Maria Helena Girão de Holanda, CPF n. 104.870.183-20; Maria Iracilda Tenorio, CPF n. 021.705.584-20; Nely Pereira das Neves, CPF n. 059.154.734-15; Pedro Aleriano da Silva, CPF n. 186.855.603-49; Valdemar Braz de Lucena, CPF n. 045.971.684-00; Walter Lima de Almeida, CPF n. 002.430.864-15.
4. Órgão: Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva e Dr. Paulo Soares Bugarin (manifestação oral).
7. Unidade Técnica: Sefip.
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da

Constituição Federal, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n. 8.443/1992, e 260, § 2º, do Regimento Interno, e na Súmula TCU n. 145 em alterar o Acórdão n. 961/2006 - TCU - 2ª Câmara, para que passe a ter a seguinte redação:

9.1. considerar legais as concessões de aposentadoria em favor de Maria Iracilda Tenório, Valdemar Braz de Lucena, Francisco Ribeiro Campos, Francisco de Assis Costa Holanda, Cícero Manoel da Silva, Edilson Barbosa Freire, Antonio Simão dos Santos, Agenor de Queiroz Barbosa, João Ciro Saraiva de Oliveira, José Gomes da Silva, Nely Pereira das Neves, Walter Lima de Almeida, Elza Gomes de Oliveira, Francisco Frota Neves Filho, Edilson Paulo dos Santos, Airton Jorge de Sá, Maria Helena Girão de Holanda, Anália Pereira de Matos, Pedro Aleriano da Silva e Cícero José Batista, e ordenar o registro dos atos de fls. 1/2, 3/4, 5/6, 7/8, 9/10, 11/12, 13/14, 15/16, 17/18, 19/20, 21/22, 23/24, 25/26, 27/28, 29/30, 31/32, 33/34, 35/36, 37/38 e 39/40, respectivamente;

9.2. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs que converta em vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), sujeita exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo público, a complementação salarial de que trata o Decreto-lei n. 2.438/1988, calculando-a nos exatos termos do art. 9º da Lei n. 11.314/2006;

9.3. retificar, com fundamento no Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência desta Corte, a redação do subitem 9.3.4 do Acórdão n. 961/2006 - TCU - 2ª Câmara para: "promova a exclusão do adiantamento salarial do art. 2º da Lei 8.270/1991 dos proventos de Francisco Frota Neves Filho e Maria Helena Girão de Holanda, caso tenha sido mantido após a vigência da Lei n. 8.460/1992, uma vez que não há amparo em lei ou em sentença judicial para a continuidade do pagamento dessa vantagem, devendo, ainda, ser aplicada a mesma medida aos casos análogos"; e

9.4. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da providência endereçada ao Dnocs constante do subitem 9.2 retro, representando ao Tribunal em caso de não-atendimento;

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0423-06/07-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 425/2007- TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo TC n. 026.613/2006-5.
2. Grupo I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessadas: Maria Aparecida Torre Araújo da Silva e Neide de Melo.
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Sefip.
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de ex-servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n. 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria das servidoras Maria Aparecida Torre Araújo da Silva e Neide de Melo, recusando o registro dos atos de ns. 2-078420-1-04-1999-000044-5 e 2-078420-1-04-1999-000050-0;

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região que, no prazo de quinze dias, a contar da notificação da presente Deliberação:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, de ns. 2-078420-1-04-1999-000044-5 e 2-078420-1-04-1999-000050-0, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até eventual emissão de novos atos livres das irregularidades verificadas, a serem submetidos a este Tribunal;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas e obtenha o ressarcimento dos valores recebidos a partir de 1º/10/2000, a título de Vantagem Pessoal de Enquadramento após a edição da Lei n. 9.030/1995, em decorrência dos atos acima referidos;

9.2.3. estenda as providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 a todos os atos análogos existentes em seu quadro de pessoal, nos termos do art. 16 da Instrução Normativa TCU n. 44/2002, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei n. 8.443/1992;

9.2.4. dê ciência às interessadas de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não-provimento do recurso;

9.3. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da providência relativa à cessação de pagamentos decorrentes das concessões consideradas ilegais e obtenção de ressarcimentos a partir de 1º/10/2000, representando ao Tribunal em caso de não-atendimento.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0425-06/07-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 426/2007- TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo TC-016.613/2006-1
2. Grupo I; Classe de Assunto: VI - Representação.
3. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul - Secex/MS.
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secex/MS.
8. Advogados constituídos nos autos: Drs. Valdinez Ferreira de Miranda, OAB/TO n. 500; Márcia Regina Pareja Coutinho Moreira, OAB/TO n. 614; e Damon Coelho Lima, OAB/TO n. 651-A.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a Representação da Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul, versando sobre irregularidade na requisição de servidora ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da Representação formulada pela Secex/MS, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul - TRE/MS que:

9.2.1. proceda, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta Deliberação, à devolução da servidora Mirtes Aparecida Pompilho à Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, cuja requisição deu-se com desobediência ao disposto no artigo 8º da Lei n. 6.999/1982, tendo em vista que ocupa, no órgão de origem, cargo de natureza técnica;

9.2.2. informe ao Tribunal de Contas da União, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca das providências adotadas para o cumprimento da determinação constante do item anterior; e

9.2.3. abstenha-se de requisitar servidores ocupantes de cargos técnicos no órgão de origem, em atenção ao disposto no art. 8º da Lei n. 6.999/1982, observando-se que a caracterização da natureza técnica do cargo não guarda relação apenas com a exigência de curso superior único, mas sim com as especificidades das atividades exercidas.

10. Ata n° 6/2007 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0426-06/07-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Valmir Campelo (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, ante requerimento dos respectivos Relatores, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

a) Procs. n°s 004.019/1999-7 e 015.039/2006-0 (Auditor convocado Augusto Sherman Cavalcanti); e
b) Proc. n° 005.956/2005-9 (Auditor convocado Marcos Bemquerer Costa).

Foi, ainda, excluído de pauta, no transcorrer da sessão, ante requerimento oral do Relator, Auditor convocado Marcos Bemquerer Costa, o processo n° 019.611/2006-0, para melhor análise da matéria, tendo em vista as considerações feitas pelo Ministro Valmir Campelo, em sua declaração de voto.

ACÓRDÃO NÃO UTILIZADO

Não foi utilizado na numeração dos Acórdãos o n° 424, referente ao processo excluído de pauta, no transcorrer da sessão, acima citado.

Foram proferidas, sob a Presidência do Auditor convocado Augusto Sherman Cavalcanti, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, em exercício, Ministro Valmir Campelo.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos da Primeira Câmara, às quinze horas e vinte e cinco minutos e eu, Francisco Costa de Almeida, Subsecretário da Primeira Câmara, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidência.

FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário da Primeira Câmara

Aprovada em 7 de março de 2007.

MARCOS VINICIOS VILAÇA
Presidente da Primeira Câmara

ADITAMENTO À PAUTA Nº 7 (ORDINÁRIA)
Sessão em 13 de março de 2007

Nos termos dos §§ 9º e 10º do art. 141 do Regimento Interno, foi incluído na Pauta nº 7/2007 - Primeira Câmara, para apreciação na Sessão Ordinária a se realizar no dia 13/3/2007, o(s) seguinte(s) processo(s):

PROCESSOS UNITÁRIOS

Classe II - TOMADAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS

- Relator, Ministro Augusto Nardes

TC-013.686/2004-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
Responsável: João Batista Crispiniano Garcia (CPF 050.269.328-37).
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.312/2005-0 (c/ 02 anexos).
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de Rio Tinto - PB.
Interessado: Marcus Antonio Gerbasi, CPF 048.818.774-53.
Advogado constituído nos autos: Não há.

TC-019.571/2005-5.
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Piraquê/TO.
Responsável: Stanley Roberto Rangel dos Santos, CPF nº 128.593.621-34.
Advogado constituído nos autos: Não há.

TC-015.574/2005-9.
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Aparecida/PB.
Responsável: José Alves de Souza, CPF nº 110.592.904-30.
Advogado constituído nos autos: Não há.

Classe V - CONCESSÕES DE APOSENTADORIAS, REFORMAS E PENSÕES

- Relator, Auditor Marcos Bemquerer Costa

TC-019.611/2006-0
Natureza: Aposentadoria
Unidade: Delegacia Regional do Trabalho na Bahia - DRT/BA
Interessada: Iranildes Santos Carascosa.
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 8 de março de 2007.
FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário da Primeira Câmara

ADITAMENTO À PAUTA Nº 7 (ORDINÁRIA)
Sessão em 13 de março de 2007

Nos termos dos §§ 9º e 10º do art. 141 do Regimento Interno, foi incluído na Pauta nº 7/2007 - Primeira Câmara, para apreciação na Sessão Ordinária a se realizar no dia 13/3/2007, o(s) seguinte(s) processo(s):

PROCESSOS RELACIONADOS

Classe II - TOMADAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS

- Relator, Ministro Augusto Nardes

TC 017.563/2006-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Pedro Paschoal de Oliveira, CPF nº 016.118.954-72 (falecido)
Interessado: Departamento de Extinção e Liquidação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - DELIQ/MP
Entidade: Município de Jacarezinho/PB

TC 019.580/2004-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: João Paulo Pires da Silva, CPF nº 549.472.438-72
Interessado: Departamento de Extinção e Liquidação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - DELIQ/MP
Entidade: Município de Jaborandi/SP

TC 018.413/2004-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Orlando Milan, CPF nº 480.003.108-72
Interessado: Departamento de Extinção e Liquidação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - DELIQ/MP
Entidade: Município de Pariquera-Açu/SP

TC 007.399/2005-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Samuel Monteiro da Cruz, CPF nº 012.637.654-91
Interessado: Departamento de Extinção e Liquidação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - DELIQ/MP
Entidade: Município de Baía Formosa/RN

TC 016.069/2006-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Airton Soares da Silva, CPF nº 188.644.814-00
Interessado: Departamento de Extinção e Liquidação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - DELIQ/MP
Entidade: Governo do Estado da Paraíba

TC 005.882/2004-5
(com 1 volume)
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Raymundo José Santos Garrido, CPF 030.802.695-00 e outros
Unidade: Secretaria de Recursos Hídricos - SRH
Exercício: 2003

TC 012.404/2005-5
(com 8 volumes)
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Margarida de Oliveira Cantarelli, CPF 002.565.364-49 e outros
Exercício: 2004

TC 008.303/2005-6
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Dauberson Monteiro da Silva, CPF 039.333.868-10 e outros
Unidade: Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites - PCDL
Exercício: 2004

TC 008.291/2005-3
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Humberto do Nascimento Barbosa, CPF 154.083.457-34 e outros
Unidade: 2º Comando Aéreo Regional do Comando da Aeronáutica
Exercício: 2004

TC 008.294/2005-5
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Jayro Guimarães Junior, CPF 017.058.838-69 e outros
Unidade: Subdiretoria de Pagamento de Pessoal/Exterior do Comando da Aeronáutica
Exercício: 2004

TC 004.674/2006-4
(com 1 anexo)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Hermes de Oliveira Filho, CPF 131.994.124-91
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Entidade: Prefeitura Municipal de Pocinhos, Estado da Paraíba

TC 017.167/2005-1
(com 1 anexo)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Francisco das Chagas Lopes de Sousa, CPF 182.003.704-53
Entidade: Prefeitura Municipal de São Mamede, Estado da Paraíba
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Classe IV - ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL

- Relator, Ministro Augusto Nardes

TC 010.281/2006-2
Natureza: Admissão
Órgão: Justiça Federal - 2ª Região
Interessados : Adriana Dias Couto e outros.

TC 023.174/2006-0
Natureza: Admissão
Órgão: Justiça Federal - 3ª Região
Interessados : Luis Felipe Cintra Ferrarini e outra.

TC 024.991/2006-9
Natureza: Admissão
Órgão: Justiça Federal - 3ª Região
Interessados : Carly Dea Russo Rosa e outros.

TC 021.796/2006-0
Natureza: Admissão
Órgão: Justiça Federal - 4ª Região
Interessados : Adriana Bosquiroli Lima e outros.

TC 023.024/2006-2
Natureza: Admissão
Órgão: Justiça Federal - 4ª Região
Interessados : Alexandre Rodrigo da Silva e outros.

TC 024.084/2006-5
Natureza: Admissão
Órgão: Justiça Federal - 4ª Região
Interessados : Andressa Cortes de Carvalho Olinger e outros.

TC 025.867/2006-2
Natureza: Admissão
Órgão: Justiça Federal - 4ª Região
Interessados : Aline Riegel Nilson e outros.

TC 024.085/2006-2
Natureza: Admissão
Órgão: Justiça Federal - 5ª Região
Interessados : Ana Flávia Galvão Gonçalves e outros.

TC 024.660/2006-6
Natureza: Admissão
Órgão: Justiça Federal - 5ª Região
Interessados : Adriano da Silva Lima e outros.

TC 021.785/2006-7
Natureza: Admissão
Órgão: Ministério de Minas e Energia
Interessados : Alessandra Coelho Pereira e outros.

TC 024.077/2006-0
Natureza: Admissão
Órgão: Ministério Público do Trabalho
Interessados : Ana Cláudia de Oliveira Carvalho e outros.

TC 021.978/2006-3
Natureza: Admissão
Órgão: Justiça Federal - 4ª Região
Interessados : Adriana Lamas Vieira Zanatta e outros.

TC 021.793/2006-9
Natureza: Admissão
Órgão: Justiça Federal - 1ª Região
Interessados : Juliana Nonaka Aravechia e outros.

TC 028.930/2006-1
Natureza: Admissão
Órgão: Justiça Federal - 1ª Região
Interessados : Adervan Brandão Neves e outros.

TC 024.083/2006-8
Natureza: Admissão
Órgão: Justiça Federal - 2ª Região
Interessada : Juliana Aparecida Torezani.

TC 023.574/2006-1
Natureza: Admissão
Órgão: Justiça Federal - 4ª Região
Interessados : Ana Rubia Mousquer e outros.

TC 028.919/2006-4
Natureza: Admissão
Órgão: Ministério das Relações Exteriores
Interessados : Adriana Pereira de Castro Ferreira e outros.

TC 025.604/2006-1
Natureza: Admissão
Órgão: Ministério de Minas e Energia
Interessados : Adriana Lima Alves e outros.

TC 028.924/2006-4
Natureza: Admissão
Órgão: Superior Tribunal de Justiça
Interessados : Kleber Bento da Silva e outros.

TC 028.925/2006-1
Natureza: Admissão
Órgão: Supremo Tribunal Federal
Interessados : José Luiz de Mattos Borges Júnior e outra.

TC 023.573/2006-4
Natureza: Admissão
Órgão: Tribunal Regional Federal - 4ª Região
Interessados : Camila Thomaz Telles e outros.

Classe V - CONCESSÕES DE APOSENTADORIAS, REFORMAS E PENSÕES

- Relator, Ministro Augusto Nardes

TC 021.155/2006-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
Interessados : Ailton Bernardes de Assis e outros.

TC 023.442/2006-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério da Aeronáutica
Interessados: Adair Charles e outros.

TC 023.423/2006-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério da Defesa
Interessados : Maria Domingues Ferreira Chagas e outra.

TC 023.435/2006-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério das Relações Exteriores
Interessados : Etelvina Lúcia Shulte e outros.

TC 023.258/2006-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério dos Transportes
Interessados : Alberto Boruchovitch e outros.

TC 021.144/2006-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superior Tribunal de Justiça
Interessado : Noé de Azevedo Machado.

TC 002.319/2005-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional Federal - 3ª Região
Interessados : Levy Mattos Silva e outro.

TC 017.701/2004-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional Federal - 3ª Região
Interessados : Marta Helena Rosa.

TC 021.649/2006-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional Federal - 4ª Região
Interessados : Ana Francisca Pauleto e outros.

TC 021.164/2006-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Justiça Federal
Interessados : Carlos Alberto da Silva Menezes e outros.

TC 015.913/2006-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério da Defesa
Interessados : Avani Tavares Lima e outros.

TC 015.925/2006-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério das Relações Exteriores
Interessados : Abelino Torres de Albuquerque e outros.

TC 020.740/2006-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superior Tribunal de Justiça
Interessados : Albanisa Fernandes Façanha de Sá e outros.

TC 026.307/2006-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional Federal - 5ª Região
Interessados : Lenice Farias Barbosa Oliveira de Carvalho e outro.

TC 021.113/2006-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério dos Transportes
Interessados : Arnaldo Roque e outros.

TC 022.101/2006-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério dos Transportes
Interessados : Juarez Bensberg e outros.

TC 022.498/2006-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério dos Transportes
Interessados : Carlos Maurício Botelho Junior e outros.

TC 023.259/2006-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério dos Transportes
Interessados : Athayde de Paula e outros.

TC 026.087/2006-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Justiça Federal - 1ª Região
Interessados : Aline Correia de Araújo Peixoto e outros.

TC 026.391/2006-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério dos Transportes
Interessados : João Cid Jenny Furstenberger e outros.

TC 005.463/2006-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superior Tribunal de Justiça
Interessados : Fernando do Vale Guimarães e outros.

TC 021.167/2006-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional Federal - 3ª Região
Interessados : Brasilina Campos Moreira e outros.

TC 021.177/2006-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional Federal - 5ª Região
Interessado : Adilson Paz de Lira.

TC 027.191/2006-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional Federal - 5ª Região
Interessados : Maria do Socorro de Azevedo Cavalcante e outro.

TC 855.960/1997-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério da Previdência Social
Interessados : Antonio Cortez Rufino e outros.

TC 011.560/2006-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Justiça Federal - 1ª Região
Instituidor: Almir Cirino de Albuquerque e outros.

TC 007.823/2006-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério da Aeronáutica
Instituidor: Antonio Paulo Moura e outros.

TC 022.510/2006-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério dos Transportes
Instituidor: Manoel da Silva Dantas e outros.

TC 027.995/2006-1
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério dos Transportes
Instituidor: Antonio Marcelino da Silva e outros.

TC 027.475/2006-1
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério dos Transportes
Instituidor: Anizio Silvestre da Silva e outros.

Classe VI - REPRESENTAÇÕES

- Relator, Ministro Augusto Nardes

TC 001.241/2007-6
Natureza: Representação
Representante: Sebastião Gomes de Carvalho Neto, Presidente da União Social Dracenense - USDRA
Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNDECT

TC 011.325/2004-7
(com 2 anexos e com 3 volumes)
Natureza: Representação
Representante: Secex/PE
Responsável: Dilton Conti de Oliveira
Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

TC 020.389/2006-0
(c/ 1 anexo)
Natureza: Representação
Interessado: Câmara Municipal de Presidente Prudente/SP
Entidade: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente/SP

TC 027.213/2006-8
Natureza: Representação
Representante: Fernando José de Araújo Lou, Prefeito Municipal de Mata Grande/AL
Responsável: José Hélio Gomes Brandão, ex-Prefeito Municipal de Mata Grande/AL
Entidade: Prefeitura Municipal de Mata Grande/AL

TC 023.233/2006-2
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Fiscalização de Pessoal do TCU
Entidade: Câmara dos Deputados

TC 027.093/2006-8
Natureza: Representação
Representante: Agência Marítima Universal Ltda.
Entidade: Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

TC 010.353/2006-3
Natureza: Representação
Representante: João Ferreira de Almeida Júnior
Entidade: 12ª Unidade de Infra-Estrutura Terrestre do DNIT/MT

TC 016.912/2003-6
Natureza: Representação
Interessado: Glênio Luz Parizotto, Procurador-Chefe em Mato Grosso do Sul
Entidade: Fundação Nacional de Saúde em Mato Grosso do Sul
Responsável: Aroldo Ferreira Galvão, CPF nº 633.483.227-15, ex-Coordenador Regional da Fundação Nacional de Saúde no Mato Grosso do Sul.

TC 000.851/2007-0
Natureza: Representação
Representante: Amaury Silveira Martins, juiz federal aposentado
Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF/1ª Região

TC 021.923/2006-5
(c/1 anexo c/ 2 volumes)
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba - Secex/PB
Unidade: Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado - SUPLAN

TC 015.253/2003-6
(c/ 1 volume)
Apenso: 009.779/2004-4
Natureza: Representação
Representante: Cecy Amaral
Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

TC 017.024/2006-7
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região - TRT da 13ª Região
Entidade: Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB

TC 028.698/2006-1
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União do TCU - Secob
Entidade: Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT

TC 022.098/2006-1
Natureza: Representação
Representante: Deputado Federal Rodrigo Maia
Unidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura Aeroportuária - Dnit

TC 028.086/2006-8
Natureza: Representação
Representante: Deputado Geraldo Thadeu
Unidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura Aeroportuária - Dnit

TC 017.029/2006-3
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria Regional do Trabalho - 13ª Região
Entidade: Prefeitura Municipal de Boa Ventura, Estado da Paraíba

TC 016.608/2006-1
Natureza: Representação
Responsáveis: Antônio Armando da Silva e Waldete Dias dos Santos
Interessado: Salomão Costa Araújo, Prefeito Municipal de Cocalzinho de Goiás/GO
Entidade: Prefeitura Municipal de Cocalzinho de Goiás/GO

TC 013.490/2003-1
(c/6 volumes e 1 anexo)
Natureza: Representação
Entidade: Prefeitura Municipal de Cajazeiras/PB
Responsável: Carlos Antônio Araújo de Oliveira, CPF 373.801.094-72

TC 020.838/2005-0
(c/ 2 anexos)
Natureza: Representação
Representante: Adalberto Fulgênio dos Santos Júnior, Coordenador Regional da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Entidade: Prefeitura Municipal de Teixeira - PB

TC 010.141/2006-1
(c/ 3 anexos e 6 volumes)
Natureza: Representação
Responsáveis: Francisco de Queiroz Cavalcanti, CPF 518.710.253-20, e Frederico José Pinto de Azevedo, CPF 698.206.514-68
Representante: Ministério Público Federal
Órgãos: Tribunal Regional da 5ª Região e Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região

TC 018.042/2006-0
(c/ 2 anexos c/ 2 volumes)
Natureza: Representação
Responsável: Francisco de Queiroz Cavalcanti, CPF 518.710.253-20
Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região

TC 015.223/2002-9
Natureza: Representação
Responsável: Francisco Ferreira dos Santos, CPF 098.664.184-72
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Entidade: Prefeitura Municipal de Alto Piquiri/PR
Órgão: Coordenação-Geral do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS/MDS

TC 022.186/2006-6
Natureza: Representação
Representante: NV Indústria, Comércio e Construção Ltda.
Entidade: Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR

TC 019.139/2004-8
(c/ 4 anexos)
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE/PE
Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Maria do Cambucá/PE

PROCESSOS UNITÁRIOS

Classe I - RECURSOS

- Relator, Ministro Augusto Nardes

TC-856.634/1998-0
(c/ 1 volume e 2 anexos).
Natureza: Pedido de Reexame.
Entidade: Ministério da Previdência e Assistência Social.
Recorrentes: Maria Ribeiro de Mendonça Carvalho, Sinvaldo do Nascimento Carvalho Junior (menor) e Jessica Batista Carvalho (menor).
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC 005.156/1997-1
(c/ 1 volume e 1 anexo).
Natureza: Pedido de Reexame.
Entidade: Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social no Espírito Santo.
Interessado: Sebastião Carlos da Penha Santos, Chefe-Substituto do Serviço de Recursos Humanos do Instituto Nacional do Seguro Social.
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe II - TOMADAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS - Relator, Ministro Augusto Nardes

TC 013.931/2005-4.
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Prefeitura Municipal de Carrapateira/PB.
Responsável: José Alexandre Alves, CPF nº 203.787.935-00, ex-prefeito.
Advogados constituídos nos autos: Johnson Gonçalves de Abrantes, OAB/PB nº 1.663; Tatiana Leite Guerra Dominoni, OAB/PB nº 9.415-E; Newton Nobel Sobreira Vita, OAB/PB nº 10.204; Edward Johnson Gonçalves de Abrantes, OAB/PB nº 10.827; e Edna Aparecida Fidélis Paulino, OAB/PB nº 11.945.

TC 015.016/2005-8
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Prefeitura Municipal de Campo Grande/RN.
Responsável: Antônio Francisco da Nóbrega Martins Veras, CPF nº 114.082.944-00, ex-prefeito.
Advogados constituídos nos autos: não consta.

TC 011.797/2005-6
(c/ 1 volume).
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de Paraná/RN.
Responsável: Pedro Joaquim de Andrade, ex-Prefeito.
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC 000.964/2005-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Triunfo Potiguar/RN
Responsável: Lufran Medeiros, CPF nº 039.477.504-04.
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC 004.955/2005-7
(c/ 2 volumes)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Itabaiana/PB
Responsáveis: Sebastião Tavares de Oliveira, CPF nº 058.741.494-49, ex-prefeito, e DS Construtora Ltda., CNPJ nº 03.089.639/0001-83.
Advogados constituídos nos autos: Newton Nobel Sobreira Vita, OAB/PB nº 10.204; Johnson Gonçalves de Abrantes, OAB/PB nº 1.663; e Edward Johnson Gonçalves de Abrantes, OAB/PB nº 10.827.

TC-006.792/2005-9
(c/ 1 volume)
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Guarabira/PB.
Responsáveis: Jáder Soares Pimentel, CPF nº 020.659.834-34, ex-prefeito, e Comercial de Estivas Potyguar Ltda., CNPJ nº 41.203.068/0001-55.
Advogados constituídos nos autos: Newton Nobel Sobreira Vita, OAB/PB nº 10.204; Johnson Gonçalves de Abrantes, OAB/PB nº 1.663; e Edward Johnson Gonçalves de Abrantes, OAB/PB nº 10.827.

Classe V - CONCESSÕES DE APOSENTADORIAS, REFORMAS E PENSÕES

- Relator, Ministro Augusto Nardes.

TC 024.251/2006-5.
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Grupo Executivo para Extinção do DNER (em liquidação).
Interessados: Álvaro Lopes Neto, CPF 183.076.127-72; Euryce Pereira do Lago, CPF 046.847.101-49; Francisco das Chagas Ramos, CPF 028.933.201-04; José Martins de Oliveira Filho, CPF 041.817.786-49; e Valter dos Santos Vieira, CPF 023.476.361-20.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC 027.659/2006-9.
Natureza: Aposentadoria.
Órgão: Ministério dos Transportes.
Interessados: Aloiso Amorim de Souza, CPF nº 041.218.132-00; Cacilda Florentina dos Santos, CPF nº 091.745.321-20; Heuser de Avila Nascimento, CPF nº 098.584.316-00; Maria Rita Areosa Francisco, CPF nº 053.040.242-49.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC 004.700/2005-8.
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região.
Interessado: Francisco das Chagas Pires da Silva, CPF nº 014.523.203-49.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC 013.166/2006-4.
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Justiça Federal da 4ª Região/RS.
Interessada: Alice Aparecida Bueno, CPF nº 720.932.189-68.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC 019.639/2003-7.
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região.
Interessados: Aluísio Miranda Von Zuben e Theodora Wrobel Von Zuben (Instituidor: Inês Fátima Wrobel Von Zuben, CPF nº 552.627.329-68); Daniel José Rodrigues Bastos Aniceto e Luciney Elizabete Jacomel Aniceto (Instituidor: José Aniceto, CPF nº 130.923.249-00); e Nila Meirelles (Instituidor: Manoel Meirelles Júnior, CPF nº 109.546.519-87).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC 027.803/2006-4.
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Justiça Federal da 1ª Região.
Interessados: Adriana Aparecida Linhares Ribeiro, CPF nº 596.739.586-53; Andréa Maria Duarte, CPF nº 030.030.976-79; Fernando Veloso Linhares, CPF nº 040.903.806-77; e Letícia Carolina Veloso Linhares, CPF nº 045.581.526-71.
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 8 de março de 2007.
FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário da Primeira Câmara

2ª CÂMARA

ATA Nº 6, DE 6 DE MARÇO DE 2007
(Sessão Extraordinária da Segunda Câmara)

Presidência do Ministro Guilherme Palmeira
Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira
Subsecretária da Sessão: ACE Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Com a presença dos Ministros Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz, bem como da Representante do Ministério Público, Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira, o Presidente, Ministro Guilherme Palmeira, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Extraordinária da Segunda Câmara às dezesseis horas, havendo registrado a ausência do Auditor Augusto Sherman Cavalcanti por estar atuando na Primeira Câmara em face da aposentadoria do Ministro Iram Saraiva (Regimento Interno do (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 33, 55, inciso I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Câmara homologou a Ata n.º 5, da Sessão Extraordinária realizada em 27 de fevereiro último (Regimento Interno, artigos 33, inciso X, e 95, inciso I).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os Anexos das Atas, de acordo com a Resolução TCU nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet.

PROCESSOS RELACIONADOS

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos apresentadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de nºs 219 a 261, a seguir transcritos e incluídos no Anexo I desta Ata (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140 e 143 e Resoluções TCU nº164/2003 e nº 184/2005).

a) Ministro Guilherme Palmeira (Relações nºs 5 e 6);

ACÓRDÃO Nº 219/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em dar quitação ao(s) responsável(eis), ante o recolhimento integral do(s) débito(s) que lhe(s) foi(ram) imputado(s), arquivando-se o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

01 - TC 014.112/1999-0
Classe de Assunto: I
Natureza: Recurso de Reconsideração
Responsável:

José Irismar Vasconcelos Cavalcante, CPF n.º 031.446.073-04	
data de origem do débito	valor original do débito
17/10/2001	R$ 6.000,00
data do recolhimento	valor recolhido
27/10/2003	R$ 305,72
24/11/2003	R$ 308,97
12/12/2003	R$ 310,00
28/01/2004	R$ 311,62
17/02/2004	R$ 314,00
30/03/2004	R$ 315,92
27/04/2004	R$ 317,40
26/05/2004	R$ 318,57
25/06/2004	R$ 320,20
27/07/2004	R$ 322,47
31/08/2004	R$ 325,40
30/09/2004	R$ 327,65
29/10/2004	R$ 328,75
24/11/2004	R$ 330,18
27/12/2004	R$ 332,48
28/01/2005	R$ 335,33
28/02/2005	R$ 337,28
30/03/2005	R$ 339,46
27/04/2005	R$ 341,32
31/05/2005	R$ 344,30
30/06/2005	R$ 345,97
01/08/2005	R$ 345,92
30/08/2005	R$ 346,80
28/09/2005	R$ 347,37
Total do recolhimento	R$ 7.873,08

Entidade: Entidades - Órgãos do Governo do Estado do Piauí

ACÓRDÃO Nº 220/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em dar quitação ao(s) responsável(eis), ante o recolhimento integral da(s) multa(s) que lhe(s) foi(ram) cominada(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

01 - TC 006.007/1999-6
Classe de Assunto: II
Natureza: Tomada de Contas
Responsável: Audicéia Josme Cabral, CPF n.º 694.267.167-34

Entidade: Hospital da Lagoa - RJ
Exercício: 1998

ACÓRDÃO Nº 221/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em dar quitação ao(s) responsável(eis), ante o recolhimento integral da(s) multa(s) que lhe(s) foi(ram) cominada(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

FUNDO NACIONAL DE SÁUDE

01 - TC 575.559/1997-7
Classe de Assunto: II
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: João César da Silva Caffaro, CPF n.º 358.499.917-00
Unidade: Prefeitura Municipal de Itaboraí - RJ

ACÓRDÃO Nº 222/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado n.º 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União e com o art. 463, inciso I, do Código de Processo Civil, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão n.º 744/2003-TCU - 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 22/4/2003 - 1ª Câmara, Ata n.º 12/2003 - 1ª Câmara, relativamente aos subitens 9.1.2., mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

ONDE SE LÊ:

Geraldo Magela Soares:

Data da ocorrência	Valor histórico
30/09/88	Cz$ 239.206,00
05/12/88	Cz$ 719.974,95
13/01/89	Cz$ 2.159.566,50
13/01/89	Cz$ 2.159.566,50

LEIA-SE:

Geraldo Magela Soares solidariamente com Sebastião Francisco de Moura Filho:

Data da ocorrência	Valor histórico
30/09/88	Cz$ 239.206,00
05/12/88	Cz$ 719.974,95
13/01/89	Cz$ 2.159.566,50
13/01/89	Cz$ 2.159.566,50

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

01 - TC 575.456/1997-3
Classe de Assunto: II
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Geraldo Magela Soares, CPF n.º 092.023.907-20, Sebastião Francisco de Moura Filho, CPF n.º 094.605.607-25 e William Roberto Almeida da Motta, CPF n.º 363.161.997-91
Entidade: Caixa Econômica Federal

ACÓRDÃO Nº 223/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em dar quitação ao(s) responsável(eis), ante o recolhimento integral do(s) débito(s) que lhe(s) foi(ram) imputado(s), arquivando-se o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

CONVÊNIOS

01 - TC 016.758/2001-8
Classe de Assunto: II
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável:

Fernando Alves Tavares, CPF n.º 005.026.773-68	
data de origem do débito	valor original do débito
26/08/2004	R$ 37.505,59
data do recolhimento	valor recolhido
07/10/2004	R$ 4.816,05
03/11/2004	R$ 4.842,65
08/12/2004	R$ 4.869,25
12/01/2005	R$ 4.895,84
14/02/2005	R$ 4.922,44
10/03/2005	R$ 4.949,04
06/04/2005	R$ 4.975,63
10/05/2005	R$ 5.002,23
10/06/2005	R$ 5.028,83
08/07/2005	R$ 5.055,42
10/08/2005	R$ 2.082,02
09/09/2005	R$ 5.108,82
10/10/2005	R$ 5.135,21
10/11/2005	R$ 5.161,81
12/12/2005	R$ 5.188,40
10/01/2006	R$ 5.215,00
10/02/2006	R$ 5.241,60
10/03/2006	R$ 5.268,19
20/04/2006	R$ 5.294,79
10/05/2006	R$ 5.321,39
09/06/2006	R$ 5.347,98
10/07/2006	R$ 5.374,58
10/08/2006	R$ 5.401,18
08/09/2006	R$ 5.427,77
Total	R$ 122.925,92
Saldo remanescente	R$ 13.005,68
Total do recolhimento	R$ 135.931,60

Unidade: Prefeitura Municipal de Milagres - CE

ACÓRDÃO Nº 224/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos I, II e IV, 10, § 3º, e 21 da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, incisos I, II e VII, 17, inciso I, 143, inciso I, e 211 do Regimento Interno, em considerar iliquidáveis as contas adiante relacionadas, ordenando seu trancamento e o conseqüente arquivamento do(s) respectivo(s) processo(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

CONVÊNIOS

01 - TC 018.593/2006-6
Classe de Assunto: II
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Antonio Nilton de Oliveira Lucena
Unidade: Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha - PR

ACÓRDÃO Nº 225/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 a 263, do Regimento Interno, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO (EXTINTO)

01 - TC 000.630/2007-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - MP
Interessadas: Maria de Queiroz Deud; Maria de Salete Teixeira Guedes.

ACÓRDÃO Nº 226/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 a 263, do Regimento Interno, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão(ões) de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

01 - TC 000.808/2007-0
Natureza: Admissão
Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - MEC
Interessados: Ariadne Alair Machado de Bastos e Silva Campos; Bernardo Silva Passos; Bruna Machado Teixeira; Carlos Agostinho Almeida de Macedo Couto; Carmen Lucia Oliveira Miranda; Catia Regina Bezerra da Silva Costa; Cora Ferreira da Silva; Cristiane Herres Terraza; Cristina Gomes; Cylene Santos Leite; Cynthya Morais de Oliveira; Daniela Formiga Sabino de Freitas; Daniela Teixeira Bottini; Daniele Ronzolin Bitencourt; Eduardo Marques Nunes de Almeida; Eduardo Vieira Barnes; Elcimar Neves de Araújo; Elen Camile Milagres Passos; Eliane da Costa Assis; Elias Alexandre Oliveira dos Santos; Elice Nobre da Silva; Elisa Faria de Sousa Martins Piccinini; Elisangela Costa Alves Cardoso; Elizaine Gabatelli Okde; Epitacio Luiz Sant Anna; Ericka Fernandes Vieira Barbosa; Espedito Severiano Sales Filho; Eugenio Pacelli Dantas; Eurimar do Espirito Santo Veloso; Everton Batista dos Santos; Fabio Vilela de Albuquerque; Fabricio Gonçalves de Faria; Fatima de Araújo Torres; Felipe Winter Alves; Fernando Franca e Gomes de Miranda; Flavia Conceição Ribeiro Pinho; Flavia Saul Hass; Flavia Talavera de Azevedo; Flavio Barbosa da Motta; Francisco Marcio Bezerra Cavalcanti; Francisco Ricardo Cavalcanti Fernandes; Fredson Charlson Lima Nunes; Geni Bertolini; Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Junior; Gilberto Gomes; Gilberto Vieira Rios; Gilson Emilio Ferraz Cavalcanti; Gissele Alves da Silva; Givalda Zuleide de Oliveira; Glaucia Maria Neves de Assis Braga; Gustavo Neves Boanana; Helber Ricardo Vieira; Helenilka Pereira Barbosa da Luz; Helio Chaves Filho; Helio José da Silva Filho; Heliomar Wesley Costa; Hideraldo Luiz de Almeida; Hildevana Meire da Silva Almeida; Humberto Garcia de Carvalho; Idenildo Eustaquio de Oliveira; Ildete Furukawa; Ione Lima Almeida Nogoceke; Ivanilde Oliveira de Castro; Ivin Lacerda Bezerra Braga; Jackelene Rubem de Macedo; Jader Alexandre Santos Silva; Janaina Araújo Veras Teles; Janaina de Oliveira Chagas; Janilly de Sousa Feijão; Jear Carlo Paulino; Jeferson Girardi; Joara Cronemberger Ribeiro Silva; Jonathan Madeira de Barros Nunes; Jorge Luiz de Oliveira Carvalho; José Afonso Vieira; José Antoniel Campos Feitosa; José Carlos Martinez Fernandez; José Cavalcante Arnaud; José Gamaliel Teixeira Noronha Junior; José Glaucy de Aguiar Rocha; José Goncalves de Barros Junior; José Verissimo de Sena; José Wellington Reis e Silva; Josimar Das Neves Alves; Jota Martins de Siqueira; Juliana Andrade Feo; Juliana Silva Ribeiro; Julio Cesar Faria; Julio Cesar Pereira Martins; Karina Hidalgo Silva Alves; Karla Adriana Alcantara de Melo; Karla Suda de Souza Brockveld; Keyla Cristina da Silva Leôncio; Lanara Guimarães de Sousa; Lauro Pires Xavier Neto; Leandro da Rosa Marshall; Leandro Tortosa Sequeira; Leandro Vieira Cunha Botelho; Leonardo Bittar de Faria; Leonardo Byrro Fonseca; Leonardo de Melo Gadelha.

02 - TC 002.437/2007-9
Natureza: Admissão
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - MEC
Interessados: Cleber de Miranda Barros; Geila Maria Martins Azevedo; Rodolpho Alexandre Casadei.

03 - TC 002.443/2007-6
Natureza: Admissão
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Interessados: Aurelia Aparecida de Araújo Rodrigues; Cairo Mohamad Ibrahim Katrib; Carlos Alessandro Nunes; Claudio Nunes da Silva; Clebio Domingues da Silveira Junior; Gabriela Dionysio; Gabriela Licia Santos Ferreira; Lucia de Fatima Valente; Maria Celia Borges Dalberio; Oswaldo Borges de Souza Junior; Patricia Batista Silva; Rafael Borges Ribeiro; Reginaldo de Camargo; Rita de Cassia Martins de Souza; Wander Marcondes Moreira Ulhoa;

04 - TC 021.777/2006-5
Natureza: Admissão
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Interessados: Adilton Sales dos Santos; Clara Regina Góis Santos; Edjane Cruz Santos Silva; Elisângela Maria Alves de Oliveira Rocha; Geyzon Santos do Amaral; Sineide Souza Maia.

05 - TC 022.407/2006-9
Natureza: Admissão
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Interessados: Christine Miranda Correa; Debora do Nascimento Moreira; Heloisa Helena da Silva; Marcelo Silva Silverio; Rafael Gerard de Almeida Demuelenaere; Raquel Daibert Duarte Silva; Tereza Cristina Bernardo Fernandes; Willer Araújo Barbosa.

06 - TC 024.075/2006-6
Natureza: Admissão
Entidade: Universidade Federal de São Paulo - MEC
Interessados: Alessandra de Aquino Arakaki; Alessandra Nery; Alex Sandro Bulka Contrera; Alexandre Monteiro Neves; Aline Paes de Jesus; Ana Maria Santana da Silva; Andre Ferreira Simões; Carolina Oliveira Santos; Celia Regina do Nascimento; Celia Regina Teixeira; Cibele Cristina Marino; Claudia Michelle Oliveira dos Santos; Cleyde Sayuri Horie; Cristiane Silva de Oliveira; Daniele Cristina Bosco; Danilo Moraes Correia; Dayane da Silva; Diego Buzato Fraga; Douglas Nunes Vieira; Ederson da Costa Gonçalves; Eduardo Augusto da Silva; Eduardo Luis da Silva; Fabio Proença; Fernanda Gomes da Silva; Fernando Cesar Barros Horta; Flavio Ferreira da Silva; Francine Simões Rodrigues; Glauce Teodoro Martins Dias; Horácio Augusto de Souza Neto; Ilza Satie Takahashi; Isaac Fortunato Guimarães; Janete Pereira Maia; Joelma dos Santos Bordin; Josias Ramalho de Oliveira Lima; Juliana Anghietti Lucas; Juliano Alves Guidini; Karla Alexandra de Melo Souza; Kate Silva dos Santos; Katiuscia Fernanda de Souza; Leni Rita Brito da Costa; Lilian Bispo de Oliveira; Luciana Brandel de Lima; Luciana Monteiro Aguemi; Luisa Cobra dos Santos; Marcus Vinicius Carvalho Arantes; Maria Rejane da Silva Vieira; Marlene Botturi; Maurice Henrico Marin; Mauro Sergio Meneguele; Miriam Aparecida de Oliveira; Nilton Gomes Furtado; Patricia de Mello Ribeiro; Paula da Silva Ramos; Paulo Francisco Pereira Junior; Ricardo Mariano de Oliveira; Ricardo Santos Santana; Rodrigo Botelho; Rodrigo Socio Romani; Rodrigo Spineli Macedo; Rogerio de Almeida Portugal; Saulo Vieira Bulcão; Silvio Lira; Solange Luzinete da Silva; Suzana Bortolotto; Tadeu Pereira de Almeida; Tiago Silva Barbosa; Ulisses Silva Jorge; Vanessa Neves Estigoni; Vanessa Ribeiro da Silva; Walfran Carvalho de Araújo; Wilson Vieira Borges; Wladimir de Andrade Fernandes.

07 - TC 024.087/2006-7
Natureza: Admissão
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Interessados: Margarete Barbosa Plentz; Marko Petek.

08 - TC 025.863/2006-3
Natureza: Admissão
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Interessados: Eliana Santana Silva Santos; Glaise Figueiredo Franco; Marlene Pereira Correia de Azevedo.

09 - TC 028.902/2006-7
Natureza: Admissão
Entidade: Universidade Federal de São Paulo - MEC
Interessados: Adalgiso Coscrato Cardozo; Adio Bento da Silva; Adriano Jorge Galhardo; Ana Claudia Muniz Renno; Cintia Aparecida Ramos; Daniel Araki Ribeiro; Daniel Farias Rocha; Daniela Cristina Gonçalves; Donizeti Aparecido Luz; Edesio de Souza Aguiar Sobrinho; Elaine Damasceno; Elaine Patricia Ferraz Antônio; Elizabeth Gonzalez Gagliardi; Elke Stedefeldt; Emérita Sátiro Opaleye; Fernando Amaral Carmo; Flavio Alexandre Gonçalves; Francisco Eberth Marinho Marques; Francisco Joaquim dos Santos; Gerusa Elaine de Souza Santos; Jacilene Brito da Silva; Jaquelina Maria Imbrizi; Jocymara Flavio Simoes; Joyce Mendes Gomes; Juarez Pereira Furtado; Juliana Maria Figueiredo de Souza; Juliana Nogueira Tirado; Kelly Caroline de Oliveira; Leandro Luis Soares; Lidiane Pereira da Silva; Marcia Rodrigues Faria; Marcio Ribeiro dos Santos; Marcus Faria Lasmar; Maria Antonia Camargo de Rolvare; Maria Madalena Gonçalves Souza Pereira; Marisa Mota de Lima; Marlene Teixeira Lima; Mary Cristina Bezerra da Silva; Max Artur Fonseca Junior; Nadjane Bezerra do Amaral Prilip; Nancy Ramacciotti de Oliveira Monteiro; Nelio Espirito Santo Barbosa Correa; Norma Shizue Moriana Iwashita; Patricia Alessandra Dastoli; Priscila Aparecida Carvalho Balbino; Rodrigo Turini Catta Preta; Romildo Frezatti Barreiros; Sandra Maria Alba Gasparro Zan Paschoal; Simone Pereira da Silva; Sinara Lisboa Dantas; Solange Aparecida Fantini Lopes; Solange Puccio Gaspari; Sonia Aparecida Juvenal; Suzete da Silva Pereira Lima; Virgilene Dias de Santana; William Robert Simões e Silva; William Samartin Acedo.

10 - TC 028.910/2006-9
Natureza: Admissão
Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas - MEC
Interessados: Denise dos Santos Colares; Elton Luiz Vergara Nunes; Flávia de Azambuja Carvalho; Isabel Porto Nogueira; Marcello da Rocha Macarthy; María Pía Mendoza Sassi; Mário Duarte Canever; Maurício Nunes Porto; Vera Lúcia Brahm dos Santos; Victor Fernando Buttow Roll.

11 - TC 028.912/2006-3
Natureza: Admissão
Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - MEC
Interessados: Andre Lemes da Silva; Angelica Neto Pereira Facio; Berenice Ribeiro Romeu; Camila Furtado Taubner; Carla Silva da Silva; Cibeli da Rosa Duarte; Daniel da Costa Ferreira; Eduardo Resende Secchi; Eliane Mieres; Fabio Simões da Costa; Fátima Regina Silva e Silva; Felipe Furtado Gomes Riet Vargas; Fernando Alfredo Guimaraens Martinote; Fernando da Costa Afonso; Guilherme Penha Pinto; Janete Rosane de Azevedo Martins; Jaqueline Farias Gonçalves; Jean Guilherme Florentino Corrales; Karen Knopp de Carvalho; Leandro Haerter; Luciana Santos Peixoto; Luis Fernando Oliveira da Silva; Marcelo Luis Beauvalet Moreira; Marcia de Vasconcellos; Maria da Graça Carvalho do Amaral; Marlene Maria de Aquino; Murilo Sedrez Araújo; Patricia Macedo da Silveira; Rita Arim Rosales; Rita de Cassia Andrade Louzada; Rita Patta Rache; Rodrigo Desessards Jardim; Tiaraju Alves de Freitas; Vagner Santos da Rosa.

12 - TC 028.943/2006-0
Natureza: Admissão
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Interessados: Adriano Sérgio Freire Meira; Adriano Sitônio Rumão; Alexandre Cesar Soares de Souza; Aline Lucena Costa Pereira; Amaro Flor Neto; Ana Alayde Werba Saldanha; Ana Paula Rocha Miranda; Ana Valéria Endres; André Luiz Queiroga Reis; André Ulisses Dantas Batista; Arlete Antas Leite; Arturo Rodrigues Felinto; Aulus Antônio Moura de Lira; Auriwerton Santos Lucena de Sousa; Bruno César Machado Torres Galindo; Cacilda Chaves Morais de Lima; Carla Christina de Lima Pereira; Carla Mary da Silva Oliveira; Carlos Pedrosa Junior; Claudio Benedito Silva Furtado; Claudio Ruy Portela de Vasconcelos; Creuza Soares Cortez; Damião de Lima; Daniel da Silva Vieira; Daniela Karina da Silva; Davanise dos Santos; Edivaldo José Trindade Medeiros da Silva; Erika Acioli Gomes de Lima; Ertha Janine Lacerda de Medeiros; Eugenia Di Giuseppe Deininger; Eveline Filgueiras Gonçalves; Fábia Danielle Sales Cunha Medeiros e Silva; Fabiana Ferreira do Nascimento; Fabiana Gomes da Silva; Fernanda Gomes Correia Costa; Flávia Mesquita de Carvalho; Francilene Lucindo da Silva; Francisca Inês de Sousa Freitas; Geane de Luna Souto; George Guedes Pereira; Gerd Bruno da Rocha; Germana Oliveira Almeida de Mendonça; Glaucilene Soares da Silva; Halbiege Léa di Pace; Italo Fittipaldi; Jacira dos Santos Oliveira; Jacqueline Barbosa da Silva; Joana Darc Torres de Brito; José Alexandre Moreira Lima; Josélia Maria de Oliveira da Silva; Joséria Muniz de Melo; Juliana de Alencar Gouvêa; Julio Rique Neto; Juvino Alves Maia Junior; Kadidja Ferreira Santos; Karen Lúcia de Araújo Freitas; Karina Maria Azevedo Bringel; Karla Renata Freire Meira; Leila Mara Gonçalves; Liane Schneider; Lúcio Sergio de Oliveira Vilar; Magnolia Carvalho de Lima; Marcelo Luis Rodrigues; Marcos Antônio Farias de Paiva; Maria Angelina Cartaxo Filgueiras Fernandes; Maria Benegelania Pinto; Maria Creusa de Araújo Borges; Maria da Penha Cavalcanti Oliveira; Maria de Lourdes da Silva Santos; Maria de Lourdes Fernandes Bastos; Maria Neuza Soares e Silva; Mônica Lourdes Franch Gutierrez; Neusa Collet; Patrícia Emília Naves Givisiez; Paulo Aguiar do Monte; Ricardo Moreira da Silva; Rivaldo do Ramos Simão; Rosane Fávaro Médes; Rosangela Gonçalves Palmeira; Rosângela Marques Batista Alves; Rosilene Fernandes Machado; Sandra Alves da Silva Santiago; Sandra Leandro Pereira; Sergio Costa de Mello; Silvania Katiussa de Assis Gomes; Sócrates Golzio dos Santos; Solange de Sousa; Terezinha Nunes da Silva; Thiago Mendonça Muniz de Albuquerque; Ulisses Umbelino dos Anjos; Vagner Cesarino de Souza; Valderlane Bezerra de Carvalho; Valdinez da Silva Lima; Valéria de Fátima Coutinho Maia da Silva; Wellington Vicente do Nascimento; Widmarck Costa de Oliveira.

SENADO FEDERAL

01 - TC 025.605/2006-9
Natureza: Admissão
Órgão: Senado Federal
Interessados: Marlise Maia Carraro; Monique de Cabral Fagundes Pereira; Pedro Pereira da Silva Costa.

ACÓRDÃO Nº 227/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 a 263, do Regimento Interno, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

01 - TC 019.414/2006-1
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Interessados: Fabio Marcelo Santos; José Raimundo Feitosa; Marlene Marcelo Santos; Rafael Santos Feitosa; Rebeca Santos Feitosa.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO (EXTINTO)

01 - TC 001.183/2007-0
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Coordenação-Geral dos Extintos Territórios
Interessados: Conceição Correa Medeiros; Cristiane Cunha da Silva; Hilleanne Gheysa Andrade Silva Medeiros; Huelma Correa Medeiros; Huelson Correa Medeiros; Huilma Correa Medeiros; Marcio Cunha da Silva; Marcio Henrique Aguiar de Lira; Marcos Cunha da Silva; Ozemita Cunha da Silva.

02 - TC 001.188/2007-7
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Interessados: Ana Maria Sena Rodrigues Barbosa; Ana Maria Sena Rodrigues Barbosa; Anderson Rodrigues Barbosa; Artur Venilson Rodrigues Barbosa; Carlos Alberto Aguiar de Sousa; Germina do Rosário Aguiar Souza; Gustavo Henrique Galant Pereira; Leia Mariza Galant Pereira; Leonardo Galant Pereira; Marina Muniz Santos; Neide do Nascimento; Rafaela Galant Pereira; Terezinha Souza Gomes Pereira; Yvone de Azevedo Barros.

b) Ministro Ubiratan Aguiar (Relações nºs 5 a 9);

ACÓRDÃO Nº 228/2007 -TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 e 40 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Entidade: Caixa Econômica Federal
1 - TC 023.015/2006-3
Interessados: DAVI OLIVEIRA SANTOS; DEBORA DE JESUS VIANA DE ARAUJO; DEBORA FREIRE SILVA; DEISE MARIANE SCHMIDT; DEIVISON CASSIMIRO DE OLIVEIRA; DENIS FERREIRA DE BORBA; DENISON MACIEL MENESES; DEUSILENE MOREIRA GOMIDE; DEYSE CRISTINE NARDELLI; DHIEGO CESAR MENDES ROCHA; DHIEGO RODRIGO VIEIRA MARQUES CARNEIRO; DIANA AQUINO DE OLIVEIRA; DIANA CAROLINA CRUZ CARVALHO; DIANA MARIA MELLO DE ALMEIDA; DIANE SIEBRA PAES BARRETO; DIMAS GUEDES DE SOUZA; DINETE BATISTA DE ALMEIDA; DIOGO MASCARENHAS RIBEIRO; DJOSSE LILIAN BATISTA BRAGA; DOMINGOS SAVIO LOURENCO DA HORA; DOUGLAS PEREIRA CARNEIRO; DUILIO ALENCAR PRADO LIMA; EDCARLOS SEVERINO DOS SANTOS; EDEMILSON MARINHO; EDER AMAURY SILVA DE OLIVEIRA; EDILENE CONCEICAO DA SILVA; EDILSON JOAO DOS SANTOS; EDILSON RONI HAVERMANN MACHADO; EDIMARA ISZCZUK ALMEIDA BRYK; EDINEIA CRISTINA DE SOUZA CARVALHO; EDNA PEREIRA DA SILVA; EDSON BORGES DE CARVALHO; EDSON GOMES DA SILVA JUNIOR; EDSON JOSE TORRES FERREIRA; EDUARDO DE BRITO MOREIRA MORAIS; EDUARDO MAURICIO DE ABREU LA GUARDIA; EDUARDO OLEGARIO DE OLIVEIRA; ELCIMARA OLIVEIRA DA SILVA; ELENA AKIKO TOMISHIMA; ELI APARECIDA PEREIRA DO ESPIRITO SANTO; ELIANA RIBEIRO PINTO VALADAO; ELIANE MUNIZ CORREA; ELIAS VALE PESSOA; ELIEDINA JULIO DOS SANTOS; ELIELSSON BEZERRA DE MELO; ELINA DA SILVA LANDIVAR; ELISANGELA GONCALVES DE FARIAS ELIAS; ELISIANE DA SILVA SENA; ELIZABETH DOS PRAZERES PINHEIRO PEREIRA; ELIZANGELA DE ASSIS; ELIZANGELA RAMOS OLIVEIRA DOS SANTOS; ELIZENA VITORIA DAMASCENO GAIOTI; ELLEN ALVES DE MIRANDA; ELOISA VOLPATO HEIDEMANN; ELOY RODRIGUES LIMA NETO; ELTON LUIZ BORTOLUZZI; ELZA HELENA ROSA VAZ; EMANOEL CARDOSO DE MELO; ERALDO LIMA DO NASCIMENTO; ERICA BELFORT SIQUEIRA.

Entidade: Serviço Federal de Processamento de Dados
2 - TC 023.021/2006-0
Interessados: ANDRE MARANHAO NADER; ANGELA MARIA CRISTINA CLARA; IZAIAS PEREIRA PINTO FILHO; LUCIANO LEAL SOBRINHO JUNIOR; MARIA JULIANE LEITE MENDONCA; NILVA HOFFMANN; VICTOR HOLANDA DE MIRANDA; ZILCA CABRAL DE OLIVEIRA.

Entidade: Caixa Econômica Federal
3 - TC 024.073/2006-1
Interessados: ISABELA MONTE DE OLIVEIRA PAULINO; JOEL VIEIRA MARTINS; JOICILENE DA SILVA FREITAS.

Entidade: Caixa Econômica Federal
4 - TC 024.975/2006-5
Interessados: BRUNELLI MARIA FONSECA; BRUNO COELHO MURTA; BRUNO CORCINO BELEI; BRUNO PACHECO VIEIRA; CAMILA DE ALMEIDA FRANCISCONE; CAMILA RODRIGUES SILVA SOUSA; CARLA REGINA GIRAO DA SILVA TEIXEIRA; CARLA SOARES SANTOS; CARLOS ANDRE DE ANDRADE; CARLOS ANDRE FIRMINO DA COSTA; CARLOS AUGUSTO LAHM STEFFEN; CARLOS AUGUSTO MEDEIROS NUNES JUNIOR; CARLOS DOS REIS MOREIRA; CARLOS EDUARDO REZENDE MENEZES; CARLOS LEONEL MORENO DE FREITAS; CAROL CHRISTIA SIMOES BARBOSA LESSA; CAROLINA DE CASTRO COELHO; CAROLINA RODRIGUES DA SILVEIRA; CAROLINE ARANTES DE QUEIROZ; CASSIA LAINESLEY MUNHOZ LOPES JOSE; CASSIO DIAS PAIVA; CATARINA MORETTI RIBEIRO; CECILIA JUNQUEIRA TOLOMEI; CELIO HENRIQUE MAIA DO VALE; CELMA MARIA COLUCIO; CELSO APARECIDO BRAIANI HIPOLITO; CELSO PEREIRA DOS SANTOS; CLAUDIA DE LALOR; CLAUDIA DEL BIANCO SAMPAIO; CLAUDIA LUIZA DA SILVA GUEDES; CLAUDIA ORLANDI MINCATO; CLAUDIO CESAR DE CARVALHO SOUZA; CLAUDIO LUIZ BIANCHI; CLAUDIO ROBERTO HAZELMAN DE SOUZA; CLAUDIO TOMIO EGUCHI; CLEBER MARIO TELES BORGES DE BARROS; CRISTIANE VANDA CARLOT; CRISTIANI MARA LIMA ARAUJO; CRISTIANO NESSI ZACCA; CRISTINA DE OLIVEIRA SOARES; CRISTINA LINO DE SOUZA; CRISTINA TROMBAIOLI NERY; CRISTINE MORETZ SOHN DA COSTA PERLINGEIRO; CRYSTIANE FRANCA SILVA CASTRO; DAIANE OLIVEIRA E SILVA; DANIEL BEZERRA DOS REIS SILVA; DANIEL DA CUNHA BERNAL; DANIEL DENNIS DOS SANTOS; DANIEL HONORIO DE ALENCAR; DANIELA CABRAL; DANIELA DE LIMA SILVA; DANIELA SANTOS AQUINO; DANIELE CRISTINA BRENTIGANI; DANIELE CRISTINA DAS NEVES; DANIELE MARTINS LACERDA; DANIELE ROSSANDRA NEUMANN; DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO; DANIELLE MORAIS RODRIGUES; DANIELLE SOUZA QUIRINO; DANIELLI FLAUSINO; DANILO CAMPOS; DARLAN VITOR DE SOUTO; DAVI DO NASCIMENTO; DEBORA CRISTINA ALVES DE PAULA; DEBORAH ESTEVAO FLOZINO; DENISE FILOMENA SAMPAIO RIBEIRO; DIANA MUNIZ PEREIRA; DIANNA LIMA; DIEGO VALDUGA; DIOGO FARIA GARCEZ PALHA; DIONNE ROMEU CRISTOFOLINI; DIVA MARIA GUERRA; GLEICIANI PEDROZA OLIVEIRA; GLEYDSON RICARDO DE MELO; GUILHERME SOARES DE OLIVEIRA ORTOLAN; GUSTAVO HENRIQUE MORETE DA CUNHA; GUSTAVO MULLER; GUSTAVO ZIMMERMANN GUZZO; HELIO BEZERRA PEGADO JUNIOR; HELTON BASTOS COSTA; HERIBERTO MICHELS; HIGO RAFAEL FEITOSA FRANCA; HUGO GARCIA DE SOUZA; HUGO TIAGO ALMEIDA; IARA MARQUES DE FREITAS; IDIVALDO APARECIDO DE FREITAS; IGOR SILINGOWSCHI; ILDER BRUNO BARBOSA DE JESUS; IRISMA OLIVEIRA DE CARVALHO; ISAAC DA SILVEIRA SOUZA; ITALO BRUNO FERNANDES NEVES; ITAQUE GUIMARAES VIEIRA RIBEIRO; IVANA PATRICIA IAHNKE STEIM; IVANILDE SILVA OLIVEIRA; JANAINA BARDEN DA ROSA; JANAINE ASSIS ALVES; JAYME PEREIRA NOGUEIRA NETO; JEANNE SOARES DE OLIVEIRA; JEFFERSON MARCELO DA FONTE NOGUEIRA.

Entidade: Caixa Econômica Federal
5 - TC 024.976/2006-2
Interessados: CAMILA MOURA RAMOS; CARLA GELCI HONAISER; CARLA RENATA FERREIRA; CARLOS AMARAL BRITO; CESAR MASSAHIRO MUNAKATA; CHANDRA DE CARVALHO LASSERRE; CHRISTIAN RAPHAEL DA SILVA DOS SANTOS PEREIRA; CICERO NILBERLI VIEIRA; CICERO PEREIRA DA COSTA; CID SILVA MESQUITA; CIMAR SUZART SILVA; CLAUDIA APARECIDA ALVES; CLEDJANE MARIA SILVA DA COSTA; CLEITON BARBOSA BEZERRA; CLEMILTON BARBOSA SANTOS; CLYSSIA SOUZA CALDAS; CRISTIAN BRUNO CRATEUS AZEVEDO; CRISTIANE ASTOLFI; CRISTIANE DO AMARAL; CRISTIANE TOYOSHIMA SATO; GABRIEL NATIVIDADE TAVARES DE PINHO; GEISA CASTRO DOS SANTOS; GEISLER ARIDE GONCALVES; GENILSON DE OLIVEIRA ALVARENGA; GEORGE MOVSCHOWITZ; GEOVANNE RODRIGUES; GERALDO ISMAEL LACERDA; GERALDO PEREIRA DOS SANTOS; GESUEL TONON; GILBERTO COUTO DA COSTA JUNIOR; GILBERTO JOSE MATIELLO; GILBERTO MARTINS DE SOUSA; GILDA GALVAO DE ALMEIDA; GILDA RIBEIRO DOS SANTOS; GILDANETE DE CASTRO RODRIGUES; GILSON TELLES DE CARVALHO JUNIOR; GIORGIO ZIMANN GISLON; GIOVANA BALESTRIN; GIOVANA CORREIA NEVES; GIOVANI DE CARLI; GIOVANNI DE MORAES AVIANI; GISELE FERREIRA COUTO; GISELLE DA SILVA SOARES; GLAUCI LOURENCO DE OLIVEIRA; GLAUCO HERCILIO BRAZ; JOANA ANGELICA DOS SANTOS DE ABREU; JOANA SALLES COELHO DA SILVA; JOAO HENRIQUE PINTO MARQUES; JOAO RICARDO DE PALMA; JOAO WANDER MENEZES DOS SANTOS; JOCEMIRA LEITE DOS SANTOS; JONATHAS FORTES; JORGE ALBERTO SIMAO; JORGE ANDRE PALMIERI GOUVEA; JORGE FRANCISCO DO NASCIMENTO; JORGE RONALDO LEITE LIRA; JOSE ALEXANDRE FENILLI DE MIRANDA; JOSE ANTONIO DA SILVA E SOUSA; JOSE AUGUSTO DE BRITO CANDIDO; JOSE DILSON DOMINGOS FILHO; JOSE EDI MORAES FAGUNDES JUNIOR; JOSE EMMERSON FERREIRA RODRIGUES; JOSE HENRIQUE SILVEIRA PACHECO; JOSE LUIS BAPTISTA DE LIMA FILHO; JOSE MANOEL CUANI; JOSE PAULO MESQUITA DE AZEVEDO; JOSE RICARDO DOS SANTOS; JOSE SILVA GENU; JOSIANE MIKETCHEN; JOSUE RICARDO MENOSSI DE FREITAS; JOSUILTON FRANCISCO DA MOTA; JUAN PABLO RIGUEIRAS; JULIANA DO VALE SOARES; JULIANA LACORTE; JULIANA LEAL RIBEIRO DE ALMEIDA; JULIANA MAGIOLI MATTOS DIAS; JULIANA MIRANDA DE OLIVEIRA; JULIANE LEVISKI PIRES; JULIO CESAR BARBOSA LEITE.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Entidade: Fundação Nacional de Saúde
6 - TC 024.652/2006-4
Interessados: ADLER MONTEIRO DE MACEDO; ADRIANO KARLENO ALVES DE FREITAS; ALDECIA MARIA DE MATTOS; ALDEZINO DE ASSUNCAO RODRIGUES; ALEXANDRE RAMOS MARTINS DE ALBUQUERQUE; ALFRANJO DENES GALVAO MAIA; ALINE DIONISIO CASTELO BRANCO; ALTINO DA SILVA NETO; AMARO SILVIO TAVARES BRITO; ANA ISABEL COELHO DIAS DA SILVA; ANA MARIA ALVES DE MORAES; ANACLEODES CAMPOS DO NASCIMENTO; ANANIAS NORONHA FILHO; ANTENOR CLIMERIO DOS SANTOS CAVALCANTE; ANTONIA BATISTA DA MOTA LOPES; ANTONIA MARTA DA SILVA SOBRINHO; ANTONIO CARLOS DOS SANTOS; ANTONIO DE AMORIM GAMA; ANTONIO ELBER FREIRE DA SILVA; ANTONIO EUDES LOURETO DE OLIVEIRA; ANTONIO JOSE DA SILVA JUNIOR; ANTONIO MARCOS SILVA DE ARAUJO; ANTONIO PEREIRA DE OLIVEIRA; ARLECIA SILVA VILHENA; ARLINETE SOUZA DE MEDEIROS; AUGUSTA MARIA PEREIRA SILVESTRE; AUGUSTO JOSE MONTEIRO DIOGO JUNIOR; AUREAN LEAL DOS SANTOS; BERNADETH DE LOURDES VON SOHSTEN; BRUNO LUIS LEITE DE LIMA; CAMELIA MARIA MAGALHAES NUNES; CARLOS ALBERTO DE FRANCA MENDES; CLAUDIA MARQUES OBANDO; CLAUDINA DA SILVA SALES; CLAUDIO COSTA ARAUJO; CLEIDE BISPO SANTOS; CLEOMAR PEREIRA RIBEIRO; CLICIA ALVES PADILHA DANTAS; DANIEL SALES HARGESHEIMER; DANIELLA MARIA BOH BARBOSA; DECIMO PRIMEIRO FILHO; DELMIR DA COSTA CARDOSO; DEYSE DORNELAS DE SOUZA; DIMITRI RAMOS GRANDEZ DE ARAUJO; DUCINEIA DE AGUIAR BARROS; EDGARD DIAS MAGALHAES; EDILENE DOS SANTOS LIMA; EDIONE REINALDO DE OLIVEIRA; EDNALVA MARIA BEZERRA DE LIRA; EDSON RODRIGUES BUSSAD; ELINOEL SIMAO DE MACEDO; ELISANDRA SALES DA SILVA; FABIO GONCALVES DE ALMEIDA; FRANCISCA VIEIRA LEMOS; FRANCIVALDA RODRIGUES DA SILVA; FRANKLIN WELLINGTON RIBEIRO; GILDASIO GENIVAL DE MOURA; GUTEMBERG VIEIRA DE MOURA; ILDA MARIA DE QUEIROZ; IVAN SOARES FARIAS; JANIA DAS DORES VIANA SANTANA; JANIACLEY REIS MENDONCA; JEREMIAS FERREIRA BISPO; JOAO DOS SANTOS TEIXEIRA; JORGE NEVES DE OLIVEIRA.

Entidade: Fundação Nacional de Saúde
7 - TC 024.982/2006-0
Interessados: JOSE GILVAN OLIVEIRA MOURA; JOSILANE INUMA FERREIRA; LUCIANO ARAUJO DE ALMEIDA; LUIZ GUSTAVO CUNHA DE CASTRO; LUIZA APARECIDA DA COSTA; MARCELA MINOTTO MARQUES; MARCIA CRISTINA MORAES; MARCIA CRISTINA PEIXOTO COELHO; MARGARIDA ELIZABETH DE MENDONCA LIMA; MARIA ANAIDE BRAGA DE MENEZES; MARIA DA CONCEICAO DE SOUSA; MARIA DE FATIMA GUERREIRO CESAR; MARIA DO SOCORRO LITAIFF RODRIGUES DANTAS; MARIA LUIZA SILVA DE SOUZA; MARILANE MOURA COUTINHO; MARILENE ALVES DE SOUSA; NANCY FILGUEIRA DA COSTA; PEDRO GALDINO DE SOUZA; RADAMEZIO EDUARDO VELASQUES DE ABREU; RAIMUNDA DE FATIMA LEITE LIBERTINO; RENATO SOUZA; ROSANA LIMA VIANA; RUBENS WILSON SACCENTI; RUY LUCIO RODRIGUES DA SILVA; SANDRA HELENA FIGUEIREDO DOS SANTOS; SANDRA LUCIA DE LIMA; SILVIO ROGERIO FERNANDES MACHADO; SOLANGE DE LIMA SIQUEIRA; SYLVIO DE SOUSA CARVALHO.

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A
8 - TC 023.864/2006-1
Interessados: ADÃO LUIZ MACARTTIS LUCENA; EDIO HENRIQUE FIEGENBAUM.

Órgão: Ministério das Cidades
9 - TC 024.071/2006-7
Interessados: ALINE DA SILVA COSTA; ANA MARGARIDA BOTAFOGO GONÇALVES DE LORENZO FERNANDES KOATZ; ANA PAULA NEIVA; ANDRE LUIS GOMES MACHADO; ANDREA DOS SANTOS MOITINHO; ANDREA MOTA SILVA; ANTONIONY LOPES ALVES DA SILVA; BRUNO EVERTON DOS SANTOS VIANA; BRUNO PIMENTEL; CARLA FABRA GARCIA; CARLA FERNANDA SILVA; CARLOS DOS SANTOS LIMA; CARLOS HINDEMBURGO RODRIGUES DE MELO; CARLOS TIAGO DA COSTA SANTOS; CÁSSIA APARECIDA VIANA; CHRISTIANE KELLE CARVALHO; CHRISTINNE PEREIRA BRASIL; CLAUDIA LUCIA SOARES DE OLIVEIRA; CLAUDINEY APARECIDO DA SILVA; CLAUDIO OLIVEIRA DA SILVA; CYNTIA VICENTE RONDELLI DA COSTA; DARLAN ARAGAO MESQUITA; DAVID DE SOUSA ALVES RAPOSO; ÉDER CARVALHO WEN; ELIANA KLEBIA DE SOUZA RAMOS; ELIEZE BULHOES DE CARVALHO; FABIANA FURTADO; FABIANA PINHEIRO BARBOSA; FABIO GONDIM SADECK; FERNANDO FERREIRA; FLAVIO BAZZANO FRANCO; FLAVIO HENRIQUE GHILARDI; FRANCISCO DE MATTOS FAE; FREDERICO LOPES COSTA; GLAYTON MARÇAL; GUSTAVO ANTONIO ROCHA LOBO; HELDER DOMINGOS NASCIMENTO; HELIO ALVES DA PAZ; HENRIQUE FERNANDES NASCIMENTO; HENRIQUE MOREIRA CAMPOS; HUGO LEANDRO GOMES GONÇALVES; ISAAC ISMAEL DA SILVA SANTOS; ISADORA RODRIGUES SALES; ITALO MARQUES FILIZOLA; IVETE OLIVEIRA DA SILVA RAMOS; JOAQUIM OTAVIO PEREIRA

DA SILVA JUNIOR; JORGE LUCIEN MÜENCHEN MARTINS; JULHIERMES FERNANDES DO NASCIMENTO; JULIANA GOMES PONTES; KELLEEN GRACE ROMANINI PACE; LETICIA MIGUEL TEIXEIRA; LUCAS DE CARVALHO GOMES; LUCIANO CLAUDIO DE MORAES SOUSA; LYSIANNE REIS AMORIN; MAGALI REGINA KOLAKOWSI CHULES; MARCELO TOLLENDAL ALVARENGA; MARCIO AUGUSTO DE OLIVEIRA; MARCOS PATRICIO MACEDO; MARCOS VENICIUS LEITE VASCONCELOS; MARCUS VINICIUS OLIVEIRA VEIGA; MARIANA MENDES FIALHO; MAURICIO DINIZ BARBOSA; MAURICIO LIMA CAMPOS; MAURICIO LIMA REIS; MICHEL ARAÚJO DA COSTA; MONALISA OGLIARI; NATACHA RAPHAELLA MONTEIRO NAVES COCOTA; PAULO ANDRE PEREIRA BRITO; RAPHAEL MAGALHAES BARCELOS; RENATA TEREZA LIVRAMENTO FREITAS; RODOLFO CALMON DE CASTRO; RODRIGO CORAZZA GATTO; ROGERIO PINHEIRO SILVEIRA; SERGIO WILLIAM RODRIGUES DOS SANTOS; TAISE OHANA SILVA; TELMARA DE ARAUJO GALVAO; TEREZA CLEISE DA SILVA; TONY HUMBERTO FERREIRA LOPES PINTO; VANAIR ALVES DE OLIVEIRA; VICENTE HENRIQUE MACIEL DE OLIVEIRA; VICTOR ALEX BEGNINI; VITOR FINOTTI BARBOSA; WARLLEY LOPES DINIZ; WILLIAM DE CASTRO FEITOSA; YARA YAMAGUCHI DE PAIVA.

Órgão: Ministério das Cidades

10 - TC 024.072/2006-4

Interessados: ADALMIR DE OLIVEIRA GOMES; ALESSANDRA LUCENA WOLFF; AESSANDRA RODRIGUES OLIVEIRA; ALINE MELO NASCIMENTO; ANA BRITO DA COSTA DIAS; ANDERSON GOMES RESENDE; ANDRE GONÇALVES FLORENCIO; ANDRE NAVES CANGIRANA; ANDRESSA SOUZA MENDES; ARQUIMEDES BELO PAIVA; BRUNO ANTONIO LISBOA CORDEIRO; CARLOS MAGNO DA SILVA OLIVEIRA; CASSIANA MONTESIAO DE SOUSA; CLAUDIO ROBERTO CARRILHO; CLAUDIO SANROMA COSTA; CLEVERSON GOMES CARDOSO; DYOGO DA ROCHA CAPISTRANO; EDIMILSON SILVA VASCONCELOS; EDUARDO ALBERTO TEIXEIRA; ELIANE RODRIGUES DE LIMA; ELIAS VIEIRA DE OLIVEIRA; ERICA RUTH RODRIGUES DE MORAIS; EVERTON SUDRE FERREIRA; FABIANA DA SILVEIRA CAPUTO; FABIO LUIZ DE MORAIS; FABIO MONTEIRO RIGUEIRA; FABRICIA GONÇALVES DE ANDRADE; FERNANDA ELIAS RUBINGER; FERNANDA FIGUEIREDO GUIMARAES; FERNANDA GIMENEZ MACHADO; FERNANDO FERREIRA ROSA; FRANCISCO DOS SANTOS DE SOUSA; FRANCISCO GABRIEL SANTOS SILVA; GIOVANNI SANSEVERO; GLEISSON MATEUS DE SOUZA; GUSTAVO COELHO PORTILHO; GUSTAVO LOUREIRO CHAGAS; ILLIMANI OSSAMI DE MOURA FERREIRA; JANIO ALCANTARA SILVA; JOAO CARLOS COUTINHO; JOAO CARVALHO LEAL; JOAO LUIZ DAMASCENO CORREA; JOSE HENRIQUE SAMPAIO PEREIRA; JULIA LINS BITTENCOURT; JULIANA BONFIM DA SILVA; JULIANA DE CASTRO E FARIA; JULIANA TORRES SALES SANTA CRUZ; JULIO DOMINGUES POSSAS; KARINA LIMA DA SILVA; KAROLYNNE FRANÇA DINIZ; KELLEN SOUZA DE OLIVEIRA LARROSA; LARISSA LIMA LACOMBRE; LEONARDO AUGUSTO RODRIGUES BARROS; LEONARDO DA COSTA VAL; LEONARDO DA SILVA PALMEIRA; LEONARDO FERNANDES BIRNBAUM; LEVI FERREIRA DA SILVA; LUCAS FERNANDES DIAS; MARCEL CLAUDIO SANTANA; MARCELINO SILVA DA CUNHA; MARCELO GASPAR THIERS; MARCIO RODRIGO DALLA COSTA HORTA; MARCOS HENRIQUE VENTURA; MARIA JEANE ROSA DA SILVA; MARINA AMORIN CAVALCANTI DE OLIVEIRA; MARLON RESENDE JUNIOR; MARLY FÉLIX DE OLIVEIRA; MARLY IWAMOTO; MAURO HIGA; MELQUISEDEC MEDEIROS MOREIRA; MICHELLE ACERBI BICAS; NATHAN BELCAVELLO DE OLIVEIRA; PAULO ROGERIO DOS SANTOS SILVA; PEDRO MADEIRA PALACIO; POLYANNA BARBOSA DA SILVA CAMPOS; RENATA MENDES VIANNA; RENATA PONTES BUTSCHOWITZ; RENATTO ATTIE LIMA; RICARDO LUIS NEVES CARDOSO; RICARDO LUIZ CARDIM DI CHIACCHIO; ROBERTA PEREIRA DA SILVA; RODRIGO PINTO DE ALMEIDA; ROGERIO BARBOSA DA SILVA; ROSANE BEATRIZ HASENKAMP; ROSANILDE FERNANDES LIRA; ROSILENE DA CONCEIÇAO SANTOS; SANDRA PEREIRA CARRIJO; SORAIA FUCINA AMARAL; VIVIAN MELO DO AMARAL.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Entidade: Diretoria Regional da ECT no Espírito Santo

11 - TC 023.901/2006-7

Interessado: OLISMAGNES VAGMAKER DA SILVA.

Entidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia

12 - TC 023.902/2006-4

Interessados: HILDEBRANDO OLIVEIRA SAMPAIO JUNIOR; JOAO BATISTA DE OLIVEIRA; MARCOS ANTONIO DOS SANTOS; NORBERTO JOSE DA ROCHA JUNIOR; WELDON SOUSA DO NASCIMENTO.

Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Norte

13 - TC 023.914/2006-5

Interessados: ABNER SILVA DE SOUZA; ADRIANA FERNANDES DE QUEIROZ; ADRIANO KAZELLE FERREIRA E SILVA; ALEXSANDRO ARAUJO DA SILVA; ALISSON JANDISON DE OLIVEIRA LIMA; ANEZITA SOARES FONTES DE ALMEIDA; ANNA ISABEL ALVES DA SILVA; ANTONIO BARBOSA DA COSTA NETO; ANTÔNIO MARCOS DA SILVA REGES; ANTONIO MARCOS FERNANDES; CARLOS ANDRÉ SOUZA DA SILVA; CLAUDIA YOSHIE SHIMOE; ELBA PORTELA E VASCONCELOS VERAS; EMERSON WENDELL DOS SANTOS; EMMANUELLE MONIQUE DA SILVA ALVES; EVANDRO DANTAS DE MEDEIROS; EYLTON CARLOS MENDES DA COSTA; FABIANO ANDRÉ DA SILVA VELOSO; FABIO CRISTER DE OLIVEIRA; FRANCEIZE SILVA DA HORA; FRANCISCA FABIANA MORAIS DA COSTA; FRANCISCO CLEDSON PEDRO DA SILVA; HELIO VALERIO LIMA DO NASCIMENTO; HERBERT DANTAS SOARES; IGGOR ROBERTO NARCIZO; IRRAILSOM FERREIRA DA SILVA; ISAAC ANGELO DA SILVA; JAIRO PAIVA DE SOUZA; JOAO LUIS RODRIGUES DOS REIS; JOSE CLAUDIO DE SOUZA; JOSE CLAUDIO MEDEIROS DE LIMA; JOSE GLERISTON DE OLIVEIRA NASCIMENTO; JOSÉ HORLANDO ASSIS DE OLIVEIRA; KELLY CRISTINA DE ALMEIDA RODRIGUES; LAUMARTA BEZERRA DE MEDEIROS; LEANDRO GAMELEIRA DO REGO; LEONARDO HENRIQUE PEREIRA DE LIMA; LILIAN KELEM DA SILVA SOARES; LORENA BASTOS MONTENEGRO; LUCIANA DE OLIVEIRA SOLANO BENEVIDES; MARIA ALIDIANE DE MEDEIROS SILVA; MICHAEL MAGNO MARQUES MOREIRA; MICHELLA SIQUEIRA FERREIRA; PATRICIA KATIANNE DE SOUZA GOMES; PAULO ALCANTARA DA SILVEIRA; PRISCILA CABRAL; RAILSON FLORENCIO ALVES; RAONI IAGO PINHEIRO SANTOS; RIANA KARYNI PEREIRA DA FONSECA; RICARDO ALEXANDRE MARTINS; RICARDO SANTANA DA SILVA; ROBERIO MELO DE AZEVEDO; ROBSON RENETO DE OLIVEIRA; ROMUALDO PINHEIRO DO NASCIMENTO; SEBASTIÃO SATIRO DA NOBREGA FILHO; SERJANE MARCOS DE QUEIROZ; SIMONE SOARES DE OLIVEIRA; SYNARA ANDRIE DE ALMEIDA BEZERRA; VICENTE MAURICIO PEIXOTO; WANDERLEY COSTA DOS ANJOS; WILLAM LUIZ ALVES DA SILVA.

Entidade: Diretoria Regional da ECT no Acre e Rondônia

14 - TC 023.916/2006-0

Interessado: EMERSON FREIRE DE LANES.

Entidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais

15 - TC 024.088/2006-4

Interessados: IONE FERREIRA MONÇÃO; JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS FAUSTINO; NORTON PENA MELLO; REGINALDO APARECIDO DA SILVA BARBOSA.

Entidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais

16 - TC 024.665/2006-2

Interessados: ARNALDO CARLOS DA CUNHA NETO; DÉBORA DE SOUZA MENDES; ELISANGELA ELERÁTI; FLÁVIO HENRIQUE DE ALMEIDA TÉRCIO; GECIONE PEREIRA DOS SANTOS ALVES; GLEIDES DE PAULA FERREIRA; LEANDRA MEDEIROS DE SOUZA; LUCAS VIEIRA DE OLIVEIRA; LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS; REGIANE VIEIRA ROCHA TEXEIRA; RÔMULO MARQUES RIBEIRO; STÁLIN SOARES MELO; WAGNEY HIPÓLITO PEREIRA DIAS; WELLINGTON PEREIRA DE FÁTIMA; WESLEY PEREIRA DA SILVA.

Entidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo/Interior

17 - TC 024.969/2006-8

Interessados: ADRIANO APARECIDO VIRGILIO; ALESSANDRA OLDERS; ALESSANDRA THEODOR LARANJA; ALEXANDRE COSTA DE ALMEIDA; ALINE GABILO BATISTA; AMANDA QUEIROZ DA CRUZ; ANDERSON DOS SANTOS BARBOSA; ANDRE LUIZ LYRA; ANTONIO CELSO COSTA; ARIANNA ARBEX TAKAHASHI; BENEDITO DONISETE ROSA; BRUNO MELO DE LUCENA; CARLOS MEIRELES DA SILVA; CAROLINE BARBOSA ZANFERRARI; CASSIO AUGUSTO DOS SANTOS; CLAUDIA DOS REIS DE ALMEIDA; CLAUDIO LEVI NOGUEIRA PREVATO; CLAUDIO ROBERTO MATOS; DAIANE CRISTINE SILVERIO; DAVID BRUNO FARIA DE OLIVEIRA; DEIVIDI PAGANINI; DEVANIR FAUSTINO; EDUARDO AUGUSTO ZAMPAOLO; ELAINE REGINA FERRARI; ELIANA GARCIA SCACCABAROZZI; ESIO ANTONIO MARQUES; EVANGELISTA MOURA DE SOUSA; EVERTON BATISTON; FERNANDA CRISTINA PAVAN; FERNANDO BARBOSA DE SOUSA; FERNANDO FERREIRA LOPES; FILIPE ALVES VIEIRA; FRANCISCO WERBERT OLIVEIRA; GASTAO ANDRE LEME FRANCO; GIOVANI EDUARDO DIAS; GISELE PEREIRA MOREIRA BARBANTE; GUSTAVO PRATES SAMAPAIO JANUARIO; GUSTAVO RAMOS BARBOSA; HELIO HENRIQUE DA SILVA; JEFERSON PIMENTEL DA SILVA; JIHAD KASEM KASSAB; JOBERVAL BENEDITO SIQUEIRA; JONATAS AUGUSTO VAZ; JOSIANI ALICE CAMPANHA DA MATA; LAURA MARIA CORREA DE MELO; LILIAN CRISTINA DA SILVA PEDROSO; LOURENCO RODRIGUES JUNIOR; LOURIVAL DE OLIVEIRA; LUCIA APARECIDA ALBUQUERQUE; LUCIANE DUVAL CAVALCANTI; LUIS FELIPE FRANCO; MARA PASCHINELLI MARTINS DE SOUZA; MARIA CRISTINA PARANHOS DE MELO; MARIA JOSE LUIZ; MARIZE APARECIDA DA SILVA; MARLENE DE OLIVEIRA SILVERIO; MAURO DE FREITAS SILVA; MOISES SCAVAZZANI; MONICA DELTREJO COSTA; MONIQUE FURUTA GOMES DE BARROS; NALITA TATIANA DOS SANTOS; NANCI ORTOLANI; NELI RODRIGUES NOGUEIRA; NELSON RODRIGUES LOPES; ORLANDO DOMINGUES DE OLIVEIRA NETO; PATRICIA GONCALVES MACEDO; PATRICIA OLIVEIRA DA SILVA FERREIRA; PRISCILA OLIVEIRA CUSTODIO; REINALDO SOARES DE FIGUEIREDO; RENATO APARECIDO PUCCI; RICARDO LOPES DE FARIA; ROSALIA ALEXANDRINA DOS SANTOS; SERGIO EDUARDO ZANCHETA; SERGIO RICARDO CESARE PONCE; SILVIA REGINA LOPES FIGUEIREDO DE PAULA; SONIA REGINA FELICIANO FERREIRA; THIAGO DA SILVA VIEIRA; THIAGO DUARTE AMORIM; TIAGO VIANA SIMEAO; UMBERTO VINICIUS ANDRADE DOS SANTOS; VALERIA DA SILVA BOMFIM; VANDERLEI FERREIRA; VANDERLEI MACIEL BUENO; VANDERLEI SOARES DA COSTA; VANESSA RIBEIRO BAETA DE MIRANDA; VANIA PEREIRA DOS REIS; VANUSA SILVA LEITE; WAGNER MAFRA DOS SANTOS; WASHINGTON SILVA; YURI MASCETRA LEAL.

Entidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo/Interior

18 - TC 024.970/2006-9

Interessados: ADRIANO DE FARIA; ALEX RAFAEL DE OLIVEIRA; ANA PAULA DA SILVA; ANDRE LUIZ PINTO; ANDREIA APARECIDA ISRAEL RICARDO; DANIELE SOBRINHO BARRENHA; DAVI ANDRIOLI DE HOLANDA; FERNANDA PARRO DE CARVALHO; GABRIEL RODRIGUES BARCELOS; GILSON RODRIGUES DE ARAUJO; GIOVANI FERRARI CARDIM; JANINE ZANATTA ORTEGA GARCIA; JONATAN MELO DE LUCENA; JUARES JOAO DOS SANTOS; LEON FRANCISCO FERNANDES RICCHETTI; ORLANDO GUELERE TIAGO; PAULO ODAIR BERNARDI; RICARDO APARECIDO TEIXEIRA; ROBERTO CARLOS LOPES; THIAGO PESTANA DA SILVA; WILLIANY ALEIXO MELO.

Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Norte

19 - TC 024.995/2006-8

Interessados: EMERSON PALHANO DE JESUS; FRANCISCO CHAGAS DOS SANTOS; JEANNIE DANTAS BARROS; JORGE HENRIQUE BARBOSA DO NASCIMENTO; PAULA DOROTEIA COSTA DE ARAUJO.

Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Norte

20 - TC 025.022/2006-7

Interessados: ADLA ROCHA DANTAS; ALAN SOARES DE SOUZA CRUZ; ANDERSON PEREIRA BARROS; ANDREA CARLINE FLORENCIO DE OLIVEIRA; ANDREWS LUIZ DE ARAUJO; BENEDITO GUEDES BEZERRA NETO; CEZAR AUGUSTO DE SOUZA; CLAUDIA CARINA ALVES VIEIRA; CLEDIO HUMARCOS DE FREITAS; DALMAR LOPES MACEDO; DHYEGGO HALLERRANDRO MELO DE FREITAS; DOUGLAS MARTINS MELO; EDGAR BERNARDINO DE SENA; EDILSON DIOGO DA SILVA; ERMIRO CALIXTA DE PAIVA; EUDICLEI MADSON DE ALMEIDA; FABIO MARTINS DA CUNHA; FABIO TEIXEIRA PEREIRA; FAGNER LENNON CAVALCANTI MACHADO; FLAVIA MARIA VIEIRA DA SILVA; FRANCISCO CHAGAS FILHO; FRANCISCO EDILVANO DA SILVA MATIAS; FRANCISCO JORGE DOS SANTOS; FRANCISCO JURACY OLIVEIRA REINALDO; FRANCISCO VANDERLANDIO TORRES; GEFRAN FERREIRA DANTAS; GILDSON CLEBIO SANTIAGO SOARES; HUGO CEZAR DANTAS; JACKELINE KENIA DA COSTA CAVALCANTE DE SÁ; JAMES DEAN DA SILVA BORGES; JAQUELINE MARIA DE SOUZA PEREIRA CRUZ; JOAO MARIA DE PAIVA; JOSE CARLOS DA CUNHA JUNIOR; JOSE RICARDO SORIANO; JOSEMAR PEDRO DA SILVA; JOSENILDO SOBRINHO DA SILVA; KALENNE ERIKA DANTAS FONSECA; KARLOS VALMECIO CARNEIRO DA SILVA; LAURICEYA EUCLISMAR DA NOBREGA; LUCIANO HENRIQUE DE FRANCA JUNIOR; MARCELO DA COSTA TAVARES; MARCIO ANTONIO BATISTA; MARCOS WILLIAM PONTES; MARIA ANTONIA DE SOUZA CASTRO; MARIA DA CONCEICAO SOUSA OLIVEIRA; MARIA EDNALVA DE MACEDO DANTAS; MARIA IDORIAM DE ARAUJO; MASSY DE ANDRADE DE MARQUES; MAURICIO DE SOUZA GADELHA; MICHAEL DAVIS FRANCA DE ARAUJO; OCLERVIO AMANCIO DE OLIVEIRA; PAULO EDUARDO CAMARA DE MEDEIROS; RENATO JUSCELINO DE SOUZA; RIVELINO MEDEIROS DE AZEVEDO; ROMEICA SAMARA DA SILVA; SABRINA BERNARDINO SANTANA; SERGIO EDUARDO GADELHA MAVIGNIER DE NORONHA; VINICIUS DE SOUZA; WANDERSON FLORES DOS SANTOS; WENDELL DE MEDEIROS LISBOA.

Entidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais

21 - TC 025.616/2006-2

Interessados: ADILSON LOURENÇO DOS SANTOS; AILTON JOSÉ PINTO; ALEXANDRE DE SOUZA GONÇALVES; ALFREDO ANTONIO RICARDO; ALÍO JOSE ALVES DE SOUZA; ANAMIR CABRAL; BRENO CORDEIRO RESENDE; CARLOS ALBERTO DE MOURA; CHRISTIAN MICHEL BERNARD DE SAINT JUST FONTES RIBEIRO; DANIELE APARECIDA DA SILVA; DAVID DA CRUZ FERREIRA; EDUARDO MAIA PANTUZZO; ELIAS JEFFERSON RIBEIRO; ELISÂNGELA FÁTIMA DE LIMA SOARES; ÉRICA ROSIANE ALVES DE SOUZA; FELIPE DE SOUZA FREITAS; FLÁVIO FERREIRA NUNES; FREDERICO LUCIANO BORGES REIS; JEFFERSON SILVA; JOÃO CARLOS DA SILVA; JOÃO CARLOS DUARTE DA SILVA; JOSE LOPES NERY; LAINON ROBERTO CAETANO; LAURIANE CÚGOLA CASTRO; LUCAS BUENO MIZAEL; MARCIA FERNANDES RUELLA; MARCIO MOREIRA FERREIRA; NATANAEL MONTEIRO SANTANA; NILTON REIS PEREIRA; PAOLA SANDRINE DE OLIVEIRA; PRISCILA ALVES DA SILVA; RHAFAELA BARBOSA ALMENDANHA; ROBERTO CARLOS PEREIRA LEITE; RODRIGO AMPARO NUNES; RODRIGO FERREIRA LOBATO; SAMIRA INEZ ELIAS; TALITA RODRIGUES DE ARAUJO; THIAGO FÉLIX FREITAS OLIVEIRA; VALDECI APARECIDO DE SOUZA; VALERIA DE FÁTIMA GOMES DE SALES; VANESSA FRISON DE OLIVEIRA FERREIRA; VIVIANE PEREIRA GOMES; WELLIGTON TEIXEIRA DE PAULA; WELLINGTON FRANCISCO DA SILVA.

Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Norte

22 - TC 025.617/2006-0

Interessados: ANTONIO MARCOS DE LIMA; ENGRACIA MARIA FREITAS DE OLIVEIRA; RANIERY DE ARAUJO BATISTA.

Entidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo

23 - TC 025.872/2006-2

Interessados: ADALTON DOS SANTOS DO REGO; ADRIANA BALBINO DOS SANTOS; ALEXANDRE BALDARENA; ALEXANDRE BONANI BARBOSA; ALEXANDRE JOSE ASTORGA; BARTIRA CAROLINA BUENO LOPES; CHRISTIAN KEN NAKANDAKARI MONOBE; CLEITON DE OLIVEIRA LEÃO FERNANDES; DANIEL DE SOUSA CAMACHO; DANIELLE GOMES DE OLIVEIRA; DEBORA CRISTINA DE ALVARENGA; DEBORA DE TRAGLIA ARAUJO; DIEGO FERREIRA LEMES CARVALHO; DJALMA TADEU MOURA DE CARVALHO; ELIAS FELIX DE SOUZA; ERIDA VERAS DE PINHO; GILBERTO RODRIGUES DE MORAIS; ISRAEL DOS REIS XAVIER; JAMILLE HONORATO SILVA; JOSELI MOREIRA DA SILVA RASQUIM; LEANDRO VARA FAILA; LEONARDO RIBEIRO DA SILVA; LEVI DE OLIVEIRA; LUCIANO DOS SANTOS PALMEIRA; LUCIO FLAVIO DE CARVALHO JUNIOR; MACIEL RIGUETO DE CARVALHO; MARCIO PINTO FERREIRA; MONICA TORRES ROCA; NOELI DE SOUZA ANDRADE DOS SANTOS; RAQUEL KOKA DE SOUZA SILVA; RENATO TEIXEIRA ARTEN; RODNEY STUART DE SOUZA; ROGERIO FRANCISCO DA SILVA; ROSA CARETTA; WALNEZ LANGE VIEIRA.

Entidade: Diretoria Regional da ECT em Goiás e Tocantins

24 - TC 025.873/2006-0

Interessados: ADEMILSON ALVES FERREIRA; ADIL AZEVEDO FONSECA; ALEX MENDANHA BEIRIGO; CRISTIANA HEINRICH; CRISTIANO FERREIRA REZENDE; DEUSIRAN GOMES MARINHO; ELIANA VIEIRA DE PINHO SOUZA; IDEAN COSTA DE SOUZA; KATIA DOS REIS MOREIRA; KENEDY NOGUEIRA DA SILVA GOMES; LIVIA PARENTE MILHOMEM; LUZIRENE DOS SANTOS GOMES; MARCELLO PEREIRA SANTOS; MARK BEZERRA MOTA; MAX JONATHAN SILVA LEMOS; MURILO ANTONIO DE OLIVEIRA; NUNES LIMA DO NASCIMENTO; PATRICIA HELOA MILHOMEM RIBEIRO; PRISCILA PIACENTI GUERRA; ROSIMEIRE TELES BORGES; WESLEY FERREIRA DE ALMEIDA.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica

25 - TC 021.784/2006-0

Interessados: ADRIANA ARRUDA PESSOA; AGIS ESPÁRTACO CERVO PAZ; ALESSANDRO D´AFONSECA CANTARINO; ALEX SANDRO FEIL; ALEXANDRE CASTRO CALDAS; ALINE MOURA DE MELO SOUZA; ANA CRISTINA WEGELIN; ANDRÉ DELGADO DE SOUZA; ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA; ANDRÉ LUIZ RODRIGUES BARBOSA; ANDRÉ MELO BACELLAR; ANDRÉ PATRUS AYRES PIMENTA; ANDRÉ VALTER FEIL; ANDRÉA DA COSTA OLIVEIRA; CHRISTIAN JULIANUS CAMPINAS; CID RETROZ BERNARDES; CLAUDIA AGUIAR DE SIQUEIRA; CLÁUDIO ELIAS CARVALHO; CLAYTON ROVIGATTI LEIVA; DANIEL MARTINS D´ALBUQUERQUE; DANIEL MENGUE BEHENCK; DAVI ANTUNES LIMA; EMANUEL CÂMARA DE ARAÚJO; ENEIDA DE ALMEIDA RIBEIRO; ESILVAN CARDOSO DOS SANTOS; FÁBIO STACKE SILVA; INGRID FRANÇA DE OLIVEIRA; JANAINA VIANA ALBERNAZ; JAQUELINE PEREZ ORSI; MARCOS VINICIUS NEVES ALMEIDA; MARCUS LIMA FRANCO; MARIA LUIZA DA CRUZ FERREIRA SILVA; MATEUS FERREIRA ROSA; MATEUS MACHADO NEVES; MIGUEL GUSTAVO SILVA GIFFONI; NÚBIA PINHEIRO DE OLIVEIRA LAGES; ODILVAN COSTA SANTOS; OSWALDO ENRIQUE CALISTO ACOSTA; PAULO MARCELO LIMA VASCONCELOS FILHO; PAULO MARQUES CARVALHO; PAULO ROBERTO GOMES PATO; PAULO ROBERTO PEREIRA CORTES; PEDRO HENRIQUE DE ABREU SILVA; PEDRO MELLO LOMBARDI; RAFAEL AMARAL SHAYANI; RENATO BRAGA DE LIMA GUEDES; RICARDO MARQUES ALVES PEREIRA; RICARDO MOURA DE ARAUJO FARIA; RICARDO PACHECO APPENDINO; RODRIGO OTÁVIO FONTES DE OLIVEIRA; RODRIGO OTÁVIO SANCHES MAIA; RONALD EDWARD HARDINGE-BAILEY DE AMORIM; RUTH LUNA MACÊDO; SANDERSON EMANUEL UCHÔA DE LIMA; SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO; SHIRLEY GUIMARÃES PIMENTA; SIDNEY MATOS DA SILVA; SUZAN KARYN LIMA ALCÂNTARA; TATIANE SILVA SÁ; THIAGO LOPES CARNEIRO; TIAGO GUIMARÃES LEITE FERREIRA; VANDILMA PAULINO DA SILVA; VIVIANE GUILHÕES BARROS; VLÁDIA PAVLOVNA DÉROULÈDE; WANDERSON LUÍS DE SOUZA BRUNO; WELLINGTON CARLOS CARVALHO; ZULEY FERREIRA PONTES JÚNIOR.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Órgão: Ministério Público do Trabalho

26 - TC 010.278/2006-7

Interessados: ALESSANDRO BATISTA BERALDO; ALOISIO ALVES; ERICH VINICIUS SCHRAMM; LUIZ ALESSANDRO MACHADO; MARCELO FREIRE SAMPAIO COSTA; PEDRO LINO DE CARVALHO JUNIOR; ROSANGELA RODRIGUES DIAS DE LACERDA.

Órgão: Ministério Público Federal

27 - TC 022.203/2006-9

Interessados: CARLOS ROBERTO GONÇALVES COUTINHO; GUILHERME LUIS VENEROSO DE OLIVEIRA; LOURENÇO PAIVA GABINA; WELLINGTON BATISTA DOS ANJOS.

Órgão: Ministério Público do Trabalho

28 - TC 022.314/2006-8

Interessados: ALCIONE MARTINS DA SILVA LEAO; JANE ROSA RODRIGUES ESCOBAR; MAURICIO DA SILVA SEABRA.

Órgão: Ministério Público Federal

29 - TC 022.325/2006-1

Interessados: ROSANGELA COSTA SOUZA OLIVEIRA PARENTE.

ACÓRDÃO Nº 229/2007 -TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-017.308/2003-5 (com 12 anexos)

2. Grupo: I - Classe de assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Recorrentes: Anselmo de Oliveira Andrade (CPF 043.139.178-53), Regina Lúcia Carvalho Junqueira Osório (CPF 098.697.867-15), Helena Passos Guimarães (CPF 144.175.021-53), Raimundo Nelson Vieira Zaranza (CPF 038.125.451-87), Maria de Fátima Aragão Sanforde Barros (CPF 097.825.753-72), Davi da Trindade Correia (CPF 046.747.151-72), Ney Felipe da Silva (CPF 046.558.341-53), Maria Natalina Rocha Oliveira (CPF 097.861.391-00), Ana Maria Maximiano Stumpf (CPF 028.795.811-68), Francisco Pereira Melo (CPF 059.979.681-20), Armanda Patrocínio de Sá (CPF 152.983.291-87) e Josefa Irani Gonçalves de Oliveira (CPF 324.947.507-68)

4. Unidade Jurisdicionada: Câmara dos Deputados.

5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR.

5.1. Relator da deliberação recorrida: MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidades técnicas: Sefip e Serur

8. Advogado constituído nos autos: Sebastião Baptista Affonso (OAB/DF 788)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedidos de Reexame interpostos contra o Acórdão 1.038/2005 - 2ª Câmara, que considerou ilegais diversos atos de concessão de aposentadoria, negando-lhes registro, em razão da percepção cumulativa da vantagem opção com quintos, sem que tivessem exercido cargo em comissão por cinco anos consecutivos ou dez anos interpolados, bem como preenchido as condições para aposentadoria em nenhuma das modalidades até 19/1/1995.

Considerando que os ex-servidores Armanda Patrocínio de Sá, Eunice Gonçalves Pereira, Francisco Pereira Melo, Helena Passos Guimarães, Maria Marli Barbosa, Maria Natalina Rocha Oliveira, Neide Reis de Andrade, Ney Felipe da Silva e Noely Cardoso dos Santos não implementaram nenhum dos requisitos exigidos para perceberem a vantagem denominada opção cumulativamente com os quintos, quais sejam, terem exercido cargo em comissão por cinco anos consecutivos ou dez anos interpolados, bem como preenchido as condições para aposentadoria em qualquer modalidade até 19/1/1995;

Considerando que os interessados Ana Maria Maximiano Stumpf, Anselmo de Oliveira Andrade, Fernando Souza Sereno, João Agripino da Silva, Manoel Pereira de Souza e Mozart Foschete da Silva tinham tempo para aposentadoria voluntária em 19/1/1995, mas não o tempo de função estipulado no art. 193 da Lei n.º 8.112/90, vale dizer, cinco anos consecutivos ou dez anos interpolados;

Considerando que os interessados Ademar Vilarinho da Costa, Ângela Katia Nunes, Davi da Trindade Correia, David Antonio Pereira da Silva, José Américo Rodrigues Araújo, Josefa Irani Gonçalves de Oliveira, Maria de Fátima Aragão Sanforde Barros, Maria do Socorro Carvalho Barbosa Almeida Ramos, Maria Nair da Silva, Raimundo Nelson Vieira Zaranza e Regina Lucia Carvalho Junqueira Osório cumpriram o tempo de função comissionada, mas não tinham o tempo necessário para aposentadoria em 19/1/1995;

Considerando que, conforme salientado no exame da Serur, a jurisprudência do Tribunal foi reformulada por meio do Acórdão 2.076/2005 - Plenário, que, ao apreciar os Embargos de Declaração opostos ao Acórdão 589/2005 - Plenário, reconheceu que todos os servidores que tivessem implementado os requisitos do art. 193 da Lei 8.112/90 até 18/1/1995, teriam adquirido o direito de carrear para a inatividade a retribuição do cargo em comissão/função comissionada, mesmo que ainda não contassem com tempo para a aposentação, conforme se depreende do subitem 9.3.1 da aludido decisum, a saber:

"9.3.1. é assegurada na aposentadoria a vantagem decorrente da opção, prevista no art. 2º da Lei nº 8.911/94, aos servidores que, até a data de 18 de janeiro de 1995, tenham satisfeito os pressupostos temporais estabelecidos no art. 193 da Lei 8.112/90, ainda que sem os requisitos para aposentação em qualquer modalidade;"

Considerando que também ao servidor que não houvesse preenchido, até 18/01/1995, os requisitos do art. 193 da Lei 8.112/90, em que pese não estar amparado pelo subitem 9.3.1 do Acórdão 2.076/2005 - Plenário, acima transcrito, deverá ser assegurado o direito de opção, desde que já tivesse incorporado pelo menos um quinto ou um décimo, e o respectivo ato houvesse sido publicado antes de 25/10/2001, se amoldando ao disposto no subitem 9.3.2 do mencionado Acórdão, que assim dispõe:

"9.3.2. em atenção aos princípios da segurança jurídica, da boa-fé e da isonomia, a determinação constante do item 8.5 da Decisão nº 844/2001 - Plenário - TCU, com a redação dada por este Acórdão, não se aplica aos atos de aposentadoria expedidos com base no entendimento decorrente das Decisões nºs 481/1997 - Plenário e 565/1997 - Plenário, e já publicados no órgão de imprensa oficial até a data da publicação da Decisão nº 844/2001 - Plenário (DOU de 25/10/2001);"

Considerando que na Decisão 481/1997 - Plenário, estabeleceu-se que "*o direito à opção alcança tanto o servidor que se aposentou no exercício da função comissionada como o servidor efetivo, optante, na atividade, e portador ainda que apenas de 1/5 (um quinto) ou 1/10 (um décimo)*";

Considerando que todos os interessados no presente processo, até a data da aposentação, haviam incorporado pelo menos um quinto ou um décimo de função, o que evidencia a legalidade do pagamento da vantagem "opção" prevista em seus atos de aposentadoria.

Considerando que o Acórdão 2.076/2005 - Plenário também foi objeto de embargos os quais foram rejeitados por meio do Acórdão 964/2006 - Plenário.

Considerando tratar-se objetivamente de questão de direito que aproveita aos demais interessados na mesma situação, nos termos do art. 281, do Regimento Interno; e

Considerando o disposto no subitem 9.4 do Acórdão 2.076/2005 Plenário, que, em consonância com os princípios da racionalidade administrativa e da economia processual, autorizou que os processos de aposentadoria e os recursos, inclusive as revisões de ofício, envolvendo exclusivamente o pagamento da parcela tratada naquele Acórdão, fossem considerados legais por relação, ainda que contivessem pareceres divergentes e/ou propostas de ilegalidade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes Pedidos de Reexame, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/92 c/c o art. 286 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, dar-lhes provimento, tornando insubsistentes os subitens 9.2 a 9.5 do Acórdão nº 1.038/2005 - 2ª Câmara;

9.2. considerar legais e registrar os atos de concessão de aposentadoria dos seguintes servidores: Ademar Vilarinho da Costa (3-007350-2-04-1998-000122-0), Ana Maria Maximiano Stumpf (3-007350-2-04-1998-000181-6), Angela Kátia Nunes (3-007350-2-04-1998-000139-5), Anselmo de Oliveira Andrade (3-007350-2-04-1998-000187-5), Armanda Patrocínio de Sá (3-007350-2-04-1998-000118-2), Davi da Trindade Correia (3-007350-2-04-1998-000120-4), David Antônio Pereira da Silva (3-007350-2-04-1998-000084-4), Eunice Gonçalves Pereira (3-007350-2-04-1998-000183-2), Fernando Souza Sereno (3-007350-2-04-1998-000174-3), Francisco Pereira Melo (3-007350-2-04-1998-000143-3), Helena Passos Guimarães (3-007350-2-04-1998-000093-3), João Agripino da Silva (3-007350-2-04-1998-000144-1), José Américo Rodrigues Araújo (3-007350-2-04-1998-000119-0), Josefa Irani Gonçalves de Oliveira (3-007350-2-04-1998-000125-5), Luiza Gomes Martins Camelo (3-007350-2-04-1998-000137-9), Manoel Pereira de Souza (3-007350-2-04-1998-000160-3), Maria de Fátima Aragão Sanforde Barros (3-007350-2-04-1998-000168-9), Maria do Socorro Carvalho Barbosa Almeida Ramos (3-007350-2-04-1998-000145-0), Maria Marli Barbosa (3-007350-2-04-1998-000146-8), Maria Nair da Silva (3-007350-2-04-1998-000169-7), Maria Natalina Rocha Oliveira (3-007350-2-04-1998-000161-1), Mozart Foschete da Silva (3-007350-2-04-1998-000170-0), Neide Reis de Andrade (3-007350-2-04-1998-000148-4), Ney Felipe da Silva (3-007350-2-04-1998-000044-5), Noely Cardoso dos Santos (3-007350-2-04-1998-000171-9), Raimundo Nelson Vieira Zaranza (3-007350-2-04-1998-000164-6) e Regina Lúcia Carvalho Junqueira Osório (3-007350-2-04-1998-000121-2);

9.3. dar ciência da presente deliberação ao órgão de origem e aos interessados identificados no subitem 9.2 deste Acórdão;

9.7. arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 230/2007 -TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-014.153/1995-5 - com 1 anexo

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame

3. Recorrente: Said Ismael Acle (CPF 102.615.241-00)

4. Unidade Jurisdicionada: Conselho da Justiça Federal

5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR

5.1. Relator da deliberação recorrida: MINISTRO BENJAMIN ZYMLER

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidades Técnicas: Serur/Sefip

8. Advogados constituídos nos autos: Adão Neves de Oliveira (OAB/DF 15.121) e Eva Conceição Neves de Oliveira (OAB/DF 7.351)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto pelo Recorrente contra o Acórdão 1.093/2005 - 2ª Câmara (Ata 24/2005) que considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria em virtude da percepção da parcela "opção" sem que o servidor tivesse implementado, até 18/1/1995, tempo para aposentadoria.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame, nos termos do art. 48 da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 285, **caput** e 286, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistente o Acórdão 1.093/2005 - 2ª Câmara;

9.2. julgar legal o ato de aposentadoria de Said Ismael Acle, determinando o respectivo registro;

9.3. enviar cópia da presente deliberação ao Recorrente e ao Conselho da Justiça Federal.

ACÓRDÃO Nº 231/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-855.984/1997-0

2. Grupo: I - Classe de assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados: Ivone Barbalho Brasileiro (CPF 036.808.944-49), Marluce Carvalho de Almeida (CPF 112.304.524-00), Sizue Izu Gomes (CPF 826.284.168-91), Salene Maia Lima de Farias (CPF 237.031.134-72) e Maria José Araújo (CPF 204.367.773-04)

4. Unidade Jurisdicionada: Superintendência Estadual do INSS na Paraíba

5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR

5.1. Relator da deliberação original: MINISTRO GUILHERME PALMEIRA

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de aposentadorias de servidores inativos da Superintendência Estadual do INSS na Paraíba consideradas ilegais pela Decisão 507/2002 - 1ª Câmara em virtude da inclusão, nos proventos dos ex-servidores, em caráter permanente, da vantagem pessoal denominada "PCCS" já incorporada aos proventos dos interessados por força da Lei 8.460/1992.

Considerando que esta Corte de Contas, por meio do Acórdão 1.824/2004 - Plenário, em seu item 9.2, firmou o entendimento de que a Medida Provisória 146/2003, posteriormente convertida na Lei 10.855/2004, regularizou o pagamento da parcela relativa ao "PCCS" aos servidores enquadrados no art. 2º dessa lei, tornando, por conseqüência, regular a inclusão dessa parcela nos atos de aposentadoria dos referidos servidores;

Considerando que entendimento similar foi estendido às parcelas associadas a planos econômicos, como os Planos Bresser, Verão e Collor mediante os Acórdãos 92/2005 - Plenário e 1.475/2005 - Plenário;

Considerando que, em consulta ao Siape, exemplificada pela ficha financeira de fls. 94/96, a Sefip verificou que a parcela "PCCS", implementada na forma da vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI, vem sendo absorvida, de forma paulatina, pelos aumentos remuneratórios subseqüentes concedidos aos servidores;

Considerando que nos casos ora apreciados restou saneada a questão referente ao pagamento do PCCS, uma vez que os Interessados eram ocupantes de cargos abrangidos pelo **caput** do art. 2º da Lei 10.855/2004;

Considerando que os pareceres da Sefip e do Ministério Público são uniformes ao proporem a revisão de ofício da Decisão 507/2002 - 1ª Câmara para considerar legais os atos de aposentadoria dos Interessados;

Considerando que o Acórdão 741/2006 - Plenário, em seu item 9.4, autorizou, excepcionalmente, que as revisões de ofício de deliberações deste Tribunal para julgar legais os atos de aposentadoria e pensão civil que incluam as parcelas "URP" e outras, abrangidas no entendimento construído nos Acórdãos 1.824/2004 e 92/2005 deste Plenário, sejam incluídas em relação, ainda que contenham pareceres divergentes;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rever de ofício, com fulcro no art. 260, § 2º, do Regimento Interno/TCU, a Decisão 507/2002 - 1ª Câmara para tornar insubsistentes os subitens 8.2 a 8.4;

9.2. considerar legais os atos de aposentadoria dos servidores Ivone Barbalho Brasileiro, Marluce Carvalho de Almeida, Sizue Izu Gomes, Salene Maia Lima de Farias e Maria José Araújo e ordenar o registro dos atos de nºs 08042029700104, 08042029700038, 08042029700110, 08042029700107 e 08042029700111;

9.3. dar ciência da presente deliberação aos Interessados e à Unidade Jurisdicionada.

ACÓRDÃO Nº 232/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-006.196/2003-9 (com 1 anexo)

2. Grupo: I - Classe de assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados: Antônio Adrônico da Silva (CPF 028.839.708-82) e Aroldo Felício Machado Bueno (CPF 250.897.659-87)

4. Unidade Jurisdicionada: Ministério Público do Trabalho - MPU

5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR

5.1. Relator da deliberação original: MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de aposentadorias dos Srs. Antônio Adrônico da Silva e Aroldo Felício Machado Bueno, ex-servidores do Ministério Público do Trabalho, consideradas ilegais pelo Acórdão 2.236/2004 - 1ª Câmara em razão da percepção cumulativa da vantagem opção com quintos, sem que tivessem exercido cargo em comissão por cinco anos consecutivos ou dez anos interpolados, bem como preenchido as condições para aposentadoria em nenhuma das modalidades até 19/1/1995.

Considerando que o Sr. Antônio Adrônico da Silva tinha tempo para aposentadoria voluntária em 19/1/1995, mas não o tempo de função estipulado no art. 193 da Lei n.º 8.112/90, vale dizer, cinco anos consecutivos ou dez anos interpolados;

Considerando que o Sr. Aroldo Felício Machado Bueno cumpriu o tempo de função comissionada, mas não tinha o tempo necessário para aposentadoria em 19/1/1995;

Considerando que, conforme salientado no exame da Sefip, a jurisprudência do Tribunal foi reformulada por meio do Acórdão 2.076/2005 - Plenário, que, ao apreciar os Embargos de Declaração opostos ao Acórdão 589/2005 - Plenário, reconheceu que todos os servidores que tivessem implementado os requisitos do art. 193 da Lei 8.112/90 até 18/1/1995, teriam adquirido o direito de carrear para a inatividade a retribuição do cargo em comissão/função comissionada, mesmo que ainda não contassem com tempo para a aposentação, conforme se depreende do subitem 9.3.1 da aludido decisum, a saber:

"9.3.1. é assegurada na aposentadoria a vantagem decorrente da opção, prevista no art. 2º da Lei nº 8.911/94, aos servidores que, até a data de 18 de janeiro de 1995, tenham satisfeito os pressupostos temporais estabelecidos no art. 193 da Lei 8.112/90, ainda que sem os requisitos para aposentação em qualquer modalidade;"

Considerando que também ao servidor que não houvesse preenchido, até 18/01/1995, os requisitos do art. 193 da Lei 8.112/90, em que pese não estar amparado pelo subitem 9.3.1 do Acórdão 2.076/2005 - Plenário, acima transcrito, deverá ser assegurado o direito de opção, desde que já tivesse incorporado pelo menos um quinto ou um décimo, e o respectivo ato houvesse sido publicado antes de 25/10/2001, se amoldando ao disposto no subitem 9.3.2 do mencionado Acórdão, que assim dispõe:

"9.3.2. em atenção aos princípios da segurança jurídica, da boa-fé e da isonomia, a determinação constante do item 8.5 da Decisão nº 844/2001 - Plenário - TCU, com a redação dada por este Acórdão, não se aplica aos atos de aposentadoria expedidos com base no entendimento decorrente das Decisões nºs 481/1997 - Plenário e 565/1997 - Plenário, e já publicados no órgão de imprensa oficial até a data da publicação da Decisão nº 844/2001 - Plenário (DOU de 25/10/2001);"

Considerando que, na Decisão 481/1997 - Plenário, estabeleceu-se que "*o direito à opção alcança tanto o servidor que se aposentou no exercício da função comissionada como o servidor efetivo, optante, na atividade, e portador ainda que apenas de 1/5 (um quinto) ou 1/10 (um décimo)*";

Considerando que os interessados no presente processo, até a data da aposentação, haviam incorporado pelo menos um quinto ou um décimo de função, o que evidencia a legalidade do pagamento da vantagem "opção" prevista em seus atos de aposentadoria;

Considerando que o Acórdão 2.076/2005 - Plenário também foi objeto de embargos os quais foram rejeitados por meio do Acórdão 964/2006 - Plenário;

Considerando o disposto no subitem 9.4 do Acórdão 2.076/2005 Plenário, que, em consonância com os princípios da racionalidade administrativa e da economia processual, autorizou que os processos de aposentadoria e os recursos, inclusive as revisões de ofício, envolvendo exclusivamente o pagamento da parcela tratada naquele Acórdão, fossem considerados legais por relação, ainda que contivessem pareceres divergentes e/ou propostas de ilegalidade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rever, com fundamento no art. 260, § 2º, do Regimento Interno/TCU, o Acórdão 2.236/2004 - TCU - 1ª Câmara, proferido nestes autos, para tornar insubsistentes os seus itens 9.2 a 9.5;

9.2. considerar legais os atos de aposentadoria dos servidores Antônio Adrônico da Silva e Aroldo Felício Machado Bueno, ordenando o registro dos atos 1-063060-0-04-1997-000058-1 e 1-063060-0-04-1997-000077-8;

9.3. enviar cópia da presente deliberação aos Srs. Antônio Adrônico da Silva e Aroldo Felício Machado Bueno e ao Ministério Público do Trabalho.

c) Ministro Benjamin Zymler (Relações nºs 16 a 18);

ACÓRDÃO Nº 233/2007 - 2ª CÂMARA - TCU

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, com fundamento no inciso I do art. 1º e no art. 43 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, na linha dos pronunciamentos emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em ordenar o arquivamento do processo a seguir relacionado, fazendo-se a determinações sugeridas.

PREFEITURA MUNICIPAL

TC 013.987/2004-1

Classe de Assunto : III

Unidade: Prefeitura Municipal de Livramento - PB

Responsável: José de Arimatéia Anastácio Rodrigues de Lima, CPF 477.324.314-72.

Determinações

1.- À Secex-PB:

1.1 - Encaminhar cópia deste Acórdão e da instrução de fls. 119/121 ao Ministério da Interação Nacional, à Secretaria Federal de Controle Interno e aos representantes, estes com cópia também do Relatório de Avaliação Final da Caixa Econômica Federal, emitido em 19/11/2004, constante de fls. 74 a 77, e do Parecer Financeiro de fls. 83/87 dos autos.

ACÓRDÃO Nº 234/2007 - 2ª CÂMARA - TCU

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007 ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 218 e seu parágrafo único do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/ 2002, em dar quitação aos responsáveis ante o recolhimento integral da multa que lhes foi imputada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

PREFEITURA MUNICIPAL

TC 011.311/2004-1

Classe de Assunto : III

Unidade: Prefeitura Municipal de Patos - PB

Responsáveis: Dinaldo Medeiros Wanderley, CPF 072.141.894-53; Hermano Medeiros Wanderley, CPF 134.640.514-04.

ACÓRDÃO Nº 235/2007 - 2ª CÂMARA - TCU

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno, pela interrupção da inspeção inscrita sob o Registro Fiscalis nº 760/2006, fazendo-se a determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

TC 007.171/2006-9

Classe de Assunto : I

Unidade: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - (SPOA/Mapa)

Interessado: 5ª Secretaria de Controle Externo

Determinações

1. - À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA/Mapa):

1.1 Encaminhar ao Tribunal, tão logo sejam terminados os trabalhos a cargo da Comissão de Processo Administrativo instaurada pela Portaria GM-Mapa nº 158, de 8/6/2006, prorrogada pela Portaria GM-Mapa nº 217, de 18/8/2006, cópia do Relatório Final, bem como informações sobre as providências adotadas pelo Ministério a respeito do assunto.

ACÓRDÃO Nº 236/2007 - 2ª CÂMARA - TCU

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos I. II e IV; 41 a 47 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

MINISTÉRIO DA DEFESA

TC 027.887/2006-4

Classe de Assunto : VI

Unidade: Departamento de Administração Interna - Ministério da Defesa

Interessado: Sigma Dataserv Informática S.A.

Determinações

1.- Ao Departamento de Administração Interna do Ministério da Defesa:

1.1- Abstenha-se de fixar, no edital de licitação, a remuneração mínima a ser paga aos profissionais das empresas que vierem a prestar serviços no Ministério da Defesa em decorrência de eventual contratação, ressalvados os pisos remuneratórios estabelecidos por acordos coletivos de trabalho, a fim de evitar a fixação de preços mínimos vedada pelo art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93;

1.2- Observar, nas licitações para aquisição de bens e serviços de informática, o que preconiza o art. 3º, inciso I c/c o § 1º, do Decreto nº 1.070/1994, quanto ao estabelecimento de fatores de pontuação técnica a serem considerados no julgamento das propostas, justificando-se, quando necessário, em razão da natureza do objeto licitado, a exclusão de até dois fatores de julgamento técnico.

2.- À 3ª Secex:

2.1- Dar ciência da decisão adotada, bem como da instrução de fls. 171/177, à empresa representante e ao Departamento de Administração Interna do Ministério da Defesa;

2.2- Arquivar os autos.

ACÓRDÃO Nº 237/2007 - 2ª CÂMARA - TCU

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 237 do RI/TCU, conhecer da Representação por atender aos requisitos de admissibilidade, para no mérito considerá-la procedente, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

TC 023.319/2006-9

Classe de Assunto : VI

Unidade: Banco da Amazônia S.A.

Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região

Determinações

1.- Ao Banco da Amazônia S.A.:

1.1- Adotar, em 30 dias, as providências administrativas necessárias ao exato cumprimento da lei quanto:

1.1.1 - ao contrato de trabalho do gerente jurídico Deusdedith Freire Brasil, admitido sem concurso público e por tempo indeterminado, tendo em vista o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, arts. 445 e 451 da CLT e parágrafo único do art. 50 de seu Estatuto, que limita o tempo de permanência na função;

1.1.2- à regularização do vínculo empregatício da advogada empregada Angélica Monteiro, observando o conteúdo e limites da decisão judicial, em atendimento ao princípio da impessoalidade disposto no art. 37 *caput*, da Constituição Federal.

1.2.- Programar, quando da realização de concurso público para admissão de empregados, o prazo de validade e a convocação dos aprovados de modo a observar o princípio da impessoalidade referido e evitar questionamentos sobre favorecimentos ou prejuízos a candidatos aprovados;

1.3 - Que a sua auditoria interna registre em seus relatórios referentes à prestações de contas do Banco da Amazônia informações acerca do cumprimento das determinações oriundas deste processo.

2.- À Secex-PA:

2.1 Dar conhecimento deste Acórdão ao Exmo. Procurador do Ministério Público do Trabalho, Loris Rocha Pereira Júnior, conforme sua solicitação

ACÓRDÃO Nº 238/2007 - 2ª CÂMARA - TCU

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 237 do RI/TCU, conhecer da Representação por atender aos requisitos de admissibilidade, para no mérito considerá-la procedente, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

TC 007.558/2004-2

Classe de Assunto : VI

Unidade: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região - CREFITO-1

Interessado: Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO

Responsável: Eliano de Freitas Pessoa, CPF: 236.755.004-20.

Determinações

1.- Ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região

1.1- Reavaliar e regularizar, se ainda não o fez, os registros de bens patrimoniais da entidade;

1.2- Verificar, regularmente, junto ao INSS, IR e PIS/PASEP a situação fiscal do Conselho;

1.3- Efetuar o pagamento, somente após a regular liquidação da despesa, de conformidade com art. 60 da Lei 4.320/64;

1.4- Observar os procedimentos específicos para a retenção de valores relativos ao ISS, IR< INSS, PIS e outros tributos de modo que os valores retidos nas respectivas rubricas sejam compatíveis com os efetivamente recolhidos;

1.5- Observar o disposto no Acordo Coletivo de Trabalho, no que se refere à realização de despesas com Plano de Saúde e ao pagamento de horas extras aos Empregados do Conselho.

2.- À Secex-PE:

2.1- Dar ciência deste Acórdão, bem como da instrução de fls.47-48 ao Conselho Nacional de Fisioterapia da 1ª Região, para fins de acompanhamento e supervisão;

2.2- Arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 239/2007 - 2ª CÂMARA - TCU

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007 ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, em julgar regulares com ressalvas as contas dos responsáveis Célio Acioly de Souza, CPF 009.923.561-72; Virgínia Cardoso da Silva Athayde Nunes, CPF 221.695.201-04; Ana Maria Diener Braga, CPF 144.884.501-72; Adalmi Nogueira da Mota, CPF 339.610.931-72,dando-lhes quitação e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis,de acordo com os pareceres emitidos nos autos, fazendo-se as determinações sugeridas.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

TC 012.649/2005-8

Classe de Assunto : II

Unidade: Ministério Público Federal

Responsáveis/CPF: Ada Lelis da Silva, 700.706.791-34; Adalmi Nogueira da Mota, 33961093172; Adolfo Junior Larriera, 437.291.001-06; Adrian Pereira Ziemba, 095.574.918-25; Adriana Zawada Melo, 639.711.000-15; Adriano Bernardi Pereira Duarte, 933.306.500-87; Aerse Enes Rocha, 475.943.493-34; Ageu Florencio da Cunha, 153.283.332-68; Albanise Pires Ferreira de Azevedo, 457.990.404-49; Alberto da Silva Miguez, 924.559.997-34; Alexandre Espinosa Bravo Barbosa, 015.440.957-08; Alexandre de Souza Marques, 635.413.941-53; Aline Carvalho Boechat, 008.424.087-38; Alvaro Lotufo Manzano, 364.726.971-91; Alzimira Alessio Soares Crepaldi, 057.413.518-91; Ana Izabel Araujo Gregoldo, 055.339.612-91; Ana Izabel dos Santos, 052.952.978-53; Ana Maria Albino Borges de Medeiros, 441.014.060-49; Ana Paula Mantovani, 536.712.361-91; Andre Luis Cavalcanti de Sousa, 820.675.114-91; Andrea Henriques Szilard, 775.547.107-10; André de Sena Paiva, 648.430.252-91; Anette Hitomi Shoji, 107.483.848-39; Antonio Carlos Guimarães Pinto, 495.335.926-72; Antonio Carlos de Vasconcellos Coelho Barreto Camp, 571.641.854-68; Antonio Marcio Ventura Gomes, 742.914.404-72; Antonio Valter de Menezes Junior, 311.018.605-53; Antônio Cavalcante de Oliveira Júnior, 338.917.453-20; Antônio Edílio Magalhães Teixeira, 283.700.823-00; Armando Gomes Pinto Neto, 237.467.693-53; Auristela Oliveira Reis, 566.160.585-49; Bruno Nominato de Oliveira, 034.660.076-66; Carlos Fernando Mazzoco, 007.821.397-52 Carlos Alberto Gomes de Aguiar, 006.200.697-59; Carlos Alberto da Silva Silveira, 240.922.312-53; Carlos Augusto de Amorim Dutra, 247.439.921-68; Carlos Henrique Dumont Silva, 031.821.846-10; Carlos Herique Rodrigues da Silva, 595.832.584-15; Carlos Humberto Lima da Mata, 293.089.411-34; Carlos Valerio de Souza, 548.510.417-72; Carlos Wagner Barbosa Guimarães, 327.348.243-53; Carlos Wagner Santos, 994.384.377-20; Cassio Norival Franceira, 190.668.958-02; Celio de Castro Pacheco Nogueira, 465.941.083-87; Celso de Albuquerque Silva, 304.450.781-20; Claudio Alberto Gusmão Cunha, 394.660.945-72; Cleide Gentil de Medeiros, 067.456.014-00; Clemilton Rodrigues Silva, 362.030.683-49; Cleonaldo Ferreira dos Santos, 429.018.554-15; Cristina Emi Nakaji, 089.334.628-48; Cristina Koliski, 876.042.999-20; Durval Da Silva Capella, 338.657.367-34; Dalmácio José de S. Madruga, 032.663.201-82; Daniel de Resende Salgado, 553.199.043-04; Daniela Batista Ribeiro, 042.508.226-13; Danilce Vanessa Arte Ortiz, 422.032.951-04; Danilo Saleme Moreira Junior, 478.542.514-87; Decio Jose Dias Nogueira Cavalcanti, 399.095.304-49; Denise Vinci Tulio, 519.319.319-68; Dimitri Buscacio Gonçalves, 042.951.927-32; Douglas Fischer, 585.983.670-87; Duciran Van Marsen Farena, 263.066.893-20; Edilson Alves de Franca, 019.852.484-68; Edineia Cristina Alves, 563.779.591-68; Eduardo Kurtz Lorenzoni, 265.242.440-87; Eduardo Lotuffo Stradolini, 550.898.950-15; Eduardo Morato Fonseca, 419.010.106-00; Elcimeire Vales Araújo, 595.7340.62-68; Eliana Ferreira de Souza Brancalion, 013.775.788-36; Eliane Ferreira Almeida de Araujo Tavares, 396.640.824-49; Eliane Ribeiro Souza Santos, 059.942.331-53; Elizabeth Mitiko Kobayashi, 261.889.948-29; Emerson Antonio Fassy, 278.059.996-00; Ernani Sergio Chaves Reis, 524.975.503-87; Eunice Dantas Carvalho, 662.834.185-20; Ewerton Martins Ribeiro, 443.903.860-34; Francisco De Assis Vieira Sanseverino, 402.306.940-04; Fabio do Carmo Assis Lanna, 540.090.736-91; Felicio de Araujo Pontes Junior, 250.947.422-72; Fernando José Piazenski, 387.561.700-25; Fernando Tonidandel Borini, 247.008.188-24; Fernando da Luz Santana, 851.579.029-72; Flávio Augusto de Andrade Strapason, 525.533.880-04; Francisco Carlos dos Santos Souto, 105.107.612-91; Francisco Chaves dos Anjos Neto, 365.874.004-34; Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho, 004.628.534-20; Francisco das Chagas Albuquerque Cunha, 186.148.171-34; Francisco de Assis Leandro Barros, 385.099.974-20; Francisco de Assis Marinho Filho, 139.698.543-34; Frederico Antonio Simoes de Souza, 581.404.251-68; Fábio George Cruz da Nóbrega, 645.874.444-72; Fábio Nesi Venzon, 654.198.120-53; Gilberto Guimaraes Ferraz Junior, 937.960.055-00; Gildo Vicente do Nascimento, 429.671.205-53; Gilson Gama Monteiro, 085.438.365-49; Gilson Teixeira Cortez, 901.641.137-20; Gino Servio Malta Lobo, 524.654.204-10; Givaldo Guerreira Araújo, 314.718.463-34; Grace Anne Azevedo Simões, 464.096.103-00; Guilherme Veloso Naves, 369.525.321-53; Gustavo Oliveira de Souza, 819.129.191-68; Heverson Gomes Pereira, 506.871.071-72; Heitor Alves Soares, 616.831.752-04; Helena Margareth Farias Silva, 256.168.972-72; Heliane Alves Vaz Abadia, 688.650.821-00; Helio Luiz de Almeida, 761.087.167-20; Heloisa Pegas Morganti, 363.953.070-53; Hermenegildo Goncalo da Silva, 090.148.198-03; Hindemburgo Chatea Ubriand Pereira Diniz Fi Lho, 546.655.586-04; Humberto de Campos Costa, 602.710.781-20; Ines Virginia Prado Soares, 429.722.305-82; Ivaldo Olimpio de Lima, 019.735.924-87; Jefferson De Oliveira Carlos, 474.498.022-87; José Lopes De Souza, 670.143.998-53; João Carlos Silva Nobre, 348.569.512-20; Juliana Rombaldi, 854.202.639-04; Jaelson Lima Lopes de Sa, 680.605.724-15; Jair Henrique de Paula, 574.487.109-82; Joao Crisostomo da Silva Pereira, 177.689.423-53; Joao Marcos de Melo Marcondes, 238.312.007-34; Joaquim Andre Cavalcante de Matos, 236.419.082-72; Jorge Luiz Silva, 843.681.018-04; Jorge Nishino, 030.156.008-00; Jose Adriles Faria, 147.856.251-04; Jose Airton Barbaroto, 004.959.158-40; Jose Aroldo Bezerra Galindo, 104.162.854-49; Jose Augusto Simoes Vagos, 017.857.13779; Jose Carlos Costa Oliveira, 039.997.696-53; Jose Gomes Ribeiro Schettino, 083.545.417-70; Jose Leao de Melo Junior, 373.717.461-04; Jose Luiz de Souza Correia, 272.219.891-68; Jose Nilso de Lirio, 201.701.307-20; Jose da Silva, 133.458.002-25; Jose de Amaral Farias, 049.764.104-63; Josiel Luiz da Silva, 280.394.914-87; José Adercio Leite Sampaio, 210.1506.63-72; José Adonis Callou de Araújo Sá, 258.852.273-49; José Arnaldo Neves Costa, 149.064.813-53; José Augusto Torres Potiguar, 038.688.182-00; José Cardoso Lopes, 297.043.591-87; José Leonidas Bellem de Lima, 006.460.498-52; José Pedro Gonçalves Taques, 405.404.481-68; João Bosco Araújo Fontes Júnior, 273.606.101-25; João Heliofar de Jesus Villar, 272.865.761-00; Juliana Karla de Souza Batista, 754.674.454-72; Juraci Guimarães Junior, 515.622.433-49; Jurce Vieira de Souza Dantas, 245.552.821-91; Karen Neves Gouveia, 688.193.824-15; Keila Marcia da Silva, 253.891.901-06; Kelston Pinheiro Lages, 350.712.813-68; Kennedy Barbosa da Silva, 398.853.134-00; Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, 898.480.477-00; Lenival Ferreira dos Santos, 392.452.415-72; Levi Jacobino de Barros Nunes, 357.727.861-72; Lindemberg Andre da Silva, 293.566.953-34;Luciane Silva Nunes, 776.977.589-20; Luciano Garcia Marchi, 523.299.501-44; Luiz Alberto Perrone, 123.585.090-00; Luiz José de Oliveira Bezerra, 379.048.254-49; Luiz Otavio Gomes de Souza, 135.045.842-20; Maria Helena De Carvalho Nogueira De Paula, 962.675.347-15; Magno Shancler Máximo, 818.581.677-87; Manoel do Socorro Tavares Pastana, 256.257.211-49; Mara Lucia de Mello Batista, 402.980.947-20; Marcela Moraes Peixoto, 620.504.869-87; Marcelo Alves Dias de Souza, 664.849.444-15; Marcelo Pires de Souza, 008.528.407-64; Marcelo Toledo Silva, 148.265.934-49; Marcelo Torres Cirne, 675.894.564-20; Marcelo Veiga Beckhausen, 578.182.660-20; Marcia Christianne Alves de Sousa, 553.187.383-20; Marcia Neves Pinto, 958.820.147-00; Marcio Jose Marques, 535.890.769-68; Marco Andre Seifert, 462.179.670-49; Marco Aurelio da Silva Xavier, 327.764.111-20; Marco Tulio de Oliveira E Silva, 464.0269.11-00; Marcos Alberto de Almeida, 230.822.673-00; Marcos Amorim de Morais, 250.124.444-34; Marcos Antonio da Silva Costa, 536.865.191-00; Marcos Kimura, 471.629.961-91; Marcos Oliveira dos Santos, 472.352.843-15; Marcus Vinicius Aguiar Macedo, 383.722.580-15; Maria Amelia Teixeira de Almeida, 291.331.575-53; Maria Aparecida de Araujo Silva, 153.436.421-87; Maria Betania Simoes da Fonseca, 331.217.534-87; Maria Candelária Di Ciero Miranda, 046.653.228-80; Maria Carla Costa Ribeiro Moraes, 806.288.774-04; Maria Emilia Correa da Costa, 467.301.170-87; Maria Hilda Marsiaj Pinto, 456.687.100-25; Maria Izaflor Pinheiro Torquato, 050.024.928-86; Maria Papadopoulos, 361.060.540-53; Maria Rodrigues de Sales Guimaraes, 240.116.651-34; Maria Silvia de Meira Luedemann, 207.677.068-20; Maria Suely de Lima Correa, 343.082.291-20; Maria Zelia Soares de Albuquerque, 480.516.758-00; Maria do Socorro de Almeida Coelho, 243.213.542-34; Marilia Dourado Gentil Jacobina, 594.154.015-91; Marlizi Wander Hepp Brandalise, 458.154.539-00; Marluce Pereira Lima, 737.073.259-20; Marluci Duarte Tonet, 783.517.39-91; Marta Martins Pattuzzo, 811.287.387-91; Martinho Rodrigues da Silva Filho, 273.259.463-68; Mauricio Kuehne Junior, 733.303.459-34; Mauro Teruo Ozaki, 065.082.758-95; Monica Nicida Garcia, 066.0592.78-93; Monica Paiva Velloso, 603.322.124-91; Márcia Mendes Villanova Gomes de Almeida, 035.357.307-83; Márcio Edinelson Madureira Batista, 388.723.072-87; Netanel Silvestre de Amorim, 001.288.737-44; Nilce Cunha Rodrigues, 135.593.703-53; Nilvando Oliveira Costa, 600.456.125-87; Oliveiros Guanais de Aguiar Filho, 914.670.985-15; Osvaldo Sowek Junior, 741.789.899-87; Ovídio Rodrigues, 098.896.801-06; Patricia Mourão Cerqueira Figueiredo, 680.665.386-34; Paula Bajer Fernandes Martins da Costa, 036.988.838-30; Paulo Bressaglia, 107.9395.38-55; Paulo Gilberto Cogo Leivas, 480.364.120-04; Paulo Gustavo Gonet Branco, 292.709.011-49; Paulo Gustavo Guedes Fontes, 534.230.385-00; Paulo Machado Correa, 550.762.700-20; Paulo Roberto Berenger Alves Carneiro, 002.773.877-95; Paulo Roberto Olegario de Sousa, 426.913.544-15; Paulo Vasconcelos Jacobina, 488.072.305-34; Pedro Roberto Rodrigues Simoes, 067.555.261-34; Romulo Moreira Conrado, 770.185.163-15; Raimundo Hélio Nascimento Filho, 158.826.672-91; Raimundo Vieira de Goes, 145.394.113-49; Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, 144.415.428-10; Reginaldo Soares de Souza, 216.205.712-34; Renata Kuroki Kawamoto, 777.505.781-53; Renita Cunha Kravetz, 500.442.659-72; Ricardo Honorato de Souza, 382.863.512-15; Ricardo Kling Donini, 017.528.969-71; Ricardo Luis Lenz Tatschi, 456.539.760-91; Roberto Claudio de Carvalho Calixto, 409.095.144-53; Roberto Fuina Versiani, 332.472.691-34; Roberto Meneses Lucas, 360.872.705-15; Roberto dos Santos Ferreira, 000.240.387-09; Rodnei Jorge Borges Rubem, 044.847.087-01; Rodolfo Vieira de Freitas, 163.121.918-93; Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 265.478.726-53; Rodrigo Telles de Souza, 799.445.823-87; Rodrigo Valdez de Oliveira, 629.987.300-00; Rogério Kollert Perroco, 455.113.730-87; Romulo Alves de Souza, 565.113.451-49; Rosane Costa Pessanha, 471.395.361-04; Rosangela Pofahl Batista, 195.758.151-49; Rossandro Bastos Muniz, 577.310.475-04; Roziane da Silva Lopes, 207.784.903-78; Ruberval Teixeira Reis, 462.658.211-72; Rui Soares Martins Filho, 397.825.303-87; Ruy Barreto dos Santos Filho, 129.142.314-15; Sandrino Ramos Pereira, 693.866.765-91; Sonia Telles Da Cruz, 433.501.865-72; Sandro Gomes Camilo, 612.446.436-53; Sergei Medeiros Araujo, 408.188.963-53; Silvana de Fatima Thurler Bercot Lamas, 982.628.667-20; Silvia Kazumi Kumoto, 268.021.378-52; Silvio Pereira Amorim, 466.340.531-20; Silvito Lima E Silva, 512.641.021-00; Sirlene Maria Peixoto, 628.142.140-04; Solange Mendes de Souza, 363.301.599-04; Sonia Castro Lacerda de Almeida, 254.776.257-91; Sonia Maria Campos da Silva Melo, 239.922.551-15; Sonia de Assunção Macistra, 078.216.544-34; Suely de Melo Barbosa dos Santos, 210.591.521-34; Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior, 580.003.562-87; Tania Akemi Fujisawa Uemura, 076.209.198-30; Tatiana Vitoria de Santana, 768.450.601-34; Teresa Campêlo de Souza, 072.763.894-72; Travanvan da Silva Feitosa, 453.924.203-20; Ubiraci Guimarães de Andrade, 059.800.972-87; Ubiratan Cazetta, 109.447.388-00; Uly Furtado Gonçalves, 613.757.722-87; Valeria Cannavale Atra, 005.993.378-00; Valdenisia Mary Matoso Macedo, 238.498.861-15; Valdino Mendes Cavalcante, 123.076.292-20; Valmir Marques de Almeida Junior, 488.708.705-53; Valquiria Oliveira Quixada, 393.164.401-49; Vanessa Xavier Sguario, 883.049.739-87; Vera Maria Barbosa Moraes, 150.020.391-20; Virginia Cardoso da Silva Athayde Nunes, 221.695.201-04; Vitor Hugo Gomes da Cunha, 363.619.090-34; Walmir Celio Moreira Junior, 003.058.977-05; Walkley Monteiro Dias, 272.793.832-20; Walmor Alves Moreira, 076.593.068-47; Walter Audisio de Lima Leite, 648.469.894-53; Wania Dalvi, 656.972.437-15; Watteau Wanderley Rodrigues, 682.636.518-91; Welinton Vitor dos Santos, 029.138.897-35; Wellington Cabral Saraiva, 456.358.894-68; Wellington Divino Marques de Oliveira, 479.752.701-30; Wellington Luis de Sousa Bonfim, 396.450.023-20; Werton Magalhaes Costa, 930.954.304-34; Will Flávio Dias Gomes, 768.488.921-49; Zelma de Oliveira Lima, 244.666.974-34; Zilmar Antonio Drumond, 234.444.872-15; Ana Maria Diener Braga, 144.884.501-72; Célio Accioly Souza, 009.923.561-72; Marcus Da Penha Souza Lima, 505.967.131-34.

Determinações

1. À Secretaria de Recursos Humanos do Ministério Público Federal:

1.1- Atentar para o disposto no art. 46 da Lei 8.112/1990 no tocante à reposição de valores ao Erário por parte de servidores;

1.2- Observar o preconizado nos arts. 68 a 72 da Lei 8.112/1990 quando da concessão de adicionais de insalubridade;

1.3- Aprimorar o controle dos pagamentos de parcelas remuneratórias com o fito de evitar a retribuição, em duplicidade, de gratificações ou o pagamento indevido de rubricas incompatíveis com a situação funcional do servidor.

2.- À Auditoria Interna do Ministério Público Federal:

2.1- Observar o disposto nos arts. 6º, § 2º, in fine, da Decisão Normativa-TCU nº 62/2004, e 16, §2º, da Instrução Normativa-TCU 47/2004, e expeça juízo acerca da regularidade das contas referentes a todas as unidades gestoras constantes de processos consolidados;

2.2- Faça o acompanhamento das medidas endereçadas à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério Público Federal.

ACÓRDÃO Nº 240/2007 - 2ª CÂMARA - TCU

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 26 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 217 do Regimento Interno, em autorizar o parcelamento do valor imputado (débito e multa) ao interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

PREFEITURA MUNICIPAL

TC 001.808/2003-1

Classe de Assunto : II

Unidade: Prefeitura Municipal de Porto Real do Colégio - AL

Interessado: Eraldo Cavalcante Silva, CPF 240.731.994-04

ACÓRDÃO Nº 241/2007 - 2ª CÂMARA - TCU

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 20 e 21 da Lei 8.443/92 c/c o art. 211, § 1º do Regimento Interno/TCU em considerar as presentes contas iliquidáveis, ordenando o seu trancamento, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

PREFEITURA MUNICIPAL

01 - TC 010.000/2006-3

Classe de Assunto : II

Unidade: Prefeitura Municipal de Àguas de Lindóia/SP

Responsável: Luiz Guilherme Fiori, CPF 139.301.508-59;

Determinações:

1.- À Secex-SP:

1.1 Dar ciência desta deliberação à Secretaria Federal de Controle Interno e ao Departamento de Extinção e liquidação do Ministério do Planejamento, Orçamento de Gestão;

1.2.- Arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 242/2007 - 2ª CÂMARA - TCU

1. Processo n° TC - 007.312/2006-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.

3. Interessado: Djalma Marinho Muniz Falcão, CPF 000.420.131-00

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Maceió/AL.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: SERUR.

8. Advogados constituídos nos autos: Fernando A.. J. M. Falcão (OAB/AL nº 5.589), Gustavo Ferreira Gomes (OAB/AL nº 5.865), Sávio Lúcio Azevêdo Martins (OAB/AL nº 5.074) e Paulline C.M. Gonçalves (OAB/AL nº 7.419)

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração, interposto contra o Acórdão nº 3.281/2006 - 2ª Câmara, pelo Sr. Djalma Marinho Muniz Falcão, ex-Prefeito Municipal de Maceió/AL, que julgou irregulares suas contas em virtude da não-execução de objeto pactuado no Convênio nº 901/87;

Considerando que, conforme apurou a SERUR, a peça recursal foi protocolada intempestivamente;

Considerando que, nesta, o responsável limitou-se a pedir a reforma do julgado, em nada inovando na argumentação já analisada por ocasião do julgamento das contas;

Considerando que o MP/TCU manifestou sua anuência à conclusão da SERUR;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 - com fulcro no artigo 32 da Lei nº 8.443/92, em não conhecer da peça recursal apresentada;

9.2 - dar ciência ao recorrente desta decisão.

ACÓRDÃO Nº 243/2007 - 2ª CÂMARA - TCU

1. Processo n° TC - 015.137/2005-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.

3. Interessado: Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncroton - ABTLuS.

4. Entidade: Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncroton - ABTLuS.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

5.1 Relator da Decisão Recorrida: Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: SERUR.

8. Advogado constituído nos autos: Airton Rocha Nóbrega - OAB DF nº 5369.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração, interposto contra o Acórdão n. 2.232/2006 - 2ª Câmara - Relação nº 220/2006, por meio do qual se julgou regulares com ressalva as contas do exercício de 2004 da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncroton - ABTLuS e se fizeram a ela determinações e recomendação ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Considerando que a recomendação contida no subitem 1.5 do referido Acórdão foi lavrada nos seguintes termos:

"*1.5. Recomendar ao Ministério da Ciência e Tecnologia que, tendo em vista o disposto no art. 167, inciso VI, da Constituição de 1988, considere, nas suas propostas para os próximos orçamentos, programas de trabalhos referentes ao contrato de gestão firmado em 29/10/1998 com a ABTLuS.*"

Considerando que, em seguida, a Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncroton - ABTLuS interpôs recurso de reconsideração em que se insurgiu contra tal recomendação;

Considerando que o comando acima transcrito encerra mera recomendação e que foi ele dirigido ao Ministério da Ciência e Tecnologia;

Considerando que as recomendações não possuem caráter cogente;

Considerando a orientação jurisprudencial dominante nesta Corte, no sentido de que não cabe recurso contra recomendações, pois delas não decorre sucumbência da parte ou interessado, consoante se depreende de Voto condutor do Acórdão nº 2.112/2005 - 1ª Câmara (Rel. Min. Valmir Campelo);

Considerando que, portanto, não se identifica interesse da recorrente na desconstituição do referido subitem do Acórdão recorrido e, por isso, não se afiguram presentes todos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 33 da Lei nº 8.443/1992;

Considerando os pronunciamentos uniformes da SERUR e do Ministério Público no sentido de que não seja o presente recurso conhecido;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 - com fulcro no arts. 32, I, e 33 da Lei nº 8.443/92, não conhecer da peça recursal apresentada; e

9.2 - dar ciência à recorrente desta decisão.

d) Ministro Aroldo Cedraz (Relações nºs 1 e 2).

ACÓRDÃO Nº 244/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fundação Universidade de Brasília

01 - TC 020.250/2003-5 - ANTONIO CARLOS MIRANDA e EDEVAL PEREIRA DA SILVA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

02 - TC 013.177/2006-8 - BERENICE KRAN DE OLIVEIRA; CARLOS ALBERTO PEREIRA PINTO; CARMEM LÚCIA DA CUNHA REZENDE; CHRISTINA RAMOS MACHADO; DEIZE MARIA PEREIRA; FRANCISCO MORAES SILVESTRE; FRANCISCO SOARES DE SOUZA; ILZA PINTO ARAÚJO; IRAN PEIXOTO DE FRANÇA; IZILIO SCUSSIATTO; JERÔNIMA VIEIRA BECK; JESUINO CANDIDO FILHO; JOÃO ALFREDO GAZE; JOVITO DA CRUZ E SILVA; LELIS TOYAMA; LUIZ GOMES CRESPO; MARIA MADALENA DE OLIVEIRA CARDOZO; NILTON RIBEIRO PIAU; RAIMUNDA ALVES DA SILVA LIMA; RENATO RODRIGUES VIEIRA e ROGERIO ORTIZ PORTO.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

03 - TC 013.181/2006-0 - SEBASTIAO PEREIRA LIMA

INCRA - Superintendência Regional/RS

04 - TC 015.900/2006-5 - ALDO BORGES ALMEIDA; ELIANE MEDEIROS CARDOZO DA SILVA; FRANCISCO GOMES VIEIRA e JOÃO GUILHERME BURNETT

INCRA - Superintendência Regional/SC

05 - TC 015.902/2006-0 - PAULO ROBERTO CORREA PACHECO

INCRA - Superintendência Regional/SP

06 - TC 015.903/2006-7 - ANTONIO GONZALEZ LOPES; LUIZ CARLOS CAPOZZOLI e PAULO ROBERTO VIEIRA DA SILVA

Gerência Executiva do INSS - Irajá/RJ

07 - TC 019.293/2006-4 - MARCUS DE CARVALHO WANDERLEY

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Superintendência Estadual do INSS - MG

08 - TC 005.233/2006-4 - CLÁUDIA MÁRCIA CORREA HORTA JUNQUEIRA REBOUÇAS; EDVAL BARBOSA TEIXEIRA; ESTER GUEDES VILAS BOAS MOTA; IVETE MARIA NONAKA; JOÃO BOSCO PEREIRA; LINDALVA DIAS DOS SANTOS; LUIZ FRANCISCO FERNANDO DE PAULA CARVALHO; MARCELO AVIMAR NOLASCO; MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SOUZA E SILVA; MARIA APARECIDA LELES GARCIA; MARIA APARECIDA VIEIRA RIBEIRO MOTA COELHO; MARIA ELVIRA OGLIARO; MARIA IMACULADA TEIXEIRA; MARIA JOSEFINA LOPES GODINHO; MARIA LUZIA DA COSTA; MARIA MACHADO; MERCIA DE LOURDES OLIVEIRA e OSCARINA DE ARAÚJO CARNEIRO

Gerência Executiva do INSS/MG

09 - TC 010.177/2006-4 - ELOI LEITE PRAÇA FILHO; ELZA AUGUSTA DE OLIVEIRA; MARIA LENY NOVY VIDAL; SANDRA CRISTINA MARQUES RIBEIRO e WILLER DE MOURA GONZAGA

Gerência Executiva do INSS/MG

10 - TC 010.204/2006-3 - ANA DE REZENDE BARBOSA; ANA MARIA RODRIGUES; ANGELA MARA FIALHO PIGNATARO OLIVEIRA; IOLANDA BASSI VIEGAS; MARIA IMACULADA DE RESENDE RIOS; RAIMUNDO TOTI e SEBASTIÃO LÚCIO PACHECO

Superintendência Estadual do INSS - Belém/PA

11 - TC 010.233/2006-5 - ANGELICA DA CONCEICAO OLIVEIRA DE MACEDO; ARLENE MARIA CHAVES TOURINHO; BEATRIZ ROSSAS NOVAES DE ARAUJO; DYRCELIA KOURY PALMEIRA; HEBER CHILON DE MONCAO; JOSE FRANCISCO SANTANA NETO; MANOEL DAS DORES MIRANDA; MARIA DA GLORIA LEAO LIMA; MARIA DE FATIMA TRINDADE DOS SANTOS; MARIA PERPETUA DA ROCHA OLIVEIRA; MERIAM AFONSO MENDES e RAIMUNDA TEODORA DO ROSARIO

Gerência Executiva do INSS - S.J. da Boa Vista/SP

12 - TC 011.204/2006-8 - EDNA REGINA CASALLI PUGLIERO; JORGINA GONÇALVES PERCEBOM; MARIA APARECIDA DA SILVA ANDRADE; MARIA APARECIDA DOS SANTOS; MAURICIO LUIZ POMMER PAVAN; NELSON MANDIM LAGOA e STELLA MARIS MACHADO ARANTES

Gerência Executiva do INSS - Irajá/RJ

13 - TC 011.207/2006-0 - ANTONIA BRAZ DE LIMA; CARLOS GARCIA DA SILVA; CASSYPORE MARTINS SIANI; DARIO BARBOSA; FIDELIS GOMES DE CASTRO; GILDA GARRITANO LUNETE; HELENA DE MELLO E SILVA; LUCY BARROSO FERNANDES; MARIA NAZARETH DE AZEVEDO TAVARES; MARILDO SANT' ANNA; REGINA GLORIA SOUZA DE OLIVEIRA; SELMA SOUZA DOS SANTOS e SUELI DAMIANA DOS SANTOS ALVES

Instituto Nacional do Seguro Social

14 - TC 019.295/2006-9 - ANTONIO ROQUE DE ARAUJO; DILMO DE PAULA E SOUZA VIDIGAL; FRANCISCO ARAUJO MACHADO; FRANCISCO PEREIRA COSTA; JOSE ALMEIDA ALVES DA COSTA e LINCOLN GONZAGA DE ALARCAO

Superintendência Estadual do INSS - Salvador/BA

15 - TC 019.297/2006-3 - ABRAHAO AQUINO DOS SANTOS e JOÃO MORAES DE ALBUQUERQUE FILHO

Superintendência Estadual do INSS - Cuiabá/MT

16 - TC 019.301/2006-8 - BENILDA DA GUIA MAGALHAES; EMERSON ODILON SANDIM;

Superintendência Estadual do INSS - João Pessoa/PB

17 - TC 019.307/2006-1; ALCIDES ONOFRE DA COSTA LEITE; ARIOSVALDO JOSÉ ARAÚJO; GILSON COELHO GARCEZ; JOAO CARLOS DE CARVALHO NOBREGA; JOSE PEREIRA LIMA; MARIA SANEIDE PAIVA PINHEIRO; RAIMUNDO JOSE BARBOSA e VIOLETA ROCHA DE ALBUQUERQUE

Superintendência Estadual do INSS - Teresina/PI

18 - TC 019.309/2006-6 - FRANCISCO DAS CHAGA SILVA; FRANCISCO DE ASSIS SOUSA FILHO; PALMEIRON CIPRIANO DE SOUSA LIRA e SIMPLICIO MATOS DOS SANTOS

Superintendência Estadual do INSS - Florianópolis/SC

19 - TC 019.334/2006-9 - VALDIR CEZAR BARETTA

Superintendência Estadual do INSS - Salvador/BA

20 - TC 020.325/2006-2 - ADAMILDE CARVALHO POSSIDONIO; ANA CELIA CAYRES DE OLIVEIRA; ANA MARIA

DE CARVALHO E MACEDO; ANANIAS GOMES DA SILVA FILHO; ANTONIO CARLOS NORONHA DE OLIVEIRA; CARLOS CESAR FARIA FERREIRA; CARMEN DOS REIS LORENZO; CRISPINA MARTINS DE SOUZA; DAYSE DANTAS OLIVEIRA; ELIAS JOSE DOS SANTOS; ELOINA MARIA MACIEL PAULO DOS ANJOS; HELENA SANTOS; HILDA GUALBERTO GOMES; ITABAJARA COSTA SANTOS; IVALDO MAGALHÃES; JAIR FERREIRA DA SILVA; JANDIRA MARIA SANT'ANA FARIAS e JANICE MARIA ARAUJO

Superintendência Estadual do INSS - Salvador/BA
21 - TC 020.327/2006-7 - MARIA EUSEBINA BRITO DE JESUS; MARIA HELENA COSTA FERRAZ; MARIA LUCIA ELOY; MARIA TANIA RAMOS PARENTE; MARIA ZELIA ALVES SOBRAL BENTES; MARINA FLORENCIA DA SILVA; MARINA LEONE CORREIA BOMFIM; NAYLOR NUNES DE MIRANDA e NICE LEIDE DE OLIVEIRA QUEIROZ

Superintendência Estadual do INSS - Salvador/BA
22 - TC 020.328/2006-4 - RAYMUNDO LEAL RIBEIRO; ROSALVO CONCEIÇÃO DA CRUZ; RUBENS ALELUIA DA SILVA; SALETE MARÍA TEIXEIRA DE OLIVEIRA; VALDELICE CARNEIRO ANDRADE; VERA ANTONIA DE ALMEIDA LIMA; VIRGINIA NORMA DE AQUINO PIRES; WANDA ALBUQUERQUE RAMOS; WILMA URÂNIA ASSIS DO VALE; ZENILDE DE SOUZA SANTOS e ZULEIDE MARIA PAES COELHO CAFE DA SILVA

Superintendência Estadual do INSS - Goiânia/GO
23 - TC 021.194/2006-3 - EULENE GOMES CORDEIRO; LIZETE ASSUNÇÃO DE MACEDO e VALDIVINO CATULIO

Ministério da Previdência Social
24 - TC 025.938/2006-6 - JOSE GERALDO ELIAS

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

25 - TC 025.359/2006-3 - ANTÔNIA VIEIRA SILVA; ANTONIO NEWTON SOARES DE MATOS; ARMANDO FERNANDES DE ARAGAO; BENILSON BARRETO; ELVIRA SOLANGE ROSENAU GONÇALVES; JOSE DA SILVA MARTINS; JOSÉ MARIA SILVA DE SOUZA; JULIETA SARDEIRO DE ALCÂNTARA PINTO; LÉA ANTUNES LEITE; LOHIR MACHADO; MANOEL MARQUES DA ROCHA; MARIA BERNADETE LARCERDA DE ARAUJO; MARIA DO CARMO CRISPIM DA SILVA; MARIA ZAMBOM DE OLIVEIRA PICOLI; MYRIAN DAMASCENO SILVA; PACÍFICO MENDES DA COSTA e REGINA MARIA DELGADO TEIXEIRA;

TRIBUNAL ELEITORAL

Tribunal Regional Eleitoral - BA
26 - TC 007.552/1997-1 -ANA LUCIA GUIMARÃES GODINHO; FLORDINICE MACÊDO NOVIS; MARTHA MAGNAVITA VILLELA; NAILDA ALVES PINHO e ZENAIDE SENTO SÉ FERNANDES DACUNHA ALMEIDA

Tribunal Regional Eleitoral - PE
27 - TC 853.138/1997-4 - ARNALDO MACHADO DE SOUZA; CLAUDEMIRO DA SILVA CARDEAL; JOSE MARIA DA SILVA; JUDIT MARTINS DE ALMEIDA e MARIA ELENA ARAGAO DE JESUS;

Tribunal Regional Eleitoral - PE
28 - TC 853.705/1997-6 - EVA MARIA DA COSTA PINTO COELHO; EVA MARIA DA COSTA PINTO COELHO e JOSE GERALDO GOMES CAVALCANTI

Tribunal Regional Eleitoral - PI
29 - TC 854.585/1997-4 - ALDA MARIA DE ALMENDRA FREITAS CASTELLO BRANCO; FRANCISCA DUARTE FRANCO; GIRLENE DE SOUSA FEITOSA; HONORINO DE CASTRO; JOSIMAR LOPES DE OLIVEIRA; MARIA DE JESUS DA SILVA CARVALHO; MARIA DO ROSÁRIO SILVA VIVEIROS RAMOS; MARIA ELIZALVA FERREIRA DA ROCHA MOTA; MARINEIDE BEZERRA SOARES; ROSA MARIA MENDES BATISTA e SOLANGE FIGUEIREDO MARQUES DA FONSECA

Tribunal Regional Eleitoral - MG
30 - TC 857.389/1998-0 - GILBERTO CARLOS CIRCUNDE; INES DIAS BARBOSA FERREIRA e MARINA CARDOSO DE BASTOS

ACÓRDÃO Nº 245/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 e 40 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fundação Universidade Federal de Pelotas
31 - TC 000.017/2007-5 - CARLOS ALBERTO OLIVEIRA DA SILVA; CARLOS FERNANDO CONCEIÇÃO LUCENA; CARMEN MARIA NUNES DA ROSA; CINTHIA PINTO RODRIGUES PEREIRA; CLAUDIA DOS SANTOS PINTO e CLEUSA DA SILVA VEIGA

Universidade Federal do Espirito Santo
32 - TC 000.030/2007-7 - KARIN KNEIPP COSTA ROSSI; KARINA MUSSO PEREIRA; LIANE BORDIGNON; TANIA TESSINARI MIRANDA e VANESSA GUIMARAES

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Petrobras Distribuidora S.A
33 - TC 012.385/2006-6 - ANTONIO CARLOS DUTRA DE SOUSA; CARLOS HENRIQUE MARTINS DA SILVA; COSME CASSIANO DE QUEIROZ; DELIO NUNES REBELLO; FREDERICO BERNANDO TIRRE PEREIRA; GUILHERME ALEIXO; HONORATO DE ALMEIDA GOMES NETO; LAURO MELO DE PAULA; MARIA GABRIELA ALONSO DECCACHE; PAULO SERGIO PIERANTONI; ROSANA DO CARMO GIORDANO e SHEILA RODRIGUES DA FONSECA LAGE

Petróleo Brasileiro S.A
34 - TC 019.841/2006-0 - ANGELO SPINELLI LEAO SOARES; ANTONIO CARLOS MOREIRA SANTOS FILHO; ANTONIO CESAR TAVARES ALVAIA; ANTONIO LUIZ VIEIRA VILHENA; CLAUDIOMAR ALVES TELES; CONSTANTINO SANTOS PALMEIRA; CRISTIANE LUCIO DA SILVA; DANIEL CRUZ DE SOUZA; DENNYS AUGUSTO SILVA PAIVA; EDILBERTO MAINETTE SIMAO; EZIEL SANTOS SILVA; FABIO BASTOS SCHUAB; FERNANDA GOMES MOTTA; FRANCO DEL BIANCO FARIA; FRANKLIN TEIXEIRA JUNIOR; GILBERTO APARECIDO GALVAO; GRATULIANO DOS SANTOS NETO; GUILHERME EUGENIO BARROS MORSCH; GUSTAVO DA SILVA CORREA; HECTOR LUIS DOS SANTOS LEITE; HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUZA; ITANILSON LIMA DOS SANTOS; IVANDO CARVALHO DA SILVA; JOAN CAROZO BATISTA; JOAO BAPTISTA FILHO; JOAO BATISTA DE AZEVEDO; JOAO LIMA DE SOUZA; JOAO LUIZ LAVOURA CORREA; JONAS PEREIRA FRANCA; JORGE BERNARDO CARDOSO NOBREGA; JOSE AIRTON DE ALMEIDA FILHO; JOSE CARDOSO BRASIL FILHO; JOSE CARLOS OLIVEIRA RODRIGUES; JOSE CERQUEIRA DA SILVA; JOSE CLAUDIO MONTEIRO MARQUES; JOSE EMILIANO STAROSKY; JOSE FRANCELINO JUNIOR; JOSE GRIMALDI TERRA PETRUCCI; JOSE ILSON GUIMARAES SOARES; JULIANA HELLEN DAS CHAGAS; LENIVALDO ALMEIDA SOUZA; LUIS CLAUDIO SANTANA FREITAS; LYLIAN DE TOLEDO; MARCELO ARCENO; MARCIO CARMO LOPES PONTES; MARCIO FERREIRA SALGADO; MARCIO ROGERIO SALVI; MARCIO TANGERINI; MARCONE JUSTINIANO MIRANDA; MARCOS AURELIO BRASIL BOMFIM; MARCUS ANTONIO DE SOUZA SOARES; MARLI BARROS DE JESUS; MAURICIO GALVAO DE MEDEIROS; MAURICIO HALLBERG TEIXEIRA; MAXIMO FREITAS ROSENDO MAXIMO; MESSIAS DA SILVA SANTOS; OLIVAL LIMA DAMASCENA; RICARDO LUIZ NOBRE GIRAO; RODRIGO AUGUSTO BARREIRA; RODRIGO AZEVEDO SILVA; RODRIGO BUBNIAK SILVEIRO; RODRIGO DOMINGOS DE SA LISBOA; RODRIGO KREMER; RODRIGO MARQUES CARDOSO; RODRIGO REKSIDLER; RODRIGO SOUZA RIBEIRO; ROGERIO DE CARVALHO SALES; ROGERIO WEBER; RUI OLIVEIRA DE CARVALHO JUNIOR; SAMARONE SIMONETTI DE OLIVEIRA; SAMUEL FACCHIN; SAMUEL RAMIREZ CORRADI; SANDRA BARBOSA DE MENDONCA; SANDRO COUTO VIEIRA; SARAH CORREA; SERGIO RICARDO KOKAY MORIKAWA; SILVANA CRISTINA BEZERRA; SOLANGE LIMA DE SOUZA; TALES FARINA DORNELLES; THIAGO COUTINHO DE SALLES PESSOA; THIAGO DA SILVA PIEDADE; THIAGO RIBOLDI VIEIRA; THIAGO TREZZA BORGES; THIAGO VILLAS BOAS CAMARA NUGNEZI DE JESUS; TIAGO ALMEIDA COSTA; TIAGO DA ROSA HOMEM; TIAGO MARQUES SCOMPARIM; TILSON BALTAZAR DA COSTA FILHO; TONNY MATOS SIQUEIRA; TUFIC MORAES MOURAO; TULIO FERNANDO BRAGA CAMARA; VANESSA DOS SANTOS LANCELOTTI; VANTOIR FELIPETTO; VICTOR CAMPAGNARO MARTINS DOS SANTOS; VICTOR MIGUEL MALHAO TEIXEIRA; VINICIUS BRUSAFERRO GUIDIO; VINICIUS ZIMMERMANN SILVA; WALLACE OUVERNEY DA SILVA; WASHINGTON LUIZ BARBOSA; WERNER INGO THONERN e YGOR URURAHY DE CARVALHO

Petróleo Brasileiro S.A
35 - TC 024.078/2006-8 - ALISSON RAMIRO OLIVEIRA RIBEIRO; ALISSON ROWE; ALLAN WDYSON ATANASIO DA HORA; ALLISSON BADARO CARDOSO; ALMIR LARANJEIRA NERI JUNIOR; ALVARO ANTPACK; ALVARO AUGUSTO OLIVEIRA MAGALHAES; ALVARO FERREIRA TUPIASSU; ALVARO SALGADO DE ABREU e ALYSSON VINICIUS DE MELO

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA

Instituto Nacional de Seguro Social
36 - TC 024.655/2006-6 - IRINA HOMEM DE MELLO MORAIS

ACÓRDÃO Nº 246/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 e 40 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fundação Universidade de Brasília
37 - TC 002.413/2003-4 - ALTAMIRA ROSA FÉLIX; ANA PAULA RODRIGUES ALVES DA COSTA; ANTONIA APARECIDA DE MIRANDA; ARTHUR DE AQUINO GOLUBOV; BRUNO FELIX DE BRITO; CLAUDIA DEJANIRA VAZ DA COSTA; EVELINE CARVALHO JUNQUEIRA RIBEIRO; GISELE MIRANDA DA COSTA; GIVANETE MESSIAS VIEIRA; GUILHERME FELIX DE BRITO; ISABEL CARVALHO JUNQUEIRA RIBEIRO; LÍVIA MESSIAS VIEIRA BARROS; MARIA EVELINE CASCARDO RAMOS; MARIA FRANCISCA FERREIRA DE AQUINO; MATHEUS ESTRELA COSTA; NATALIA DE SOUSA GONÇALVES CAVALCANTI CORREA; ONELICE MARQUES NOGUEIRA SILVA; PATRICIA CARVALHO JUNQUEIRA RIBEIRO; RAPHAEL CARVALHO JUNQUEIRA JUSTINIANO; SONIA DE SOUSA GONÇALVES CAVALCANTI CORREA e VITOR DE SOUSA GONÇALVES CAVALCANTI CORREA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

INCRA - Superintendência Regional/AM
38 - TC 007.728/2006-0 - ADÔNIS DOS SANTOS DA SILVA; DEBORAH RIBEIRO VASCONCELLOS FERREIRA; FELÍCIA DEODATO DE OLIVEIRA; HÉLIO FERNANDES DA SILVA NETO; INGRID DA SILVA COSTA; LUIZ ANDRÉ LIMA TAVARES; MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS DA SILVA; MARIA DE LOURDES SOUZA DE OLIVEIRA; MARIGILKA NASCIMENTO DE SOUZA; NARA NATALIA BARBOSA DA COSTA; NEUMA NASCIMENTO DE SOUZA; RILDO BARBOSA DA COSTA e YNDIRA MAELE DA SILVA

INCRA - Superintendência Regional/CE
39 - TC 007.729/2006-8 - MARIA DIAS DE ANDRADE

INCRA - Superintendência Regional/GO
40 - TC 007.730/2006-9 - PABLO KELLER RAMOS

INCRA - Superintendência Regional/PR
41 - TC 007.734/2006-8 - AIMARA RIVA DE ALMEIDA; ALCIDES MOREIRA PAES; ALDA ERINA FAEDO FERNANDES; ANA CAROLINA GUERRA RONCETO; ANGELA GONÇALVES BASILIO DA SILVA; CONCEIÇÃO GOMES DE OLIVEIRA; DJANIRA POLLI ARMSTRONG; EVA DORIS PAMPUCH; JANITA BRZOZOSKI BERNARDIN; MANOELA MORAL DA SILVA; MARIA DO CARMO NUNES OLIVO; MARIA DOLORES DOS SANTOS ARRUDA; MARLI ELENA RONCETO; PAULO GUSTAVO SOMMER; SAYDA MARIA VIGANO MAZZOTTI; TEREZINHA ELOI GRAEFF BORGES e VICENTINA FUMAGALLI MARTINS

INCRA - Superintendência Regional/SC
42 - TC 007.736/2006-2 - MARLENE RUPPERT; NILSE TEREZINHA GRANZOTTO FIN; ROSELI LUZIA ESCUDEIRO LOPES e VINICIUS AUGUSTO LOPES

INCRA - Superintendência Regional/SE
43 - TC 007.737/2006-0 - ANNE CAROLINE CAVALCANTI E SILVA; JACIRA SOARES DE ANDRADE DANTAS; MARIA CELESTE RIBEIRO DE SOUZA e MARIA SOLANGE DE CARVALHO SANTANA

INCRA - Superintendência Regional/
44 - TC 023.426/2006-9 - ANA LUCIA PINTO DE CARVALHO; BEATRIZ EMERICK; ESTHER SOARES SOUZA E MELLO DE OLIVEIRA; FRANCISCA DO NASCIMENTO MARTINS; ITALO CEZAR BABINI DA SILVA; JOÃO PAULO DA SILVA ROCHA; LUANA VITOR MARQUES; LUIZ FELIPE PINTO CARVALHO; MARGARIDA DA SILVA SANTOS ROCHA; MARIA DOS ANJOS BEZERRA; MARIA LUCIA PINTO DA SILVA; MARIA RODRIGUES PIQUIA; PALOMA ALVES DA SILVA; RAFAELA CRISTINA DE OLIVEIRA e SUZENIR DA SILVA PORCINO

ACÓRDÃO Nº 247/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 e 40 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA - COMANDO DA MARINHA

45 - TC 006.538/1995-9 - DAURY MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 248/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 e 250, inciso I, do Regimento Interno, em determinar o arquivamento do seguinte processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

ENTIDADES E ÓRGÃOS DO GOVERNO DOS ESTADOS

01 - TC 020.188/2005-3 - 02 ANEXOS
Classe de Assunto : I
Interessado: Secretaria de Controle Externo na Paraíba
Entidade: Tribunal Regional Do Trabalho - 13ª Região - João Pessoa/PB
Exercício: 2005

ACÓRDÃO Nº 249/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas e dar quitação aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

02 - TC 016.823/2005-0
Classe de Assunto : II
Responsáveis: Adelson Antonio da Silva (CPF 23792469634); Augusto Cesar Fernandes de Carvalho (CPF 33902534753); Carlos Alberto da Costa (CPF 00330305883); José Carlos Cosenza (CPF 22206620049); Mauro Jesus Oliveira (CPF 24469467715); Michael Ditchfield (CPF 78905338704); Nestor Hugo Martin (CPF 20103465995); Sergio Paixao Da Costa (CPF 32702639704) e Vilson Reichembach da Silva (CPF 15400948049);
Entidade: PETROBRÁS
Exercício: 2004

ACÓRDÃO Nº 250/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 12, inciso II e III, e 47 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, em determinar a conversão em Tomada de Contas Especial do processo a seguir relacionado, a citação e audiência dos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

03 - TC 013.299/2006-0 - 01 ANEXO (C/05 VOLUMES)
Classe de Assunto : VI
Interessado: Deputado Federal Arnaldo Madeira (PSDB/SP)
Entidade: Inst. Nac. De Colonização E Reforma Agrária - Anara
Exercício: 2006
Determinação: à Anara
3.1 realizar a audiência dos Sr[es] Carlos Mário de Guedes (CPF 606.955.950-91); Maria Mota Pires (CPF ignorado)**;** Roberto Kiel (CPF 424.832.390-72); Edinar Ferreira Araújo (CPF 093.880.013-20); Rolf Hackbart (CPF 266.471.760-04) e Odimilson Soares Queiroz (CPF 067.777.911-91)
Determinação: Ao Incra
3.2 que no prazo de trinta dias, a situação da prestação de contas do Convênio CRT/DF 58.100/05, caso tenha sido apresentada, ou na hipótese de não terem sido apresentadas, indicar as providências adotadas para o ressarcimento dos valores repassados, inclusive quanto a instauração de Tomadas de Contas Especial.

ACÓRDÃO Nº 251/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto aos processos a seguir relacionados, em conhecer das representações, considerá-las improcedentes e determinar o arquivamento, dando ciência aos representantes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

ENTIDADES E ÓRGÃO DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS

04 - TC 002.838/2006-0
Classe de Assunto: VI
Interessado: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará
Entidade: Prefeitura Municipal de Cascavel - CE
Exercício: 2003

05- TC 024.931/2006-0
Classe de Assunto: VI
Interessado: Justiça do Trabalho
Entidade: 4ª Vara do Trabalho de São Bernardo do Campo
Exercício: 2006

06 - TC 024.947/2006-0
Classe de Assunto: VI
Interessado: Justiça do Trabalho
Entidade: 2ª Vara do Trabalho de Barueri - SP
Exercício: 2006

07 - TC 025.522/2006-4
Classe de Assunto: VI
Interessado: Justiça do Trabalho
Entidade: 1ª Vara de São Caetano do Sul
Exercício: 2006

08 - TC 024.150/2006-2
Classe de Assunto: VI
Interessado: Prefeito Municipal - Predro Ivo Costa
Entidade: Prefeitura Municipal de Quevedos - RS
Exercício: 2004

ENTIDADES E ÓRGÃOS DO GOVERNO DOS ESTADOS

09 - TC 017.954/2005-7
Classe de Assunto: VI
Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício: 2005

10 - TC 021.256/2006-8
Classe de Assunto: VI
Interessado: Justiça do Trabalho
Entidade: Procuradoria Regional do Trabalho - 2ª Região/SP - MPT/MPU
Exercício : 2006

11 - TC 026.629/2006-5
Classe de Assunto: VI
Interessado: Justiça do Trabalho
Entidade: Tribunal Regional do Trabalho - 2ª Região - SP - JT
Exercício: 2006

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

12 - TC 012.811/2006-0 -01 anexo c/04 volumes
Classe de Assunto: VI
Interessado: Premier Eventos LTDA
Órgão: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Exercício: 2006

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

13 - TC 019.629/2005-7
Classe de Assunto: VI
Interessado: Justiça do Trabalho
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício: 2005

14 - TC 019.642/2005-9
Classe de Assunto: I
Interessado: Justiça do Trabalho
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício: 2005

15 - TC 020.195/2005-8
Classe de Assunto : I
Interessado: Justiça do Trabalho
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício: 2005

16 - TC 020.745/2005-9
Classe de Assunto : I
Interessado: 1ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul/SP - (TRT/SP)
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício : 2005

17 - TC 026.627/2006-0
Classe de Assunto : I
Interessado: Justiça do Trabalho
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício: 2006

18 - TC 029.168/2006-0
Classe de Assunto : I
Interessado: União Serviços de Vigilância Ltda - UNISERV
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício: 2006

19 - TC 018.686/2005-9
Classe de Assunto : VI
Interessado: Justiça do Trabalho
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício: 2005

MINISTÉRIO DO TRABALHO

20 - TC 018.281/2006-9
Classe de Assunto : I
Interessado: Justiça do Trabalho
Entidade: 5ª Vara do Trabalho de São Bernardo do Campo
Exercício: 2006

21 - TC 024.941/2006-7
Classe de Assunto : I
Interessado: Justiça do Trabalho
Entidade: 2 ª Vara de Itapecerica da Serra
Exercício: 2006

22 - TC 025.521/2006-7
Classe de Assunto : I
Interessado: Justiça do Trabalho
Entidade: 2 ª Vara Do Trabalho de Cotia
Exercício: 2006

ACÓRDÃO Nº 252/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente, fazer as seguintes determinações e/ou ordenar a adoção da seguinte medida e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

ENTIDADES E ÓRGÃO DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS

23 - TC 015.445/2006-0 Com 01 volume e 02 anexos (1volume)
Classe de Assunto : I
Interessado: Prefeitura Minicipal do Estado do Pará
Entidade: Câmara Municipal de Cametá
Exercício: 2006
Determinações: ao I COMAR
23.1 que no âmbito dos convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, mantenha atualizados os dados referentes à execução física e financeira dos contratos celebrados pelo convenente, nos termos do §2º do art. 21 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005;
23.2 que observe o disposto no art. 28, § 5º da IN STN nº 01/1997, quanto à apresentação tempestiva da prestação de contas final, evitando situações como a do convênio nº 01-PA/2004 em que sua entrega ocorreu cerca de cinco meses após o término do prazo previsto, inclusive formalizando solicitações por escrito quando o convenente incorrer em eventuais atrasos;
Determinação: à SETRAN/PA
23.3 que adote as providências necessárias para o início e a conclusão do processo de homologação do aeródromo de Cametá/PA, em cumprimento ao item 6.4, alínea r, da ICA 58-37 e ao Termo do convênio nº 01-PA/2004.

ACÓRDÃO Nº 253/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto aos processos a seguir relacionados, em conhecer das representações, considerá-las procedentes, e determinar o arquivamento, dando ciência aos representantes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

ENTIDADES E ÓRGÃO DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS

24 - TC 007.583/2006-1
Classe de Assunto : I
Interessado: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
Entidade: Prefeitura Municipal de Palestina do Pará
Exercício: 2006

25 - TC 021.011/2006-5
Classe de Assunto : I
Interessado: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará
Entidade: Prefeitura Municipal de Tamboril
Exercício: 2006

ACÓRDÃO Nº 254/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto aos processos a seguir relacionados, em conhecer das representações, considerá-las procedentes, fazer as seguintes determinações e/ou ordenar a adoção das seguintes medidas e determinar o arquivamento, dando ciência aos representantes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

ENTIDADES E ÓRGÃO DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS

26 - TC 005.000/2005-4 com 01 volume
Classe de Assunto: VI
Interessado: Mistério Público Federal
Entidade: Prefeituras Municipais do Estado do Pará (143 Municípios)

Exercício: 2005
Determinações: à Prefeitura Municipal de Almerim
26.1 que adote medidas com vistas a permitir atuação mais eficaz do Conselho de Alimentação Escolar;
26.2 que programe a execução do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Fazendo Escola, antigo Recomeço), de modo a garantir o fornecimento de merenda escolar;
26.3 que implante controle de entrega de livros, material didático e alimentação aos alunos do Programa Recomeço;
26.4 que se abstenha de efetuar pagamentos de despesas não classificadas como remuneração de profissionais de magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, com recursos da parcela de 60% do Fundef definida no art. 70 da Lei n. 9.394/1996 e art. 7º da Lei 9.424/1996;
26.5 que se abstenha de efetuar pagamentos, com recursos do Fundef, de despesas não enquadradas como de manutenção e desenvolvimento de ensino definidas no art. 70 da Lei 9.394/1996
Determinar: à Secex-PA
26.6 que dê conhecimento das deliberações que este Tribunal vier a tomar ao Procurador da República em Santarém/PA Ronaldo Ruffo Bartolomazi, informando também as providências adotadas pelos órgãos citados no item 9.1 do Acórdão 1950-2003-Plenário (executores municipais, órgãos e entidades de Administração Pública Federal, gestores centrais dos programas de execução descentralizada, ministério supervisor e/ou controle interno).

27 - TC 012.643/2006-2
Classe de Assunto : VI
Interessado: Controladoria Regional da União no Estado do Ceará
Entidade: Prefeitura Municipal de Apuiarés - CE
Exercício: 2006
Determinações: ao Município de Apuiarés
27.1 que formalize os processos de dispensa de licitação quando da realização de despesas nesse tipo de procedimento;
27.2 que aponha no respectivo atesto a data do recebimento do material;
27.3 que identifique, em cada documento de despesa - notas fiscais, recibos -, a origem dos recursos, com a indicação do respectivo convênios;
27.4 que só proceda ao pagamento de despesas mediante autorização da respectiva unidade de orçamento e finanças do Município;
27.4 que observe o que determina o Informativo nº 1 do FNDE de 2003;
27.5 que informe às escolas beneficiárias a respeito da existência de recursos oriundos do PDDE e PNAC;
27.8 que proceda à aplicação financeira dos recursos do PDDE, sempre que possível;
27.9 que evite a realização de procedimentos licitatórios para a aquisição de objetos que podem ser realizados mediante procedimento único, uma vez que aquela prática poderá caracterizar fracionamento da despesa;
27.10 que exija, quando da realização de licitação, dispensa ou inexigibilidade, certidão negativa de débito das contratadas junto ao Instituo Nacional da Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS;
27.11 que realize estimativa de preços previamente à realização do procedimento de aquisição;
27.12 que evite adquirir gêneros alimentícios após o término do período escolar;
27.13 que envide esforços no sentido de maximizar os recursos de forma a permitir a aquisição de gêneros alimentícios suficientes para todos os alunos;
27.14 que envide esforços no sentido de propiciar condições para que os produtos da merenda escolar adquiridos sejam adequadamente armazenados e preparados;
27.15 que proceda à publicação dos respectivos editais de licitação;
27.16 que evite a realização de pagamentos mediante a emissão de simples recibo em substituição a notas fiscais;
27.17 que evite a utilização de transporte escolar pago com recursos do PNATE em finalidade diversa da prevista no referido programa;
27.18 que proceda a uma vistoria periódica nos veículos contratados com recursos do PNATE de forma a evitar a utilização sem as condições mínimas de operação;
27.19 que adote providências nos sentido de aprimorar os controles sobre os beneficiários do Programa Bolsa Família;
27.20 que adote providências com o objetivo de obrigar o ressarcimento de valores recebidos indevidamente por beneficiários do Programa Bolsa Família;
27.21 que afixe em local apropriado placa indicativa da existência de recursos oriundos de convênio firmado com a Administração Federal;
Determinações: ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
27.22 que ultime exame das prestações de contas apresentadas pelo Município de Apuiarés/CE dos recursos repassados pela Autarquia mediante convênio, nos exercícios de 2003 a 2005, tendo em vista as irregularidades apontadas no Relatório de Ação de Controle nº 00190.008195/2004-88, devendo, no caso de restar devidamente comprovada a existência de prejuízo ao erário, instaurar tomada de contas especial, observando, para isso, as orientações contidas na IN/TCU 13/1996, devendo informar ao TCU, no prazo de 180 dias, as providências adotadas;
Determinação: à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC
27.23 que adote medidas corretivas com o objetivo de sanar as irregularidades apontadas no Relatório de Ação de Controle nº 00190.08195/2004-88, devendo informar ao TCU, no prazo de 180 dias, as providências adotadas;
Determinação: à SECEX/CE
27.24 que encaminhe cópia deste Acórdão, acompanhado de cópia do Relatório de Ação de Controle nº 00190.008195/2004-88, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania-SENARC-Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.
27.25 Que dê ciência desta deliberação à Secretaria de Controle Interno-Controladoria-Geral da União

ENTIDADES E ÓRGÃOS DO GOVERNO DOS ESTADOS

28 - TC 022.483/2006-0
Classe de Assunto : VI
Interessado: Assembléia Legislativa do Estado do Pará
Entidade: Prefeitura Municipal de Castanhal - PA
Exercício: 2005
Determinações: à Prefeitura Municipal de Castanhal - PA
28.1 que mantenha atualizados os dados do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo federal quanto à renda per *capita* e o número de pessoas residentes no domicílio, comunicando à Secretaria Nacional de Renda da Cidadania os benefícios que deverão ser cancelados por não atendimento aos requisitos legais;
28.2 que providencie, caso ainda não o tenha feito, o recolhimento ao Tesouro Nacional das quantias recebidas indevidamente pela Srª Maria do Socorro de Loureiro, que fez uso do cargo de gerente municipal do Programa Bolsa Família para apropriar-se do cartão social da Srª Kethlen da Silva Carvalho (NIS 164.36943.97-9);
28.3 que incremente a cooperação com as instâncias do controle social, prestando-lhes a assistência necessária à execução eficaz e eficiente de suas competências, nos termos do Decreto nº 5.209/2004 e Instrução Normativa nº 01/2005

MINISTÉRIO DA SAÚDE

29 - TC 021.242/2006-2 com 03 volumes
Classe de Assunto : VI
Interessado: Procuradoria Regional - RS
Entidade: MEC
Exercício: 2005
Determinações: à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação - SECAD/MEC
29.1 que proceda à reanálise da prestação de contas do Convênio 06/2004 -SECAD (SIAFI 510997), a fim de verificar:
29.1.1 a regularidade e elegibilidade dos pagamentos efetuados ao escritório Allen & Petry Advogados Associados, para a elaboração de material pedagógico; à empresa Futura Recursos Humanos Ltda, a título de supervisão técnica, elaboração de relatórios e de modificações no projeto inicial; e à LK Assessoria Contábil Ltda., para prestação de serviços de assistência de coordenação, considerando o disposto no art. 4º, inciso II, e 8º, inciso I, ambos da IN/STN 01/97, que tratam da capacidade técnica do convenente e da vedação de pagamentos a título de taxa de administração, respectivamente, adotando-se as providências necessárias para ressarcimento de valores pagos em desacordo com esse normativo;
29.1.2 a compatibilidade da produção e da distribuição das cartilhas de orientação aos pais e capacitação dos professores com os quantitativos e as condições estabelecidas no plano de trabalho (metas 3 e 4); a adequabilidade dos preços pagos com os de mercado; a idoneidade dos documentos fiscais que suportaram essas despesas; e a comprovação da distribuição, adotando providências para ressarcimento de valores pagos indevidamente, caso sejam identificadas despesas em desacordo ao programa de trabalho, superfaturadas ou não comprovadas por documentos fiscais idôneos;
29.1.3 a adequabilidade dos custos e dos quantitativos do material produzido para o encontro ocorrido nos dias 28 e 29 de outubro de 2004 em Brasília/DF, considerando o número de participantes previsto, procedendo à glosa das despesas indevidas e fazendo constar expressamente nos pareceres de avaliação da prestação de contas do convênio o resultado dessa análise;
29.1.4 o efetivo cumprimento da meta 4, relativamente à capacitação de professores, adotando providências para ressarcimento das despesas pagas indevidamente em vista das alterações promovidas pelo convenente, glosando: os valores na proporção das metas previstas e não realizadas e os valores correspondentes a cursos substituídos por visitas às escolas, instaurando, caso necessário, o processo de tomada de contas especial;
29.2 que faça constar do parecer técnico dos planos de trabalho dos convênios pleiteados manifestação, entre outros aspectos, sobre a adequabilidade das metas propostas em relação aos prazos de execução do objeto e aos custos, bem como sobre os documentos relativos à experiência do proponente na realização do objeto a ser pactuado, de modo a assegurar a sua capacidade técnica, especialmente quando se tratar de entidade privada; e
29.3 que exija, doravante, que a relação de pagamentos a que se refere o art. 28, inciso V, da Instrução Normativa STN 1/97, apresente a correlação entre as despesas nela elencadas com os itens constantes nos planos de trabalho dos convênios pactuados.
Determinações: à Secretaria Federal de Controle Interno
29.4 que informe nas próximas contas da SECAD/MEC as providências adotadas para cumprimento da deliberação constante no item II anterior;
29.5 que encaminhar à representante cópia da deliberação a ser proferida, acompanhada de relatório e voto que a fundamentarem

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

30 - TC 020.311/2006-7
Classe de Assunto : VI
Interessado: Deputado Federal Bismark Maia
Entidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Exercício: 2006
Determinação: ao Ministério do Desenvolvimento Agrário
30.1 que adote as medidas cabíveis a fim de obter da servidora Micilvânia Pereira de Araújo o ressarcimento dos valores despendidos a título de diárias e passagens pelo seu deslocamento da cidade do Recife para a cidade de Brasília, a título de colaboradora eventual, no período de 20 a 21 de abril de 2005, uma vez que a beneficiária já estava exercendo as funções de Assessora da Secretaria Executiva do MDA, DAS 102.4, encaminhando ao tribunal, no prazo de 30 dias informações sobre o cumprimento desta determinação;
Determinação: à Secex-5
30.2 que encaminhe cópia da decisão que vier a ser proferida, bem como do relatório e voto que a fundamentarem ao senhor Deputado Federal Bismark Maia;

ACÓRDÃO Nº 255/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la procedente, fazer as seguintes determinações e ordenar a adoção da seguinte medida e determinar o apensamento às respectivas contas, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

ENTIDADES E ÓRGÃO DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS

31 - TC 018.207/2006-1
Classe de Assunto : VI
Interessado: Controladoria Geral da União - PR
Entidade: Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul - RS
Exercício: 2005
Determinação: à FUNASA
31.1 que ao celebrar convênios que envolvam a construção de sistemas de abastecimento de água, exija como parte integrante do plano de trabalho e para a sua aprovação, a comprovação da potabilidade da água, nos termos do disposto na Portaria do Ministério da Saúde n.º 518/GM/2004;
Determinações: à Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul/RS
31.2 que agilize o processo de desapropriação da área na qual se encontra a vertente que abastece a localidade de Rincão dos Farias, cuja rede simplificada de abastecimento foi construída com recursos federais repassados por meio do Convênio n.º 1.170/99, celebrado entre o município e a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, bem como providencie a cobertura da tubulação exposta evitando danos oriundos de enxurradas, vandalismo, pisoteio de animas, tendo em vista que na execução das obras não foi observada a profundidade mínima prevista no Plano de Trabalho;
31.3 que por ocasião da utilização de recursos federais transferidos a qualquer título:
31.3.1 que observe, na realização de licitação na modalidade de convite, deverá ser afixado, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório dando ampla divulgação ao certame;
31.3.2 que faça constar, nos processos de licitação, a comprovação pelas pessoas jurídicas da regularidade de suas obrigações para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Fazenda Federal. Observe que a regularidade para com a Fazenda Federal far-se-á mediante a apresentação de certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nos termos do Decreto n.º 5.586/2005;
31.3.3 que formalize os termos de adjudicação dos certames licitatórios, juntando-os aos respectivos processos, conforme dispõe o inciso VII do art. 38 da Lei n.º 8.666/93;
31.3.4 que observe que a publicação resumida do instrumento de contrato é condição indispensável para a sua eficácia, nos termos do que dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93, cujo comprovante deverá ser juntado ao processo, em obediência ao estatuído no inciso XI do art. 38 do mesmo diploma legal;
31.3.5 que evite rasuras nos planos de trabalho, objetivando dar solidez à documentação que detalha os compromissos assumidos para a consecução dos convênios;
31.3.6 que proceda à identificação dos documentos comprobatórios das despesas dos convênios, fazendo referência ao título e ao número do referido ajuste, consoante preceitua o art. 30 da IN STN n.º 01/97;
31.3.7 que aplique obrigatoriamente no mercado financeiro os recursos transferidos mediante convênio, enquanto não forem empregados na sua finalidade, nos moldes previstos no § 1º do art. 20 da IN STN n.º 01/97;

ACÓRDÃO Nº 256/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 12, inciso II, e 47 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la procedente e determinar a conversão em Tomada de Contas Especial e a citação do Sr. Pedro Menezes Nunes, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente alegações de defesa ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional as quantias listadas no processo nas folhas 447 a 480, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora cabíveis a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

ENTIDADES E ÓRGÃOS DO GOVERNO DOS ESTADOS

31 - TC 001.204/2004-8 com 02 volumes
Classe de Assunto : VI
Interessado: Procuradoria da República em Goiás
Entidade: Universidade Federal de Goiás - UFG/GO
Exercício: 2003

ACÓRDÃO Nº 257/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto aos processos a seguir relacionados, em conhecer das representações, considerá-las parcialmente procedentes, fazer as seguintes determinações e determinar o arquivamento, dando ciência aos representantes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

ENTIDADES E ÓRGÃO DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS

32 - TC 018.202/2004-9
Classe de Assunto : VI
Interessados: Antônio Roberto de Souza, Hamilton de Medeiros Leite e Auditores Fiscais da Previdência Social
Entidade: Sociedade Educativa do Brasil
Exercício: 2004

Determinações: à Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde do Ministério da Saúde - MS 32.1 que aprimore os controles sobre a execução dos programas de qualificação dos trabalhadores eventualmente implementados, no sentido de providenciar atividades tempestivas e necessárias à correção de falhas que possam ter efeito negativo no seu respectivo desempenho, a exemplo da execução do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem - PROFAE, realizados nos Estados de Minas Gerais e Bahia, onde foram constatadas as seguintes ocorrências:

32.1.1 Relatório da Agência Regional da Bahia, de julho de 2005, sob o ponto de vista administrativo e financeiro: demora na entrega de documentos aos alunos concluintes da Operadora SOEBRAS/EXECUTORA JCA.; 10 turmas com atraso na execução (OS 282/2003, 225/2003), com atas não emitidas, no aguardo da conclusão dos estágios, conforme Ofício 134/03 (Contrato n.º 3094/2001); 14 turmas com prazo de término prorrogado, objeto das OS 240 e 248/2002, referente ao Contrato n.º 3009/2002; 08 turmas transferidas para outra operadora/executora do PROFAE Bahia (OS 183/2003), referente ao Contrato n.º 3094/2001; e, 01 Turma transferida para outra operadora/executora do PROFAE Bahia (OS 182/2003), referente ao Contrato n.º 3009/2002; e

32.1.2 Relatórios da Agência Regional de Minas, de agosto de 2005, sob o ponto de vista técnico: A Agência segregou a avaliação em quatro momentos, não discriminando a época, da seguinte forma: 1.º) em fevereiro de 2002, a operadora ainda não havia se inserido no projeto, logo não houve avaliação desse período; 2.º) a operadora estava apta para o oferecimento de 24 turmas de QP (qualificação profissional), do ponto de vista legal e estrutural; 3.º) a operadora apresentava como ponto de excelência a comunicação entre os diversos envolvidos no processo de ensino aprendizagem, no entanto no que diz respeito às avaliações do curso e as suas variáveis, registrou-se que: a capacitação representava um ponto problemático; os materiais didáticos, quanto a sua qualidade e acesso, permaneceram em índice abaixo do previsto (68%); os laboratórios ou ambientes destinados a parte prática obtiveram o índice de 40% de qualidade, juntamente com o acesso e qualidade da biblioteca, tiveram por conseqüência a insatisfação dos professores e comprometeram a qualidade do processo de ensino; e ainda o baixo comprometimento dos alunos que, na avaliação dos docentes, não atentavam para a assiduidade, pontualidade e interesse nas aulas ministradas; e, 4.º) Os indicadores de qualidade da operadora foram semelhantes aos identificados no momento anterior, com as seguintes particularidades: a) bom nível de conhecimento do PROFAE e PPP; b) a capacitação dos coordenadores locais e docentes foi avaliada em índice inferior a 60%; c) a qualidade dos cursos atingiu a média de 66%, índice aquém do padrão de qualidade preconizado e alcançado pelo PROFAE; d) a supervisora representou um ponto de excelência no oferecimento dos cursos do PROFAE, entretanto, a avaliação geral dos cursos oferecidos pela Operadora manteve-se com índices medianos de qualidade.

32.2 que atente para as disposições dos acordos/contratos firmados, a exemplo da não observância das normas pertinentes à execução dos recursos decorrentes do Contrato de Empréstimo n.º 1.215/OC-BR, que estipulava o limite máximo de 3.600 alunos treinandos por cada empresa contratada, cuja contratação da Sociedade Educativa de Montes Claros - SOEMOC, para a realização de 5.696 treinamentos (contratos n.º 3094/2001, 3009/2002, 3011/2002 e 3010/2003) resultou em diversos problemas operacionais, bem como, em índices de qualidade relativamente medianos e baixos;

32.3 que faça constar o local e a data de assinatura nos contratos/convênios firmados por esse órgão, a exemplo da ocorrência verificada nos contratos de número 3094/2001, 3009/2002, 3011/2002 e 3010/2003, celebrados com a Sociedade Educativa de Montes Claros - SOEMOC, com o objetivo de executar o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem - PROFAE, vinculado ao Contrato de Empréstimo/BID n.º 1.215/OC/BR;

Determinação: à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes de Minas Gerais - SEDESE/MG

32.4 que na aplicação de recursos federais, atente para a efetiva comprovação dos requisitos dos incisos VIII, XIII e XX, do artigo 24, da Lei 8.666/93, quando da adoção de eventual processo de dispensa de licitação, a exemplo das ocorrências verificadas nos contratos de números 087/2000, 107/2001, 197/2001, 277/2001, 279/2001, 281/2001, 282/2001, 36/2002 e 105/2002, celebrados entre a Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente com Sociedade Educativa de Montes Claros - SOEMOC, com o objetivo de executar o Plano Estadual de Qualificação Profissional com recursos do Convênio Federal n.º 35/1999.

33- TC 020.163/2004-6
Classe de Assunto : VI
Interessado: Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso
Entidades: Hospital Sagrado Coração de Jesus em São Sebastião do Paraíso/MG e Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais/SES-MG
Exercício: 2004
Determinação: à Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais/SES-MG

33.1 que nas alteração de PPI de prestadores, em especial do Hospital Sagrado Coração de Jesus, na cidade de São Sebastião do Paraíso, exclua do incremento de demanda a parcela correspondente à indução política na procura por determinado serviço de saúde, de modo a observar o princípio da universalidade de acesso previsto na art.196, caput, c/c o princípio da impessoalidade na prestação de serviços públicos, pugnado no art.37, ambos da Constituição Federal;

33.2 que comunique ao interessado o Acórdão adotado, bem como Relatório e Voto que o embasarem

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

34 - TC 012.365/2004-7
Classe de Assunto : VI
Interessado: Identidade preservada
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Exercício: 2005

Determinações: à Diretoria Geral do Hospital Universitário Onofre Lopes

34.1 que regule a situação da servidora Carmem Lúcia Pinto Ribeiro, mediante formalização do seu afastamento para participação em curso de pós-graduação nos moldes do art. 98 da Lei n.º 8.112/90;

34.2 que futuras seleções de estagiários sejam efetuadas mediante processo seletivo com ampla publicidade envolvendo escolas, universidades e imprensa, em cumprimento aos princípios da igualdade, publicidade, eficiência e impessoalidade, previstos no art. 37 da Constituição Federal;

34.3 que implante no âmbito do HUOL medidas visando aferir o grau de satisfação dos servidores, de modo a contribuir no aperfeiçoamento da gestão dos serviços prestados por essa Unidade Hospitalar, em cumprimento ao princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal;

34..4 que implante campanha, em caráter permanente, em que seja amplamente divulgado que a intermediação de consultas e internamentos, utilizando-se indevidamente da influência de médicos e demais servidores, bem como de políticos, é ilegal, anti-ética e fere o princípio da igualdade da assistência à saúde, por se constituir privilégio, contrariando o inciso IV do art. 7º da Lei n.º 8080/90 e o art. 196 da Constituição Federal;

34.5 que reforce a guarda dos bens patrimoniais daquela Instituição Hospitalar, enfocando as pontos mais críticos, visando coibir seu desaparecimento, em face do item 10 da IN/SEDAP n.º 205, de 08/04/1988.

34.6 que oriente enfaticamente os setores e apure a responsabilidade pelo descumprimento da normas que tratam da guarda e movimentação dos bens patrimoniais, especialmente determinando que somente efetuem a movimentação de bens patrimoniais entre os setores do Hospital com a ciência do Setor de Patrimônio e mediante o preenchimento do Termo de Transferência Interna, em cumprimento item 7.13.5 da Instrução Normativa SEDAP/PR n.º 205/1988;

34.7 que faça gestões junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária para que adote as providências urgentes no sentido de autorizar a colocação em funcionamento dos 06 (seis) bisturis elétricos enviados pelo Ministério da Educação, os quais se encontram no almoxarifado do Hospital desde junho de 2004, e de outros equipamentos que porventura necessitem de sua autorização, em obediência ao principio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal;

34.8 que adote providências no sentido de impedir a passagem de pessoas ou bens pelas janelas do almoxarifado principal do HUOL, tendo em vista que, por serem de vidro, não oferecem segurança adequada, devendo serem colocadas grades, telas ou outro meio apropriado a impedir a referida transposição, cumprindo o item 4 da Instrução Normativa SEDAP/PR n.º 205/1988;

34.9 que adote sistemática que possibilite o acesso aos materiais de farmácia estocados somente ao responsável por essa área, ou a pessoa por ele expressamente designada, e aos bens permanentes estocados a apenas ao responsável pelo Setor de Patrimônio, ou a servidor por ele expressamente designado, estabelecendo inclusive barreiras físicas de acesso entre o local de armazenagem dos bens da farmácia e o dos bens permanentes, visando aumentar a segurança na estocagem dos referidos bens, em cumprimento dos itens 4, 9 e 10 da Instrução Normativa SEDAP/PR n.º 205/1988;

34.10 que providencie a estocagem dos materiais da Área de Farmácia em estrados, evitando, assim, sua colocação diretamente sobre o piso, o que pode alterar a qualidade dos produtos, em observância à alínea "e" do item 4.1 da Instrução Normativa SEDAP/PR n.º 205/1988;

34.11 que planeje suas compras de modo a evitar a realização de despesas que possam caracterizar fracionamento, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93;

34.12 que atente para o disposto no artigo 22, § 3º, da Lei n.º 8.666/93, obtendo o número mínimo de três propostas válidas para as licitações realizadas na modalidade Convite;

34.13 que realize pesquisa de mercado, fazendo-a constar dos autos, antes de realizar contratação por dispensa de licitação, a fim de obter a melhor proposta para a Administração, em observância ao art. 3º da Lei n. 8.666/1993;

34.14 que amplie o rol de participantes nos certames licitatórios para a aquisição de serviços de manutenção de equipamentos médico-hospitalares, envidando esforços para que, a cada licitação, haja novos participantes, inclusive de outros locais e Estados.

Determinações : ao Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

34.15 que adote de providências visando apurar os casos de faltas injustificadas por parte dos servidores do HUOL, aplicando a legislação pertinente, em especial a situação do servidor Fernando José Dias, dando conhecimento das providências adotadas nas próximas contas.

34.16 que adote de medidas de forma a corrigir a distorção observada no Hospital Universitário Onofre Lopes, de contratação de estagiários para execução de tarefas próprias de serviços terceirizados, tais como ascensorista e recepcionista, o que, nos termos do art. 3º da CLT poderá gerar demandas trabalhistas contra a Universidade.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

35 - TC 013.774/2003-4
Classe de Assunto : VI
Interessado: Procuradoria da Republica em Mato Grosso
Entidade: Prefeitura Municipal de Várzea - MT
Exercício: 2003
Determinação: à FUNASA

35.1 que efetue a atualização dos registros do SIAFI, uma vez que, na base de dados desse sistema ainda consta a informação de convênio com "INADIMPLENCIA SUSPENSA"

ACÓRDÃO Nº 258/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto aos processos a seguir relacionados, em conhecer das representações, considerá-las procedentes, fazer as seguintes determinações e a adoção das seguintes medidas, dando ciência aos representantes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

ENTIDADES E ÓRGÃO DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS

36 - TC 000.098/2005-7 com 05 volumes
Classe de Assunto : VI
Interessado: Camila Ghantus - Procuradora da República
Entidade: Prefeitura Municipal de Toledo - PR
Exercício: 2005
Determinação: ao FNDE

36.1 que comunique este Tribunal, no prazo de 60 dias a contar da notificação, acerca das providências adotadas, entre elas, se for o caso, a instauração da Tomada de Contas Especial

Determinação: ao Tribunal de Contas da União

36.2 que de ciência, da decisão que este Tribunal adotar, à Procuradoria da República no Município der Cascavel - PR

37 - TC 017.507/2002-0 com 07 volumes
Classe de Assunto : VI
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia/RO
Entidade: Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno - RO
Exercício: 2002
Determinação: ao DNER e ao INCRA

37.1 que informe no prazo de 60 dias à Secex/RO as medidas adotadas em relação aos documentos encaminhados e prestação de contas dos convênios nº 085/98/DNER (SIAFI 356121) e 52002/97/INCRA/CRT (SIAFI 327697), inclusive a devida instauração de Tomadas de Contas Especial, quando o caso assim o requerer;

Determinação: à SECEX/RO

37.2 que acompanhe o Acórdão que vier a ser proferido;

ACÓRDÃO Nº 259/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas e dar quitação aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

ENTIDADES E ÓRGÃO DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS

38 - TC 002.098/2005-6 com 01 volume
Classe de Assunto : II
Responsável: Antônio Jesus de Oliveira (CPF 048.753.702-53);
Entidade: Prefeitura Municipal de Dom Eliseu - PA
Exercício: 2005

39 - TC 007.624/2005-8
Classe de Assunto : II
Responsável: Terezinha Alves Pinto de Almeida (CPF 289.669.296-72)
Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Efigenia De MG
Exercício: 2004

40 - TC 016.272/2006-0
Classe de Assunto : II
Responsável: Paulo Almir Antunes (CPF 068.291.716-87);
Entidade: Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano - MG
Exercício : 2005

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

41 - TC 013.821/2003-6 com 01 volume, e apensado TC: 004.183/2002-3
Classe de Assunto : II
Responsáveis: Andre Koff SanT'Anna (CPF 1.800.681-72); Aparecido Briante (CPF 045.704.809-34); Fernando Antonio Rodriguez (CPF 091.534.547-15) e Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho (CPF 018.446.524-91)
Entidade: Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT
Exercício : 1998

ACÓRDÃO Nº 260/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em julgar regular com ressalva as contas a seguir relacionadas e dar quitação ao responsável e fazer a seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

ENTIDADES E ÓRGÃO DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS

42 - TC 012.422/2005-3
Classe de Assunto : II
Responsável: Carlos Augusto Nunes Gouvea (CPF 031.728.052/04)
Entidade: Prefeitura Municipal de Souré/PA
Exercício: 2004
Determinações: ao Prefeito de Souré/PA
42.1 que encaminhe a prestação de contas de recursos federais repassados à municipalidade, à unidade concedente, nos termos do art. 28, § 5º, da Instrução Normativa STN nº 01, de 15/01/1997 e alterações;
42.2 que assegure, na falta de provas documentais, a comprovação da execução física e do açcance dos objetivos do convênio, por meio dos instrumentos previstos no art. 31, § 1º, inciso I, da referida norma, inclusive relatório fotográfico circunstanciado do efeito;

ACÓRDÃO Nº 261/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, de 6/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143 do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1.969/2004-TCU-1ª prolatado na Sessão de 10/08/2004, Ata 28/2004-1ª Câmara, para que, onde se lê: "Jose Raimundo do Vale" leia-se: "Jose Raimundo Vale", mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

ENTIDADES E ÓRGÃO DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS

43 - TC 014.261/2003-3
Classe de Assunto : II
Responsável: José Raimundo Vale (CPF 076.982.082-49)
Entidade: Prefeitura Municipal de Boca do Acre - AM
Exercício: 2000

44 - TC 019.617/2003-0
Classe de Assunto : II
Responsável: Raimundo Nonato Batista de Souza (CPF 284.764.681-72)
Entidade: Prefeitura Municipal de Tabatinga - AM
Exercício: 1998

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Passou-se, em seguida, ao julgamento e à apreciação dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na Pauta de nº 6, organizada em 27 de fevereiro último, havendo a Segunda Câmara aprovados os Acórdãos de nºs 263 a 294, 296 e 297, que se inserem no Anexo II desta Ata, acompanhados dos correspondentes Relatórios e Votos, bem como de Pareceres em que se fundamentaram (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1º a 7º e 10 e Resoluções TCU nºs 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

a) Procs. nºs 010.301/2005-9, 006.835/2006-6, 006.893/2006-0, 006.896/2006-1, 012.166/2006-0 e 020.196/2006-3, relatados pelo Ministro Guilherme Palmeira;

b) Procs. nºs 011.262/1994-0, 017.320/2000-5, 009.874/2003-3, 008.674/2004-6, 018.858/2004-7, 007.616/2005-6 e 018.898/2006-9, relatados pelo Ministro Ubiratan Aguiar;

c) Procs. nºs 012.620/1997-1, 014.013/1999-1, 011.583/2001-7, 003.556/2003-1, 004.651/2004-3, 019.314/2004-0 (com o juntado nº 003.292/2006-6), 006.031/2005-5, 017.763/2005-5, 005.128/2006-9 e 022.551/2006-2, relatados pelo Ministro Benjamin Zymler; e

d) Procs. nºs 003.882/1999-3, 008.542/2003-9, 010.350/2003-7, 005.163/2004-1, 010.850/2004-2, 001.772/2005-3, 009.584/2005-0, 014.557/2005-3, 014.962/2005-5, 021.270/2005-9 e 029.534/2006-3, relatados pelo Ministro Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

ACÓRDÃO Nº 263/2007- TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-010.301/2005-9 (com 1 volume e 1 anexo)
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração
3. Recorrente: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Tocantins-Sebrae/TO
4. Entidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Tocantins-Sebrae/TO
5. Relator: Ministro Guilherme Palmeira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins-SECEX/TO e Secretaria de Recursos-SERUR
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Tocantins-Sebrae/TO, contra determinação constante do Acórdão 1.925/2006-TCU-2ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 33 da Lei n.º 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. alertar o Diretor-Superintendente do Sebrae/TO de que o descumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União pode ensejar multa aos responsáveis, nos termos do art. 58, § 1º, da Lei n.º 8.443/1992, constituindo, ainda, grave infração à norma legal, com reflexos no julgamento das contas anuais dos gestores;
9.3. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Controladoria-Geral da União, para subsidiar a auditoria anual de gestão no Sebrae/TO, relativa ao exercício de 2006;
9.4. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0263-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (na Presidência), Guilherme Palmeira (Relator), Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 264/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC - 008.674/2004-6 - c/ 1 volume e 2 anexos
2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração
3. Recorrentes: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União - SINASEMPU e Secretaria de Recursos Humanos da Procuradoria-Geral da República - SRH/PGR
4. Órgão: Secretaria de Recursos Humanos da Procuradoria-Geral da República - SRH/PGR
5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos
8. Advogado constituído nos autos: Marcelo Ramos Correia (OAB/DF 15.598)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos pelo Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União - SINASEMPU e pela Secretaria de Recursos Humanos da Procuradoria-Geral da República, representada por sua Secretária, Sra. Eliane Rodrigues de Sales, contra, respectivamente, os itens 1.1.2.2 e 1.1.3 do Acórdão nº 1.302/2006-TCU-2ª Câmara (Relação nº 29/2006, inserida na Ata nº 19/2006, Sessão de 6/6/2006 - Extraordinária).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União - SINASEMPU, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. conhecer do recurso de reconsideração interposto pela Secretaria de Recursos Humanos da Procuradoria-Geral da República, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, alterando a redação do item 1.1.3 do Acórdão nº 1.302/2006-TCU-2ª Câmara (Relação nº 29/2006, inserida na Ata nº 19/2006, Sessão de 6/6/2006 - Extraordinária), como se segue:
"1.1.3. que restrinja o alcance do § 3º do art. 5º da Portaria PGR nº 51/2000, com a nova redação dada pela Portaria PGR nº 582/2005, apenas aos ocupantes de função comissionada que tiveram sua função transformada por força de reestruturação das funções no âmbito do MPU introduzidas pela Lei nº 9.953/2000, abstendo-se de aplicar o referido dispositivo regulamentar nas situações isoladas em que o servidor foi exonerado de uma função comissionada e nomeado para outra função comissionada distinta, bem como providencie o ressarcimento dos valores pagos a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada em desacordo com essa determinação;"
9.3. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União - SINASEMPU e à Secretaria de Recursos Humanos da Procuradoria-Geral da República - SRH/PGR.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0264-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar (Relator), Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 265/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC - 018.858/2004-7 (com 1 anexo)
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame
3. Interessado: Marco Aurélio de Alcântara (CPF 000.420.134-53)
4. Unidade Jurisdicionada: Câmara dos Deputados
5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR.
5.1. Relator da deliberação recorrida: MINISTRO BENJAMIN ZYMLER (Redator) e MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES (Relator)
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur
8. Advogados constituídos nos autos: José Carlos da Fonseca (OAB/DF 1.495-A), Walter Costa Porto (OAB-DF 6.098), Paulo Affonso Martins de Oliveira (OAB/DF 29), José Raimundo Teixeira Raposo (OAB/DF 6.418), Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359) e Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23.668)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Marco Aurélio de Alcântara contra o Acórdão 1.329/2005-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou ilegal a concessão de aposentadoria do Interessado, negando registro ao respectivo ato, em decorrência da consignação indevida de 85% de FC-8 nos proventos do servidor, a título de função comissionada, e do pagamento dessa parcela sem a aplicação da proporcionalidade.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer o presente Pedido de Reexame, nos termos do art. 48 da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 285, **caput** e 286 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo, em seus exatos termos o Acórdão 1.329/2005-2ª Câmara;
9.2. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Interessado e à Câmara dos Deputados.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0265-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar (Relator), Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 266/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC - 012.620/1997-1 (com 8 volumes).
2. Grupo: I; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.
3. Entidade: Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Amapá - Incra/AP
4. Recorrentes: Ronaldo Fernandes Costa Lima, CPF nº 048.391.023-68, Ubiranilson da Silva Vale, CPF nº 182.142.662-20 e Ary Ferreira de Farias, CPF nº 130.321.004-53.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Ubiratan Aguiar.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Serur.
8. Advogado constituído nos autos: Nildo Josué Pontes Leite, OAB/AP nº 118.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelos Srs. Ronaldo Fernandes Costa Lima, Ubiranilson da Silva Vale e Ary Ferreira de Farias, em face do Acórdão nº 957/2003-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 12/6/2003.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos recursos de reconsideração, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/92, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se, em seus exatos termos, o Acórdão recorrido;
9.2. dar ciência aos recorrentes deste Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0266-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler (Relator) e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 267/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC - 014.013/1999-1
2. Grupo: I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração
3. Interessado: Ivan de Souza Cardoso (CPF 372.479.807-53)
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.- PETROBRAS
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira
7. Unidade Técnica: Serur
8. Advogado constituído nos autos: Alexandre Magno Celestino (OAB/RJ nº 100.953), Andréia M. Ferreira Costa (OAB/RJ n° 99.215), Armando Coimbra de Senna Dias (OAB/RJ nº 20.954), Carla Angélica Sathler de Queiroz (AOB/RJ nº 101.134), Célia Regina Katz (OAB/RJ nº 1.262-B), Cid Augusto Mendes Cunha (OAB/RJ nº 76.077), Cloves Pinheiro da Silva (Defensor Público da União), Eduardo José de Arruda Burégio (OAB/RJ nº 76.432), Eline Iris Rabello G. da Silva (OAB/RJ nº 114.823-E), Felipe Ataíde Menezes de Almeida (OAB/RJ 106.037), Haroldo Eden da Costa Spinula (OAB/RJ nº 52.302), José Henrique de Azevedo Camello (OAB/RJ nº 35.042), José Ribamar Teixeira Luz (OAB/DF nº 9.310), Lília Cardoso Furtado (OAB/RJ nº 106.041), Mancio Luiz da Silva Novaes (OAB/RJ nº 18.895), Marcos César Veiga Rios (OAB/DF nº 10.610), Michele Rodrigues de Lima Espírito Santo (OAB/RJ nº 102.073), Paulo Sérgio de Paula Negri (OAB/RJ nº 77.388), Sérgio dos Santos Martins Ferreira (OAB/RJ nº 36.872)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Ivan de Souza Cardoso contra o Acórdão nº 2.383/2004 - 2ª Câmara, proferido em processo de Tomada de Contas Especial constituída pela PETROBRAS para apurar irregularidades ocorridas na área de compras da Superintendência de Dutos e Terminais do Sudeste.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto por Ivan de Souza Cardoso com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/92;
9.2. no mérito, negar-lhe provimento, mantendo o acórdão recorrido em seus exatos termos;
9.3. dar ciência desta decisão ao recorrente.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0267-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler (Relator) e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 268/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC - 011.583/2001-7
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração
3. Embargante: Guilherme Rousseff Canaan
4. Entidade: Caixa Econômica Federal
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Advogado constituído nos autos: Dra. Tassiana Guimarães Borges Teixeira

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos os presentes Embargos de Declaração opostos pelo Sr Guilherme Rousseff Canaan contra o Acórdão nº 2.834/2006.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes Embargos de Declaração, nos termos dos artigos 32 e 34 da Lei nº 8.443/92, para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. manter, em seus exatos termos, o Acórdão embargado;
9.3. apostilar a decisão proferida por meio do Acórdão nº 2.834/2006 para fins de correção de erro material quanto ao nome do responsável Roberto Romero Ribeiro, o qual foi grafado equivocadamente como Roberto Romero Ribeiro Ltda.;
9.4. dar ciência desta decisão ao embargante, remetendo-lhe cópias do Acórdão que vier a ser proferido, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentarem;
9.5. encaminhar os autos à Secretaria das Sessões para sorteio de relator para o exame dos Recursos de Reconsideração interpostos pelas empresas Celso Comércio e Serviços Ltda. e Érika Pedras Ltda. contra o Acórdão nº 2.834/2006-2ª Câmara.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0268-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler (Relator) e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 269/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC - 019.314/2004-0 (com 1 volume, 1 anexo e 1 apenso).
2. Grupo: I; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.
3. Entidade: Município de Aurora do Pará/PA.
4. Recorrente: Manoel Carvalho da Silva, CPF nº 026.512.542-15.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Ubiratan Aguiar.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Serur.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Manoel Carvalho da Silva, ex-Prefeito Municipal de Aurora do Pará/PA, em face do Acórdão nº 2.086/2005-TCU-2ª Câmara, por meio do qual esta Corte julgou irregulares as contas do responsável, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Lei nº 8.443/1992, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 16.031,00, e aplicou-lhe a multa prevista no art. 57, da referida lei, no valor de R$ 5.000,00.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/92, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, alterando os subitens 9.1. e 9.2. do Acórdão recorrido para os seguintes termos:
“9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas 'a' e 'b', 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso I e II, 210, § 2º, e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, as presentes contas irregulares;
9.2. aplicar ao responsável a multa referida no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso I, do Regimento Interno, no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea 'a' do Regimento Interno), o recolhimento desse valor ao Tesouro Nacional, atualizado monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento”;
9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, caso não atendida a notificação;
9.3. dar ciência ao recorrente deste Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0269-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler (Relator) e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 270/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC - 017.763/2005-5
2. Grupo: I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.
3. Recorrente: Jorge Carlos Silva Santos, ex-Prefeito (CPF 063.462.355-1). 4. Entidade: Município de Barra do Rocha - BA.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da decisão recorrida: Ministro Augusto Sherman Cavalcanti
6. Representante do Ministério Público: Marinus Eduardo de Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: SERUR.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso reconsideração, interposto pelo Sr Jorge Carlos Silva Santos, ex-Prefeito, contra a deliberação proferida por este Tribunal, mediante o Acórdão n.1.581/2006 - TCU - 2a Câmara, inserto na Ata n° 21/2006, Sessão de 20/6/2006.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2a.Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com suporte no que prescrevem os arts. 32, I, e 33 da Lei n° 8.443/1992, em:
9.1. conhecer o recurso de reconsideração interposto pelo Sr Jorge Carlos Silva Santos;
9.2. negar provimento a esse recurso;
9.3. dar ciência desta deliberação e encaminhar ao interessado cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0270-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler (Relator) e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 271/2007- TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC 012.166/2006-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Sebastião Rodrigues Maciel, ex-prefeito (CPF 091.236.953-15)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte/AM
5. Relator: Ministro Guilherme Palmeira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas - SECEX/AM
8. Advogado constituído nos autos: não consta

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada contra o Sr. Sebastião Rodrigues Maciel, ex-prefeito do município de Nova Olinda do Norte/AM, em decorrência da não-comprovação da regular aplicação dos recursos federais repassados àquela municipalidade no decorrer de 2002, em doze parcelas de R$ 1.250,00 cada uma, à conta do Programa de Apoio a Estados e Municípios para Educação Fundamental de Jovens e Adultos - RECOMEÇO/EJA, que objetivava ampliar a oferta de vagas para jovens e adultos em escolas estaduais e municipais do ensino fundamental.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso I e § 3º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Sebastião Rodrigues Maciel ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas abaixo descritas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALORES ORIGINAIS DOS DÉBITOS	DATAS DE OCORRÊNCIA
R$ 1.250,00	15/4/2002
R$ 1.250,00	15/4/2002
R$ 1.250,00	15/4/2002
R$ 1.250,00	26/4/2002
R$ 1.250,00	24/5/2002

R$ 1.250,00	24/6/2002
R$ 1.250,00	26/7/2002
R$ 1.250,00	26/8/2002
R$ 1.250,00	24/9/2002
R$ 1.250,00	25/10/2002
R$ 1.250,00	26//11/2002
R$ 1.250,00	13/12/2002

9.2. aplicar ao Sr. Sebastião Rodrigues Maciel a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, caso este ocorra após o prazo fixado, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do disposto no art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. encaminhar cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, na forma do disposto no art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443/1992.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0271-06/07-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (na Presidência), Guilherme Palmeira (Relator), Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 272/2007- TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC 020.196/2006-3

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Sebastião Rodrigues Maciel, ex-prefeito (CPF 091.236.953-15)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte/AM

5. Relator: Ministro Guilherme Palmeira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas - SECEX/AM

8. Advogado constituído nos autos: não consta

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada contra o Sr. Sebastião Rodrigues Maciel, ex-prefeito do município de Nova Olinda do Norte/AM, em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados à municipalidade no decorrer de 2004, no valor original total de R$ 111.172,80 (cento e onze mil, cento e setenta e dois reais e oitenta centavos), à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso I e § 3º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Sebastião Rodrigues Maciel ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas abaixo descritas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALORES ORIGINAIS DOS DÉBITOS	DATAS DE OCORRÊNCIA
R$ 10.472,80	25/2/2004
R$ 10.472,80	25/3/2004
R$ 10.472,80	27/4/2004
R$ 10.472,80	25/5/2004
R$ 10.472,80	25/6/2004
R$ 10.472,80	23/7/2004
R$ 12.084,00	31/8/2004
R$ 12.084,00	23/9/2004
R$ 12.084,00	29/10/2004
R$ 12.084,00	26/11/2004

9.2. aplicar ao Sr. Sebastião Rodrigues Maciel a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, caso este ocorra após o prazo fixado, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do disposto no art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. encaminhar cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, na forma do disposto no art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443/1992.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0272-06/07-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (na Presidência), Guilherme Palmeira (Relator), Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 273/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC ? 011.262/1994-0 (c/ 1 vol. e 1 anexo)

2. Grupo I - Classe - II ? Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Maria de Fátima Oliveira Mendes (CPF 043.252.653-68)

4. Entidade: Gerência-Regional de Administração no Ceará/MF

5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secex/CE

8. Advogados constituídos nos autos: Djalma Barbosa dos Santos (OAB/CE 7483) e Djeanne Furtado dos Santos (OAB/CE 14.167)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial de responsabilidade da Sra. Maria de Fátima Oliveira Mendes, em virtude do recebimento ilegal de pensão civil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária Pública da 2ª Câmara, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar as presentes contas irregulares e condenar a Srª Maria de Fátima Oliveira Mendes ao pagamento das quantias abaixo indicadas, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas abaixo descritas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor	Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)	Data
Cr$ 5.916.270,90	31/5/1993	4.175,34	30/6/1995	3.918,09	31/7/1997
Cr$ 11.832.541,80	30/6/1993	3.792,03	31/7/1995	3.918,09	31/8/1997
Cr$ 5.991.481,31	31/7/1993	3.829,88	31/8/1995	3.918,09	30/9/1997
CR$ 84.049,42	31/8/1993	3.810,93	30/9/1995	3.918,09	31/10/1997
CR$ 90.978,36	30/9/1993	3.810,93	31/10/1995	3.918,09	30/11/1997
CR$ 158.410,56	31/10/1993	3.840,15	30/11/1995	3.918,09	20/12/1997
CR$ 194.551,29	30/11/1993	3.825,54	20/12/1995	3.918,09	31/12/1997
CR$ 248.228,84	20/12/1993	3.825,54	31/12/1995	3.918,09	31/1/1998
CR$ 210.886,84	31/12/1993	3.825,54	31/1/1996	3.803,71	28/2/1998
CR$248.228,84	31/1/1994	3.897,57	28/2/1996	3.842,98	31/3/1998
CR$ 626.913,12	28/2/1994	3.918,09	31/3/1996	3.842,98	30/4/1998
CR$ 681.016,32	31/3/1994	3.918,09	30/4/1996	3.842,98	31/5/1998
1.960,19 (URV)	30/4/1994	3.918,09	31/5/1996	3.842,98	30/6/1998
1.965,97 (URV)	31/5/1994	3.918,09	30/6/1996	3.842,98	31/7/1998
2.133,25 (URV)	30/6/1994	3.918,09	31/7/1996	3.842,98	31/8/1998
R$ 2.133,75	31/7/1994	3.918,09	31/8/1996	3.873,57	30/9/1998
R$ 2.040,43	31/8/1994	3.918,09	30/9/1996	3.858,27	31/10/1998
R$ 1.988,71	30/9/1994	3.918,09	31/10/1996	3.858,27	30/11/1998
R$ 2.325,78	31/10/1994	3.918,09	30/11/1996	4.174,22	20/12/1998
R$ 2.329,59	30/11/1994	3.918,09	20/12/1996	3.552,27	31/12/1998
R$ 2.655,22	20/12/1994	3.633,09	31/12/1996	4.174,22	31/1/1999
R$ 2.334,12	31/12/1994	3.918,09	31/1/1997	3.858,27	28/2/1999
R$ 2.655,22	31/1/1995	3.918,09	28/2/1997	3.858,27	31/3/1999
R$ 2.508,93	28/2/1995	3.918,09	31/3/1997	3.858,27	30/4/1999
R$ 3.780,91	31/3/1995	3.920,09	30/4/1997	3.858,27	31/5/1999
R$ 4.183,22	30/4/1995	3.918,09	31/5/1997	3.858,27	30/6/1999
R$ 3.791,99	31/5/1995	3.918,09	30/6/1997		

9.2. aplicar à Srª Maria de Fátima Oliveira Mendes a multa de que trata o art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações referentes ao débito e à multa tratados nos subitens 9.1 e 9.2 acima;

9.4. remeter cópia dos autos, bem como deste Acórdão e do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Ministério Público da União, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443/1992, para ajuizamento das ações cabíveis;

9.5. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Gerência-Regional de Administração no Ceará/MF e à responsável.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0273-06/07-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar (Relator), Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 274/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC - 017.320/2000-5 (c/ 14 volumes e 1 anexo)

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: José Menezes Neto, Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Saúde (CPF 182.714.131-04)

4. Entidade: Município de Olinda/PE

5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: Secex/PE

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência de irregularidades verificadas na execução do Convênio nº 66/97, celebrado entre o Município de Olinda/PE e a Cooperativa dos Trabalhadores de Saúde de Olinda Ltda. ? Coopersaúde, com recursos do Sistema Único de Saúde ? SUS, cujas determinações dirigidas ao Fundo Nacional de Saúde por meio dos Acórdãos nºs 1.133/2004 e 385/2006, todos da 2ª Câmara, não foram implementadas pelo Sr. José Menezes Neto, Diretor-Executivo do FNS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária Pública da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/1992, aplicar ao Sr. José Menezes Neto multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento;

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido, até a data do efetivo pagamento, nos termos da legislação em vigor, caso não atendida a notificação de que trata o subitem precedente;

9.3. determinar ao Fundo Nacional de Saúde que dê imediato cumprimento ao contido no subitem 1.1 do Acórdão nº 1.133/2004 ? TCU ? 2ª Câmara, reiterado pelo item 9.1 do Acórdão nº 385/2006 ? TCU ? 2ª Câmara, informando a esta Corte, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas efetivamente tomadas com vistas ao completo cumprimento da determinação em comento.

9.4. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Ministro de Estado da Saúde, ao Fundo Nacional de Saúde e ao Sr. José Menezes Neto.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0274-06/07-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar (Relator), Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 275/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC - 009.874/2003-3 (com 2 volumes)

2. Grupo I - Classe - II: Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Gervásio Bandeira Ferreira, CPF: 005.010.002-59

4. Entidade: Município de Breves/PA

5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secex/PA

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada contra o Sr. Gervásio Bandeira Ferreira, ex-Prefeito do Município de Breves/PA, em razão de irregularidades na aplicação dos recursos repassados pelo Ministério da Integração Nacional, por meio do Convênio nº 872/99, no valor de R$

408.600,00 (quatrocentos e oito mil e seiscentos reais), com o objetivo de construir um muro de arrimo no município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c" da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210, 214, inciso III do Regimento Interno, em:

9.1. julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Gervásio Bandeira Ferreira ao pagamento da quantia de R$ 408.600,00 (quatrocentos e oito mil e seiscentos reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 4/4/2000 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar ao responsável a multa referida no art. 57 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 267 do Regimento Interno, arbitrando-lhe o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), correspondente a aproximadamente 10% do valor atualizado do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno), seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizado monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma da legislação em vigor;

9.4. remeter cópia dos autos, bem como deste acórdão e do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério Público da União, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443/92, c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno, para ajuizamento das ações cabíveis.

9.5 encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Pará, em referência ao Ofício nº 3105/2003-NUCART/SR/DPF/PA.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0275-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar (Relator), Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 276/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC - 007.616/2005-6
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Welinton Magno da Silva (CPF 535.644.996-87)
4. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)
5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
7. Unidade Técnica: 1ª Secex e Secex/MG
8. Advogado constituído nos autos: não houve

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), em razão de irregularidades praticadas pelo ex-Chefe e Encarregado de Tesouraria/Banco Postal da Agência dos Correios de Santo Antônio do Itambé/MG, Sr. Welinton Magno da Silva.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Welinton Magno da Silva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, e condená-lo ao pagamento dos débitos a seguir mencionados, deduzidos dos créditos indicados, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de suas respectivas datas de ocorrência, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Débito (R$)	Data da Ocorrência		Crédito (R$)	Data da Ocorrência
23.508,80	28/8/2002		5.000,00	30/4/2003
701,54	11/11/2002		9.562,41	16/5/2003
2.218,63	11/3/2003		64,21	17/11/2003
393,07	25/4/2003			
321,10	30/5/2003			
3.345,42	4/6/2003			
32.472,37	26/11/2003			

9.2. aplicar ao Sr. Welinton Magno da Silva a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), correspondente a, aproximadamente, 5% do dano causado ao erário, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido, até a data do recolhimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.4. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à ECT;

9.5. remeter cópia dos autos e deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Ministério Público da União, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443/1992, c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para ajuizamento das ações cabíveis.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0276-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar (Relator), Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 277/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC - 018.898/2006-9
2. Grupo I - Classe - II: Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Roberval Roldão de Araújo, CPF: 410.236.924-49
4. Entidade: Município de Paranatama/PE
5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade Técnica: Secex/PE
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor do Sr. Roberval Roldão de Araújo, ex-Prefeito de Paranatama/PE, em razão da omissão na prestação de contas dos recursos repassados pelo FNDE àquele município por meio do Convênio 93812/98, cujo objeto era a aquisição de material didático/pedagógico e ampliação de escola, contemplando a educação pré-escolar.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c" da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210, 214, inciso III do Regimento Interno, em:

9.1. julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Roberval Roldão de Araújo ao pagamento da quantia de R$ 47.311,48 (quarenta e sete mil e trezentos e onze reais e quarenta e oito centavos), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 15/7/1998 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar ao responsável a multa referida no art. 57 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 267 do Regimento Interno, arbitrando-lhe o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), correspondente a aproximadamente 10% do valor atualizado do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno), seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizado monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma da legislação em vigor;

9.4. remeter cópia dos autos, bem como deste acórdão e do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério Público da União, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443/92, c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno, para ajuizamento das ações cabíveis.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0277-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar (Relator), Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 278/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC - 003.556/2003-1 (com 9 volumes e 7 anexos)
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Órgão: Prefeitura Municipal de Cajazeiras/PB
4. Responsável: Carlos Antônio Araújo de Oliveira (CPF nº 373.801.094-72) e Fundação Francisco Mascarenhas (CNPJ nº 09.277.278/0001-85)
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Dr. Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: SECEX/PB
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra o Sr. Carlos Antônio Araújo de Oliveira, prefeito do Município de Cajazeiras/PB, em decorrência de irregularidades verificadas na aplicação de parte dos recursos repassados por meio dos Convênios nº 93.628/2001 e 93.629/2001.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar as presentes contas irregulares, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “c”, e § 2º, alínea “b”, e 19, *caput*, da Lei nº 8.443/92, e condenar o responsável, Sr. Carlos Antônio Araújo de Oliveira, solidariamente com a Fundação Francisco Mascarenhas, ao pagamento da importância de R$ 246.899,62 (duzentos e quarenta e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 26/12/2001 até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do artigo 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92 c/c o artigo 214, inciso III, do RITCU;

9.2. aplicar aos responsáveis, individualmente, multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.443/92, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que efetuem e comprovem perante este Tribunal o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas;

9.4. remeter cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, com base no artigo 209, § 6º do Regimento Interno do TCU, para as providências que entender cabíveis;

9.5. dar ciência e remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, à Prefeitura Municipal de Cajazeiras/PB e aos responsáveis interessados;

9.6. encaminhar ao Sr. Severino Dantas Fernandes, Vereador do Município de Cajazeiras/PB, cópia do Acórdão nº 2.032/2004-Plenário-TCU e das instruções que o embasaram (fls. 15/19; 26/27, 30, 40/50, 63/69, 133/142, todas do v. 1), bem como do Acórdão que vier a ser proferido nos presentes autos e do Relatório e Voto que o subsidiarem, esclarecendo que o valor original citado no item 1 do Acórdão nº 2.032/2004-Plenário-TCU é o valor original do débito e não o valor do contrato, tendo em vista que parte do objeto foi executado.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0278-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler (Relator) e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 279/2007- TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: TC - 004.651/2004-3
2. Grupo II , Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Entidade: Fundo Nacional de Saúde
4. Responsáveis: Carlos Alberto Ferri (CPF 087.733.009-34), Toribio Cesar Lacorte (CPF 408.726.538-20) e ACL Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 01.509.447/0001-53).
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procurador Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Secex/MS
8. Advogado constituído nos autos: Jorge Benjamin Cury (OAB/MS - 914)

9. Acórdão:
VISTOS, discutidos e relatados este autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Escritório do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul - EREMS/MS em razão da realização de pagamentos indevidos pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS, de órteses, próteses e materiais especiais à empresa ACL Comércio e Representações Ltda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Fundo Nacional de Saúde que adote as medidas judiciais que julgar necessárias para o efetivo ressarcimento do débito apurado nestes autos;

9.2. determinar ao Controle Interno que acompanhe o cumprimento da determinação do item 9.1;

9.3. arquivar o presente processo por ausência de pressupostos para o seu desenvolvimento válido e regular, na forma do inciso II do art. 169 do Regimento Interno.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0279-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler (Relator) e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 280/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC - 006.031/2005-5 (com 1 volume)
2. GRUPO II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Maria Luiza Cruz (CPF:016.772.708-70).
4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: SECEX/SP.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:
VISTOS relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq contra a Sra. Maria Luiza Cruz, em razão de não apresentação da prestação de contas do auxílio financeiro recebido dessa entidade, no valor de Cr$ 1.782.900,00 (hum milhão, setecentos e oitenta e dois mil e novecentos cruzeiros), para apoio ao Projeto de Pesquisa "*Formas Latentes Polimétricas Derivadas de Dextrano e Antichagásicos com Ação Seletiva Potencial*".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, I, 16, inciso II, 18, caput, e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, julgar regulares com ressalva as contas da Sra. Maria Luiza Cruz, dando-lhe quitação;
9.2. dar ciência da Presente deliberação à Maria Luiza Cruz e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e encaminhar a eles cópias do presente Acórdão, assim como do Relatório e do Voto que o fundamentam.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0280-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler (Relator) e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 281/2007 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC - 022.551/2006-2
2. Grupo: I, Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Celso Rodrigues Rêgo, CPF n.º 027.528.404-20
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Piranhas-AL
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade Técnica: Secex/AL
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada peloMinistério da Previdência e Assistência Social - MPAS, atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados mediante o Termo de Responsabilidade n.º 0263/MPAS/SEAS.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1°, inciso I; 16, inciso III, alínea "a"; 19 e 23 da Lei n° 8.443/92, julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Celso Rodrigues Rego ao pagamento das importâncias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea 'a', da Lei n.º 8.443/92 c/c o art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno/TCU;

DATA	VALOR (R$)
02/07/1998	1.800,00
11/08/1998	3.600,00
30/12/1998	5.400,00

9.2. aplicar ao responsável, a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443/92, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da mesma aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma da legislação em vigor; e
9.4. remeter cópia dos autos, bem como deste acórdão e do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério Público da União, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443/92, c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno, para ajuizamento das ações cabíveis.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0281-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler (Relator) e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 282/2007 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 003.882/1999-3 (com 5 volumes).
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Monique Ramos de Araújo Coêlho (CPF 801.227.107-97); Maria do Socorro Costa Miranda (CPF 098.223.302-78); Rosa Maria Nascimento Silva (CPF 418.816.057-87); Flora Maria Ribas Araújo (CPF 080.229.689-00); Pedro Pereira de Oliveira (CPF 021.884.572-34); Luiz Joaquim Paes (CPF 009.243.692-72); José Bonifácio Melo de Oliveira (CPF 080.328.232-04).
4 Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Secex/RO.
8. Advogado constituído nos autos: Drª Dagmar Eliete do Couto Ramos Coêlho (OAB-RJ 37.653; OAB-RO 674-A).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Srª Monique Ramos de Araújo Coêlho, instaurada por força da Decisão 1.396/2002-Plenário, que converteu Representação encaminhada pela Procuradoria da República no Estado de Rondônia - PR/RO, na presente representação.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos Srªs Juizes Maria do Socorro Costa Miranda, Rosa Maria Nascimento Silva, Flora Maria Ribas Araújo, Pedro Pereira de Oliveira, Luiz Joaquim Paes e José Bonifácio Melo de Oliveira em razão da aprovação da Resolução Administrativa nº 49, de 19/08/98, mediante a qual foi autorizado o afastamento da servidora Monique Ramos de Araújo Coêlho, pelo prazo de 4 (quatro) anos, com ônus integral, para cursar Doutorado em Psicologia Social e da Personalidade na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, nada obstante a ausência de elementos comprobatórios da pertinência, da indispensabilidade, da relevância e da necessidade desse afastamento para o desenvolvimento das atribuições institucionais do Órgão;
9.2. com fundamento no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, aplicar aos supra mencionados juizes, individualmente, em razão do fato relatado, multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo abaixo estipulado até a data do pagamento;
9.3. fixar prazo de quinze dias a contar da notificação para comprovação do recolhimento da dívida perante o Tribunal, com base no art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno;
9.4. determinar, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, o desconto integral ou parcelado da dívida na remuneração dos responsáveis, tomando, como parâmetro para o desconto, o percentual mínimo estabelecido no art. 46 da Lei 8.112/90, com a modificação da MP 2.225-45, de 4/9/2001;
9.5. autorizar, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a cobrança judicial da dívida, no caso de não ser aplicável ou de não surtir efeito a providência prevista na alínea anterior.
9.6. determinar a juntada de cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, às contas do TRT-14ª Região dos anos de 1997 e 1998 (TC 750.054/1998-0 e TC 007.462/1999-9, respectivamente;
9.7. determinar à Secex/RO a realização de inspeção no TRT/RO objetivando
9.7.1. verificar a regular devolução do recursos recebidos por Monique Ramos de Araújo Coêlho a recebeu a título de remuneração, no período em que esteve afastada de suas atividades funcionais para cursar Doutorado em Psicologia Social e da Personalidade na Universidade Federal do Rio de Janeiro, autorizada pela Resolução Administrativa nº 49, de 19/08/98, julgada nula por decisão do TST de 5/12/2002, no RMA 490792;
9.7.2. a percepção das vantagens quintos e adicional de tempo de serviço decorrentes do tempo em que esteve afastada do trabalho para o curso de doutoramento;
9.8. dar ciência desta deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Rondônia.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0282-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz (Relator).

ACÓRDÃO Nº 283/2007 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 010.350/2003-7 (com 4 volumes)
2. Grupo II - Classe de Assunto II - Prestação de Contas (exercício de 2002)
3. Responsáveis: Othon de Carvalho Bastos (Reitor: 01/01 a 31/12/2002) - CPF 001.877.123-87; José Américo da Costa Barroqueiro (Pró-Reitor de Planejamento e Gestão e Vice Reitor: 01/01 a 21/01/2002) - CPF: 055.923.053-20; Marco Aurélio Lobato Estrela (Pró-Reitor de Planejamento e Gestão: 04/02 a 31/12/2002) - CPF: 216.130.363-53 Eneida de Maria Ribeiro (Diretor do Departamento de Orçamento e Finanças: 01/01 a 04/02/2002) - CPF: 054.640.303-44; Antonilde Monteiro Santos (Diretor do Departamento de Orçamento e Finanças e Responsável pela Contabilidade: 04/02 a 31/12/2002) - CPF: 147.916.333-34; Avelino Fialho Gandra (Diretor de Divisão de Contabilidade: 29/08 a 31/12/2002) - CPF: 153.464.711-20; Jackquesfran Nazareno Ferreira Responsável pela Contabilidade: 08/02 a 25/07/2002) - CPF: 467.294.883-87; Antônio Carlos Cantanhede Bernardes (Encarregado Almoxarifado: 01/01 a 31/12/2002) - CPF: 089.078.113-34; Maria de Fátima da Silva Fonteles (Encarregado do Setor de Pessoal: 01/01 a 31/12/2002) - CPF: 012.185.493-00; Natalino Salgado Filho (Diretor-Geral do Hospital Universitário: 01/01 a 31/12/2002) CPF: 032.954.943-04; Raimundo Nonato Serra Campos Filho (Representante do Centro de Ciências Sociais: 11/10 a 31/12/2002) CPF: 035.315.033-91; Carlos Alberto de Souza Martins (Representante do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde: 27/09 a 31/12/2002; CPF: 040.085.373-68; Antônio Carlos Dias (Coordenador das Unidades Suplementares: 01/01 a 31/12/2002) - CPF: 040.297.713-00; Elizabeth de Sousa Barcelos Barroqueiro (Diretora do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde: 12/04 a 31/12/2002) - CPF: 043.942.913-72; Antônio Carlos Pereira (Diretor do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas: 12/04 a 31/12/2002) - CPF: 044.827.273-34; Lucinete Marques Lima (Diretora do Centro de Ciências Sociais: 12/04 a 31/12/2002) - CPF: 044.945.203-49; Ruy do Nascimento Silva (Representante do Sindicato dos Trabalhadores: 06/11 a 31/12/2002) - CPF: 051.858.233-72; Caio José de Carvalho Filho (Representante do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde: 27/09 a 31/12/2002) - CPF: 054.599.153-68; Raimunda Nonata do Nascimento Santana (Representante do Centro de Ciências Sociais: 11/10 a 31/12/2002) - CPF: 064.835.933-68; Maria Núbia Barbosa Bonfim (Pró-Reitor de Ensino: 01/01 a 31/12/2002) - CPF: 074.566.623-04; Antônio José Silva Oliveira (Representante do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia: 30/10 a 31/12/2002) - CPF: 074.961.253-34; Maria de Fátima Teófilo Durans (Prefeita de Campus: 01/01 a 31/12/2002) - CPF: 075.975.253-20; Ridvan Nunes Fernandes (Representante de Pós-Graduação S. Sensu: 01/01 a 31/12/2002) - CPF: 076.627.003-30; Nila da Conceição Cardoso Ferreira (Representante do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde: 27/09 a 31/12/2002) - CPF: 079.614.803-15; Fernando Antônio Santos Garcia (Diretor do Colégio Universitário: 01/01 a 31/12/2002 - CPF: 081.564.922-34; Franci Gomes Cardoso (Representante da Associação dos Professores da UFMA: 03/05 a 31/12/2002) - CPF: 095.430.233-87; Maria da Guia da Silva (Representante do Programa de Posgraduação S. Sensu: 01/01 a 31/12/2002) - CPF: 098.374.184-00; Maria Helena Seabra Soares de Britto (Representante do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde: 27/06 a 31/12/2002) - CPF: 100.073.503-68; Francisco de Assis Conceição (Representante do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia: 30/10 a 31/12/2002) - CPF: 112.614.801-63; Maria Ozanira da Silva e Silva (Representante de Programa de Pos Graduação Stricto Sensu: 01/01 a 31/12/2002) - CPF: 125.345.443-49; Cláudio de Sousa Bezerra (Representante do Sindicato dos Trabalhadores: 01/01 a 31/12/2002) - CPF: 126.225.913-49; Edson Nascimento (Pró-Reitor de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico: 14/10 a 31/12/2002) - CPF: 126.440.214-72; Francisca das Chagas Silva Lima (Representante do Centro de Ciências Sociais: 11/10 a 31/12/2002) - CPF: 127.697.893-68; Raimunda Ramos Marinho (Diretora da Biblioteca Central: 01/01 a 31/12/2002) - CPF: 198.269.823-34; Lindberque Cavalcanti Conde (Representante do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia: 30/10 a 31/12/2002) - CPF: 203.162.244-72; José Humberto Gomes de Oliveira (Representante do Centro de Ciências Sociais: 11/10 a 31/12/2002) - CPF: 205.485.753-04; Sílvia Cristina Duailibe Costa (Diretora do Centro de Ciências Humanas: 12/04 a 31/12/2002) - CPF: 207.036.603-06; Giselle Marques Carvalho (Representante do Centro de Ciências Sociais: 11/10 a 31/12/2002) - CPF: 225.921.053-87; Cláudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro (Representante do Centro de Ciências Sociais: 11/10 a 31/12/2002) - CPF: 249.770.633-68; José Assunção Fernandes Leite (Representante do Centro de Ciências Humanas: 27/09 a 31/12/2002) - CPF: 250.353.633-68; Hamilton Dutra Duarte (Representante do Centro de Ciências Humanas: 27/09 a 31/12/2002) - CPF: 278.397.453-34; Antônio Eugênio Araújo Ferreira (Representante do Centro de Ciências Humanas: 27/09 a 31/12/2002) - CPF: 280.141.113-20; Fernando Antônio Guimarães Ramos (Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Estudantis: 18/01 a 31/12/2002) - CPF: 362.695.907-44; Anselmo Cardoso de Paiva (Representante do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia: 30/10 a 31/12/2002) - CPF: 375.523.843-87; Paula Frassinetti da Silva Sousa (Representante do Centro de Ciências Humanas: 27/09 a 31/12/2002) - CPF: 437.475.153-04; Luiz Roberto de Souza (Representante do Centro de Ciências Humanas: 27/09 a 31/12/2002) - CPF: 692.809.598-91; Carlos Benedito Rodrigues da Silva (Representante do Centro de Ciências Humanas: 27/09 a 31/12/2002) - CPF: 720.758.998-00; Rosane Massar Meireles Guerra (Representante de Cursos de Pós Graduação: 01/01 a 31/12/2002) - CPF: 756.037.807-20.
4. Entidade: da Fundação Universidade Federal do Maranhão - FUFMA.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secex/MA.
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas da Fundação Universidade Federal do Maranhão - FUFMA, referente ao exercício de 2002.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acatar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. José Américo da Costa Barroqueiro (Pró-Reitor de Planejamento e Gestão e Vice Reitor) - CPF: 055.923.053-20 e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, julgar regulares as suas contas, bem como dos demais responsáveis relacionados após o seu nome no item 3 deste, dando-se-lhes quitação;

9.2. acatar parte das razões de justificativa apresentadas pelos Srᵉˢ Othon de Carvalho Bastos (Reitor) - CPF 001.877.123-87 e Marco Aurélio Lobato Estrela (Pró-Reitor de Planejamento e Gestão) - CPF 216.130.363-53 e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, julgar regulares com ressalva as contas desses responsáveis, dando-se-lhes quitação;

9.3. determinar à Universidade Federal do Maranhão que:

9.3.1. adote medidas no sentido de obter, junto aos responsáveis, o ressarcimento das importâncias relativas às concessões indevidas dos suprimentos de fundos (processos nº 1164/2002-28: R$ 4.000,00; nº 0480/2002-83: R$ 4.000,00; nº 0643/2002-27: R$2.200,00 e nº 1414/2002-20: R$ 700,00); à realização de despesas acobertadas por contratos firmados com a Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da FUFMA - FSADU; ao pagamento das notas fiscais inidôneas nº 0966 (da Lina Rosa Silva Pereira, no valor de R$ 27.436,15); e nº 024 (da Fortaleza Empreendimentos e Construções Ltda., no valor de R$ 12.041,62), instaurando, se for o caso, o devido processo de tomada de contas especial;

9.3.2. quando da análise dos futuros processos de prestação de contas de suprimento de fundos concedidos, glosar despesas realizadas antes e após o período de aplicação, bem como as fragmentadas em diversos documentos comprobatórios para fugir ao limite máximo de despesas, a serem restituídas pelos supridos por aplicação indevida;

9.3.3. não conceder novo suprimento de fundos ao responsável que, esgotado o prazo, não tenha prestado contas da aplicação de suprimento de fundos recebido, sob pena de o ordenador de despesa ser responsabilizado pela restituição do valor relativo à concessão indevida;

9.3.4. somente inscrever despesas em restos a pagar processados quando forem atendidos os requisitos do art. 96 da Lei nº 4.320/1964;

9.3.5. abster-se de contratar serviços advocatícios mediante inexigibilidade de licitação quando não restarem comprovadas a notória especialização do contratado e a singularidade do objeto;

9.3.6. emitir Empenho com Garantia de Pagamento Contra Entrega no percentual mínimo de 5% indicado no § 2º do art. 8º do Decreto nº 4.120/2002, para as despesas de natureza 309030 e 309039 realizadas com base no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;

9.3.7. rever o ato de indeferimento do pedido de exoneração da servidora Rosane Penha Macau com a reabertura do correspondente processo e notificação da mesma;

9.3.8. atualizar o cadastro da servidora Marta Solange de Castro Moraes junto ao SIAPE;

9.3.9. emitir termos aditivos para adequação da remuneração dos professores substitutos à Portaria Interministerial nº 303/2002, quando for o caso;

9.3.10. providenciar junto às entidades de classe a relação nominal dos servidores beneficiados em ações judiciais promovidas a fim de que haja controle nos assentamentos funcionais dos mesmos;

9.3.11. anexar aos processos de pagamento de ajuda de custo o comprovante de deslocamento do servidor e seus dependentes;

9.3.12. evitar falhas de informação e de comprovação em processos administrativos disciplinares;

9.3.13. apresentar nas próximas contas relação contendo avaliação do adicional de tempo de serviço (anuênio) de cada servidor, indicando o percentual correto, o percentual recebido, o valor a ser restituído ou recebido, e a forma que estão sendo efetuados tais ajustes;

9.4. determinar à Auditoria Interna da FUFMA que acompanhe o cumprimento das determinações expressas nos subitens 9.3.1. a 9.3.13 acima, manifestando-se sobre o mesmo nas próximas contas da Universidade;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão bem como Relatório e Voto que o fundamentam à Auditoria Interna da FUFMA e à Controladoria Geral da União no Estado do Maranhão.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0283-06/07-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz (Relator).

ACÓRDÃO Nº 284/2007 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 005.163/2004-1 (com 1 volume e 1 anexo).

2. Grupo I, Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Órgão: Fundo Nacional de Saúde.

4. Responsáveis: Aluízio Machado (CPF 140.838.506-63) e Dário Mendes Linhares (CPF 087.774.036-49).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secex/MG.

8. Advogados constituídos nos autos: Guilherme Silveira Diniz Machado- OAB/MG 67.408.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde, em virtude da não-aprovação da prestar contas dos recursos do Convênio nº 2419/1999, celebrado entre o Ministério da Saúde - Fundo Nacional da Saúde e o Município de Capim Branco/MG, objetivando dar apoio financeiro para a ampliação de um posto de saúde no Distrito de Araçás, no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Dario Mendes Linhares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas **a** e **b**; 19, caput; 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. aplicar à responsável multa prevista no art. 58, inciso I, da mesma Lei, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal o recolhimento da quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, se pagas após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. julgar regulares com ressalvas as contas do Sr. Aluízio Machado, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II, alínea **b**; 18 e 23, da Lei nº 8.443/92, dando-lhe quitação.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0284-06/07-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz (Relator).

ACÓRDÃO Nº 285/2007 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 010.850/2004-2 (com 1 volume).

2. Grupo I - Classe II - Tomada de contas Especial.

3. Responsável: Roselena Gomes de Souza Alves Campos (CPF 058.087.742-68).

4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo..

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade da Senhora Roselena Gomes de Souza Alves Campos, instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, em razão do descumprimento do compromisso assumido perante a Fundação, ao interromper, sem anuência prévia da Administração, o curso de doutorado em Direito, realizado na Universidade de Lisboa, em Portugal, financiado pelo Conselho, e não apresentar um exemplar da tese de doutorado;

considerando que, devidamente citada, a responsável apresentou as alegações de defesa pertinentes, as quais, entretanto, não lograram excluir a sua responsabilidade quanto ao débito que lhe foi imputado;

considerando os registros constantes dos autos, os quais, a meu ver, inviabilizam o reconhecimento da boa-fé da responsável;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Senhora Roselena Gomes de Souza Alves Campos, CPF 058.087.742-68 e, com fundamento nos arts. Arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **c,** da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19, **caput,** e 23, inciso III, alínea **a,** da mesma Lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210, **caput,** e 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno, julgar irregulares as presentes contas e em débito a mencionada responsável pelas importâncias de R$ 110.099,32 e R$ 2.667,10, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados partir de 06/12/2002 e 11/07/1994, respectivamente, até a data do efetivo recolhimento;

9.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que a responsável comprove perante o Tribunal o recolhimento da quantia aos cofres do CNPq, atualizadas monetariamente, se pagas após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da nº 8.443/1992; e

9.4. dar ciência deste Acórdão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0285-06/07-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz (Relator).

ACÓRDÃO Nº 286/2007- TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC 001.772/2005-3.

2. Grupo II, Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Entidade: Prefeitura Municipal de Lambari/MG.

4. Responsável: Sebastião Carlos dos Reis (CPF 148.510.916-72).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secex/MG.

8. Advogados constituídos nos autos: Víctor Gilberto Passos (OAB/MG nº 30.249) e Ismael dos Reis Pereira Coutinho (OAB/MG nº 70.563).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade do Sr. Sebastião Carlos dos Reis, ex-Prefeito do Município de Lambari/MG à época dos fatos e atual mandatário municipal, instaurada em virtude de irregularidades na aplicação dos recursos do Convênio nº 5.590/1995-PMDE, celebrado com o FNDE em 29/12/1995, tendo por objeto a suplementação financeira de recursos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino fundamental em escolas municipais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Sebastião Carlos dos Reis, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso II, e 23, inciso II, todos da Lei nº 8.443/1992, dando-lhe quitação;

9.2. dar ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a amparam ao responsável.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0286-06/07-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz (Relator).

ACÓRDÃO Nº 287/2007 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.584/2005-0.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de contas Especial.

3. Responsável: Marcos Palombini, ex-Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul (CPF: 008.000.580-20).

4. Unidade: Departamento de Extinção e Liquidação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secex/RS.

8. Advogado constituído nos autos: Luiz Carlos dos Santos (OAB/RS 33.210).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Senhor Marcos Palombini, ex-Secretário, instaurada pelo Departamento de Extinção e Liquidação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos por intermédio do Convênio SEHAC nº 3080/89, celebrado como a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de NCz$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzados novos), para aquisição de um microônibus.;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 20 e 21 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 211 do Regimento Interno, considerar as presentes contas iliquidáveis, ordenando o seu trancamento e determinando o arquivamento do processo;

9.2. dar ciência desta deliberação à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União e ao Departamento de Extinção e Liquidação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para conhecimento e adoção das medidas pertinente, relativas à exclusão do nome do responsável da conta “Diversos Responsáveis” e do CADIN.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0287-06/07-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz (Relator).

ACÓRDÃO Nº 288/2007 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 014.557/2005-3.

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Hélvia Torres de Sá Benevides (CPF 016.103.253-20).

4. Entidade: Governo do Estado do Ceará - Secretaria de Ação Social.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Coordenação Geral de Fiscalização e Contabilidade (Cofis) do Departamento de Extinção e Liquidação (Deliq) da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) contra a Srª Hélvia Torres Sá Benevides, relativamente aos recursos repassados por intermédio do Convênio Sehac nº 475/89, celebrado entre a extinta Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária do extinto Ministério do Interior e a Secretaria de Ação Social do Governo do Ceará, no âmbito do Programa de Ação Social (PAC), com o objetivo de realizar diferentes obras de saneamento básico em diversas comunidades do Estado;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, arts. 20 e 21 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e 169, incisos I e II, e 212 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar as presentes contas iliquidáveis, ordenar seu trancamento e o conseqüente arquivamento dos autos.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0288-06/07-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz (Relator).

ACÓRDÃO Nº 289/2007 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 014.962/2005-5 (com 2 volumes).

2. Grupo I - Classe II - Tomada de contas Especial.

3. Responsáveis: Florival Peres de Marcos, ex-Prefeito (CPF: 099.849.419-49) e a empresa A. A. da Silva Silveira & Cia Ltda. (CNPJ 85.066.082/0001-20).

4. Órgãos: Ministério do Planejamento e Orçamento e Prefeitura Municipal de Quinta do Sol/PR.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná - Secex/PR.

8. Advogado constituído nos autos: Marcos Aparecido Revolti. (OAB/PR 15.521).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial constituída a partir da conversão do Processo de Representação originária de informações encaminhadas à Ouvidoria deste Tribunal, sobre irregularidades na execução do Convênio nº 38/1996, celebrado pelo então Ministério do Planejamento e Orçamento com a Prefeitura Municipal de Quinta do Sol/PR, com o objetivo de construir galerias pluviais no mencionado Município, tendo como responsáveis o Senhor Florival Peres de Marcos CPF: 099.849.419-49 - ex-Prefeito e da empresa A. A. da Silva Silveira & Cia Ltda. - CNPJ 85.066.082/0001-20;

considerando que, devidamente citados, o responsável e a empresa apresentaram suas alegações de defesa, as quais, entretanto, não lograram descaracterizar o débito que motivou a citação;

considerando que as razões de justificativa apresentadas pelo responsável não são suficientes para refutar as irregularidades que ensejaram a audiência realizada;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea **b** e **d**, da Lei nº 8.443/1992, c/c o arts. 19, *caput* e 23, inciso III, alínea **a**, da mesma Lei e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e IV, 210, *caput* e 214, inciso III, **a**, do Regimento Interno em:

9.1. julgar irregulares as presentes contas e em débito, solidariamente, o Senhor Florival Peres de Marcos - ex-Prefeito e a empresa A. A. da Silva Silveira & Cia Ltda., pela importância de R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 27/09/1996 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar ao Senhor Florival Peres de Marcos a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do término fixado neste acórdão, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;

9.4. determinar o encaminhamento de cópia dos presentes autos ao Ministério Público da União para ajuizamento das cabíveis, nos termos do art. 209, § 6º, do Regimento Interno deste Tribunal; e

9.5. dar conhecimento desta deliberação à Ouvidoria deste Tribunal.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0289-06/07-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz (Relator).

ACÓRDÃO Nº 290/2007 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 021.270/2005-9 (com 1 volume).

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável (eis): Nadir Ana Wiederkehr (CPF 177.432.900-00).

4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: 6ª Secex

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade da Srª Nadir Ana Wiederkehr, instaurada em razão da falta de remessa do saldo da prestação de contas e relatório técnico do auxílio concedido pelo CNPq para o desenvolvimento do projeto: "Adsorção de monocamadas - orgânicas e organometálicas sobre óxidos semicondutores de titânio e silício".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **a** e **b** da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e II, 210, 214, inciso III, alínea **a** do Regimento Interno, em:

9.1. julgar as presentes contas irregulares e condenar a Srª Nadir Ana Wiederkehr, ao pagamento da quantia de R$ 3.347, 14 (três mil, trezentos e quarenta e sete reais e catorze centavos), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), atualizada monetariamente a partir de 03/01/1995 e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 13/02/2002 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. determinar, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, o desconto integral ou parcelado da dívida na remuneração dos responsáveis, tomando, como parâmetro para o desconto, o percentual mínimo estabelecido no art. 46 da Lei 8.112/90, com a modificação da MP 2.225-45, de 4/9/2001;

9.3. autorizar, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a cobrança judicial da dívida, no caso de não ser aplicável ou de não surtir efeito a providência prevista na alínea anterior.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0290-06/07-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz (Relator).

ACÓRDÃO Nº 291/2007 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.542/2003-9 (com 2 volumes).

2. Grupo I, Classe III - Relatório de auditoria.

3. Responsáveis: Arquimedes Diógenes Ciloni (CPF 982.968.928-04) e Leila Bitar Moukachar Ramos (CPF 982.968.928-04).

3.1. Interessada: Ilma Araújo (CPF 652.093.706-15).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Sefip.

8. Advogados constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório da Auditoria realizada na área de pessoal da Fundação Universidade de Uberlândia, no período de 16/6 a 9/7/2003, com o fito de fiscalizar o cumprimento das Decisões exaradas por este Tribunal e os procedimentos adotados na área de pessoal, conforme item 8.4 da Decisão 473/2002-2ª Câmara, bem como o cumprimento das Decisões 235 e 362/2002-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rever de ofício o item 9.2 do Acórdão 98/2003- Primeira Câmara torná-lo insubsistente;

9.2. considerar legal o ato de admissão da servidora Ilma Araújo (CPF 652.093.706-15) no cargo de Técnico de Enfermagem;

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Uberlândia que:

9.3.1. disponibilize no Sisac os novos atos concessórios de aposentadoria dos servidores listados no quadro do subitem 8.2 do Relatório (fls. 11/12), bem como os atos de admissão e desligamento dos servidores contratados por tempo determinado, caso ainda não o tenha feito;

9.3.2. viabilize melhorias no seu sistema de protocolo, especialmente no que diz respeito à execução das atividades relacionadas com a gestão de documentos;

9.3.3. implemente melhorias dos sistemas de controle do fluxo de processos da Universidade, a fim de evitar o atendimento intempestivo de solicitações de servidores;

9.3.4. na medida do possível, promova a centralização de pedidos/solicitações/concessões de vantagens na pasta funcional do servidor respectivo, de modo a facilitar o controle desses atos;

9.3.5 observe os comandos da Instrução Normativa nº 5/94-TCU, que regulamenta a Lei 8.730/93, relativamente à guarda das Declarações de Bens e Renda dos servidores públicos de que trata o art. 1º, inciso VII, da Lei 8.730/93;

9.3.6. envie ao TCU, caso ainda não o tenha feito, por meio do SISAC, os atos de admissão e concessão de aposentadorias e pensões, para registro, dos servidores listados nos anexos I, II e III do Relatório de Auditoria (fls. 22/38), conforme estabelece a Instrução Normativa TCU nº 44/2002;

9.3.7. proceda ao recadastramento dos servidores aposentados e dos pensionistas da entidade, nos termos do Decreto nº 2.251, de 12 de junho de 1997;

9.3.8. suspenda, de imediato, caso ainda não o tenha feito, o pagamento do adicional de dedicação exclusiva aos servidores que não preenchem os requisitos para tanto, fixados no Decreto nº 94.664/97;

9.4. orientar a Fundação Universidade Federal de Uberlândia que, caso venha a ser desconstituído o instrumento jurídico que ampara a servidora Irene Rodrigues da Cunha a perceber a vantagem do art. 192, II, da Lei nº 8112/90, sejam os valores restituídos ao erário, nos termos do art. 46 da Lei nº 8812/90, a partir da data em que a servidora tomou ciência da Decisão nº 124/2001-TCU-2ª Câmara; e

9.5. determinar à Sefip que promova o arquivamento destes autos.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0291-06/07-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz (Relator).

ACÓRDÃO Nº 292/2007- TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo n.º TC-006.835/2006-6

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados: Ana Maria de Almeida da Silva (CPF n.º 202.365.496-34); Carlota Eloi (CPF n.º 155.724.806-06); Cirlene de Morais (CPF n.º 140.052.716-34); Gerci Maria Romão (CPF n.º 320.042.226-20); João Sebastião Rodrigues Junior (CPF n.º 109.545.466-87); Jussara Silveira Valadares (CPF n.º 163.343.616-00)

4. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

5. Relator: Ministro Guilherme Palmeira

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIP

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas a servidores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria de Ana Maria de Almeida da Silva (fls. 2/6), de Carlota Eloi (fls. 7/12), de Cirlene de Morais (fls. 13/17), de Gerci Maria Romão (fls. 18/22), de João Sebastião Rodrigues Junior (fls. 23/27) e de Jussara Silveira Valadares (fls. 28/32), com conseqüente recusa de seus registros;

9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, pelos inativos, consoante o disposto na Súmula n.º 106 deste Tribunal;

9.3. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, seja determinado à Universidade Federal de Minas Gerais que, relativamente aos servidores relacionados no item subitem 9.1 acima, não contemplados pela decisão judicial proferida no âmbito do MSC 2003.38.00.020924-5, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, seja determinado à Universidade Federal de Minas Gerais que, relativamente aos servidores relacionados no subitem 9.1 acima, contemplados pela decisão judicial proferida no âmbito do MSC 2003.38.00.020924-5, reveja seus proventos, de modo que, a partir de julho/2003, mês em que proferida a referida sentença de primeira instância, os valores alusivos às "horas-extras", conferidos aos inativos, sejam pagos sob a forma de vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), no exato valor percebido pelos interessados em junho/2003, sujeita exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, desvinculando, dessa forma, a parcela de qualquer outra rubrica integrante dos proventos dos servidores;

9.5. determinar à UFMG que:

9.5.1. expeça novos atos em substituição aos originais, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, es-

coimados das irregularidades apontadas nos autos, inclusive com a adoção da providência determinada no subitem 9.4 acima, para que sejam submetidos à apreciação deste Tribunal, na forma do art. 260, caput, também do RI/TCU, sem prejuízo de determinar, ainda, que, em relação aos atos referenciados no subitem 9.3. acima, faça constar dos respectivos proventos apenas o valor, caso ainda subsista, da vantagem pessoal a que fariam **jus** os interessados - a título de irredutibilidade de vencimentos - no momento da concessão do benefício, considerando, para tanto, o enquadramento original dos servidores no Regime Jurídico Único, ocorrido em 01/01/1991, bem como as compensações decorrentes dos acréscimos remuneratórios subseqüentes;

9.5.2. comunique aos interessados acerca da presente deliberação do Tribunal, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.6. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação das determinações constantes dos subitens 9.3., 9.4. e 9.5. do presente Acórdão.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0292-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (na Presidência), Guilherme Palmeira (Relator), Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 293/2007- TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo n.º TC-006.893/2006-0
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados: Edwiges de Azevedo Faria (CPF n.º 124.413.416-34); Marcia Myriam Rotello (CPF n.º 278.084.166-49); Maria Alves do Nascimento Guimarães (CPF n.º 851.221.306-04); Maria Gorete Barbosa Ribas (CPF n.º 195.721.406-63); Marinha das Graças Sá de Carvalho (CPF n.º 245.247.606-44); Marli Soares (CPF n.º 297.907.866-20); Nazir Moraes da Silva (CPF n.º 012.082.226-19); Romualdo Fernandes dos Santos (CPF n.º 130.371.966-53); Sebastião dos Reis Faria (CPF n.º 296.581.796-49); Therezinha Maria Baeta (CPF n.º 081.171.876-04)
4. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
5. Relator: Ministro Guilherme Palmeira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIP
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas a servidores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de fls. 2/6, de Marcia Myriam Rotello; fls. 7/11, de Maria Alves do Nascimento Guimarães; fls. 12/16, de Maria Gorete Barbosa Ribas; fls. 17/21, de Marinha das Graças Sá de Carvalho; fls. 22/26, de Marli Soares; fls. 27/31, de Nazir Moraes da Silva; fls. 32/36, de Romualdo Fernandes dos Santos; fls. 37/41, de Sebastião dos Reis Faria; fls. 42/46, de Therezinha Maria Baeta; e fls. 47/52, de Edwiges de Azevedo Faria, com conseqüente recusa de seus registros;

9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, pelos inativos, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;

9.3. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, seja determinado à Universidade Federal de Minas Gerais que, relativamente aos servidores relacionados no subitem 9.1 acima, não contemplados pela decisão judicial proferida no âmbito do MSC 2003.38.00.020924-5:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. expeça novos atos em substituição aos originais, fazendo constar dos respectivos proventos apenas o valor, caso ainda subsista, da vantagem pessoal a que fariam jus os interessados - a título de irredutibilidade de vencimentos - no momento da concessão do benefício, considerando, para tanto, o enquadramento original dos servidores no Regime Jurídico Único, ocorrido em 01/01/91, bem como as compensações decorrentes dos acréscimos remuneratórios subseqüentes;

9.2.3. proceda à emissão de novo ato da Srª Marli Soares (fls. 22/26), com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, escoimado da irregularidade apontada nos autos, para que seja submetido à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, também do Regimento Interno do TCU;

9.3.4. comunique aos interessados acerca da presente deliberação do Tribunal, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação das determinações constantes do subitem 9.3 supra.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0293-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (na Presidência), Guilherme Palmeira (Relator), Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 294/2007- TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo n.º TC-006.896/2006-1
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados: Maria da Conceição Guimarães (CPF n.º 109.713.356-72); Maria da Conceição Marques Rubinger (CPF n.º 249.501.816-53); Maria da Graça Soares (CPF n.º 102.651.206-91); Maria do Perpetuo Socorro Almeida Siqueira Lopes (CPF n.º 119.098.546-20); Maria Luzia Dias Lima (CPF n.º 132.570.996-49); Marlene Ferreira de Souza (CPF n.º 125.100.176-91); Neusa Maria da Silva (CPF n.º 278.950.416-49); Regina Célia Santos (CPF n.º 132.573.666-04); Regina Maria José Pinto Santos (CPF n.º 318.706.276-87); Zenita Vieira (CPF n.º 227.606.446-34)
4. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
5. Relator: Ministro Guilherme Palmeira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIP
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas a servidores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria de Maria da Conceição Guimarães (fls. 2/6), de Maria da Conceição Marques Rubinger (fls. 7/11), de Maria da Graça Soares (fls. 12/17), de Maria do Perpetuo Socorro Almeida Siqueira Lopes (fls. 18/22), de Maria Luzia Dias Lima (fls. 23/27), de Marlene Ferreira de Souza (fls. 28/32), de Neusa Maria da Silva (fls. 33/37), de Regina Célia Santos (fls. 38/42), de Regina Maria José Pinto Santos (fls. 43/47) e de Zenita Vieira (fls. 48/53), com conseqüente recusa de seus registros;

9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, pelos inativos, consoante o disposto na Súmula n.º 106 deste Tribunal;

9.3. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, seja determinado à Universidade Federal de Minas Gerais que, relativamente aos servidores relacionados no subitem 9.1 acima, não contemplados pela decisão judicial proferida no âmbito do MSC 2003.38.00.020924-5, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, seja determinado à Universidade Federal de Minas Gerais que, relativamente aos servidores relacionados no subitem 9.1 acima, contemplados pela decisão judicial proferida no âmbito do MSC 2003.38.00.020924-5, reveja seus proventos, de modo que, a partir de julho/2003, mês em que proferida a mencionada sentença de primeira instância, os valores alusivos ao "gatilho salarial - 20%", conferidos aos inativos, sejam pagos sob a forma de vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), no exato valor percebido pelos interessados em junho/2003, sujeita exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, desvinculando, dessa forma, a parcela do "gatilho - 20%" de qualquer outra rubrica integrante dos proventos dos servidores."

9.5. determinar à UFMG que:

9.5.1. expeça novos atos em substituição aos originais, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, escoimados das irregularidades apontadas nos autos, inclusive com a adoção da providência determinada no subitem 9.4 acima, para que sejam submetidos à apreciação deste Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, também do Regimento Interno do TCU;

9.5.2. comunique aos interessados acerca da presente deliberação do Tribunal, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.6. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação das determinações constantes dos subitens 9.3., 9.4. e 9.5. do presente Acórdão.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0294-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (na Presidência), Guilherme Palmeira (Relator), Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 296/2007- TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC nº 005.128/2006-9
2. Grupo II - Classe VI - Representação
3. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex/AC)
4. Entidade: Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre)
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secex-AC
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, discutidos e relatados estes autos de representação formulada pela Secex/AC levando a conhecimento deste Tribunal suposta irregularidade em procedimento licitatório conduzido pela Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre (Edital nº 003/2006).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com base no art. 237, inc. VII do Regimento Interno/TCU, a presente representação, para considerá-la prejudicada, por perda do objeto, em face da anulação do certame licitatório pelo Presidente da Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre;

9.2. determinar à Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre que se abstenha de utilizar a modalidade licitatória denominada pregão, seja presencial ou eletrônico, para a contratação de obras de engenharia, atendendo aos ditames estabelecidos pela Lei nº 10.520/2002 (art. 1º e seu parágrafo único), bem como pelos arts. 5º e 6º dos Decretos nº 3.555/2000 e 5.450/05, respectivamente;

9.3. determinar à Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre que, com respeito à utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), observe o seguinte:

9.3.1. não há amparo legal para adoção desse procedimento para contratação de obras de engenharia;

9.3.2. atente as condições previstas nos incisos I a IV do art. 2º do Decreto nº 3.931/2001, caso opte pela utilização do SRP.

9.4. arquivar o presente processo, na forma do art. 169, inciso IV, do RI/TCU, uma vez cumprido o objetivo para o qual foi constituído.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0296-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler (Relator) e Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃO Nº 297/2007 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.534/2006-3 (com 1 volume)
2. Grupo I - Classe VI - Representação
3. Entidade: Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - MPS
4. Interessada: PH Serviços e Administração Ltda.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: 4ª Secex
8. Advogado constituído nos autos: Eduardo Antar Ribeiro (OAB/BA 11.998)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela empresa PH Serviços e Administração Ltda.,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 237, inciso VII, e parágrafo único, e 276, § 3º, do Regimento Interno, e no art. 132 da Resolução 191/2006, em:

9.1. acolher as justificativas apresentadas pela Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais do Ministério da Previdência Social - CGLS/MPS ;

9.2. conhecer da representação e considerá-la improcedente;

9.3. revogar os efeitos da medida cautelar concedida em 5/1/2007, que determinou a suspensão dos procedimentos decorrentes do Pregão Eletrônico/MPS nº 20/2006, de 30 de novembro de 2006.;

9.4. dar ciência do relatório, voto e acórdão à Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais do Ministério da Previdência Social - CGLS/MPS e a representante; à empresa autora da presente representação, PH Serviços e Administração Ltda., e à vencedora do certame ZL Ambiental Ltda.; e

9.5. arquivar o processo.

10. Ata nº 6/2007 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 6/3/2007 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0297-06/07-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (Presidente), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz (Relator).

SUSTENTAÇÃO ORAL

Quando da apreciação do processo nº 018.858/2004-7, referente ao Pedido de Reexame interposto contra o Acórdão nº 1.329/2005 - 2ª Câmara (Ata nº 29/2005) de relatoria do Ministro Ubiratan Aguiar, apresentou sustentação oral, o Dr. Walter Costa Porto, em nome de Marco Aurêlio de Alcântara.

PEDIDO DE VISTA

Diante de pedido de vista formulado pela Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira (art. 112 do Regimento Interno), foi suspensa a discussão e votação do processo nº 018.084/1984-2, antes de haver o Relator, Ministro Ubiratan Aguiar, proferido seu Voto e respectiva Minuta de Acórdão.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DA PAUTA

A requerimento dos respectivos Relatores, foram excluídos da Pauta nº 6/2007 citada, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

a) nº 019.718/2004-0 (Ministro Guilherme Palmeira);
b) nº 013.260/2004-0 (Ministro Benjamin Zymler); e
c) nº 003.647/2003-8 (Ministro Araldo Cedraz).

NÚMEROS DE ACÓRDÃOS NÃO UTILIZADOS

Não foram utilizados na numeração dos Acórdãos os n°s 262 e 295 referentes à exclusão de pauta e ao pedido de vista, durante a Sessão, dos processos nºs 019.718/2004-0 e 018.084/1984-1, respectivamente.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Ubiratan Aguiar, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, Ministro Guilherme Palmeira.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos da Segunda Câmara, às dezessete horas e eu, Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos, Subsecretária da Segunda Câmara, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidência.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Aprovada em 7 de março de 2007.

GUILHERME PALMEIRA
Presidente da Segunda Câmara

ADITAMENTO À PAUTA Nº 7 (EXTRAORDINÁRIA)
Sessão em 13 de março de 2007

Nos termos dos §§ 9º e 10º do art. 141 do Regimento Interno, foi incluído na Pauta nº 7/2007 - Segunda Câmara, para apreciação na Sessão Extraordinária a se realizar no dia 13/3/2007, o(s) seguinte(s) processo(s):

PROCESSOS RELACIONADOS

Classe II - TOMADAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS

- Relator, Ministro Aroldo Cedraz

TC 006.421/1996-2 (com 1 volume)
Apenso: TC 928.803/1998-8
Natureza: Tomada de Contas
Responsável: Fábio Soares Carmo (CPF 005.261.424-72)
Órgão: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha - DPMM.
Exercício: 1995

TC 012.114/2005-5
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Kleine Helaine Quirido (CPF 223.672.841-72); Cid Furtado Filho (CPF 350.591.090-20); Neiva Renck Maciel (CPF 157.234.020-72), Romeu Rodrigues da Silva (CPF 084.571.151-20); Paulo Cesar Bezerra de Lima (CPF 032.824.798-75); José Cláudio Murat Ibrahim (CPF 387.692.987-34); David Pinheiro Montenegro (CPF 191.926.903-78)
Órgão: Gabinete do Ministro - MPS
Exercício: 2004

TC 006.287/2000-0 (com 1 volume)
Apensos: TCs 002.801/2000-0, 015.045/1999-4 e 012.135/1999-2.
Natureza: Tomada de Contas
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região - DF
Exercício: 1999
Responsáveis: Sérgio Luiz Barbosa Vargas (CPF 245.294.601-00); Cláudia Cristina Reis Coury (CPF 717.632.527-87); Jodeir Rodrigues da Silva (CPF 270.815.836-87); Sebastião Carlos Tito Pereira (CPF 614.732.948-00); Vanda da Silva Laranjeiras (CPF 037.376.167-87); Vicentina de Fátima Teixeira (CPF 530.198.066-15); Francisco Moacir Franco Alves (CPF 553.098.361-87); Hamilton de Almeida Júnior (CPF 024.332.811-72); Gizelda Vieira (CPF 183.625.911-53); Ivana Quaranta Trindade Silva (CPF 072.933.721-91); Yolanda de Oliveira Neves (CPF 276.129.701-63)

TC 011.872/2005-2
Natureza: Tomada de Contas
Entidade: Secretaria de Reordenamento Agrário/MDA
Responsáveis: José Carlos Angulski Chagas (CPF: 200.353.737-68); João Leonel dos Anjos (CPF: 971.152.908-49); Armando Sebastião Chagas de Carvalho (CPF: 002.054.784-68); Ricardo da Cunha Rego (CPF: 013.766.164-91); Renan Lisboa Saldanha (CPF: 044.524.077-65); Érika Fernandes Coelho Ferreira (CPF: 875.761.801-10); Marcellus Samir Salles (CPF: 796.620.997-00); Luiz Cláudio Monteiro Morgado (CPF: 120.687.788-07); Maria Ângela da Silva Batista (CPF: 442.825.246-34); Eugênio Conolly Peixoto (CPF: 194.299.914-34); Hélio Roberto Novoa da Costa. CPF: 412.893.747-91); Dino Sandro Borges de Castilho (CPF: 686.184.929-49); João Leonel dos Anjos (CPF: 971.152.908-49); Dino Sandro Borges de Castilho (CPF: 686.184.929-49); Armando Sebastião Chagas de Carvalho (CPF: 002.054.784-68); Ana Cristina Olímpio Guedes Spinelli (CPF: 673.375.624-20); Marcellus Samir Salles (CPF: 796.620.997-00)
Exercício: 2004

TC 012.138/2005-7 (com 3 volumes)
Natureza: Tomada de Contas
Órgão: Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA
Responsáveis: Guilherme Cassel (CPF 303.570.800-25); Renata Leite Manoel de Jesus (CPF 111.581.258-01); Gercino José da Silva Filho (CPF 211.532.306-82); Andrea Lorena Butto Zarzar (CPF 415.384.634-15); Argileu Martins da Silva (CPF 473.494.256-00); José Arnaldo de Brito (CPF 511.174.874-15); Arnoldo Anacleto de Campos (CPF 877.064.669-49); Márcio Fontes Hirata (CPF 076.842.478-08); Aloisio Lopes Pereira de Melo (CPF 110.006.078-28); Jorge Eduardo Levi Mattoso (CPF 010.118.868-47); José Trindade Neto (CPF 144.470.701-97); Maurício Borges Guimarães (CPF 595.980.777-72); Marluce dos Santos Lima (CPF 284.974.221-04); Maria Goretti Cezar Azevedo (CPF 365.107.181-20); Maria da Conceição Menezes Simões (CPF 043.138.602-15); Heloisa Barbosa Cabilo de Santana (CPF 144.884.261-15); Margarida Maria Ferreira de Barros (CPF 491.868.507-25); Cilair Rodrigues de Abreu (CPF 908.073.407-15); Jadir Gomes Rabelo (CPF 182.620.151-34); Raimunda Alves da Silva Lima (CPF 257.767.897-53); Alexandre Lemos Coelho Neto (CPF 019.751.077-99); Etevaldo Inácio Oliveira Carneiro (CPF 666.929.385-20); Alexandre Gomes de Souza Júnior (CPF 477.758.581-68); Reinaldo Pena Lopes (CPF 181.155.356-72); Danilo Prado Garcia Filho (CPF 190.021.735-04); Gercino José da Silva Filho (CPF 211.532.306-82); Dino Sandro Borges de Castilhos (CPF 686.184.929-49); José Humberto de Oliveira (CPF 171.052.265-87); Armando Sebastião Chagas de Carvalho (CPF 002.054.784-68); Pedro Correia Lima Neto (CPF 090.514.811-87); Marcelo Duncam Alencar Guimarães (CPF 296.181.007-82); Tania Maria de Melo (CPF 567.853.644-34); Ana Cristina Olimpio Guedes Spinelli (CPF 673.375.624-20); e Marcellus Samir Salles (CPF 796.620.997-00).
Exercício: 2004

TC 011.988/2002-3 (com 3 volumes e 1 anexo)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: José Maria Muniz de Castro (CPF 022.125.792-68)
Órgão: Prefeitura Municipal de Iranduba - AM

TC 017.437/2000-8 (com 1 volume)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Hospital e Maternidade Maria Suelly Nogueira Pinheiro (CNPJ 07.733.256/0001-57).
Entidade: Hospital e Maternidade Maria Suelly Nogueira Pinheiro

TC 020.587/2006-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: José Luiz Marzulo Patella (CPF 146.072.710-04)
Órgão: Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar - RS

TC 015.838/2005-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Reginaldo Batista Avelar (CPF 483.225.557-68)
Órgão: Prefeitura Municipal de Santa Maria da Cruz - MG

TC 003.869/2003-6 (com 12 volumes e 1 anexo).
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Isabel Cristina Medeiros de Oliveira (CPF 892.736.480-53)
Entidade: Conselho Federal de Representantes Comerciais

TC 018.211/2004-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Responsável: Daisy Gomes Gualberto (CPF 283.028.776-20).

TC 009.975/2006-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Mocajuba/PA
Responsável: Rodolfo de Almeida Bacha (CPF 014.027.652-15)

TC 012.790/2006-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Lafaiete/MG
Responsável: Vicente Faria Paiva, ex-prefeito (CPF 002.766.696-49)

TC 008.703/2006-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/MG
Responsável: Custódio Antônio de Mattos (CPF 221.421.507-72)

TC 019.602/2006-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Inhapi/AL
Responsável: Celso Luiz Tenório Brandão, ex-prefeito (CPF 348.720.434-72).

TC 013.018/2005-3 (com 1 volume)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Campo Belo/MG
Responsável: Nacib Duarte Bechir (CPF 318.039.976-72)

TC 009.947/2005-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Caetanópolis/MG
Responsável: José Fábio Santana (CPF 097.919.066-53)

TC 020.043/2005-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Otto Ferreira Maia (CPF 349.920.576-91
Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Leste/MG

TC 013.167/2005-3
Natureza: Prestação de Contas
Entidade: Ministério de Minas e Energia
Responsável(eis): Ana Clara da Silva Moura (CPF 598.649.317-68); Carlos Alberto Siqueira Gomes (CPF 771.775.767-20); e Julio Alfredo Klein Junior (CPF 314.880.727-87).
Entidade: TSS Participações S/A
Exercício: 2004

TC 012.556/2004-9
Natureza: Prestação de Contas
Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Responsáveis: José Antonio de Souza Veiga (CPF 453.261.187-34); Regina Celia Lopes (CPF 228.338.387-00); Maria da Conceição Estellita Vianni (CPF 590.886.647-49); Antonio Kirk Palma Lima (CPF 379.494.707-04); Geisa Aparecida Silva (CPF 017.976.917-08); Delcio dos Santos Canevelo (CPF 350.047.627-91); Amaury Jorge de Magalhães (CPF 115.932.587-87); Carlos Alberto Gomes da Rocha, 582.859.117-72); Jonil Rodrigues Loureiro (CPF 029.477.307-04); Maxwel Ribeiro Moreira (CPF 312.105.977-72); Carlos Alberto da Rocha Rosa (CPF 362.637.537-49); Niceas Alencar da Silva (CPF 440.583.904-25); Amparo Villa Cupolillo (CPF 790.646.397-87); Thompson da Gama Moret Santos (CPF 823.662.847-72); Wellington da Silva Cortes (CPF 856.794.707-30); Valdemir Paulo Marques (CPF 961.330.071-68); Fausto Aita Gai (CPF 004.794.707-15); João Silvio Brandão Silva (CPF 005.046.997-50); Olavo Brandão Carneiro (CPF 005.047.117-17); Adriano Lucio Peracchi (CPF 012.990.857-68); Enio Vinicius Meireles Pires (CPF 071.556.967-81); André Luis Gonçalves de Oliveira (CPF 076.431.237-56); Felipe Aragão Alves Passeri (CPF 079.240.537-43); Gelma Boniares de Cristo (CPF 084.955.597-30); Eliza Helena de Souza Faria (CPF 104.915.971-34); Regina Celia Lopes Araújo (CPF 228.338.387-00); Zelson Giacomo Loss (CPF 252.310.657-49); Alda Maria Magalhães D'Almeida Silva (CPF 309.506.007-68); Silvestre Prado de Souza Neto (CPF 318.481.097-68); Laerte Grisi (CPF 374.981.778-20); Nelson Jorge Moraes Matos (CPF 474.258.817-72); Ricardo da Silva Pereira (CPF 491.453.477-00); Nelson Moura Brasil do Amaral Sobrinho (CPF 509.422.127-20); Luis Otávio Nunes da Silva (CPF 549.634-357-72); Marcos Antonio José dos Santos (CPF 594.027.337-87); Pedro Paulo de Oliveira Silva (CPF 709.955.917-68); Mario Marcos Piratello Freitas de Souza (CPF 779.781.101-68)
Exercício: 2003

TC 013.119/2005-6
Natureza: Prestação de Contas Simplificada
Entidade: Transportadora Amazonense de Gás S/A
Exercício: 2004

TC 015.808/2006-8
Natureza: Prestação de Contas Simplificada
Entidade: Indústria Carboquímica Catarinense S/A - ICC (em liquidação).
Responsáveis: Júlio Alfredo Klein Júnior (CPF 314.880.727-87); Silvio Nunes do Nascimento (CPF 289.097.049-34); Wilson de Barros (CPF 066.588.307-20); José Frederico da Cunha Souza (CPF 005.353.974-53); Jorge da Costa Marques (CPF 287.292.347-00); Carlos Alberto Siqueira Gomes (CPF 771.775.767-20); Omar Cardoso Valle (CPF 026.457.697-72); Sérgio Bonfim Paes (CPF 750.180.556-34); Carlos Alberto Macena Ferreira (CPF 612.778.197-34); Luiz Antônio Cardoso (CPF 042.141.188-04)
Exercício: 2005

Classe III - AUDITORIAS E INSPEÇÕES

- Relator, Ministro Aroldo Cedraz

TC 013.407/2004-3 (com 1 volume)
Natureza: Relatório de Monitoramento
Interessado: Manoel Catarino Paes Peró (CPF 051.554.601-15)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - FUFMS

TC 012.783/2004-7 (com 5 volumes)
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsável: Francisco César de Sá Barreto (CPF. 008.720.326-04) e Ana Lúcia Almeida Gazzola (CPF 374.082.756-49)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
TC 008.970/2006-0 (com 2 volumes; 4 anexos em 6 volumes)
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsável: Neyval José de Andrade (CPF. 260.920.266-00, Sidney Chaves (CPF. 044.135.716-49)
Órgão: Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena - MG

TC 021.804/2005-6 (com 1 volume)
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Período: 20/11/2006 a 01/12/2006

TC 007.001/2005-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsável: Francisco Luiz Cordeiro Guimarães (CPF 081.779.296-15)
Entidade: Prefeitura Municipal de Pompéu - MG
Período: 13/06 a 17/06/2005

TC 018.698/2004-1(com 5 volumes e 4 anexos)
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão: Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal
Responsável: Arnaldo Bernardino Alves (CPF 318.311.094-68) e Laércio Inácio Cardoso (CPF 102.305.991-68)
Período: janeiro de 2003 a setembro de 2004

Classe IV - ATOS DE ADMISSÃO

- Relator, Ministro Aroldo Cedraz

TC 000.804/2007-0
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Ministério da Educação
Interessados: Alderi Alves de Oliveira e outros

TC 000.805/2007-8
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Ministério da Educação
Interessados: Andre Silveira da Silva e outros

TC 000.821/2007-1
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Ministério da Educação
Interessados: Geana Carla Fernandes e outros

TC 000.822/2007-9
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Ministério da Educação
Interessados: Leonor Cristina Cabral de Melo e outros

TC 002.458/2007-9
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Ministério da Educação
Interessados: Acacia de Paula Lacerda e outros

TC 002.922/2007-3
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Ministério da Educação
Interessados: Alexandre Xavier Martins e outros

TC 002.931/2007-2
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Ministério da Educação
Interessados: Adriana Aparecida Pereira Magalhaes e outros

TC 011.050/2005-1
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Ministério da Previdência Social
Interessados: Andreia Regina Penafiel e outros

TC 024.987/2006-6
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Ministério da Previdência Social
Interessados: Aline Juliana Barbosa Cesar e outros

TC 012.386/2006-3
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Ministério de Minas e Energia
Interessados: Carlos Lopes de Almeida e outros TC 000.166/2006-7
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Ministério de Minas e Energia
Interessados: Alex Ferreira Borges e outros

TC 022.601/2006-6
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Ministério de Minas e Energia
Interessados: Abelanito Moreira Oliveira e outros

TC 022.603/2006-0
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Ministério de Minas e Energia
Interessados: José de Souza Cruz e outros

- Relator, Ministro Benjamin Zymler

TC-021.995/2005-6
Natureza: Atos de Admissão
Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Interessados: Adriana Soares Leite e outros

TC-000.018/2007-2
Unidade: Ministério Público do Trabalho
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabiana Diogo Braga e outros

TC-000.823/2007-6
Natureza: Atos de Admissão
Unidade: Ministério Público Federal
Interessados: Ana Paula Rego Barros Cabral de Vasconcelos e outros

Classe V - APOSENTADORIAS, REFORMAS E PENSÕES

- Relator, Ministro Aroldo Cedraz

TC 013.309/1997-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério da Fazenda
Interessados: Creso de Carvalho Coutinho e outros

TC 855.509/1997-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério da Fazenda
Interessados: José Medeiros de Souza e outros

TC 019.327/2006-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério da Previdência Social
Interessada: Sonia Reni Lemos

TC 000.522/2007-2
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Interessados: Aguinaldo Hélcio Guimarães e outros

TC 007.731/2006-6
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Interessados: Carlos Eduardo Calciolari de Lima e outros

TC 007.732/2006-3
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Interessados: Alexsandro Lima de Almeida e outros

TC 007.733/2006-0
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Interessada: Terezinha de Sousa Costa, Victor Oscar de Sousa Costa.

TC 029.480/2006-0
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Interessados: Augusta Ventura e outros

TC 854.986/1997-9
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Tribunal Regional Eleitoral/AM
Interessados: Ana Suely Cordeiro Braga e Darcy Cordeiro Braga.

- Relator, Ministro Benjamin Zymler

TC-029.509/2006-0
Natureza: Pensão Civil
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais
Interessados: Amenadia Ana dos Reis e outros

TC-004.066/1996-0
Natureza: Pensão Civil
Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
Interessados: Adriana Caldas Baima e outros

Classe VI - REPRESENTAÇÕES

- Relator, Ministro Aroldo Cedraz

TC 019.628/2005-0
Natureza: Representação
Interessado: 1ª Vara do Trabalho de São Bernardo do Campo - TRT da 2ª Região - SP
Órgão: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

TC 026.760/2006-0
Natureza: Representação
Interessado: 2ª Vara do Trabalho de Itapecerica da Serra - TRT da 2ª Região - SP
Órgão: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

TC 026.758/2006-2
Natureza: Representação
Interessado: 5ª Vara do Trabalho de São Bernardo do Campo - TRT da 2ª Região - SP
Órgão: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

TC 024.927/2006-8
Natureza: Representação
Interessado: 1ª Vara do Trabalho de Mauá - TRT da 2ª Região - SP
Órgão: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

TC 018.685/2005-1
Natureza: Representação
Interessado: 1ª Vara do Trabalho de Santos - TRT da 2ª Região - SP
Órgão: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

TC 027.053/2006-2
Natureza: Representação
Interessado: 1ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul - TRT da 2ª Região - SP
Órgão: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

TC 021.646/2006-3
Natureza: Representação
Interessado: 1ª Vara do Trabalho de Jandira - TRT da 2ª Região - SP
Órgão: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

TC 002.223/2006-4
Natureza: Representação
Interessado: 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho - TRT da 2ª Região - SP
Órgão: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

TC 027.054/2006-0
Natureza: Representação
Interessado: 1ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul - TRT da 2ª Região - SP
Órgão: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

TC 026.628/2006-8
Natureza: Representação
Interessado: 1ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul - TRT da 2ª Região - SP
Órgão: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

TC 005.695/2006-9
Natureza: Representação
Interessado: 1ª Vara do Trabalho de Diadema - TRT da 2ª Região - SP
Órgão: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

TC 000.945/2007-9
Natureza: Representação
Interessado: Higitec Higienização e Terceirização Ltda
Órgão: Senado Federal

TC 016.580/2006-9
Natureza: Representação
Interessado: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União
Órgão: Prefeitura Municipal de Seretinga/MG

TC 020.337/2004-7 (com 2 anexos)
Natureza: Representação
Interessado: Renato Santa Saraiva, Vereador de Porto Firme/MG
Órgão: Prefeitura Municipal de Porto Firme/MG

TC 011.699/2005-5 (com 01 anexo)
Apenso: TC 013.651/2005-0
Natureza: Representação
Interessado: Francisco Antônio de Barros e Silva Neto, Juiz Federal
Órgão: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Recife - PE

TC 020.601/2006-7
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Ceará
Órgão: Prefeitura Municipal de Quiterianópolis - CE

TC 008.050/2006-8 (com 01 anexo)
Natureza: Representação
Interessado: Partidos Políticos - PMDB, PT e PSC - Seções Municipais
Órgão: Prefeitura Municipal de Altamira - PA

TC 015.627/2006-2 (com 03 anexos)
Apenso: TC 016.021/2006-6
Natureza: Representação
Interessado: Tecnolta Equipamentos Eletrônicos Ltda
Órgão: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

TC 001.352/2004-0 (com 01 volume)
Natureza: Representação
Interessado: Procuradoria da República no município de Pelotas - RS
Órgão: Fundação Universidade Federal de Pelotas - RS

TC 022.238/2006-4
Natureza: Representação
Interessado: Alexandre José Barata Pinheiro - Chefe da Divisão de Convênios/MS
Órgão: Prefeitura Municipal de Jacundá - PA

TC 000.837/2007-1
Natureza: Representação
Interessado: Claudinei da Silva Campos, Juiz do Trabalho da 18ª Vara do Trabalho de Brasília-DF
Órgão: Fundação Universidade de Brasília - FUB

TC 012.702/2006-5
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal de Contas dos Municípios no Ceará
Órgão: Prefeitura Municipal de Senador Pompeu - CE

TC 019.608/2006-5
Natureza: Representação
Interessado: Carlos Alexandre R. de Souza Menezes, Procurador da República
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Estado do Pará.

PROCESSOS UNITÁRIOS

Classe I - RECURSOS

- Relator, Ministro Benjamin Zymler

TC-002.972/2004-0 (c/ 4 anexos e 1 juntado: TC-450.149/1988-9)
Natureza: Pedido de Reexame
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - TRT-PA
Interessados: Francisca Pinto Costa (CPF: 426.145.462-91), José Jacy Ribeiro Aires, (CPF: 001.350.382-00), Raimundo Lopes da Conceição (CPF: 008.471.002-00) e Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região
Advogado constituído nos autos: Hermes Tupinambá - OAB/PA 8.432)

TC-014.542/2001-8
Natureza: Embargos de Declaração
Órgão: Prefeitura Municipal de Canindé/CE
Interessado: Luiz Ximenes Filho (CPF: 025.861.343-20)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.084/2005-9 (c/ 01 anexo)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Marilândia do Sul/PR
Interessado: Ivan Carlos Beligni (CPF: 205.175.219-20)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.246/1999-5
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Prefeitura Municipal de Riachão das Neves/BA
Interessado: Nemício Chrisostomo Filho (CPF: 071.746.165-34)
Advogado constituído nos autos: Hamilton Santana de Lima (OAB/DF 9821) e Márcio Moreira Ferreira (OAB/BA 18.711)

TC-007.784/2000-0 (com 6 volumes e 2 anexos).
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Centro Técnico Aeroespacial - CTA.
Recorrentes: Aluizio Weber, CPF nº 040.404.068-34, Álvaro Follador, CPF nº 016.120.269-15 e Paulo José da Silva Souza., CPF nº 715.463.678-53.
Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto, OAB/DF nº 6.098 e Antônio Perilo Netto, OAB/DF nº 2.994-e.

- Relator, Ministro Ubiratan Aguiar

TC-016.402/1999-5 - (com 2 volumes, juntos: TC-009.950/1999-0 e TC-011.183/2003-1)
REVISOR: MINISTRO BENJAMIN ZYMLER
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Unidade Jurisdicionada: Município de Caldas Brandão/PB.
Recorrente: Saulo Rolim Soares, ex-Prefeito (CPF nº 186.001.074-15)
Advogado constituído nos autos: Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 1663), Newton Nobel Sobreira Vita (OAB/PB 10204), Edward Johnson G. de Abrantes (OAB/PB 8.438), Klebert Marques de França (OAB/PB 11193)

Classe II - TOMADAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS

- Relator, Ministro Aroldo Cedraz

TC 013.073/2005-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Responsável: Cirilo Pinto de Moura (CPF 337.462.576-20).

- Relator, Ministro Benjamin Zymler

TC-020.525/2004-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Secretaria do Estado da Saúde de Alagoas - SESAU
Responsáveis: Amália Maria de Amorim Uchôa (CPF: 134.187.774-49), Jurandir Bóia Rocha (CPF: 192.135.227-20) e Álvaro Antônio Melo Machado (CPF: 151.692.514-91)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.934/2004-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Camalaú/PB
Responsáveis: Antônio Carlos Chaves Ventura, ex-Prefeito (CPF: 027.296.954-00) e Construtora Boa Vista Ltda. (CNPJ: 03.981.888/0001-89)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe III - AUDITORIAS E INSPEÇÕES

- Relator, Ministro Aroldo Cedraz

TC 016.687/2002-2 (com 26 volumes)
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco - Cefet/PE.
Responsáveis: Webster Silva Campelo (ex-Diretor de Administração e Planejamento), CPF 105.867.844-20; Maria Helena Passos de Alencar (ex-Diretora-Geral), CPF 099.020.584.34; Franklin de Araújo Lima (ex-Diretor de Administração e Planejamento), CPF 102.632.174-34; Moacyr Ramos Samarcos Júnior (ex-Diretor de Administração e Planejamento), CPF 066.998.714-04; Xênia Luna Alves de Souza (ex-Diretora-Geral), CPF 094.076.694-91; Xistófanes Pessoa de Luna (ex-Diretor-Geral), CPF 165,335.264-72; José Viana de Carvalho (ex-Diretor-Geral), CPF 015.452.304-63; Ionaldo Barbosa de Souza (ex-Diretor de Administração e Planejamento), CPF 080.943.224-20; Ebenezer Paraíso Vilela (ex-Diretor-Geral), CPF 104.175.674-72; Valéria Américo Dantas (ex-Diretora de Pessoal), CPF 307.785.061-34; Marcílio Accioly Xavier (ex-Diretor de Relações Empresariais e Comunitárias), CPF 123.015.154-00; Sérgio Guimarães da Costa Florido (ex-Diretor da Unidade Sede), CPF 033.986.414-15; e Rosemar Gomes de Santana (ex-Diretor de Administração e Planejamento), CPF 062.050464-15.
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - CONCESSÕES DE APOSENTADORIAS, REFORMAS E PENSÕES

- Relator, Ministro Benjamin Zymler

TC-008.705/1995-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
Interessados: Marília Grandi Monteiro Morgado Horta, Epaminondas do Amaral Filho e Carmen Lúcia Coelho da Silva
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 8 de março de 2007
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 9, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2007

O DIRETOR ADMINISTRATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 1º da Portaria nº 18/2005, da Diretoria Geral,

Considerando que a empresa Diagonal Equipamentos Científicos Ltda., domiciliada na SEPS EQ 712/912 – Conjunto "B" - Bloco 1 – Sala 219/221- Brasília/DF, inscrita sob o CNPJ n.º 02.003.101/0001-41, recusou-se a assinar o contrato a que estaria obrigada como decorrência de sua adjudicação em parte do objeto relacionado no Convite n.º 41/2006, incidindo nas penalidades previstas em seu subitem 8.1.1, conforme regularmente apurado no Processo n.º 103.549/2006, resolve:

Aplicar à referida empresa as seguintes penalidades:

a) multa de R$873,60 (oitocentos e setenta e três reais e sessenta centavos), segundo o que dispõe o subitem 8.1.1 do Convite n.º 41/2006 e, ainda, com suporte no art. 87, II da Lei de Licitações;

b) suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara dos Deputados pelo período de 6 (seis) meses, conforme a previsão do precitado dispositivo e, também, com fulcro no art. 87, III da mesma Lei.

JOSÉ CARLOS PEREIRA

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PRESIDÊNCIA

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 7 DE MARÇO DE 2007

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO E DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, com fundamento no art. 26 da Lei nº 11.416, de 15.12.2006, publicada no Diário Oficial da União, de 19.12.2006, resolvem:

Art. 1º Regulamentar os seguintes dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, na forma dos anexos adiante especificados:

I - Adicional de Qualificação - Anexo I;

II - Gratificação de Atividade Externa - Anexo II;

III - Gratificação de Atividade de Segurança - Anexo III;

IV - Desenvolvimento na Carreira - Anexo IV.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra ELLEN GRACIE
Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça

Ministro CEZAR PELUSO
Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral

Ministro BARROS MONTEIRO
Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal

Ministro RIDER NOGUEIRA DE BRITO
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Ministro General de Exército MAX HOERTEL
Presidente do Superior Tribunal Militar
Desembargador LÉCIO RESENDE DA SILVA

Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS UNIFORMES
(LEI Nº 11.416/2006, ART. 26)
ANEXO I
REGULAMENTO DO ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 1º O Adicional de Qualificação - AQ, instituído pelo art. 14 da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, destina-se aos servidores das carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União, em razão dos conhecimentos adicionais adquiridos em ações de treinamento e cursos de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, em áreas de interesse dos órgãos do Poder Judiciário da União, observando-se os critérios e procedimentos estabelecidos neste ato.

§ 1º É vedada a concessão do adicional quando o curso ou a ação de treinamento especificados em edital de concurso público constituírem requisito para ingresso no cargo de provimento efetivo.

§ 2º A concessão do adicional não implica direito do servidor para exercer atividades vinculadas ao curso ou à ação de treinamento quando diversas das atribuições de seu cargo efetivo.

Art. 2º O adicional somente é devido aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo das Carreiras de Analista Judiciário, de Técnico Judiciário e de Auxiliar Judiciário do Poder Judiciário da União, na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.

Art. 3º O servidor cedido não perceberá o adicional durante o afastamento, salvo na hipótese de cessão para órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União e da administração pública direta do Poder Executivo Federal, na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.

Art. 4º Em nenhuma hipótese o servidor perceberá cumulativamente mais de um percentual dentre os previstos nos incisos I a III do art. 15 da Lei nº 11.416/2006.

Parágrafo único. O adicional decorrente de ações de treinamento previsto no inciso V do art. 15 da Lei nº 11.416/2006 poderá ser percebido cumulativamente com um daqueles previstos no caput deste artigo.

Seção II
Das Áreas de Interesse do Poder Judiciário da União

Art. 5º As áreas de interesse do Poder Judiciário da União são as necessárias ao cumprimento de sua missão institucional, relacionadas aos serviços de processamento de feitos; execução de mandados; análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do Direito; estudo e pesquisa do sistema judiciário brasileiro; organização e funcionamento dos ofícios judiciais e as inovações tecnológicas introduzidas; elaboração de pareceres jurídicos; redação; gestão estratégica, de pessoas, de processos, e da informação; material e patrimônio; licitações e contratos; orçamento e finanças; controle interno; segurança; transporte; tecnologia da informação; comunicação; saúde; engenharia; arquitetura, além dos vinculados a especialidades peculiares a cada órgão do Poder Judiciário da União, bem como aquelas que venham a surgir no interesse do serviço.

Seção III
Do Adicional de Qualificação decorrente de Cursos de Pós-Graduação

Art. 6º O Adicional de Qualificação decorrente de cursos de especialização, de mestrado ou de doutorado é devido aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo das carreiras de Analista Judiciário, de Técnico Judiciário e de Auxiliar Judiciário, observadas as áreas de interesse em conjunto com as atribuições do cargo efetivo ou com as atividades desempenhadas pelo servidor quando no exercício do cargo em comissão ou da função comissionada, nos seguintes percentuais incidentes sobre o respectivo vencimento básico:

I - 12,5% (doze vírgula cinco por cento), em se tratando de doutorado;

II - 10% (dez por cento), em se tratando de mestrado;

III - 7,5% (sete vírgula cinco por cento), em se tratando de especialização;

Parágrafo único. O fato de a especialidade do cargo de provimento efetivo estar em processo de extinção não impede a percepção do adicional de que trata o caput.

Art. 7º O adicional é devido a partir da apresentação do certificado de curso de especialização ou do diploma de mestrado ou de doutorado, após verificado pela unidade competente o reconhecimento do curso e da instituição de ensino pelo Ministério da Educação, na forma da legislação específica.

§ 1º A comprovação do curso far-se-á mediante apresentação de cópia do certificado ou do diploma devidamente autenticada, podendo a autenticação ser feita pela unidade responsável pelo seu recebimento à vista do original.

§ 2º Não serão aceitas declarações ou certidões de conclusão de cursos.

§ 3º Os certificados ou diplomas deverão ser expedidos por universidades; para os expedidos por instituições não-universitárias deverá constar o respectivo registro em universidade indicada pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 8º Para o servidor que houver concluído o curso anteriormente à data da publicação da Lei nº 11.416/2006 será devido o adicional com efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2006, desde que o respectivo certificado ou diploma já esteja averbado.

§ 1º Caso o servidor tenha concluído o curso em data anterior à publicação da Lei nº 11.416/2006, mas não o tenha averbado em seus assentamentos funcionais, o adicional será devido a partir de 1º de junho de 2006, mediante apresentação do respectivo certificado ou diploma até 30 (trinta) dias, a contar da publicação do regulamento no âmbito de cada órgão.

§ 2º O não cumprimento do prazo estabelecido no § 1º deste artigo sujeitará o servidor ao disposto no art. 7º.

Art. 9º Somente serão aceitos cursos de especialização com duração de, no mínimo, 360 horas.

Art. 10. O servidor que se encontrar aposentado na data da publicação da Lei nº 11.416/2006 e que tenha concluído curso de especialização, de mestrado ou de doutorado anteriormente à sua aposentadoria, fará jus à inclusão do adicional no cálculo dos proventos, observado o disposto nos artigos 6º a 9º.

Art. 11. O pensionista cujo benefício tenha sido concedido até a data da publicação da Lei nº 11.416/2006 fará jus à inclusão do adicional no cálculo da pensão, desde que comprove que o respectivo instituidor havia concluído curso de especialização, de mestrado ou de doutorado anteriormente ao seu falecimento, se ativo, ou à sua aposentadoria, se inativo, observado o disposto nos artigos 6º a 9º.

Art. 12. O disposto nos artigos 10 e 11 aplica-se às aposentadorias e às pensões amparadas pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003 e no parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 6 de julho de 2005.

Seção IV

Do Adicional de Qualificação decorrente de Ações de Treinamento

Art. 13. É devido Adicional de Qualificação ao servidor ocupante de cargo efetivo que comprovadamente houver concluído conjunto de ações de treinamento, desde que vinculado às áreas de interesse em conjunto com as atribuições do cargo efetivo ou com as atividades desempenhadas pelo servidor quando no exercício do cargo em comissão ou da função comissionada.

Parágrafo único. O fato de a especialidade do cargo de provimento efetivo estar em processo de extinção não impede a percepção do adicional de que trata o caput.

Art. 14. Consideram-se ações de treinamento aquelas que promovem, de forma sistemática, por metodologia presencial ou a distância, o desenvolvimento de competências para o cumprimento da missão institucional, custeadas ou não pela Administração.

§ 1º Todas as ações de treinamento custeadas pela Administração são válidas para a percepção do adicional de que trata esta Seção, exceto as relacionadas no § 5º deste artigo.

§ 2º Serão aceitas ações de treinamento não custeadas pela Administração, inclusive as realizadas antes do ingresso do servidor no cargo, quando contemplarem uma carga horária de, no mínimo, oito horas de aula, e tiverem sido ministradas por instituição ou profissional reconhecidos no mercado, desde que previstas no Programa Permanente de Capacitação de que trata o art. 10 da Lei nº 11.416/2006, observado o disposto no art. 17 deste ato, no que couber.

§ 3º Para fins de verificação da compatibilidade do evento descrito no parágrafo anterior com o Programa Permanente de Capacitação, o servidor poderá fazer consulta prévia à Administração, com a antecedência mínima de 15 dias úteis do seu início.

§ 4º A comprovação das ações de que trata o § 2º, far-se-á mediante apresentação de cópia do certificado ou da declaração de conclusão do evento devidamente autenticada, podendo a autenticação ser feita pela unidade responsável pelo seu recebimento à vista do original.

§ 5º Não se enquadram na definição de ações de treinamento, para fins da concessão do adicional:

I - as especificadas no § 1º do art. 1º deste ato;

II - as que deram origem à percepção do adicional constante dos incisos I a III do art. 15 da Lei nº 11.416/2006;

III - reuniões de trabalho e participação em comissões ou similares;

IV - elaboração de monografia ou artigo científico destinado à conclusão de cursos de nível superior ou de especialização, de dissertação para mestrado e de tese para doutorado;

V - participação em programa de reciclagem anual dos ocupantes do cargo da Carreira de Analista Judiciário - área administrativa e da Carreira de Técnico Judiciário - área administrativa cujas atribuições estejam relacionadas às funções de segurança, para fins de percepção da Gratificação de Atividade de Segurança - GAS, a que alude o § 3º do art. 17 da Lei nº 11.416/2006;

VI - conclusão de curso de nível superior ou de pós-graduação.

Art. 15. O adicional corresponde a 1%, incidente sobre o vencimento básico do cargo efetivo do servidor, para cada conjunto de ações de treinamento que totalize o mínimo de 120 horas, podendo acumular até o máximo de 3%, conforme o número de horas implementadas.

§ 1º Cada percentual de 1% do adicional será devido pelo período de 4 anos, a contar da conclusão da última ação que permitir o implemento das 120 horas, cabendo à Administração efetuar o controle das datas-base.

§ 2º As horas excedentes da última ação que permitir o implemento das 120 horas não serão consideradas como resíduo para a concessão do percentual subseqüente.

§ 3º O conjunto de ações de treinamento concluído após o implemento do percentual máximo de 3% observará o seguinte:

I - as ações de treinamento serão registradas à medida que concluídas;

II - a concessão de novo percentual produzirá efeitos financeiros a partir do dia seguinte à decadência do primeiro percentual da anterior concessão, limitada ao período que restar para completar 4 anos da conclusão desse conjunto de ações.

Art. 16. Em nenhuma hipótese o adicional de qualificação em razão de ações de treinamento integra, como parcela própria, os proventos de aposentadoria e as pensões.

Seção V

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 17. O adicional de qualificação referido no artigo 15 aplica-se somente às ações de treinamento concluídas a partir de 1º de junho de 2002, data dos efeitos financeiros da Lei nº 10.475/2002.

§ 1º Os coeficientes implementados em razão de ações de treinamento concluídas entre 1º de junho de 2002 e 1º de junho de 2006 surtirão efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2006, vigendo pelo prazo de quatro anos a que alude o § 2º do art. 15 da Lei nº 11.416/2006, desde que comprovados na forma do § 4º do art. 14 deste ato, dentro de 30 dias a contar da publicação do regulamento próprio no âmbito de cada órgão.

§ 2º O não cumprimento do prazo de 30 dias limitará os efeitos financeiros ao período compreendido entre a data da comprovação e 31/05/2010.

§ 3º As horas provenientes das ações de treinamento concluídas no período de 1º de junho de 2002 a 1º de junho de 2006 que sobejarem a 360 horas não serão consideradas para novo período aquisitivo.

Art. 18. O Adicional de Qualificação integrará a remuneração contributiva utilizada para cálculo dos proventos de aposentadoria, nos termos do § 3º do art. 40 da Constituição Federal.

Art. 19. Os percentuais do Adicional de Qualificação incidirão sobre os valores constantes do Anexo IX da Lei nº 11.416/2006, observado quanto aos efeitos financeiros o disposto nos artigos 7º, 8º, 10, 11, 12 e 15 deste Ato, vedado, em qualquer caso, o pagamento do adicional com efeitos anteriores a 1º de junho de 2006.

CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS UNIFORMES
(LEI Nº 11.416/2006, ART. 26)
ANEXO II
REGULAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXTERNA

Art. 1º A concessão da Gratificação de Atividade Externa - GAE, devida exclusivamente ao servidor ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Execução de Mandados das carreiras do Poder Judiciário da União, observará os critérios e procedimentos estabelecidos neste ato.

Art. 2º A Gratificação de Atividade Externa será paga, quando for o caso, cumulativamente com a indenização de transporte devida ao servidor.

Art. 3º É vedada a percepção da gratificação de que trata este ato por servidor em exercício de função comissionada ou de cargo em comissão.

§ 1º Ao servidor que se encontrar em exercício de função comissionada destinada, pelos órgãos do Poder Judiciário da União, especificamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário descrito no art. 1º, será facultado optar pela percepção da GAE ou da função comissionada até que seja integralizado o vencimento básico previsto no Anexo IX da Lei nº 11.416/2006, sem prejuízo das atribuições relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa.

§ 2º Os efeitos financeiros da opção de que trata o parágrafo anterior serão retroativos a 1º de junho de 2006, se for o caso.

Art. 4º A gratificação integrará a remuneração contributiva utilizada para cálculo dos proventos de aposentadoria, nos termos do § 3º do art. 40 da Constituição Federal, bem como os proventos de aposentadoria e benefícios de pensão, amparados pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003 e no parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 6 de julho de 2005.

Art. 5º Ao Analista Judiciário, Área Judiciária, Execução de Mandados, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios é devida a GAE a partir de 15 de dezembro de 2006.

Parágrafo único. Ao servidor de que trata o caput deste artigo não é devida a GAE no período de 1º de junho a 14 de dezembro de 2006, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.417, de 5 de abril de 2002.

CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS UNIFORMES
(LEI Nº 11.416/2006, ART. 26)
ANEXO III
REGULAMENTAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE SEGURANÇA

Art. 1º A percepção da Gratificação de Atividade de Segurança - GAS é devida aos servidores ocupantes dos cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário - Área Administrativa de que trata o § 2º do art. 4º da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, cujas atribuições estejam relacionadas às funções de segurança, desde que no efetivo desempenho dessas atividades, conforme atribuições do cargo descritas em regulamento expedido pelos órgãos do Poder Judiciário da União, previstos no artigo 26 da referida lei, observado o que a respeito dispuser o regulamento do enquadramento.

Art. 2º A GAS corresponde a trinta e cinco por cento do vencimento básico do servidor, vedado seu cômputo na base de cálculo de outras gratificações e vantagens.

§ 1º O percentual referido no caput deste artigo será implementado em parcelas sucessivas, não cumulativas, observada a seguinte razão:

I - 5% (cinco por cento), a partir de 1º de junho de 2006;

II - 11% (onze por cento), a partir de 1º de dezembro de 2006;

III - 16% (dezesseis por cento), a partir de 1º de julho de 2007;

IV - 21% (vinte e um por cento), a partir de 1º de dezembro de 2007;

V - 28% (vinte e oito por cento), a partir de 1º de julho de 2008;

VI - integralmente, a partir de 1º de dezembro de 2008.

§ 2º O pagamento inicial da GAS independerá da participação do servidor no Programa de Reciclagem Anual de que trata o art. 3º deste ato.

Art. 3º É condição para continuidade da percepção da GAS a participação, com aproveitamento, em Programa de Reciclagem Anual, a ser oferecido pela Administração.

§ 1º A reciclagem anual de que trata este artigo constará do Programa Permanente de Capacitação de cada órgão do Poder Judiciário da União, o qual definirá em regulamento próprio seu conteúdo e execução.

§ 2º Será considerado aprovado no Programa de Reciclagem Anual o servidor que obtiver aproveitamento mínimo, conforme definido em regulamento de cada órgão.

§ 3º O Programa de Reciclagem Anual deverá contemplar ações de capacitação em serviços de inteligência, segurança de dignitários, patrimonial, da informação, de pessoas, direção defensiva ou correlatos, obedecido o mínimo de 30 horas de aula anuais, além de teste de condicionamento físico.

§ 4º É vedado o cômputo da atividade prática de condicionamento físico na carga horária mínima anual referida no parágrafo anterior.

§ 5º Para fins de execução do Programa de Reciclagem Anual poderá o órgão do Poder Judiciário da União firmar convênio ou contrato com academias de formação, escolas e centros de treinamento, públicos ou privados.

§ 6º A participação no Programa de Reciclagem Anual de que trata este artigo não será computada para fins do adicional de qualificação a que se refere o inciso V do art. 15 da Lei nº 11.416, de 2006.

Art. 4º É vedada a percepção da gratificação de que trata este ato por servidor em exercício de função comissionada ou de cargo em comissão.

Parágrafo único. O servidor dispensado de função comissionada ou exonerado de cargo em comissão perceberá a GAS até sua participação no subseqüente Programa de Reciclagem Anual oferecido pela Administração.

Art. 5º A gratificação integrará a remuneração contributiva utilizada para cálculo dos proventos de aposentadoria, nos termos do § 3º do art. 40 da Constituição Federal.

Art. 6º Não se aplica a regra de paridade constante do § 8º do art. 40 da Constituição Federal, em sua redação original, aos servidores abrangidos pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 31.12.2003, por se tratar de gratificação sujeita a atendimento de requisitos específicos, consoante o disposto no § 3º do art. 17 da Lei nº 11.416, de 2006.

CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS UNIFORMES
(LEI Nº 11.416/2006, ART. 26)
ANEXO IV
REGULAMENTO DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 1º O desenvolvimento do servidor nos cargos de provimento efetivo das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário dar-se-á mediante progressão funcional e promoção.

Seção II

Da Progressão Funcional

Art. 2º A progressão funcional consiste na movimentação do servidor de um padrão para o seguinte, dentro de uma mesma classe.

Parágrafo único. A progressão funcional ocorrerá anualmente, na data em que o servidor completar o interstício de um ano no padrão em que estiver posicionado.

Art. 3º Terá direito à progressão funcional o servidor que apresentar desempenho satisfatório em processo de avaliação específico, estabelecido em regulamento de cada órgão.

Parágrafo único. Entende-se como desempenho satisfatório o resultado igual ou superior a setenta por cento da pontuação máxima da escala a ser elaborada pelo órgão, considerando-se as avaliações de desempenho funcional realizadas.

Art. 4º A avaliação para fins de progressão funcional abrangerá cada período de doze meses de exercício no cargo, durante os quais será acompanhada a atuação do servidor em relação a fatores de desempenho, previstos em regulamento de cada órgão, tais como:

I - iniciativa;

II - trabalho em equipe;

III - comunicação;

IV - autodesenvolvimento;

V - competência técnica;

VI - relacionamento interpessoal.

Parágrafo único. A progressão funcional do servidor em estágio probatório observará os critérios de avaliação desse estágio previstos no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.

Seção III

Da Promoção

Art. 5º A promoção consiste na movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte.

Parágrafo único. A promoção ocorrerá na data em que o servidor completar o interstício de um ano da progressão funcional imediatamente anterior.

Art. 6º Terá direito à promoção o servidor que:

I - apresentar desempenho satisfatório no processo de avaliação a que alude o art. 3º;

II - participar, durante o período de permanência na classe, de conjunto de ações de treinamento que totalizem o mínimo de oitenta horas de aula, oferecido, preferencialmente, pelo órgão.

Art. 7º Consideram-se ações de treinamento para fins de promoção as que, de forma sistemática, por metodologia presencial ou a distância, possibilitam o desenvolvimento de competências para o cumprimento da missão institucional, custeadas ou não pela Administração.

§ 1º Todas as ações de treinamento custeadas pela Administração são válidas para fins de promoção.

§ 2º Serão aceitas ações de treinamento não custeadas pela Administração, que contemplarem uma carga de, no mínimo, oito horas de aula, ministrada por instituição ou profissional reconhecido no mercado, desde que previstas no Programa Permanente de Capacitação.

§ 3º As ações de treinamento de que trata o parágrafo anterior deverão estar vinculadas às áreas de interesse dos órgãos do Poder Judiciário e às atribuições do cargo efetivo ou às atividades desempenhadas pelo servidor, quando no exercício de função comissionada ou de cargo em comissão.

§ 4º O fato de a especialidade do cargo de provimento efetivo estar em processo de extinção não impede a aplicação da regra do parágrafo anterior.

§ 5º A comprovação das ações de que trata o § 2º far-se-á mediante apresentação de cópia de certificado ou de declaração de conclusão do evento, devidamente autenticada, podendo a autenticação ser feita pela unidade responsável pelo seu recebimento à vista do original.

§ 6º Não se enquadram na definição de ações de treinamento, para fins de promoção:

I - as que constituírem requisito para ingresso no cargo de provimento efetivo, especificado em edital de concurso público;

II - as que deram origem à percepção do adicional constante dos incisos I a III do art. 15 da Lei 11.416/2006;

III - reuniões de trabalho e participação em comissões ou similares;

IV - elaboração de monografia ou artigo científico destinado à conclusão de cursos de nível superior ou de especialização, de dissertação para mestrado e de tese para doutorado;

V - participação em programa de reciclagem anual dos ocupantes do cargo da Carreira de Analista Judiciário - área administrativa e da Carreira de Técnico Judiciário - área administrativa cujas atribuições estejam relacionadas às funções de segurança, para fins de percepção da Gratificação de Atividade de Segurança - GAS, a que alude o § 3º do art. 17 da Lei nº 11.416/2006.

Seção IV

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 8º O interstício para a progressão funcional e a promoção será computado em períodos corridos de 365 dias, da data em que completou o último interstício aquisitivo, ficando suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos nos artigos 83, 84, § 1º, 85, 86, 91, 92, 94, 95 e 96 da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim na hipótese de participação em curso de formação e faltas injustificadas ao serviço, sendo retomado a partir do término do impedimento.

Parágrafo único. Ao final da licença ou do afastamento, a contagem de tempo para completar o interstício será reiniciada na data em que o servidor retornar ao efetivo exercício.

Art. 9º A progressão funcional e a promoção produzirão efeitos financeiros a partir do primeiro dia subseqüente à data em que o servidor houver completado o interstício de que trata o parágrafo único dos artigos 2º e 4º.

Parágrafo único. A progressão funcional dos servidores em estágio probatório, cujo interstício de cada 12 meses de efetivo exercício tenha sido concluído até 15 de dezembro de 2006, surtirá efeitos financeiros a contar dessa data, computando-se o período residual para nova aquisição.

Art. 10. É assegurada a progressão funcional ao servidor que estiver em estágio probatório em 15 de dezembro de 2006, observado o seguinte:

I - o servidor cumprirá as etapas de avaliação do estágio probatório constantes da regulamentação a que está vinculado, sendo considerada, para efeito de progressão funcional, a média das avaliações realizadas dentro de cada período de 12 meses;

II - na hipótese do inciso anterior, o servidor com desempenho satisfatório será posicionado:

a) se já transcorridos 12 meses de efetivo exercício, no segundo padrão do cargo;

b) se já transcorridos 24 meses de efetivo exercício, no terceiro padrão do cargo;

c) se já transcorridos 36 meses de efetivo exercício, no quarto padrão do cargo.

Art. 11. Para a promoção do servidor que não estiver posicionado no primeiro padrão de cada classe em 15 de dezembro de 2006, será exigida carga horária referente às ações de treinamento proporcional à quantidade de anos que ainda permanecer na classe, desconsiderando-se, nessa contagem, os períodos iguais ou inferiores a seis meses.

Art. 12. Do resultado da avaliação de desempenho cabe recurso, conforme definido em regulamento de cada órgão.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PRESIDÊNCIA

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 7 de março de 2007

Ratifico, na forma do art. 26 da Lei n° 8.666/93, a dispensa de licitação, fundamentada no art. 24, inciso VIII da Lei 8.666/93, para contratação da Empresa Brasileira de Comunicação S/A - RADIOBRÁS, objetivando a assinatura de duas mídias da Radiobrás, no valor anual estimado de R$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais), importando o total de R$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais) para prorrogação por até 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

A teor do art. 26 da Lei n° 8.666/93, ratifico a inexigibilidade de licitação, objetivando a contratação da empresa NTT - Treinamento Avançado, para ministrar curso de Gestão Predial - Facility Management, no valor total de R$ 9.560,00 (nove mil, quinhentos e sessenta reais), no período de 12 a 16/3/2007, fundamentada no art. 25, inciso II, c/c com o art. 13, inciso VI da Lei 8.666/93.

RIDER NOGUEIRA DE BRITO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PRESIDÊNCIA

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 27 de fevereiro de 2007

Nos termos da proposição da Secretaria Geral, homologo o resultado do Convite N. 002/2006, com adjudicação do objeto à empresa Copigraf Copiadora Indústria e Comércio de Papéis Ltda-ME, na forma proposta pela CPL na Ata N. 003/2007. Valor total: R$ 2.000,00 (P.A. N. 08.410/2006).

Em 6 de março de 2007

Nos termos propostos pelo Senhor Secretário-Geral, revogo o Pregão N. 153/2006, cujo objeto é a aquisição de brinquedos e acessórios pedagógicos. (P.A. N. 09.712/2006).

Nos termos da proposição da Secretaria Geral, homologo o resultado do Pregão N. 157/2006, com adjudicação do objeto às empresas: Uedama Comércio de Produtos Alimentícios Ltda, itens 02; 05; 16; 19; 22; 27; 28; 35; 38 e 44 (R$ 8.942,00); Psiu Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda. - EPP itens 03; 06; 09; 20; 23; 24; 25; 29; 32; 39; 42 e 45 (R$ 4.664,70); Comércio de Alimentos PC Ltda, itens 01; 08; 10; 18; 21; 31; 34; 37; 40; 41 e 46 (R$ 5.878,80); Toca Comercial de Hortigranjeiros Ltda, item 47 (pelo critério de maior desconto - 11%), na forma proposta pelo Pregoeiro na Ata N. 034/2007. Valor total: R$ 26.081,35 (P.A. N. 11.653/2006).

Des. LÉCIO RESENDE DA SILVA

SECRETARIA GERAL

DESPACHO DO SECRETÁRIO-GERAL
Em 6 de março de 2007

Homologo o resultado do Pregão Eletrônico N. 007/2006, com adjudicação do objeto à empresa Elevadores Atlas Schindler S/A, conforme proposto pelo Pregoeiro na Ata de Realização e Termo de Adjudicação. Valor total: R$ 1.200.000,00 (P.A. N. 14.246/2006).

GUILHERME PAVIE RIBEIRO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
24ª REGIÃO
PRESIDÊNCIA

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 7 de março de 2007

PROCESSO Nº. 764/2007
ASSUNTO: PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES NO II CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Ratificação de Despesa
Processo TRT N. 764/2007

Ratifico a inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei n. 8.666/93, referente à participação de servidores no II Congresso Brasileiro de Pregoeiros, oferecido pela Empresa NP EVENTOS E SERVIÇOS LTDA., no valor de R$ 3.190,00 (três mil, cento e noventa reais).

Des RICARDO GERALDO MONTEIRO ZANDONA
Em exercício

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DESPACHO DA PRESIDENTE

Ratifico a dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, constante do PAD 012/2007, para contratação da empresa JULI E CRIS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA, para manutenção dos relógios de ponto eletrônico e softwares de ponto e acesso.

DULCE DIRCLAIR HUF BAIS

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS
1ª CÂMARA RECURSAL

PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
(Mandato 2007 - Gestão 2007/2009)
DATA: 22 de março de 2007.
HORA: 15 horas
LOCAL:Dependências do Aquários Praia Hotel, Situado na Av. Santos Dumont, 1378, Atalaia - Aracaju/SE (79) 2107-5200

RELATOR: Conselheiro EDÉCIO NOGUEIRA CORDEIRO/RJ

1 - Processo-COFECI nº 365/2005. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repdo: PAULO BERTOLO MOURA - CRECI 13193. 2 - Processo-COFECI nº 027/2006. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: ADRIANO FERNANDES CORREIA - CRECI 4613. 3 - Processo-COFECI nº 031/2006. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuada: CARTAGEMA DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA - CRECI J-100605. 4 - Processo-COFECI nº 302/2005. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: HAROLDO JORGE VIEIRA DE FARIA - CRECI 7102

RELATOR: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA/SP

1 - Processo-COFECI nº 226/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA A. RAMOS - CRECI 2109. 2 - Processo-COFECI nº 032/2006. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA TERRAS DO REMANSO LTDA - CRECI J-415. 3 - Processo-COFECI nº 033/2006. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: GUY CARVALHO DE OLIVEIRA - CRECI 3715. 4 - Processo-COFECI nº 354/2005. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repda: GLASS ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-21480. 5 - Processo-COFECI nº 448/2004. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdos: BARBARA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-803 e RT ANTÔNIA ELIETE ALVES DE JESUS - CRECI 3863

RELATOR: Conselheiro MÁRCIO ARI DE MELO ALMEIDA/MG

1 - Processo-COFECI nº 332/2005. Recte e Recdo: CRECI 19ª Região/MT "ex officio". Autuado: JÚLIO FORTUNATO DE MELO - CRECI 3016. 2 - Processo-COFECI nº 479/2005. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: JAQUES FERNANDO ALMEIDA BITENCOURT - CRECI 6993. 3 - Processo-COFECI nº 700/2005. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repdo: OTTO GOLDENFUN - CRECI 2316. 4 - Processo-COFECI nº 034/2006. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: JOSÉ DA PAZ FERNANDES DE MELO - CRECI 1692. 5 - Processo-COFECI nº 855/2005. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: ROMUALDO SANTOS NOBRE - CRECI 6233

RELATOR: Conselheiro EDUARDO COELHO SEIXO DE BRITO/GO

1 - Processo-COFECI nº 012/2005. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: JOSÉ OLIVEIRA MAIA - CRECI 2371. 2 - Processo-COFECI nº 208/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: EDEVALDO CORREIA - CRECI 2803. 3 - Processo-COFECI nº 754/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: SOTERRA CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-032. 4 - Processo-COFECI nº 902/2005. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: MANOEL FRANÇA JATOBA - CRECI 4222. 5 - Processo-COFECI nº 015/2005. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: ELINALDO DE BRITO OLIVEIRA - CRECI 6943

RELATOR: Conselheiro PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA/DF

1 - Processo-COFECI nº 293/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ANTÔNIO RODRIGUES ALVES - CRECI 19312. 2 - Processo-COFECI nº 196/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: BENEDITO ASSUNÇÃO BRANDÃO - CRECI 1665. 3 - Processo-COFECI nº 759/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: MÁRCIA REGINA FERNANDES DO NASCIMENTO - CRECI 1983. 4 - Processo-COFECI nº 715/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ASSUNÇÃO IMOVEIS LTDA - CRECI J-16369. 5 - Processo-COFECI nº 570/2005. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuada: MARIA LÚCIA DA SILVA - CRECI 5466

RELATOR: Conselheiro SÉRGIO LUIZ DOS SANTOS/SC

1 - Processo-COFECI nº 903/2005. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: HUMBERTO MESSIAS DE OLIVEIRA - CRECI 4251. 2 - Processo-COFECI nº 046/2006. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: JOÃO SILVA SAMPAIO - CRECI 3404. 3 - Processo-COFECI nº 148/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SANTA PAULA LOTEADORA S/C LTDA - CRECI J-16845. 4 - Processo-COFECI nº 241/2005. Recte: OILSON NASSAR RIBAS. Recdo: CRECI 6ª Região/PR

RELATOR: Conselheiro DANIEL FERNANDES ALVES/ES

1 - Processo-COFECI nº 295/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA COLONIAL LTDA - CRECI J-9056. 2 - Processo-COFECI nº 297/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DÁCIO FERNANDES CINTRA - CRECI 28678. 3 - Processo-COFECI nº 193/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JORGE ARISTEU GONÇALVES PAMPLONA - CRECI 544. 4 - Processo-COFECI nº 418/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: HELY GERALDO - CRECI 19634. 5 - Processo-COFECI nº 477/2005. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: CLÉLIO JOSÉ MARTINS JÚNIOR - CRECI 1335

RELATOR: Conselheiro ROBERTO DA CUNHA/MS

1 - Processo-COFECI nº 478/2005. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: ADELCIO SANTANA BISPO - CRECI 7097. 2 - Processo-COFECI nº 572/2005. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: LUIZ ANTÔNIO CORREA REHEM - CRECI 2345. 3 - Processo-COFECI nº 304/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: BENETTON IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-13722. 4 - Processo-COFECI nº 305/2005. Recte: PAULO FERNANDES DALTRO - CRECI 1321. Recdo: CRECI 9ª Região/BA

RELATOR: Conselheiro PASCHOAL GUILHERME DO N. RODRIGUES/AM

1 - Processo-COFECI nº 299/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: NANCI GABRIEL IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO S/C LTDA-CRECI J-13317. 2 - Processo-COFECI nº 685/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA REALI S/C LTDA - CRECI J-15153. 3 - Processo-COFECI nº 191/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: LUCIVAL SOTELO DA CONCEIÇÃO - CRECI 2618. 4 - Processo-COFECI nº 870/2005. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: GILVANDO CORREA BRITO - CRECI 3175. 5 - Processo-COFECI nº 036/2006. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: LAURO MANTA MALAQUIAS - CRECI 721

RELATOR: Conselheiro FERNANDO CÉSAR CASAL BATISTA/RO

1 - Processo-COFECI nº 300/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: JOPAN IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-08904. 2 - Processo-COFECI nº 190/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JOÃO FLORÊNCIO NETO - CRECI 2906. 3 - Processo-COFECI nº 861/2005. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuada: LAÉRCIO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-876. 4 - Processo-COFECI nº 038/2006. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuada: ADIMOL ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-253. 5 - Processo-COFECI nº 291/2005. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: JADSON BOLIVAR DE OLIVEIRA CARVALHO E SILVA - CRECI 7821

RELATOR: Conselheiro VALDECI YASE MONTEIRO/TO

1 - Processo-COFECI nº 306/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: CARAMURU TOSCHI DE LIMA - CRECI 32648. 2 - Processo-COFECI nº 755/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: VALDEMIR SILVA DE SOUZA - CRECI 2206. 3 - Processo-COFECI nº 023/2006. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: VILTON SOUSA - CRECI 3161. 4 - Processo-COFECI nº 028/2006. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuada: VICENTE FARIAS TORRES - CRECI 1683. 5 - Processo-COFECI nº 690/2004. Recte: LAURA IDA LABATE RODRIGUES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

Brasília-DF, 5 de março de 2007.
JOÃO TEODORO DA SILVA.
Presidente do Conselho

2ª CÂMARA RECURSAL

PAUTA JULGAMENTO

1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
(Mandato 2007 - Gestão 2007/2009)
DATA: 22 de março de 2007.
HORA: 15 horas
LOCAL:Dependências do Aquários Praia Hotel, Situado na Av. Santos Dumont, 1378, Atalaia - Aracaju/SE (79) 2107-5200

RELATOR: Conselheiro FLÁVIO KOCH/RS

1 - Processo-COFECI nº 681/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: GOMES DE ALMEIDA IMOBILIÁRIA E ADMINISTRAÇÃO S/C LTDA - CRECI J-2261. 2 - Processo-COFECI nº 687/2005. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: RENATO ANDRUCIOLI - CRECI 28627. 3 - Processo-COFECI nº 941/2005. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA DE FÁTIMA PIMENTEL - CRECI 44619. 4 - Processo-COFECI nº 370/2005. Recte: DELTA IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO LTDA - CRECI J-1873. Recdo: CRECI 4ª Região/MG

RELATOR: Conselheiro OSCAR HUGO MONTEIRO GUIMARÃES/GO

1 - Processo-COFECI nº 677/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ORGANIZAÇÃO IMOBILIÁRIA MENEZES S/C LTDA - CRECI J-13037. 2 - Processo-COFECI nº 216/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JAIR PARENTE DA SILVA - CRECI 2914. 3 - Processo-COFECI nº 672/2005. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: TUFFI RASSI NETO - CRECI 41118. 4 - Processo-COFECI nº 689/2005. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROGÉRIO CASSEB - CRECI 50514. 5 - Processo-COFECI nº 521/2005. Recte: NOGUEIRA REZENDE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-3147. Recdo: CRECI 4ª Região/MG

RELATOR: Conselheiro ALFREDO LUIZ GARCIA LOPES CANEZIN/PR

1 - Processo-COFECI nº 311/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: VANDERLEI CANELLA - CRECI 46116. 2 - Processo-COFECI nº 218/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: PAULO ELIAS SILVA DE ARAÚJO - CRECI 1311. 3 - Processo-COFECI nº 911/2005. Recte e Recdo: CRECI 4ª Região/MG "ex officio". Repda: LIDERANÇA IMÓVEIS LTDA-ME - CRECI J-3210. 4 - Processo-COFECI nº 676/2005. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO CONSTANTINO - CRECI 23638. 5 - Processo-COFECI nº 161/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: RASSI EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S/C LTDA - CRECI J-12507

RELATOR: Conselheiro LUIZ CARLOS ATTIÉ/DF

1 - Processo-COFECI nº 683/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: GERALDO MENON - CRECI 20355. 2 - Processo-COFECI nº 623/2005. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: GERMANOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E ENGENHARIA CIVIL S/C LTDA - CRECI J-10811. 3 - Processo-COFECI nº 793/2005. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: DJALMA FRANÇA QUINTINO - CRECI 41448. 4 - Processo-COFECI nº 626/2005. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SPECIAL HOME CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-17870. 5 - Processo-COFECI nº 167/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: EDUCA CONS. IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-15774

RELATOR: Conselheiro SAMUEL ARTHUR PRADO/BA

1 - Processo-COFECI nº 313/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOÃO FRANCISCO DE ALMEIDA - CRECI 42489. 2 - Processo-COFECI nº 211/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: RAIMUNDO ALMEIDA DE SOUZA - CRECI 2073. 3 - Processo-COFECI nº 343/2005. Recte e Recdo: CRECI 4ª Região/MG "ex officio". Repda: CLEIA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2978. 4 - Processo-COFECI nº 691/2005. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ MARCOS PETRICELLI - CRECI 2889. 5 - Processo-COFECI nº 160/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MIGUEL AURÉLIO CHICO LOPES - CRECI 53697

RELATOR: Conselheiro JACI MONTEIRO COLARES/PA

1 - Processo-COFECI nº 150/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JAYME VITULE SOBRINHO - CRECI 35833. 2 - Processo-COFECI nº 303/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: M. G. M. CORRETORA IMOBILIÁRIA S/C LTDA - CRECI J-10607. 3 - Processo-COFECI nº 682/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CARNIELLI IMOBILIÁRIA S/C LTDA - CRECI J-7043. 4 - Processo-COFECI nº 683/2005. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SÉRGIO RAMOS - CRECI 36415. 5 - Processo-COFECI nº 685/2005. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: WALDECI ANTÔNIO SIMÕES - CRECI 27744

RELATOR: Conselheiro CLAUDEMIR NEVES/MS

1 - Processo-COFECI nº 320/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA MORADA LTDA - CRECI J-1306. 2 - Processo-COFECI nº 684/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: S & GRASSI IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-13633. 3 - Processo-COFECI nº 224/2005 Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JORGE PONTEIRO ABDON - CRECI 767. 4 - Processo-COFECI nº 667/2005. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: UBIRAJARA PIRATININGA JATOBA - CRECI 41129. 5 - Processo-COFECI nº 963/2005. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: AQUARIUS CONS. ADM. E IMOB. S/C LTDA - CRECI J-17359

RELATOR: Conselheiro PAULO C. DE CARVALHO MOTA JÚNIOR/AM

1 - Processo-COFECI nº 676/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: CARLOS MAGNO GAMA - CRECI 28366. 2 - Processo-COFECI nº 686/2004. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: CARLOS MAGNO GAMA - CRECI 28366. 3 - Processo-COFECI nº 236/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: TELMO LIMA MARINHO - CRECI 1014. 4 - Processo-COFECI nº 958/2005. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: AILTON MENDES - CRECI 35802. 5 - Processo-COFECI nº 159/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ HUMBERTO ALMEIDA MOREIRA - CRECI 15894

RELATOR: Conselheiro LUIZ FERNANDO PINTO BARCELLOS/MT

1 - Processo-COFECI nº 099/2005. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: JOSÉ BATISTA DOS REIS - CRECI 12851. 2 - Processo-COFECI nº 100/2005. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: NILO DA SILVA E SOUZA - CRECI 19357. 3 - Processo-COFECI nº 138/2005. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: EDSON BOA NOVA DE ARAÚJO - CRECI 14011. 4 - Processo-COFECI nº 757/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JOSÉ HENRIQUE DE SOUSA CASTRO - CRECI 977. 5 - Processo-COFECI nº 669/2005. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO DOMINGOS FILHO - CRECI 30396

RELATOR: Conselheiro SANDRO JOSÉ DE OLIVEIRA/TO

1 - Processo-COFECI nº 097/2005. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: DERLIER DA SILVA E SOUZA - CRECI 24218. 2 - Processo-COFECI nº 098/2005. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdos: CAVIPLAN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES IMOBILIARIOS LTDA CRECI J-3069 e RT HERONIDES OLÍMPIO DOS SANTOS - CRECI 7747. 3 - Processo-COFECI nº 506/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROBERTO CARLOS FERNANDES - CRECI 59476. 4 - Processo-COFECI nº 696/2004. Recte: ISMAEL DA SILVA SAMPAIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

Brasília-DF, 5 de março de 2007.
JOÃO TEODORO DA SILVA.
Presidente do Conselho

3ª CÂMARA RECURSAL

PAUTA DE JULGAMENTO

1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
(Mandato 2007 - Gestão 2007/2009)
DATA: 22 de março de 2007.
HORA: 15 horas
LOCAL:Dependências do Aquários Praia Hotel, Situado na Av. Santos Dumont, 1378, Atalaia - Aracaju/SE (79) 2107-5200

RELATOR: Conselheiro MIGUEL LOBATO DE VILHENA/PA

1 - Processo-COFECI nº 887/2004. Recte e Recdo: CRECI 14ª Região/MS "ex officio". Autuada: TRANSGLOBAL ADMINISTRADORA DE COMDOMÍNIOS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-536. 2 - Processo-COFECI nº 590/2005. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: CLAUDIONOR DA SILVA OLIVEIRA-CRECI 4390. 3 - Processo-COFECI nº 733/2005. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuada: ROSA MARIA LOUREIRO MARTINS-CRECI 13439. 4 - Processo-COFECI nº 786/2005. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: LUIZ LEOPOLDO SILVA E MELLO-CRECI 26236. 5 - Processo-COFECI nº 511/2006. Recte: LIGIA MARIA ROCHA PEREIRA TUPY. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro WILSON GOUVÊA FREIAS/ES

1 - Processo-COFECI nº 163/2002. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex offício". Autuado: VITALINO DE SOUZA NEVES-CRECI 1193. 2 - Processo-COFECI nº 735/2005. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex offício". Autuada: ROSANE BARENHO-CRECI 17255. 3 - Processo-COFECI nº 825/2005. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: VALDEMAR LOPES BORGES-CRECI 9528. 4 - Processo-COFECI nº 162/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOAQUIM VENÂNCIO SOBRINHO-CRECI 31148. 5 - Processo-COFECI nº 512/2006. Recte: LUIS CARLOS FERNANDES MANCINI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro JOSÉ HERVAL MACHADO/SE

1 - Processo-COFECI nº 751/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: ALUIZIO GONÇALVES DE BRITO-CRECI 337. 2 - Processo-COFECI nº 587/2005. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA SOARES LTDA-CRECI J-20880. 3 - Processo-COFECI nº 592/2005. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: MARCELO TORRES DE ALBUQUERQUE-CRECI 16325. 4 - Processo-COFECI nº 284/2004. Recte: MARIA DOLORES SECCHI LOPES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5 - Processo-COFECI nº 509/2006. Recte: JOSÉ GALIZI SOBRINHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro CARLOS ALBERTO COUTO DA CUNHA/RN

1 - Processo-COFECI nº 589/2005. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: CARLOS ALBERTO PONTE-CRECI 19202. 2 - Processo-COFECI nº 738/2005. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuada: MAGDA ROSANE GONÇALVES MUNHOZ-CRECI 16530. 3 - Processo-COFECI nº 518/2006. Recte: EDISON RODRIGUES DO VALE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4 - Processo-COFECI nº 531/2006. Recte: MARIA MARTINS DE SOUZA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro PAULO ANTUNES MACIEL/MT

1 - Processo-COFECI nº 183/2002. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JORGE UBIRACY SILVA MIRANDA - CRECI 1689. 2 - Processo-COFECI nº 067/2003. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: LUIZ CARLOS DE SOUZA SANTOS - CRECI 350. 3 - Processo-COFECI nº 752/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JURACY FERREIRA DA SILVA-CRECI 1322. 4 - Processo-

COFECI nº 365/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: DI CASTRUCCI ASSESSORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA-CRECI J-14500. 5 - Processo-COFECI nº 520/2006. Recte: VALDEMAR SEBASTIÃO VIEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro RAIMUNDO CUNHA TORRES/MA

1 - Processo-COFECI nº 753/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: ROSIVALDO FERNANDES SOUZA-CRECI 1727. 2 - Processo-COFECI nº 087/2006. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Autuado: GILSON MARCELINO GIL-CRECI 5239/1-0. 3 - Processo-COFECI nº 092/2006. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Autuado: JOSÉ ANDRÉ DA SILVA FILHO-CRECI 1784/1-3. 4 - Processo-COFECI nº 145/2006. Recte: SEBASTIÃO BENTO APPOLONI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5 - Processo-COFECI nº 189/2006. Recte: ANTONIO JORDÃO ROCHA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro RÔMULO SOARES DE LIMA/PB

1 - Processo-COFECI nº 761/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: FRANCISCO DA COSTA GARCEZ-CRECI 231. 2 - Processo-COFECI nº 894/2004. Recte e Recdo: CRECI 5ª Região/GO "ex officio". Repdo: HELTON PAULINO DOS SANTOS-CRECI 8581. 3 - Processo-COFECI nº 913/2005. Recte e Recdo: CRECI 4ª Região/MG "ex officio". Autuado: CUSTODIO PEREIRA VIANA-CRECI 2652. 4 - Processo-COFECI nº 914/2005. Recte e Recdo: CRECI 4ª Região/MG "ex officio". Autuado: GIOVANNI DE ARAÚJO BISCOTO-CRECI 12911. 5 - Processo-COFECI nº 771/2004. Recte: O DENUNCIANTE SR. ANTONIO ARTIGAS. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. Assunto: TR - Recurso contra a decisão de arquivamento de Representação movida contra VERA MARIA DE LIMA RIGON-CRECI 12018.

RELATOR: Conselheiro PAULO HENRIQUE DE BRITO SOBRAL/AL

1 - Processo-COFECI nº 981/2005. Recte e Recdo: CRECI 4ª Região/MG "ex officio". Autuado: MÁRCIO SALIM BRUCK-CRECI 8549. 2 - Processo-COFECI nº 485/2006. Recte e Recdo: CRECI 4ª Região/MG "ex officio". Autuado: IVALDO FERREIRA CARRIJO-CRECI 11748. 3 - Processo-COFECI nº 150/2006. Recte: JORGE RODRIGUES DE ALMEIDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4 - Processo-COFECI nº 184/2006. Recte: PETROLINO JOÃO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro JOÃO BATISTA DA PAZ BRITO/PI

1 - Processo-COFECI nº 088/2003 (REVISOR). Recte: A Denunciante MARIA STELA GRAZIANE PRADA. Recdo: COFECI. Assunto: Pedido de reconsideração dos atos praticados pela 3ª Câmara Recursal na Sessão de 17 e 18/11/03, desde o voto que determinou o arquivamento da representação movida contra a empresa ORGANIZAÇÃO IMOBILIÁRIA OESTE LTDA - CRECI J-13184. 2 - Processo-COFECI nº 760/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: ARMANDO SOUTELLO CORDEIRO-CRECI 755. 3 - Processo-COFECI nº 507/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ARISTIDES BRAGHETTO-CRECI 24170. 4 - Processo-COFECI nº 151/2006. Recte: JOÃO LO TURCO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5 - Processo-COFECI nº 152/2006. Recte: REINALDO JOSÉ DE SOUZA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro AIRES RIBEIRO DE MATOS/RO

1 - Processo-COFECI nº 378/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: W BARBOZA ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-07966. 2 - Processo-COFECI nº 508/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: TERRITORIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-07413. 3 - Processo-COFECI nº 705/2004. Rectes: CAMARGO DIAS IMÓVEIS LTDA-CRECI J-0793. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4 - Processo-COFECI nº 769/2004. Rectes: ASSESSORIA IMOBILIÁRIA CONSELHEIRO LAURINDO LTDA-CRECI J-158 (APOLAR IMÓVEIS) e RT JEAN MICHEL PATRICK TUMEO GALIANO-CRECI 4425. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. 5 - Processo-COFECI nº 846/2005. Rectes: APOLAR ASSESSORIA E PLANEJAMENTO DE VENDAS LTDA-CRECI J-3077 e RT JEAN MICHEL PATRICK TUMEO GALIANO-CRECI 4425. Recdo: CRECI 6ª Região/PR.

Brasília-DF, 5 de março de 2007.
JOÃO TEODORO DA SILVA.
Presidente do Conselho

4ª CÂMARA RECURSAL

PAUTAS DE JULGAMENTOS

1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
(Mandato 2007 - Gestão 2007/2009)
DATA: 22 de março de 2007.
HORA: 15 horas
LOCAL:Dependências do Aquários Praia Hotel, Situado na Av. Santos Dumont, 1378, Atalaia - Aracaju/SE (79) 2107-5200

RELATOR: Conselheiro UBIRAJARA SZEKIR DE OLIVEIRA/RS

1 - Processo-COFECI nº 1035/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: FRANCISCO RODRIGUES GALDINO-CRECI 2398. 2 - Processo-COFECI nº 1037/2005.Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: RICARDO HACHEM THOMÉ CHAMIE-CRECI 721. 3 - Processo-COFECI nº 535/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: REINALDO JOSÉ LEITE-CRECI 31077. 4 - Processo-COFECI nº 318/2004. Recte: SANY CRISTINA URBANO GIMENEZ. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro JOSÉ DE SOUZA MENDONÇA/PE

1 - Processo-COFECI nº 170/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JOSÉ IRANIDES CARVALHAIS GOUVEIA-CRECI 930. 2 - Processo-COFECI nº 762/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: SANDOVAL SANTOS SOBRINHO-CRECI 403. 3 - Processo-COFECI nº 1032/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JOSÉ MARIA DA CUNHA FREIRE-CRECI 372. 4 - Processo-COFECI nº 1054/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: ADILSON DA SILVA MACHADO-CRECI 3184. 5 - Processo-COFECI nº 1024/2005. Recte: ROMILTON FÁBIO FERNANDES-CRECI 2132. Recdo: CRECI 14ª Região/MS

RELATOR: Conselheiro NILSON RIBEIRO DE ARAÚJO/BA

1 - Processo-COFECI nº 1052/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: VANETTI ANA RODRIGUES PERDIGÃO-CRECI 2289. 2 - Processo-COFECI nº 1060/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JOSÉ DE OLIVEIRA VIANA-CRECI 1559. 3 - Processo-COFECI nº 536/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ EUZEBIO GUERREIRO-CRECI 27701. 4 - Processo-COFECI nº 363/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ROCHA IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-7006. 5 - Processo-COFECI nº 537/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: OTONIEL FRANCISCO DE SOUZA-CRECI 48071

RELATOR: Conselheiro JOÃO CÉSAR GOMES SERAINE/CE

1 - Processo-COFECI nº 039/2003. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: SEBASTIÃO IVAN ALVES LOPES-CRECI 504. 2 - Processo-COFECI nº 1053/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JOSÉ FERREIRA DA SILVA JÚNIOR-CRECI 2572. 3 - Processo-COFECI nº 503/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: LUIZ VIEIRA IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-16147. 4 - Processo-COFECI nº 504/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: AIRLES NALIN MARQUES-CRECI 52393

RELATOR: Conselheiro SÉRGIO WALDEMAR FREIRE SOBRAL/SE

1 - Processo-COFECI nº 211/2006. Recte e Recdo: CRECI 19ª Região/MT "ex officio". Autuado: VALDECI LÚCIO RIBEIRO-CRECI 2440. 2 - Processo-COFECI nº 212/2006. Recte e Recdo: CRECI 19ª Região/MT "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA ATLANTIC LTDA-CRECI J-870. 3 - Processo-COFECI nº 164/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOÃO BARBOSA DE SOUZA-CRECI 34815. 4 - Processo-COFECI nº 501/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SANTA ROSA COMERCIAL DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-2476. 5 - Processo-COFECI nº 522/2006. Recte: MAURICIO VAZ DE LIMA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro WALDEMIR BEZERRA DE FIGUEIREDO/RN

1 - Processo-COFECI nº 379/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CURI IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-3855. 2 - Processo-COFECI nº 380/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LEO CONSTANTINO VALENTE-CRECI 48051. 3 - Processo-COFECI nº 390/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MAURICIO DO CARMO ALVES-CRECI 39573. 4 - Processo-COFECI nº 491/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: VALMIR MECHI SOARES-CRECI 36247. 5 - Processo-COFECI nº 521/2006. Recte: MARIA DA GRAÇA SILVA LIMA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro RAIMUNDO NONATO CONCEIÇÃO MOTA/MA

1 - Processo-COFECI nº 763/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: CARLOS GETÚLIO GAMA-CRECI 1865. 2 - Processo-COFECI nº 957/2005. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS AGUINALDO DA SILVA TROCA-CRECI 57066. 3 - Processo-COFECI nº 961/2005. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: VILLAR IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-13272. 4 - Processo-COFECI nº 517/2006. Recte: ELSON CARDOSO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5 - Processo-COFECI nº 519/2006. Recte: WILSON ROBERTO MAGRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro HERMÓGENES PAULINO DO BOMFIM/PB

1 - Processo-COFECI nº 304/2002. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: SIDNEY DOS SANTOS DIAS-CRECI 2601. 2 - Processo-COFECI nº 199/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: MADILENE RIBEIRO DE OLIVEIRA-CRECI 2970. 3 - Processo-COFECI nº 758/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: LUIZ CLAUDIO MACEDO RANGEL-CRECI 2707. 4 - Processo-COFECI nº 515/2006. Recte: OSMARIO DOS REIS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5 - Processo-COFECI nº 516/2006. Recte: CARLOS ALBERTO DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro MANOEL SANT'ANNA RODRIGUES/AL

1 - Processo-COFECI nº 070/2003. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: WARLY DOS PASSOS TEIXEIRA-CRECI 2611. 2 - Processo-COFECI nº 519/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: LUIZ CARLOS DE SOUZA SANTOS-CRECI 350. 3 - Processo-COFECI nº 756/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: EDSON LIMA RIBEIRO-CRECI 2347. 4 - Processo-COFECI nº 505/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA LUIZ LENTE S/C LTDA-CRECI J-04871. 5 - Processo-COFECI nº 514/2006.Recte: JOÃO CALDEIRA FILHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro MANOEL MESSIAS DOS ANJOS/PI

1 - Processo-COFECI nº 662/2003. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: AMILTON CORDEIRO PINTO-CRECI 2521. 2 - Processo-COFECI nº 213/2005. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: PAULO FERNANDO RODRIGUES PINGARILHO-CRECI 2072. 3 - Processo-COFECI nº 510/2006. Recte: LOURIVAL JOFFRE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4 - Processo-COFECI nº 513/2006. Recte: JOSÉ PEDRO RIBEIRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

Brasília-DF, 5 de março de 2007.
JOÃO TEODORO DA SILVA.
Presidente do Conselho

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
SESSÃO PLENÁRIA Nº 1/2007 (Gestão 2007/2009)
DATA: 23 de março de 2007.
INÍCIO: 13h30min
LOCAL:Dependências do Aquários Praia Hotel, Situado na Av. Santos Dumont, 1378, Atalaia - Aracaju/SE (79) 2107-5200

01 - Processo-COFECI nº 965/2005. Recte: JOSÉ TEOBALDO DE JESUS. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 02 - Processo-COFECI nº 226/2006. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento de inscrição com anistia de débitos concedido ao C.I. JOÃO BATISTA ALVES CAPUCHO-CRECI 25404, em face de doença grave (diabetes, cardíaco, câncer na próstata e depressão). 03 - Processo-COFECI nº 227/2006. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento de inscrição com anistia de débitos concedido ao C.I. JOAQUIM ALVES CAPUCHO-CRECI 28301, em estado de penúria. 04 - Processo-COFECI nº 230/2006. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento de inscrição com anistia de débitos concedido ao C.I. JOSÉ CARLOS EVORA-CRECI 35317, portador de doença grave (diabetes, cardíaco e retinopatia). 05 - Processo-COFECI nº 232/2006. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento de inscrição com anistia de débitos concedido ao C.I. PLINIO DE ALMEIDA SOARES-CRECI 18941, portador de insuficiência renal crônica (hemodiálise). 06 - Processo-COFECI nº 234/2006. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento de inscrição com anistia de débitos concedido ao C.I. CARLOS SILVA TUPINIQUIM FILHO-CRECI 35667, em estado de penúria. 07 - Processo-COFECI nº 236/2006. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento de inscrição com anistia de débitos concedido ao C.I. VITORINO ANTONIOL BAZILATO-CRECI 46632, portador de seqüelas cirúrgicas (tumor cerebral com perda de massa encefálica). 08 - Processo-COFECI nº 238/2006. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento de inscrição com anistia de débitos concedido ao C.I. GENTIL HOMEM-CRECI 5715, portador de invalidez total permanente. 09 - Processo-COFECI nº 240/2006. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento de inscrição com anistia de débitos concedido ao C.I. ARILDO RODRIGUES DA SILVA-CRECI 20085, portador de doença grave, seqüelas crônicas de derrame cerebral. 10 - Processo-COFECI nº 242/2006. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento de inscrição com anistia de débitos concedido ao C.I. JOSÉ ZIMMERMAN-CRECI 22471, portador de problemas cardíacos. 11 - Processo-COFECI nº 246/2006. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento de inscrição com anistia de débitos concedido ao C.I. IRANI CAETANO-CRECI 23141, sofreu enfarto e AVC. 12 - Processo-COFECI nº 248/2006. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento de inscrição com anistia de débitos concedido ao C.I. SZLAMA DEBSKI-CRECI 9256, portador de doença grave (mal de Alzheimer em grau avançado). 13 - Processo-COFECI nº 250/2006. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento de inscrição com anistia de débitos concedido ao C.I. SILVIO GONÇALVES-CRECI 26979, portador de problemas respiratórios, diabetes, depressão, hipertensão arterial e cardíaco. 14 - Processo-COFECI nº 253/2006. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento de inscrição com anistia de débitos concedido ao C.I. JOÃO NUNES DE ALMEIDA-CRECI 33515, portador de câncer de pele e submetido a cirurgia para retirada de câncer de intestino. 15 - Processo-COFECI nº 254/2006. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento de inscrição com anistia de débitos concedido ao C.I. JOHNY YEH-CRECI 46860, portador de doença grave (psiquiátrico e psicológico). 16 - Processo-COFECI nº 257/2006. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento de inscrição com anistia de débitos concedido ao C.I. ALD LOMMEZ-CRECI 20068, portador de arteriosclerose generalizada, discos de coluna fraturados, hipertensão e problemas cardíacos e respiratórios.

Brasília-DF, 7 de março de 2007.
JOÃO TEODORO DA SILVA.
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
5ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006

Dispõe sobre a extinção do cargo de Assessor de Comunicação.

A Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região, no uso de suas atribuições e cumprindo deliberação do Plenário, em sua 164ª Reunião Ordinária, realizada no dia 18 de dezembro de 2006.

Considerando a necessidade de adequação do organograma de recursos humanos à realidade interna do CREFITO-5, resolve:

Art. 1º - Exclui-se do Anexo I da Resolução n° 2 do CREFITO-5 o Cargo de Assessor de Comunicação.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas todas as disposições em contrário.

DRA. MARIA TERESA D. DA SILVEIRA